UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PÊSAMES E *PARABÉNS*

O Rio de Janeiro e o discurso do progresso nas crônicas de jornais cariocas no contexto da mudança da Capital Federal (1958 – 1960)

LARISSA LEAL NEVES

Brasília
2022

LARISSA LEAL NEVES

PÊSAMES E *PARABÉNS*

O Rio de Janeiro e o discurso do progresso nas crônicas de jornais cariocas no contexto da mudança da Capital Federal (1958 – 1960)

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor em História.
Linha de Pesquisa: História Cultural, Memórias e Identidades.
Orientadora: Profa. Dra. Eloísa Pereira Barroso

2022

Eu compreendo o ideal dessa cidade, uma cidade feliz para uma possível humanidade melhor; mas em volta permanecerá um Brasil misterioso e triste, que ela não entenderá, e seus homens esquecerão.

"A cidade feliz", Rubem Braga, 1959.

AGRADECIMENTOS

Eu não gostaria de utilizar esse breve espaço apenas como protocolar. Agradecer é das coisas mais importantes da vida, e talvez seja por essa razão que esta foi uma das partes mais difíceis neste trabalho para mim.

Meus agradecimentos, como não poderia deixar de ser, começam pelo meu núcleo familiar: minha mãe Liana, meu pai Jorge, meu irmão Artur, minha irmã Lara, minhas avós Domingas e Vitalina, várias tias e tios que sempre demonstraram seu apoio à minha escolha profissional e meu apego aos estudos. Vim de duas famílias pobres que lutaram muito para conseguir o acesso à educação, em épocas em que este era muito mais precário. Ter esse apego é algo muito valorizado por elas e hoje vejo o quanto tal suporte foi fundamental para que eu chegasse aqui.

Em seguida, agradeço aos meus amigos, pessoas que me ajudaram a olhar o melhor de mim e por quem sempre busquei melhorar, cujas conversas me inspiram dia e noite. Não vou citar nomes, pois cheguei à conclusão de que tenho muitos e não quero parecer injusta. Amigos que conheci na vida, na faculdade, no trabalho, nos contatos literários, no partido (meus camaradas). Todos sabem de nossos laços de afeto. Cito apenas meu companheiro Cauan, mais que amigo, que muito ajudou para que eu me mantivesse de pé na reta final, a quem deixo meu registro especial de gratidão.

Agradeço também, e não de maneira apenas cordial, ao Instituto Federal Goiano – Campus Posse, pela licença que me foi concedida na maior parte deste período de doutoramento. Ela se mostrou não apenas importante como essencial para a conclusão de meu projeto. Entristece-me apenas que esse tipo de incentivo, em nosso país, não se estenda a todos os trabalhadores da educação e que, pelo contrário, venha sendo cada vez menos disponibilizado e acessado. Tanto o licenciamento quanto a bolsa são elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma verdadeira cultura de educação e ciência, e sem eles não é possível para o trabalhador comum investir em sua própria capacitação. Sinto-me privilegiada por ter podido desfrutar dessa licença, que me permitiu continuar meu desenvolvimento profissional-acadêmico da melhor maneira possível, inclusive, em momentos muito difíceis que passei em minha vida pessoal enquanto eu fazia o doutorado. É um privilégio, mas não deveria sê-lo.

Agradeço, igualmente, ao Programa de Pós-Graduação em História da UnB pela excelente equipe profissional, de servidores técnico-administrativos, ao Jorge e ao Rodolfo, e de professores, especialmente àqueles com quem pude aprender diretamente: Anderson Oliva, André Honor, Daniel Faria, Marcelo Balaban. Todos contribuíram demasiadamente para a construção deste trabalho. Agradeço, em especial, ao professor André de Melo Araújo, que, enquanto estava na Coordenação do Programa, demonstrou-se muito gentil e humano com minhas demandas pessoais quando precisei do apoio do Programa.

Agradeço à banca, a professora Maria Veralice Barroso e os professores Wilson Flores, Marcelo Balaban e José Inaldo, pelo aceite para a leitura e avaliação desta tese, dispondo-se a contribuir com minha pesquisa. Muito obrigada!

Meu mais profundo agradecimento, por fim, à minha orientadora, professora Eloísa Barroso, por ter acolhido meu projeto de pesquisa e ter me ajudado a fazê-lo crescer. Pelas suas leituras sempre atentas e exigentes e, por isso mesmo, generosas. Por ter acredito na minha capacidade quando eu mesma já não acreditava mais nela e ter, com isso, me feito acordar. Pela paciência, pelas palavras de incentivo e reconhecimento. Sempre comento que tive sorte com minhas orientadoras: professora Vasti (*in memorian*), na Universidade do Estado do Pará, que já não podendo ler, ouvia-me atentamente e assim corrigia até as vírgulas do meu TCC; professora Zênia, na Universidade Federal de Goiás, com quem passei finais de semana inteiros, as folhas impressas na mão, ouvindo a explicação detalhada de cada correção a ser feita; até encontrar a professora Eloísa, que se somou, na minha vida, a esse grupo exemplar de mulheres que eu nunca esquecerei. Acredito que dedicação e força mesclam-se na profissão do professor, e minha orientadora foi mais um exemplo disso para mim.

Sei que este é, ainda, apenas uma parte daquele início de caminho que comecei a fazer na graduação, e isto me move. Agradeço por sabê-lo e deixo aqui o registro.

RESUMO

A tese de doutorado apresentada teve como objetivo estudar crônicas publicadas na imprensa carioca entre os anos de 1958-1960, especificamente em quatro jornais (*Diário de Notícias, Jornal do Brasil, O Globo e Jornal do Commercio*), abordando um total de nove cronistas. Buscou-se pelas representações do Rio de Janeiro durante o período da iminente perda da condição de capital, em razão da construção de Brasília. Entende-se o "discurso do progresso" como aquele através do qual é possível perceber as representações engendradas nessas crônicas no que se refere à comparação, explícita ou implícita, com a nova capital, uma vez que esse discurso está na base do "desenvolvimentismo" do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no qual Brasília foi gestada. O objetivo principal foi perceber quais são essas representações que circulavam no imaginário social do momento, a partir da forma como as crônicas as trabalham, (re)construindo-as e (res)significando-as. Sendo assim, percebemos também como os cronistas participaram ativamente do debate em torno do destino da cidade do Rio e perceberam essa atmosfera de mudanças, defendendo ou contradizendo com suas narrativas a ideia de progresso ao (re)criar tais representações. Para isso, a fonte é abordada considerando as especificidades do gênero jornalístico-literário, para o que também contribuem os estudos da crítica literária, e o arsenal teórico-metodológico da história cultural, em especial, dos conceitos de representação social, nos termos de Roger Chartier (1991), e imaginário social, na perspectiva de Bronislaw Baczko (1985). A pesquisa mostra como as crônicas constroem visões complexas sobre a cidade e reorganizam o imaginário social sob os diferentes aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais inseridos no cotidiano. Dessa maneira, contribuem para a consolidação de uma imagem dialética do Rio de Janeiro, ora como cidade gloriosa da síntese nacional, ora como cidade decadente de um projeto vencido.

Palavras-chave: Crônicas. Rio de Janeiro. Capital Federal. Discurso do Progresso. Cidade e História.

ABSTRACT

The doctorate thesis presented meant to study chronicles published in Rio de Janeiro press between the years of 1958-1960, precisely in four newspapers (Diário de Notícias, Jornal do Brasil, O Globo and Jornal do Commercio), covering a total of nine columnists. We looked for Rio de Janeiro representations throughout the period of the forthcoming loss of its condition as capital, due to Brasília construction. The "discourse of progress" is understood as the one through which it is likely to notice the representations produced in these chronicles concerning to the explicit or implicit comparison with the new capital, once this discourse is on the "developmentalism" base of Juscelino Kubitschek's government (1956-1961) through which Brasília was conceived. The main goal was to comprehend which were the representations circulating in the social imaginary at that moment considering the way that the chronicles worked with them, (re)constructing and (re)signifying in order to also actively contribute to the debate about the fate of Rio de Janeiro city. We also sought to understand how these chronicles perceived this atmosphere of transformations defending or contradicting the progress idea by (re)creating such representations. In order to achieve the study goal, the source is approached considering the specificities of the journalistic-literary genre - to which the studies of literary criticism can also contribute - and the theoretical-methodological collection used is based on the cultural history assumptions, the concepts of social representation by Roger Chartier's (1991), and on the social imaginary from the standpoint of Bronislaw Baczko (1985). The research shows by what means the chronicles shape complex interpretations about the city and by approaching it through diverse political, social, economic and cultural aspects inserted in daily life, the genre rearranges the social imaginary contributing to the consolidation of a dialectal image of Rio de Janeiro, sometimes as a magnificent city of national synthesis, sometimes as a decadent city of a failed project.

Keywords: Chronicles. Rio de Janeiro. Federal District. discourse of progress. City and History.

RESUMÉ

Ce travail a comme but l'étude de quelques chroniques publiées dans la presse du Rio de Janeiro de 1958 à 1960 à la recherche de certaines répresentations de la ville pendant la période de construction de Brasília et la perte imminante de le statut de capitale fédérale du Rio. Plus précisément on utilise quatre périodiques (*Diário de Notícias, Jornal do Brasil, O Globo et Jornal do Commercio*) et neuf écrivains au total. C'est le "discours du progrès" à travers de lequel il est possible de percevoir les représentations qui sont construits dans les chroniques par rapport à Brasília, explicitement ou implicitement, car ce discours est dans la base du « développementalisme », la théorie du progrés économique et politique du gouvernement de Juscelino Kubitschek (1956-1961) qui a pensé et a construit Brasília. L'objectif est percevoir quelles sont cettes répresentations qui ont circulé pour l'imaginaire social au moment et comme cettes chroniques les ont travaillées, les ont (re)construites, les ont (re)signifiées. Donc, comme les chroniqueurs ont aussi participé activement du débat sur le sort de la ville du Rio et ont perçoi ce l'air de changemment, et comment sont-ils allés pour ou contre l'idée du progrès au moment de (re)crér cettes répresentations dans leurs récits. Pour ce faire, la source historique est analysée en tennat compte de ses spécificités comme un genre jornalistique et littéraire, et pour cette raison on utilise les études de critique littéraire aussi bien que le support théorique et méthodologique de l'histoire culturelle, en spécial les conceptes de répresentation sociale selon les termes de Roger Chartier (1991) et l'imaginaire social de Bronislaw Baczko (1985). Ce travail montre comme les chroniques construient des vues complexes sur la ville et reorganizent l'imaginaire social sous les différents aspects politiques, sociaux, économiques et culturels insérés dans la vie quotidienne. Ainsi, elles contribuient pour la consolidation d'une image dialectique du Rio de Janeiro, comme ville glorieuse au mêmme temps que comme ville décadente d'un projet raté.

Mots-clés: Chroniques. Rio de Janeiro. Capitale Fédérale. Discours de Progrès. Ville et Histoire.

Sumário

Introdução 09

1. ***A cidade inconstante*: imagens urbanas de uma quase ex-capital 24**

1.1 Desde o *Jornalzinho Pobre* até o *Show da cidade*: as sessões dos cronistas nos jornais cariocas 24

1.2 *O amor sem chão*: verticalização intensa e o progresso da cidade em questão ...46

1.3 Uma *cidade feliz* contra o Rio de Janeiro? A comparação dos modelos urbanísticos 66

1.4 *Uma surpresa?* Obras de infraestrutura e (ainda) a renovação urbana 84

2. ***Agonia da Metrópole:* o cotidiano urbano carioca 109**

2.1 *Gemidozinhos* em torno do problema do abastecimento hídrico 111

2.2 *Na multidão*, o trânsito e os problemas de deslocamento pela cidade 127

3. ***Mural carioca* permeado de favelas: entre a questão social e a estética desejada do progresso 175**

3.1 *Culpas e castigos* entre a cidade e suas favelas 175

3.2 *Pinte-se* uma nova cidade? O problema social reduzido à estética 206

4. ***Boletim* das crises: às vésperas da mudança, a cidade parece sucumbir..... 222**

4.1 A crise do abastecimento e a carestia no Rio entre *boatos* e *bombas* 222

4.2 A síntese das crises da cidade para *os que não vão* 245

5. ***Pêsames ou Parabéns?* Novas visadas em busca do progresso da cidade 261**

5.1 *Saibam quantos esta virem...* que o Rio tem grandezas naturais 263

5.2 *Rio de todos os corações* e de toda cultura 304

5.3 *Vida Nova* de uma cidade histórica 345

Considerações Finais 389

Referências 396

ANEXO I: Crônicas – na ordem em que aparecem I

Introdução

Poderíamos apresentar esta pesquisa por dois caminhos: o primeiro levantaria um lugar-comum; o segundo evidenciaria a sua diferença no campo de pesquisa. Opto por começar pelo caminho do esperado para, depois, mostrar a sua diferença, trazendo o leitor, portanto, pelo caminho da familiaridade.

O lugar-comum, sem dúvidas, é falar da relação entre a crônica e a cidade do Rio de Janeiro, cidade que, por ser a capital, teria sido por onde ela entrou e desenvolveu-se mais profundamente. Mais especificamente, o campo de pesquisa sobre o modo como os escritores representaram os diversos momentos dos projetos modernizadores ali é amplo, e podemos citar Nicolau Sevcenko (1999), Margarida de Souza Neves (2001) e Sidney Chalhoub (1996). Nesta pesquisa, portanto, inspiro-me também nestes trabalhos para perceber as imagens da modernidade (re)criadas pelos cronistas em sua época, cujo recorte é a virada dos anos 1950 para os anos 1960.

Esse momento é, aliás, outro lugar-comum ao se falar sobre a modernidade no século XX, visto que foi quando teve vez um dos maiores projetos modernizadores, o de Juscelino Kubistchek (1955-1960). Sob o conhecido lema "50 anos em 5", JK instalou indústrias de bens de consumo no território nacional, como as montadoras de automóveis, investiu em malha rodoviária e empreendeu um dos mais audaciosos projetos urbanos, a construção de uma capital no meio do país, totalmente pensada pelo viés modernista, tudo para "correr atrás" do progresso e da modernização em que o Brasil se encontrava "atrasado", segundo a concepção "desenvolvimentista" em voga na época. É importante contextualizar, então, que a modernização buscada no período era pela via do *desenvolvimentismo nacionalista* de Kubistchek, o qual Ricardo Bielschowsky (2000) caracteriza por visava expandir os setores econômicos e captar recursos financeiros de tal modo a superar o subdesenvolvimento e, de maneira então percebida como consequente e intrínseca, a pobreza. Embora a consequência final não tenha sido realmente atingida, houve uma elevação das taxas socioeconômicas, como o PIB e a renda *per capita*, alcançadas com as medidas implementadas sob essa concepção. Isso fez com que o mandato de JK seja visto, no quadro geral, como de grandes avanços, ou grandes *progressos*, o que justifica sua lembrança como momento ímpar na modernização do país.

Dito isto, entramos na parte não familiar, naquilo que constitui a diferença deste trabalho: apesar de situar a pesquisa neste momento de "auge" da modernização, não é exatamente para este brilho que olho, mas para o que começava a ficar cada vez mais à sombra, isto é, o Rio de Janeiro. Se em outros momentos do projeto modernizador ele fora o centro, agora ele mal aparecia no discurso nacional do progresso, todo voltado para a construção da nova capital. A intenção é vê-lo, portanto, se não como periferia, como a cidade que começa a perceber-se fora do eixo central do progresso. Nesse sentido, volto-me para os cronistas como aqueles que sempre partiram do cotidiano da cidade para construir suas narrativas e são constantemente lembrados na historiografia por representar, de maneira entusiasta ou crítica, os movimentos modernizantes, perguntando agora: O que essa mudança política no horizonte implica na percepção da cidade? Como isso repercute nas narrativas do cotidiano e no discurso do progresso? São diferentes os seus olhares? Como os cronistas buscam contribuir para o imaginário da cidade em seu momento de transição?

Tratou-se, então, de buscar perceber quais as representações que circulavam no imaginário social do momento, a partir da forma como as crônicas as trabalham, (re)construindo-as e (res)significando-as, e a participação dos cronistas no debate em torno do destino da cidade do Rio ao perceberem essa atmosfera de mudanças, defendendo ou contradizendo, com suas narrativas, a ideia de progresso ao (re)criar tais representações. Parto, nesse sentido, da tese de que as crônicas comportam visões complexas sobre a cidade e, ao abordá-la sob os diferentes aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, inseridos no cotidiano, o gênero participa profundamente de uma reorganização do imaginário social no qual se tece uma narrativa de progresso diante do novo fato histórico: a construção de Brasília e a perda da condição de capital federal. Em tal reorganização, porém, impuseram-se imagens dialéticas que, desde então, se consolidaram no imaginário nacional sobre o Rio de Janeiro: ora como cidade gloriosa da síntese nacional, pelo que vale dar-lhe os "Parabéns"; ora como cidade decadente de um projeto vencido, à qual apenas são ofertados os "Pêsames".

A bem da verdade, esta tese engendrou-se a partir da leitura atenta das crônicas dos jornais, possibilitada pela Hemeroteca Digital[1], em um momento em que eu

[1] A Hemeroteca é parte da Biblioteca Nacional, acessível no link: http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/ . Com exceção d'*O Globo*, o qual comporta seu acervo em site próprio, todos os demais jornais foram consultados nesta página digital.

procurava pela inovação, mas tinha em mente ainda apenas os lugares-comuns. Leitora de crônicas, adepta de sua escrita, empenhando-me na pesquisa do gênero desde a graduação, sempre me atraiu o modo como cronistas como Rubem Braga, Eneida, Rachel de Queiroz, entre outros, traziam os temas "modernos", adaptavam-se às inovações enquanto também relembravam a vida rural, os temas suburbanos, e faziam críticas à modernização desordenada. Isso me fez ir em busca de outros cronistas, em 1960, que trouxessem tais temáticas, buscando pelo "moderno" e foi assim que percebi o campo da diferença: afora os temas da vida mais comum, falando de adaptação a geladeiras, televisão, etc, a "modernidade", o "progresso" constantemente aparecia não com relação à cidade de onde escreviam, isto é, o Rio, mas com relação a Brasília... de forma muitas vezes negativa. Ora, se Brasília era então o símbolo maior do Brasil moderno que Juscelino Kubistchek queria construir, por que a negativa? Percebi, então, que tinha ali o meu tema de pesquisa, fazendo o que é dever do historiador: folhear, abrir os olhos curiosos, perguntar às fontes. Continuei a "folhear" jornais, até encontrar um corpus que satisfizesse a vontade de chegar o mais próximo possível (dentro do tempo hábil e com as ferramentas disponíveis) de uma certa diversidade de pontos de vista, com jornais que se situassem politicamente de maneira diversa, cronistas com formações e de épocas diferentes, com renome diferenciado na literatura de sua época, e na contemporânea.

Como a apresentação dos jornais e seus cronistas é feita no primeiro capítulo, merece uma explicação à parte como foi feita a escolha desses periódicos. Primeiramente, coloco em pauta que, nos estudos historiográficos sobre o período JK, parece haver uma tendência por três jornais específicos: o *Última Hora*, a *Tribuna da Imprensa* e o *Correio da Manhã*. Ana Maria Laurenza (2008, p. 204) sublinha que a importância vista nos jornais *Última hora* e a *Tribuna da Imprensa*, especificamente, deve-se ao fato de que eles eram "produzidos a quente" – jargão jornalístico da época que, metaforicamente, referia-se às relações políticas mantidas pelas empresas jornalísticas – sendo elas empresas inimigas surgidas ambas no contexto do segundo Governo Vargas e que levariam a hostilidade adiante durante o governo Kubitschek. Já o *Correio da Manhã*, descrito por Marinalva Barbosa (2007, p. 155), a partir do modo como os jornalistas da época o veem, como o de maior peso político na década tem aparecido com alguma frequência as pesquisas mais específicas sobre as relações da imprensa com o governo JK. Daiana Areas (2012, p. 09.) sublinha que, embora a

autoimagem vendida pelo jornal fosse de que desde sua fundação não se "atrelava a nenhum partido político", ele posicionava-se de modo a defender uma hegemonia política e cultural, direcionando-se para determinados setores da classe dominante, isto é, mesmo que sua filiação não fosse efetivamente com partidos, no sentido estrito da política partidária, seria uma filiação forte com os interesses da elite que representava. Nesse sentido, é possível perceber que a preferência por estes jornais se deva muito por essas relações políticas mais evidenciadas, muitas vezes protagonizando polêmicas, ao mesmo tempo em que o jornalismo passava por um processo de modernização que se baseava na ideia da objetividade e neutralidade e o transformava em *empresa*, como afirmou Nelson Werneck Sodré (1999), o que ocorreu ao longo dos anos 1950. Vale dizer, porém, que essa "modernização da linguagem" com a "conservação do tom" não é uma contradição, mas se apresentaria mesmo como uma condição estrutural na dinâmica das empresas jornalísticas, pois, segundo Ana Paula Ribeiro (2003, p. 156), elas não dispunham de capital suficiente para garantir a autonomia de seus jornais, e usariam o papel político como meio de conseguir também subsídio econômico. Já para Marinalva Barbosa (2007, p. 164), a conservação do aspecto político não deixa de estar vinculada a questões subjetivas, inclusive ideológicas, de seus gestores, que usam o jornalismo também como auto-promoção. Se partirmos dessas observações, perceberemos que o que acontece com relação a esses jornais é apenas algo mais nítido, inclusive de maneira proposital, do que deveria ocorrer, na realidade, em toda a imprensa.

Sendo assim, é interessante que em meio a cerca de 18 impressos que circularam na década de 1950 (BARBOSA, 2007, p. 154), apenas três tenham tido preferência quanto ao período JK[2]. Na verdade, o jornalismo durante aquele governo, de modo geral, ainda não conta com uma bibliografia vasta, muito embora a força da imprensa seja mesmo apontada como uma das motivações que teriam instigado à transferência da

[2] O *Diário Carioca* também é um jornal que tem aparecido nas pesquisas, mas ainda pouco em trabalhos mais amplos ou de maior fôlego no que diz respeito à sua atuação política no período. Apesar de ser um jornal com uma trajetória política intensa, desde a sua fundação em 1928, quase não tem se falado nesse aspecto durante o governo Kubitschek, focando-se ainda mais na revolução formal que protagonizou no início dos anos de 1950. A obra de Cecília Costa (*Diário Carioca*: o jornal que mudou a imprensa brasileira, 2011), por exemplo, que faz uma abordagem detalhada da atuação do DC durante o Governo Vargas, presta pouquíssimas linhas à segunda metade da década de 1950, em seu aspecto político. Segundo Pantoja (2012), que faz um dos poucos trabalhos mais profundos encontrados sobre esse jornal com a abordagem política da imprensa do período, o DC foi um dos poucos que apoiou Brasília de maneira nítida e chegou mesmo a ter uma versão rodada na nova capital, a partir de 1959, o *DC – Brasília*.

capital, como expressa, por exemplo, Márcio de Oliveira (2005, p. 62), o qual a caracteriza como uma forma de "distanciar o poder dos mandarins da imprensa". Foi, então, também no sentido de ampliar essas fontes sobre a época que procurei por outros jornais (ainda que não tenha deixado de verificar as crônicas de Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), no *Última Hora*; de Augusto Meyer e Maria Olívia, no *Correio da Manhã*; de Alberto Deodato e Jorge Cesário Alvim, na *Tribuna da Imprensa*). Assim, alguns caminhos me fizeram escolher quatro periódicos, os quais considerei, por fim, construírem um bom painel para este trabalho.

O *Diário de Notícias* e *O Globo* foram consultados por serem citados por Marinalva Barbosa (2007, p. 154) como alguns dos grandes periódicos da década, sendo o segundo pela sua tiragem e o primeiro pelo peso político. No caso do *Diário de Notícias*, verifiquei que se tratava de um jornal cuja posição contrária ao governo Kubistchek expressa-se tanto em editoriais quanto em colunas não assinadas. Assim, por exemplo, em 03 de janeiro de 1958, a coluna não assinada "Momento Econômico" critica abertamente o plano de desenvolvimento de Kubitschek e o acusa de estar "raspando os cofres" da Previdência para financiar Brasília[3]. Já em 08 de janeiro de 1959, o editorial "Futuro e Presente" critica a obsessão de Kubitschek com o futuro e questiona se Brasília realmente será a solução para os problemas do país, tal como colocado pelo presidente[4]. Sobre os cronistas, ali encontrei diariamente Eneida de Moraes, escritora cuja trajetória literária e política era já conhecida na época, e o fato de saber que ela era militante do Partido Comunista Brasileiro com certeza somou para adicioná-la ao corpus de pesquisa, uma vez que o periódico em si era conhecido por ser "mais duro" em suas posições, o que significaria, na verdade, ser menos propenso aos escândalos políticos (BARBOSA, 2007, p. 163); assim como Rubem Braga (em 1958 e 1959), cronista também reconhecido na época e cuja convicção política mais forte e conhecida, até então, era ter se oposto ferrenhamente a Getúlio Vargas. Suas posições quanto à nova capital logo se mostraram também interessantes com relação à posição tomada pelo jornal e em relação um ao outro: Eneida pouco falava, mas demonstrava interesse, enquanto Braga escrevia constantemente e demonstrava desconfianças. Foram, portanto, impressões que considerei importantes para a pesquisa.

[3] *Diário de Notícias*, 03 jan. 1958, n. 10790, p. 09.
[4] *Diário de Notícias*, 08 jan. 1959, n. 11089, p. 04.

Igualmente, *O Globo*[5] tratava-se de um jornal opositor ao governo e, especialmente, noticiou "os escândalos" de Brasília e a tomada de posição de políticos frente a elas. São notórios dessa posição o uso dos espaços não assinados nas páginas de política e economia como simples notícias. Por exemplo, em 06 de maio de 1959, praticamente um ano antes da mudança prevista, quase metade da página 16 (a outra metade é usada para publicidade), na seção "Legislativo em ação", dedicada às notícias da Câmara, é usada para detalhar os motivos pelos quais o deputado Adauto Lúcio Cardoso considerava "impraticável" a mudança para Brasília, seguida pela exposição de motivos do vereador Frederico Trota contra a estadualização do Rio, prevista com a mudança da capital[6]. Da mesma forma é recorrente, em novembro de 1959, o detalhamento em torno do inquérito que estava sendo instaurado na Câmara dos Deputados sobre "desvios" e "malversação" do dinheiro empregado na construção de Brasília, destacando o nome do deputado da oposição Elias Adaime[7]. Embora sejam, de fato, notícias, que utilizam uma tipologia descritiva-objetiva, não podemos deixar de observar o maior espaço destinado ao tema, a perspectiva privilegiada do deputado da oposição, bem como a recorrência desses assuntos. Ao ocorrerem em um espaço que deveria ser destinado à "imparcialidade", isto é, a notícia, mostram a opinião compartilhada pela empresa jornalística. Quanto aos seus cronistas, chamou-me a atenção a coluna de Henrique Pongetti, o qual eu ainda não conhecia, mas que logo percebi ser importante tanto pela ocorrência quase diária quanto pelo nome do seu espaço "O show da cidade"; assim como Elsie Lessa, também desconhecida para mim, mas que assinava três vezes por semana uma coluna na segunda seção. A diferença entre os dois cronistas no mesmo periódico foi fator fundamental para a escolha: enquanto o primeiro criticava JK e a construção de Brasília com alguma frequência, a segunda foi-se demonstrando entusiasmada com o empreendimento. Ao longo da pesquisa, somou-se ainda a esse time Rubem Braga, vindo do *Diário de Notícias* na metade de 1959.

Para contrabalancear, pensei ser interessante ter periódicos que fossem favoráveis ao governo e, por consequência, à ideia da transferência de capital. A escolha se deu em prol do *Jornal do Commercio*, por algumas razões que considerei seminais.

---

[5] O acervo do jornal está disponível apenas para assinantes, no site https://acervo.oglobo.globo.com/ .
[6] *O Globo*, 06 mai. 1959, n. 10122 (única), p. 16.
[7] Algumas publicações a respeito: "'Há malversação dos dinheiros públicos nas obras de Brasília'", *O Globo*, 03 nov. 1959, n. 10276 (única), p. 06; "O presidente da NOVACAP responde ao deputado Elias Adaime", *O Globo*, 11 nov. 1959, n. 10283 (única), p. 03;

Primeiramente, no campo político, por ter então em sua direção o petebista San Tiago Dantas, da base governista, e cujo apoio a Brasília se confirmou ao perceber que constantemente eram noticiados no jornal os atos oficiais do presidente e o andamento das obras de Brasília, bem como era comum reproduzir partes dos discursos pronunciados oficialmente, como ocorre em 22 de janeiro de 1958, cujo próprio título é uma frase retirada do discurso: "Brasília não é improvisação: resulta de um amadurecimento"[8]. Mais uma vez, ainda que não apareçam opiniões emitidas de forma direta, nesse caso, as escolhas textuais demonstram uma intencionalidade que vai ao encontro das palavras emitidas pelo presidente, confundindo-se as palavras deste com as do jornal. Em segundo lugar, este periódico me atraiu pela sua tradição literária, afinal, muito embora não tivesse mais o mesmo peso de antes, foi em suas páginas que se aponta ter começado a aparecer a crônica brasileira (COUTINHO, 1999). Percebi que mesmo com o tamanho reduzido, o espaço dedicado à crônica se mantinha com Dinah Silveira de Queiroz, escritora já conhecida principalmente pelo romance *A Muralha* (1954), e que logo se mostrou também entusiasta de Brasília.

Com uma gama de cronistas que já começava a se fechar, uma vez que seria preciso fazer o levantamento de todos os seus textos e sua leitura profunda ao longo dos dois anos recortados para a pesquisa, o quarto jornal acabou impondo-se. Trata-se do *Jornal do Brasil*, citado constantemente na historiografia sobre a imprensa da época por ter sido um dos primeiros a modernizar sua linguagem e configuração, e era também um periódico que dedicava grande espaço aos escritores, e por isso considerei que não poderia deixar de usá-lo – apesar de ser, segundo Marinalva Barbosa (2007, p. 156), um dos jornais com menor tiragem da época. Dali selecionei os últimos quatro cronistas com que trabalharia, sendo o reconhecidíssimo poeta Manuel Bandeira, o veterano Benjamin Costallat (apenas em 1958), e os novatos Ferreira Gullar e Fernando Sabino. Destes, apenas Ferreira Gullar demonstrava simpatia por Brasília. A questão política acabou ficando em segundo plano, neste caso, o que não considerei um problema, pois os demais jornais já cumpriam bem essa questão. De qualquer maneira, se evidencia certa simpatia em notícias como "D. Júlia foi ver Brasília", publicada na primeira página com foto em que o presidente desce as escadas do avião junto a sua mãe, e na legenda se diz que "o Presidente segurou, cuidadosamente, o braço de sua mãe. Era o

[8] *Jornal do Commercio*, 22 jan. 1958, n. 94, p. 05.

amor filial falando mais alto do que as exigências do protocolo"[9]. As discordâncias com o governo aparecem em editoriais com títulos discretos, a exemplo de "Tudo a seu tempo", em que se afirma que JK faz uma "política governamental dedicada a realizações suntuárias, como a construção acelerada de Brasília" e que "age como se estivesse governando o Brasil dos nossos filhos e netos"[10]. Tais posições mais discretas parecem ir, afinal, ao encontro da mítica da imparcialidade advinda do uso da "linguagem objetiva" de que o periódico era um dos pioneiros no país (BARBOSA, 2007, p. 156).

Ressalto, após esta justificativa inicial sobre os jornais de onde selecionei as fontes para o estudo, que mesmo que não nos debrucemos realmente sobre eles e não nos aprofundemos em suas relações políticas, as questões expostas atravessam também a investigação porque é preciso vislumbrar como as empresas jornalísticas se posicionaram na sociedade naquele momento com relação ao governo e seus interesses. Buscamos, assim, não apenas por uma compreensão mais abrangente do jornalismo da época, mas principalmente destes como o lugar onde escreviam os cronistas.

Crucial é, nesse contexto, lembrarmo-nos de que o período que vai da metade da década de 1940 à metade de 1960 é não só envolto pela modernização da linguagem jornalística e sua transformação em empresa, como já foi dito a partir de Nelson Werneck Sodré e outros, mas também que é um momento considerado mais "ameno", pela vivência democrática que permitiu a difusão jornalística, ainda que, como colocado por Flávia Biroli (2004, p. 215), essa possa ser uma ideia que nasce por ser aquele um intervalo "espremido diante das fronteiras da violência de duas ditaduras", o que o faz saltar aos olhos no painel mais amplo. De toda forma, o que vemos nessa pesquisa, e busquei ressaltar na seleção, é a publicação de pontos de vista diversos, tanto entre os jornais como dentro mesmo de cada jornal, já que havia a possibilidade de uma escritora comunista ter sua voz garantida em um veículo conservador, como citado. Se isso influenciaria as narrativas dos cronistas, e com quais limites, é uma questão que vai e vem aparece, em especial porque estaremos muitas vezes vendo o que era noticiado nas páginas dos impressos e dialogava com o que os cronistas construíam em seus espaços individuais.

[9] *Jornal do Brasil*, 07 jan. 1958, n. 05, p.01.
[10] Idem, 06 fev. 1959, n. 31, p. 03.

Nesse ponto, vale elucidar um pouco mais sobre o que está sendo considerado crônica, para compreender os desafios que ela nos impõe. Assim, se no *Dicionário de Narratologia* (LOPES; REIS, 2007, p. 87-88) ela aparece em duas grandes acepções, uma como "relato historiográfico medieval", e outra como "texto de imprensa", não é difícil perceber que tratamos da segunda acepção nesta pesquisa. No entanto, isso significa muito mais que um texto do campo jornalístico, como prossegue o dicionário:

> A crônica de imprensa constitui o registro de um fato ou incidente, normalmente retirado do cotidiano e na aparência destituído de significado relevante; através de um discurso eminentemente pessoal [...] o cronista trata então de comentar esse fato ou incidente, realçando nele dimensões (culturais, ideológicas, sociais, psicológicas, etc) que à primeira vista escapariam a um observador desatento.

A crônica de que tratamos nesta pesquisa é, portanto, um tipo de texto híbrido que enlaça dois campos da comunicação: o jornalístico e o literário. Nesse sentido, ao tratá-la aqui como gênero estamos nos referindo à teoria do discurso de Mikhail Bakhtin (1895-1975), o qual associa a necessidade dos gêneros do discurso às necessidades da vida da língua em sociedade. Para Bakhtin (2011, p. 283), a língua é fator social, tem sua dinâmica dentro da sociedade e porta ideologias, com isso, ela molda-se em *gêneros,* como modelos mais ou menos abstratos, de acordo com as necessidades comunicacionais específicas dos campos da atividade humana, o que ele denomina "campo discursivo". Em outras palavras, para cada campo há gêneros típicos que cumprem estas tarefas comunicacionais, apresentando-se de modo relativamente estável nas trocas comunicativas, em suas mais diversas atividades reais.

Dizer, então, que a crônica enlaça dois campos de comunicação significa que ela se estabelece entre os campos discursivos da literatura e do jornalismo, pois estas são atividades com objetivos distintos: a segunda visa a informação, a objetividade dos fatos; enquanto cabe à primeira o uso criativo da língua e a visão subjetiva do mundo. É por esse motivo que, *a priori*, esses campos veiculam seus textos em gêneros diferentes. No entanto, devemos lembrar que muitos gêneros discursivos não são "puros", mas resultado de uma certa convergência de gêneros diferentes, por eles incorporados e reelaborados. Isso é característica do que Bakhtin (2011, p. 263) chamou de gêneros secundários, isto é, aqueles que nascem não de uma necessidade comunicacional imediata (como os gêneros primários), mas "surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado", sendo que

os textos artísticos fazem parte desse círculo. É, inclusive, por essa natureza híbrida da crônica moderna que os críticos da metade do século XX (período em que também se situam nossas crônicas nesta pesquisa) perguntavam-se sobre a natureza desses textos: a crônica *no* jornal e/ou *para* o jornal? No intuito de celebrar a escrita literária da crônica, um crítico como Massaud Moisés (2001) defenderia que ela seria muito mais um texto publicado *no* jornal, sem uma ligação obrigatória com ele. Porém, não havia como negar que ela é também influenciada pelas notícias que a cercam e pelo modo como são tratadas, e não haveria como deixar de ser, por isso mesmo, também um texto *para* o jornal.

Assumindo, então, nesta pesquisa, a natureza híbrida do gênero, um desafio que não poderia se perder de vista é sobre o que dizem Chalhoub et al. (2005, p. 17)a respeito de como se definem os perfis das colunas dos cronistas: "Da aparente contradição entre a leveza anunciada pelos cronistas e a cuidados na elaboração de suas séries; da tensão entre a tarefa de comentar a realidade e o intuito de transformá-la; e da variedade de formas e temas por ela assumidas". Ou seja, entre informar e comentar, dizer e criar, a crônica assume muitas formas concretas e os cronistas assumem diversas *personas* em seus espaços. Isso leva à necessidade de procurar compreender como eles formulam uma certa identidade para lidar com a dubiedade da crônica entre informação e literatura, para selecionar os temas mais urgentes diante de tal variedade que a vida urbana lhes impunha, e para lidar também com esse espaço que é, ao mesmo tempo, *para* o jornal e *no* jornal. Embora esse desafio tenha imposto uma série de questões de interpretação histórica dos textos ao longo da investigação, um se elabora textualmente e deve ser aqui explicado: a diferenciação, sempre que possível, entre *cronista* e *cronista-narrador*. De maneira semelhante à diferença estabelecida na teoria literária entre autor e narrador, refiro-me a *cronista* sempre que falar das pessoas reais que escrevem os textos, que são, afinal, os que assinam as suas sessões; já *cronista-narrador(a)* é utilizado quando analiso as posições estabelecidas dentro do texto em si., ou seja, o constructo narrativo. A utilização do termo cronista-narrador(a) é inspirada na análise de Luiz Simon (2011, p. 37-55), o qual se baseia justamente na hibridez inerente ao gênero entre jornalismo e literatura e reflete, assim, sobre a impossibilidade de se separar totalmente o autor de sua persona textual, tradicionalmente o narrador, sem

esquecermo-nos que o exercício deve ser feito, para lembrarmo-nos da perspectiva ficcional aberta pela narrativa literária[11].

Elucidados esses pontos, falemos, então, sobre a seleção das crônicas. Primeiramente, se se tratava de uma pesquisa que se impôs a partir do contexto da mudança de capital, era óbvio que procurasse pelos textos que faziam a sua abordagem direta, o que às vezes ocorria em apenas uma frase – uma frase que, enfim, faz toda a diferença para o significado do texto. Em segundo lugar, se se tratava de uma pesquisa que buscava pela forma como tal mudança afetava o Rio de Janeiro, tendo Brasília apenas como o seu contraponto, era importante que tais crônicas tivessem na cidade carioca o seu foco. Em terceiro lugar, se se tratava justamente de trazer à tona as mudanças em processo no olhar sobre a cidade, impunha-se selecionar crônicas que falassem sobre o cotidiano urbano mesmo que nem sempre verbalizassem sobre a transferência da capital, no entanto, que fossem temas os quais, em algum momento fossem apresentados conectados a ela (o que, em geral, acontecia na medida em que se aproximava a data marcada para a inauguração da nova capital). Ao final deste processo, restaram 142 crônicas com as quais estabelecer o diálogo, perguntar, (re)construir sentidos, buscando, sobretudo, entendê-las em dois sentidos: como produto artístico-jornalístico construído a partir do imaginário social, ao mesmo tempo que o (re)constrói; e como testemunho de atores históricos que vivenciaram um daqueles momentos em que se sente a história acontecer de maneira mais intensa, devido às dúvidas impostas sobre o futuro.

O primeiro sentido da abordagem é o que nos traz pelo caminho do estudo do imaginário social, onde circulam os discursos e suas representações, o qual percorro especialmente partindo das concepções de Bronislaw Baczko (1985). O autor evidencia o imaginário como aquilo que dá sentido às ações humanas, sendo, por isso, fundamental para a coesão social, na criação de identidades de grupo, de instituições sociais, entre outras questões inscritas no sistema simbólico de uma sociedade e que movem as ações humanas. Para ele, "[o] imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais" (BACZKO, 1985, p. 309), o que significa que ele é historicamente dinâmico, porque movido por necessidades práticas. No contexto desta

[11] No capítulo citado, intitulado "Impasses em torno da crônica", Simon sugere o uso da expressão "eu do cronista". Opto, portanto, por uma expressão diferente, mas que considero carregar a mesma reflexão.

pesquisa, isso significa dizer que a mudança do lugar político do Rio de Janeiro, ao ser substituído como capital federal por Brasília, poderia ser considerada como um fato que necessitaria da mobilização desse imaginário para garantir, justamente, a coesão social, assim como outras questões que envolveriam ações em prol da cidade.

No entanto, o imaginário só é acessível por meio das representações, que são a "materialização" em linguagem do seu sistema de significados, de seus discursos. Nesse sentido, a definição de Roger Chartier (1991) auxilia a pensar no modo como essas representações significam e podem ser abordadas, partindo de dois pressupostos: a) os discursos não são totalmente dominados pelo consciente; b) não estão separados dos sujeitos que os enunciam. Dessa forma, é fundamental analisá-los de modo a entender a sua lógica própria, o que inclui as contradições e descontinuidades, "cada série de discursos inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veridicidade" (CHARTIER, 1991, p. 187). Para investigar o significado das representações e o modo como são (re)construídas é preciso, então, que se perceba a que discursos elas estão vinculadas, quais são os lugares sociais de circulação desses discursos e que tipos de ações eles impulsionam. Buscaremos, portanto, situar e compreender as representações do Rio de Janeiro (re)criadas nas crônicas nas suas relações com estes discursos, que são sociais, mas também políticos, históricos, artísticos e jornalísticos, e muitas vezes se entrelaçam uns com os outros no cotidiano vivido pelos atores históricos, que são os cronistas e seus leitores. No caso deste trabalho, esses discursos que constroem as representações estão em torno do que chamo de "discurso do progresso", o qual explico da seguinte maneira: o imaginário em torno da ideia de progresso, que compreende as noções de "modernidade", "desenvolvimento", "civilização", assim como a sua contraparte, isto é, a "decadência", o "atraso", a "barbárie", etc, do modo como eram compreendidas na época, o que não exclui, também, a formação histórico-social dessas ideias[12]. Isso significa que esses discursos podem ser tanto favoráveis quanto contrários ao "progresso", ou, como destacou Chartier, podem mesmo se contradizer, oscilando entre as duas visões. O modo como os cronistas articulam esses discursos na visão da cidade,

[12] Inclusive, vale salientar que não trabalharemos esses termos como "conceitos", uma vez que este seria muito mais estático e rígido. Pelo contrário, ao trabalhar com o imaginário precisamos ver a dinâmica dos significados, sua variação no tempo e espaço histórico, sua manipulação e utilização, consciente e inconsciente, dinamicidade e maleabilidade que os termos "ideia" e "noção" melhor abarcam.

em sua relação com o momento histórico da mudança da capital é, então, ponto crucial dos capítulos que se seguirão.

O segundo sentido da abordagem, por sua vez, é o que situa este trabalho no encontro com as observações de Reinhart Koselleck (2006) acerca das relações entre experiência e expectativa, ou entre o futuro e o passado. Além do próprio sentimento da aceleração temporal suscitada pela modernidade, o autor trabalha com a ideia de que ela causa uma sensação de distanciamento cada vez maior entre o passado e o futuro, dado o fosso de experiências diferentes entre eles. Nessa diferença, a expectativa do futuro em si mesma, "quer seja portadora de esperança ou de angústia, quer preveja ou planeje, pode refletir-se na consciência" e, assim, "também pode ser objeto de experiência" (KOSELLECK, 2006, p. 311-312). As expectativas representadas pelos cronistas ao observarem sua cidade, em um movimento de mudança evidenciado pela questão política, são, então, parte do nosso objeto de pesquisa, fazendo-se presente nas imagens que os cronistas (re)criam em seus textos, em especial naquelas relacionadas ao discurso do progresso, uma vez que é ele mesmo alimentado por essa diferença essencial, que, como afirma Koselleck (2006, p. 322) "é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante", isto é, renovando a expectativa de que o progresso pode ocorrer em um futuro aberto.

Nessa leitura, não poderia faltar ainda o auxílio de Walter Benjamin (2012, 2018), o qual trabalhou com as imagens da moderna cidade capitalista, principalmente a partir de um ponto de vista crítico de como, nessa sociedade, o progresso não passa de uma "fantasmagoria", isto é, de imagens de sonho e desejo vendidas como símbolos do desenvolvimento certo, mas que, na verdade, apenas mascaram os retrocessos humanos e a exploração capitalista. A observação de tais imagens desvendariam, para o filósofo, a realidade sobre a própria concepção de que o progresso da humanidade na história é apenas o "andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo" (BENJAMIN, 2012, p. 249). Sua metodologia de observar as "imagens de sonho", "imagens dialéticas", "contraimagens" foi destacada por Susan Buck-Morss (2001, p. 45) como central em seu projeto filosófico de análise da cultura capitalista e como elas "não são impressões subjetivas, mas expressões objetivas"[13], justamente porque permeadas por uma rede simbólica que se imprime no imaginário social de modo a permitir, com isso, acessar significados históricos. Apropriando-nos dessa metodologia, veremos como as imagens

[13] No original: "no son impresiones subjetivas, sino expresiones objectivas" (tradução minha).

representadas pelos cronistas do Rio de Janeiro que vai se tornando ex-capital podem, aos seus olhos, mascarar ou denunciar essas fantasmagorias e como isso foi incorporado ao imaginário da cidade.

O debate sobre o progresso, naquele contexto, é, então, o que guiará a nossa leitura das crônicas, entendendo-o como a própria concepção sobre a qual se sustenta a modernidade, de acordo com Koselleck (2006) e Benjamin (2012, 2018), de tal forma que até os dias atuais é uma crença não só presente como útil para mover a sociedade, ainda que sempre com a disputa "sobre o ritmo e sobre a direção a seguir" (KOSELLECK, 2006, p. 295). Sendo assim, nas muitas facetas em que este debate esteve presente na sociedade brasileira, é no *desenvolvimentismo* da década de 1950 que ele estará situado neste trabalho, ou seja, na observação das ideias políticas, econômicas, sociais e culturais que formaram esse discurso e influenciaram no imaginário das cidades.

Após essa explanação, apresento brevemente como se desenrolarão os cinco capítulos deste trabalho.

No primeiro, "*A cidade inconstante:* imagens urbanas de uma quase ex-capital", veremos um painel dos jornais e cronistas que serão estudados e, em seguida, a sua visão da cidade materializada em prédios e obras, ou seja, como se apresenta e desdobra a imagem clássica da cidade moderna. Por fim, ainda algumas comparações urbanísticas que eram estabelecidas entre Rio e Brasília.

No segundo capítulo, "*Agonia da Metrópole:* o cotidiano urbano carioca", começaremos a ver como aparecem, recorrentes nas páginas dos cronistas, alguns problemas urbanos, e como eles são relacionados à mudança de capital em vista, especificamente, a questão da água e da mobilidade urbana.

Logo depois, em "*Mural carioca* permeado de favelas: entre a questão social e a estética desejada do progresso", o terceiro capítulo, temos o debate sobre as comunidades cariocas e o modo como interferiam na representação da cidade naquele momento.

O quarto capítulo, "*Boletim* das crises: às vésperas da mudança, a cidade parece sucumbir" trata de como as questões econômicas da época eram vistas na vida cotidiana carioca e impunham-se também no horizonte de expectativas dos cronistas na cidade, em as crônicas que procuraram sintetizar as sensações de crise histórica.

Já no quinto capítulo, "*Pêsames ou Parabéns*? Novas visadas em busca do progresso da cidade", trago as imagens da natureza, da cultura e da história do Rio de

Janeiro como colocadas nas crônicas, as quais ressignificam a cidade em seu novo e inevitável momento.

Por fim, entre os lugares-comuns e os inovadores, entre as esperanças e angústias, que sejam as crônicas que, efetivamente, nos façam vislumbrar os horizontes delineando-se diante dos cronistas da quase ex-capital.

1. *A cidade inconstante*: imagens urbanas de uma quase ex-capital

Ao folhear praticamente qualquer jornal do Rio de Janeiro do final da década de 1950, era fácil deparar-se com esses textos curtos: as crônicas. Dispersas ao longo das edições diárias, ao lado das notícias políticas, econômicas, sociais ou culturais, delimitadas, em geral, pelo nome da seção e de seu autor, eram produto de grandes nomes de influência literária e social. Em meio aos assuntos da cultura moderna, como a televisão e o cinema, da política nacional e internacional, a vida cotidiana da então capital federal era o seu principal assunto, seja falando de seus problemas, ou louvando suas qualidades, personificando-a como o alvo de seus amores ou notorizando o cotidiano de seu povo ao focalizar seus personagens – e, muitas vezes, estes temas apareciam em meio àqueles de interesse mais amplo, para além da esfera carioca.

É certamente uma gama enorme de assuntos que interessava aos leitores dos periódicos de maneira especial a cada dia, seguindo a dinâmica dos acontecimentos, sempre complexa. Para nós, porém, leitores do século XXI, com outros interesses, outros filtros, há uma variedade de temas a ser percebida, selecionada, apreendida a partir desses outros critérios, para então encontrarmos as crônicas que vão nos oferecer as representações da cidade permeada de discursos de progresso, enquanto ela está perdendo o posto de capital federal para Brasília, e fazer esse percurso significa tanto seguir a ordem cotidiana, cronológica, quanto reagrupá-la e subvertê-la.

Antes que esse nó seja dado, é preciso prepará-lo, reconhecer a qualidade de suas fibras: passar os olhos pelos jornais e seus cronistas, como eram publicados, o que diziam sobre a cidade. Iniciemos, assim, com um "painel", focado nos primeiros meses de 1958, que poderá nos apresentar esses escritores e que tipo de matéria retiram da cidade para os seus textos.

1.1. Desde o *Jornalzinho Pobre* até o *Show da cidade*: as sessões dos cronistas nos jornais cariocas

Comecemos com o tradicional *Jornal do Brasil* (JB), fundado em 1891, que em 1958 tinha uma tiragem de 57 mil exemplares, a qual subiu para 59 mil em 1960

(BARBOSA, 2007, p. 155)[1]. Nele, as manchetes da política nacional e as notícias internacionais tinham lugar certo na primeira página, mas por vezes a vida da capital também aparecia ali: destacando os problemas em torno das favelas, como em "Vereador (PDC) promove nascimento de favela"[2], ou "Morro do Salgueiro à venda (amanhã) em leilão"[3]; ou fazendo do abastecimento hídrico notícia, caso de "Água, só do céu"[4], "Guandu paralisado: cidade ameaçada de colapso"[5], e "Falta d'água: até hospital manda embora doentes"[6]; ou ainda repercutindo grandes acidentes ocorridos, como o desabamento de um prédio, "Caiu sôbre três o São Luis Rei"[7] (destacado pelas fotos). Sua importância no período se deve por ter sido um dos primeiros a modernizar a sua linguagem (em 1956) de acordo com os parâmetros americanos, que começavam a ganhar mais força no jornalismo brasileiro, sendo por isso referido, constantemente, como um dos precursores da "objetividade jornalística".

No JB, podemos encontrar ainda vários cronistas, em um banquete intelectual oferecido ao leitor, de tal maneira que é fácil compreender por que Marinalva Barbosa (2007, p. 151) afirma que ele era percebido como aglutinador de intelectuais. Em especial na página 3, local onde publicavam também os cronistas especializados, encontramos três importantes figuras: Manuel Bandeira, já consagrado poeta, escreve duas vezes por semana, às quartas e aos domingos; Benjamin Costallat, cronista dos mais antigos da cidade, contribui de maneira mais esporádica entre 1958-1959, em razão de sua frágil saúde; e Ferreira Gullar, que estreara na literatura em 1949 e era jornalista do JB, em 1958 aparece em coluna compartilhada (intitulada Rodízio) e, a partir de 1959, marca presença duas vezes por semana (às quintas e domingos) em coluna própria. São, assim, dois veteranos e um "aprendiz" (como o próprio se dizia) que nos chamam a atenção nesse espaço.

Encontremos, primeiro, Manuel Bandeira, o poeta nascido em Recife (PE), em 1886, que viveu no Rio de Janeiro até sua morte, em 1968, tendo permanecido ali cerca

[1] Muito embora trabalhemos com os números trazidos por Marinalva Barbosa (2007), que os referencia a partir do Anuário Brasileiro de Imprensa (1950-57) e do Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão (1958-60), cabe a ressalva apontada por Ana Maria Laurenza (2008, p. 181) de que na década de 1950 não haveria "institutos sérios" que averiguassem essas tiragens. Mesmo assim, os números são importantes por nos darem uma ideia da circulação desses jornais.
[2] *Jornal do Brasil*, 05 jan. 1958, n. 04, p. 1.
[3] Idem, 08 jan. 1958, n. 06, p. 1.
[4] Idem, 19 jan. 1958, n. 16, p. 1.
[5] Idem, 26 fev. 1958, n. 45, p. 1.
[6] Idem, 07 mar. 1958, n. 53, p. 1.
[7] Idem, 31 jan. 1958, n. 25, p. 1.

de 40 anos de sua vida. No momento em que o encontramos, estava com mais de 70 anos de idade. Membro da Academia Brasileira de letras desde 1940, ele tinha vários livros publicados, sendo que naquele ano de 1958 sairia uma coletânea de sua obra, em dois volumes, pela editora José Aguilar, com fortuna crítica, intitulada "Poesia e Prosa". Sendo, então, já reconhecidíssimo escritor, além de professor de literatura – e, por isso, mais aparecia sua autoridade nas Letras e Artes –, tinha contribuído com diversos jornais, entre eles *A noite*, *A província* (Recife), *A manhã*, *Diário Nacional* (ACADEMIA..., 2016).

No Jornal do Brasil, ele colaborava desde 1955, e, nos primeiros meses de 1958, comentava sobretudo a vida cultural da cidade, fala dos eventos, dos personagens (na maioria das vezes seus conhecidos), mas também aguça seu olhar lírico para as mudanças na sua paisagem, como em "Bilhete a Benjamin Costallat"[8] e "O bar"[9], ambas de janeiro, a primeira narrando a demolição da casa da família do antigo cronista, e companheiro de página, para dar lugar a um arranha-céu, situação que outros cronistas também vão registrar; a segunda, a derrubada do Bar Nacional, que se torna importante pelas memórias de uma vida cultural boêmia do Rio antigo.

Mas o poeta-cronista também usa seu espaço para reivindicar como um cidadão, seja pelos jardins da cidade, o que faz em "Carta de agradecimento"[10], quando fala diretamente ao prefeito Negrão de Lima, agradecendo pelas árvores que mandou plantar, pela satisfação prestada a respeito das praças e jardins, e ao mesmo tempo cobrando para que cuide da Quinta da Boa Vista, que estaria depredada; seja colocando-se como porta-voz de um grupo específico, caso da "Crônica a 39 graus", de 02 de março[11], em que chama a atenção do ministro da Educação para que não permita que as aulas na cidade retornem nesse momento, por causa do calor intenso que sofre o Rio naquele verão, reivindicação feita por "numerosas mães de família". Essa "linha direta" com o ministro para intervir no calendário de aulas da cidade nos dá uma amostra da interferência direta do poder federal na vida carioca. O aspecto político de sua crônica se dá principalmente sob essa via cidadã, quase não tratando da vida política nacional, ou o fazendo apenas de maneira sutil, em meio a outras temáticas, como na crônica composta de fragmentos que narram o carnaval que acabara de passar, "Frases do

[8] *Jornal do Brasil*, 08 jan. 1958, n. 06, p. 3.
[9] Idem, 29 fev. 1958, n. 23, p. 3.
[10] Idem, 05 fev. 1958, n. 29, p. 3.
[11] Idem, 02 mar. 1958, n. 49, p. 3

Carnaval"[12], registrando, ao modo de uma colagem, momentos cômicos associados à festa, em que faz referência ao empreendimento da nova capital pelo presidente Juscelino Kubitschek: "Sua excelência acordou domingo de madrugada e gritou: - Vou-me embora p'ra Brasília! E foi. Brasília é a sua Pasárgada". O que com certeza é muito divertido vindo do próprio poeta que, no ano anterior, tinha lançado a segunda edição da sua biografia poética, *Itinerário de Pasárgada* – e será mais interessante ainda ver como outros cronistas fazem também essa associação. Desde já nos perguntamos qual o lugar que o Rio vai ocupar diante dessa nova Pasárgada, já que até mesmo no carnaval, festa já tão característica da cidade carioca e celebrada como patrimônio nacional, o presidente se retira...

Seguimos, então, para a sessão de Ferreira Gullar, que era também responsável pela sessão de Artes Plásticas do Suplemento Dominical, e tinha suas crônicas publicadas na coluna *Rodízio*, às quartas, um espaço destinado a diferentes cronistas a cada dia – o que mudará a partir de 1959, quanto publicará em seção própria. Nascido José de Ribamar Ferreira, em São Luís, em 1930, era ainda jovem e tinha despontado como poeta com o livro *A luta corporal*, de 1954, além de, como jornalista, ter participado ativamente como jornalista do JB, inclusive como um dos responsáveis pela sua modernização, segundo Werneck Sodré (1999, p. 395). Sua carreira literária seguiria em ascensão, sem deixar de colaborar com a imprensa, seja como cronista ou crítico de arte. Engajado na vida política durante a Ditadura Militar, chegou a se exilar, voltando ao país em 1977, quando foi preso e torturado. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 2014, dois anos antes de sua morte, em 2016, no Rio de Janeiro (ACADEMIA..., s/d).

O espaço limitado de uma "sessão compartilhada", não individual, como a dos demais cronistas, não nos permite conhecer muito bem o perfil de Gullar naqueles primeiros meses. O que podemos observar são sobretudo crônicas narrativas de personagens do cotidiano, muitas vezes um migrante atrapalhado com os hábitos da "metrópole". No meio dessas histórias, porém, uma crônica é especialmente significativa, "Onde dorme Deus", publicada a 08 de janeiro[13], comenta sobre as origens do nome Ipanema, que significaria "o lugar onde dorme o deus", e assim mostra o que há de especial no bairro praieiro, porém, sem deixar de mandar seu recado ao

[12] *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1958, n. 43, p. 3.
[13] Idem, 08 jan. 1958, n. 06, p. 3.

Departamento de Águas da prefeitura, reclamando das obras intermináveis para resolver o abastecimento no bairro e os transtornos por ela causados, inclusive ameaçando despertar o deus e o prefeito... O problema do abastecimento de água no Rio, que se estende desde anos anteriores, continua sendo um dos grandes martírios visto pelos cidadãos, e tem até mesmo sua "própria coluna", na primeira página do JB, o "Boletim da falta d'água".

Benjamin Costallat é outro cronista que tem sua coluna, sem título, publicada na página 3 do JB. Escritor consagrado dos jornais cariocas desde as primeiras décadas do século XX, é o único carioca de nascimento desta pesquisa, nascido em 1897. Então com 61 anos, viria a falecer logo em 1961, em decorrência de uma doença cardíaca que, inclusive, o afastara da atividade literária e jornalística. Seu painel será, assim, um pouco diferente dos demais, porque nos primeiros meses de 1958 foi um dos períodos em que ele não escreveu. Seu retorno acontece no final de abril, inicialmente aos domingos, depois, aumentando a contribuição para duas vezes por semana, mas sem manter uma frequência exata de dias, porque sua saúde continuava comprometida. Isso faz com que volte a se ausentar em agosto de 1958, e cesse de vez sua participação no jornal ao fim de 1959. Por essa razão, há uma quantidade menor de crônicas suas, mas que são interessantes tanto pelo seu renome quanto pela posição de um cronista que vinha escrevendo desde a época das reformas implementadas na cidade no início do século, que tinham no Rio o símbolo da modernidade. Jornais como *O Imparcial* e a *Gazeta de Notícias* publicaram suas crônicas naquela época, além de ser o período em que escreveu seu livro de maior sucesso, Mademoiselle Cinema (1922), constantemente citado como "culto à modernidade". Sua colaboração no *Jornal do Brasil* deu-se desde o início de seu trabalho como cronista e redator, nos anos de 1920, e nele colaborou regularmente até se afastar em razão da doença que o levou à morte (SILVA, 1990).

Suas crônicas sobre a cidade vão registrar a paisagem urbana, como em "A Lapa protesta"[14], em que comenta o incômodo da poeira constante no bairro de que os moradores têm reclamado, a qual é gerada por uma obra importante para a cidade, e que por isso ele considera uma reclamação egoísta; mas também em tom mais lírico, como em "Presença de Gago Coutinho"[15], em memória do amigo português apaixonado pelo Rio de Janeiro "desde os tempos da febre amarela [...] até os dias de hoje em seu

[14] *Jornal do Brasil*, 16 nov. 1958, n. 269, p. 3.
[15] Idem, 24 mar. 1959, n. 68, p. 3.

estonteante progresso e esplendor". Considerando essencial a ligação da cidade com a sua natureza, aponta, em "As praias de recreio"[16], a importância das praias como lugar de "catequese para uma vida limpa e saudável". Além disso, repercute com frequência as notícias sobre as estrelas de cinema que considera relevantes para refletir sobre o comportamento, bem como as da política que demonstram ligação com a vida cultural. É o caso de "Os que nunca vão ao baile"[17], em que reclama que não estejam sendo convidados para as "caronas" para o Planalto Central os escritores, aqueles que melhor poderiam dar "cobertura jornalística e literária" à "cidade-relâmpago". No mês seguinte, em "Piquenique aéreo"[18], o assunto continua, dessa vez questionando quando o presidente levará também "outras classes sociais mais modestas e mais humildes", já que a última a excursão feita a convite levou "senhoras da sociedade" e um colunista social para Brasília.

Além destes, no caderno "Cidades" [19], do JB, havia a publicação diária de Fernando Sabino, ainda novo escritor, que obtivera sucesso em 1956 com o romance *Encontro Marcado.* Mineiro de Belo Horizonte (1923), mudara-se para o Rio em 1944, onde viveu, exceto em breves períodos, até sua morte, em 2004. Sua carreira literária e jornalística, pode ser considerada, naquele momento, ainda inicial, mesmo já contando com seis livros publicados, entre contos, novelas, dicionário e romance – o sétimo seria "O Homem Nu", em 1960, coletânea de contos e crônicas publicados nos jornais – e escrevendo crônicas para a revista *Manchete*, desde 1952 (PORTAL..., 2018). Sua colaboração no *Jornal do Brasil* inicia-se em 1º de janeiro de 1958, em coluna sem título, apenas com sua assinatura, mas em posição de destaque, no início da página 7.

Talvez justamente por escrever mais constantemente que os outros (sua crônica só não aparece aos domingos), é o cronista que mais apresenta variedade de temas. Vai da narrativa dos desencontros de seu prédio à política internacional. Assim como os demais, usa seu espaço para reclamar diante dos problemas da vida urbana carioca, sendo a falta de água um dos principais, evidenciado em crônicas como "Parcas Notícias", de 7 de janeiro[20] (motivada a mandar notícias "do Brasil" a um amigo) que,

[16] *Jornal do Brasil*, 11 jan. 1959, n. 09, p. 3
[17] Idem, 30 set. 1958, n. 228, p.3
[18] Idem, 21 out. 1958, n. 246, p. 3.
[19] Vale um parêntese curioso: durante um breve período de 1959, que abarca os meses em que esteve em viagem pela Europa e escrevia como uma espécie de cronista correspondente de viagem, sua sessão aparece na página 3 do periódico.
[20] *Jornal do Brasil*, 07 jan. 1958, n.05, p.7.

embora não seja dedicada exclusivamente ao assunto, tem uma parte em que chama a atenção para o papel do prefeito diante do problema do abastecimento de água: de forma jocosa, mostra o prefeito discursando sobre a questão enquanto a população resgatava um carro que caíra numa vala aberta para fazer um nova tubulação.

É principalmente pela veia irônica que Sabino ultrapassa a via cidadã da reivindicação de melhorias e faz os comentários políticos mais diretos. Já adota o tom inclusive na sua segunda crônica, "Presidente e presididos", de 03 de janeiro[21], sobre o discurso de início de ano de JK e sua afirmação de que a vida em 1957 tinha sido "de paz, ordem e vida barata". Traçando um paralelo cômico com a "presidência" de seu próprio lar, fala sobre as dificuldades domésticas (em que se incluem questões triviais, como a decoração, mas também comenta sobre as providências tomadas para combater a falta de água, a saber, o uso de baldes) e ironiza que a vida está "de graça: o ar que respiramos ainda não foi tabelado. Não pagamos nada pelo milagre de ainda estarmos vivendo". Assim, a crônica, mesmo localizando-se expressamente na capital (o cronista-narrador chega a citar até mesmo o nome da rua em que reside), mostra um painel de acontecimentos que podem ser referidos a qualquer casa de classe média das grandes cidades brasileiras do período. Contudo, o que nos interessa é justamente que ela parte de um ponto de vista carioca sobre os problemas da vida cotidiana em que o governo interfere.

Na coluna de Sabino há também a narrativa de eventos pontuais da urbe, mas trabalhada de modo a ampliar a reflexão ao seu redor, como ocorre em "Vai cair", de 1º de fevereiro[22]. Colocando o desabamento projetado de um prédio condenado em uma sequência de acidentes similares que se estendiam desde o ano anterior, amplia a sensação de angústia e impotência na cidade: "Ontem caiu um prédio aqui em Copacabana. Outro dia foi na cidade. Há mais tempo em Santa Teresa, e, antes, ainda em Copacabana. O tempo entre um e outro desabamento está cada vez mais curto – e as previsões cada vez mais certas". E ainda mais interessante é que, no mês seguinte, esse tema reaparecerá como um paralelo com a mudança da capital, em "Quinze centímetros"[23], quando comenta a conversa que teve com um amigo, funcionário público, "apavorado com a perspectiva de ter que mudar-se para Brasília", que o

[21] *Jornal do Brasil*, n. 02, p. 7.
[22] Idem, 01 fev. 1958, n. 26, p. 7.
[23] Idem, 23 mar. 1958, n. 67, p. 7.

informa de que um hotel afundou 15 centímetros e, por isso, acredita que "vai acabar caindo tudo antes que a gente se mude". O cronista narrador, porém, acredita que o fato é natural e "não quer dizer que o edifício esteja caindo, como naturalmente acontece aqui no Rio". Por essa breve visada, pode-se imaginar quantas relações poderemos perceber na dinâmica do dia a dia.

Prosseguindo nosso percurso para outro impresso, vejamos o também tradicional *Jornal do Commercio.* Fundado em 1827, não tinha, porém, o mesmo grande público da primeira metade do século, tendo decaído sua tiragem diária gradativamente: em 1955 eram 60 mil exemplares, enquanto em 1958 eram 32 mil[24]. Mantinha a tradição de trazer na primeira página os destaques internacionais, só abrindo espaço para as notícias brasileiras quando relacionadas à sua política internacional ou às relações econômicas, caso da manchete de 03 de fevereiro de 1958, "Sinais do progresso econômico do Brasil"[25], bem como daquela de 05 de março de 1958, "O Brasil estaria à beira da Bancarrota"[26]. As notícias da capital federal não tinham destaque ali.

Apesar disso, o veículo tinha tradição em matéria de cronística carioca: já tivera em suas páginas importantes nomes como Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar, no século XIX, e Euclides da Cunha, no início do XX, e nos anos de 1950 conta com a colaboração diária de Dinah Silveira de Queiroz, cujo espaço nesse periódico era mantido desde 1944, como escritora já reconhecida, com destaque para o romance histórico *A Muralha* (1954). Paulistana de nascimento (1911), sabe-se que passou em São Paulo a infância e adolescências, mas, nas biografias acessadas, não consta desde quando manteve residência no Rio de Janeiro – no entanto, aponta-se que a partir de 1962 não permaneceria mais constantemente na cidade, em razão da atividade diplomática do marido. Segunda mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras, em 1980, Dinah teria extensa carreira, em diversos gêneros literários, até sua morte, em 1982, sendo que deixaria apenas três livros de crônicas: *Quadrante I*, *Quandrante II* e *Café da Manhã*, em 1962, 1963 e 1969, respectivamente (ACADEMIA..., s/d.a). Além do *Jornal do Commercio*, onde pode-se dizer que era mesmo o nome com o qual o jornal se sustentava na cronística, pois não havia outros, Dinah colaborou ainda com *A manhã*, a revista *O Cruzeiro*, o *Diário de Notícias*, entre outros.

[24] Não há, porém, dados sobre a tiragem nos dois últimos anos da década (BARBOSA, 2007, p. 155).
[25] *Jornal do Commercio*, n. 105, p. 1.
[26] Idem, 05 mar. 1958, n. 128, p. 1.

Seu "Jornalzinho Pobre", como chama sua coluna, era publicado seis dias por semana em página dedicada a notícias de assuntos variados, onde muitas vezes também se localiza a coluna de San Tiago Dantas, então dono do jornal. A sessão não se exime de informar sobre a vida literária, eventos ocorridos e lançamentos, assim como Bandeira no JB, bem como comentar assuntos que são noticiados pela impressa em geral, ou eventos da cidade, como "A grande inauguração", em 26 de janeiro de 1958[27], do Museu de Arte Moderna, que ela descreve como "um contacto histórico de grande importância com o futuro", evidenciando, assim, o desenvolvimento da cidade. Mas a sua principal característica são as narrativas enfocando situações do cotidiano, que, embora sejam quase sempre cômicas e de enfoque individual sobre personagens da classe média, também se abrem para a percepção da vida coletiva através do que é considerado, explicitamente, como problemas urbanos, caso de três crônicas do início de 1958. Na primeira, "Terreno para plantar crimes", de 19 de janeiro[28], a cronista narra, em tom indignado, como um terreno vazio, que ela pode ver da janela do seu prédio, vai tornando-se um local de marginalidade, especialmente para menores, onde "em certas ocasiões fazem arremedos de favelas", e relata ocorrências à polícia e aos bombeiros (devido a constantes queimadas) que demoram a ser atendidas. O caso ganha ainda continuidade em um comentário de 04 de fevereiro, "Prevenção do crime"[29], em que destrincha o problema dos menores marginalizados na cidade, sugerindo uma "'limpeza' sistemática desses pontos frequentados por menores em abandono". Já em outras crônicas há uma mudança de tom, saindo da indignação para o humor irônico em "Mágica e Miséria", de 22 de março[30], com a história de uma "velha enrugada" que esmola em Copacabana e que "milagrosamente cura-se" ao fim do dia , tornando o bairro um "pátio dos milagres"; e até mesmo chegando à simpatia diante dos "pobres favelados" que, em meio ao "cheiro de lama podre", fazem uma instalação clandestina de luz, puxada da torre da Rádio Nacional, narrada em "A luz escamoteada", de 21 de fevereiro[31]. Todas elas enfocam, de alguma maneira, a pobreza e a marginalidade.

Sobre a mudança da capital, nesse início de 1958 a escritora publica apenas "Casamento em Brasília", em 26 de março[32], mas sem fazer nenhuma relação com o

[27] *Jornal do Commercio*, 26 jan. 1958, n. 98, p. 4.
[28] Idem, 19 jan. 1958, n. 92, p.4.
[29] Idem, 04 fev. 1958, n. 105, p. 4.
[30] Idem, 22 mar. 1958, n. 143, p. 5.
[31] Idem, 21 fev. 1958, n. 118, p. 5.
[32] Idem, 26 mar. 1958, n. 146, p. 5.

Rio, nem mesmo tratando-a como um empreendimento político. Seu foco está na possibilidade de casamentos à distância, entre as moças do norte, sem "bons rapazes", e os trabalhadores da nova capital, numa cidade ainda sem mulheres, usando-os como símbolo de um "Brasil que está recomeçando" – opinião essa que não mudará.

Nosso próximo periódico, *O Globo,* fundado em 1925, era um dos jornais com maior tiragem na época, com 187 exemplares diários em 1958, chegando a 218 mil, em 1960[33], o que teria lhe garantido grande poder de influência (BARBOSA, 2007, p. 155.). Em sua primeira página, era o que mais abria espaço para os problemas cotidianos da cidade do Rio de Janeiro (inclusive do noticiário policial) ao lado das notícias políticas nacionais e internacionais. Assim como no JB, são destaque a questão hídrica, como em "Água só segunda-feira, no 'Polígono das sêcas'"[34], e "O Rio sem 250 milhões de litros de água, por dia"[35]; questões em torno das favelas, "A sorte de 11 mil favelados ligada a um leilão judicial"[36], "Não têm onde tratar-se os sessenta e cinco mil moradores de Padre Miguel"; e o noticiário das grandes tragédias, "Erguia-se sobre o pântano o edifício que desmoronou"[37], "Dezenas de mortos e numerosos feridos no engavetamento de dois trens da Central"[38]. Porém, o jornal vai além, trazendo ali também questões de urbanismo, como "No Rio futuro, não haverá espaço para o velho mercado"[39]; reivindicações, como em "O que exigimos da prefeitura"[40]; e a denúncia da violência e dos problemas sociais da cidade, caso de "À mercê dos assaltantes os moradores de Ipanema"[41], "O vício passeia de noite em Copacabana"[42] e "Voltam as autoridades suas atenções para a mendicância infantil"[43].

Ele contava com alguns cronistas espalhados em suas páginas escrevendo de maneira diária. Henrique Pongetti, que colaborou no jornal nas décadas de 1950 e 1960, era mineiro de Juiz de Fora (1898), e se estabelecera no Rio de Janeiro desde a década de 1920, onde morreu em 1979 (ENCICLOPÉDIA..., 2017). Ganhou a alcunha de

[33] Ao visitar a página do seu acervo, disponível no site da empresa, notamos que havia duas edições diárias, uma matutina e uma vespertina, sendo esses números possivelmente a soma das duas edições.
[34] *O Globo*, 04 jan. 1958, n. 9714 (única), p. 1.
[35] Idem, 26 fev. 1958, n. 9758 (única), p. 1.
[36] Idem, 15 jan. 1958, n. 9723 (única), p. 1.
[37] Idem, 31 jan. 1958, n. 9738 (única), p. 1.
[38] Idem, 08 mar. 1958, n. 9767 (única), p. 1.
[39] Idem, 03 fev. 1958, n. 9740 (vespertina), p. 1.
[40] Idem, 12 fev. 1958, n. 9748 (única), p. 1.
[41] Idem, 07 fev. 1958, n. 9744 (única), p. 1.
[42] Idem, 10 mar. 1958, n. 9768 (vespertina), p. 1.
[43] Idem, 06 mar. 1958, n. 9765 (única), p. 1.

"Príncipe dos cronistas brasileiros", e Manuel Bandeira diria sobre o admirado colega: "Pongetti é, por excelência, o cronista, o nosso mais graduado veterano no gênero. O gênero em que, como ele próprio reconhece, consumiu sua vida: 'a história em tom menor"[44]. Nesta crônica, Bandeira venerava Pongetti pelo livro de crônicas lançado naquele ano de 1956, *Direito e Avesso*, uma coletânea de 102 crônicas, retiradas de um conjunto que o cronista-poeta afirma totalizar mais de seis mil. Incrivelmente, hoje não achamos quase nada sobre a biografia deste autor, e, quando há, foca-se muito mais na sua atividade como dramaturgo. Talvez viesse daí, inclusive, o nome de sua sessão, confirmada diariamente na página 3, "O show da cidade", onde vinha, às vezes, uma ilustração acompanhando o texto. Circundado sobretudo por notícias econômicas, em sua coluna são recorrentes, porém, a vida cultural da cidade – no que se incluem os lançamentos de livros, as festas da "high-society", mas também o futebol – e as questões comportamentais da época, mas também havia espaço para comentários sobre a política nacional e internacional.

A vida cotidiana do Rio é abordada sobretudo pelas relações políticas, caso de "Júri na madrugada", de 20 de janeiro[45], em que comenta sobre um grupo de policiais, denominado "esquadrão da morte", que assassina supostos bandidos, afirmando que esse tipo de "justiça" teria apoio mesmo das "almas mais sensíveis e cristãs" por causa das relações imorais entre bandidos e políticos da cidade. Já em "Um vereador sobe o morro", de 28 de janeiro[46], o assunto são os políticos que se aproveitam dos moradores das favelas, "da miséria eleitoreira das favelas", para se elegerem, enchendo-os de promessas vazias. Percebe-se, assim, a preocupação com uma ausência de moralidade na política feita na cidade.

Além das relações políticas, Pongetti aborda a cidade a partir de uma análise da forma mesma da vida na grande urbe moderna, como em "Uma nova piedade", de 23 de janeiro[47], em que chama a atenção para necessidade de uma "piedade geocristã", que possibilite ao habitante das grandes cidades ausentar-se um pouco da violência desse espaço e "reencontrar-se consigo". Nesse sentido, não é estranho quando, em 03 de março, publica "Agonia da metrópole"[48], em que desenha o Rio sob contornos de uma

[44] "O veterano". *Jornal do Brasil*, n. 303, p. 3.
[45] *O Globo*, 20 jan. 1958, n. 9727 (única), p. 3.
[46] Idem, 28 jan. 1958, n. 9735 (única), p. 3.
[47] Idem, 23 jan. 1958, n. 9730 (única), p. 3.
[48] Idem, 03 mar. 1958, n. 9762 (vespertina), p. 3.

cidade inabitável, em que vão faltando "todas as providências vitais", e questiona-se se "Brasília não é o aviso da Divina Providência para o abandono geral da cidade moribunda"...

N'*O Globo* também escrevia Elsie Lessa, paulistana nascida Elsie Pinheiro, em 1914. Ela vivia no Rio de Janeiro pelo menos desde a década de 1940, época em que começou a trabalhar nesse periódico como repórter. Apesar de seu primeiro livro de crônicas ter sido publicado em 1950, "Pelos caminhos do mundo", sua colaboração cronística no jornal de Roberto Marinho só se iniciaria em 1952, finalizando cinco décadas mais tarde, em 2000, ano em que Lessa morreu, na cidade de Cascais (Portugal) (MEMÓRIA O GLOBO, 2013). Sua coluna chamada "Globe-trotter", às vezes acompanhada de uma ilustração, assim como na sessão de Pongetti[49], saía em geral, três vezes por semana, na primeira página da segunda seção, dedicada aos assuntos culturais.

Se pudermos dizer assim, Lessa é a cronista mais literária desse impresso, geralmente abordando assuntos mais intimistas, em tom lírico, ou em narrativas de viagem. Isso não significa, porém, que não volte os olhos também para a cidade, pelas narrativas de personagens com algo de pitoresco, ou pelos comentários sobre sua dinâmica, caso do problema da superpopulação, explorado em "Um milhão a menos", de 10 de janeiro[50], em que a cronista-narradora volta há 20 anos para mostrar como o crescimento demográfico da cidade afetou negativamente a vida da "cidade mais doce, mais gostosa da terra", evocando ainda Brasília, que ela deseja que leve boa parte dessa população excessiva. Os comentários negativos sobre a qualidade de vida na cidade, que ela já demarcara como superlotada, são recorrentes na percepção da cronista, como ocorre em "Interrogações", de 5 de fevereiro[51], que embora seja motivada pelo desabamento do edifício em Copacabana (o mesmo de que falou Sabino, em crônica de 1º de fevereiro), amplia a angústia sobre a "bela e infeliz cidade do Rio", sem água, de trânsito impossível, esburacada... Já em "Não falem, façam", de 19 de fevereiro[52], retoma o tom da cidade "querida e maltratada", dessa vez com esperança de que um dia "talvez ela entre no alvo", baseada na ideia de "quem sabe com metade da população indo pra Brasília".

[49] Pelos traços, trata-se do mesmo ilustrador. No entanto, elas nunca vêm assinadas.
[50] *O Globo*, 10 jan. 1958, n. 9719 (única), p. 1 (seção 2).
[51] Idem, 05 fev. 1958, n. 9742 (única), p. 1 (seção 2).
[52] Idem, 19 fev. 1958, n. 9752 (única), p. 1 (seção 2).

A preocupação com o bem-estar urbano é a tônica de suas crônicas, e aparece mesmo naquelas voltadas para a vida cultural, como "Cinemas", de 7 de fevereiro[53], em que a qualidade ruim das salas de cinema da cidade (desconfortáveis, sujas) serve para lamentar que "nem isso sobrou ao carioca", o que faz com que entre "na lista, já tão grande" dos seus "sofrimentos urbanos". Mas esses sofrimentos incluem, também, assuntos mais graves e abrangentes, como o problema da oferta do ensino básico, que não tem vagas para todas as crianças em idade escolar, como exposto em "O caso das excedentes", de 25 de março[54], motivo que faz com que a cronista afirme que o Rio não chegou "ao primeiro degrau na etapa para sermos chamados de civilizados". A vida cotidiana do Rio pode até não ser o principal motivo das narrativas da cronista, mas é bastante vívida, principalmente em seus aspectos ruins, quando se apresenta.

Resta dizer, ainda, que Rubem Braga torna-se cronista de *O Globo* em agosto de 1959, com coluna intitulada simplesmente "A crônica de Rubem Braga," geralmente duas vezes por semana (terças e quintas) na página 2 da primeira seção – onde destoa um pouco, já que esta era dedicada às notícias econômicas, mas, ao mesmo tempo, é forte indício do reconhecimento que o cronista tinha à época, tendo já tornado-se mesmo uma referência obrigatória do gênero, no alto de deus 40 e poucos anos. Braga era capixaba de Cachoeiro de Itapemirim (1913), mas estabeleceu-se no Rio de Janeiro, na verdade, muitas vezes, e lá manteve sua famosa cobertura na Zona Sul desde a década de 1950, tendo também morrido ali, em 1990. Jornalista e cronista experiente, tinha morado em diversos estados, como Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, e fora até correspondente de Guerra na Itália, além de ter tido cargos nas Embaixadas brasileiras de Marrocos e Chile (CADERNOS..., 2011). Seus livros de crônicas eram publicados desde a década de 1930, contando já 10 publicações até 1960. Em 1958, porém, que é onde iniciamos com esse painel, ele faz parte do time do *Diário de Notícias*, o mais recente dentre os jornais desta pesquisa, último veículo que vamos folhear nesse momento.

Fundado em 1930, o *Diário de Notícias* se auto-intitula "O matutino de maior tiragem da capital da República"[55] e saía com 47 mil exemplares, em 1958, o que se

[53] *O Globo*, 07 fev. 1958, n. 9744 (única), p. 1 (seção 2).
[54] Idem, 25 mar. 1958, n. 9781 (única), p. 1 (seção 2).
[55] É possível compreender a afirmação considerando que grande parte dos jornais saía no período vespertino e, como foi dito anteriormente, é provável que a tiragem de *O Globo*, muito maior, seja a soma das edições matutina e vespertina.

manteve até 1960 (BARBOSA, 2007, p. 155). Assim como o *Jornal do Commercio*, o DN destacava na primeira página as notícias internacionais, principalmente de cunho político-econômico, às vezes trazendo notícias nacionais de mesmo teor, como "Enfraqueceu-se em 1957 a economia brasileira"[56] e "Inevitáveis correções no sistema cambial do Brasil", esta porém, uma "Opinião do 'Financial Times'"[57] – ambas com menor destaque. Sobre a vida carioca, poucas são as vezes em que a estampa na primeira página, o que ocorre quase sempre quando se trata de grandes acontecimentos, como "Desabou o edifício São Luís Rei"[58] (o mesmo caso noticiado no JB e n'*O Globo*), o qual aparece com fotos, como segunda manchete, ou o "Pavoroso choque de trens em Paciência leva a dor e o luto a centenas de lares"[59], como primeira manchete e também ilustrado com fotos. Além disso, no período carnavalesco noticia os "Vencedores do Carnaval"[60], sendo um dos jornais que dedica ao evento maior cobertura.

Apresenta, em 1958, alguns cronistas diários, dentre os quais Rubem Braga aparece na página 2 do matutino, destinada à política, geralmente às terças, quartas e sextas, em coluna que leva como título apenas o seu nome. Braga, então, já era um veterano do gênero nos anos 1950, e apesar de ser conhecido por fazer boa crônica até mesmo quando faltava assunto, não são incomuns seus textos sobre temas específicos da política internacional, bem como do governo JK, como a exportação do café. Logo, vemos que o posicionamento de sua sessão em páginas "mais sérias", tanto no DN quanto n'*O Globo*, tinha mesmo algo a ver com o seu reconhecimento e validação diante do público leitor. Nesse âmbito, a construção de Brasília aparece em crônica de 30 de março[61], quando diz que não acredita que alguém seja contra a mudança da capital para o interior, mas que o problema seria o dinheiro que está sendo gasto, se isso é "oportuno" em "hora de tanto aperto", fazendo, assim, a sua crítica sob argumentos econômicos, sem deixar de cutucar o governo ao afirmar que, de tantas metas, a única "de verdade" é Brasília.

Sobre a vida carioca, não costuma comentar sobre seus eventos culturais, por exemplo, como outros cronistas (embora às vezes dedique sua crônica a algum

[56] *Diário de Notícias*, 08 jan. 1958, n. 10784, p. 1.
[57] Idem, 24 jan. 1958, n. 10797, p. 1.
[58] Idem, 31 jan. 1958, n. 10803, p. 1.
[59] Idem, 08 mar. 1958, n. 10832, p. 1.
[60] Idem, 21 fev. 1958, n. 10819, p. 1.
[61] Idem, 30 mar. 1958, n. 10851, p. 2.

personagem do circuito artístico), mas repercute os acontecimentos marcantes, como narra, em "Caiu"[62], o mesmo caso do prédio que desabara em Copacabana, usado como mote por Sabino e Lessa, como vimos, sublinhando, porém, o fato de que este fora construído sobre um antigo brejo chamado "Ouvido do mar", e atribuindo o desabamento à "sensibilidade" desse charco "às fúrias e canções do oceano". Seu olhar atento para a relação íntima da cidade com sua natureza aparece ainda em muitas outras crônicas, motivadas pelos mais diversos assuntos, como em "Horários", de 23 de janeiro[63], na qual o intenso verão carioca o faz propor mudanças de horário para o funcionalismo público.

Em outras crônicas, os problemas da cidade é que vêm à tona, chamando a atenção para o comportamento do carioca associado a problemas da infraestrutura da cidade, caso de "Os palhaços", de 18 de janeiro[64], em que utiliza uma narrativa um tanto caótica e entrecortada por comentários para expor o problema do trânsito, caracterizado como um "circo de neurastênicos", pelo excesso de veículos e a descortesia dos condutores.

Dentre os demais cronistas que publicam no *Diário de Notícias*, nosso último encontro é com Eneida, igualmente uma veterana do gênero, que publicava todos os dias a coluna "Encontro Matinal"[65], desde 1952, sem página certa, mas sempre na seção de cultura do jornal. Nascida Eneida da Costa, em Belém (PA), em 1904, usou por mais tempo o sobrenome do marido e, por isso, ficou bastante conhecida como Eneida de Moraes, no entanto, deixou de assiná-lo após o desquite, usando simplesmente Eneida, pelo qual também opto neste texto. Sua carreira literária e jornalística começou ainda em Belém, aprofundando-a depois que chegou no Rio de Janeiro, em 1930, junto com sua atuação política no Partido Comunista Brasileiro (PCB) (SANTOS, 2005). Seu primeiro livro de crônicas, *Cão da madrugada,* de 1954, trazia muito de sua vivência política, inclusive sobre sua prisão sob a Ditadura Vargas, em 1936, quando esteve no famigerado Pavilhão dos Primários, em razão de sua participação na Aliança Nacional Libertadora (ANL). No fim dos anos de 1950, publicou as crônicas mais líricas de "Aruanda", em 1957, e é esse tom o que prevalece também nas narrativas publicadas no DN, talvez pela caracterização de tempos considerados "mais amenos" politicamente,

[62] *Diário de Notícias*, 1º fev. 1958, n. 10804, p.2.
[63] Idem, 23 jan. 1958, n. 10796, p.2.
[64] Idem, 18 jan. 1958, n. 10793, p. 2.
[65] Às vezes, aparece grafada "Encontro Matutino".

talvez também pelo caráter conservador do jornal, mesmo que a cronista nunca tenha deixado de deixar nítidos seus posicionamentos políticos quando era preciso.

No seu leque de assuntos, os "resumos" dos acontecimentos da vida pública, incluindo notícias dos eventos culturais da capital e os agradecimentos aos amigos têm lugar certo pelo menos uma vez na semana. Nos demais dias, escreve também crônicas líricas ou narrativas, às vezes sobre personagens das ruas, com quem entra em contato, às vezes de leitores de quem recebeu cartas (por vezes, essas aparecem como "transcrições"). Não é incomum que se coloque como uma voz a favor do povo, "protestando", como diz, contra as injustiças vistas na cidade, tal como ocorre em "Sôbre Carnaval", de 12 de janeiro[66], em que destaca o controle que o governo tentava fazer da festa e mostra a Polícia como inimiga histórica desta. Estabelecendo um canal direto com o leitor, também usa seus textos para apelar para que o povo proteste junto com ela, bem como, noutras vezes, convida para a participação nos eventos. A respeito dos protestos, estes às vezes são feitos de maneira apenas indireta, dentro de narrativas como "Gemidozinhos", de 17 de janeiro[67], em que o problema do abastecimento de água em Copacabana, "a área da sêca", é tratado com bom humor, com a cronista-narradora falando em "miragens" e "delírios" por água corrente; ou ainda em "Cidadã carioca, rua paraense", de 30 de março[68], em que comenta a satisfação de ter sido intitulada cidadã carioca sem deixar de dizer que também considera "justa" a nomeação, já, que como os demais cidadãos ali nascidos, tanto canta a cidade quanto sofre suas penúrias: "juro que continuarei, mesmo sem água, sem gás, tendo sôbre minha cabeça e minha vida a constante ameaça de morte pelos automóveis e ônibus [...] juro que continuarei carioca de coração" . Outra característica importante das crônicas dessa autora são as narrativas da mudança da cidade, como aparecem em "Leme"[69] e "A casa"[70], em que a primeira trata com lirismo do desaparecimento, por causas naturais, da praia do Leme; e a segunda narra as mudanças nos padrões de moradia da cidade, a substituição das casas por arranha-céus, a partir de uma casa específica.

Além de apresentar os jornais e os cronistas que seguiremos, esse painel nos mostra um pouco do envolvimento desses intelectuais com a sociedade carioca da

[66] *Diário de Notícias*, 12 jan. 1958, n. 10788, p. 31.
[67] Idem, 17 jan. 1958, n. 10792, p. 16.
[68] Idem, 30 mar. 1958, n. 10851, p. 25.
[69] Idem, 08 jan. 1958, n. 10784, p. 10.
[70] Idem, 02 mar. 1958, n. 10827, p. 25.

época, indicando ainda o peso que a crônica da metade do século XX tem na esfera pública do Rio de Janeiro, como defende Beatriz Resende (2001). Não à toa, há uma grande quantidade de cronistas encontrados nos diversos jornais na época. Além dos nossos nove cronistas, distribuídos em quatro periódicos, não podemos deixar de citar aqueles que eram também muito conhecidos, mas que essa pesquisa não abrange: Antônio Maria, em *O Globo*; Paulo Mendes Campos, no *Diário Carioca;* Nelson Rodrigues e Stanislaw Ponte Preta, no *Última Hora*. Além de outros que circulavam entre os diversos periódicos no período, como Cesário Alvim, Maria Olívia, José Candido de Carvalho, José Carlos de Oliveira, Sylvio Neves, Maria Rita, Augusto Meyer[71].

Nesse contexto, é importante notar também que a imprensa vive um período de maior liberdade, possibilitada pela democracia representativa de que o país gozava desde 1946, principalmente quando colocada em comparação com o período anterior, da Ditadura Vargas, e o posterior, da Ditadura Militar. No que tange ao governo Juscelino Kubistchek, Jorge Ferreira (2010, p. 13) sublinha a grande variedade de jornais que circulou e a participação ativa dos intelectuais nos debates, "especialmente no tocante aos projetos de desenvolvimento e à questão democrática", como um dos traços fundamentais daquele momento. Como o painel nos indicou, isso poderia ser feito de muitas formas no caso dos cronistas, que têm liberdade formal e maior leque de assuntos para tratar.

Aproveitemos, então, para tratar brevemente dessa diversidade com a qual teremos que lidar. Primeiramente, cabe salientar que as sessões dos cronistas aqui trabalhadas são as das chamadas "crônicas de diversidades" ou "de variedades", em oposição às crônicas especializadas (políticas, econômicas, sociais, etc). Já estando totalmente estabelecida nesse período, essa divisão iniciou-se com a expansão da imprensa no fim do século XIX que, ao propiciar uma maior variedade de abordagens, demandou também uma maior especialização. De acordo com Chalhoub et al. (2005, p. 17),

[71] Apesar de Antonio Maria publicar em *O Globo*, sua coluna ("Na pista") não foi selecionada nessa pesquisa porque, entre 1958-1960, era dedicada principalmente aos assuntos da vida noturna do Rio. Os demais ficaram excluídos pelo recorte dos jornais. A lista geral de cronistas seria mais extensa, esta foi levantada com base apenas nos anos de 1958-1959, nos quatro jornais que são nosso foco, e também no *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *Última Hora,* e mesmo assim não abrange todos os nomes possíveis de serem lidos naquele momento.

> o folhetim semanal, cujo autor deveria ser capaz de abordar em um mesmo texto os mais diferentes assuntos, por vezes não bastava para dar conta de uma variada gama de temas que pediam suas próprias séries. Assuntos como a política, o teatro, o esporte e a memorialística, embora se fizessem desde o início presentes nas produções dos cronistas brasileiros, passaram a merecer seções próprias, pautadas por lógicas e regras específicas".

O estabelecimento dessa regra não impediu, porém, que se mantivessem alguns cronistas responsáveis por colunas de maior variedade de assuntos, sem que necessitassem preocuparem-se necessariamente com os "assuntos sérios". Quem vai fazê-lo são aqueles que utilizam de uma linguagem mais "solta", passando de tema em tema, tal como Machado de Assis (2007, p. 27-28) já "definia" a crônica:

> Não posso dizer em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica.

Assim, a divisão dos espaços por temas vai fortalecer, por um lado, o crescimento da informatividade no jornal (na direção do jornalismo empresarial dos anos 1950) e, por outro, vai permitir que outra área da cronística se aprofunde, aquela menos comprometida com a notícia em si, a qual chamamos "crônica de diversidades". Com isso, por exemplo, vemos que, na página 2 do *Diário de Notícias*, onde havia a coluna de Rubem Braga, saia a sessão de Joel Silveira, especializada em política econômica, e Gustavo Corção escrevia sobre religião (católica); enquanto nas páginas voltadas para cultura e lazer, onde encontrávamos (entre 1958 e 1959), a crônica de Eneida, Fernando Lôbo tinha sua "Ronda da Noite", um tipo de crônica que passou a se chamar "social". No *Jornal do Brasil*, toda a página 3 era destinada à opinião, mas, diferentemente de Costallat, Bandeira e Gullar, que surpreendiam com novos assuntos e abordagens, a presença de Chermont de Britto, Martins Alonso, Nelson Carneiro, entre outros, era certa para falar dos assuntos políticos e econômicos, assim como Josué Montello e Tristão de Athayde apareciam para tratar exclusivamente de cultura. Apenas no *Jornal do Commercio*, onde a organização segundo o jornalismo empresarial começou tardiamente, não havia uma diferenciação de espaços – na verdade, naquele

momento, o único espaço visivelmente diferenciado das notícias era a crônica diária de Dinah Silveira de Queiroz.

Se, num primeiro olhar, esses espaços assemelham-se por serem sempre assinados e trazerem opiniões, ao lê-las as diferenças aparecem nitidamente, pela maior liberdade que os "cronistas de variedades" têm para escolher e trabalhar narrativamente seus temas. Isso não significa, porém, que os cronistas se eximissem completamente de abordar os assuntos do noticiário, como vimos fazerem todos os cronistas no nosso painel, seja ao tratar de desabamentos/derrubadas de prédios, obras públicas, inaugurações de museus ou excursões às obras da nova capital. Se assim não fosse, é provável que logo a crônica não teria mais espaço nos veículos jornalísticos.

Cabe aqui mais um parêntese explicativo. Embora seja nesse período a época de ouro do chamado Suplemento Literário, quando surge "em praticamente todos os jornais da chamada grande imprensa, especialmente aqueles que passavam por reformas" (LORENZOTTI, 2007, p. 57), e lá a crônica tenha também seu espaço ao lado dos contos, poemas, trechos de romances traduzidos, ensaios e crítica literária, não buscamos nesse espaço os nossos cronistas. Se levarmos em consideração que este era um espaço especializado da literatura no jornal, voltado para "conhecedores", e , como coloca Silviano Santiago (1993, p. 14), destinado a "envolver" o leitor em "contemplação" durante os "dias de lazer", em oposição à notícia "que transmite a ação [e] ocupa o burguês durante os dias de trabalho"[72], veremos que as crônicas que eram publicadas naquele espaço tendiam a passar por um crivo que lhes apartaria mais dos temas conectados aos assuntos do dia a dia em nome das abordagens que trouxessem mais "universalidade", ou "transcendência".

Como chama atenção Luiz Simon (2011, p. 44) ao analisar o percurso da crônica em direção ao prestígio na crítica literária (o que ganha amplitude justamente nos anos 1950), "a ideia de transcendência pressupõe superação de etapas, ultrapassagem e até superioridade, o que pode nos levar a confirmar a hipótese da hierarquia e distanciamento entre crônica e notícia, literatura e jornalismo". Pelo contrário, o crítico acredita que essa é uma abordagem perigosa pois, no afã de valorizar o seu aspecto

[72] Não à toa, os Suplementos geralmente saíam aos domingos, caso do *Diário de Notícias* e do *Jornal do Brasil*. *O Globo* e o *Jornal do Commercio* não apresentam esse caderno. Sobre os outros jornais cariocas que não estão nesta pesquisa, o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa* também possuíam seus Suplementos Literários.

literário, acaba por colocá-la em uma situação de isolamento, fazendo com que perca seu sentido. Sem interesse nesse tipo de transcendência do mundo dos fatos cotidianos e da informação, acreditamos, assim como Simon, que trabalho estético e olhar sobre a vida cotidiana se complementam.

Ao serem veiculadas, como vimos no painel, espalhadas no jornal, misturadas em meio às notícias políticas, econômicas, da cidade, da cultura, etc, e sendo publicadas pelo menos duas vezes por semana, as crônicas têm a possibilidade de se aprofundarem em sua natureza híbrida. Mais próxima da dinâmica do dia a dia, ela tende a apresentar uma maior variedade de assuntos, inclusive de variação do mesmo assunto, assim como dá maior abertura para o cronista utilizar seu espaço como cidadão – e mesmo quando não o faz diretamente, conseguimos perseguir pelas imagens as suas concepções da cidade. E, claro, trabalha essa variedade utilizando uma série de recursos literários que não devem ser negligenciados.

Sendo assim, buscamos nessas crônicas diárias as representações (re)criadas sobre a cidade que não só tentam compreendê-la e, assim, bebem de representações sociais, como também, ao fazê-lo, *alimentam* um imaginário que está em disputa. Dessa maneira, as crônicas não só apreendem como *projetam* essas representações da cidade, atreladas a determinados pontos de vista. Nossa perspectiva é de que o imaginário social, no sentido de Bronislaw Baczko (1985), é o lugar onde circulam os discursos e suas representações, e que está, porém, em constante disputa porque é nele que se criam os sentidos sociais – as identidades de grupo, dos grupos sobre os outros, a importância das instituições sociais, o lugar ocupado pela sociedade na história, entre outras questões que estão inscritas no seu sistema simbólico – que movem as ações humanas.

Nesse viés é que faz sentido perguntar: Qual o significado que a Lapa assume para a cidade a partir da imagem de Benjamin Costallat? Por que Dinah Silveira se concentra no assunto da marginalidade? As colocações de Gullar e Sabino sobre o problema das obras e do abastecimento de água se dão apenas no âmbito da política? Que imagem de cidade se fortalece quando Rubem Braga relembra que o prédio que caiu foi construído sobre um antigo pântano ou quando Manuel Bandeira relembra a história da casa da família Costallat? O que significa a afirmação de Eneida de que a sua nomeação como cidadã carioca seja justa porque ela também ama a cidade e sofre suas penúrias? Que esperança de cidade se pode entrever das críticas traçadas por Elsie Lessa

à vida no Rio? Enfim, que representações da cidade estão em jogo no imaginário social a partir dessas crônicas?

No momento em que o Rio de Janeiro tem o seu destino sendo traçado longe do status de capital federal, os cronistas da cidade retrabalham suas representações também projetando sua importância para a nação, bem como para si mesmo. Se, como coloca Baczko (1985, p. 309), "o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais", o que significa que ele é historicamente dinâmico, precisamos entender a que necessidades essas representações (re)criadas pelos cronistas da cidade estão respondendo nesse momento histórico específico.

O imaginário, porém, se não é um reflexo da vida material também não se sustenta longe dela, sendo daí geradas tanto as suas possibilidades quanto os seus limites. Assim, não deve ter passado despercebido ao leitor que, em uma pesquisa sobre as representações do Rio no contexto da mudança da capital, no painel de que partimos esse assunto tenha sido apenas mencionado uma ou outra vez. Dois são os motivos para isso.

O primeiro motivo é que o painel se concentrou, sobretudo, nos primeiros meses de 1958 e, de fato, nesse momento não há ainda "Brasília" suficiente para ser debatida e comparada como obra concreta, pelo menos não com tanta frequência. Se, por um lado, a transferência da capital já está, naquele momento, não só anunciada como também com sua data marcada, 21 de abril de 1960 – faltando, portanto, apenas dois anos para a efetivação – por outro lado, o assunto ainda não figurava, de maneira constante, nos jornais como uma pauta central, tanto como notícia quanto como assunto para os cronistas. No plano simbólico, as relações entre as duas cidades começavam apenas a se delinear em cronistas como Fernando Sabino, Henrique Pongetti e Elsie Lessa, como vimos.

Desde o sancionamento da lei que oficializava a disposição da transferência da capital para o Planalto Central[73], de 19 de setembro de 1956, e que criava a Companhia

[73] Na Constituição de 1946, a transferência da capital aparece no artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias. Quando o novo governo decide por construir a nova capital, implementa uma nova comissão, tal como fora feito nos governos anteriores, para o estudo da mudança. Dos resultados obtidos nessa comissão é gerada a Lei complementar n° 2.874, publicada em 19 de setembro de 1956, que dispõe sobre a transferência e cria também a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável pela realização das obras.

Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que seria a responsável pela realização das obras, passando pelo concurso aberto para o projeto do seu Plano Piloto, de 30 de setembro de 1956, que teve como vencedor o já reconhecido arquiteto Lúcio Costa, e pela divulgação do nome escolhido para a nova capital, já se haviam passado quase dois anos. Mas isso não é suficiente. O que se tinha, até então, eram sobretudo atos oficiais realizados pela Presidência, e estas ganhavam alguma repercussão, como a missa ocorrida em 03 de maio de 1957, que figurou na primeira página do *Jornal do Brasil* (n. 101, 102), e d'*O Globo* (n. 9505, 9506), tanto no dia da realização quanto no dia posterior. Talvez por ainda não se acreditar que tal obra monumental sairia do papel, ou por não se ter uma dimensão real do que aquilo significaria, em especial para a cidade do Rio de Janeiro, o tom geral era mais o de uma curiosidade[74], quando não assunto puramente político, muitas vezes usado para atacar ou para elogiar o presidente, quando abordado nos editoriais e colunas de opinião. No que se referia às consequências dessa mudança para a então capital, tudo ainda estava muito sombreado.

O segundo motivo, então, é este: com a construção de Brasília em curso, mas ainda cercada de dúvidas, os cronistas, como parte da imprensa diária, continuam se concentrando na qualidade de vida e no progresso da cidade que ainda era capital, aos poucos falando que, afinal, ia deixar de sê-la. O crescimento do Rio de Janeiro e a sua infraestrutura, o abastecimento de água, o trânsito, a pobreza e a marginalidade, a limpeza urbana, todos são temas que permeiam a imagem da cidade nas vésperas da mudança idealizada, como já devia ser há pelo menos algumas décadas. São também assuntos que os cronistas reconhecem como pontos nevrálgicos para medir "o progresso" de uma cidade, como, aliás, qualquer cidadão do século XXI, de praticamente qualquer grande cidade brasileira, ainda o faz. É por essa razão que é nessas crônicas que devemos nos concentrar primeiro, porque elas nos fazem perceber as preocupações cotidianas da cidade vivida e como elas adentram o imaginário sobre a cidade. O que eles nos mostram sobre o dia a dia do Rio no fim da década de 1950?

[74] Em 1957, por exemplo, os maiores destaques são dados quando se anuncia o nome da futura nova capital. Na edição de 23 de janeiro 1957 do *Diário de Notícias* (n. 10494, p. 10), Eneida publica "Brasília, não", afirmando ser falta de criatividade a escolha do nome. Já no *Jornal do Brasil* (30 de março 1957, n. 74, p. 09), o assunto ainda não aparece encerrado e há uma nota com opiniões de leitores a esse respeito que se intitula "Escasseiam os apologistas de Brasília e Vera Cruz", e é sobre-intitulado "Sugerir nomes, o 'hobby' do momento". Uma curiosidade a se notar é que, de fato, quando se usa a busca textual por "Brasília" nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital, os resultados são muitos desde 1950, em sua maioria por causa de um edifício homônimo no Rio de Janeiro, mas também pelas muitas "Brasília" de carne e osso, que tinham seus nomes publicados nas páginas escolares e sociais.

Como vão aparecendo e se modificando essas questões no decorrer do debate da transferência da capital?

Reencontremos então algumas dessas imagens que deixamos incompletas ao início, a paisagem urbana e seus problemas percebidos pelos cronistas ao fim dos anos 1950, e como vão sendo ressignificadas com a aproximação da transferência da capital.

1.2. *O amor sem chão:* verticalização intensa e o progresso da cidade em questão

Mal começara o ano de 1958 quando Manuel Bandeira mandou o seu "Bilhete a Benjamin Costallat"[75] no JB, referindo-se com lirismo e amargura à derrubada da casa do pai do consagrado cronista.

> Meu caro Costallat
>
> Muito me lembrei de você outro dia, quando, ao passar pela Rua Senador Vergueiro, não vi mais a casa que foi de seu pai. Com certeza vai ser substituída por um dêsses feios arranha-céus, que estragaram o que foi uma das ruas mais amoráveis da Cidade. E era sobretudo pela quantidade daquelas residências típicas do fim do século passado: porão alto, com mezaninos, larga varanda acolhedora, jardim ensombrado de bonitas árvores. Nunca desci a Rua Senador Vergueiro sem ter um olhar de carinho para aquela velha amiga de infância.

Localizada no que fora uma "das ruas mais amoráveis da cidade", no bairro do Flamengo, conhecida também por ser uma das primeiras naquele bairro a sofrer a verticalização intensa (CARDEMAN; CARDEMAN, 2004, p. 134), a casa é ao mesmo tempo única na memória do cronista e exemplar de uma época, pela arquitetura evocada em seu "porão alto, com mezaninos, larga varanda acolhedora, jardim ensombrado de bonitas árvores". Parecendo ser a última que restara, na rua que estava naquele momento passando por uma modificação radical em sua paisagem, já que outras teriam dado lugar a "um desses feios arranha-céus" e, assim, a rua foi "estragada" – estrago esse que a derrubada daquela mansão familiar vai completar. No entanto, não fora um fim repentino, como observa o cronista:

> Os tempos correram, vi-a envelhecer, notei de uns anos para cá que não cuidavam mais dela, o mato ia tomando conta do jardim, parecia desabitada, tremi por ela. Se fosse rico, tê-la-ia comprado para acabar

[75] *Jornal do Brasil*, 08 jan. 1958, n. 06, p. 3.

> os meus dias ali. Veja como eu gostava dela!... Não estou exagerando, pode crer. Foi talvez a mais maternal de quantas casas olhei na minha vida.

Teria ocorrido o abandono já em razão da mudança da paisagem da rua? O cronista-poeta evoca ainda um poema que vai dar o tom desse progressivo descaso, agora finalizado com a sua execução.

> Você se lembra daquêles versos de Sully Prudhomme em que êle diz:
>
> *Je n'aime pas les maisons neuves*
> *Leurs visage est indifférant*
> *Les anciennes ont l'air de veuves*
> *Que se souviennent en pleurent*
>
> Era bem a impressão que me dava ultimamente a velha mansão de seu pai: parecia uma doce anciã viúva, que chorasse, emblocada em sua mantilha cinza, o passado irrevocável.
>
> Sei que terei saudades dela como de uma criatura humana. Já comecei a senti-las. Quando perdemos um ente querido gostamos de conversar sobre êle com os amigos. É o que venho fazer com você a propósito dessa sua avózinha de pedra e cal, tão cheia de humana sensibilidade.

A casa é parte de uma cidade que muda, que ficara viúva de um tempo passado e que agora precisa também sumir para dar lugar a um novo tipo de habitação, os "feios arranha-céus". Guardarão eles também "humana sensibilidade"?

Menos célebre seria "A casa"[76] de Eneida, cantada em março de 1958, vista sobretudo pela sua evidente tristeza.

> Estava sempre fechada e era triste – muito triste – apesar de sua imponência. Posso falar muito dela, porque nenhum detalhe me escapa nesta rua, ou trêcho de rua, onde vou vivendo há quinze anos. Seu destino algumas vêzes preocupava-me: raramente uma janela se abria, e as casas sempre fechadas me parecem esconder grandes sofrimentos.

A "imponência", porém, era tal como a da casa dos Costallat:

> Quando a vi pela primeira vez tentei lembrar onde já a encontrara. Não me era estranha aquela casa. Depois, por acaso, descobri: eu a vira desenhada no "Dicionário Prático Ilustrado" ou Novo Dicionário Enciclopédico Luso-brasileiro. Sim, era ela: a cimalheta, os espigões, a cúpula, as vêrgas, os arcos de ressalva, palavras que aquêle dicionário ensina mostrando uma casa igual, não tão igual, porque ela estava plantada entre árvores, quintal, pequeno jardim.

[76] *Diário de notícias*, 02 mar. 1958, n. 10827, p. 25.

Assim como em Bandeira, os nomes técnicos são usados com uma carga lírica para mostrar a arquitetura diferenciada dessas casas do início do século, celebrando, ao mesmo tempo, os *outros tempos* que a casa representa. Entre tristeza e imponência, a cronista não deixa de notar, ainda, o desconhecimento de seus moradores, bem diferente da célebre casa homenageada por Bandeira: "Nunca pude saber com absoluta certeza quem vivia ali. Quantas pessoas? O nome da família, de tantas vêzes pronunciado, gravou-se na minha memória. Mais nada. O que fariam seus moradores?". Tentando entender os "sofrimentos" dentro daquela casa, relembra ainda momentos que ali vira:

> Dela guardo duas lembranças especiais: uma vêz, voltava eu, manhã cedo, de uma festa; quando o auto entrou na rua, a casa estava tôda iluminada, comemorando também. Era a primeira vez que eu via alegria – ali. O fato comoveu-me: então na grande, imponente, soberba casa, havia também uma festa? A segunda lembrança foi quando, uma noite, vi que havia na casa um estranho movimento. Gente que entrava e saía, muita gente. Olhei melhor; havia sim um catafalco; alguém morrera. Quem? Quem?[77]

É depois disso que o destino da casa muda, justificando que trate dela no passado desde o início da crônica.

> Depois, li a notícia nos jornais: casa e terreno tinham sido vendidos, o palacete ia desaparecer para dar lugar a um arranha-céu. E falavam em milhões, numa linguagem que jamais consigo penetrar. Ela era uma nota bem diferente no meio dos outros arranha-céus; agora seu destino ia confundir-se com o dos vizinhos.

O destino "dos vizinhos" coloca no horizonte as mudanças da própria cidade, dentro da qual aquela casa, e a história que ela guarda, apenas deixará de existir.

> Ela tão pudica sempre, amanheceu um dia nua, numa nudez que foi aumentando gradativamente; até êste momento, em que só restam de pé algumas paredes. As portas, tão fechadas outrora, desapareceram com as janelas, os lambris, os lustres, que eram riquíssimos, as figuras em gêsso que ornamentavam as portas externas. Onde andarão aquelas imensas escadas de madeira negra? Tento escrever-lhe um epitáfio,

[77] Este é o arranjo pressuposto do trecho, pois na publicação original ele se encontra com frases misturadas, da seguinte maneira:
∠ 1 Dela guardo duas lembranças especiais: uma vêz,
ℓ 2 voltava eu, manhã cedo, de uma festa; quando o auto
ℓ 3 entrou na rua, a casa estava tôda iluminada, comemo
ℓ 4 – ali. O fato comoveu-me: então na grande, imponente,
ℓ 5 muita gente. Olhei melhor; havia sim um catafalco;
ℓ 6 soberba casa, havia também uma festa? A segunda
ℓ 7 lembrança foi quando, uma noite, vi que havia na casa
ℓ 8 um estranho movimento. Gente que entrava e saía
ℓ 9 rando também. Era a primeira vez que eu via alegria.
ℓ 10 alguém morrera. Quem? Quem?

> em vão. Assisto sua morte diária (ontem os operários estavam no alto de uma parede), porque ela é meu caminho diário para a praia. Olha-a de longe e hoje, quase se [sic] sentir, vi que eu me estava dizendo: "Não olha para a casa, não olha. É triste demais".

Os elementos que representam a riqueza que ela guardava aparecem como se fossem partes de um corpo que vai sendo decomposto até o desaparecimento total, o que fortalece a personificação construída. Mas são igualmente partes que vão sendo levadas de uma história que se encerra e que não é só dela, mas do Rio. Talvez por isso a tristeza seja mais profunda.

Se ao pensar na grande cidade que se consagrou no século XX visualizamos logo altos prédios, Bandeira e Eneida nos oferecem uma paisagem diferente do Rio, focando nas casas como resquícios do passado, mas, ao mesmo tempo, dando a ver a modificação da paisagem na direção da verticalização da cidade, e as reflexões dela geradas. Para refletirmos melhor sobre ela, vejamos um pouco mais do que outros cronistas nos oferecem.

Muito diferente seria a perspectiva de Fernando Sabino, estreante no Jornal do Brasil, que amplia a nossa visão da cidade carioca através da audição, em 08 de agosto de 1958, quando dedica crônica às "Serras de construção"[78].

> Nestes últimos quatro anos, sofri nada menos que três construções consecutivas ao pé de minha janela, com o alucinante guincho de uma serra maldita cortando madeira, da primeira à última laje. Não sou avesso a barulhos, e Deus e os vizinhos são testemunhas que não me privo, mesmo, de fazê-los, quando insopitáveis. [...] Em compensação, tolero, como os demais, os ruídos naturais, que me advêm dos outros no simples ato de viver e conviver – desde o pé de sapato largado com fôrça no soalho pelo vizinho de cima, que sempre nos deixa na expectativa da queda do outro pé, ao papagaio da casa dos fundos palrando o dia inteiro – sem falar na televisão a todo volume que vem de todos os lados, os lotações lá na rua, ou mesmo os ruídos de construção: batidas de prego, caminhões descarregando, máquinas misturando concreto.

Traçando a sua paisagem sonora, mescla os sons que ele considera "naturais" à convivência, isto é, àquela sociedade urbana, desde "a televisão a todo volume", aos "lotações lá na rua" até as "batidas de prego, caminhões descarregando, máquinas misturando concreto" das construções, ao que a única exceção são as serras destas. Sem se concentrar em nenhuma obra em específico, delineia a amplitude da angústia do barulho – ainda que para ele, esta se limite às serras.

[78] *Jornal do Brasil*, 08 ago. 1958, n. 183, p.7.

> Mas a serra cortando madeira é demais. Sei que é indispensável seja a madeira cortada (ou ferro? pode ser até que seja ferro) e que não se poderia mais fazê-lo hoje em dia com o velho serrote de mão. Mas o sono também é indispensável, principalmente aos que trabalham à noite e merecem algum repouso até pelo menos as primeiras horas da manhã. E se a serra não pode ser silenciosa, que comece, então, a funcionar um pouco mais tarde, não a partir das sete, como tem acontecido. [...]

Em nenhum momento o cronista-narrador se coloca como inimigo dos prédios, nem mesmo do ritmo em que são construídos, mas apenas do ruído muito específico causado pelas serras, para as quais, porém, ele já tem notícias de uma possível solução:

> ainda agora estou lendo nos jornais uma notícia, segundo a qual um engenheiro norte-americano, especializado em acústica arquitetônica em seu país, vai fazer uma conferência sobre "construções silenciosas" para o Instituto Brasileiro de Acústica. Construções silenciosas? Que vem a ser isso? Como o próprio nome indica, trata-se, certamente, de silenciar os ruídos das construções – coisa muito possível, a menos que, silenciando o martelo, pretendam silenciar até o palavrão, quando êle pega no dedo. Eu, de minha parte, me contentaria com a redução dos uivos da máquina de serrar, antes que acabe saindo por aí alucinado, uivando doidamente para a lua.

A única esperança é, portanto, o desenvolvimento do campo arquitetônico – e, claro, a adoção de suas técnicas no Brasil, mais especificamente no Rio, onde, afinal, há a perspectiva de um barulho ainda maior:

> Nada menos que quatro construções se iniciam aqui por perto! Já fiquei bem mais esperançoso ao saber da existência de um Instituto Brasileiro de Acústica. Que as serras de construção permitam aos seus membros escutar as sábias palavras do técnico americano e que os ensinamentos sejam aplicados imediatamente, são os meus uivos - quero dizer, os meus votos.

A imagem comum das grandes cidades dos anos 1950, que ganham cada vez mais arranha-céus, símbolos da expansão urbana no período, é o que está em destaque nessas crônicas e destoa do prazer regalado ao Rio de Janeiro praieiro em seus "anos dourados". Em uma abordagem mais visual, é Elsie Lessa quem vai evidenciar uma relação entre essas imagens, em "Agruras copacabanenses"[79].

> Não, as coisas não devem andar boas, aí na vizinhança. Pelo mesmo correio me chegam duas angustiadas queixas, dois gritos aflitos contra o bairro, essa Copacabana dos sonhos de tanta gente, dentro e fora dêstes nossos Brasis. Copacabana que certos "shows", certas fotografias, certas legendas fizeram uma espécie de via-láctea do

[79] *O Globo*, 10 set. 1958, n. 9924 (única), p.1-2 (seção 2)

> mundo, com a brancura de suas praias, o azul de suas ondas, a quentura de seu sol. Doçuras que os seus moradores andam pagando com o perdido sossego de seus dias e noites, a angústia de todas as suas horas. Pois as doçuras do bairro são coisas do passado, ainda hão de figurar em museus, dêsses que a gente calça chinelão de feltro para visitar. Os prédios se empilharam à louca, uns por cima dos outros, desrespeitando todas as normas do bom viver, quebrando cânones arquitetônicos e urbanísticos. E crescida e construída às pressas, pensando somente nos juros do capital empatado e não nas sadias normas do bem viver de ninguém, em Copacabana só o que resta de bom é o trabalho das mãos de Deus, em que o homem ainda não colocou as suas: ondas do mar, azuis de água e céus. Até a areia estragaram, as praias, sem espigões que as protegessem, deram de minguar, sumir. E a população estranha que se aboletou em suas ruas é uma escória do mundo, de assaltantes, assassinos, batedores de carteira, ladrões, "scrocs" de tôda espécie. Estão aí os jornais de cada dia que não me deixam mentir. É abrir e ler. [...]

Contrastando a visão paradisíaca da Copacabana vendida pelos "shows, fotografias e legendas" com o cotidiano do bairro, a cronista destaca a mudança na sua paisagem vertical que, ao seu ver, "quebra regras arquitetônicas e urbanísticas" – as quais ela não expõe, mas que o simples fato de citar já demonstra um outro valor de convivência e, assim, de organização urbana. Em sua visão, transformando-se de maneira rápida o bairro vai deixando de ser o lugar "doce" de outrora para abrigar grandes problemas urbanos que ela vê, sobretudo, na "população estranha que se aboletou em suas ruas" e seria "uma escória do mundo". Não se trata, assim, apenas de uma paisagem, mas de como ela, "louca", "desrespeitosa", simboliza uma nova cidade, a ponto de só salvar-se aquilo que é fruto "das mãos de Deus".

Rubem Braga também nem precisava sair de seu apartamento para ser instigado a refletir sobre as alterações da paisagem urbana, vendo "As sombras"[80], em janeiro de 1960 (portanto, já n'*O Globo).* O cronista-narrador lamenta como mudou e ainda muda a vista de sua janela:

> Vou passar uns dias fora do Rio – no Ceará, se Deus quiser – e na volta já terei perdido meu mar.
>
> Em maio de 1954, meu dileto amigo Dorival Caymmi (respeite o *ípsilon* e o *m* dobrado, amigo da revisão; o baiano gosta de seu nome assim, e êle merece), apareceu aqui em casa, tomou umas e outras, e não me fêz nenhuma canção, mas me fêz um retrato a óleo. Lá estou eu, de camisa aberta ao peito, com esta cara que, por falta de outra, uso há tantos anos; ao fundo aparecem dois pinheiros, um pedaço da

[80] *O Globo*, 15 jan. 1960, n. 10337 (única), p.2.

> ilha Redonda e outra da ilha das Palmas, e, do lado esquerdo, com seu farol, a ilha Rasa. O resto é céu e mar. Os pinheiros foram derrubados há muito tempo, a Rasa sumiu-se atrás de um prédio e agora as outras já as vejo através da estrutura de um novo edifício de cimento armado. No retrato não aparece, mas naquele tempo apareciam bem, as Tijucas, lá pelo sudoeste.

O retrato pintado pelo amigo serve para o cronista-narrador como objeto afetivo não só pela amizade, mas também pela paisagem daquele tempo registrada, que o ajudam a contar a história da transformação que o bairro onde reside sofre, e que ele lamenta.

> Quando voltar, daqui a alguns dias, terei apenas uma nesga oblíqua de mar entre dois muros. Perdidas estarão todas as minhas ilhas. Oito edifícios serão minha paisagem – tôdos iguais, branco-amarelados, com seus ângulos retos e suas antenas de televisão. Um fundo que Dorival rejeitaria como retratista e eu como retratado, pois são como os muros de uma prisão, nossa urbana prisão. Deixarei esta água-furtada, fugirei para uma gaiola mais alta – mas terá o mesmo encanto que teve esta?
>
> Não terá; nem o homem mais ido e mais vivido, mais usado e abusado, terá a mesma facilidade de se encantar com as coisas da vida. Por aqui, nestes sete ou oito anos, passaram alguns amigos e amigas: todos, debruçados na varanda, olharam o mar, que era a melhor, ou única prenda desta casa. Tapam-me sua visão e seus ventos. Tratarei de apressar minha mudança e aqui ficarão apenas a minha sombra e as dos que passaram – umas ainda amigas, outras saudosas, outras já hostis e amargas.

Assim como Lessa, Braga constrói uma antítese entre as belezas naturais que podiam ser apreciadas no lugar, para ele "a melhor, ou única prenda desta casa", com o crescente aparecimento dos arranha-céus. A rejeição ao novo panorama, em que não só o horizonte vai sendo escondido como também o vento vai sendo barrado, é forte e melancólica, ainda mais pela monotonia dos oito edifícios, "tôdos iguais, branco-amarelados, com seus ângulos retos e suas antenas de televisão". Ao sentir-se preso nesse cenário, sua única solução é trocar o apartamento por outro mais alto – sem deixar de ver nisso uma perda afetiva.

O contraste da verticalização com a atmosfera praieira ou marítima da cidade é interessante porque todos os cronistas localizam essa angústia da paisagem justamente na zona sul carioca: Bandeira cita a rua localizada no Flamengo, Lessa focaliza sua vizinhança em Copacabana; Sabino, Eneida e Braga também situam a transformação em seus locais de residência, que, embora não digam nessas crônicas mas o fazem em outras, eram os bairros de Copacabana e Ipanema.

Se em 1956, ano da posse de Juscelino Kubitschek, apenas em Copacabana foram construídos 225 edifícios (O'DONNEL, 2013, p. 230), não parece exagerado que o cenário motive reflexões e que os sentidos que os cronistas imprimem desse crescimento urbano sejam diversos. Enquanto Bandeira e Eneida focalizam o que está sendo destruído para dar lugar aos prédios modernos (os quais ainda caracterizam como "feios", para Bandeira, e de extrema similaridade, para Eneida); Sabino toma uma perspectiva mais individual, apenas observando as mudanças ao redor e incomodando-se com aquilo que o afeta diretamente, no caso, o barulho; Lessa associa a transformação da paisagem com mudanças sociais; e Braga toma a perda da "sua" paisagem como um índice para refletir sobre os caminhos do desenvolvimento da cidade. Eles observam a paisagem ao redor tentando apreender as proporções dos edifícios como novos símbolos urbanos que também são parte importante da identidade do Rio moderno.

Em "Itinerário de um feriado"[81], de 1959, a mesma Elsie Lessa que lamentava profundamente a "quebra de padrões arquitetônicos e urbanísticos", expressa um outro sentimento diante do novo panorama. Trata-se da narração de uma viagem ao outro lado da baía, em Niterói:

> O dia estava uma beleza, resolvemos atravessar a baía e ver o que tinha acontecido com aqueles terrenos de Itaipuaçu, em que há uns pares de anos não púnhamos os olhos. E como tomamos a barca quase vazia na cidade que o feriado esvaziava também, ficou Capri ou Sorrento, ou qualquer pôrto estrangeiro aquêle pedaço de Niterói para que a barcaça, lentamente, se dirigia. [...]
>
> Não achamos o terreno, antes perdemo-nos linda e longamente num labirinto estranho de caminhos desertos, entre um tabuleiro de xadrez de vegetação rasa e areia limpa. Não era Itaipu, era o areal da Solidão, com o oceano mais deserto dêste mundo à direta e a mata mais idem, idem, à esquerda. [...]
>
> Era bom voltar ao Rio depois de ter andando tão longamente perdidos pelo deserto. A barcaça vogava de manso sobre as águas quietas, oleosas e escuras que nem a brisa encrespava. Era bela assim, ao longe, piscando as luzes, a linha estranha dos arranha-céus, de que, lentamente, com pena de terminar a viagem, nos aproximávamos.

A descrição, primeiro do caminho para Niterói e depois do areal onde se perderam, contrasta plenamente com o retorno à então capital federal que, vista de

[81] *O Globo*, 26 jan. 1959, n. 10040 (vespertina), p. 1 (seção 2).

longe, destaca-se pela “linha dos arranha-céus”, que neste momento a cronista-narradora considera bela, num misto de atração pela cidade e sensação de perda de um momento de ócio junto à natureza. De qualquer maneira, o reconhecimento de uma nova marca civilizatória do Rio. Ao retornar, porém, ainda não é com esses arranha-céus que vai se encontrar.

> Turistas, desembarcamos e fomos procurar uma peixada pelos restaurantes do mercado, que iam fechando as suas portas.
>
> Estrangeiros perdidos pelos velhos sobrados coloniais das ruas do centro, entre as ruas estreitas, espiávamos as grades das sacadas, procurávamos uns restos de telhas azuis, as pontas de telhado em rabo de andorinha, evocávamos o Rio antigo.[...]
>
> Fômos parar à Rua do Lavradio, e às iscas e às peixadas e às panquecas, no velho restaurante com seu ar honesto de casa de pasto, e as toalhas limpas e o “comigo-ninguém-pode” tão brasileiro às portas, e um calor humano na prosa do seu Natalino e do “garçon”, que não estavam consignados no cardápio nem incluídos na nota e que sabiam tão bem os celebrados petiscos.
>
> Viajeiros, fomos fazer o quilo na Praça de Fátima, no bairro de mesmo nome, com os seus bares de cadeiras na calçada e o altar iluminado à virgenzinha branca e as escadas tão mont-martrenses que levam a Santa Teresa. E, depois, cansados de tanto turismo, de tanta excursão, voltamos para o Rio.

O passeio de feriado prossegue por uma cidade pouco familiar, o “Rio antigo”, em que se destaca tanto uma outra arquitetura, buscada, dos “velhos sobrados coloniais das ruas do centro, entre as ruas estreitas, espiávamos as grades das sacadas, procurávamos uns restos de telhas azuis, as pontas de telhado em rabo de andorinha”; quanto de uma maneira mais “honesta”, “humana” de viver. Essa oposição vista dentro da própria cidade, como se fossem duas diferentes, tem na mudança da paisagem urbana o seu símbolo.

Testemunhos de uma paisagem que se modifica de maneira vertiginosa, derrubando padrões passados, causando poluição sonora e fechando o horizonte, é importante perceber também que marcam um cenário bastante diferente das transformações urbanas vividas na virada do século ou nos anos 1930-40 na cidade. Na chamada “Belle Époque”, o Rio foi submetido a uma série de reformas que visavam transformá-la na “vitrine” do progresso da nação, e nesse sentido foi aberta a Avenida Central, onde foram construídos prédios destinados às instituições políticas e artístico-culturais. Visava-se demonstrar a capacidade do Brasil em seguir o modelo civilizatório

europeu, e esses empreendimentos de engenharia seriam símbolos de que a cidade cumpria o seu destino em tornar-se referência em matéria de civilização na América, sendo chamada, inclusive, pelo título de "Paris Tropical" (OLIVEIRA, 2002, p. 160). Já sob o Estado Novo (1937-1945), a cidade tornar-se-ia o palanque do governo para o restante do país, sendo fundamental que ostentasse os símbolos da centralização política, bem como do poder pessoal de seu líder. Assim, a urbe passou por mais reformas, dessa vez prezando pela monumentalidade arquitetônica que simbolizava o poder, mas também com a adaptação do plano urbanístico do francês Alfred Agache (1929-1930), conhecido como Plano Agache[82], dotado de uma visão voltada para as funções urbanas modernas – muito embora, para o urbanista José Lamas (2004, p. 278), esta tenha sido suplantada pelo primeiro objetivo. Nos dois momentos chave da urbanização carioca moderna, trata-se de projetos governamentais de poder que não só alteram a fisionomia do Rio, mas o fazem reconhecendo e reforçando a sua centralidade simbólica.

Já não era isso que acontecia desde meados de 1940. Mesmo antes do governo Juscelino Kubitschek, o Rio de Janeiro já não contava com grandes obras urbanísticas desde o Plano Agache, muito embora sua malha urbana continuasse a crescer devido ao aumento populacional. Lembremos que a industrialização do país, promovida por Getúlio Vargas, significou o início da virada urbana no país entre os anos 1930-1940, justamente porque o trabalho nas indústrias passou a ser um atrativo: se em 1920, a taxa de urbanização brasileira era de 10,7%, em 1940 passa a ser de 31,24%; e a população ocupada na rede de serviços nas cidades cresce mais depressa que o total da população economicamente ativa (SANTOS, 2008, p.25). Grande parte desse contingente então direcionava-se ao Rio, pelas indústrias que ali existiam e também por ser o Distrito Federal. Assim, no início dos anos 1950, havia ali 2.332.931 habitantes, sendo apenas lá e em São Paulo que se ultrapassa a marca de 1 milhão, no período (SANTOS, 2008, p. 85). Já na virada para os anos 1960, a cidade havia crescido 34%, chegando a 3.139.858 habitantes (O'DONNEL, 2013, p. 230). Embora seja um crescimento percentualmente menor que o experimentado por outras capitais à época (em especial São Paulo, que se consolida como o maior polo atrativo nacional), isso não significa que não sejam

[82] A encomenda foi feita pelo prefeito Antônio Prado Junior, mas com o golpe de 1930 o plano ficou engavetado, tendo sido posto em prática apenas a partir de 1938, na prefeitura de Henrique Dodsworth (1937-1945).

números estrondosos, principalmente para uma cidade que não tinha um planejamento urbano condizente com tal expansão demográfica.

Não se pode afirmar que o sentimento melancólico que vimos nos cronistas se deva diretamente, ou conscientemente, à falta de um projeto diretivo, mas é inegável que está a ele associado. Nesse sentido, é notável que "urbanismo e arquitetura" apareçam como palavras de ordem para se referir à essa necessidade de organização da urbe. Não eram novidades, como visto, nem no que se refere às reformas do Rio desde o século XIX, nem mesmo no que diz respeito ao planejamento integral de novas cidades, já que no Brasil já haviam sido empreendidas Petrópolis (1843), Teresina (1851), Aracaju (1858), ainda no período Imperial, e Belo Horizonte (1897) e Goiânia (1937), já sob a República[83]. O conceito de planejamento de uma cidade seguindo "preceitos arquitetônicos e urbanísticos", como o disse Elsie Lessa, que se difundira no século XIX, adentra o século XX e é renovado nos anos de 1950 pelo investimento em Brasília. A evocação constante desses termos pelos cronistas tem, assim, raízes no desejo de organização, domínio, racionalidade sobre o qual foram construídas cada uma dessas cidades, no que o Rio era apenas parcialmente inserido, devido às reformas.

É interessante notar que o urbanismo propriamente dito, como um campo específico separado da arquitetura, formalizara-se apenas no início do século XX, como ressalta José Lamas (2004, p. 231,234), ao privilegiar o olhar sobre a estrutura urbana em conjunto e combinar pressupostos político-sociais com aperfeiçoamentos técnicos e estéticos. O urbanismo moderno, por sua vez, que começara a se conformar há apenas duas décadas, isto é, durante a Segunda Guerra Mundial, não tivera ainda realizações no Brasil. Fruto de uma ideologia profundamente enraizada na potência de modificação social das cidades, idealizando assim o seu poder (Lamas considera esse um ponto em comum com o proto-urbanismo que se praticava no século XIX), funda-se, porém, sob a proposta de formas e configurações totalmente novas, rompendo com a cidade tradicional e, assim, com sua concepção de sociedade e voltando-se completamente para a criação do futuro. Acrescentemos: rompendo também com uma ideia de como alcançar o progresso, haja vista que, ao se propor uma nova organização urbana,

[83] Inclusive, nos debates sobre a transferência da capital para o interior do país anteriores ao governo JK, Belo Horizonte e Goiânia foram diversas vezes apresentadas por grupos políticos como "candidatas ideais", tendo em vista sua realização urbanística moderna (cf. VIDAL, 2009). A construção de Belo Horizonte, vale destacar, é incentivada justamente pelo desejo da interiorização da capital e de um novo modelo de cidade, que, como era desejado naquele momento, representasse as aspirações republicanas (cf. BOMENY, 2002).

pressupõe-se que a anterior já não mais atende aos anseios impostos pelo desenvolvimento.

Na verdade, em *arquitetura* o modelo modernista já vinha sendo utilizado no Brasil desde os anos 1940. Oscar Niemeyer era um dos nomes reconhecidos e já trabalhara com Juscelino Kubitschek quando este era prefeito de Belo Horizonte, e assinara, entre outros, o projeto da Igreja da Pampulha; Lúcio Costa, outra referência, fora responsável por obras importantes no Rio de Janeiro durante o período Vargas, como o prédio do Ministério da Educação (atual Palácio Capanema), inaugurado em 1947, projeto do qual Niemeyer também fizera parte, com outros arquitetos, e sob consultoria de Le Corbusier (considerado o maior expoente do movimento modernista, um dos criadores da Carta de Atenas, de 1941, na qual se conforma o ideal de cidade modernista). No entanto, apesar de o Rio ser referido como o lugar onde há alguns dos primeiros experimentos modernistas no Brasil – além do Palácio Capanema, o Conjunto Pedregulho (1947), de Affonso Eduardo Reidy é uma de suas referências –, estas não passaram de obras arquitetônicas isoladas, enquanto em Brasília, além da arquitetura, configurava-se um amplo projeto urbanístico que punha em prática, renovando-o, o desejo da cidade planejada e da expansão ordenada. É desse ponto de vista que a ausência de uma visão do progresso no Rio, pelos cronistas, parece associar-se menos ao "padrão arquitetônico" seguido do que à percepção da falta de capacidade de organizar a urbe, seja o que isso signifique, concreta e simbolicamente.

Dessa maneira, entende-se porque, nessas crônicas, trata-se menos de uma questão estética (e, nesse contexto, estético inclui também o moral[84]) do que de uma questão urbanística. Retomemos: primeiramente, o arranha-céu não era nenhuma novidade no Rio. Os primeiros aparecem ainda na década de 1920, sob o estilo eclético, e vão ganhando espaço, sob diferentes estilos, nas décadas seguintes. Lilian Vaz (2002) identifica a aceitação dos "edifícios de apartamentos" como o novo padrão não só comercial como residencial, o "modo moderno de morar", ainda na virada de 1920-1930, e é em 1946 que se dá o *boom* imobiliário dos arranha-céus em Copacabana. No estudo de David e Rogerio Cardeman (2004), fica nítido que o padrão vertical estabelecido desde os anos 1940 em bairros como Centro, Flamengo, Glória, Catete e

[84] Tomamos aqui a reflexão de Guilherme Bueno (2019), que destaca como as reações geradas pela cultura do arranha-céu, entre as décadas de 1920 e 1930, no Rio de Janeiro, eram sobretudo morais porque se relacionavam a um apego à cultura europeizante, tida como superior, em desprezo ao modelo americano que se impunha, tido como inferior.

até mesmo em Ipanema e Copacabana altera-se pouca coisa nos anos 1950, sendo que neste último os prédios de seis a dez pavimentos já eram o mais habitual, enquanto nos demais bairros o predominante eram construções de até cinco pavimentos. Portanto, na década de 1950 eles já não são alvo, por si sós, de um olhar surpreendido, não é esse sentimento que se faz notar nas crônicas. Em segundo lugar, mesmo que para Bandeira e Eneida haja um argumento estético contra esse novo padrão, visto que ambos criam uma oposição entre a beleza das antigas casas derrubadas e a feiura e a similaridade incômoda dos novos prédios, não se deixa de marcar que o inconveniente se deva também ao seu "excesso" na paisagem, como é explorado também pelos outros cronistas. Assim, não se tomam os modernos edifícios isoladamente, mas a verticalização desenfreada como o novo padrão de modernidade.

Simbolizando o moderno no século XX, a verticalização da urbe baseada, sobretudo a partir de 1930, no modelo novaiorquino, fundou uma nova "modernidade" no Rio, diferente daquela da Belle Époque, sob o modelo haussmaniano das largas avenidas e dos edifícios monumentais do poder. Se antes a altura, relacionada ao que Lilian Vaz (2002, p. 134) chama "anseios ancestrais" pela possibilidade de "ver do alto", assim como pela simbologia de "dominação", era reservada às construções religiosas e aos prédios públicos, o modelo americano quebra essa restrição. Os arranha-céus, que apareciam associados agora "às classes dominantes, ao bom gosto, à vida moderna, ao progresso" (VAZ, 2002, p. 66) passam a estar disponíveis ao comércio e à moradia. Assim, se no período da modernidade ao estilo parisiense a verticalização restringia-se basicamente ao Centro da cidade, a partir de 1930 ela desloca-se na forma de edifícios residenciais cada vez mais altos para a zona sul, nova área de "diferenciação social" que nos anos de 1950 vai abrigar a maior parte das camadas médias da cidade, inclusive os cronistas, e vai emprestar sua imagem ao "Rio moderno". Trata-se, então, da verticalização como "multiplicação efetiva do solo urbano" permitida pelo desenvolvimento tecnológico na área da construção, como colocada por Nadia Somekh (2014, p. 28), que, crescendo na cidade desde os anos 1930, ao chegar a década de 1950 aparece para os cronistas em suas consequências na paisagem e na vida social, ainda que os arranha-céus continuassem, e talvez até com maior força, a simbolizar "o moderno".

Cronistas como Ferreira Gullar e Rubem Braga exploram melhor esse incômodo além da paisagem. Gullar registra, no JB, sua melancolia diante do novo cenário, em "A praça", no início de 1960[85]:

> Estou com as crianças da Praça Sarah Kubitschek. Dizem que, já em desêspero, elas estão preparando suas atiradeiras, munindo-se de pedrinhas e ovos pôdres para defender a praça que o desvario imobiliário quer ocupar. Fazem muito bem. Mas é preciso que os adultos as ajudem, e sobretudo aquêles que têm influência junto ao Prefeito para conseguir a desapropriação do terreno. Alguns vereadores estão tratando disso.
>
> As lutas das crianças por um lugar vazio, alguns metros quadrados de terreno onde possam brincar vão se tornando freqüentes no Rio. E isso porque a Cidade vai crescendo absurdamente, sem que se pense por um minuto que a vida não se pode restringir aos claustros de apartamentos. As crianças sofrem, adoecem da alma e do corpo, e passam o dia a espiar pelo vidro de janelas fechadas o dia lá fora, o mundo lá fora, proibido. E quando nem se espera, tomba uma do oitavo, do décimo andar...
>
> Copacabana é uma monstruosidade em matéria de arquitetura e urbanização, se é que se pode falar em urbanização a propósito de um amontoado de prédios sinistros, colados um no outro, irrespiráveis. Nesses prédios, moram milhares de crianças que não têm onde brincar. A praia ajuda um pouco, mas não muito, nem a todos. Sair de casa é arriscar a vida, e ainda há um mês uma menina surda foi esmagada por um caminhão na Leopoldo Miguez. Ela estava aprendendo a falar, recuperava-se aos poucos, os pais começavam a ter uma alegria: numa tarde de sábado, tudo acabou.
>
> O Rio é uma cidade agressiva, oprimente, para os adultos e sobretudo para as crianças. Por que a Prefeitura permite que se construam edifícios sem *play-ground*? Por que nossos legisladores ignoram que nossas crianças precisam de lugar tranqüilo para correr, pular, gritar, divertir-se? E ainda se destroem os poucos abrigos que restam.
>
> Estou com as crianças da Praça Sarah Kubitschek. O direito está com elas e cabe ao Prefeito resolver o caso mantendo a Praça, que é das crianças como o céu é das andorinhas.

As mudanças drásticas na paisagem, a "monstruosidade" de "arquitetura e urbanização", abordadas como consequência do "desvario do mercado imobiliário".

Lessa já o tinha evidenciado em sua reflexão sobre a Copacabana "crescida às pressas, pensando somente nos juros do capital empatado e não nas sadias normas do bem viver de ninguém", em "Agruras Copacabanenes", mas Gullar vai aprofundar a crítica ao trazer para sua crônica o apoio à "luta" das crianças por espaços de lazer,

[85] *Jornal do Brasil*, 22 jan. 1960, n. 18, p.3.

esquecidos em meio à febre da engenharia civil, expondo ainda acidentes recentes envolvendo crianças na "oprimente" cidade carioca. Já apontada pela negação do nome de "urbanização" ao crescimento de Copacabana, já que seria apenas um "amontoado sinistro" de prédios, sugere a relação entre organização, planejamento e a desejada vida urbana. Assim, apesar de trazer um julgamento negativo dessas formas arquitetônicas, seu principal alvo é a ausência de regulação, de uma urbanização de fato (ou de um urbanismo?), o que faz com que seja o mercado que dá todas as cartas, tornando o Rio "uma cidade agressiva".

Diferente das demais crônicas, que se concentram na paisagem, ainda que algumas evoquem brevemente questões relativas à vida cotidiana, em "A praça" é ressaltado o papel do poder público nessa regulação, inclusive pela função social que ela assume ao reivindicar a luta das crianças. Assim, a Prefeitura, apontada como responsável pela desapropriação do terreno da praça para que seja vendida aos incorporadores, tem claramente o papel de "liberar a terra para investimentos mais lucrativos" (SOMEKH, 2014, p. 43). É interessante notar que desde a década de 1930 o consumo dos apartamentos residenciais deixou de ser predominantemente de aluguel para a venda sob responsabilidade das incorporadoras (VAZ, 2002, p. 75), o que em muito incentivou o *boom* imobiliário, sobretudo na zona sul, que se iniciaria na segunda metade da década de 1940.

Preocupado também com o mercado imobiliário que parece impor todas as regras, não só sobre a paisagem, Braga publicara "Casinha"[86], refletindo a partir da demolição de uma casa:

> Assisto, há uma semana, da janela de meu escritório à demolição de uma casa. Era uma casinha boa, branca, de janelas azuis, com sua trepadeira na varanda, sua garage coberta de heras, suas acácias e tinhorões.
>
> Uma esquina para baixo de minha casa existe uma casa feia, de um amarelo sujo, antipática e ruim. Por que não a derrubaram? E logo adiante há um terreno baldio cheio de mato e lixo. Por que não construíram ali?

Do mesmo período que as elegias em prosa de Bandeira e Eneida àquelas tradicionais residências grandiosas, também postas abaixo para dar lugar aos arranha-céus, Braga enfoca, porém, uma casa simples, mas onde também vê afetividade e beleza, e, sobretudo, uma abertura para o questionamento da lógica imobiliária.

[86] *Diário de Notícias*, 23 abr. 1958, n. 10870, p.2.

> As perguntas são infantis. Mas por que não fazer perguntas infantis perante as coisas tão complicadas dos dias de hoje? Responderemos ao menino que perguntou: o homem que vai construir o edifício de apartamentos é dono dessa casinha branca de janelas azuis, e não daquela outra casa nem do terreno baldio. Não importa que a outra casa esteja caindo de velha nem que o terreno esteja desocupado nesta cidade em que centenas de milhares de pessoas vivem nos altos dos morros e nos mangues imundos.
>
> Onde moram, perguntaria o menino, êsses três prêtos e êsse branco que estão construindo a casa? Moram em barracos de caixote e zinco, talvez no morro ali perto. Mas então por que, no lugar de derrubar a casa, não moram dentro dela?
>
> É evidente que temos de explicar à criança a organização da sociedade. E procuraremos apresentá-la como uma coisa racional, uma coisa baseada em leis que visam o benefício coletivo. Talvez não seja muito fácil. Teremos de explicar que a propriedade daquele terreno baldio é um ato natural amparado por uma lei sagrada. Aquêle pedaço de terreno pertence ao sr. Rodrigues assim como essa casinha pertencia ao sr. Osório; esta e mais a outra do lado que já foi derrubada. A criança nos olhará um pouco espantada e talvez nos pergunte se cada pessoa tem um terreno e uma casa. Seremos forçados a responder que não. E pararemos a conversa por aí, porque a organização do mundo é uma coisa bela e engenhosa demais para entrar no entendimento de uma criança.
>
> E mesmo não adiantaria explicar nada: para uma criança será sempre um crime derrubar uma casinha branca de janelas azuis com trepadeira florida na varanda.

O jogo de perguntas e respostas com a criança *possível* – que mais se parece com um alter-ego do cronista, já que é dele próprio que surgem as primeiras questões – ao mesmo tempo evidencia as tensões sociais existentes na cidade, e que se dão a ver na questão da moradia; e as contradições sociais geradas pelo mercado imobiliário. Entrando em questões espinhosas pela suposta mente ingênua de uma criança, não aponta diretamente para o papel do poder público nessas questões, mas compartilha sua indignação diante da produção imobiliária, que continua a crescer sem que se pareça, no fim das contas, com uma "uma coisa racional, uma coisa baseada em leis que visam o benefício coletivo", como ela se apresenta. Henry Lefebvre (2011) analisaria, dez anos mais tarde, o ideal urbano como o ideal da *coerência* e da *racionalidade*, muito embora, na realidade, ao lado da *integração* que a vida urbana promove esteja, justamente, a *segregação*. Pensando que, conforme levanta Lilian Vaz (2002, p. 101), a produção imobiliária aparece vinculada, desde a década de 1940, à Caixa Econômica Federal e a outros institutos e caixas de aposentadoria e pensões de fundo público, que deveriam realizar investimentos em habitação social, e, no entanto, tais edifícios eram destinados

às classes médias, a indignação do cronista, sem que seu destinatário seja exposto, se inscreve numa cadeia de observações da cidade em longo prazo, talvez potencializada pela expansão desse negócio.

É dessa maneira que a sensação do desgoverno na paisagem vertical é acrescida também pela reflexão sobre o mercado imobiliário carioca, o cronista-narrador percebe como agente da modernização autoritária possui um fim segregador, porque não investe, de fato, em habitação, representada, nesse texto, pela "casinha boa", mas na geração de lucro, transformando profundamente a zona sul não só paisagisticamente, mas socialmente. Lefebvre (2011, p. 87) compreende a segregação espaço-social promovida na cidade (pelo mercado imobiliário, mas também pelo Estado) como resultado do valor de troca que se sobrepõe ao valor de uso, isto é, quando o mercado domina as relações urbanas, tornando a cidade não um lugar de convivência, mas simplesmente de troca comercial, onde, aliás, tudo é mercadoria, inclusive a moradia. Nesse sentido, o cronista-narrador olha para a casinha como parte de um processo de negação do direito à cidade: no Rio não vivido, mas comercializado, não importa que haja "centenas de milhares de pessoas [vivendo] nos altos dos morros e nos mangues imundos", pessoas que não têm acesso à vida urbana *racional*, *integradora*, importa apenas que haja valor monetário sendo gerado e, para quem pode pagá-lo, destina-se a cidade.

Seria essa igualmente a razão d'"O amor sem chão"[87], observado por Henrique Pongetti, n'*O Globo*, em agosto de 1958? Ele traz um olhar mais humorístico e curioso da questão. Ao perceber primeiro a ilustração que acompanha a crônica, visualizamos o cenário: com o mar em primeiro plano e os morros e o sol ao fundo, a aglomeração de prédios, retângulos emaranhados de vários tamanhos, representa o bairro. A descrição, porém, nos leva para o interior dos apartamentos:

> Sôbre a densidade demográfica de Copacabana, tenho um índice muito eloquente. Espiando da janela do edifício, vi no edifício fronteiro um quarto iluminado e sem cortinas, com seis camas estreitinhas, três térreas e três de jirau. Seis pessoas dormindo em doze metros quadrados. Provavelmente, mais. Entre as prateleiras poderia ser armada uma cama de campanha, ou estendido ao solo um colchão. Mais seis ou sete leitos no outro quarto, mais camas de armas, mais colchões estendidos na sala e no corredor de serviço. Camas sobrepostas no quarto da empregada. Em Copacabana, o milagre mais banal, mais cotidiano, é o da multiplicação do espaço ao aproximar-se o meio da noite. São comunismos os casos de quinze e vinte pessoas dormindo em apartamentos de cinquenta metros de área total.

[87] *O Globo*, 18 ago. 1958, n. 9904 (vespertina), p.3.

> Sardinhas comprimindo-se em camadas em uma lata misteriosamente elástica. Parentes, afins, contraparentes reunidos em uma verdadeira "vaquinha" locatária: monomania topográfica: ou Copacabana ou o suicídio coletivo...
>
> O espantoso movimento em Copacabana, do cair da noite ao término das sessões nos cinemas, decorre dessa impossibilidade de os moradores se encontrarem ao mesmo tempo defronte de suas prateleiras, da estante dos seus ossos e das suas vísceras. Come-se em pensões baratas, quase todas instaladas em andar térreo. Ou nas "pizzarias" que servem em pé retalhos de "pizza", sanduíches e "cachorro-quente". Depois flana-se, fazendo horas para entrar. Os mais velhos e as crianças se acondicionam mais cedo, obedecendo a uma ordem cronológica estabelecida tácitamente pelos bocejos e pelo pêso das pálpebras. Os outros vão chegando a intervalos certos, os intervalos exigidos pelos movimentos dos braços na mudança da roupa, na troca do paletó-saco pelo pijama. Regime de caserna ou de internato. A luz se apaga com a chegada do último corpo: o resto do jornal será lido de manhã, a caminho do trabalho. O sono é procurado no escuro, e as conversas só se cruzam de cama para cama em véspera de domingo ou de feriado. Em noites de dias úteis, as palavras obstróem o diminuto espaço vago, empurram os corpos contra a parede, dão a medida da degradação espacial. Os de sono mais agitado e os sonâmbulos dormem embaixo, se não providenciaram uma grade ou uma corda para o seu leito no jirau. Um corpo tombando no silêncio da madrugada provoca nos outros pesadelos como os de se verem todos transformados em frutos maduros numa árvore com duzentos metros de altura: amadurecer, sinônimo de despencar...
>
> Homens num lado, crianças e mulheres noutro. Promiscuidade, sim, mas em têrmos. Alguns casais são condenados à separação noturna, marcam encontro de dia, quando os outros "estão fora", fazem do seu amor legal e rotineiro uma aventura adulterina, resignam-se ao sabor pecaminoso do seu drama topográfico. "Amanhã, às cinco da tarde... Pontualmente, veja lá...". A parenta mais velha, a que recolhe no fim do mês as cotas da cooperativa habitacional, se transforma em sua imaginação conturbada na caftina dona do "rendez-vous". "D. Eulália, eu e Rosinha vamos chegar amanhã às cinco...". E D. Eulália, tôda compreensão, medindo mais uma vez a grandeza daquele amor lícito, pensando mais uma vez na falta de espaço sentimental de Copacabana, nos divórcios físicos noturnos da inexorável Copacabana: "Já vi tudo. No quarto da tia Natalina". Em volta da cama de casal da tia Natalina, os oito milhões quinhentos e onze mil, cento e oitenta e nove quilômetros quadrados de Brasil semi-deserto.

Apresentando uma Copacabana apertada, de tal forma que chega a ser "promíscua", associa o fenômeno do crescimento populacional noturno do bairro com os prazeres por ele oferecidos de uma maneira bem-humorada. Assim, é menos sobre a paisagem vertical em si e mais sobre a grande quantidade de pessoas que ali circulava, sobre o *status* do bairro que as leva a "comprimirem-se" em espaços apertados. Na

imagem oferecida pela crônica, percebemos ainda as razões da especulação imobiliária, bem como os seus métodos, isto é, construir apartamentos minúsculos para ter mais espaço para construir outros. Muito embora o cronista-narrador limite-se a extrair o cômico da situação, não chegando a preocupações de cunho social, a frase final tem um tom pelo menos irônico, porque traz o argumento oficial pela mudança da capital: enquanto as "sardinhas" se comprimem no bairro carioca, o resto do Brasil permanece um "semi-deserto".

Como parte do vetor de crescimento da cidade desde o início do século XX, seguindo os parâmetros civilizatórios higienizadores, então em voga, ao permitir à população "saudáveis banhos de mar" e o ar oceânico, Copacabana, bairro a que se referem as três crônicas, foi associado ainda a um "valor social", isto é, um status diferenciado de seus moradores, o que gera o *boom* imobiliário e a verticalização, como vimos. Segundo Julia O'Donnel (2013, p. 54), foi a partir de então que a imagem de cidade portuária se transformou em cidade praieira, mas que nos anos de 1950 tem já um "paredão de prédios" como característica de sua orla atlântica, o que a ilustração da crônica apresenta e o texto explora de forma divertida, ao ironizar, de certa forma, o "status" do bairro, que *por dentro*, não teria mais elementos de distinção social. A verticalização como "adensamento do solo urbano", como ressaltado por Somekh (2014), ganha cara de indesejada multidão na crônica de Pongetti. Copacabana, símbolo maior da modernidade do Rio, é também o lugar por onde os cronistas veem, de sua janela, não só a desorganização da paisagem, mas uma cidade desordenada em vários sentidos.

As crônicas até aqui vistas não usam o discurso do progresso da cidade, isto é, não identificam nessa dinâmica urbana o símbolo da "modernidade", do "desenvolvimento" ou da "civilização", esses termos que são intercambiáveis para uma concepção de história que diz que a humanidade caminha para um rumo certo, e que se tornou uma "ideologia da perfectibilidade", como define Paolo Rossi (2000, p. 95), desde o século XIX. Nem os cronistas mais experientes (Manuel Bandeira, Henrique Pongetti, Eneida, Rubem Braga,), nem os de uma geração mais recente (Elsie Lessa, Ferreira Gullar, ou mesmo Fernando Sabino, que não usa em sua narrativa necessariamente um tom de recusa) não fazem nenhuma associação nesse sentido[88].

[88] Não foram citados Benjamin Costallat e Dinah Silveira de Queiroz (que estariam entre os mais experientes), pois não há crônicas de ambos os autores que falem sobre a paisagem vertical no período.

Essas crônicas cariocas não registram, de modo geral, "uma constante" de otimismo como aquela notada por Margarida de Souza Neves (2001, p. 23) no período das reformas do início do século, as quais subordinavam-se ao "'progresso' e à 'ordem', quase sempre na perspectiva dominante na época", apesar de abrirem espaço também para uma "relativização" sobre elas. Não há a mesma crença no progresso, compartilhada em diversos níveis, às vezes divergente apenas no que se refere aos meios de alcançá-lo, como percebido por Nicolau Sevcenko (1999). Seria uma descrença ou talvez só uma diferença de gradação? Ou ainda uma diferença quanto ao lugar onde buscar esses índices de progresso, ou seja, não mais nas transformações da paisagem urbana em si?

No entanto, desde o início da modernidade, a cidade fora o lugar eleito para se ver o progresso: onde ocorrem as trocas comerciais, onde está a indústria, onde há educação, onde podem surgir, a todo momento, novas e melhores formas de vida social. Helena Bomeny (2002, p. 209) trata essas questões como "pré-requisitos à realização da moderna concepção de cidade ocidental", sendo assim, "o mercado, o intercâmbio regular, a racionalização de procedimentos são dimensões importantes integrativas ao moderno conceito de cidade e, por extensão, à própria concepção de modernidade". De tal grau seria a identificação entre cidade e sociedade moderna e, assim, entre cidade e progresso, tendo em vista que é a sua busca que rege essa sociedade. Não haveria, então, como fugir às transformações da paisagem para "medir" o progresso. Relembrando que José Lamas (2004, p. 2010) aponta que a moda das cidades planejadas, ocorrida no século XIX, se dá pela força que toma a ideia de que a cidade é o lugar a partir do qual é possível *modificar* a sociedade, e é ela que ecoa ainda no século XX, entende-se que, em um país que ainda passava pela sua revolução demográfica rumo a tornar-se um "país urbano", seria de se esperar que a dinâmica visual urbana com novos símbolos continuasse a atrair o discurso do progresso. A questão talvez seja "como".

No Rio dos anos 1950, a paisagem muda segundo os ditames da iniciativa privada, mas Brasília é construída seguindo os novos padrões urbanísticos modernistas e canaliza o discurso do progresso – pelo menos o oficial. É prudente, então, perceber o que os cronistas estão falando sobre ela, mais especificamente, sobre a sua ideia de cidade planejada e o vislumbre do progresso, para perseguir os rumos que esse discurso poderá tomar quanto ao Rio.

1.3. Uma *cidade feliz* contra o Rio de Janeiro? A comparação dos modelos urbanísticos

Em 1958, Rubem Braga é dos cronistas que mais fala sobre Brasília, mas se concentrando sobretudo no debate político-econômico, em crônicas opinativas. Em seu estilo levemente irônico, diz, em mais de uma oportunidade, que acredita que a mudança da capital se dará, fala constantemente sobre os grandes gastos do governo, na inflação que aumenta por causa do "empreendimento não reprodutivo e adiável"[89], bem como sobre a censura que se dá sobre quem fala mal dele. É difícil, percebendo esse discurso, esperar alguma identificação com o progresso. Sendo coerente inclusive com as preocupações que demonstrou em relação ao Rio na crônica "Casinha", escreve "Lotes, etc"[90] e "Uma idéia"[91]. Na primeira, de abril de 1958, após se recusar a afirmar se há ou não roubalheiras na construção de Brasília, o que "mais de um leitor escreve perguntando", prefere falar sobre aqueles que estão certamente ganhando muito dinheiro com a venda de lotes:

> Onde a direção da Novacap deve agir com maior circunspecção é na venda de lotes. Isso ainda não está organizado, e se v. quiser comprar um terreno em Brasília, jamais conseguirá saber onde êle se situa. Por que isso? Se há alguma coisa de que brasileiro entende, é de loteamentos, temos um território gigantesco, minuciosamente quadriculado em lotes, a retícula fina... [...]
> O fato é que especuladores espertos estão comendo milhares de pés-de-meia de ingênuos, anunciando e vendendo lotes que pouco ou nenhum valor terão no futuro, fora do território do Distrito Federal, lotes no deserto... Essas economias quase sempre modestas, mas muito numerosas, são atraídas pelo nome de Brasília e, na realidade, vão sendo desviadas do financiamento da nova capital. É urgente que o governo tome uma providência séria para evitar isso, e canalizar para a sua obra os frutos da poupança popular que estão sendo postos fora.
>
> Sim, muita gente está ganhando dinheiro em Brasília, e um pouco em toda parte no Brasil muita gente está perdendo o seu dinheirinho em lotes de ilusão. [...]

[89] "O facão da censura". *Diário de notícias*, 2 out. 1958, n. 11008, p. 2.
[90] *Diário de Notícias*, 4 abr. 1958, n. 10855, p. 2.
[91] *Diário de Notícias*, 21 dez. 1958, n. 11076, p. 2.

Na segunda, de dezembro, parte da notícia de que "[u]m assanhado cavalheiro de negócios imobiliários surgiu com essa idéia brilhante: vender lotes de Brasília na Europa". Ao que o cronista se opõe categoricamente:

> Pode, na verdade, se tratar de um bom negócio, mas confesso que se eu fôsse funcionário do Brasil no exterior ficaria um tanto encabulado em prestigiar o corretor de terrenos da futura capital de meu país. Os terrenos de uma cidade existem para que nêles se construam prédios em que as pessoas possam morar ou trabalhar. Vendê-los a gringos que não pretendem morar nem trabalhar ali – só especular com a valorização – me doeria n'alma. Eu estaria ajudando a promover o encarecimento da vida em Brasília, pelo menos no item habitação. [...]

Nitidamente voltado para a função social da moradia, não há espaço nem sentido, nesse contexto, para se falar de benesses em uma cidade planejada. Se seria papel do urbanismo assumir a "mediação de conflitos entre interesses públicos e privados", como afirma José Lamas (2004, p. 210), Braga, por sua vez, não encontra diferença suficiente entre o modo como a especulação imobiliária ocorre no Rio e o que tem sabido a respeito em Brasília. Mais interessante porque Brasília deveria ser o modelo do urbanismo modernista, cujo discurso social profundo proporia uma nova sociedade, inclusive prevendo moradias que não sejam distintas por classe social[92]; enquanto teoricamente o problema do Rio seria a ausência dessa visão, predominando o que Nadia Somekh (2014, p. 58) chamaria "urbanismo modernizante", aquele que apenas utiliza a inovação tecnológica para a acumulação de capital no espaço urbano, não se importando com a resolução de problemas sociais, isso de acordo com a visão dos próprios cronistas, conforme vimos.

[92] No projeto original, os prédios habitacionais de Lúcio Costa destinavam-se a todas as classes sociais, tendo por isso o mesmo modelo, e inclusive escolas e demais serviços situados nas quadras previam a sua ampla convivência. Contudo, a ideia não teria agradado Juscelino Kubitschek, que defendia que o Plano Piloto deveria ser destinado apenas aos funcionários públicos (Cf. VIDAL, 2009; OLIVEIRA, 2005). Nesse contexto, as cidades-satélites, que não estavam previstas no plano original, acabaram sendo de necessidade imperiosa e começaram a ser inauguradas antes mesmo de Brasília, como local destinado inicialmente aos trabalhadores da construção da capital que não tinha pretensão de ir embora. Assim, quando Braga escreve essas crônicas, em 1958, Taguatinga, por exemplo, já havia sido inaugurada (a data oficial é 05 de junho de 1958), estando a questão do conflito entre o urbanismo modernista e os interesses do Estado brasileiro no Governo Kubitschek já evidenciados.

Já no final de 1959, em *O Globo*, o cronista escreve "A cidade feliz"[93], em que vai ampliar sua visão sobre a nova cidade, sem perder, porém, a oportunidade da provocação:

> Agora me perguntam se eu gostaria de morar em Brasília, e eu respondo que não, nem que o Dr. Israel [Pinheiro] me desse um lote com cartório.
>
> É claro que a cidade vai ser bonita e nascerá livre de muitos problemas que atormentam outras: mas quanto tempo não levará para perder seu ar artificial, seu jeito de coisa importada, vinda de fora? O lago será uma grande coisa, miradouro de nuvens, espelho de crepúsculo, viveiro de estrêlas e luares; mas quanto tempo não passará até que deixe de ser uma reprêsa, uma inundação artificial para ser um lago mesmo? [...]
>
> [E] quanto tempo levará a cidade para se livrar do esquema de prancheta e fabricar o seu próprio mistério, seu mel e seu veneno, ganhar um jeito de gente humana, não de funcionários, iaplários, industriários, securitários?
>
> Onde vai morar aqui o poeta bêbedo, que margem se deixou para a sobrevivência do marginal, onde acamparão os ciganos ladrões de cavalos e as crianças, que providência se tomou para construir um sobrado mal-assombrado, aonde está o açude, o bambual, o crime? Não haverá nenhum porão... [...]

O planejamento aqui não aparece com nenhuma vantagem, uma vez que ele não deixa espaço para aquilo que é considerado feio, mas que para o cronista-narrador é motivo de canto. É certo que não se fala dos prédios, seja do Rio ou de Brasília, porém, vimos que para Braga também não é isso que interessa de fato. A cidade organizada parece ser um problema quando ela não permite ver esse tipo de poesia na vida urbana, e o discurso do progresso não tem vez enquanto não trata das questões humanas reais da cidade.

Dos outros cronistas que viemos então acompanhando, é Elsie Lessa quem também fala bastante sobre Brasília. Em "Brasília", de 08 maio de 1958[94], responde a alguns leitores sobre uma crônica anterior em que entoara os versos de uma marcha de carnaval:

> Alguns dos meus leitores tomaram ao pé da letra uma crônica brincalhona que escrevi sob o título de samba: "Eu vou pr'a Brasília, eu vou". Um até ficou brabo. Onde se viu falar mal do Rio e continuar aqui, principalmente sendo de São Paulo? Outro ainda acredita e me

[93] *O Globo*, 23 dez. 1959, n. 10319 (única), p. 2.
[94] *O Globo*, 08 mai. 1958, n. 9817 (única), p. 1(seção 2).

pede informações precisas sobre Brasília, que não conheço. Mais outro, êsse, seriíssimo [sic], vem me ponderar gravemente que com os cem milhões que já estão sendo empregados em Brasília todos os problemas urbanos do Rio de Janeiro seriam solucionados. Ora, meus amigos, eu nunca tomo a vida ao pé da letra. Aquela crônica era um desabafo meu, igual a tantos outros que tenho ouvido de habitantes desta muito amada e leal cidade. Provavelmente, eu e os outros continuaremos por aqui mesmo, amando, sofrendo e querendo bem, como aconselhava o falecido Lampião. Brasília, para nós, sofredores do tráfego, dos buracos, da carestia, dos assaltos, do calor, Brasília é uma Pasárgada, a cidade onde os nossos sonhos se realizam, um mito, uma esperança.

Quanto ao mais, acredito, como este "leitor assíduo", que "em Brasília os problemas e dificuldades serão muitos no princípio e aumentarão cada vez mais com o seu crescimento, devido ao desgoverno que impera em todos os cantos do nosso país".

Ora, estou com o senhor, meu amigo, mas se eu fosse para Brasília iria no princípio, enquanto a vassoura nova varre bem, enquanto estes três milhões daqui não estivessem atravancando o fresco planalto como todos os seus problemas. Teríamos, pelo menos, melhor clima, mais espaço e menos gente para acotovelar, o que já é um bom começo. Está nas crônicas e ficará para a legenda a doçura, o amor de cidade que já foi êste Rio enquanto não passou da casa dos dois milhões de habitantes e eu peguei o resto dessa "belle époque" quando aqui aportei, em 1943. De lá para cá as coisas só fizeram piorar. E dizem os técnicos que a cidade ideal será sempre um núcleo de 250 000 a 300 000 habitantes. O resto é canseira e aflição de espírito, conforme estamos comprovando em carne própria.

Invoca o senhor o justíssimo argumento de que "se as verbas que estão sendo empregadas em Brasília o fôssem no Distrito Federal, todos os seus problemas seriam resolvidos, a vida nesta cidade seria um mar de rosas, o seu aspecto seria espetacular e causaria a admiração de todos, brasileiros e estrangeiros".

Talvez, leitor assíduo, talvez. Mas nem eu nem vossência [sic] nem a Prefeitura, possuímos esses cem milhões, e ainda que os tivéssemos, como faríamos para fazer com que êles fossem empregados como deveriam ser? Prefeito vai, Prefeito vem, decretos se decretam, projetos se fazem, e tudo vai de mal a pior, nesta bela e sofrida cidade, que merecia melhor sorte.

Então, só nos resta sonhar com outra, em que tudo fôsse começado como devia, certo desde o princípio, como Brasília, com o seu maravilhoso projeto do Lúcio Costa, o seu clima privilegiado, os seus planos de futuro. Sim, nela tudo está por fazer, o que é uma esperança, enquanto aqui tudo, até praias e prédios, se desfazem. E como ainda tem pouca gente e é rodeada de longas vastidões silenciosas, decerto ainda não lhe roubaram o silêncio e a paz. Porque, para muita gente, é o maior dos bens.

Sua ideia não é outra além da esperança de uma nova cidade, tudo "começando certo desde o princípio", com "planos de futuro". Não à toa, compara a nova capital à Pasárgada de Manuel Bandeira, este que inclusive já fizera essa associação, em outro grau, em "Frases do Carnaval"[95], quando dissera que a capital em construção era a Pasárgada do presidente. Contudo, para Lessa ela é Pasárgada para os cariocas, quando se compara a vida do Rio com aquela prometida na urbe modelo.

Nada é dito, porém, sobre o projeto em si, limitando-se à essa ideia mais ampla de que "nela tudo está por fazer, o que é uma esperança". Ideia vaga, mas repleta de sentidos, ainda mais quando a cronista-narradora traça o contraste com o Rio, onde "tudo, até prédios e praias, se desfazem". Entre obras humanas e patrimônios naturais, mostra-se uma cidade que se esfacela. Se a questão das praias é um pouco mais complexa, porque envolve a relação entre fenômenos puramente naturais e obras de infraestrutura urbana (que será melhor abordada mais adiante), a questão dos prédios, que nos interessa nesse momento, tem uma face mais técnica.

Lessa publica essa crônica alguns meses depois do desabamento do São Luís Rei que fora manchete nos jornais da então capital no último dia de janeiro de 1958. Os jornais nos informam que o prédio de 10 andares, em fase final de construção, demonstrou sinais de abalo estrutural e que, depois de várias tentativas de salvá-lo, finalmente seu desabamento fora inevitável a ponto de ser o momento previsto pelos próprios engenheiros encarregados, o que permitiu que fossem tomadas as medidas para evitar tragédias de maiores proporções, como a evacuação dos operários e dos imóveis próximos, o desligamento de energia elétrica, água e gás e o isolamento da área, no entanto, ao tombar para trás, acabou atingindo edifícios e casas vizinhas. Por que esse acontecimento se torna importante nesse contexto?

O Globo[96], jornal em que Elsie Lessa publicava sua crônica, já noticiara dias antes o possível desabamento e vinha acompanhando o andamento das obras de reparo. Já no *Diário de Notícias* e no *Jornal do Brasil*, as edições do dia 31 de janeiro trazem fotos do acidente na primeira página e narram os momentos anteriores e posteriores ao tombamento. Seus cronistas também não deixaram de falar sobre o assunto. No DN, que

[95] *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1958, n. 43, p. 3.
[96] "Vai cair o edifício". *O Globo*, 30 jan. 1958, n. 9737 (única), p.1.

havia noticiado que o prédio fora erguido em "terreno de solidez pouco conhecida" [97], Rubem Braga escreve "Caiu"[98] em 1º de fevereiro:

> Dessa vez os engenheiros tinham razão: disseram que o prédio ia cair, e caiu mesmo. Já vivi em país em que há sempre tremores de terra e de vez em quando acontece um terremoto e jamais ouvi dizer que algum edifício caísse. Caem prédios velhos casinhas de adobe ou tijolos; mas os edifícios novos resistem perfeitamente, porque são antissísmicos; quando se fazem as suas fundações, já se prevê a eventualidade de um tremor de terra. O prédio balança mas não cai, e não cai exatamente porque balança. Aqui no Rio, o edifício balança – e cai. E os engenheiros, de relógio em punho sorriem vitoriosos: êle caiu exatamente dentro do prazo previsto.
>
> Isso ainda vai acabar sendo motivo de atração turística. Se Piza vale à Itália milhões de dólares porque os turistas gostam de ver a Tôrre que se inclina cada vez mais e não cai nunca – muito mais poderemos ganhar dispondo em Copacabana de construções muito mais altas e que tombam de verdade – tombam de verdade, como se fossem construções de mentiras.
>
> O "São Luís" apresenta, aliás, um sensível progresso sôbre os desmoronados anteriores. Sua queda foi anunciada com cinco dias de antecedência; na manhã do dia fatal um engenheiro fêz seus cálculos e declarou que êle não ficaria de pé até as 20 horas. A certa altura todos os que desejavam assistir ao belo espetáculo fremiram: faltavam poucos minutos e o edifício ainda estava de pé. Ficaria desmoralizada a engenharia nacional?
>
> Não! O prédio caiu às 19h55m, mais pontual do que o Machado da Panair. Estava salva a honra dos construtores nacionais.
>
> Há pessoas de mau gôsto querendo encontrar culpados em tudo isso. Quero lembrar apenas que nos últimos dois dias o mar tem andado excepcionalmente forte. O "São Luís Rei" foi construído sôbre um antigo brejo que tinha o nome poético de "Ouvido do Mar". O povo não inventa êsses nomes à toa; êle sentiu que o pequeno charco era sensível, de longe, às fúrias e canções do oceano. Como não é possível, entretanto, pôr a culpa no Oceano Atlântico, o melhor é dar como responsável o atêrro da Guanabara. Aí fica uma sugestão para a firma construtora; é, pelo menos, tão boa quanto qualquer outra.

O cronista, que tivera um posto diplomático no Chile entre 1955 e 1956, chefiando o Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil (CADERNOS..., 2011, p. 17), ironiza a perícia dos engenheiros, ironiza que o evento tenha se tornado atrativo, ironiza o fato de o São Luís Rei ser mais um prédio que desaba na capital e, por fim, ironiza ainda a busca pelos responsáveis, dando atenção especial à localização do

[97] *Diário de Notícias*, 31 jan. 1958, n. 10803, p.1.
[98] *Diário de Notícias*, 1º fev. 1958, n. 10804, p.2.

prédio em construção, um lugar conhecido popularmente como "Ouvido do Mar", um terreno alagadiço. Em sua crônica altamente irônica, sem apontar diretamente para ninguém, o cronista oferece uma imagem de "um Rio de Janeiro que desaba", pela insinuação da frequência dos acidentes e do modo como são tratados "pelos responsáveis", sejam os engenheiros ou outros "culpados". No mesmo dia, o DN traz na nona página uma reportagem mais detalhada, em que cobra a Prefeitura sobre os "muitos desmoronados sôbre cujas causas até agora [ela] manteve-se em silêncio", afirmando que ela tem culpa diante dos acidentes especialmente porque "não fiscalizam as construções, deixando tudo à vontade dos empreiteiros e construtores" [99].

No *Jornal do Brasil*, Fernando Sabino também não deixou o acidente passar em branco na sua coluna, onde publicou "Vai cair"[100]:

> É uma história verídica passada em Nova Iorque: um indivíduo ia andando pela rua quando teve a estranha intuição de que um edifício ia cair. Nada havia nêle que justificasse essa ideia. [...] Ninguém lhe deu crédito. Desorientado, êle resolveu chamar a polícia. A polícia não fêz muita indagação, foi chegando e pondo todo mundo na rua. E cinco minutos depois que saiu o último morador, o edifício veio ao chão.
>
> Aproveitei o assunto para uma crônica, fazendo considerações ao gôsto da época: o edifício era um símbolo do mundo moderno e o passante anônimo era o único que via o perigo e o denunciava, ninguém lhe dava ouvidos, etc, etc. Aqui está a crônica, se chama "Um dia a casa cai". Na revisão que estou fazendo para a segunda edição de um livro de crônicas, detenho-me diante dela, indeciso, resolvo afinal suprimi-la.
>
> É que as coisas mudaram muito desde então. Lá em Nova Iorque pode continuar sendo extraordinário um sujeito prever a queda deum edifício, mas aqui no Rio o episódio se tornou banal. Ontem, o tal edifício de Copacabana acabou caindo mesmo, e se alguma coisa há de estranho é que tenha caído um pouco depois da hora prevista. Com a prática, os engenheiros chegarão, porém, à perfeição de prever até os minutos que restarão a um edifício por desabar, e a Prefeitura poderá mesmo cobrar entrada para o espetáculo, fazendo dêle mais uma fonte de renda.
>
> Um engenheiro me disse, há tempos, que a maioria das construções de hoje não obedecem aos requisitos mínimos para sustentá-las de pé ao menos trinta, quarenta anos - e êle sabia o que estava dizendo. Afirmou que um dia começarão a ruir uma após outra, como as camisas que acabam sempre se estragando todas na mesma época. Acho, porém, que êle foi muito otimista, e que êsse dia já está chegando. Ontem caiu um prédio aqui em Copacabana. Outro dia foi

[99] *Diário de Notícias*, 1º fev. 1958, n. 10804, p. 9.
[100] *Jornal do Brasil*, 1º fev. 1958, n. 26, p. 07.

> na cidade. Há mais tempo em Santa Tereza, e, antes, ainda em Copacabana. O tempo entre um e outro desabamento está cada vez mais curto – e as previsões cada vez mais certas. Praticamente, já estamos caindo. Em breve os jornais juntarão à previsão do tempo a lista dos desabamentos programados, com os respectivos horários. Vamos desde já empacotando nossas coisas, prontos a cair na rua quando chegar a nossa vez.

Com ironias muito semelhantes àquelas de Braga (eles eram amigos, teriam conversado antes?), chega também à imagem da cidade que vai desabando, porém, de maneira mais contundente. Também é semelhante que focalize nas questões técnicas da engenharia, mesmo que evite apontá-los como culpados. No JB, porém, assim como no DN, as cobranças à Prefeitura no que diz respeito à fiscalização de obras, são constantes, e neste chega-se até mesmo a fazer uma série de reportagens sobre os desabamentos ocorridos, cuja primeira intitula-se "Desabamentos vêm da ganância: provas oficiais"[101], listando para tal o uso de material indevido ou de baixa qualidade, as obras executadas por pessoas sem habilitação ou por empresas sem "tradição técnica", tudo a partir de uma análise dos dez maiores casos desde 1946.

O caso do São Luís Rei não só não era uma questão isolada, como trouxe à tona o debate sobre a qualidade da engenharia em voga na cidade onde a todo momento prédios novos eram construídos... e sentia-se a iminência do seu desabamento. Mesmo que não haja nas crônicas uma concordância direta com a responsabilização dos acidentes (dos engenheiros? E a Prefeitura?), é nítido que elas compartilham com o noticiário a sensação de desconfiança diante dessas obras, aumentando a desordem na cidade vertical. Não restariam dúvidas, assim, de que o progresso se encontra onde há construção, não naquilo que se esfacela. A crônica de Fernando Sabino que coroa essa sensação e coloca o Rio que desmorona face a face com Brasília é "Quinze centímetros"[102]:

> Apavorado com a perspectiva de ter de mudar-se para Brasília, um amigo, que é funcionário público, me telefona comunicando uma sensacional notícia, colhida em fonte limpa e insuspeita: a de que o hotel que construíram lá afundou quinze centímetros.
>
> - Já começou – afirma êle, entusiasmado: - Foi um bom sinal. Eu sabia que essa pressa com que estão construindo lá não podia dar certo. Pelo jeito, vai acabar caindo tudo antes que a gente se mude.

[101] *Jornal do Brasil*, 09 fev. 1958, n. 33, p. 1, 12.
[102] *Jornal do Brasil*, 23 mar. 1958, n. 67, p. 7.

> Sinto muito desanimá-lo, mas não creio que seja verdade. Se fôr, certamente os engenheiros explicarão que tal afundamento é natural, não quer dizer que o edifício esteja caindo, como geralmente acontece aqui no Rio. Estará, no máximo, afundando mesmo, o que não tem a menor importância, pois sua estrutura é de aço e não chega a se abalar.
>
> Quem não chegou a se abalar foi o meu terrorista amigo:
>
> - No que você muito se engana! Dizem que afundou quinze centímetros de um lado só.
>
> E daí? Resta aguardar que afunde quinze centímetros do outro lado e estará restaurado o equilíbrio da construção. Não tenho procuração para defender os construtores de Brasília, mas não creio que um afundamento de quinze centímetros seja suficiente para abalar as fundações do prédio, quanto mais a cívica determinação de seus realizadores. Se fôr preciso, inaugura-se a obra de um lado só, para que o pêso compense a diferença e está resolvido. A menos que toda ela ainda assim continue afundando por igual, íntegra e firme nos alicerces, mas afundando sempre ao próprio pêso, até que os que nela se acham acabem não vendo pela janela senão paredes de terra, onde repontam raízes e minhocas, como num pesadelo, e se transformem em novos prisioneiros de "Huit-Clos", vivendo apenas do conflito de suas ambições.
>
> Assustado com essa perspectiva sinistra, meu amigo procurou saber dos entendidos o que realmente havia. Soube que não havia nada, senão um simples e previsto problema de acomodação da obra sôbre o terreno. Quinze centímetros não são nada, lhe asseguraram: há casos que acusam uma diferença muito maior, sem que haja perigo nenhum de cair.
>
> - É verdade – reconhece êle, desolado: - Está aí a Tôrre de Pisa, que não os deixa mentir.

O possível problema com a engenharia nas obras da nova capital aparece como se fosse um eco da preocupação existente com os desabamentos no Rio, que mais uma vez soam como recorrentes. No entanto, esse eco aparece envolto em entusiasmo na fala do amigo, pelo interesse pessoal de não se mudar para Brasília, o que, porém, é logo desacreditado pelo cronista-narrador. Este, expõe as diferenças entre os dois casos e, como um crítico severo daquela obra no Planalto Central, principalmente ironiza o contexto político da construção de Brasília, uma "cívica determinação" que não pode ser "abalada" tão facilmente, de tal modo que, "[s]e fôr preciso, inaugura-se a obra de um lado só, para que o pêso compense a diferença e está resolvido". Não se trata, assim, de uma confiança real na "estrutura de aço" da obra, mas de uma convicção de que a sua *sustentação* é muito mais política do que técnica, o que é bem diferente da situação do Rio, que perde cada vez mais seu peso político e parece viver, ainda por algum tempo,

com medo da capacidade técnica de seus engenheiros e/ou da fiscalização da Prefeitura, como é notável no *Jornal do Brasil* de 02 de março de 1958, um mês depois do São Luís Rei cair: "Estão abandonando Solange" é o título que acompanha a foto de capa, com moradores retirando seus móveis do prédio que eles acreditam que vai desabar, mesmo após os engenheiros técnicos da Prefeitura afirmarem que não havia esse risco[103].

Lessa, então, registra brevemente essa sensação sobre o Rio em meio a outras imagens negativas que marcam um contraste com as vantagens de Brasília. Tais vantagens vão aparecer ainda em outras em que a nova capital é o tema central, como "Brasília-Pasárgada"[104] e "Impressão de Brasília"[105], ambas de 1959. Na primeira, o título retoma mais uma vez Bandeira e vai ao encontro dos depoimentos de pessoas que estão se mudando para a nova capital:

> Os versos são de Manuel Bandeira. Já a Brasília-Pasárgada é a de todos nós. E quase não conheço quem não esteja indo para a nossa nova Pasárgada. É uma fuga, uma desforra, uma promessa de renovação: ir para Brasília. Eu ainda não fui, nem disse que vou. [...]
>
> Que Brasília é para tudo isso, estou lentamente recenseando. Primeiro, foi o jovem arquiteto que, vindo de uma gira por longes terras, um dia foi trabalhar em Brasília. E de repente me telefonou afobado, dizendo que aqui pousara rápido, apenas para se desfazer de fazenda e bens. Encontrara Brasília, a vida, o futuro e o amor. Trabalhava 21 horas por dia, esquecera o gôsto do divã do psicanalista, as brigas com a namorada e a loura de Viena e a morena daqui mesmo e engavetara os projetos. Pois ia morar em Brasília. Já comprara terreno, ia construir a casa. E o que é que eu ainda estava fazendo, bobeando por aqui? Eu não queria mandar construir uma casa na beira do lago? [...] E fechei os meus ouvidos aos seus cantos de sereia, não comprei o seu "plateau" e êle se afundou na sua Brasília e nunca mais baixou à terra de todos nós. E houve o colega de repartição que me parou, junto ao elevador, horas perdidas, a contar da sua chácara. Já pedira transferência, já adquirira suas terras, já estava plantando seus eucaliptos. Já olhava para tudo isso, poeira, calor, aflições citadinas, como um anjo que tivesse condescendido em vir espalhar à pobre humanidade as suas boas novas de uma vida melhor. E um jovem casal apressou, aflito, as suas bodas, para ir ajudar a construir a nova capital, que Brasília, desculpem, Pasárgada, era o mundo de amanhã, e já não tinham o que fazer por aqui. E lembro o casal de velhos, em Paris que, com a sua "villa" de Nice, com seu apartamento da Avenue Foch, punha uns sonhadores olhos azuis na planta de Brasília, que haviam roubado na exposição de "maquettes" que foram ver na casa da UNESCO. Pois essa era a cidade de seus sonhos. Vinte e dois graus

[103] *Jornal do Brasil*, 02 mar. 1958, n. 49, p. 1.
[104] *O Globo*, 16 jul. 1959, n. 10183 (única), p. 1 (seção 2).
[105] *O Globo*, 21 ago. 1959, n. 10214 (única), p. 1 (seção 2).

> de temperatura média. Imaginem. É uma cidade plantada, lá em cima entre as solidões desabitadas das florestas brasileiras, pura e luminosa, nascendo fresca e clara das mãos de um gênio, num país em que a terra era contada por quilômetros quadrados em vez de centímetros, como o seu! Brasília-Pasárgada. [...] E outra noite destas um senador me ponderou, grave, que já não lhe pediam passaportes especiais ou empenhos com o Prefeito e os ministérios. Queriam tôdos os que a êle se achegavam, uma transferência urgente para Brasília. Êle, que há dois anos já fugia dos funcionários da casa, com mêdo de ouvir um pedido para que o deixassem remover. Agora, queriam todos ir, comprar um terreno, plantar uma casa, ficar. [...]

Os discursos projetados dos personagens são de comoção com as promessas de uma vida melhor, pondo-se a captar, assim, a atmosfera que fora criada com a construção de Brasília. Não vêm à tona, porém, imagens concretas que evidenciem o planejamento da cidade, prevalecendo o aspecto de sonho, daí a analogia com Pasárgada, no âmbito dos desejos – onde, aliás, cabem tanto sonhos propriamente urbanos, como o do arquiteto, quanto aqueles que mais se voltam para os privilégios naturais da cidade, como o do colega de repartição ou o do casal de idosos. A própria cronista registra-se, porém, em uma posição indeterminada, mas alheia a esse clima, dizendo-se não completamente certa "de que Brasília seja pra isso tudo".

No entanto, em "Impressão de Brasília", apenas um mês depois, primeira de uma série que escreve quando de sua visita à futura capital em construção, percebe-se um novo entusiasmo.

> Entro à noite no quarto de hotel ainda no estado de choque da sensibilidade que me deu a chegada e as primeiras visitas à cidade. A gente pode ver em cinema, ler em livro ou jornal, ouvir contar e nada disso importa. É preciso atravessar algumas horas do deserto que ainda é este 'hinterland' brasileiro e, de repente, descobrir debaixo do avião uma cidade, espetando o céu com seu edifícios de cimento armado e toda traçada em beleza com as longas estradas e as largas avenidas e os formigueiros do acampamento e a poeira vermelha que sobre das construções e das terraplanagens e êste indefinível zumbido de colméia, de oficina, de fábrica que se desprende de tôda ela. [...]

Pensa ainda, a partir do maravilhamento com o momento, no restante do Brasil, incluindo o Rio:

> Conheço o meu país quase de ponta a ponta e, quanto mais o conheço, mais insaciável é a curiosidade e o querer bem que me crescem por êle. A semana passada estava em Pôrto Alegre, a dois mil quilômetros

> de chão desta cidade que começa. [...] Vejo, na memória, o meu São Paulo que cresce e muda em cada hora e que quase não reconheço a cada nova visita. E a espantosa beleza do nosso Rio, a que acabamos quase todos visgados [sic] e que se não maltratasse tanto com problemas alheios à sua beleza e esplendor, como desorganização, falta d'água, buracos nas ruas, sequia e inundações, teria afundado com o pêso do resto da humanidade que já se teria mudado para cá.
>
> Fico longamente no silêncio da noite, a cabeça e os sentidos tumultuados, pensando que aqui é o coração do Brasil, e nêle nasce um mundo novo, em novas dimensões. [...]
>
> Nunca senti, em nenhum lugar da minha terra ou do mundo, a estranha sensação de participar de uma nova era, de um novo mundo mesmo, de uma nova dimensão. Acho bom sonhar com o futuro, o verde onde hoje é o ouro vermelho do pé de toda esta terra revolvida, para plantar uma cidade. [...]

Já não cabem mais dúvidas, Brasília é o lugar onde é possível alimentar a esperança das crônicas anteriores, complementada ainda com a ideia de organização: na cidade do "indefinível zumbido de colmeia, de oficina, de fábrica" onde percebe "a estranha sensação de participar de uma nova era". Projeta-se, assim, o progresso prometido pelo discurso oficial de Brasília, baseada principalmente na ideia de recomeço, que é especialmente marcada em seu *planejamento,* na cidade "plantada". Se, como colocado por Laurent Vidal (2009, p. 222), "Kubistchek considera a construção de Brasília como o principal meio empreendido pelo seu governo para modificar radicalmente o futuro da sociedade brasileira", Lessa indubitavelmente adere a essa simbologia. Em contraste, ainda que lembre do Rio, e ele aparece como um lugar de "espantosa beleza", sua imagem é a do maltrato e sem nenhuma adjetivação que o projete no futuro, marcado pelos seus problemas. Isso significaria, então, que ela não vê mais nenhum lugar para o Rio no progresso do país? Ou para o progresso no Rio?

As visões dos cronistas são uma abertura para percebermos que nesse debate podem ser vislumbradas outras possibilidades para o Rio além da dualidade "mudancistas" e "antimudancistas", utilizada quando se vê a questão a partir do seu centro, isto é, Brasília, ou simplesmente a mudança da capital em seus termos políticos. Quando os cronistas olham para o Rio de Janeiro, que nesses dois anos passa a ser percebido como periferia no projeto desenvolvimentista de JK, há uma cidade viva a ser ressignificada. Se nas críticas de Braga e de Sabino isso é mais fácil de ser percebido, não se pode deixar de evidenciar que as comparações que Lessa traça com a nova capital só existem porque há algo a ser pesado, e isso importa.

Diante dessa conturbada paisagem, que apenas começamos a perceber, muitos olhares são possíveis, e não poderíamos esperar que sejam tão bem delimitados uns dos outros.

Nas crônicas de Eneida, "A rua"[106] e "Esta rua"[107], publicadas em 1960, portanto dois anos depois daquelas em que lamenta as transformações na vida cotidiana que os prédios modernos vieram a imprimir, percebemos uma certa transformação de sentimentos. Em "A rua", expressa sua relação com a mudanças no lugar onde mora:

> De outras não falarei mas sim desta na qual vou vivendo minha vida e que não é mais aquela já tantas vêzes por mim contada. Tudo tão diferente; muito mais bonita, é claro, muito mais moderna; as lojas que surgiram na esquina da praia têm grandes lâmpadas ajudando o brilho maior da rua que eu vi escura e modesta. Cresceu muito; está cheia de arranhaceus [sic], cada qual lutando para ser o mais belo, e todos jogando poeira, muita poeira nos meus livros, no meu pequeno apartamento que eu queria pudesse sempre ostentar janelas abertas. Cada prédio que surge é uma nova onda de poeira se acumulando e o ensurdecedor barulho que começa mal desponta o dia, barulhos variados, uns finos, outros grossos, nem sei de que instrumentos, ruídos marcados pelo ferro enquanto outros repercutem madeira. Vejo-os os operários construtores, sob o sol ou sob a chuva, carregando, pregando, acertando peças que nem sei bem o que são, pois nada entendo de engenharia, de construções. Mas a poeira me sufoca, tusso, espirro, penso em um lugar onde pudesse estar agora sem tanto barulho, deixando passar uma doença, sem tossir, nem espirrar.
>
> Um amigo repete frases que me digo toda manhã: - como está mudando esta rua, como está bonita agora. Nem parece aquela. Aquela tão serena a não ser no São João; aquela que me parecia tão modesta, tão pequena. Está linda, sabeis? Mas para que ela fique cada vez mais linda, estou sufocada em poeira. Poeira e barulho, tanto barulho que quando a madrugada chega, o silêncio me parece a morte.
>
> Engulo poeira e sofro, para a beleza maior da minha rua.

Se no início da crônica sua visão aparece maravilhada pelo semblante "moderno" que a rua toma, ainda na metade do primeiro parágrafo a cronista-narradora já traz também a *contraimagem*, da poeira e do barulho, do incômodo, de modo geral, que toda essa mudança gera no cotidiano de sua residência. Uma coisa, porém, não exclui a outra, sendo a crônica construída pela dualidade de imagens e de sentimentos. Interessante também porque, se antes (em "A casa") via-se melancolia nos edifícios tão

[106] *Diário de Notícias*, 14 set. 1960, n. 11606, p. 14.
[107] *Diário de Notícias*, 11 out. 1960, n. 11629, p. 16.

semelhantes uns aos outros, agora considera-os dentro de um quadro positivo na transfiguração da rua, "muito mais bonita é claro, muito mais moderna" e desenha essa *evidente* beleza moderna com as lâmpadas das lojas que ajudam a iluminar a rua e os arranha-céus, "cada um querendo ser mais bonito que o outro". A cronista-narradora parece embeber o seu olhar na rua como um *flâneur*, deixando-se penetrar pelas fantasmagorias urbanas, ou seja, pelas imagens de desejo de um progresso que é exibido como "puro valor representacional" (BUCK-MORSS, 2001, p. 98), diante do qual perdem sentido tanto o valor de troca quanto o de uso da cidade. As luzes e os prédios captam o seu olhar para a beleza de superfície dessa modernidade, atraindo-a pelas conquistas da engenharia e da arquitetura, que precisam das ruas para ostentar o poder e a magnificência de um certo sistema social, como sublinha José Lamas (2004, p. 172), mas, ao mesmo tempo, a cronista perscruta-as. Seu encantamento não chega, assim, a se sobrepor de modo perene ao olhar questionador, apegando-se, por fim, aos contrastes, como aqueles que João do Rio já desnudava com seu olhar flutuante ante o espetáculo da rua na alvorada do século, como o definiu Renato Gomes (2008, p. 119), "para não privilegiar a ordenação fixa e geométrica do cristal". Décadas mais tarde, Eneida faz o mesmo de seu próprio apartamento, símbolo do Rio moderno, onde a imagem que arremata a crônica é, então, verdadeiramente sugestiva de um dualismo: beleza e sofrimento aparecem como duas faces de um mesmo processo. Esse sentimento paradoxal advém, talvez, da compreensão de que esses problemas são uma espécie de efeito colateral do desenvolvimento que se busca.

A mudança positiva rumo ao progresso, aparece ainda no mês seguinte, quando publica "Esta rua", em que a "rua das surpresas" aparece em momentos contrastantes e simbólicos:

> Nem sei como agradecer as surpresas que ela me dá, esta rua que considero minha, mas que jamais mandaria ladrilhar. Nela acontecem as coisas mais inesperadas, e porque nela vivo há muitos anos já aprendi esse enorme desejo que alimenta: ser a rua das surpresas. Desejo apenas, não, realização, isto sim.
>
> Muito tenho falado dela, de suas árvores, da alegria tumultuosa, das crianças da Cócio Barcellos. Já cheguei a contar que quando nela ancorei tudo era simples, modesto, havia uma cabeça de porco com muitas lavadeiras e roupas estendidas, meninos alucinados rindo alto, correndo, pregando peças em senhoras gordas, naquele molequismo tão bom das crianças pobres, que riem e choram porque são apenas crianças. (Nem razão para rir, nem motivo para serem alegres). Agora tudo mudou aqui. Há enormes arranha-céus. A casa da esquina, sempre fechada, de frente para o mar, era o passado olhando o

> presente. Não fosse a palavra tão feia, poderíamos dizer: uma casa vetusta. Automóveis quase não passavam; era uma rua tão rua, qe a mão vinha da praia para a montanha, essa que fica bem ao fundo. Agora? A casa um dia se abriu, houve um espanto porque dela saiu um morto. Então ali vivia alguém? Morto partindo e logo depois a casa foi derrubada e em seu lugar cresceu um pomposo, um soberbo arranha-céu. Pois é nesse arranha-céu que agora acontecem as surprêsas.
>
> Conto a última: quando sai, na manhã de domingo, a rua continuava a mesma; constrói-se rapidamente outro arranha-céu bem em frente ao prédio onde moro. A poeira hoje manda em tudo que é meu: nos livros, nesses objetos que amo e que contam que andei aqui, ali, acolá. Uma espêssa nuvem de pó cobre tudo. Engulo poeira, olho os operários trabalhando (uma serra fina não permite que eu durma depois das sete da manhã) e a casa subindo. Vai subir muito. Tudo na mesma, quando sai de manhã no domingo. À noite chego à janela; um vento forte andava varrendo a rua. Fui vê-lo agir e então o que vi, foi um pedacinho de Paris na minha rua. Inaugurava-se um bar bem na esquina, naquele lugar onde outrora existia a casa que chamei pelo que repito: vetusta. Um toldo, mesinhas na calçada. Plantas cercando o bar, e êle ali, nascendo naquele momento. Uma surprêsa. Lembrei Praga no verão; Paris com calor, lembrei, lembrei.
>
> Minha rua está tão mudada, tão diferente e tão bela que tem agora até esse bar de Paris ou de Praga (para mim, Praga é a mais bela cidade do mundo, depois do Rio, é claro).
>
> Quase esqueci de dizer que nesta rua de tantas surprêsas há muitos e muitos namorados. É completa, como se vê.

Evocando histórias já contadas sobre a sua rua em outras crônicas, associa as surpresas atuais do lugar com a sua modernização. Elas se opõem tanto à casa "vetusta", personagem principal da crônica de 1958, "A casa"; quanto à "cabeça de porco" com seus personagens populares. Não é, porém, uma comparação saudosista, apenas uma nota de outros tempos, sem direito a aflições. São símbolos de um tempo *ultrapassado*, na rua que agora, lembrando "um pedacinho" de Paris ou de Praga, ideais de cidade, parece-se mais com o desejo civilizatório.

Em 25 de novembro de 1960, Ferreira Gullar também demonstra uma outra percepção d'"A cidade" [108], quando reflete mais amplamente sobre a vida urbana:

> Pela janela vejo os edifícios. Não os construí nem vou destruí-los. São anteriores e posteriores a mim, neste momento. Miro na sua superfície de cimento um tempo anterior a mim: anoiteceu, amanheceu, choveu, fêz sol – eu não estava; e miro o futuro: nesta mesma janela, um homem que me ignorará (ou nem isso) olhará esta parede num dia de

[108] *Jornal do Brasil*, 25 nov. 1960, n. 277, p. 3.

> sol ou de chuva do ano de 2 mil novecentos... Não sejamos excessivamente otimista [sic]: no de 1990. Ou depois de amanhã?
>
> Esses edifícios são a cidade. Quando cheguei ela estava pronta, ou quase. É certo que as cidades nunca se acabam de fazer – e isso é um consolo. À parte do problema da especulação imobiliária e das paredes que se erguem tapando-nos a vista, há sempre algum prazer em se ver um edifício em construção. Não somos o pedreiro, o mestre-de-obras, mas sentimos que o estamos fazendo também: é nosso contemporâneo, cresce com as nossas horas. Mas depois de pronto, cheio de moradores, envelhece rapidamente, integra-se no corpo geral da cidade – e nos expulsa. Mas insistimos em dizer: "Quando vim morar aqui, aquêle edifício ainda não existia". Com muito maior prazer diremos mais tarde: "Essas pistas do Flamengo? Mais da metade delas era água. Vi quando aterraram o mar". As outras pessoas não darão muita importância a isso. E talvez não tenha mesmo. Tudo o que se deseja ao fazer tais afirmações é mostrar que a cidade não é totalmente anterior a nós, que não somos um intruso nela, mas que, de algum modo, ajudamos a fazê-la.
>
> Os reis e imperadores, mais poderosos que nós, construíam cidades - e com isso não apenas satisfaziam uma necessidade profunda de mudar o mundo, como empolgavam os súditos, pois em cada um reside êsse mesmo desejo. Juscelino, aqui, fêz Brasília e com isso empolgou o país. E mais: por todo canto agora se fala em construir cidades. Mas, mesmo essas cidades, ficam prontas (ou quase) e perdem a fôrça de invenção que tinham. O bom é se as cidades pudessem ser feitas e desfeitas à nossa vontade.
>
> Talvez por ser isso impossível é que o velho Kisley – arquiteto e pintor que foi neoplasticista e dadaísta – disse no Congresso de Críticos em Brasília que, em vez de cidades, os homens deviam criar escafandros, roupas especiais que os protegessem e lhes permitissem viver sem casas, palácios, elevadores. Mas a cidade está aí. Vejo-a de minha janela, anterior e posterior a mim.

A reflexão é gerada pelo sentimento entusiasta de ver nascer a cidade, que "nunca se acaba de fazer", sendo, assim, também partícipe dessa história, tal qual fazem muitos cronistas quando se põem a rememorar a cidade. Partindo da materialidade à sua volta, isto é, dos muitos arranha-céus que aparecem diariamente no Rio, assim como de outras obras, o cronista-narrador se põe a pensar sobre o que caracteriza a cidade moderna e a relação do homem com ela, e é a partir daí que chega também em Brasília, a cidade que "empolgou o país".

Chama logo à atenção que tanto Gullar quanto Eneida substituem, nessas crônicas, o sentimento melancólico diante da mudança dos padrões urbanos por um certo entusiasmo, mesmo que demonstrem ainda alguma reserva. A construção de Brasília, sob os novos modelos urbanísticos, teria alguma influência sobre isso, já que

elas são posteriores à inauguração da nova capital? Nesse sentido, poderia ser um sentimento alimentado pela disputa pelo encabeçamento do progresso urbano no imaginário social, ou pelo menos a sua equiparação sob diversos modelos?

Eneida nada comenta, em qualquer crônica desse período, sobre algo que possa nos levar a uma comparação sobre os dois modelos de cidade. Apenas em "Ir e vir"[109], de 1958, colocara sua opinião sobre Brasília:

> Brincam comigo: - estás indo para onde? Qual é a tua próxima viagem? Perguntam amigos e conhecidos [...]
>
> Não conheço, ainda, Brasília, mas lá irei qualquer dia dêstes. O que vi passando por lá num avião da Paraense Transportes Aéreos encantou-me. Os inimigos do govêrno ficaram danados comigo. Esbravejaram. Então você elogiou Brasília vendo-a do alto? Elogiei, e daí? Não sou oposicionista, não uso antolhos para a análise de fatos políticos. Dou-me o direito (e lutei muito para conquistá-lo) de pensar livremente sobre tôdos os assuntos. Errada ou certa, o julgamento, o pensamento, é meu. Criticar por criticar é facílimo, mas construir é como na anedota do português: - vão pegar o leão! Aí é que eu quero ver...

Seu amor pelo país, sua sede de conhecê-lo melhor em suas viagens, é o que a faz citar Brasília, que só viu em sobrevôo, como ressalta, e já a achou encantadora. Ainda em construção, a nova capital parece empolgar a cronista. A partir daí, porém, é o discurso político que prevalece, colocando em primeiro plano o seu direito a emitir opinião própria, procurando se distanciar do rótulo de "oposicionista". Por ter visto Brasília de longe e enveredar pela defesa da liberdade de opinião, nada diz sobre seu projeto ou sua arquitetura. No entanto, isso também não ocorre em crônicas posteriores, parecendo ser menos uma limitação de um texto específico do que uma opção da cronista.

Não abordar a nova capital do ponto de vista de seu projeto urbanístico e arquitetônico, como fazem outros cronistas (mesmo que, por vezes, de maneira pouco concreta), refutaria a possibilidade de que a dualidade que Eneida registra na paisagem ao seu redor, em 1960, seja inspirada pela realização de Brasília, nova cidade-modelo? Não haveria outros meios pelos quais pensar essa relação, que é pautada no caminhar para o progresso, entre as duas cidades? Por enquanto, fica uma questão em aberto.

[109] *Diário de notícias*, 6 nov. 1958, n. 11037, p. 10.

Gullar, por outro lado, é dos cronistas que abertamente se colocou a favor de Brasília em mais de uma chance. Entre 27 de agosto e 10 de setembro de 1959, ele publicou quatro crônicas relatando sua visita à "quase cidade"[110], destacando em especial a arquitetura de "beleza enxuta, limpa, tranquila"[111]. Também crítico de arte responsável pela seção de arquitetura do Suplemento de Arte e Literatura dominical do JB, ele demonstra nessas crônicas sua conjunção com Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, acreditando no ideal desse modelo para o país em seu novo momento: "Brasília tem a grandeza e a generosidade do presente"[112]. Mesmo assim, o que existe em "A cidade", única crônica do autor que vai apresentar Rio e Brasília na mesma narrativa, é uma aproximação a partir do sentimento de pertencer e de testemunhar a vida de uma cidade, ao mesmo tempo, "anterior e posterior a [nós]", e as quais "nunca se acabam de fazer – o que é um consolo". Se do Rio marca uma dualidade gerada pela construção de novos edifícios; em Brasília a dualidade vem do sentimento de "empolgação", que logo deixará de existir. Equipara-as, portanto, unindo-as em uma reflexão mais ampla, que deixa de lado os modelos arquitetônicos e urbanísticos, para ressaltar esse paradoxo essencial da cidade: a sua eterna renovação, porque o Rio, sendo antigo, renova-se a cada edifício construído; e Brasília, sendo nova, logo perderá "a força da invenção" que tinha, precisando também se renovar.

Desse ponto de vista, a construção de Brasília traz uma nova luz sobre a imagem urbana do Rio a partir do momento em que ambas são destinadas ao mesmo eterno movimento, que, afinal, é uma das faces do progresso: a sucessão do "novo" pelo "mais novo", e assim por diante. Criticada por Walter Benjamin (2012, p. 249), que identifica essa concepção com uma insatisfação em si mesma, que não acumula experiências significativas porque funciona através de substituições, em síntese, "o andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo", é, porém, a única solução encontrada dentre os cronistas para colocar lado a lado as duas cidades na sua simbologia do progresso quando a questão é a morfologia urbana.

Talvez não seja à toa, então, que se trate do que Benjamin chamaria "imagem dialética", isto é, uma imagem cuja construção revela tensões históricas, "aspectos irreconciliáveis", impossíveis de serem harmonizados (BUCK-MORSS, 2001, p. 73),

[110] "Brasília 1". *Jornal do Brasil*, 27 ago. 1959, n. 200, p. 03.
[111] "Brasília 2". *Jornal do Brasil*, 30 ago. 1959, n. 203, p. 03.
[112] "Brasília 4". *Jornal do Brasil*, 10 set. 1959, n. 211, p. 03.

precisando ser interpretadas nessa ambiguidade. No "movimento do progresso" da cidade se revela um paradoxo entre o novo e o velho que é o próprio motor do progresso. Assim, muito embora não se possa "fazê-las e desfazê-las à nossa vontade", como desejou Gullar, a questão é que as transformações em sua fisionomia bem marcam esse anseio, sempre incompleto, podendo ser, por isso, fontes de imagens dialéticas.

1.4. *Uma surpresa?* Obras de infraestrutura e (ainda) a renovação urbana

Nesse movimento dialético, os edifícios são apenas um dos elementos a partir dos quais as transformações da cidade podem ser apreendidas. Ao olhar ao seu redor, os cronistas chamam a atenção também para as obras de infraestrutura urbana, outra forma possível de se *concretizar* o progresso.

Ao passar por uma rua que vai sendo modificada, em abril de 1959, Henrique Pongetti reflete sobre "A cidade inconstante"[113]. A ilustração da crônica nos mostra um morro cortado ao meio: no primeiro plano, uma larga via para carros, ao fundo, os arranha-céus.

> Ausente do Rio durante quatro meses, a nova artéria rasgada no fundo do Largo da Carioca me causou a surprêsa de um passe de mágica urbanística. Eu sabia que lá atrás do biombo as escavadeiras abocanhavam o morro e o jogavam esfarelado no mar, mas não se pode prever o efeito de uma rua nova se abrindo onde tôda a nossa vida vimos a barreira marcando o confim de uma praça. Altera-se violentamente a nossa topografia sentimental, indo muito além do que já fizeram, nesse sentido, os edifícios de treze andares nascendo dos chalés e dos palacetes de dois; ou as bombas de gasolina despojando as esquinas do que elas tinham de poético e de fatal como ponto de encontros marcados, "Meu bem, eu te espero na esquina da rua da Saudade com a rua do Eterno Amor".
>
> ***
>
> Meu primeiro impulso foi percorrer a nova rua e tomar conhecimento das novidades que seu corte impôs ao meu cenário familiar. Um corte em ruas feias, de casas velhas e eczematosas, mas ruas do tempo em que eu trabalhava na tipografia da Avenida Mem de Sá e de tanto conviver com o lugar já perdera a noção de sua má aparência como a perdemos entre parentes trombudos e bexiguentos. Contive-me. Tinha pouco tempo naquela tarde e carecia de calma e de despreocupação para empreender aquêle roteiro de revelações no consuetudinário. Não sei explicar bem o que se prova vendo uma rua se ligar à vida de outra por uma porta arrombada, uma porta que parecia intransponível. Então a gente se lembra de palavras mágicas que em contos inverossímeis

[113] *O Globo*, 14 abr. 1959, n.10104 (matutina), p. 3.

> abriam cavernas fazendo girar a pedra gigantesca que disfarçava a entrada. O urbanista sabia as palavras e as pronunciou na minha ausência. [...]

A descrição do cronista nos leva ao Morro de Santo Antônio, um dos lugares mais importantes da história da cidade, cujo desmonte estava em andamento, e recentemente em seu lugar tinha sido aberta a Avenida Chile. Juntam-se à narrativa evocações de lembranças daquele lugar, do tempo em que trabalhava em uma tipografia e, a partir dessa memória, o reconhecimento de uma "alteração violenta" da "topografia sentimental" da cidade, que ele considera mais profunda que aquela provocada pelos arranha-céus – talvez por isso, a única crônica de Pongetti que vimos na seção anterior foi aquela em que a especulação imobiliária em Copacabana é vista de uma perspectiva humorística, enquanto as obras de infraestrutura são agora material de lirismo.

O demonstre do Morro de Santo Antônio foi uma das principais realizações de infraestrutura que aconteceu no Rio de Janeiro na década de 1950. Os planos de seu arrasamento existiam já desde o início do século, mas foi após o projeto de 1948, do arquiteto modernista Affonso Eduardo Reidy, então diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura, para a abertura da Esplanada de Santo Antônio e a criação de um parque na região do bairro do Flamengo, que a ação começou a ser executada. Quando Pongetti escreve essa crônica, depois de "ausente do Rio durante quatro meses", havia se passado três meses da inauguração da Avenida Chile, ocorrida a trinta de 30 de janeiro daquele ano, ato que foi destacado em *O Globo* com nota na primeira página sob o título entusiástico de "Novos Horizontes no Rio de Janeiro"[114], acompanhada de foto aérea da avenida. Na ocasião, que contou com a presença do presidente Juscelino Kubistchek, foi inaugurada ainda uma das pistas de tráfego do aterro do Flamengo, mantendo-se também no plano simbólico a interdependência entre as duas obras, as quais figuravam como prioritárias, ao lado da construção da Avenida Perimetral, na lista da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), órgão inclusive criado para executar e fiscalizar tais obras, na gestão do prefeito Negrão de Lima, em 1956. O cronista, porém, não fala sobre a segunda, mantendo seu interesse na região central da cidade, onde se localizavam suas lembranças e, por isso, consegue melhor observar sua "inconstância".

[114] *O Globo*, 30 jan. 1959, n. 10044 (matutina), p. 1.

Ao assinalar “as ruas feias, de casas velhas e eczematosas”, fazendo uma referência breve e de cunho estético e higienizador às moradias populares daquela que foi considerada uma das primeiras favelas do Rio de Janeiro, que foram também derrubadas com o morro, demonstra uma certa oposição entre a memória afetiva que alimenta daquele lugar e um sentimento de “progresso” que o desmonte do morro e consequente construção da avenida representavam, mas evita, por outro lado, tanto condenações quanto exaltações da obra. Essa posição se apresenta, de qualquer forma, como uma espécie um contraponto ao discurso corrente nos jornais, que tendia a noticiar as obras enfocando suas finalidades urbanísticas, como se pode ver n’*O Globo* de 03 de abril de 1958, quando os trabalhos se intensificaram no sentido de vencer a altura do morro, e já se anunciava “Desaparece o morro e surge um novo quadro urbano”, pelo “ataque do urbanismo moderno” ao “morro que preocupou tantas administrações do nosso Rio”[115]. Em outros jornais, como o *Jornal do Brasil*, não era diferente, em especial em manchetes de capa como “Progresso pede passagem”, anunciando a “retirada de uma fatia” do morro que permitiria a ligação de duas ruas (Almirante Barroso e Rua da Relação), com foto da vista da sede da Polícia Especial, no alto, que seria demolida, mostrando assim um vislumbre da futura paisagem urbana aberta com o fim daquela barreira[116]. É pelo lirismo que consegue ver o acontecimento por uma perspectiva diferente, pelo seu “avesso”, como diz Marcelo Coelho (2002, p. 156), retirando do fato o seu caráter de “notícia” para refletir sobre aquilo que pareceria subjetivo demais, e assim “sem importância”, mas oferecendo, por isso mesmo, uma imagem rica da mudança da cidade conectando passado e presente, ao invés de focar no futuro e no discurso do progresso que o acompanha.

O cronista-narrador diz ainda que “não [sabe] explicar bem o que se prova” com uma tão grande modificação, precisando “de calma e de despreocupação” para que ela entre, em sua nova forma, no seu cotidiano. Em vez de entusiasmar-se, ele deixa-se apenas sentir a mudança, que se anunciava grande, mas que ele não nota pela pretensão urbanística, apenas a inscreve na sequência das alterações urbanas que vão se tornando a nova identidade carioca. Interessante, assim, que mesmo que o transbordamento lírico diante do cenário não abra espaço para o discurso do progresso, porque não aponta para o futuro, a crônica tem base na experienciação de um forte sentimento de transmutação,

[115] *O Globo*, 03 abr. 1958, n. 9789 (única), p. 1.
[116] *Jornal do Brasil*, 11 jul. 1958, n. 159, p. 1.

que também está presente no naquela ideia, e é isso que o cronista-narrador permite-se sentir. Se Reinhart Koselleck (2014, p. 151) afirma que, na modernidade, a percepção de aceleração do tempo histórico tornou-se sistemática, atingindo "uma área após outra, não só o mundo tecnologizado da indústria [...] mas também o dia-a-dia, a política, a economia e o crescimento da população", uma percepção acelerada do tempo histórico parece ser o que guia o olhar do cronista-narrador diante das mudanças da cidade consideradas inevitáveis.

Como sabemos, não se tratava de um procedimento novo em matéria de urbanismo a derrubada de morros para a abertura de avenidas e esplanadas, assim como a utilização da terra para aterros de pedaços de charcos e mesmo do mar. Tampouco era novidade o despejo de famílias (pelo que os jornais informam, sem qualquer indenização[117]) para dar lugar ao "progresso". A "Regeneração" de Pereira Passos (1903-1906), que ficou popularmente conhecida como "Bota-abaixo", marcou a modernização autoritária do Rio no início do século XX, tendo na derrubada dos morros do Senado e do Castelo um de seus principais símbolos – muito embora o primeiro tenha sido iniciado ainda no período imperial (1880), mas sendo concluído apenas em 1906; e o segundo tenha sido na gestão Passos apenas iniciado, abrindo-se espaço para a construção da Avenida Central, mas só sumindo totalmente da paisagem em 1921, na gestão de Carlos Sampaio. O plano de tornar a capital "vitrine" do progresso da nação, conforme o programa republicano, via a necessidade do arrasamento dos morros por várias ordens: sanitária, baseada no discurso higienista, que pregava "a abertura da cidade", mas que era também social, porque pretendia acabar com as moradias populares precárias, tidas como "insalubres"; "urbanística", porque atrapalhava a mobilidade; e simbólica, em especial no Morro do Castelo, por representar o passado colonial, já que ali fora o local de fundação da cidade (SEVCENKO, 1998). Em síntese, eram ícones do passado de que a cidade *precisava* libertar-se para tornar-se *moderna*, abrindo-se a um novo ideal de vida urbana, que seria construída, afinal, nos locais liberados: no lugar do Morro do Senado, uma praça e a ideia de uma futura esplanada; no lugar do Morro do Castelo, uma avenida dedicada à monumentalidade de prédios de

[117] No *Jornal do Brasil* (19 jul. 1958, n. 166, p.1) há um dos poucos destaques dados aos moradores do morro no contexto do desmonte: uma foto de capa enfoca os desalojados. Na legenda, destaca-se a ausência de indenização e o tom indignado do que seria a orientação da Prefeitura: "O que estas [famílias desalojadas] devem fazer é procurar moradia em outro canto".

instituições políticas e artístico-culturais. Enquanto restou à população removida ir, por conta própria, habitar outros morros fora da mira do poder público e do mercado. Na metade do século XX, então, nem o procedimento (destruir para criar algo totalmente novo), nem os objetivos são muito diferentes daqueles da *Belle Époque*. A questão sanitária, pode-se dizer, não era mais evidenciada no discurso oficial ao lado da questão social, no entanto, está posta na crônica quando se fala em "casas velhas e eczematosas", demonstrando que essa era uma visão que persistia. Da mesma maneira, a monumentalidade, portanto, a aparência, parecia ter sido substituída pelo discurso da praticidade, focalizada no trânsito, porém, como vimos, essa é tornada ela mesma a estética do progresso.

A mudança da paisagem urbana e o seu *modus operandi*, nesse sentido, também não apresentam nada de surpreendente, mas isso não significa que não deva ser marcada de alguma forma pelos cronistas, que ora se apegam à memória para "recriar" o espaço modificado, como Pongetti, ora usam sua voz para evidenciar elementos do processo, estando, de qualquer maneira, atentos à dinâmica mutável da cidade. O desmonte do Morro de Santo Antônio e o consequente aterro do Flamengo, que se arrastaram por anos, e só foram finalizadas, de fato, já no governo de Carlos Lacerda (1960-1965), isto é, quando o Rio já se tornara Estado da Guanabara, figuram em alguns cronistas como motivo também para pensar a cidade e seu progresso, no entanto, evidenciando outros elementos pouco explorados, ou mesmo invisibilizados, no noticiário.

Saindo da região do desmonte e seguindo rumo ao mar para encontrar o destino da terra do convalescente Morro de Santo Antônio, entre 1958 e 1960 há uma passagem obrigatória do "progresso" que não foi ignorada. Na Lapa, Benjamin Costallat e Ferreira Gullar registram para o JB, com um ano de diferença, os caminhões que passam diariamente com o material para o aterramento. Em "A Lapa Protesta"[118], de novembro de 1958, Costallat compara a poeira que os caminhões deixam no caminho a "radiações atômicas":

> Essa poeira da Lapa já está assustando como as radiações atômicas, que estão alarmando todo o mundo.
>
> Com as radiações, segundo um sábio, "a continuidade da raça humana está em perigo".

[118] *Jornal do Brasil*, 16 nov. 1958, n. 269, p. 3.

> Estão também em perigo a população e o comércio da Lapa, que pensaram até em recorrer às velhas barricadas da Comuna e dos libertadores de Paris. Como medida de salvação pública.
>
> Passagem obrigatória do desmonte de Santo Antônio para o aterro do Flamengo – com caminhões em marcha forçada que vão trepidando sobre os buracos das ruas e despejando o confete de sua poeira numa orgia carnavalesca – a Lapa, tão vivida em outros dramas e outras humilhações – dramas do "bas-fond" e humilhações de sórdidos costumes – está agora conhecendo dias de desespero e prejuízos de doenças e de negócios.
>
> E a Lapa se une e se contrai, como um pequeno burgo ameaçado pelo inimigo invasor.
>
> Esqueceu-se da vida noturna, essa Pigalle carioca, com as suas luzes coloridas e as suas mariposas – que assim mesmo, sem luz, queimam as asas.
>
> Esqueceu-se de sua lenda tenebrosa de malandros e navalhas.
>
> Esqueceu-se da outra poeira, a poeira branca, a cocaína, com os seus banqueiros e corretores que transformavam a Lapa na "Wall Street" de seus negócios.
>
> Esqueceu-se disso tudo para gritar, como uma senhora indignada quando lhe mancham o vestido.
>
> Nessa barulhada tôda, ninguém pensa nos benefícios que trará a tortura dessa poeira.
>
> Nem na Esplanada gloriosa que vai surgir, como a que surgiu da derrubada do Castelo.
>
> Nem na soberba visão dos novos arranha-céus que aparecerão ancorados como navios em um novo pôrto. Nem no alívio do tráfego, nem no confôrto do povo.
>
> Todos se esquecem da grande realização.
>
> E só se preocupam, dentro da fatalidade do egoísmo humano – de seus próprios espirros!

O problema da poeira espalhada pelos caminhões na região central da cidade foi também destacado nos jornais desde que as obras do desmonte intensificaram-se, o que aconteceu a partir de maio de 1958. Já em junho, o *Jornal do Brasil* publicou uma nota informando que "Viaduto do morro ao atêrro substituirá caminhões que enchem de poeira a cidade"[119], assim como o *Diário de Notícias*, que declarava "Prejudicado o comércio com a poeira do aterro"[120]. Mas é apenas um pouco antes de Benjamin Costallat publicar sua crônica que o assunto ganha a primeira página do JB, com direito

[119] *Jornal do Brasil*, 13 jun. 1958, n. 135, p. 13.
[120] *Diário de Notícias*, 22 jun. 1958, n. 10921, p.31.

a foto de um homem jogando água sobre a caçamba do caminhão: "às vezes (mas só às vezes) um chofer mais consciencioso cumpre o regulamento e molha a terra", destacando as medidas indicadas pela Prefeitura para amenizar o problema e o seu descumprimento por parte dos trabalhadores, que ganhavam por viagem feita e, procurando economizar tempo, deixavam de cumprir a norma[121]. O destaque acontece dois dias antes das barricadas feitas pelos moradores, as quais visavam impedir a passagem dos caminhões com terra, e que no *Jornal do Brasil* teria direito apenas a uma nota, na página 3[122], logo abaixo da coluna de Benjamin Costallat, que naquele dia concentrava-se na renovação promulgada por um novo Papa, porém, dois dias depois publicaria sua crônica de tom irônico à reinvindicação dos moradores.

O cronista vai, dessa maneira, na contramão do enfoque cidadão do JB para apresentar um ponto de vista "crítico" que fica nítido à medida em que traz à tona os *problemas morais* do bairro e que, na sua perspectiva, contrastam com a dignidade com a qual o povo se mostra no debate travado e que o teria levado às "velhas barricadas da Comuna e dos libertadores de Paris". Mais ainda, contrasta com a visão "gloriosa", "soberba" da cidade que está sendo gestada no aterro do Flamengo. No engendramento literário, a Lapa, bairro historicamente marcado pelo "bas-fond", pela cocaína, por "malandros" e "mariposas", é o lugar o mais oposto ao futuro que levam os caminhões, é o próprio símbolo do passado, sendo, por isso, a reclamação de seus moradores negada na forma de ironia.

Longe da valorizada zona sul e região remanescente do Rio Colonial, assim como o morro que vinha sendo destruído perto dali, a Lapa sofrera um processo de degradação urbana que nos anos de 1950 já estava consolidado. Seus casarões e palacetes, que remontam à segunda metade do século XIX, quando o bairro cresceu como alternativa ao centro, desde o fim do século passaram a ser ocupados por famílias pobres, já que os abastados antigos proprietários começavam a se dirigir aos bairros da zona sul (Flamengo, Glória, Catete, Botafogo). Com as reformas de Pereira Passos, que expulsou a população de baixa renda do centro da cidade para construir a monumentalidade da capital, o processo de degradação urbana do bairro se intensificou, com muitas dessas famílias passando a ocupar também as antigas residências ricas, tornadas casas de pensão e cortiços. Cristóvão Duarte (2009, s/p.) associa às duas

[121] "O pó é a regra, a água é a exceção". *Jornal do Brasil*, 12 nov. 1958, n. 265, p. 1.
[122] "Barricada". *Jornal do Brasil*, 14 nov. 1958, n. 267, p. 3.

primeiras décadas do século XX o "estigma da malandragem e da contravenção" que a partir de então acompanharia a Lapa, tendo em vista que estavam "abrigados e protegidos pela segregação sócio-espacial imposta ao bairro" e, por essa razão, ali apareceram prostíbulos, casas de jogo, e toda sorte de estabelecimento de contravenção social[123]. Continuando a abrigar famílias proletárias e sem qualquer intervenção urbanística em seu espaço nas décadas seguintes, pelo contrário, sendo apenas uma região de "reserva de valor", como definido por Pilar Baeza (2010, p. 165), pela opção dos proprietários em "manter a retenção dos terrenos mais próximos da mancha urbana, para serem vendidos posteriormente ou para sobrevalorizar os terrenos"; e ainda estabelecendo-se ali um grupo de artistas atraído pela "efervescência" da Lapa (que daria ainda mais fama ao bairro como "berço" da cultura popular carioca), a imagem do lugar não tenderia a mudar, mesmo após a repressão sofrida no final dos anos 1940 que levou ao fechamento de vários estabelecimentos.

Na década de 1950, essa imagem, escrachada na crônica de Costallat, perseverava como a decadência humana ligada à *boemia* e à pobreza, diferente da nova boemia que Copacabana representava. Excluída das reformas urbanas pelas quais os Rio passou no início do século, e excluída novamente das obras que prometiam, mais uma vez, modernizar a cidade, permanecia nos mais baixos degraus dos "estágios de modernidade" que uma cidade poderia apresentar, como afirma Helena Bomeny (2002, p. 210), porque distante do "ideal de infinitude e universalismo próprio dos centros metropolitanos". Mas se a crença comum era de que a forma da cidade poderia mudar a própria sociedade, porque continuar excluindo aquele lugar dos projetos renovadores, negando-lhe a sonhada ascensão? Na crônica de Costallat, a degradação urbana a que o bairro foi sujeito e a degradação moral pelo qual é tomado são vistos como sinônimos, quase naturalizados. Não é por acaso, portanto, que o cronista-narrador retoma os símbolos dessa boemia para criticar a postura dos moradores: somente uma humanidade degrada poderia se opor ao progresso. Reforçando esses estereótipos, eleva os então *vilões,* os caminhões, a símbolos de um mal necessário, que os moradores da Lapa se

[123] Duarte (2009, s/p.) ressalva que "a 'má fama', a boa música e a boemia não eram exclusividades da Lapa, estendendo-se também ao longo das primeiras décadas do século XX aos bairros da zona portuária e da Cidade Nova que junto com ela compunham o cinturão da pobreza nas cercanias imediatas e contíguas ao centro". No entanto, mesmo sendo até mesmo "antecessoras" à Lapa, já que eram locais mais antigos de moradia popular, "foi na Lapa que essa fama se acentuou mais decisivamente, confundindo-se com a identidade cultural do bairro a ponto de perdurar até aos dias de hoje".

negariam a aceitar – ignorando completamente as necessidades e aspirações daquela população, em especial a sua permanente exclusão.

Mais de um ano depois, em 22 de dezembro de 1959, a "Poeira" [124] continua constrangendo a vida cotidiana na Lapa:

> Era uma manhã qualquer, de maio ou de outubro, quando a primeira nuvem de pó vermelho invadiu as janelas, encheu as salas e depois se depositou lentamente na superfície das coisas domésticas. Houve quem tratasse logo de espanar seus móveis, para vê-los brilhar outra vez. Mas nova nuvem de poeira surgiu e sujou tudo de novo. Em seguida veio outra, e outra, e outra. Agora a própria rua estava tomada e as pessoas passavam apressadas com o lenço no nariz. Os caminhões carregados de terra continuavam a passar, soltando nuvens de pó no ar.
>
> No dia seguinte, a coisa continuou, e assim foi dias após dias. Agora, mesmo dentro das casas o ar estava impregnado de poeira. As donas-de-casa, mesmo as mais cuidadosas, tinham desistido de limpar os móveis: uma fina pele de talco vermelho recobria as mesas, as cadeiras, as toalhas bordadas, as flôres de papel. Mas não era só: a poeira ia-se infiltrando pelas gavetas para sujar lá dentro as roupas brancas. O almôço e jantar, tudo tinha gôsto de terra. E os caminhões continuavam a passar, roncando e desprendendo poeira.
>
> As pessoas respiravam mal, sentiam a garganta irritada. As crianças foram as primeiras a adoecer: gripe, tosse, pneumonia. E o mal ia-se alastrando. Apavorados, os moradores tentavam escapar em vão do pó maldito, fechando portas e janelas, calafetando as frestas: mas a poeira entrava. Algumas famílias de mudaram; a maioria não tinha meios, e via o dia vermelho amanhecer sem esperança.
>
> Como uma máquina que de repente enferrujasse, a rua funcionava mal, enguiçava. Os armazéns, as farmácias, as lojas de tecidos e brinquedos não sofriam menos com suas mercadorias, que o pó sujava, estragava. Um velho relojoeiro fechou sua pequena oficina: era impossível trabalhar. Outras casas comerciais fecharam-se. O comércio começava a morrer. Um colégio que havia na rua deu férias antecipadas a seus alunos. A academia de dança e outra, de luta-livre, fecharam as portas.
>
> E caminhões carregados de terra continuam a passar, dia e noite, pela Rua da Lapa, ali perto do Passeio Público, no coração da Velhacap.

Sendo uma obra que se arrastou por tanto tempo, é fácil imaginar que tenha passado por diversos problemas, e também acarretado outros na vida da população. Segundo Mauro Amoroso (2009, p.21), um dos principais, além dos financeiros e de fiscalização, fora justamente os inconvenientes causados pela poeira despendida dos caminhões, o que teria inclusive, contribuído para o atraso da obra. Se em maio de 1958

[124] *Jornal do Brasil*, 22 dez. 1959, n. 298, p. 3.

os jornais anunciavam a retomada do ritmo para "5 mil metros cúbicos", conforme citado no *Jornal do Brasil*[125], após a inauguração da Avenida Chile, em janeiro de 1959, a redução ao "ritmo de valsa"[126], tanto do desmonte quanto do aterro, que dependia de sua terra, seria também anunciado entre março e abril de 1959. No entanto, ao fim daquele ano, com a proximidade do prazo final de entrega, 31 de janeiro de 1960, prometido pela SURSAN e ainda pressionado pelo próprio Presidente da República[127], os trabalhos vão sendo, mais uma vez, intensificados.

É nesse contexto de nova intensificação que Ferreira Gullar constrói sua narrativa, traçando um tempo longo, marcado pelas mudanças gradativas de atitude com relação ao evento, buscando representar o problema do ponto de vista dos moradores. Primeiro, quando a "nuvem de pó vermelho" invade as janelas, "houve quem tratasse logo de espanar seus móveis", mas depois, quando chega "outra, e outra, e outra", e a "própria rua estava tomada, e as pessoas passavam apressadas com o lenço no nariz", "as donas-de-casa [...] tinham desistido de limpar os móveis". Nos dias que se passam sem nada mudar, e assim, sem prospectar progresso, vê-se a rua "como uma máquina que de repente começa a enferrujar-se", funcionando mal, "enguiçando", bem "no coração da Velhacap".

Usando o papel de cronista em sua face cidadã, mas ainda através de uma narrativa literária, a visão de um progresso futuro é deixada de lado em nome da mediação com o presente, ao evidenciar o prejuízo à vida diária das pessoas, depois de tanto tempo em obras, numa crescente que vai do incômodo à doença, chegando à morte da vida da rua, pelo fechamento dos estabelecimentos comerciais, e até mesmo de uma escola, enfim, trazendo imagens de anti-progresso. A enunciação final da localização da narrativa serve ao reforço de seu papel reivindicatório, negando uma ambiência puramente ficcional, e mais ainda ao referir-se àquele lugar como o "coração da Velhacap": evoca, ao mesmo tempo, a centralidade da Lapa na cidade, talvez pela história, talvez pela localização próxima ao centro; mas também ecoa, de certa forma, a ideia da perenidade do inacabado, a incerteza do futuro, ao escolher, nesse contexto,

[125] "Mais Cr$ 29 milhões para que se veja que o Morro de Santo Antônio diminui". *Jornal do Brasil*, 20 mai. 1958, n. 114, p. 13.
[126] "Atêrro em ritmo de valsa". *Jornal do Brasil*, 07 abr. 1959, n. 79, p. 01.
[127] As edições 154 (05 jul., p. 11) e 158 (10 jul., p. 7) do *Jornal do Brasil* de 1958 destacam as reuniões que Juscelino Kubistchek realizou com a SURSAN para acertar o prazo de entrega das ações do Plano de Obras da cidade, inclusive fornecendo empréstimo para a sua aceleração.

referir-se à urbe como "Velhacap", já que em breve chegaria ao fim sua história como capital do país.

A questão das obras de infraestrutura é diferente da construção de edifícios porque é realizada *pela* Prefeitura, e assim se torna mais evidente o projeto de cidade em ação. Se no que se refere aos arranha-céus, a grande maioria dos cronistas destacava a desorganização que a sua construção acelerada imprimia na cidade, no que tange a essas obras esperaríamos ver que cidade elas prometiam (re)construir. É em nome desse projeto de um novo Rio que Costallat relativiza o sofrimento dos moradores da Lapa, enquanto Gullar (que nem cita o destino final dos caminhões) considera-o menos importante diante das angústias prolongadas que ele traz, talvez até por uma discordância com o próprio projeto urbano que está sendo executado, mas isso não fica claro já que, no texto, o importante é destacar o espaço colateral da Lapa, que, afinal, é apenas "passagem obrigatória", não destino do progresso.

Para visualizar melhor o impacto da obra na imagem da cidade, segundo os cronistas, chegamos, enfim, à beira do mar.

"Acabou-se"[128] é o título da crônica de Rubem Braga sobre o aterramento, em junho de 1959. Na verdade, é menos sobre a obra do que sobre o que ela é feita, a "prainha do Flamengo".

> Outro dia passei com um amigo por uma esquina de Copacabana onde vivi muitos anos em um sobrado, e quando lembrei isso êle se espantou. Não só minha casa e meu jardinzinho haviam sumido, mas também a vizinhança, a paisagem tôda: a esquina era irreconhecível, nada mais tinha de nossa; morrera de fato, como o pé de milho e o jabuti que ali viveram.
>
> Assim é o Rio, onde as recordações perdem seu território e as casas que pareciam mais eternas – a sua, Álvaro Moreyra, na Xavier da Silveira – somem tão absurdamente que até fica difícil lembrar onde existiram. Nossas geografias sentimentais mais recentes estão erradas. Fizeram outra cidade sobre as ruínas das que vivemos outrora. Envelhecemos, Otávio Tirso, Otávio Malta, Cabanas, Rui, João, Miguel, mas por enquanto estamos vivos; morreu o que parecia eterno, a nossa prainha do Flamengo, onde brilharam outrora as Irmãs Pagãs e as Irmãs Abexins. Era um território escasso e quase feio, mas era para nós o mar e o sol, e a amizade e os sonhos. Aterra-o a SURSAN, e desterra dali, ou ali enterra, nossos fantasmas tão magros (éramos todos magros, magros) e nossas encantadas ou penosas recordações.
>
> Sem rir e sem chorar; adeus, praia do Flamengo.

[128] *Diário de Notícias*, 2 jun. 1959, n. 11209, p. 2.

Trazendo, inicialmente, a imagem das casas que vão desaparecendo em Copacabana, casas que permitiam ter plantas e animais, compara-as à morte da praia porque em ambos os casos percebe que no Rio "as recordações perdem seu território". A ideia de "território" se delineia bem como um apoio material para a memória: casas são derrubadas para a construção de arranha-céus, como vimos, e praias são aterradas para a construção de um aparelho urbano. Em ambos os casos, as lembranças do cronista-narrador não terão mais um ponto de referência real, fazendo com que, assim como Pongetti em "A cidade inconstante", veja na mudança radical dessa paisagem a perda de "geografias sentimentais". A praia, em "território escasso e quase feio", agora apenas "enterra [...] encantadas ou penosas recordações", e dela o cronista despede-se "sem rir e sem chorar".

A imagem do Rio que salta aos olhos é a "outra cidade [feita] sobre as ruínas das que vivemos outrora", que evidencia a intensidade de suas mudanças, pouco apegando-se àquilo que poderia ser importante para a memória coletiva. O aterramento do passado não é visto, assim, de forma positiva, como um pré-requisito para o progresso, como se aquela medida fosse necessária à sua conquista. Sem tratar do futuro que se imagina para a área, ao focar-se na "cidade como ruína" ele a observa de maneira semelhante ao anjo da história de Walter Benjamin (2012, p. 246), que vê na "cadeia de acontecimentos" apenas "uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa aos seus pés". Assim como esse anjo desejaria fazer, o cronista-narrador "acorda os mortos" de suas lembranças e "junta os fragmentos" de suas experiências na cidade que vai se transformando, virando ruína, isto é, apenas deixando para trás os fragmentos de passado.

Sua tentativa é salvar do esquecimento a praia, como parte da cidade que está dia a dia deixando de existir. Ele valoriza a memória de um espaço que, originalmente natural, funcionava como aparelho urbano e fazia parte do cotidiano dos cidadãos da Glória e do Flamengo, primeiros bairros a serem abertos ao sul do Rio, ainda em meados do século XIX, oferecendo saúde, entretenimento e lirismo aos que conheceram aquele lugar, que viveram aquela "outra cidade". Mais que isso, a crônica mesma oferece-se como memória, captando lembranças e reconstruindo a praia que deixa de existir na paisagem e na vida dos citadinos, tentando, de alguma forma, mantê-la na *experiência* urbana, negada agora à nova urbe, com o seu aterramento. A *experiência*,

como distingue Benjamin (2012), não deveria ser reduzida à simples vivência individual (*Erlebnis*), mas deveria ser construída pela conjunção desta com as experiências compartilhadas coletivamente ao longo do tempo (*Erfahrung*), na (re)construção de sujeitos melhores, em uma sociedade melhor. Sendo assim, a memória da praia, reconstruída na crônica, cumpre com o papel de recriar um imaginário urbano, esforçando-se, como colocado por Renato Gomes (2008, p. 47), em "recuperar a cidade evanescente e repete os símbolos do que foi rejeitado, esquecido". A ressignificação desse imaginário ocorre, então, voltando-se para o passado, para aquilo que foi perdido (mas que não deve ser esquecido), não para o futuro, como querem as narrativas oficiais sobre o aterramento. A busca dessa lembrança vai ao encontro de sua inscrição no imaginário social para deixar marcada uma outra possibilidade urbana que foi *suplantada* nos rumos do projeto de desenvolvimento em voga. Nesse sentido, a crônica sobre a praia (em vez de uma crônica a respeito da cidade que se erguerá sobre ela) é também o espaço onde se pode partilhar uma certa cidade.

Ainda demoraria um tempo para, de fato, acabar a praia. Em 12 de janeiro de 1960, dois dias depois do *Diário de Notícias* constatar o aumento do ritmo das obras do aterro para a inauguração próxima de mais uma de suas pistas[129], Eneida escreve "Voltando"[130], quando retorna de uma viagem a Salvador e lê os jornais.

> [...]
>
> Tomando o avião, vejo uma notícia triste: acabou para sempre, morreu, a praia do Flamengo. Um repórter lírico de um matutino afirmou: "Notamos ontem, junto à amurada, algumas pessoas, principalmente homens. Olhavam, como que desolados, o que até bem pouco havia sido um burburinho de môças bonitas de maôis coloridos expostos ao sol. Mas ontem não havia mais beleza nem graça: foram substituídas por feios e sujos caminhões que iam e vinham levantando poeira". É verdade que êsse coleguinha jornalista como diz Stanislaw Ponte Preta, declarou que "isso é progresso".
>
> Por mais que me expliquem, falem, contem, digam, mesmo aquêles que acato e respeito como pessoas inteligentes, de que é certo aquêle aterro, não compreendo, nem aceito. Por que roubar-nos o mar, por que cortar nossa baía, por que matar nossa paisagem? Digam uma coisa: por que afinal não sai esse tal de metrô? Eu estava indo para Salvador quando li a notícia, mas há muito tempo que venho acompanhando o assassinato da praia do Flamengo. Jamais deixei de protestar mentalmente ou por escrito. Hoje, diante do fato consumado, aqui estou enviando aos moradores do Flamengo, os amantes como eu do mar e da praia, meus sinceros pêsames pela morte da prainha tão

[129] "Poeira vai, lama fica". *Diário de Notícias*, 10 jan. 1960, n. 11397, p. 9.
[130] *Diário de Notícias*, 12 jan. 1960, n. 11398, p. 17.

> simpática. Pêsames ao Flamengo que morreu (a praia, naturalmente) e pêsames ao Prefeito, que tomou parte nesse massacre.
>
> Muito triste se ver morrer gente, praia, mar ou árvore. Pêsames para todos nós.

Também focada na paisagem que se perde, o "roubo" do mar, o "corte" da baía, a "morte" da praia, nesta crônica foge-se, porém, da esperada elegia à memória afetiva da cidade, passando diretamente ao questionamento prático e reivindicatório: "por quê afinal não sai esse tal de metrô?". Sua discordância do "repórter lírico" que considerou "*progresso*" o aterramento se dá, então, tanto pela maneira como ele se faz, isto é, destruindo um patrimônio natural; quanto pelas razões do projeto empreendido, afinal, seu principal objetivo era o alargamento da via para a crescente frota de automóveis da cidade, enquanto um metrô, a seu ver, poderia ser uma solução para o problema do tráfego. Por fim, o oferecimento de pêsames, ao invés de parabéns, oferece o tom dramático com que encobre o acontecimento.

Não podemos ignorar que, se naquele momento a obra já completava quase uma década, é possível que os cronistas tenham feito seus questionamentos antes, tanto sobre o projeto em si, quanto sobre a destinação que lhe seria dada, como a ideia de se construírem arranha-céus residenciais, conforme previa a versão de 1953 do projeto, e que depois foi abandonada (CAIXETA, 2007), mas à qual Costallat ainda se refere com entusiasmo em "A Lapa Protesta". Na sua fase final[131], quando chega à área da praia do Flamengo, com o trecho da Glória já pronto, parece restar, aos poucos cronistas que lhe dedicam um texto completo, o lamento e os pêsames, apegando-se, assim, mais ao que foi perdido com a ação do que a comentar ou questionar os seus benefícios/malefícios. Inclusive, fica invisível o projeto modernista do futuro parque, que viria a ser considerado "espaço público representativo da modernidade dos anos 50/60" (CAIXETA, 2007, p. 2), tendo antecipado alguns elementos utilizados em Brasília, como as autopistas duplas, entremeadas por espaços verdes. Se o fato de serem ambos, a nova capital e o Parque do Flamengo, representantes do então promissor modernismo brasileiro poderia hoje parecer-nos até mesmo uma forma de equivalência no

[131] Fase final do aterro em si, não do Parque. Iniciado nos anos 1950, e tendo passado por várias fases, Sylvia Byinton (2018, p. 28) nota que há dificuldade em precisar as datas de início e conclusão das obras do Aterro/Parque do Flamengo, pelos registros de diferentes eventos inaugurais de sua abertura ao público, isso sem esquecer que passou ainda por uma reformulação em seu projeto em 1962, no governo de Carlos Lacerda.

desenvolvimento das duas cidades, ou pelo menos uma tentativa, para os cronistas contemporâneos do empreendimento essa possibilidade parece não se abrir. Quando Eneida questiona as prometidas benesses do aterro, o faz apenas como um desabafo pragmático, (re)colocando a pergunta sobre o metrô, que aponta para uma preocupação que viria com a reformulação do projeto em 1962, o pedestre (BYINGTON, 2018), mas que naquele momento não aparece em primeiro plano.

Outro cronista que viu tudo de sua janela foi Benjamin Costallat, como registra em "Morreu a prainha"[132].

> Quando fui à janela pela manhã, já encontrei a prainha estrangulada pelo atêrro impiedoso de S. Antônio.
>
> Onde antes havia o doce espraiar das ondas, espumantes como vindas de garrafas de champanha, para a alegria dos banhistas de tôda a vizinhança do Catete; mas que a praia do Flamengo, generosa em sua pequenez, recebia sem os transportes líricos de Copacabana e sem os roncos de fera da Barra da Tijuca.
>
> Como era acolhedora a prainha que agora desapareceu e que me avisava dos domingos e feriados, quando se incluía das côres vivas dos calções!Era como que uma festa da Penha dentro da água!E, ao romper do novo ano, lembrava a descida de uma Escola de Samba, iluminando de canções os ritos pagãos da deusa do mar!
>
> E no Carnaval?
>
> Era a pequena enseada que dava o grito para o primeiro banho à fantasia.
>
> Parecia a porta-estandarte das outras, que a acompanhavam submissas.
>
> Vinha da tradição e da nobreza dos tempos do Império, quando as areias internacionais de hoje, da Zona Sul eram vastas extensões desertas, que os túneis viriam depois rasgar o acesso.
>
> É mais alguma coisa que se despede de nós e vai nos preceder no caminho inexorável do desaparecimento.
>
> Que venham os jardins onde era o mar, e as flôres substituir o azul das águas!
>
> A vida é uma perpétua transformação.
>
> Até as prainhas morrem como a criaturas.
>
> E a todos chega a hora do atêrro.

O lirismo com que descreve a paisagem e as recordações evocadas marca a sentimentalidade com relação à praia tão próxima para o cronista, e nisso assemelha-se

[132] *Jornal do Brasil*, 18 abr. 1959, n. 89, p. 03.

aos textos de Braga e Eneida a ela dedicados. Contudo, é na associação da praia ao tempo que guarda sua reflexão central e onde se afasta daqueles: vinda "da tradição e da nobreza dos tempos do Império", enquanto as praias da zona sul eram apenas "vastas extensões desertas", e agora são "areais internacionais". É a partir desse raciocínio temporal que, apesar de lamentar a sua morte, aceita-a no "caminho inexorável do desparecimento". Para ele, a praia que ora é "estrangulada pelo aterro impiedoso" nada mais é do que uma consequência natural da "perpétua transformação", ou seja, a ordem do progresso, em nome do qual proclama "que venham os jardins onde era o mar, e as flôres substituir o azul das águas". Interessante que finalize com uma imagem da natureza que ali deverá ser plantada, e não com imagens de arranha-céus, a aclamação do conforto ou do alívio do tráfego, como em "A Lapa Protesta", preferindo agora àquele discurso a reflexão lírico-filosófica do progresso como evolução natural a seguir.

Beatriz Resende (2001, p. 52) chama a atenção para a existência do que ela considera um apego "quase provinciano pelo que a cidade tem de autenticamente seu", que faria o cronista "protestar contra deformações do progresso". Ao focalizarem a praia que morre, Eneida e Braga parecem trazer à tona um sentimento que vai nessa direção, porém, principalmente como aparece no texto de Eneida, não se pode confundir esse apego com simples nostalgia. Há indagações sobre a própria ordem do progresso que se impõe, que não é aceita de maneira tão "natural" quanto o faz Benjamim Costallat. Assim também, quando Braga conclui "sem rir e sem chorar", resignando-se diante do quadro efetivado, ele se aproxima da melancolia da modernidade como enunciada por Walter Benjamin (1989, p. 81), "a desolação pelo que foi e a desesperança pelo que virá" – entre o passado e o futuro, ele escolhe a imagem da ruína presente.

Talvez tal apego seja por se tratar de uma praia, parte do que já era visto como um dos maiores bens do Rio de Janeiro, um dos símbolos de sua identidade e mesmo da sua modernidade, como foi constituída desde o início do século, quando a cidade passou a figurar nos guias turísticos devido aos "ares oceânicos", conforme já sublinhado anteriormente. No entanto, a praia do Flamengo não fazia parte desse circuito moderno, como Costallat faz questão de evidenciar, com sentimentalidade. Também por isso, para a Prefeitura, que cumpre com o projeto modernizador da cidade, ela pode ser aterrada, ao mesmo tempo ajudando a resolver o problema do tráfego entre a zona sul e o centro, e criando uma nova zona de valorização imobiliária (ROMEIRO CHUVA, 2017)

justamente por ser a imagem do projeto de modernidade em voga, o modernista, que no Rio seria a sua principal realização. Sendo assim, ainda que Costallat exponha também sua carga afetiva em relação à praia, ele não só aceita como proclama a mudança em nome do progresso da cidade, parecendo ser uma voz quase isolada dentre os cronistas do período.

Quase, porque Dinah Silveira de Queiroz ecoa também, no *Jornal do Commercio*, o (en)canto do progresso visto no projeto do aterro, ainda no início de 1958, quando há "A grande inauguração"[133] do Museu de Arte Moderna.

> As inaugurações andam desmoralizadas. Na ânsia de se fazer o discurso, de se tomar a tacinha de champanha nacional ou não, de se baterem as palminhas de São Tomé ou as mais calorosas, não há dia que passe sem as inaugurações festivas. Mas esta não é uma como as outras. Esta nos dá um contacto histórico de grande importância com o futuro, um dêsses momentos em que, por sua significação, nós nos ligamos às gerações que hão de vir.
>
> Quando, há tantos anos, pessoas – algumas até de apurado gôsto, como José Mariano Filho – lamentavam aquêle atêrro às portas da Avenida [Central], não poderíamos imaginar como tudo, por fim, daria certo, como ficaria bela aquela Praça Paris, e depois, um pouco mais adiante, aquêle vasto e impressionante cenário, onde se realizou o Congresso Eucarístico.
>
> Pois agora a cidade está inaugurando, num dos mais belos lugares do mundo, futuramente fotografado em todos os guias de turismo, e para tôdas as revistas de arquitetura, o seu Museu de Arte Moderna. [...]

Diferentemente de "outras inaugurações" cotidianas, o Museu de Arte Moderna – localizado na primeira parte aterrada, a Glória – é tratado pela cronista como uma grande realização para a cidade pelo seu "contato histórico de grande importância com o futuro". Projeto de Affonso Reidy de 1953, em co-autoria com outros arquitetos do Departamento de Urbanismo, Eline Caixeta (2007) o percebe como portador de uma concepção de modernidade que vai ao encontro da ideia do aterro como "espaço aberto ao grande público", satisfazendo as imagens da cidade de multidões do século XX. Além disso, como sublinha Márcia Romeiro Chuva (2017, p. 151), tinha um viés *pedagógico* para as massas, oferecendo "a diversão, a recreação, o desfrute de horas livres e tudo o que pode estar relacionado ao lazer (e também ao turismo) de modo disciplinado, como descanso merecido por conta das horas de trabalho". É nesse viés

[133] *Jornal do Commercio*, 26 jan. 1958, n. 98, p. 4.

civilizatório que a cronista do *Jornal do Commercio* comemora a inauguração do M.A.M. Assim, ao relembrar as dúvidas que a obra do aterro gerou quando "não [poderiam] imaginar como tudo, por fim, daria certo", referindo-se à sua beleza, não a restringe, porém, ao valor estético por *si mesmo*, mas à sua capacidade de elevar a cidade aos olhos internacionais, já que deverá ser "futuramente fotografado em todos os guias de turismo". A obra do aterro, de grande valor estético, soma-se o valor cultural que se espera de um Museu, e é nessa associação que Queiroz vê o almejado progresso, como mirada para o futuro, sem tocar nos assuntos presentes da morte da praia, do desmonte do Santo Antônio, da poeira espalhada pelo centro e adjacências.

No fim do ano, sua postura diante da visão do almejado progresso via construções urbanas é outra, quando fala sobre a obra do elevado da Avenida Perimetral, em "Patrimônio Histórico"[134].

> Passei mais de um mês cantando lá fora as vantagens que se tem em ser brasileiro Deus é testemunha de que em outro país do mundo não desejaria viver e morrer a cronista. Mas, desde que se chega à terra algumas coisas más aparecem com violência. Como que redescobri a sujeira nas ruas. O Rio tem certos aspectos de desmazelo que nos fazem sentir saudades daquela limpeza bem acabada de Lisboa, e principalmente, meu Deus, fazem nascer uma ponta de nostalgia da sábia maneira de se conservar tudo que Portugal tem de seu passado honroso e belo. Muitas pessoas acham que isto é questão de sistema político. Qual nada, minha gente... Regimes completamente diversos oferecem o mesmo resultado. Citarei o caso da Suécia, por exemplo. Estocolmo é uma vitrina só.
>
> Enquanto existe na Europa essa preocupação de resguardar a história para que ela seja uma parte viva do povo, enquanto numa França as gerações bem se encontram num Museu de Louvre, por exemplo, e na Itália vamos à raiz da Cristandade no respeito tributado a tudo que se transformou num marco para a História Cristã, ou num sentido para a História da Humanidade, enquanto isto ocorre, na Europa, o que se vê aqui não é apenas desapreço à memória de um povo. É bem mais do que isto. É a mais lamentável falta de gôsto.
>
> Ontem, retornando de minha viagem, vi na Praça Quinze aquela **bruzundanga** [grifo da autora] – nem é possível dar outro nome àquela mastodontina construção que é o suporte da Avenida Perimetral.
>
> Meu Deus do céu, trezentos anos de História do Brasil choram de dor diante daquela coisa horrorosa, desfigurativa de uma praça histórica! Para nós é humilhante que o tempo tenha decorrido ali e que do mar, durante tantos e tantos anos, a visão da praça – cenário de inúmeros episódios históricos, persistisse a mesma, mas que em nosso tempo, justamente na época em que a nossa geração ocupa sem garantias – que viver é ocupar apenas transitoriamente um lugar – esta cidade que teve a visão do Palácio dos Governadores, pintada com tanta graça e

[134] *Jornal do Commercio*, 4 dez. 1958, n. 57, p. 5.

> beleza pelos artistas, seja totalmente poluída por aquela sepultura da história. Segundo me informaram o "Patrimônio Histórico" já gritou em vão. Parece que há uma lei que protege a vista dos monumentos. Que é que se vai fazer para que ela seja cumprida? Os direitos de cidadão vão até impugnar obras que descaracterizam e despersonalizam a sua cidade. Onde estão vocês, cidadãos cariocas? E êsses, mais apaixonados ainda, que são os que nasceram fora daqui, como eu, mas que vigiam com amor cada modificação da cidade? Há uma expressão que diz: **feiura que dói** [grifo da autora]. Será que esta feiura da Avenida Perimetral não está doendo, mas doendo mesmo em vocês todos?

Também uma das prioridades citadas pela SURSAN em seu Plano de Obras, assim como o aterro do Flamengo (em sua face mais explorada nos jornais) e a Avenida Chile, o elevado tinha a função de desafogar o tráfego entre o centro e a zona sul, além de promover uma melhor ligação com o Aeroporto Santos Dummont. No entanto, tudo que a cronista vê é uma "bruzundanga", uma construção feia "que dói", resultado de uma "lamentável falta de gôsto", recobrindo o assunto de uma dimensão estética oposta àquela louvada no M.A.M. Há de se considerar que, mesmo não sendo explicado, o leitor pode deduzir que o problema "do gosto" esteja relacionado à sua tão simples funcionalidade, sem pretensão arquitetônica, diferentemente das obras relacionadas ao aterro do Flamengo, cujo "cenário" empolgara a cronista. Mas não somente, já que a "mastodontina construção" também encobre o patrimônio histórico arquitetônico da cidade, "desfigurando-a" e "sepultando" o passado.

Ao condenar o "desapreço à memória", faz comparações com França, Portugal e Suécia, os quais aparecem como modelos de preservação cultural, pela valorização do seu "honroso" passado, e, por consequência, modelo de progresso civilizacional a ser seguido. Isso poderia levar a pensar que a cronista defende a imagem de cidade europeia que o Rio tinha antes, porém, a observação não condiz com o entusiasmo demonstrado diante do Museu de Arte Moderna, projeto modernista e que, portanto, representava a potencialidade de um novo Brasil, um país moderno, anseio bem explicitado à época pelo crítico de arte Mário Pedrosa (1981, p. 244): "A formação da arte brasileira é cada vez mais uma síntese entre o que vem de fora e o que surge aqui dentro. Mas isto é a própria imagem do crescimento de coisa ainda informe, embora já polifônica, que é a Nação Brasileira". Enquanto o M.A.M exemplificava esse "crescimento" pela arte, o viaduto da Perimetral nada acrescentava a essa imagem e ainda ocultava aquilo que ligava o Rio aos países europeus vistos como exemplares, parte essencial da rica mistura que levaria à "síntese" que é a modernidade brasileira. Assim, embora o

patrimônio que se quer preservar da "desfiguração" seja o europeu, trata-se menos da imagem europeia em si do que do *legado colonial* como ideia de uma herança civilizacional e, a partir de sua conservação, um projeto de cidade. Esse debate será retomado mais adiante. No momento, interessa ressaltar que Dinah só se volta para as obras da cidade quando elas comunicam também algo sobre o lugar da cultura (e nela cultura aparece com conotação iluminista) no projeto urbano, seja a seu favor, como o M.A.M, seja contrário, como o elevado – ou seja, como as obras urbanísticas contribuem ou não para a "civilização".

É interessante notar, então, que nesse projeto civilizatório, Dinah Queiroz valoriza o incremento da cidade pelo engenho modernista, porque ele representa o potencial artístico e cultural brasileiro naquele momento, valorização que não ocorre quando a obra não se enquadra nesse projeto (sem esquecer que a isso se soma o problema do patrimônio histórico); mas o mesmo não é o foco de Benjamin Costallat quando defende a visão "gloriosa" do progresso, porque os elementos que destaca são os edifícios, a esplanada, inclusive ocorrendo, assim como nas crônicas de Braga e Eneida, a invisibilização da ambição estética e cultural modernista.

Quando se trata de obras, ainda que haja, assim como com relação à verticalização, uma desconfiança com a modernização por si só, aproximando-se do que Nadia Somekh (2014, p. 58) chamou "urbanismo modernizante", o qual "simplesmente se enquadra no projeto de acumulação de capital e nas leis coercitivas da competição que prevê inovações constantes"; não há a visão, propriamente dita, de uma tensão com o urbanismo modernista, uma vez que para a maioria dos cronistas ele nem sequer aparece. Sendo assim, poderíamos pensar que, naquele momento, esse debate pode ser menor que outros elementos valorizados para a imagem do Rio: a natureza, a memória, a vida cotidiana.

Nesse sentido, a última das crônicas que trata de tais empreendimentos urbanísticos, publicada em 09 de agosto de 1960, por Ferreira Gullar, pergunta: "Uma surpresa?"[135].

> Dizer que o Rio é uma cidade surpreendente é coisa que não surpreende a mais ninguém, nem aos velhos nostálgicos da época da proclamação, hoje perfeitamente integrados nas ruas dos tempos modernos. No entanto o Rio continua a oferecer suas surprêsas àqueles que ainda têm condições de apreciá-las ou sofrê-las, conforme a inclinação de seu engano, como diria o poeta.

[135] *Jornal do Brasil*, 09 ago. 1960, n. 186, p. 03.

> O chão das obras do aterro é, em se tratando de surprêsas, de uma fertilidade surpreendente. Depois do prédio do Museu de Arte Moderna, surgiu o monumento aos ex-pracinhas que, a pouco e pouco, era preenchido por mais uma forma, uma côr, uma homenagem, uma sentinela, e uma nova pista com seus traços pretos. Mas enquanto a arquitetura e a urbanização não se completam, a terra domina o asfalto e o cimento e oferece moradia a meia-dúzia de melancólicos vagabundos que sôbre ela erguem a sua pequena e miserável "cidade", a qual se poderia chamar, também, de favela, não estivesse essa palavra comprometida com os declives dos morros, com as navalhas e suas implicações amorosas e financeiras.
>
> Uma estrutura de caixotes, os canos abandonados e as reentrâncias do paredão, transformam-se facilmente em residências. Seus habitantes são velhos irritados, quase inacessíveis a um diálogo. Uma reportagem feita há pouco tempo pelo JORNAL DO BRASIL mostrou melhor a natureza de seus habitantes, que são em pequeno número. Vivem à beira da cidade da qual só se socorrem para buscar o necessário às suas existências e para que, continuando vivos, continuem a odiar a cidade. Grande parte da tarde, sentados em um monte de terra, ficam, em silêncio, enfrentando o mar. A custo respondem às perguntas e o fazem com uma clareza de pensamento e de idéias que poderiam ganhar o adjetivo "filosófica".
>
> Para onde irão quando a paisagem estiver completa, é um problema que não chega a preocupá-los.
>
> - Há muita terra por aí e alguma há de sobrar – respondem com irritante tranqüilidade.
>
> Para um dêles o tempo custa mais a passar. E enquanto não passa de vez, êle vai até a praia de Copacabana recolher da areia uma série de fitinhas de tôdas as côres com que amarra os gravetos para construir seus crucifixos. Tem uma coleção que, em outros tempos, chegou a ser rica.
>
> - Tinha um de marfim, muito bonito, mas o Sabará me roubou.
>
> A informação é curta e do som melancólico de sua resposta êle passa a um outro, mais doloroso: o do seu silêncio.

A imagem de uma cidade que pode ser tanto "apreciada" quanto "sofrida" é desnudada na obra do aterro do Flamengo. Por um lado, não deixa de citar o Museu de Arte Moderna e o recém-inaugurado Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, popularmente chamado Monumento aos Pracinhas, como realizações apreciáveis dessa "fértil" obra, destacando ainda a função urbana na "nova pista" que também foi construída. Nada disso faz com que o cronista (que não tem, nesses dois anos, nenhuma outra crônica sobre o assunto) deixe de voltar-se para a sua outra face, que seria, então, a "sofrida": a dos "melancólicos vagabundos" que também passaram a

ocupar o aterro, ainda inacabado – e que é possível, na perspectiva do cronista, que estejam ali justamente por isso.

A descrição da miséria em que vivem, em tom quase jornalístico, inclusive pela evocação da matéria publicada pelo próprio veículo em que o cronista escreve, logo toma uma feição mais humanizada, em especial quando reinterpreta a marginalidade daqueles homens: "Vivem à beira da cidade da qual só se socorrem para buscar o necessário às suas existências e para que, continuando vivos, continuem a odiar a cidade". Os "velhos irritados, quase inacessíveis a um diálogo" são, sim, marginais, porque não participam da vida urbana, mas ainda dependem daquilo que a cidade provém; mas também são marginais porque, habitando um local em obras, preferem ficar "em silêncio, enfrentando o mar", de costas para a vida coletiva. "Odiar a cidade" seria uma escolha?

Dois anos antes dessa crônica, é na primeira página do próprio *Jornal do Brasil* que encontramos uma foto que, se não oferece uma explicação certa, oferece-nos com certeza elementos para refletir sobre a condição desses "velhos irritados". Na edição de 22 de setembro de 1958[136], quando o desmonte do Morro de Santo Antônio estava a todo vapor, porque era preciso abrir a Avenida Chile, a foto mostra uma família com seu barraco de paus, muito precário, em meio às pedras do aterro, com o Pão de Açúcar ao fundo. Na legenda, o "amor à terra" levado ao pé da letra:

> uma família de favelados do Morro de Santo Antônio, despejada pela Prefeitura, acompanhou a terra que as escavadeiras municipais fizeram fugir de sob os seus pés até os seus últimos limites: a borda do mar. Ali, no atêrro da Glória, sôbre ela voltaram a construir o seu barraco. Para a construção foram aproveitados os destroços do antigo barraco do Morro de Santo Antônio, acrescido de folhas de jornais e faixas eleitorais.

O teor de denúncia fica por conta do destaque ao "oportuno cartaz em que se lê (agora fazendo as vêzes de uma porta): 'U.D.N – cédulas aqui'". Além disso, também no tom irônico e melancólico da conclusão: "Os componentes da família – que aparecem na foto acima – declaram a sua confiança em que a Prefeitura, que lhes tirou o teto, sem tomar qualquer providência para localizá-los em outro lugar, não lhes roube ao menos o gôzo da paisagem e das brisas, que é nestas horas difíceis o seu único alimento". O mar, assim como Gullar faria dois anos depois, aparece como barreira e consolação, em oposição à cidade.

[136] "Amor à terra tem limite: o mar". *Jornal do Brasil*, 22 set. 1958, n. 221, p. 01.

A paisagem social não era, porém, um tipo de abordagem comum das obras de infraestrutura, seja do desmonte ou do aterro. Como vimos anteriormente, o grande destaque nos diversos veículos era a face do progresso que se insinuava. Já nas crônicas, ainda que essa perspectiva não se imponha da mesma maneira, o rosto humano também pouco se vê, ficando muito mais centradas nas reflexões decorrentes da paisagem. É nas crônicas de Gullar que se apresentam com mais nitidez e empatia os personagens afetados pelas obras, primeiro na poeira da Lapa, depois no aterro.

Mauro Amoroso (2009) fala a respeito de recorrentes tentativas de reconstrução da favela que se localizava no (parcialmente) extinto Morro de Santo Antônio. O aterro, nos seus momentos e locais de nenhum movimento empreiteiro, poderia ter sido mesmo um dos lugares onde houve essa experiência? Estariam nessa tentativa aqueles homens, apesar de Gullar se recusar a chamar o local de "favela", por estar a palavra "comprometida com os declives dos morros, com as navalhas e suas implicações amorosas e financeiras"? De qualquer maneira, os jornais destacados não fazem essa cobertura, assim como não fizeram das remoções do Santo Antônio no período[137]; nem Gullar aborda o fenômeno que acontece ali, e que não é nenhuma "surpresa", por uma visão apenas socioeconômica.

Pelo olhar lírico, o cronista-narrador tenta penetrar a melancolia e a inacessibilidade com que se apresentam aqueles homens, e assim descobre a sua qualidade "filosófica": a de não se preocupar diante da mudança iminente, "quando a paisagem estiver completa". Tal linha de pensamento aparece de maneira diametralmente oposta à filosofia que está na base, por exemplo, da crônica de Costallat. Enquanto o antigo cronista centra-se na mudança como *valor*, porque é nela que nasce o progresso da cidade, esses *filósofos* "vagabundos" não se preocupam com a mudança que inevitavelmente virá, já que sabem que ela é apenas aparente. Se Walter Benjamin (2012) via que a história contada como linha progressiva era exclusivamente a história dos "vencedores", tornando os "vencidos" esquecidos, como se não fossem sujeitos históricos importantes, em crônicas como esta temos uma fresta que nos permite observar outras percepções da história que em nada coincidem com a visão do progresso. "Quando a paisagem estiver completa", que seria o marco do futuro para um

[137] Mauro Amoroso (2009) trabalha especificamente com essa ausência no *Correio da Manhã* (1956-1959). Nos periódicos analisados nesta pesquisa, apenas no *Jornal do Brasil* e no *Diário de Notícias* havia alguma recorrência de notícias a esse respeito entre 1958-1959, no entanto, apenas na edição do JB n.221 (a foto citada) há destaque.

cronista como Costallat, não é nada para esses homens, habitantes marginais da cidade, além de mais do mesmo.

O que o cronista chama de "clareza de pensamento" dos homens, de que "há muita terra por aí" e que "alguma há de sobrar", se aproxima ainda daquelas "reflexões infantis" da crônica "Casinha", de Rubem Braga, no sentido de que não pensam a ocupação urbana a partir do valor imobiliário, mas do simples direito de morar. No entanto, ao mesmo tempo eles sabem que esse valor existe, mas que não está ao seu alcance, o que justifica o seu "ódio à cidade", ainda que também haja certo *desprendimento* em morar no que "há de sobrar". E sabia-se que, mais cedo ou mais tarde, aquela área deixaria de "sobrar", destinada a ser, no reordenamento urbano que a partir dele se engendrava, uma zona valorizada para a especulação imobiliária, e era justamente naquele momento que começava a se consolidar (ROMEIRO CHUVA, 2017, p. 145).

Essa posição ambivalente diante da consciência da própria marginalidade é vista como uma "tranquilidade" que chega a causar irritação ao cronista-narrador. Tal incômodo não deixa de ser um posicionamento seu diante daquela situação, como se entendesse que "o ódio à cidade" que seus personagens demonstram seria mais uma resignação diante da marginalidade imposta, ainda que compreenda a sua "base filosófica", que não é outra coisa senão a compreensão da realidade vivida. Dessa maneira, o final simbólico da crônica é também representativo dessa condição melancólica: o doloroso silêncio dos marginalizados.

O cronista volta-se, enfim, para o caráter paradoxal da cidade a partir de uma de suas obras mais recentes e que pretendia ser paradigmática da modernidade carioca. Nesse sentido, o aterro, que a cada pequena inauguração de suas partes é visto como grande realização urbanística, na crônica de Ferreira Gullar passa a ser apenas cenário de uma antiga questão. Questão essa que aparecerá de maneira mais profunda em outras crônicas, em que, de fato, o foco são os problemas vivenciados pelos citadinos.

Antes de passarmos a elas, retomemos mais uma vez Luiz Simon (2006): o cronista cria suas obras ao longo dos acontecimentos e na troca com o público. Interpelado por uma gama de assuntos díspares que se fazem importantes no dia a dia, o cronista é um intelectual que pensa os problemas imediatos da sociedade *na* vida cotidiana da cidade, de que jamais se distancia. Dito isto, vimos, até aqui, como esses escritores observavam as mudanças efetuadas em torno de prédios e obras públicas de

infraestrutura e nisso pensavam a cidade, recriando-a entre passado e presente, apurando o olhar sobre a paisagem e seus significados, sobre as questões sociais que apareciam em suas frestas, e, assim, recolhendo os índices de como nela se projetavam os desejos de progresso.

Vimos também que, muitas vezes, suas vozes acabavam se distanciando da linha dos jornais com relação ao ângulo pelo qual cada um os via, oferecendo imagens diferentes da cidade: se a verticalização não é assunto nos jornais, a não ser quando algum edifício cai, os cronistas, que não se guiam necessariamente pelo que é notícia, novidade, não cessam de observar seus efeitos; se as obras que a Prefeitura efetua são abordadas jornalisticamente pelo seu caráter utilitário, pelo "bom" ou pelo "mau" serviço à cidade, na linha da busca pelo progresso, os cronistas nem sempre aparecem tão certos disso, buscando em camadas mais perenes seus sentidos. Mas essas distintas perspectivas não são excludentes, complementam-se em sua ambiguidade, visto que baseadas nos mesmos fatos: a cidade cresce, há muitos arranha-céus, obras urbanas em curso. O Rio de Janeiro continua em busca de modernizar-se, em busca do progredir enquanto cidade, o que significava, muitas vezes, seguir o modelo civilizado na esteira da Europa e, principalmente, dos Estados Unidos, querendo continuar a ser referência nesse sentido, mesmo que não mais como capital.

E os cronistas, sendo intelectuais do cotidiano, tendo uma teia tão complexa de assuntos ali disponível, não buscariam somente nas realizações de engenharia seus índices para perceber e pensar essa *cidade inconstante*, como veremos no segundo capítulo.

2. *Agonia da Metrópole*: o cotidiano urbano carioca.

Não era nenhuma data especial no calendário comemorativo do Rio de Janeiro o 03 de março de 1958 em que Henrique Pongetti dedicou sua crônica n'*O Globo* a imaginar o futuro da cidade:

> Agonia da metrópole[1]
>
> Com sua crônica falta de água, sua pobreza de vegetação e seu calor, o Rio de Janeiro está formando uma perfeita mentalidade desértica. Seu eu fôsse o Sr. Prefeito, introduziria os camelos na paisagem carioca e me habilitaria a uma sólida reputação de mesologista. Ainda não compreendi porquê temos os pardais de Paris nas nossas poeirentas e tísicas árvores, quando falta o camelo do Saara em nossa exsicação. Tivéssemos nós as águas fartas do Sena e aquela abundância de castanheiras e de plátanos, onde os "moineux" se refugiam e vivem, acima do asfalto, a vida bucólica das mais densas florestas!...
>
> ***
>
> Assim como somos, os camelos ausentes parecem lacunas e os pássaros pipilam como suicidas. Vejo caravanas indo ao encontro de um poço e o Sr. Prefeito, numa elegante roupa de árabe moderno, inaugurando a caráter a nossa fase hídrico-cameleina. Vejo também os rabdomantes com sua mágica varinha de nogueira percorrendo o deserto urbano para localizar um ôlho d'água mais precioso do que um lençol de petróleo. Vejo também o êxodo: centenas de milhares de criaturas acampando às margens do Paraíba, desmandando-se de alegria diante do espetáculo da linfa abundante, aqualoucos de uma tragédia líquida.

Era um futuro distópico, que nada tem de uma visão de cidade maravilhosa. A ilustração que acompanha a crônica traz o Pão de Açúcar ao fundo, um grande sol e um homem de terno e sombrinha, a suar, caminhando sobre um camelo, em primeiro plano (seria o prefeito ou o próprio cronista?). O exagero proposital do quadro, que mostra uma cidade *literalmente* desértica, tem um apelo ao mesmo tempo literário, pela expressividade estética que prende a atenção, e reivindicatório, já que vai ao encontro de um problema imediato da cidade, já anunciado nas primeiras linhas, e que devemos pressupor que devia ser bem inteligível para os leitores contemporâneos.

Assim, após o *choque* inicial da descrição da distopia carioca, o cronista-narrador volta ao presente:

> Às vezes penso se Brasília não é o aviso da Divina Providência para o abandono geral da cidade moribunda, a cidade que vai morrer porque lhe foram faltando, uma a uma, todas as providências vitais. De noite,

[1] *O Globo*, 03 mar. 1958, n. 9762 (vespertina), p. 3.

> o barulho não deixa dormir, e os bandidos não deixam o incomodado passear a sua insônia. De dia é o inferno do tráfego, a luta contra o relógio, contra os motoristas, contra o chuveiro e contra a torneira, contra o ar empestado pelas descargas dos automóveis e contra o mau-humor de todo um povo contrariado nos seus direitos mais ínfimos... Cidade onde os perfumes franceses das belas mulheres e o cheiro de maresia das ondinas atlânticas são abafadas pelo fedor do lixo; onde os idílios são marcados depois de resolvido o problema do banho na casa do parente suspeitoso do bairro distante; onde se sai de casa com uma hora de antecedência para uma visita a dez quilômetros; onde os passageiros dos bondes são tristes como bois conduzidos ao matadouro e as cantigas populares são pornográficas porque falta em tôdas as coisas e em todos os seres a seiva poética. Cidade variolosa, de uma varíola arquitetônica que corrói a beleza das paisagens e nela deixa as favelas, deformantes como marcas de bexiga no rosto da mulher amada. Cidade que teve grandes apaixonados e que a cada momento perde para sempre uma razão de ser querida. Cidade onde os saudosistas não são nem anacrônicos nem ridículos e cujas reminiscências fazem bem, como a rememoração da juventude de uma mulher que foi bela e que perdeu na velhice todos os vestígios da sua beleza. Cidade onde de vez em quando ainda aparece uma amostra de encantos poupados para o martírio de se reconstituir tôda a maravilha perdida.
>
> ***
>
> Inauguremos os camelos, nem que se lhes reserve o Lido e o Jardim de Alá, em substituição aos bodes e aos "ponneys" de aluguel. O carioca está bastante beduinizado, sentirá um certo prazer folclórico ao cavalgar o giboso quadrúpede com a adutora do Guandu enguiçada, rumo a um poço descoberto nos limites do Distrito Federal. Entramos na era do cantil: um dia os arqueólogos descobrirão que esta fabulosa cidade morreu de sêde e de sujeira.

A descrição dos problemas do presente que justificariam a distopia do cronista-narrador vão muito além da questão da água (motivo que é, inclusive, explicitado ao final), mas aprofundam a imagem da "cidade desértica" pelo que ela tem de angustiante e de anti-civilizatória. E, ainda, ao envolver Brasília como um possível "aviso da Divina Providência para o abandono da cidade moribunda", empresta uma carga maior de dramaticidade à previsão no contexto dos fatos políticos que se avizinham, trazendo um horizonte ainda maior de significações.

Deixemos Pongetti nos guiar, sobre o seu camelo, para perceber os problemas do cotidiano carioca no período, não só observados por ele. Nas imagens dos diversos cronistas-caminhantes da cidade, veremos como os usos do Rio de Janeiro são evidenciados e influenciam também na sua simbologia entremeada ao discurso do progresso.

2.1. *Gemidozinhos* em torno do problema do abastecimento hídrico

Não é apenas Pongetti que nota o alto valor da água no Rio de Janeiro, em 1958. Ainda em janeiro, Eneida, expressara liricamente e com bom humor, no *Diário de Notícias*, o seu desejo por água corrente em "Gemidozinhos"[2]:

> Os que me conhecem sabem que não sou mulher para gemidos nem choradeiras. Vou olhando a vida de frente, pulando poças e saltando obstáculos, mas se intitulo hoje esta crônica de gemidozinhos é porque não encontro outra maneira de exprimir meu profundo pezar pela situação em que estamos todos nós, os moradores de Copacabana, também hoje intitulada a área da sêca. Meu porteiro, personagem bastante ativo na minha vida, dizia-me hoje que está ameaçado de loucura e contou:
> - Quando vou pegando no sono, sinto ruído de água caindo na caixa da casa. Levanto, vou correndo ver se ela chegou, e como se trata apenas de delírio, volto à cama, para logo depois ser possuído da mesma alucinação.
> Sim, que estamos nós, os do "polígono da sêca", ameaçados de hospício nem há dúvida. Se fecho os olhos, vejo imediatamente o rio Amazonas, principalmente o seu afluente que mais amo, o Tocantins, tão verde, morninho, bom. Também ando ouvindo rumor de água (ó música inesquecível) a todo momento. Miragens e miragens. Minhas plantinhas estão sedentas e a minha funcionária anda exausta de procurar água. Eu disse procurar, porque ela dá verdadeiras batidas pelas redondezas. Batidas em vão. Carregar ela não carrega, porque procurando não encontra.
> Tudo isso e o mar está brasíssimo, até êle se negando a dar-nos um pouco de sua água que, por mais salgada que seja, sempre é água e serve para refrescar o corpo. Uma angústia. Penso, então, em colar de gôtas d'água, em jóias diversas feitas de água; penso no magnífico chuveiro desta casa, mudo como se fosse um mudo de nascença. Penso em torneiras abertas (- Fecha essa torneira, Sebastiana), em tanta água correndo que, como o meu porteiro, creio que vou acabar no hospício.
> Se por acaso essa notícia fôr difundida por estes dias, não se espantem. Lamentem apenas que uma cabeça como é a minha, muito segura e mesmo raciocinante, tenha enlouquecido por esta falta d'água.
> Ah! se eu pudesse, agora mesmo, lavar as minhas mãos...

É interessante que a cronista-narradora, antes de tudo, mostre-se como uma pessoa avessa a reclamações, tratadas depreciativamente como "gemidos e choradeiras", para então soltar os prometidos "gemidozinhos", do título, sobre o problema da água. A criação desse ambiente de exceção, pedindo licença ao leitor, não ocorre porque Eneida

[2] *Diário de notícias*, 17 jan. 1958, n. 10792, p. 16.

não usasse também sua sessão para crônicas de cunho mais poético, mas porque em um texto voltado a um problema imediato da cidade, ela, que costumava *protestar* em diversas situações, não vai levantar a voz, mas, propriamente, lamentar-se.

Abrindo-se ao devaneio, aos "desejos por água corrente", aos delírios de ter "jóias feitas de água", tamanho o valor do bem líquido, e assim admitindo a possibilidade de que vão todos ao hospício – tese que se sustenta não apenas pelas "miragens" da cronista-narradora, mas porque projeta como sendo compartilhadas por outros, a tirar pelas "alucinações" do porteiro de seu prédio – a narrativa trabalha com a perenidade das falhas do abastecimento de água na cidade, distanciando-se do que poderia ser entendido como uma questão pontual. É assim que corrobora para a imagem de uma cidade desértica, tal qual seria engendrada por Pongetti dois meses depois.

Além da atmosfera delirante, a narrativa traz ainda uma imagem interessante do cotidiano imposto pelo problema: a funcionária da casa que "dá verdadeiras batidas" em busca de água, sem nunca achar. A cena marca um contraste com a expectativa de um bairro elegante como Copacabana, símbolo da modernidade, região muito bem circunscrita na crônica como a "hoje intitulada área da sêca" e o "polígono da sêca" – uma brincadeira que fazia parte do dia a dia dos moradores, como veremos ainda em outras crônicas, tão recorrente era ali a situação. Essa delimitação leva-nos a pensar que talvez a falta d'água não tocasse toda a cidade, e cabe destacar que uma das "agonias" descritas na crônica de Pongetti é o "banho na casa do parente suspeitoso no bairro distante", que sugere que o problema talvez estivesse mais ligado às regiões economicamente valorizadas.

Também em Copacabana, Fernando Sabino falou de seu cotidiano na sua primeira crônica no *Jornal do Brasil*, "Presidente e presididos"[3]:

> Foi um ano de paz, ordem e vida barata. Pelo menos é o que afirma o Presidente em seu discurso. Na qualidade de presidido, só me resta concordar. Afinal de contas, êle deve saber o que está dizendo. Presume-se que tenha, pelo menos, passado os olhos no discurso antes de lê-lo para a nação que preside. A presidida Geni, lá no comando de minha cozinha, é que não parece estar inteiramente de acôrdo, pois se limitou a comentar: "Vida barata para êle!".
>
> Pois vejamos como foi o ano, aqui, nos meus domínios da Rua Canning, entre as paredes dêste apartamento, onde também exerço a minha presidência – e sem ameaça de despêjo. Aqui, reinou a ordem e a paz [...].

[3] *Jornal do Brasil*, 03 jan. 1958, n. 02, p. 7.

> Aqui dentro, vários melhoramentos foram introduzidos, com rara eficiência administrativa. Uma bela foto-montagem de Athos Bulcão foi acrescentada à parede. Adquirida, a preço módico, uma poltrona de vime. O televisão [sic] foi reparado diversas vezes, e se o barulhinho incômodo permanece, assegura o técnico que é contingência da localização, a que me conformei. A água continuou escassa, mas suprida sempre por moderna aparelhagem instalada, qual seja um balde com torneira para a cozinha e outro com chuveiro, para o banho. O piano teve o mi-bemol reparado e, assim, poderei ter como hóspede oficial, com todas as honras de Estado, o pianista Mário Cabral. As paredes foram pintadas. Estante nova para os livros. A máquina de escrever será, em breve, reformada. Como se vê, minhas metas estão sendo rigorosamente cumpridas. A produção deste ano tende a aumentar, para fazer face a ligeiro desequilíbrio orçamentário. O que, de resto, é natural, devido às injunções a que nós, presididos, estamos sujeitos – êle no governo da Nação, e eu mal governando o meu nariz. [...]

Abrindo a sessão de Sabino, o cronista-narrador traça uma relação entre a política nacional e o seu próprio lar, o que estabelece o tom lúdico e irônico com que abordará os temas. Nesse momento, parte do discurso de Ano Novo proferido pelo Presidente Juscelino Kubitschek para *comprovar* o "ano de paz e ordem" que se passou, no entanto, a partir de um jogo com o seu próprio cotidiano, "governando" o seu lar. A descrição do seu dia-a-dia de cidadão de classe média passa por situações econômicas que atestariam algum poder aquisitivo, mas sem grandes luxos: a poltrona de vime "a preço módico", a televisão que permanece fazendo barulho, o piano que foi consertado. Estabelece-se na narrativa um tom de bom humor diante das pequenas adversidades da classe média que vão de encontro com a ideia de "ordem" e "paz".

É nesse contexto que o problema do abastecimento hídrico é brevemente citado, de maneira inusitada: a solução para a escassez da água é descrita como feita por "moderna aparelhagem", o que afirmaria o tom otimista já estabelecido, no entanto, segue-se uma quebra de expectativa com o "balde com torneira" e o "balde com chuveiro". Não há, assim, nenhuma proposição moderna que resolva a questão hídrica e se há "ordem e paz", isso parece dever-se mais ao bom humor com que os problemas são encarados, com certa resignação.

Após observar essas três crônicas, tão distintas formalmente, motivadas pelas falhas no abastecimento, poderemos voltar à questão do mote denunciado no texto de Pongetti: "a adutora do Guandu enguiçada". No dia 3 de março, quando é publicada a crônica, o Rio completava 10 dias com o abastecimento de água suspenso, devido a um acidente ocorrido na citada adutora. *O Globo*, onde publicava o cronista, é um dos

jornais que diariamente noticiava o caso e, nesse dia, a edição matutina anunciara "Hoje, o fim da falta d'água"[4], o que foi atualizado na mesma tarde para "A falta de técnicos ameaça o funcionamento da adutora"[5]. A resolução só se deu dois dias depois, quando a chamada foi "Já recomeçou a funcionar uma das bombas do Guandu"[6]. Não podemos deixar de pensar, então, como os cronistas dialogavam com essas manchetes, tecendo junto com elas (mas não necessariamente em consonância) as narrativas do cotidiano. Nesse sentido, cabe lembrar que o papel do cronista no jornal sempre fora de "buscar, dentre os acontecimentos sociais de maior relevo e divulgação, capazes de formar, entre escritor e público códigos compartilhados que viabilizassem a comunicação, temas que lhe permitissem discutir questões de seu interesse" (CHALHOUB et al., 2005, p. 11). Em outras palavras, o cronista não se afasta do caráter informativo do veículo em que publica, e que chega mesmo a estabelecer quais são os assuntos urgentes, no entanto, a partir dele *abre* novas perspectivas para pensar o cotidiano urbano e (re)criar seu imaginário, guiado por motivações próprias. Por isso, visualizar as notícias vinculadas direta ou indiretamente a essas crônicas nos ajuda a compreender não só os motes de que partem, mas como esse diálogo era tecido.

Assim, se se diz comumente que a crônica, trabalha com narrativas advindas das notícias do cotidiano, Luiz Simon (2011) analisa as variadas faces dessa afirmativa e atenta para que não se deva confundir o mote que inspira o cronista com a narrativa/o comentário/a expressão subjetiva que ele constrói em seu texto. Quando um crítico estruturalista como Afrânio Coutinho (1999, p. 121) incluía na definição de crônica que este seria um gênero "ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo", ele referia-se à capacidade que o cronista deveria ter de "ultrapassar" a notícia na sua imediaticidade. Porém, se logo em seguida afirmava que ela atingiria "o melhor de sua realização formal quando consegue fundir os supostos contrários – a literatura e o jornalismo" (COUTINHO, 1999, p. 134), ele já apontava que a construção literária retiraria uma qualidade diferente desses fatos.

Não se trata, portanto, de simplesmente localizar os motes de que partem os cronistas, mas de perceber como os encadeiam na percepção do próprio tempo: se olhássemos apenas para o enguiço do Guandu, de Pongetti, e não atentássemos à força da metáfora sobre a cidade que é construída ali *partindo* desse mote, perderíamos a

[4] *O Globo*, 03 mar. 1958, n. 9762 (matutina), p. 1.
[5] *O Globo*, 03 mar. 1958, n. 9762 (vespertina), p. 1.
[6] *O Globo*, 05 mar. 1958, n. 9764 (única), p. 1.

perenidade do tema do abastecimento hídrico e o que ele tem a nos oferecer enquanto abertura para representar o Rio de Janeiro naquele contexto específico. Esse é o sentido que as crônicas dos problemas da cidade, que compõem este capítulo, têm nesse estudo, sendo compreendidas, nas palavras de Sandra Pesavento (1997, p. 31), como "registros sensíveis de um tempo" que permitem captar "o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberem a si próprios e ao mundo". Isso inclui tanto as crônicas em que o cronista se inscreve-se no debate como cidadão, *vai direto ao ponto*, a exemplo das crônicas de Sabino e Eneida, como aquelas em que esses problemas são imagens que constroem as narrativas da cidade, conforme o faz Pongetti. Não percamos de vista esse esforço.

Retornando, então, às crônicas do problema do abastecimento, vemos que tanto a crônica de Eneida quanto a de Fernando Sabino são de janeiro, e referem-se a um período estendido de falta de água, que os obrigaria constantemente a "dar batidas" e recorrer à "moderna aparelhagem" do balde. Os cronistas aludem, dessa maneira, em suas imagens à antítese entre o atual e o antigo com a qual muitas vezes se caracteriza a modernidade, baseada na grande diferença entre o presente e o passado. E, como Reinhart Koselleck (2006, p. 321) destaca, foi justamente devido aos grandes avanços na ciência e na técnica que a ideia de progresso se estabeleceu como sendo "a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa". Neste caso, a experiência histórica evocada na busca pela água fora de casa e/recolhida em baldes – que, sem dúvida, lembra os escravizados que eram os responsáveis por carregar os tonéis de água das fontes públicas, até meados do século XIX, antes da implantação dos sistemas de abastecimento (MARQUES, 1995, p.55) – contrasta com a ideia do conforto da água encanada e a expectativa de um projeto modernizador que aprofundasse tais melhoramentos. Em vez disso, evidencia-se o insucesso do projeto em vigor no que se refere ao abastecimento.

Da mesma maneira, o mote de Pongetti, situado entre o fim de fevereiro e o início de março, acaba mostrando-se mais amplo que a cadeia de acontecimentos imediatos de um problema técnico da adutora, mas seria parte de uma questão intermitente da então capital, que parecia há muito perturbar os moradores. Ele evidencia, mais profundamente, as deficiências da modernização, tanto em seu caráter puramente técnico, porque não aumenta a eficiência no que diz respeito ao abastecimento hídrico, ao longo do tempo; quanto no desejo de avançar desse projeto simplesmente modernizador (porque se enquadra nas leis de competição do mercado na

busca pela inovação constante (SOMEKH, 2011)) para o usufruto pleno da modernidade, em que ter acesso à água potável encanada é um elemento importante para a garantia da qualidade de vida prometida na caminhada do progresso.

Nos primeiros meses de 1958, antes do acidente em Guandu e apenas alguns dias depois do breve comentário em "Presidentes e presididos", Sabino manda algumas "Parcas Notícias" [7] a um amigo que está no exterior, em meio às quais aparece o problema da água:

> [...] Quanto à falta d'água, o problema de minha zona foi resolvido desde que orgulhosamente a batizaram "polígono das sêcas". Houve uma passeata de protesto, chegaram o Prefeito contra a parede, e então abriram buracos a toque de caixa, correram um cano do Jardim de Alá até a tubulação que nos serve. Sábado à noite, como sempre, um carro em disparada caiu na vala, juntou gente, o próprio Prefeito surgiu para orientar a remoção. Os palpiteiros despejavam sugestões, faz isso, faz aquilo, formou-se a chacrinha em tôrno do homem, ele fêz foi uma pequena preleção sôbre o problema da água, era polígono das sêcas para lá, polígono das sêcas para cá. Vieram os bombeiros, removeram o carro, tapou-se o buraco e o prefeito assegurou: teremos água na segunda-feira. Mas, homem prudente, acrescentou: se não tivermos, paciência. Como os senhores vêem, o serviço está feito. O problema, em última análise, é o seguinte: cano tem; o que está faltando é água mesmo.
>
> Mas o espaço é curto, e para a longa distância que nos separa são parcas essas notícias: depois lhe mando mais. Por ora, lhe digo apenas que o invejo e que gostaria de estar em seu lugar, ser delas destinatário e não remetente – pois se não tenho nada contra o Brasil, Deus é testemunha de que muito menos teria contra a Europa.

De novo é o tom irônico que se destaca, dessa vez com a narrativa do que poderia ser chamado um caso pitoresco no "polígono das sêcas". No entanto, nele o que parece menos importar é o acidente com o carro, mas a "chacrinha" feita em torno disso, em que ganha destaque a postura e o discurso do Prefeito preocupado, em última instância, com o bom andamento da obra. É a confusão causada pela combinação entre o acidente e a atenção que lhe dá o prefeito que toma conta da cena, tornando-se, nas mãos do cronista, perfeita para compreender a dimensão do problema hídrico: aparentemente a solucionar-se pela obra em andamento entre Copacabana e Ipanema (bairros aos quais o Jardim de Alá oferece fronteira), mas sobre a qual sobram incertezas. Nesse sentido, a conclusão do cronista-narrador não se refere à obra, mas à sua previsível ineficiência no quadro geral: "cano tem; o que está faltando é água

[7] *Jornal do Brasil*, 07 jan. 1958, n.05, p.7.

mesmo". Dessa maneira, evidencia-se a contradição essencial entre a obra, transformada em palanque político por carregar simbolicamente o projeto modernizante, e a falta do básico, a água para abastecer as residências. Parodia-se os mesmos anseios da reforma urbana do início do século, quando dar um *aspecto* limpo e moderno à cidade era o mais importante, mas, na verdade, as obras de saneamento restringiam-se a alguns pontos centrais (SEVCENKO, 1998, p. 22). Nesse caso, a reforma é também localizada em um ponto considerado nobre da cidade, porém, nem chega a ser uma reforma, apenas uma obra de reparação, em que a inserção de canos, objeto básico de uma obra dessa espécie, é oferecida politicamente como um grande feito. A população, por sua vez, surge em protestos para marcar que o seu desejo não é pelo aspecto moderno, mas propriamente pela garantia ao bem elementar, que continua sendo negado ao não ser focalizado no projeto como o problema fundamental a ser resolvido, perspectiva ilustrada na afirmativa categórica do prefeito de que "o serviço está feito". A partir dessa contradição, a modernidade aparece como simples "maquiagem" para os problemas reais dos citadinos.

Por fim, a comparação com a Europa, como modelo civilizatório, aprofunda também a imagem da busca pelas garantias da modernidade. Mas antes de aprofundarmos essa questão, vejamos como, no dia seguinte, Ferreira Gullar traz o ponto de vista de um morador de Ipanema sobre a mesma obra, em "Onde dorme o Deus"[8]:

> Dizem uns que Ipanema é palavra tupi; dizem outros que é palavra egípcia. Um homem sensato, obediente à semântica, à história e à geografia, possivelmente se decidiria pela primeira hipótese, e com isso daria de nosso bairro uma definição desagradável: "água parada". Eu, porém, que não sou sensato nem me pretendo morador de brejo, prefiro a segunda: Ipanema é palavra egípcia que significa "o lugar onde dorme o deus". Ora, diz Heráclito de Efeso que "os que dormem são companheiros de trabalho", e é recomendável que tenhamos um deus por companheiro de sono: dize-me com quem andas e eu te direi quem és...
>
> Mas, se êsse argumento não bastasse, teríamos outro, arrazador: da janela de nossa casa vemos, a qualquer hora do dia, um deus dormindo. É pura verdade, a cabeça sobre um travesseiro de rochas (roxas no verão), as mãos cruzadas sôbre o peito (quase sôbre o ventre), dorme o deus com suas orelhas de cachorro, no leito inclinado da floresta: o monumento do Cristo redentor é um esporão (unicórnio) na cabeça dêsse gigante adormecido à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas e cujos pés se amontoam com as nuvens que cobrem Laranjeiras e Santa Teresa. Moradores de outros bairros dirão que,

[8] *Jornal do Brasil*, 08 jan. 1958, n. 06, p. 3.

> sendo assim, o deus não dorme em Ipanema, mas êsse argumento é sensato demais para que o levemos em consideração.
>
> E enquanto dorme o deus do lugar, vamos à praia. De calções e maiôs, calcando aos pés as folhas sanguíneas das amendoeiras que o sol espalha nas calçadas, seguimos para o ritual do verão azul e branco. Na praia coberta de borboletas como barracas, se descobre que o biquíni é um bem desnecessário e que duas peças (ou uma só) bastam para encantar a manhã. Só as senhoritas de dois a três anos de idade insistem em biquinizar os costumes de Ipanema.
>
> Nosso deus dorme muito, mas nós não. E por isso aviso ao Departamento de Águas da Prefeitura que estamos bem vendo aquelas escavações ao longo da Vieira Souto e sabemos das promessas de água ao Pôsto Seis. Se tirarem o pouco de água que temos, faremos um barulho tão grande que o nosso Deus despertará; e o Prefeito, que mora aqui perto, também.

Inicialmente devaneando em torno da etimologia do nome do bairro, o cronista-narrador opõe duas imagens para Ipanema às quais caberia escolher: aquela que poderia ser tida como uma espécie de predestinação ao brejo, dada a origem tupi da palavra; e aquela que abriria um horizonte divino e, portanto, desejável, considerando-se a mesma palavra em egípcio. Dizemos "caberia escolher" porque na crônica é assim que se toma a questão, contrariando de maneira deliberada a "sensatez" e toda racionalidade científica para, de fato, construir uma visão mais nobre do bairro da zona sul.

Retomando, rapidamente, a razão descartada pelo cronista-narrador, podemos inferir que a origem tupi de Ipanema deve referir-se ao estado natural do lugar que, como era boa parte do Rio de Janeiro, provavelmente delimitava-se por pântanos e brejos. No entanto, na crônica, não se trata de ignorância, mas propriamente da projeção de anseios, que tem na curiosidade etimológica um ponto de partida e uma antítese sobre a qual trabalhar para melhor evidenciar tais aspirações: de um lado, o brejo, do qual o cronista-narrador não se "pretende morador", representa a anti-civilização, que não deveria mais ser associada ao bairro elegante, vizinho de Copacabana; de outro, o lugar "onde dorme o deus" representaria não apenas a natureza maravilhosa ao redor, de onde vê o deus dormir (mesmo que seja ao longe...), como também o desejo de exclusividade que ele traria, remarcando a promessa de status, "dize-me com quem andas e eu te direi quem és...".

A Ipanema em que o cronista-narrador deseja viver é essa do cotidiano praieiro moderno, em "calções e maiôs" a cumprir o "ritual do verão azul e branco", contra o

passado da “água parada”, mas também contra a Prefeitura, citada apenas ao final, quando fica exposta a obra para a mitigação da escassez de água em Copacabana como o mote da crônica. A ameaça feita à Prefeitura aparece como a desconfiança de que, ao favorecer o bairro vizinho, mais famoso, levem a “pouca água” que lhes resta, interrompendo seus sonhos de civilização e, de certo modo, voltando à lembrança do brejo.

A oposição entre imagens de progresso e anti-progresso, que na crônica de Gullar é a base, foi vista também nas demais, às vezes simbolizada em pequenos detalhes, como a invenção do balde “moderno” de Sabino e a imagem sugerida por Eneida de sua funcionária carregando água para dentro de casa, como vimos. Em duas crônicas, porém, essas imagens são construídas referindo-se diretamente à Europa. Na “Agonia da Metrópole” que nos serve de guia, a imagem da cidade desértica é acompanhada pela sugestão da introdução dos camelos, e contrasta com os pardais importados de Paris:

> Ainda não compreendi porquê temos os pardais de Paris nas nossas poeirentas e tísicas árvores, quando falta o camelo do Saara em nossa exsicação. Tivéssemos nós as águas fartas do Sena e aquela abundância de castanheiras e de plátanos, onde os “moineux” se refugiam e vivem, acima do asfalto, a vida bucólica das mais densas florestas!....

A distopia construída a partir da ideia de deserto, com referência ao Saara e às tradicionais populações beduínas, não se referiria a um *atraso*, mas a uma espécie de *retorno* anti-civilizacional, que teria no problema do abastecimento o seu catalizador simbólico. Ao evocar a história dos pardais importados no início do século, como símbolo dos anseios de ser a “Paris Tropical”, o cronista-narrador vê uma antítese entre o passado e futuro nos rumos do progresso: as “poeirentas e tísicas árvores” do Rio em seca nada têm a ver com o modelo europeu das “águas fartas do Sena” e a abundância de árvores em plena urbe. Omite, é certo, o mar que banha o Rio, que nas crônicas de Eneida e Gullar é lembrado como alternativa para refrescarem-se. Mas, mesmo se o tivesse observado, em nada mudaria a situação “beduínica”, já que a comparação se sustenta em uma generalização de precariedades urbanas que formam o quadro, em plena contradição com a representação altamente idealizada da civilização europeia, representada por Paris.

Nas “Parcas Notícias” remetidas por Sabino, o desejo de *europeizar-se* também não se dá na esperança de que o Rio se tornasse civilizado: “Por ora, lhe digo apenas que o invejo e que gostaria de estar em seu lugar, ser delas destinatário e não remetente – pois se não tenho nada contra o Brasil, Deus é testemunha de que muito menos teria contra a Europa”. Nesse caso, porém, trata-se propriamente da constatação de seu *atraso* em relação à civilização europeia, que o leva ao desejo de “estar no lugar” do amigo. Sobressai a ideia de que traçar o caminho da modernidade e do progresso é necessariamente seguir os padrões europeus e, não conseguindo alcançar o resultado esperado de propriamente *europeizar-se*, desenha-se a visão do fracasso do projeto modernizador para o Rio, depois de tantas gestões que utilizaram do discurso civilizatório. Como coloca Nicolau Sevcenko (1998, p. 27), no início do século, esse afã modernizador no Brasil, e no Rio como sua capital e espelho para a nação, deu-se como “ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos”, que acabavam por ignorar a sua complexa singularidade sociohistorica, a exemplo das heranças do colonialismo e da escravidão, como se “pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexo coextensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas”. Já na metade do século XX, os anseios de modernidade e a frustração advinda dessa expectativa, sempre renovada, guardam ainda muito dessas características, já que a imitação e subserviência ao modelo europeu (BARROSO, 2013a, p. 87) continua sintetizando a imagem do progresso como um modelo universal puro, apesar de as próprias imagens urbanas captadas nas crônicas, como a reivindicação popular, trazerem outros elementos que dialeticamente tornam sensíveis as especificidades do caso brasileiro.

Em ambas as crônicas, ao atestar-se as precariedades urbanas do Rio, sugere-se como solução deixar a cidade. Em Pongetti, ela é o “êxodo” para a nascente do rio Paraíba do Sul, remarcando a ideia do retorno ao estágio anti-civilizacional, em especial quando pensamos que se vivia no momento a virada urbana no país, completando, então, a distopia com uma espécie de volta à vida agrária. Já em Sabino, essa é uma fuga individual rumo à utopia da *verdadeira* urbanidade (europeia). Esse Rio é diferente do sonho urbano que, diz Ângela de Castro Gomes (2013, p. 71), “explicava o êxodo rural e a busca das cidades, imaginadas como um paraíso onde havia emprego, moradia com água e luz, além de escolas, cinemas, etc”. Claro que, comparada às áreas rurais, a cidade do Rio oferecia urbanidade e alimentava essa imagem onírica, porém, não é esse

o parâmetro dos cronistas, como vimos. Se para um migrante o Rio poderia ser "a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza", como Lefebvre (2011, p. 102) definiria o ideal urbano, para os habitantes da urbe que conviviam com a falta de água crônica e tinham como referência o "mundo civilizado", essa a sua própria "obsessão", ela se parecia muito mais com a "frustração dos possíveis que permanecem sendo apenas possíveis" (LEFEBVRE, 2011, p. 102), como a espera de que a água saísse das torneiras.

A historiografia da cidade do Rio de Janeiro aponta que o problema do abastecimento de água é uma constante desde os tempos coloniais, geralmente explicada pela dificuldade de produção das águas, ou seja, em razão dos poucos mananciais na região, que ainda estariam sujeitos aos períodos de estiagem. O primeiro sistema de abastecimento da então capital, o Sistema Acari, foi inaugurado em 1880, e buscava resolver o problema tanto da captação quanto da distribuição, já como parte de uma mudança de pensamento em direção à resolução das "questões urbanas", isto é, quando passava-se a compreender que eram necessárias intervenções que viam a cidade em sua totalidade (MARQUES, 1995). Ao longo das décadas seguintes, outros sistemas foram criados ou ampliados, surgindo outros lugares, mais distantes, de produção de águas, acompanhando, mais ou menos, o crescimento demográfico e a expansão constante dos limites urbanos, além de serem criadas tecnologias de regularização, de modo a que o abastecimento não ficasse tão vulnerável à sazonalidade (BRITTO et al., 2016). O Sistema Guandu, enfocado especificamente na crônica de Pongetti, foi inaugurado em 1955, após a transposição das águas do rio Paraíba do Sul e a criação da Estação de Tratamento de Água do Guandu (ETA), e desde então se tornou um dos principais para o abastecimento da cidade do Rio. Entretanto, como se vê, a escassez hídrica perdurava na cidade. Assim, o que se vive no início de 1958 seria, certamente, apenas mais uma crise do problema hídrico mais profundo, mas é explorado pelos cronistas como parte de uma experiência mais ampla, o que lhe dá um peso ainda maior como um índice civilizacional essencial. Teria, por isso, chegado a hora de *deixar* a cidade?

Ainda em fevereiro, Elsie Lessa coloca a questão antes de algumas "Interrogações"[9]:

> Endereço daqui, inquietamente, a sociólogos, estudiosos e pesquisadores, algumas perturbadas interrogações a que até hoje,

[9] *O Globo*, 05 fev. 1958, n. 9742 (única), p. 1 (seção 2).

> sozinha e desajudada, não consegui dar resposta. É sobre certos problemas e aflições desta bela e infeliz cidade do Rio de Janeiro.
>
> Sôbre o problema da água já não falo mais, encerrei as queixas e lamentações, pus a tampa da máquina de escrever como a de um caixão sôbre o assunto e, já que está prometida para 1958, é só mais uma cachimbada de paciência e ver o que nos acontece até lá. [...]

Na verdade, a cronista-narradora faz perguntas a respeito de engenharia, por causa dos desabamentos frequentes de edifícios, sendo o do São Luís Rei o mais recente, mas, *falar que não vai falar* sobre a água é já um elemento para a análise do imaginário. Ao adiantar ao leitor que não abordará o problema, podemos pressupor que esse era um assunto esperado, em especial, quando ela afirma que dele não *continuará falando*, porque, de certo, na sua concepção, já falou demais[10]. Além disso, introduzir citando a questão é já uma forma de não o deixar cair no esquecimento, como se fossem águas passadas, mas, ao manter viva essa memória na crônica, coloca-a como uma nota de resistência diante da questão. Se, como analisa Paul Ricoeur (2007, p. 46), a recordação funciona como a busca por "aquilo que tememos ter esquecido", a cronista procura recordar o problema junto aos seus leitores, que devem reconhecer a perenidade desta questão em sua urbe. Sendo assim, suas palavras, ainda que vagas e usadas negativamente, não são em vão e, além disso, inscrevem-se também na história, pois através desse rastro deixado na memória coletiva, acessível a todos nas páginas do jornal, conseguimos perceber a tônica do problema para os seus contemporâneos, "reavivando" essa memória. Por um lado, a recordação do problema é resistência, por outro, deixa escapar um pessimismo ao abordar com incredulidade as possíveis ações para mitigar o empecilho (como a obra realizada no mês anterior, relatada por Sabino e Gullar). Deixa registrado, de toda maneira, que reconhece ali uma ferida aberta da cidade, não tão simples de ser solucionada.

A crise da água no Rio ganhara até mesmo um "espaço próprio" na primeira página do *Jornal do Brasil*, intitulado "Boletim da falta d'água", destinado a informar os bairros onde havia suspensão do abastecimento, os números correspondentes à vazão da adutora e ao consumo, fornecidos pelo Departamento de Águas da Prefeitura, bem como o número de reclamações recebidas. Os principais bairros relatados eram Copacabana, Leblon, Ipanema, Botafogo e Flamengo. No entanto, bairros situados em

[10] Provavelmente, isso teria acontecido no ano anterior, uma vez que, em 1958, essa é a primeira crônica de Lessa que aborda o tema.

outras zonas sofriam também com alguma frequência, como Santa Tereza, Vila Isabel, São Cristóvão, Grajaú. Note-se, ainda, que não entram na contagem as favelas, onde muitas vezes não havia qualquer tipo de sistema de distribuição de água, sendo, portanto, completamente invisibilizadas quando o assunto é a reivindicação da melhoria de um serviço urbano, e reincidindo sobre elas a ideia da *normalidade* da falta nessas regiões, situadas fora das *áreas civilizadas* da cidade[11]. Poderíamos dizer, assim, que a falta d'água só é abordada como um problema justamente porque é enfocada circunscrita aos bairros nobres, os quais se entende que *deveriam* ter em pleno funcionamento os aparelhos urbanos, dos básicos aos mais modernos, ou seja, deveriam estar mais próximas do ideal urbano.

O Boletim, que foi iniciado em setembro de 1957, teve sua última publicação em 22 de setembro de 1958[12], quando se informa que a seção seria suspensa, após "quase um ano de publicação diária" devido a "estar praticamente normalizado o abastecimento de água da Cidade, conforme assegura o Departamento de Águas da Prefeitura". Admite, porém, "embora não o [desejassem]", ser possível o seu retorno.

A angústia diante da crise intermitente teria ainda, nesse período, algumas notas no estilo de Lessa, como a de Eneida, em julho daquele ano, ao iniciar a crônica intitulada "Alegrias da cidade"[13]: "Fosse eu uma criatura ranheta e jamais falaria das alegrias de nossa mal amada cidade. Viveria de unhas roídas e coração lamuriento contando, por exemplo, que há vinte dias ou mais não há um pingo d'água em minha casa". A ideia de iniciar a crônica, que deveria celebrar a cidade, relembrando os seus problemas, traz uma antítese que marca o seu espaço politicamente, ao afirmar a urgência daquele assunto sem necessariamente aprofundar-se nele, mas de qualquer maneira, não deixando cair no esquecimento o grave problema do abastecimento de água que se prolonga, e assim prossegue ainda: "A quem reclamarei água? O jeito é fazer das tripas coração: comprar latas d'água que a cada dia têm um preço maior e ouvir de minha funcionária a cotidiana queixa". A aparente resignação contrasta com a própria disposição a relembrar o problema e expô-lo, antes de chegar de fato às "alegrias da cidade": "Mas a cidade anda bonita, muitas exposições de pintura", e passa a falar das exposições que ocorrem na AABB e na Biblioteca Nacional, do Salão de

[11] A questão das favelas, também vistas como um problema da cidade pelos cronistas, será abordada no próximo capítulo.
[12] *Jornal do Brasil*, 22 set. 1958, n. 221, p. 1.
[13] *Diário de notícias*, 23 jul. 1958, n. 10947, p. 12.

Arte Moderna. Dessa maneira, a crônica que poderia ser apenas uma agenda cultural da cidade, como a cronista também costumava fazer, passa a ser narrativa dos contrastes urbanos: se a vida cultural denotaria modernidade, a falta de água prolongada denuncia os seus limites no dia a dia.

O Boletim, de fato, não voltou. No entanto, a "normalidade" assegurada pelo Departamento de Águas da Prefeitura é marcada de outra forma pelos cronistas, sendo comum, nos anos seguintes, ler ainda algumas linhas se referindo a ele.

Em março de 1959, Eneida traz em "Saudações cordiais"[14] os seus parabéns à "cidade sedenta" pelo seu aniversário, desejando-lhe, entre outras coisas, "água nas torneiras". Já na metade do mesmo ano, Fernando Sabino inicia "Alternativa"[15], uma crônica que vai pincelando assuntos diversos, com a sua chegada inequívoca ao aeroporto do Rio "verificando que não havia água nas torneiras do 'toilette'". Elsie Lessa, em "Derrubada de Árvores", de 1960[16], dedicada a pensar na importância da vegetação na paisagem carioca, traz, em uma de suas reflexões, que "nesta cidade afligida pelo calor e pela falta d'água, elas são, mais do que em qualquer outra, o próprio símbolo da sombra e do frescor". Essas pequenas observações são algumas de muitas, e mostram não só que o problema não acabou, como continuava incomodando, entranhado na vida urbana carioca, ao qual bastava apenas fazer uma menção para se fazer entender. Porém, parecia não valer mais à pena dedicar-lhe uma crônica inteira.

Todas essas crônicas, afinal, não só reavivam a memória do problema, como criam elas mesmas uma memória da cidade que marca a questão politicamente: se o problema persiste, ele deve continuar figurando nas narrativas urbanas, até que seja resolvido. Nesse viés, as crônicas contrapõem o sentido em geral efêmero que o jornal carrega quando substitui pautas para captar o leitor por aquilo que é novidade. Ao contrário, os cronistas vão chamar a atenção desse mesmo leitor ao ativar-lhe a lembrança do problema, entendendo, assim como assinala Paul Ricoeur (2007, p. 71), que a memória é "exercitada" e que lembrar-se significa " 'fazer' alguma coisa". Sendo assim, a ação de *buscar* constantemente essa lembrança teria como sentido, propriamente, manter o assunto sendo pautado, atrelado incomodamente à própria imagem da cidade, da mesma forma que ele incomoda cotidianamente a população.

[14] *Diário de Notícias*, 04 mar. 1959, n. 11134, p. 9.
[15] *Jornal do Brasil*, 29 jul. de 1959, n. 175, p.7.
[16] *O Globo*, 07 out. de 1960, n. 10562 (única), p.3 (seção 2).

Evitam, com isso, a normalização da questão, o seu *esquecimento* diante de outros tantos problemas, e destacam a possibilidade sempre aberta da reivindicação política pela sua resolução.

É interessante observar como nas crônicas onde o assunto era tratado com maior fôlego, vê-se claramente os bairros da zona sul – em especial Copacabana e Ipanema, por serem onde moravam aqueles cronistas – essa que era tida como a área mais valiosa da cidade. As constantes falhas no abastecimento deviam ser uma mácula para a área cuja urbanização se deu seguindo o discurso higienista do fim do século XIX, que recomendava os "ares salubres" do oceano para evitar doenças, em especial as pulmonares (O'DONNEL, 2013, p. 32-33), mas que, na metade no século XX, ainda não tinha resolvido o problema da distribuição domiciliar do item básico de higiene. No entanto, nas crônicas onde o problema é apenas mencionado, as quais se tornam mais comuns em 1959 e 1960, a questão hídrica perde essa localização mais exata, como se passasse a afligir o Rio como um todo, e é essa a imagem que vai permanecer, portanto, na virada da década.

Uma questão, que vale ressaltar, é a que levanta Britto et al. (2016) a respeito dos mecanismos de acesso ou exclusão à água construídas historicamente: quais são as regiões que de fato têm investimento em fornecimento hídrico? A chamada "escassez hidrossocial" deve ser levada em conta ao analisar os esforços de abastecimento governamentais, pois muitas vezes usa-se o discurso da "escassez natural" para justificar a desigualdade da distribuição – daí, por exemplo, a invisibilidade da favela a respeito do abastecimento. No entanto, o que viemos acompanhando não se enquadraria nessa situação, uma vez que as falhas no abastecimento são vistas justamente em áreas valorizadas, levando-nos a crer que Sabino não estava errado ao afirmar que "cano tem; falta é água", e seria, assim, realmente o caso de falhas na produção de água. Isso não significa negar a escassez hidrossocial na capital, mas dizer que ela não aparece na perspectiva dos cronistas nesse contexto.

Essa condição ressalta ainda mais – nas crônicas sobre a água, mas também, como veremos, naquelas sobre os demais problemas da cidade – a maneira como a classe a que pertencem os cronistas influencia a sua visão das questões urbanas e, por conseguinte, vai influenciar nas imagens representativas da cidade que eles constroem. Afinal, como Walter Benjamin (1989) analisara, a produção da arte condicionada ao

mercado, típica da sociedade capitalista, faz com que o artista seja influenciado pelos valores da classe a que a obra se destina, ou seja, a que pode pagar por ela. Nesse sentido, o artista adere a essa classe, passando a até mesmo a usufruir de certos privilégios próprios a ela. No caso dos cronistas do Rio da década de 1950, isso se veria principalmente pelo lugar de moradia, os bairros de maior status social de então, e a partir dos quais vai se desenhar a "cidade desértica".

Uma crônica de Elsie Lessa, de agosto de 1959, pode nos ajudar a perceber como funcionou essa imagem no contexto da mudança da capital. Após visitar as obras no Planalto Central, a cronista publicou uma série de crônicas louvando o empreendimento, das quais uma é "Visita à água e ao Catetinho"[17], que já começa com uma boa provocação:

> Todo carioca é um recalcado diante do problema da água, que lhe escasseia nas torneiras. Assim, não faço outra coisa a não ser perguntar por ela, em Brasília. Não irá faltar? Onde estão os encanamentos? Quanto caberá por pessoa nessa cidade planejada para 700 000? E principalmente, de onde virá essa água abençoada e redentora? Sossegam tôdas as minhas inquietações, com mapas, estudos, estatísticas. Os encanamentos estão ali, do lado da estrada, fora do asfalto, à margem dêle, para ficar mais fácil nêles mexerem, se houver necessidade, um dia. Nada de crateras e entranhas de canos revolvidos. Caberá a cada pessoa 500 litros por dia, mais do que a mais alta média em geral concedida nas cidades em que há fartura de água. Chega? Acho que sim. [...]

Fala ainda do lago, de como farão para o encher, de como será importante na paisagem da nova capital e para "refrescar" os jovens, mas já não traça paralelos com o Rio. A pesquisa sobre o abastecimento da nova capital nasce propriamente da vivência da cronista no Rio de Janeiro "recalcado" porque a água "escasseia nas torneiras". Suas questões são de natureza técnica, mas visam a garantir que Brasília cumpra realmente com o ideal de progresso a partir do qual é construída, tornando-se ícone de urbanização em todos os quesitos, inclusive no fornecimento de água. Sabendo que isso pode se tornar um grande problema em uma grande cidade, procura compartilhar com seus leitores o "sossego" que sentira ao receber as informações e afirma a superioridade do projeto da nova capital a partir do seu contraponto com o Rio de Janeiro.

[17] *O Globo*, 28 ago. 1959, n. 10220 (matutina), p. 1, (seção 2).

As imagens das duas cidades-capitais encontram-se, assim, interconectadas: a cronista-narradora "sossega-se", numa crônica a princípio dedicada a Brasília, mas por uma inquietação que lhe vem dos problemas cariocas. Tudo ocorre como se a nova capital fosse, de fato, projetada para "resolver" os empecilhos urbanos da velha capital, enquanto esta parece simplesmente condenada ao "recalque". São, então, imagens trabalhadas em conjunto, mas com base em um jogo de oposição, isto é, na *alteridade* criada entre as duas cidades. Como ressalta Stuart Hall (2016, p.140), a representação que se baseia na diferença "envolve sentimentos, atitudes, emoções e mobiliza os medos e ansiedades do espectador", no caso, dos leitores, de forma complexa, o que podemos perceber na crônica já na primeira frase dirigida à insatisfação dos cariocas diante do constante problema, e que, por isso, nem precisaria ser detalhado para criar o par binário que constrói o texto: o Rio ultrapassado *versus* a Brasília modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, também fica nítido o que Hall (2016, p.155) analisa acerca da binaridade na representação da alteridade, de que ela opera a partir da ideia de um polo dominante, positivo, e outro polo é visto apenas como o seu oposto, negativamente. Assim, Brasília aparece como o polo dominante sobre o Rio, este abordado apenas por aquilo que ele *não* conseguiu oferecer aos seus citadinos. Nitidamente, tal representação se faz em prol da propaganda da nova capital – planejada para 700 mil pessoas que deverão ter, cada uma, direito a 500 litros de água por dia, "mais do que a mais alta média em geral concedida nas cidades em que há fartura de água". No entanto, isso não significa um "descrédito" ao seu discurso sobre o Rio, já que ele se encontra, na verdade, em total consonância com uma representação que já parecia consolidada no imaginário social. Assim, utiliza dos próprios sentimentos negativos despertados com o problema da água na cidade carioca para aprofundar a alteridade entre a antiga e a nova capital.

O que os cronistas nos apontam, porém, é que a questão hídrica, que oferece a metáfora mestra da crônica de Pongetti, a "cidade desértica", é apenas a porta de entrada para ver os demais problemas da cidade e suas possibilidades de relação com Brasília.

2.2. *Na multidão,* o trânsito e os problemas de deslocamento pela cidade

Se o problema do abastecimento era um velho conhecido do carioca, a próxima "agonia" elencada por Pongetti não tinha uma história tão longa.

> De dia é o inferno do tráfego, a luta contra o relógio, contra os motoristas [...] contra o ar empestado pelas descargas dos automóveis e contra o mau-humor de todo um povo contrariado nos seus direitos mais ínfimos... [...] [Cidade] onde se sai de casa com uma hora de antecedência para uma visita a dez quilômetros; onde os passageiros dos bondes são tristes como bois conduzidos ao matadouro.

A descrição parece nos oferecer uma imagem nítida do que é considerado um dos problemas mais comuns das grandes cidades modernas, o trânsito intenso causado pelo deslocamento constante dos habitantes. Embora pareça fácil entender por que essa era uma questão que merecia destaque na imagem da "cidade moribunda" da distopia carioca, ao percorrer a cidade pelos olhos dos cronistas encontramos elementos que a princípio não seriam tão simples de perceber, além de procurarmos buscar que outras representações são nutridas a partir dela naquele contexto.

Dois meses antes da crônica de Pongetti, Rubem Braga descrevia, no *Diário de Notícias*, um dia no trânsito carioca em "Os palhaços"[18]:

> Os guardas-noturnos estão zangados porque seus [ilegível] comparados a panelas de pressão e também porque há grupos de rapazes que quando êles apitam gritam - "goooooooal".
>
> É que quase não há mais folga para brincadeiras no ambiente do Rio. O carioca, outrora alegre e gentil, anda grosseiro e irritadiço. Sai de casa pela manhã como quem sai para uma briga; mantém para com o colega de ônibus ou lotação uma atitude de "neutralidade antipática" e, para com o motorista ou cobrador, de "beligerância em potencial". Não cede o lugar a nenhuma senhora e [ilegível] a tese de que tôdas as senhoras e senhoritas vão à cidade apenas para comprar um carretel; e quando cede lugar a uma dama bonita acha que adquiriu com isso o direito de ser louca e imediatamente amado pela mesma.
>
> O "choffeur" considera todo colega um "barbeiro" e todo pedestre um débil mental com propensão ao suicídio. O "garçon" irrita-se porque o freguês tem a [ilegível] de lhe pedir alguma coisa, e cada freguês acredita ter o privilégio natural de ser servido em primeiro lugar. Em suma: o próximo, a quem outrora chamávamos de "cavalheiro", é hoje um "palhaço".
>
> Ainda ontem eu vinha para casa num táxi e êste quase se chocou com um carro particular. Quase ao mesmo tempo vieram os dois gritos:
>
> - Palhaço!
>
> - Palhaço!

[18] *Diário de Notícias*, 18 jan. 1958, n. 10793, p.2.

> Confesso que eu mesmo, que não entrei na conversa, me senti também um pouco palhaço. Ou pelo menos um membro do circo – este vasto circo de neurastênicos.

Do ponto de vista de um pedestre, constante passageiro dos ônibus, lotações e táxis, o cronista-narrador descreve os personagens envolvidos no trânsito carioca, desde os tipos de passageiros aos motoristas. A linha que conduz a narrativa é a observação do seu comportamento em comum, resumido na "grosseria" e na "irritação", delimitada nas relações que são estabelecidas no cotidiano do tráfego.

Em vez do fluxo de veículos ou das condições de infraestrutura da cidade, Braga opta por tratar das relações humanas partindo da observação do que se considera uma mudança de comportamento. À "neutralidade antipática" e à "beligerância em potencial", contrapõe um passado definido apenas como "outrora", em que o carioca teria sido "alegre e gentil", fazendo referência ao estereótipo a ele atribuído. Por isso, a narrativa sublinha que o trânsito torna o Rio um "vasto circo de neurastênicos", em que o xingamento "palhaço", usado pelos motoristas, é ampliado pelo cronista-narrador para mostrar como esse comportamento de irritabilidade é generalizado e vitimiza a todos. Seria essa uma marca do trânsito ou da cidade?

Não se pode ignorar que, na metade do século, a relação entre vida urbana e estresse já era uma constante no imaginário sobre a cidade, sobretudo a grande cidade. O clássico texto de Georg Simmel, *A metrópole e a vida mental*, datado de 1903, já trazia esse elemento, afirmando que "a convergência de imagens em mudança, a descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões súbitas", ou seja, a "intensificação dos estímulos nervosos" vivida no cotidiano da metrópole gera "as condições psicológicas" do indivíduo (SIMMEL, 1979, p. 12), que, tentando não sucumbir diante dessa violenta superestimulação, reage ora com aversão ora com indiferença, como na atitude *blasé*. É nesse espectro de compreensão também que João Manuel Mello e Fernando Novais (1998, p. 574) chamam a atenção para como o Brasil se tornava, naquele momento, "uma espécie de paraíso para a indústria farmacêutica" porque, além da persistência das "doenças do atraso", agora também se sobressaía na busca pelos remédios para curar as "doenças do progresso", como as cardiovasculares, a hipertensão, as úlceras de estômago e as gastrites, e o estresse, todas associadas ao ritmo de vida intenso das grandes cidades e a quadros de irritabilidade.

Duas crônicas, em especial, que não tratam do trânsito, nos ajudam a ver como essa imagem já era forte na capital federal. A primeira, de Henrique Pongetti, publicada no fim de janeiro de 1958, clama por "Uma nova piedade"[19]:

> Caminho pela rua silenciosa e deserta desta cidade montanhosa com o pensamento voltado para os que ficaram prisioneiros da promiscuidade e do alarido. O mundo moderno criou uma piedade específica: a piedade geocristã, a piedade pelos que caíram na engrenagem de uma imensa metrópole e nela ficam presos numa ratoeira gigante, o corpo com equimoses dos esbarros, os ouvidos feridos pelos gritos, as narinas ardidas pelas emanações das máquinas, os olhos apostemados por todas as imagens da violência competidora, o coração doído de tantos sonhos de fuga frustrados, de tantos choques contra as paredes do cárcere. Pois é mais fácil fugirmos puros e incólumes de Sodoma do que da imensa cidade onde predemos à nossa perna a bola de ferro dos interêsses e do fatalismo. E so temos no bôlso a chave da última porta a abrir, não temos às vêzes a coragem de transpô-la. E se a transpomos, o hábito do martírio nos faz voltar para o seguimento do nosso destino masoquista. [...]
>
> Nos primeiros dias o silêncio e a solidão nos parecem fazer mal, como certos remédios heróicos causadores de reações alarmantes antes de produzirem a cura. O encontro conosco mesmos, depois de tantos anos de desencontros é constrangedor. Se nos víssemos pela primeira vez ao espelho, já macróbios, nosso pasmo seria igual. [...] Tomamos posse de nossa verdadeira personalidade cautamente, como se nos estivéssemos querendo passar um conto do vigário.
>
> Rapidamente nos afeiçoamos ao que a solidão e o silêncio nos devolveram. Mas, nas primeiras noites, nosso sono é agitado. O silêncio puro, absoluto, da chácara, bate nos nossos ouvidos e no nosso espírito como o tabefe de um clarim. [...]
>
> Entro na avenida deserta onde, de longe em longe, um transeunte ou um carro espanta os pássaros à cata de comida ou de material de construção nas calçadas ou nos paralelepípedos do leito. As magnólias perfumam o oxigênio, os rumores distantes rodam em volta do silêncio sem o ferir, como se o quisessem acentuar, dar-lhe a medida aos nossos ouvidos. Sou absolutamente feliz. Mas eu sei que levarei, no dia certo, a minha perna à bola de ferro que me espera na cidade imensa, que de tôdas as piedades a de que mais careço é a piedade do meu tempo, a piedade geocristã.

O cronista-narrador ensaia um *flanar* na pequena cidade que visita, procurando naquelas ruas a sua "alma", tal como se acostumou a ver na cidade grande. Seu caminhar segue essa busca como entendendo que "a rua ganha vida a partir do momento em que ela influencia e reflete o indivíduo, ela é o espectro daquele que a habita, portanto o reflexo das massas" (BARROSO, 2013a, p. 71). E o que ele percebe sobre

[19] *O Globo*, 23 jan. 1958, n. 9730 (matutina), p. 3.

ela nesse flanar é, sobretudo, o que se destaca pela oposição à grande cidade que lhe é trazida à memória: à "promiscuidade" e ao "alarido" contrapõem-se a "rua silenciosa e deserta" pela qual passeia. No entanto, mesmo fisicamente deixada para trás, é a cidade grande que continua a ser foco da sua reflexão, tal é a discrepância percebida com essa outra cidade. A oposição ocorre usando principalmente do imaginário em torno do campo e da cidade, trazendo os elementos da vida "tranquila" do primeiro contra a "agitação" e a "imoralidade" do segundo, no mesmo sentido, portanto, do que Raymond Williams (2011) percebia na literatura inglesa do século XVIII, que calcava o imaginário da vida urbana ligada à corrupção. O cronista-narrador chega ao ponto de considerar a vida em Sodoma, cidade bíblica símbolo dos mais perniciosos pecados, menos danosa que na "imensa cidade". Vemos, porém, que ao longo da crônica o maior problema não seriam os ditos "pecados capitais", mas a agitação infundada da urbe, a qual não é descrita em termos específicos, apenas evocada no "alarido", nos "esbarros", "gritos", "emanações das máquinas", a "violência competidora", imagens captadas na personificação das ruas, assim como nas crônicas d'*Alma encantadora das ruas*, de João do Rio, no início do século, que trazem à tona "o dilaceramento do tecido social urbano" (BARROSO, 2013a, p. 54).

Essa grande quantidade de estímulos do cotidiano urbano é evocada como um tormento que faz criar esse novo tipo de "piedade geocristã", colocando os citadinos em uma posição digna de compaixão, vendo na vivência urbana o martírio do século XX, tal como Simmel (1979, p.11) apontava: porque ela "esmaga" o indivíduo, que tem que lutar para "preservar a autonomia e individualidade de sua existência". O que o cronista-narrador sente quando chega na cidade pequena, a anti-metrópole, é um estranhamento do "silêncio" e da "solidão" ali disponíveis, em oposição à agitação urbana, mas acaba encontrando nelas também liberdade, pois possibilitam o reencontro do indivíduo consigo mesmo. Assim, a modernidade vivida na grande cidade é fonte de perturbação mental, mas não tem suas consequências totalmente percebidas até que outro cotidiano é vivenciado. De qualquer forma, o cronista-narrador resigna-se, sabendo que voltará à "cidade imensa", e apresenta a imagem do prisioneiro, com a "perna à bola de ferro", explorando, assim, como essa modernidade é, na realidade, o contrário da ideia de emancipação humana.

A segunda crônica, de Dinah Silveira de Queiroz, focaliza o Rio como "A cidade que não dorme"[20]:

> Ontem entrei numa farmácia e ouvi falar a sabedoria de um vendedor:
> - "Há mais de trinta anos que trabalho neste ramo. Quando comecei, todo mundo tratava do sangue. Dos depurativos aos fortificantes, a preocupação era sempre a mesma. Depois veio a fase da penicilina. Aqui mesmo funcionou um ambulatório. Penicilina resolvia tudo. Raríssimos agora são aquêles que tomam esse antibiótico. Vi muita droga chegando, muita moda em remédios passar com uma rapidez mais espantosa do que a voga de saias curtas ou compridas. No ano passado era a Geléia Real, sob várias encarnações, que remoçava. Agora, é a Novacaína. Só uma coisa há que a cada dia se vende mais: a droga contra a insônia. 'Tranqüilizantes' ou 'hipnóticos' – tudo serve. Neste mês, o grosso desta venda foi para dar sono à freguesia. Ninguém mais dorme naturalmente!"
> Fiquei aterrorizada. Aí estava a prova da angústia da cidade. A droga que mais se vende... é a que combate a insônia. Entrevi milhões de pessoas revolvendo-se na cama, cuidando em lancinantes problemas pessoais e fiquei em pânico.
>
> [...]
>
> Naquela noite, como me deitasse mais tarde, abri a janela e vi num ponto e no outro, luzes acesas. Pensei nas almas em inferno, nas pessoas que ficavam remoendo seus aflitivos casos de consciência, de falta de dinheiro, de amores contrariados. Cada luz acesa parecia ser a presença de um daqueles fregueses do implacável farmacêutico – que sabe que sua pílulas tranqüilizam... mas ó até a próxima novidade.

A conversa com o farmacêutico funciona como um histórico das doenças na cidade, mostrando tanto uma certa hipocondria levada pelas modas, quanto o percurso no rumo das "doenças do progresso", no qual a insônia se inscreve. No entanto, nesse caso, é menos o "progresso" como modernização que aparece do que o seu elemento fantasmagórico, na sociedade capitalista, da busca incessante pelo novo, percebida na criação dos novos remédios e suas modas. Nesse sentido, fica claro que "o moderno não é progresso" (BUCK-MORSS, 2001, p. 126), se tomado, agora, no sentido emancipatório, pois ao mesmo tempo em que aparecem sempre *novidades* em tratamento, os problemas também se recriam, sem deixar de estarem ligados à vida urbana. Tanto que a cronista-narradora não busca pela raiz dessa enfermidade generalizada para além da confirmação do que ela descreve como "angústia da cidade". Talvez não fosse preciso mesmo descrevê-las ao seu público leitor, preferindo assim abordar a sua própria aflição diante da população doente. Quando ela abre "a janela e

[20] *Jornal do Commercio*, 26 ago. 1959, n. 278, p.6.

[vê] num ponto e no outro, luzes acesas", e põe-se a pensar "nas almas em inferno", imaginando "seus aflitivos casos de consciência, de falta de dinheiro, de amores contrariados", a cronista-narradora procura ver os indivíduos dentro da cidade enferma. Mas isso significa que não sejam problemas advindos da experiência urbana, já que afirmara sua certeza da angústia nela inscrita?

Ambas as crônicas acabam por apresentar imagens pouco específicas do que consideram *doentio* na cidade, mas, é claro, podem reforçar *outras* imagens, como as dos "Palhaços" de Braga, por fim, imersos nela, e também as que seriam construídas por Elsie Lessa alguns meses depois, em "Casos e coisas do Rio"[21].

> Gosto de pensar num Rio passado a limpo. Sem sujeira nem buracos nas ruas, com água nas torneiras, areia nas praias, crianças nas escolas, bom-humor e educação no povo. Duas coisas que já [não] existem, ou ainda não existem, não sei. Se não, cheguem até a primeira esquina e vejam. Os motoristas não obedecem aos sinais, mas, em compensação, nem os pedestres. E ficam uns embaixo dos outros, com chôro, lágrimas e ranger de dentes. Quando não se precipitam, uns dentro dos outros, pelas paredes das casas adentro, como ainda mês passado, ali na esquina da Princesa Isabel, quando um ônibus ficou três ou quatro dias inteiros à luz deste sol que nos alumia, engavetado açougue adentro. E se ainda há casas de pé, carros trafegando e gente viva, deve ser puro milagre do bom Deus.
>
> Eram essas, em tom vário, as considerações que fazíamos alcandorados na preguiça e nos feriados da serra sobre a cidade cá embaixo.
>
> Minha amiga "choffeuse" não tinha muitas queixas. Um que outro para-lamas amassado, avanços de sinal, coisa de somenos. Só o que ela não suporta é a buzina. Comungamos na mesma antipatia, eu, ela e o colega Floresta de Miranda.
>
> Só que essa môça reage com métodos próprios.
>
> Buzinem atrás do seu Peugeot, e êle para. Pode dar sinal verde quanto quiser ou interromper o tráfego. Ela fecha o resto e a chave do carro, desce dêle e vai ao buzinante:
>
> - Môço, quero lhe contar um caso. Tá vendo aquêle Peugeot azul, ali em frente? Carrinho bom, trabalhador. Só não pode é com buzina. Buzinaram perto dêle, o motor enguiça. Não há partida, não há acelerador que o leve para frente. É um burro empacado. O senhor não viu que êle ia andando direitinho, a 50 por hora, conforme manda a boa educação? (O homem tinha visto) Estava parado no sinal, uma lindeza, com o motor funcionando. Foi o senhor começar a buzinar, e êle parou. Esta essa avenida toda enguiçada por causa dêle, por sua, por nossa causa. O senhor vai experimentar não buzinar, não fazer barulho, espera um pouco e êle sai andando. Andaremos eu, êle, o senhor, essa fila tôda parada, aí atrás. Experimente que vale a pena.

[21] *O Globo*, 10 abr. 1958, n. 9794 (única), p. 1 (seção 2).

> Em geral, eles experimentam.
>
> E aí fica o caso, como contribuição à campanha contra o ruído.
>
> O outro, também de tráfego, de motoristas cariocas, é muito comprido e fica para amanhã.

A crônica de "amanhã", infelizmente, não veio[22]. Mas as suas considerações iniciais e o caso da "amiga 'chofeuse'" trazem já elementos interessantes para adentrar a cidade estressante e seu trânsito. Assim como em "Os Palhaços", aqui também não se levantam possíveis questões de infraestrutura urbana, sendo o comportamento do carioca no trânsito a principal questão, visto também pela falta de "bom-humor", somado à falta de "educação no povo". Os elementos que a fazem perceber isso são a desobediência às leis de trânsito, em especial à sinalização, o que leva à imprudência e, inevitavelmente, aos acidentes. Se na crônica de Braga esses aparecem como iminentes, na de Lessa há a concretização, com a narração do caso do ônibus engavetado no açougue "ali na esquina da Princesa Isabel". O tom de Lessa, mais indignado, leva mais longe a aflição: "E se ainda há casas de pé, carros trafegando e gente viva, deve ser puro milagre do bom Deus". De toda maneira, em ambos os casos trabalha-se sobre o imaginário do estado cultural de barbárie do povo, de sua irracionalidade para viver a vida moderna. Trata-se dos mesmos traços que Ângela de Castro Gomes (1998) ressaltou na leitura de intelectuais do início do século XX (principalmente Oliveira Viana, que viria a influenciar tantos outros) que justificavam o Estado centralizador, pois o povo não teria capacidade de decidir seu futuro. Tal estado de barbárie teria raízes, segundo essas leituras, ainda na permanência de uma cultura colonialista, portanto, antimoderna, o que seria um grande empecilho à modernização tanto do Estado quanto da vida cotidiana, ou seja, à busca pela *urbanidade*. É essa imagem que ainda reverbera na metade do século, uma vez que as promessas da modernidade plena, política, econômica, social e cultural, continuavam sendo apenas promessas e era preciso encontrar razões para explicar o permanente atraso.

Uma diferença que deve ser notada em comparação à crônica de Braga, é que nos "Casos e coisas do Rio" a cronista-narradora não assume que o carioca teria sido mais civilizado, bem-humorado e educado, em algum momento passado, preferindo a

[22] Elsie Lessa costumava publicar às quartas e quintas, em 1958. "Casos e coisas do Rio" foi publicada numa quinta-feira, logo, esse "amanhã" não poderia ser levado ao pé da letra. No entanto, nas semanas seguintes não há publicação de sua sessão e, quando ela retorna, já no fim do mês (24 de abril), a crônica já não trata do trânsito.

dúvida: “duas coisas que já [não] existem, ou ainda não existem, não sei”. Nega, assim, a idealização de uma civilidade anterior ao momento atual, e deixa em aberto a possibilidade de que essa possa vir a ser uma característica adquirida no futuro. Se a questão a partir da qual se discute é o trânsito, e não há a construção de qualquer perspectiva de que seja possível *acabar* com o fluxo diário de veículos, então assume-se que se possa *controlá-lo*.

No entanto, nesse contexto, a história de como a amiga lida com a falta de educação no trânsito, que ali aparece como a perturbação do ruído da buzina em uma situação de congestionamento, é um alívio cômico, que demonstra uma forma mais *bem-humorada* de convivência, quase usada como exemplar, mas que em nada altera a visão aflitiva do tráfego.

Em ambas as crônicas, o que domina é a tensão generalizada, remetida inclusive ao transporte coletivo rodoviário, os ônibus, lotações, estes que representavam grande parte dos veículos que circulavam no Rio de Janeiro no fim da década de 1950. Ramon Brandão (2011, p. 21) levanta que nesse período, apenas 1% da população tinha automóvel, devido ao seu alto custo, assim, “para se locomover pelas cidades as pessoas tinham obrigatoriamente que utilizar o transporte coletivo”, transporte esse que contava ainda com os bondes e trens do século anterior, mas que passam a ser cada vez mais negligenciados em favor do transporte rodoviário, transição que começa a se efetivar após a Segunda Guerra Mundial.

Jorge Mattos (2018, p. 10) aponta que nesse período os ônibus automotores tornaram-se “o principal meio de transporte, não mais como complementar [aos bondes e trens], mas um sistema organizado”, com grande número de empresas privadas e diversidade de itinerários, que se beneficiaram inclusive do crescimento urbano desregulado, o que dificultava a expansão das linhas férreas. Outro tipo de transporte que ascendeu foram os chamados “lotações”, veículos menores (tinham entre 10 e 21 lugares) que ganharam espaço também no período pós-guerra, e “eram operados por motoristas autônomos e sem itinerário fixo, até o início dos anos de 1950” (MATTOS, 2018, p. 07). No fim da década, os lotações já circulam com itinerário organizado, porém, são ainda de iniciativa particular. Assim, é preciso reorganizar a imaginação do leitor do século XXI para compreender o volume do tráfego do Rio de Janeiro e suas consequências no imaginário da metade do século XX, quando o plano de

nacionalização da produção de automóveis de JK tinha apenas iniciado nas cidades o *boom* automobilístico, que viria a se consolidar na década de 1960[23].

Naquele momento, um dos assuntos mais comentados a respeito do trânsito era a proposição, pela Prefeitura, da "Operação Copacabana". No *Diário de Notícias*, ainda em 10 de janeiro, publica-se entrevista com o diretor do Serviço de Trânsito, Major Antônio João, que apresentava essa operação como proposta para "o descongestionamento do tráfego do Distrito Federal", ainda sem detalhes[24]. O *Jornal do Brasil* foi o que mais acompanhou o processo de implantação da ação, fazendo mesmo campanha a seu favor. Em março, o JB a apresenta como um plano para a melhoria do transporte para os moradores da zona sul, o que deveria ser feito com "distribuição equitativa dos lotações, de acôrdo com as áreas habitadas"[25], já deixando claro que o seu foco era esse tipo de transporte. Nos dias subsequentes, publica o apoio à Operação, trazendo a visão de grupos, como associações de moradores, bem como a opinião técnica de um engenheiro e até mesmo o posicionamento favorável do Presidente da República (mesmo que este só apareça no título da matéria)[26]. Se, realmente, o foco central da ação era a organização do transporte coletivo rodoviário, alterando, por exemplo, os pontos de partida, isso amplia nossa noção da importância dos ônibus e lotações, constantes nas crônicas, na vida da cidade naquele momento, ao menos na rota Centro-Zona Sul, onde a operação se concentrava, bem como as narrativas dos cronistas. E essa seria, de fato, a área mais afetada pelo transporte rodoviário, em razão de ter urbanização mais antiga e cuja população residente tinha maior poder aquisitivo, como ressalta Ronaldo Duarte (2003, p. 98) – nos bairros suburbanos, o trem continuava sendo o principal transporte utilizado no deslocamento dos cidadãos para as áreas centrais, o que contribuíra, inclusive, para a sua associação, no imaginário urbano

[23] Essa "nacionalização" estava prevista na Meta 27 do Plano de Metas de JK, e incentivava empresas privadas estrangeiras a produzirem e montarem seus veículos no Brasil, o que contribuiu para a diversificação da produção automobilística no país, bem como barateou o custo final ao consumidor, já que anteriormente os carros eram importados e as poucas iniciativas nacionais de produção de veículos ou estava concentrada nas mãos de particulares ou acontecia esparsa e pontualmente por iniciativa da Fábrica Nacional de Motores (FNM), criada no Governo Vargas (Cf. FARO; SILVA, 2002; BRANDÃO, 2011).

[24] "Escassez de guardas é o grande problema do Serviço de Trânsito", *Diário de Notícias*, 10 jan. 1958, n. 10786, p. 2.

[25] "Prefeito voltou ao Leme e prometeu, entre outras, a Operação Copacabana", *Jornal do Brasil*, 12 mar. 1958, n. 57, p. 9.

[26] Notícias: " 'Amigos do Leme' estão de acordo com 'Operação Copacabana', diz General", *Jornal do Brasil*, 15 mar. 1958, n. 60, p. 11; "Operação Copacabana vai disciplinar tráfego no Sul e Centro, diz engenheiro", *Jornal do Brasil*, 14 mar. 1958, n. 59, p. 11; "Presidente da República á favorável à 'Operação Copacabana', revela Major", *Jornal do Brasil*, 13 mar. 1958, n. 58, p. 11.

local, a um baixo status social (DUARTE, 2003, p. 95). Nesse sentido, é interessante ainda dizer que o Serviço de Trânsito estenderia a "Operação Copacabana" para outros bairros, como a Tijuca e o Leblon, com a "Operação Zona Sul", e ainda haveria a "Operação Zona Norte", para contemplar aquela região, no entanto, estas não tiveram tanta repercussão quanto aquela que originou esse tipo de intervenção no tráfego, além de, aparentemente, terem ainda demorado a se efetivar[27].

A própria "Operação Copacabana", não foi, porém, logo posta em prática. Em julho, já sob a administração de um novo prefeito, Sá Freire Alvim (julho/1958 – abril/1960), que substituíra Negrão de Lima (1956-1958), o assunto é retomado e o *Diário de Notícias* publica na sua "'Ênquete' relâmpago": "Nem todos concordam com a Operação Copacabana", em que os entrevistados opinam, mostrando a sua vivência, sobre a eficiência da ação[28]. No mês seguinte, a Operação se inicia e toma conta da primeira página de muitos jornais. N'*O Globo*, o destaque vai para as "Sabotagens e prisões na 'Operação Copacabana'"[29]; no *Jornal do Brasil*, a manchete informa, "Começou a Operação 'Copacabana': polícia vigia"[30]; no *Diário de Notícias*, "Três mil policiais garantem a "Operação Copacabana"[31]; e no *Jornal do Commercio*, que tinha a primeira página reservada aos assuntos internacionais, aparece uma nota na página 04, "Cêrca de 3 mil policiais na 'Operação Copacabana'"[32]. Pelo contingente de segurança movido na ação, que os jornais destacam, é possível perceber que a sua execução demandaria um grande esforço público, e que talvez não fosse exagerado da parte dos cronistas a descrição de uma atmosfera de insegurança no que se referia ao trânsito.

Diante dessa disputa entre ônibus e lotações, quando a Operação está sendo executada, Elsie Lessa apresenta, numa "Extravagância"[33], outra visão:

> Não era só porque eu tivesse amanhecido com disposição para fazer coisas esquisitas. É que o bonde parou mesmo à minha frente e me

[27] Logo depois do início da "Operação Copacabana", o JB já anunciava a intenção de ampliação dessa ação, na notícia, colhida junto ao gabinete do Diretor do Serviço de Trânsito, intitulada "Trânsito ainda não cogita de executar Lei da Buzina: Operações têm prioridade" (31 ago. 1958, n. 203, p. 17). Se nela informava-se que a primeira a ser realizada seria a "Operação Zona Norte", vemos mais de um ano depois, por exemplo, no *Diário de Notícias* de 05 de novembro de 1959 (n. 11342, p. 13), que ainda havia muito a ser feito: "Operação Zona Norte: planos só em dezembro".
[28] *Diário de Notícias*, 29 jul. 1958, n. 10952, p. 17.
[29] *O Globo*, 26 ago. 1958, n. 9911 (única), p. 1.
[30] *Jornal do Brasil*, 26 ago. 1958, n. 198, p. 1.
[31] *Diário de Notícias*, 26 ago. 1958, n. 10976, p. 9.
[32] *Jornal do Commercio*, 26 ago. 1958, n. 275, p. 4.
[33] *O Globo*, 13 out. 1958, n. 9952 (vespertina), p. 1(seção 2).

conduziria ao lugar do meu destino. Sentei-me no último banco, aquêle em que o passageiro vai de costas, apreciando a paisagem deixada atrás da sua rota. Transformei-me em turista com essa simples providência. Era uma Copacabana, uma cidade que eu não conhecia, ao vento fresco da manhã, uma visão inesperada de ruas que eu, há tantos anos não contemplava desse ângulo, a esse ritmo vagaroso e rangente com que o bonde deslizava de manso pelos trilhos. Veículo mais sensato, com os seus velhos bancos de madeira, lavado da fresca dos ventos, lento e confortável. É que eu não tinha livro, nem jornal, mas, se tivesse, seria uma delícia lê-los, se a paisagem não me apetecesse tanto, mais a novidade da descoberta da Avenida Copacabana, atravessada devagar, sem sustos, dentro daquela velha gaiola rangente e aberta. É dizer que tem as suas horas contadas! Os urbanistas vão me ponderar que é um absurdo, uma burrice, uma insensatez aquêle "adefesio" de rodas, prêso nos trilhos, pesadíssimo, emperrando o tráfego. É. Passou a sua hora, essas nossas avenidas de meia pataca não dão vazão nem aos autos e lotações, como se arrumarão com estes superados meios de transporte, trilhos que vêm, trilhos que vão, a atravancar-lhe tôda a largura? Têm todíssima razão os urbanistas. Mas, enquanto existem bondes, nesta hora que um passou meio vazio, rumo à porta da minha casa, saboreio voluptuosamente a original experiência de nele me transportar. Verifico que ainda há lavadeiras com grandes trouxas de roupa limpa, nesta era das automáticas Bendix. E que escolares risonhos, de volta das aulas, entregam-se a orgias de picolé, derramando sorvete derretido sobre cadernos e uniformes.

Vou segura e deliciada, sem sustos nem apreensões. Tenho uma tranqüila certeza de que êste bonde não sairá dos trilhos, não quererá tirar fino dos lotações, não levará fechadas, não me perturbará com freadas bruscas. E sabem lá o que é isso na vida de um passageiro de lotação?

Um pouco mais longa que fôsse esta viagem e estaria íntima do menino do picolé, da mulata lavadeira que me pediu desculpas quando acomodou a sua trouxa, dêste senhor de bengala que acaba de me perguntar se conheço a rua Figueiredo de Magalhães. Não tenho idéia do que irá me custar, nestes tempos de inflação, êste breve passeio. Puxo pela memória, faço cálculos e contas e me previno com uma nota de um cruzeiro, não pode ser mais. Eram dois.

Indico ao senhor de fora a sua rua, com uma alegria de "cicerone" de turistas. Um pouco mais e eu começaria a repetir de forma informativa e impessoal: "Vejam à direita, a famosa praia de Copacabana, à esquerda o célebre Cristo do Corcovado, logo adiante, a Praça do Lido".

Mas ó meu bonde esvaziou. E ponho-me deliciada a ler os anúncios. Ainda existirá o "Veja, ilustre passageiro, o belo tipo faceiro"? Não existia. Sinto-me, no entanto, segura e protegida pelas leis e bons costumes. "Cada passagem será registrada à vista do passageiro, admitindo-se apenas o registro por bancos, para facilidade da cobrança". Pensaram em tudo. Além de não sair dos trilhos, não tirar finos, não levar "fechadas", o preço da minha passagem será cuidadosamente registrado, à vista do freguês, sendo que é expressamente proibido a menores de 18 anos viajar em estribos,

> traseiras ou longarinas. Como não sou menor de 18 anos e não tenho idéia de onde fiquem ou o que sejam essas longarinas, fico por aqui mesmo, onde, aliás, estou muitíssimo bem. No banco de trás de um velho bonde vazio que me leva para casa.

O que mudara? A rigor, apenas o meio de transporte, o bonde. A crônica parece uma elegia às "gaiola[s] rangente[s] e aberta[s]" que estão "com suas horas contadas". É de se notar a romantização do transporte, que proporcionaria uma "viagem sem sustos nem apreensões", "segura e protegida pelas leis e bons costumes", ocultando, com isso, os acidentes que ocorriam. As colisões com caminhões e ônibus eram noticiadas com alguma frequência nas páginas dos jornais, aparentemente sendo tanto provocadas pelos bondes, como informa o *Diário de Notícias*, sobre a "Violenta colisão do bonde com um caminhão da limpeza urbana", em que o bonde "colheu, violentamente" o caminhão, fazendo três vítimas, uma delas fatal[34]; quanto provocadas pelos automotivos, como noticia *O Globo* em "Colheu o bonde violentamente ao tentar ultrapassar o sinal", que deixara um morto e três feridos e cujo motorista do caminhão fora preso em flagrante por um soldado da Polícia Militar[35]. Essas notícias demonstrariam que nem mesmo o "lento" bonde estaria a salvo da aflição do tráfego. No entanto, a cronista-narradora o desenha alheio aos novos modos de circular pela cidade, que resultariam, por oposição, em um tráfego mais inseguro e de "maus costumes", assim percebendo, portanto, os efeitos da modernização nas ruas cariocas que, em nome da praticidade trazida pela maior velocidade, colocaria em risco a vida das pessoas e sua sociabilidade. Vê, com isso, o novo espaço urbano que se institui de maneira muito semelhante ao que a ativista americana Jane Jacobs (2011, p. 22) criticava com relação ao urbanismo modernista, em que os carros são priorizados, pois a "liberdade individual máxima", a que se referia Le Corbusier, é, na sua visão, não a "liberdade de fazer qualquer coisa", mas a "liberdade em relação à responsabilidade cotidiana". A opção pelo tráfego rodoviário, que então se consolidava, levaria também a essa cidade individualista.

A viagem, porém, ocorre em um momento de transição dos meios de transporte na cidade, enquanto os trilhos são trocados definitivamente pelo asfalto. Assim, apesar de considerá-lo "mais sensato", é nítida a aceitação do fim decretado "pelos urbanistas", posto que o bonde, "prêso nos trilhos, pesadíssimo", "emperraria" o fluxo.

[34] *Diário de Notícias*, 03 jan. 1958, n. 10780, p. 11.
[35] *O Globo*, 17 mar. 1958, n. 9774 (matutina), p. 1-2.

O apego afetivo da cronista-narradora com o bonde ocorre na identificação de um tempo passado, ao qual ela retorna sensivelmente, revivendo-o pela *flânerie* possibilitada nesse meio de transporte que permite o olhar itinerante, sem pressa, que tem tempo para a *contemplação* da cidade e realiza, a partir desse olhar, a sua viagem por ela, como destaca Hugo Achugar (2009). Utiliza-o, então, como forma de se despedir do antigo meio de transporte, que se tornava obsoleto, mas também para se despedir da própria cidade, já que o Rio em que a cronista-narradora vive no presente apenas permite pequenas viagens por uma cidade que, a rigor, *sobrevive* na moderna, mas que não representa mais o cotidiano moderno, este talvez ainda não vivido pela maioria das pessoas, pelas "lavadeiras com grandes trouxas de roupa limpa", pelos "escolares risonhos", mas que já se desenhava no horizonte.

Na nova cidade, cujo ritmo é ditado pelo rápido deslocamento dos novos veículos automotivos, demanda-se também uma aceleração do olhar, como diz Achugar (2009), e a experiência da velocidade modifica o modo como apreendemos tudo ao nosso redor, que se torna cada vez mais fugaz e adestrado. Aceleração e modernidade são, portanto, um par conhecido, que na virada do século XIX para o XX já se sobrepunha à própria figura do *flâneur* como representante da modernidade, colocando em seu lugar o homem de andar apressado da modernidade norte-americana, o homem produtivo, modelo do capitalismo (SEVCENKO, 1998), que não tem tempo para contemplar a cidade, apenas se desloca por ela. Agora, para tornar ainda mais produtivo esse citadino que não pode perder tempo, os automóveis no século XX aceleraram mais uma vez esse olhar, e as avenidas cada vez mais cheias de carros – que criaram um paradoxo diante da velocidade desejada, já que o tráfego não flui – não oferecem nada ao citadino, a não ser a visão das "fechadas" e "freadas bruscas", ou seja, de suas impossibilidades. Por essa razão, a cidade que a cronista-narradora "não conhecia" no presente seria, na verdade, uma cidade que o olhar acelerado pelos automotivos não mais enxerga, mas que naquele momento ela tem a oportunidade de ver, em um dos últimos bondes, ao menos para se despedir dele.

Nesse olhar castrado e reificado, entra ainda a imagem da cidade pausterizada, dita de "forma informativa e impessoal: Vejam à direita, a famosa praia de Copacabana, à esquerda o célebre Cristo do Corcovado, logo adiante, a Praça do Lido". Já que o olhar do citadino não é mais livre para contemplar a vida urbana cotidiana, resta o direcionamento àquilo que Lucrécia Ferrara (2008, p. 196) chama "imagem pública" da

cidade, que "só se revela nos espaços institucionais e o seu reconhecimento supõe a percepção coletiva que consagra e faz circular valores, marcas, referências e identidades urbanas", ou seja, imagens completamente adestradas, para controlar a percepção sobre a cidade. Embora a cronista-narradora, que relaciona essa forma de olhar impessoalmente ao turismo, brinque com essa maneira de olhar a cidade, o que ela oferece aos seus leitores, pela ociosidade do olhar flanador, é, ao contrário, a imagem da "cidade imaginária", pois "estranha, indaga e se surpreende com o cotidiano: ao estranhar, desconstrói a imagem habitual, o hábito de ver, e produz/cria uma contra imagem que não faz parte da cidade enquanto ambiente construído" (FERRARA, 2008, p. 200), imagem despertada pela "simples providência" da viagem de bonde e que permite até mesmo interessar-se pelos passageiros ao seu redor, "o menino do picolé", "a mulata lavadeira", o "senhor de bengala". Resiste, portanto, à toda automatização da vida urbana e à desumanização dos indivíduos, pois também vê a urbe a partir dos habitantes e passantes que nela *convivem*.

É dessa maneira que resiste, ainda que uma última vez, à indiferença causada pela modernização: em vez dos conflitos do tráfego, o que ela encontra no bonde é o bom trato entre citadinos. E não somente: em busca do anúncio antigo, sente-se "segura e protegida pelas leis e bons costumes" ao ler o aviso que informa que "'cada passagem será registrada à vista do passageiro, admitindo-se apenas o registro por bancos, para facilidade da cobrança'". Isso evidenciaria um tipo de relação ainda não reificada, pois se na sociedade capitalista em sua fase de sociedade de mercado "nada mais escapa às leis do mercado, [...] todas as dimensões da vida são *determinadas* pelo fator econômico" (grifo meu), como afirma Olgária Matos (2010, p. 151), naquele espaço público, que vai se extinguindo, o cuidado com o registro da passagem "à vista do freguês" demonstraria que tal valor monetário ainda não se sobrepunha aos "bons costumes", afinal, a empresa ainda prezaria pelo cuidado com os passageiros. Nesse sentido, em todos os detalhes do bonde – desde a visão lenta sobre a cidade, que permite a contemplação, passando pelo contato com os demais passageiros, chegando até o modo como a passagem é cobrada, a cronista-narradora percebe signos de um cotidiano ainda não automatizado – porque aberto às possibilidades da boa convivência humana, como seria o ideal da cidade. Utiliza, portanto, a percepção desses detalhes como Walter Benjamin, vendo como escapam às normas do capitalismo "que produz obsolescências e reificação" (MATOS, 2010, p. 153).

Entretanto, essa possibilidade de fuga da automatização urbana moderna está com os dias contados, justamente pela "superação" tecnológica, já que progresso e renovação constantemente se confundem: "Passou a sua hora, essas nossas avenidas de meia pataca não dão vazão nem aos autos e lotações, como se arrumarão com estes superados meios de transporte, trilhos que vêm, trilhos que vão, a atravancar-lhe tôda a largura?". Essa renovação na mobilidade é percebida pela cronista-narradora com a criação de um novo espaço que não mais comportará aquele tipo de transporte, muito embora visse nele outras vantagens. Entrega-se, assim, ao ideário modernizador que *cria* novas necessidades para *vender* novas soluções, já que à cidade, cada vez mais determinada pelo valor de mercado, é imposta a valorização econômica constante do espaço urbano, sempre sob a justificativa de aprimoramento do cotidiano, o que a cronista-narradora, porém, percebe não ser uma verdade plena. Não é à toa que, como já foi dito, tenha sido no eixo Centro-Zona Sul que se desenvolveu primeiro a transporte rodoviário, uma vez que Ronaldo Duarte (2003, p. 95) também o associa à decadência dos bondes, pois tinham naquele perímetro da cidade a sua área mais lucrativa e agora, além da concorrência das linhas de ônibus e lotações, havia ainda o crescimento da frota de automóveis particulares. Nessas áreas mais nobres, a renovação como modelo da modernidade é mais atrativa e gera mais capital, cumprindo plenamente com o "imperativo da amortização a curto prazo de qualquer investimento" que passa também a reger o espaço urbano na sociedade capitalista e, com isso, "destrói as formas de experiência, de espaço e de tempo públicos" (MATOS, 2010, p. 155), o que vem a ser justamente a crítica central da crônica da última flânerie nos bondes cariocas.

A centralidade do valor de troca da cidade, investido no projeto modernizador, também inflaciona a vida diária, visto ali no aumento do preço da passagem do bonde. A cronista-narradora, após "puxar pela memória" e "fazer cálculos e contas", acredita que este "não poder ser mais" que um cruzeiro, e surpreende-se ao descobrir que "eram dois". Embora justifique que são tempos de inflação[36] e que não saibamos quando fora sua última viagem de bonde, o fato de ter tentando calcular o reajuste e, mesmo assim, ter chegado à conclusão de que seria a metade do preço real, indicam um processo de inflacionamento acentuado da cotidianidade carioca, ainda mais se pensarmos que aquele deveria ser um transporte de custo menor que os ônibus e lotações. O

[36] A questão da inflação nos anos finais da década de 1950 e como isso afetou a vida no Rio de Janeiro será tratada no quarto capítulo, "*Boletim* das crises".

contrassenso ocorre entre a obsolescência do bonde e o valor de sua passagem, onde já não se vê mais o contraste entre antigo e novo, mas uma equivalência incômoda: mesmo estando aquém da modernidade, sua tarifa não deixou de correr conforme as mesmas regras mercadológicas que regem todo o projeto modernizador urbano.

A crônica, assim, homenageia um transporte, um tempo e um projeto de modernidade inevitavelmente defasados, em nome de um progresso que ainda está sendo delineado, mas que coincide perfeitamente com a ideologia desenvolvimentista de JK e seu investimento no rodoviarismo, mais "moderno" e veloz, mas também menos humano e mais dispendioso. É a oposição entre a nova cidade dos automóveis e a antiga cidade dos bondes a base da crônica, e ocorre em um momento em que a transição está se efetivando. É sobre ela que a cronista-narradora passeia, ao articular literariamente, nos termos de Reinhart Koselleck (2006), a *experiência* e a *expectativa*, fazendo o elogio da primeira, mas inscrevendo-se também na segunda, pois, sem saber exatamente as consequências desse investimento no transporte rodoviário, ela sabe que o futuro reside numa diferença profunda com o passado que é, apesar de tudo, uma esperança de progresso.

Não mais com o olhar pautado no passado, Eneida também observa o mal-estar causado pelo trânsito carioca em "Tudo continua"[37]:

> Andei tanto por este mundo, cortei nuvens, furei tempestades, voei horas e horas seguidas em aviões potentes. A viagem num TU soviético nem parece viagem. Estará parado aquele monstro aéreo? Um Air France poderoso me trouxe para casa; os belos e confortáveis aviões tchecos levaram-me pelos ares com uma serenidade impressionante. Os aviões chineses parecem pássaros doidos; são pequeninos, ágeis e velozes.
>
> Tudo isso pensei ontem vindo num automóvel-lotação da cidade para casa. Um carro velho, desconjuntado, ainda com "cadeirinhas", sete pessoas amontoadas e o chofer tão alucinado, mas tão alucinado que em cada curva, a cada momento, eu esperava a morte. Não que eu tenha mêdo de morrer, nada disso. Mas creio que ninguém me tira o direito de proclamar que morrer é chato. Ora, o homenzinho que passara na Avenida, pescando passageiros, largos e gordos minutos, quando encheu a sua traquitana, desembestou. Pequenina, humilhada, infeliz, comecei a dizer para mim mesma: – É isso, dona Eneida. A senhora vai por aí afora, viaja, vê coisas fabulosas, aprende muito, sente tudo, anda em aviões ultramodernos, toma conhecimento das últimas palavras em matéria aviatória e vai morrer estúpida, burramente, num calhambeque carioca.

[37] *Diário de Notícias*, 15 ago. 1959, n. 11273, p.2.

> Nunca precisei – juro – nestes últimos meses de tanta coragem como ontem. Repassei um por um dos meus vôos tão seguros; olhei passado e presente; não me arrependi de nada que já fiz, lamentei não ter tido tempo de fazer várias coisas. E esperei a morte não sem antes imaginar que são muito feios os retratos das vítimas aparecidos nos jornais. Quando desci na esquina da minha rua, incólume, com vida no coração, olhos, bôca, vida de corpo inteiro, cheguei a dizer:
>
> - Ó minha mãe, desta vez foi quase.

Demonstrando o espírito aberto ao mundo moderno, seu parâmetro não é o passado idealizado da cidade, mas o desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte visto no resto do mundo civilizado: o "TU soviético" e o "Air France", os aviões tchecos e chineses são aviões potentes e seguros, que proporcionaram a ela experiências inesquecíveis. Bem diferente é o trânsito carioca, representado pelo lotação "velho, desconjuntado" e "alucinado", em que ela tem a sensação de morte "a cada curva", tamanha a imprudência do motorista.

Cabe ressaltar que a crônica aparece um ano depois de ser realizada a "Operação Copacabana", que tinha como alvo principal os lotações, como vimos. No entanto, embora estes já fossem considerados, assim como o bonde, um entrave ao trânsito, a circulação dos "calhambeques" (como a cronista-narradora os chama justamente para fazer referência à sua defasagem) não seria suspensa. Porém, com a iniciativa, posta em prática desde o ano anterior, de não mais emitir novas licenças, o que demonstraria a intenção de eliminar a modalidade de transporte (MATTOS, 2018, p. 11), a frota só continuaria a envelhecer.

Embora os automotivos devessem representar o moderno – conforme salientava Eric Hobsbawm (1995, p. 259), já que após a Segunda Guerra "o combustível barato fazia do caminhão e do ônibus o grande meio de transporte na maior parte do globo", caracterizando a "era do automóvel" – nas ruas cariocas não é essa imagem que se sobressai aos olhos da cronista-narradora. O que chama a atenção é que a esses "calhambeques" ela contrasta não o desejo por carros mais modernos, mas evoca, superlativamente, uma outra imagem da modernidade, a aviação civil. Não é demais lembrar que se trata de um período em que, nesta área como em outras, a tecnologia desenvolvida para as guerras era convertida para o uso comum, gerando a "revolução tecnológica" vista como propulsora da economia, que, em grande medida, não só alimentou a disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos na Guerra Fria (HOBSBAWM, 1995, p. 260), como, principalmente a partir da década de 1950,

integrou-se ao imaginário cotidiano pela ampla difusão desses avanços nos meios de comunicação de massa, apresentados como "'soluções para o progresso' individual e coletivo, ou em nome da saúde e da cultura dos povos" (ROMERO, 2015, p. 03). Eneida, militante do Partido Comunista Brasileiro, que acabara de voltar de uma viagem à União Soviética e à China[38], demonstra-se uma entusiasta do avanço tecnológico visto em suas visitas, mostrando sua adesão ao conjunto de ideais da "revolução tecnológica" pelo olhar maravilhado, o qual também era compartilhado pelo jornal que a publicava, embora este estivesse propenso à divulgação dessas maravilhas pelo lado alinhado ao capitalismo norte-americano. No *Diário de Notícias*, havia um espaço dedicado às "Notícias da aviação", que informava não só sobre a Força Aérea Brasileira, mas também sobre a aviação em outros países, bem como dedicava-se a noticiar os avanços tecnológicos na área, incluindo o desenvolvimento de foguetes (geralmente dos Estados Unidos e países alinhados).

Esse discurso não aparece, porém, como um parâmetro para medir o trânsito do Rio, como se se pudesse comparar os aviões de última geração ao transporte urbano, mas como uma curiosidade que desperta o cômico e, ao mesmo tempo, o trágico: enquanto o acelerado desenvolvimento dos aviões podia causar admiração, mas também espanto e até mesmo o medo de voar (pois, embora o imaginário da tecnologia estivesse muito presente, a aviação comercial era ainda restrita[39]), a cronista-narradora aponta o *perigo real* vivido diariamente por milhões de pessoas nos automóveis que circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro. Na sua pena, a imagem gerada é muito mais provocativa, pois andar no trânsito carioca é uma aventura maior e potencialmente mais perigosa do que nos modernos "pássaros doidos".

[38] Em 1959, Eneida passou 3 meses (maio a julho) em viagem para participar do terceiro congresso da União de Escritores Soviéticos, representando a União Brasileira de Escritores, ausência que ela anuncia na crônica "Até já", publicada a 15 de maio (*Diário de Notícias*, n. 11194, p. 15). Retorna à sua coluna em 05 de agosto ("A volta", *Diário de Notícias*, n. 11264, p.02).

[39] Evidentemente que a aviação comercial crescia, como informam as "Notícias da aviação", em 07 de janeiro de 1959: "No ano de 1958 o transporte aéreo bateu novos recordes". Com informações do secretário-geral da Organização da Aviação Civil Internacional, afirma-se que "89 milhões de passageiros" foram transportados naquele ano no mundo todo, "3 milhões a mais que em 1957" (embora fosse um aumento percentual menor (4%) que a média dos anos anteriores (13%))(*Diário de Notícias*, n. 11088, p. 6). Apesar de ser um número grande, deve-se levar em consideração que não necessariamente sejam *pessoas* diferentes, isto é, uma mesma pessoa fazendo viagens diferentes seria recontada, e que em países do dito "Terceiro Mundo" a proporção deveria ser muito inferior.

Apontando apenas brevemente para a questão dos costumes já que o motorista "passara na Avenida, pescando passageiros, largos e gordos minutos, [mas] quando encheu a sua traquitana, desembestou", não procura, porém, explicar as causas desse comportamento e, assim, também não o reduz a questões individuais ou subjetivas. Não podemos deixar de ver, porém, a semelhança desses personagens com as representações de Braga e Lessa e, assim, como parte do imaginário mais amplo da *enfermidade urbana*, trabalhado de um ponto de vista humorístico.

Jorge de Sá (2007, p. 23) percebe na escolha pela perspectiva pitoresca, que busca pelos acontecimentos inusitados e, por isso mesmo, cômicos, uma maneira de o cronista fazer "do riso um jeito ameno de examinar determinadas contradições da sociedade", explorando, assim, "o lado tragicômico da realidade urbana". Não se trata, portanto, de histórias fantasiosas ou limitadas em sua singularidade. Quando se fala do pitoresco na crônica, o interessante é que são, na verdade, situações que *poderiam* acontecer com quaisquer cidadãos e, por isso, tornam-se representativas do cotidiano da cidade e da forma como ônibus, lotações, bondes e a mobilidade na urbe compõem o seu imaginário, de uma maneira que escapa à simples "descrição" dos problemas e, de certa forma, podemos mesmo considerar que são uma maneira de resistir à naturalização dessas questões. Complementariam, então, o sentido da reivindicação pela organização do tráfego, por um comportamento menos agressivo, enfim, por um trânsito mais civilizado.

Fernando Sabino, muito conhecido pelas suas crônicas do pitoresco cotidiano que põem em cena os tipos urbanos (SÁ, 2007, p. 24), também participa desse movimento. No entanto, quando se trata do trânsito, é comum que abra mão desses artifícios narrativos e parta para uma abordagem mais direta, como em "Brésil"[40]:

> É possível que algum brasileiro de consciência cívica mais exaltada se revolte com algumas observações dêste livro. Dos tais que se indignam à mais ligeira referência que o estrangeiro possa fazer à existência de cobras ou índios no Brasil. Especialmente contra eles o autor já se previne, referindo-se com segurança a êste complexo do brasileiro.
>
> Não se trata apenas de uma espécie de "Caderno de Major Thompson", como pode parecer à primeira vista. "Brésil", escrito por um francês para os franceses, merece e deveria ser lido pelos brasileiros que desejem um pouco mais de perspectiva para conhecer nossas virtudes e defeitos. Pierre Joffroy sabe escrever e sobretudo

[40] *Jornal do Brasil*, 22 mar. 1959, n. 67, p.6.

> sabe dar a generalizações, falha maior de livros desta natureza, o desconto devido à relatividade do conhecimento superficialmente recolhido:
>
> "O carioca é um homem que anda na rua. Os logradouros públicos são praças agitadas, onde se arrisca a sorte no jôgo do bicho, onde se assassinam candidatos à municipalidade e, de modo geral, onde se gasta o tempo que se tem. Que um carro atropele alguém nessa agitação é coisa de rotina: em poucos países se atropela tanto como aqui. Mas se pode também verificar a piedade juntar o povo ao redor do corpo, cruzes e velas surgirem e jornais escondendo caridosamente o rosto sem vida enquanto se espera a ambulância que, por mais barulhenta que seja, dificilmente rompe a enorme confusão do tráfego. Quanto ao atropelador, já estará longe – constrangido êle próprio, e triste, e aflito, mas sabendo que, se se detivesse, iria prêso". "Uma agitação poderosa, obstinada, instintiva percorre a capital a todo momento, traduzida na superfície pela espêssa nuvem fulminante de carros americanos, ônibus, lotações com o itinerário pintado no para-brisa, o ranger dos bondes apinhados de rapazolas, os apitos e as sirenas, as bandas militares, os gritos no estádio em dias de futebol e o foguetório em dias de festa, pregões de cambistas da loteria e vendedores de doces, saudações barulhentas e fraternais de homens que não cessam de extasiar-se, com tapas nas costas, diante da felicidade de se terem reencontrado. (Todo mundo esqueceu que a grande saudação brasileira não era outrora mais do que apalpação precavida no sentido de descobrir um eventual revólver de seis tiros".)
>
> Pode ser que o livro desperte reação inamistosa por parte de alguns leitores mais briosamente brasileiros. Acredito, porém, que deveria despertar apenas satisfação patriótica, temperada com um pouco de vergonha.

Desde o título, já se denuncia a perspectiva estrangeira que será apresentada, e o cronista-narrador inicia também logo defendendo-se dos possíveis "brasileiros com consciência cívica mais exaltada" (assim como o faz também o autor do livro comentado), que seriam aqueles que não admitiriam opiniões pejorativas sobre o país e, nesse caso, pela natureza do argumento, isso significaria representações ligadas à natureza selvagem e à presença de comunidades consideradas em estágio *pré*-civilizatório, dada a referência a "cobras" e "índios". Não é de se estranhar a ojeriza que esse tipo de representação poderia causar naquele momento, pois sob o projeto do Governo JK o nacionalismo confundia-se com o discurso do progresso na forma do nacional-desenvolvimentismo – que, inclusive, justificava a construção de Brasília. Como sublinha Ricardo Bielschowsky (2000), esse projeto definia que o desenvolvimento deveria ser urbano-industrial, para superar o subdesenvolvimento em todos os níveis (econômico, social e cultural), nessa perspectiva, atrelados

intrinsecamente[41]. Márcio de Oliveira (2005) entende que tal ideologia rompia, de certa forma, com uma mentalidade romântica de nação, de busca das origens – que marcara o período varguista, por exemplo – ao adicionar a ideia do que *ainda se está por criar*, proporcionando, assim, uma alteração no curso da história do país, que alcançaria "um novo patamar de nacionalidade e, mesmo, de desenvolvimento" (OLIVEIRA, 2005, p. 138). A questão a se destacar é que nada disso parece poder ser associado à descrição do "Brésil" que Sabino transmite.

De qualquer forma, o cronista-narrador traça uma defesa prévia, dizendo que o livro, "escrito por um francês para os franceses", "merece e deveria ser lido pelos brasileiros que desejem um pouco mais de *perspectiva* para conhecer nossas virtudes e defeitos [grifo meu]". Isso pode ser entendido tanto como uma busca pela "objetividade", já que admite o olhar distanciado do "outro"; quanto como o resultado de um ponto de vista eurocêntrico, por parte do cronista-narrador, pois também evidencia a necessidade de aprovação europeia, "berço de civilização", tomando-se esta no sentido de *modelo*, *patamar a ser alcançado*, concepção notada por Norbert Elias (1994, p. 64) como atrelada à ideia de "superioridade", frequentemente a justificativa utilizada para a dominação de sociedades consideradas inferiores, porque ainda não "civilizadas", pelo menos não de forma "acabada". No caso da crônica, porém, a dominação não vem de fora como imposição, mas emana de dentro, como desejo, ao oferecer, de antemão, a imagem da inferioridade brasileira.

Ao passar à transcrição do trecho do livro, que ocupa mais da metade da crônica, a escolha se dá pela parte em que é possível perceber os deslocamentos na capital, incluindo o trânsito. Uma coisa é necessária notar: fica evidente que na crônica ocorre um processo de metonímia, em que "Brasil" e "Rio" se tornam intercambiáveis[42], processo que se baseia no "deslizamento discursivo expressivo da capitalidade[43] do Rio de Janeiro", conforme Margarida de Souza Neves (2001, p. 27) reconheceu ser comum nas crônicas. Cabe ressaltar, ainda, que a capitalidade, conforme Marly Motta (2001, p.

[41] A base intelectual do projeto nacional-desenvolvimentista é identificada no grupo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), formado em 1955, ou seja, antecede o Governo JK, no entanto, é com essa perspectiva que o presidente dialoga.

[42] Não se pode afirmar que todo o livro de Joffroy seja baseado no Rio de Janeiro, no entanto, é de levar em consideração a possibilidade de ter sido essa, senão a única, uma das poucas cidades que o francês teria visitado, dada a observação feita por Sabino: "[Joffroy] sabe dar a generalizações, falha maior de livros desta natureza, o desconto devido à relatividade do conhecimento superficialmente recolhido", já que deu ao livro o nome de "Brésil".

[43] O termo "capitalidade" refere-se não somente a um aspecto político, mas é também identitário, no sentido de que na capital é possível também reconhecer a identidade nacional.

31.), não representa apenas um aspecto político, mas é um aspecto identitário, no sentido de se reconhecer na capital também a identidade nacional. Assim, a metonímia "Rio-Brasil" ocorreria por essa possibilidade simbólica, ao destacar não o que se acredita que seja peculiar da cidade, mas aquilo que a faz *representar a nação*.

A longa descrição que se segue contém elementos sinestésicos em que, ao mesmo tempo, vemos e ouvimos o movimento de pessoas e carros naquela que é não só a capital federal, como também uma das maiores cidades brasileiras. Dos lazeres populares, ao trabalho nas ruas e aos crimes políticos, traça-se a configuração de um quadro geral da cidade, com agitações várias, consideradas pelo observador como "instintivas". Nelas, o trânsito tem uma parcela fundamental, construindo o ritmo acelerado do dia a dia e ao qual a visão da morte se associa: "Que um carro atropele alguém nessa agitação é coisa de *rotina*: *em poucos países se atropela tanto como aqui*. Mas se pode também verificar *a piedade juntar o povo ao redor do corpo*, cruzes e velas surgirem e jornais escondendo caridosamente o rosto sem vida [grifos meus]". Além da grande "agitação", dá-se a entender uma certa resignação na vida cotidiana diante da falência do projeto modernizador da capital que está deixando de ser. A cidade onde são "normais" os atropelamentos é a cidade em que o automóvel, símbolo da modernização técnica, tem preferência sobre o pedestre, o qual tem suas necessidades "exceto as mínimas [...] sacrificadas constante e progressivamente", como observava Jane Jacobs (2011, p. 386). Assim, as pessoas, que deveriam ser o alvo das benesses da modernidade e usufrui-las, ao contrário, se tornam dela vítimas. Vemos, com isso, como na "agitação instintiva" das ruas do Rio também está a visão da morte do direito à cidade que uma capital *idealmente* deveria conter e propagar, isto é, o "*direito à vida urbana*, transformada, renovada" (LEFEBVRE 2011, p. 118, grifo do autor), mas o que aparece é, paradoxalmente, a impossibilidade dessa vida urbana harmoniosa, resultado de uma certa modernização difundida, mas talvez não planejada, não bem gerida, como deveria ser na nova capital. Enquanto se observa morrer esse direito à cidade, vê-se crescer, então, o processo de megalopolização, segundo Bárbara Freitag (1998), isto é, o momento em que a cidade cresce desmesuradamente e suas contradições se tornam cada vez mais profundas e evidentes no próprio tecido urbano, como no movimento da rua por onde anda o cronista-narrador. A metrópole vai sendo, então, "desauratizada", pois perde seu poder encantatório sobre o citadino, que não pode mais virar as costas para tais contradições urbanas, não encontrando mais ali, portanto, o "supremo bem entre os bens" (LEFEBVRE, 2011, p. 118).

A intenção educativa, explicitada pelo cronista-narrador desde o início, se justificaria a partir da possibilidade de que o leitor identificasse *a verdade* nesse quadro e, a partir daí, "temperada com um pouco de vergonha", surgisse a "satisfação patriótica", no sentido de querer mudar essa situação, caminhando, então, para a "civilidade". Em outra crônica, "Tráfego à brasileira"[44], posterior alguns meses, esse desejo se faz novamente explícito:

> (ROMA, via PANAIR DO BRASIL) – Ouço uma sirena ensurdecedora que se aproxima, corro à esquina para ver. Assistência? Corpo de Bombeiros? Ao longo do Rio Tibre, vem em disparada um cortejo de carros, atrás de um Cadillac prêto, com uma bandeirinha no para-lama. Deve ser o Presidente Gronchi. Então em Roma também tem disso – penso comigo – mas, quando o carro passa por mim, vejo que a bandeirinha é brasileira, e no interior vai o nosso Vice-Presidente, Dr. João Goulart.
>
> ***
>
> "Os italianos serão capazes de respeitar o novo código de trânsito?", perguntam os jornais. E fazem considerações que até parecem copiadas das que têm merecido o tráfego brasileiro. Por exemplo: "o problema do tráfego é a prova do nosso provincianismo. Quem crê que Roma e Milão sejam duas metrópoles capazes de fazer concorrência a Paris ou Londres porque são atravessadas continuamente de um rio frenético de automóveis, com uma onda de barulho insuportável, nunca meteu um pé fora de casa. É um problema de temperamento. Orgulhamo-nos de nossa agressividade automobilística. O motorista que abusa da velocidade, perturbando o tráfego, cortando a frente de outros carros, aterrorizando pedestres, não dá prova de virilidade, como pensa, mas de ser um frustrado, obcecado com a própria fraqueza e que, ao volante, pensa conseguir vingar-se do próximo comprimindo o acelerador. A reforma de nosso tráfego, a partir de 1º de julho tem, pois, uma importância moral e psicológica que é preciso salientar. O novo código eliminará a anarquia? Sejamos otimistas. É sempre a mesma batalha para tentar fazer com que a Itália seja um país europeu".
>
> ***
>
> E, a propósito, o artigo com que "L'Expresso" comenta o novo Código de Trânsito, termina com as seguintes palavras:
> "Uma só coisa é certa, e é de que se tratava de uma reforma necessária: do ponto de vista da disciplina do tráfego, a Itália até hoje está na cauda dos países civilizados. Precede somente o Brasil, mas o Brasil é ainda um país em que, para se ultrapassar um automóvel é preciso subir na calçada".

Mais uma vez transcrevendo a maior parte do texto, dessa vez de um jornal italiano sobre os problemas da própria Itália, a crônica se constrói novamente no sentido da identificação dos brasileiros, ainda que dessa vez isso deva ser feito a partir de uma

[44] *Jornal do Brasil*, 07 jul. 1959, n. 156, p. 7.

analogia. O argumento principal dos italianos é de que "o problema do tráfego é a prova do nosso provincianismo", e que por isso a reforma da lei de trânsito tem "uma importância moral e psicológica que é preciso salientar", em outras palavras, a questão é tornar-se, de fato, "um país europeu". Tal definição evocaria o sentido de *civilização*, notado por Norbert Elias (1994, p. 62), que se refere ao aperfeiçoamento "processual" da sociedade em seus costumes, em oposição a um estágio anterior de "barbárie"[45], que, para ser efetivado, conta com uma padronização moral baseada na política e na educação, em sentido amplo. Essas razões são, então, estendidas aos brasileiros pelo cronista-narrador, contando ainda com um forte apelo na citação final: "do ponto de vista da disciplina do tráfego, a Itália até hoje está na cauda dos países civilizados. Precede somente o Brasil: mas o Brasil é ainda um país em que, para se ultrapassar um automóvel, é preciso subir na calçada". Em suma, a própria imagem que se tem do trânsito brasileiro – e, portanto, do carioca, por metonímia – demonstra que este não é um país que se possa considerar *civilizado* o bastante, seja em termos de tecnologia, seja em termos de costumes. Estar "atrás da Itália" significa admitir que, afinal, o trânsito naquele país também não condiz com a idealização corrente da civilização europeia, no entanto, não há um questionamento real desse modelo civilizatório, e, portanto, é ele que o Brasil deve seguir. A *doença da urbe*, claramente, não aparece associada à vida urbana de modo geral, mas a *uma determinada* vida urbana *à brasileira*.

Em ambas as crônicas, a imagem de civilização cujo parâmetro é a Europa é perseguida, ao mesmo tempo em que se ecoa as críticas de Braga, Lessa e Eneida, apontando para a visão de uma cidade caótica, mesmo quando, aparentemente, estaria caminhando no rumo do progresso, com a modernização do transporte que se efetivava nas ruas da (ainda) capital. Ligado ao plano industrial de JK, que investiu no rodoviarismo, o crescimento do fluxo de veículos na cidade incomoda, mas parece ser visto, sobretudo, como um problema de costumes, não se questionando até que ponto a conquista das ruas pelos veículos automotivos condiziam com a ideia de uma *modernidade alcançada*. O problema seria que, olhando para como isso se dá no dia a dia, os cronistas, como os intelectuais do cotidiano que se propõem a ser, veem as contradições entre o projeto de desenvolvimento e a sua realidade, como se algo não *se*

[45] Não se pode esquecer que Elias (1994) identifica que o termo "civilisé" (civilizado) era antes utilizado em sentido individual, referindo-se àqueles que tinham os modos da Corte. À medida que esses modos se expandiam para além da aristocracia, com o absolutismo monárquico, o termo começaria a ganhar também caráter mais coletivo, até se dar essa transformação em direção à "civilização" como uma forma geral.

encaixasse muito bem, e tentam entender as razões desse desajuste, daí a aposta no *hábito*, na *falta de educação* e de *civilidade*. Afinal, estes, como introduzimos, também eram eixos do debate da modernização do país desde o início do século e desde os anos 1930 giravam em torno, principalmente, da ideia da *cordialidade* própria ao povo brasileiro, que já tinha sido evocada pelo poeta Ribeiro Couto, em 1931, como a "contribuição brasileira para a civilização"[46].

Paulo Peres (2014) localiza entre os anos 1920-1950 a emergência, nos ambientes acadêmicos, das análises da formação cultural da América Latina, vista como excepcional, que alçaram a cordialidade como característica própria dos brasileiros. Sem dúvida, a obra que primeiro teoriza a respeito é *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, que interpreta o conceito de forma dúbia, pois, como comenta Peres (2014, p. 24), na visão de Holanda, a etimologia ligada ao emocional (*cordis* = coração) antevê que "o Homem Cordial está sujeito às emoções mais extremadas e de maneira impulsiva, irrefletida – e tais emoções podem ser tanto o doce gesto do afago como a amarga manifestação de fúria e rancor". Dessa maneira, o próprio sociólogo já atentava que "seria engano supor que essas virtudes [do Homem Cordial] possam significar 'boas maneiras', civilidade" (apud PERES, 2014, p. 24), já que estes termos pressupõem o uso da racionalidade, o regramento do comportamento social.

Em vez disso, a ideia disseminou-se no imaginário social, senão como um sinônimo de civilidade, pelo menos como uma série de atributos positivos como a hospitalidade, a amabilidade, que formariam o escopo do estereótipo brasileiro da simpatia, do otimismo, da alegria, reinterpretados como a própria forma brasileira da civilização, conforme evidenciam João Manuel Mello e Fernando Novais (1998, p. 560) quando observam que

> na década de 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância

Assim, embora os cronistas não usem o termo "cordialidade" nestas crônicas, é notável que é uma ideia presente no horizonte, mas que se choca com o que é visível no

[46] Primeiro intelectual a recorrer à cordialidade para descrever o "caráter brasileiro", o escritor e poeta santista Ribeiro Couto afirmara que "é da fusão do Homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas, que deve sair o 'sentido americano', latino, a raça nova produto de uma cultura e de uma intuição virgem – o Homem cordial" (CARTA DE 1931 A ALFONSO REYES) (PERES, 2014, p. 22).

cotidiano urbano, onde o comportamento do carioca contradiz completamente esse ideal de homem cordial – apesar de, ao mesmo tempo, aproximar-se bastante do lado negativo que Holanda ressaltava, "a resultante de uma forma de sociabilidade refratária aos valores e comportamento modernos – o sujeito cordial quebra protocolos, é avesso à formalidade, ao convencionalismo, ao cerimonial, às distâncias, às leis de aplicação geral" (PERES, 2014, p. 25). Desse ponto de vista, a *enfermidade* da cidade também pode estar relacionada ao distanciamento em relação ao ideal da cordialidade como marca da civilização brasileira – e, nesse sentido, pouco interessa que haja os mesmos problemas na Itália. Para isso, o remédio que o Governo receita, no momento, é a construção de uma nova cidade, de uma nova materialidade para inspirar o comportamento do novo homem.

Mas seriam essas as únicas opções possíveis de resposta para os cronistas?

Ainda em 1959, Ferreira Gullar também oferece ao leitor uma reflexão do cotidiano no trânsito, ou melhor, no "Inferno"[47]:

> Talvez só se votando uma lei que obrigue o Presidente da República, os Ministros de Estado, o Prefeito, os Deputados, Senadores, Vereadores, etc., a andar a pé e disputar coletivos para voltar para casa, talvez só assim decidam-se êles a resolver o problema do trânsito no Rio.
>
> Gostaria de ver um dia o Presidente JK (se isso fôsse possível...) prêso no centro da cidade, despojado dos privilégios que lhe dá o alto cargo que ocupa. Gostaria de vê-lo, como um cidadão qualquer, correr estonteado de uma esquina para outra, à procura de um lugarzinho em pé no ônibus. Era preciso que o Presidente, ou mesmo o Prefeito, sentisse na carne essa sensação de esmagamento que a população carioca experimenta todos os dias, depois que deixa, exausta, o serviço diário. Não creio que depois de senti-la continuasse indiferente a êsse problema, que é dos mais terríveis do Rio.
>
> Por volta das seis horas da tarde, começa, para o carioca, a etapa mais dura do seu dia. Nos pontos terminais de lotação as filas estendem-se dobrando esquinas. Os retardatários tentam um lugar em pé nos ônibus que ligam os extremos da Cidade. Pode o infeliz escolher, mas não há lucro nenhum: ou fica em pé uma hora na fila ou viaja uma hora em pé num ônibus. Depois de uma experiência dessa, chega-se em casa como um trapo, derrotado moral e fisicamente.
>
> Mas os anos passam, ensaiam-se pequenas mudanças no tráfego... e a coisa piora dia a dia. Acredito mesmo que êsse problema aproxima-se de um ponto extremo e que alguma providência tem que ser tomada antes que se comece a quebrar os coletivos em plena rua. Porque

[47] *Jornal do Brasil*, 24 mai. 1959, n. 119, p. 3.

> dentro em breve, não apenas será difícil se voltar para casa: será impossível.
>
> Se é certo que o crescimento da população, a topografia da cidade e outros fatôres dessa ordem dificultam a solução do problema da condução, é certo também que a êles se aliam a total falta – já não digo espírito público – mas de fraternidade dos motoristas de lotação e táxis, e a inépcia total do Serviço de Trânsito.
>
> Os motoristas abusam e o miserável pedestre que quer voltar para casa está indefeso, à sua mercê. Em pleno centro da Cidade, diante de filas enormes, os lotações param e ali ficam inexplicavelmente, sem que apareça um guarda para obriga-los a cumprir com a sua obrigação... Mas o Presidente da República e o prefeito, se por um milagre lessem esta crônica, já estariam certamente pensando que eu exagero. Êles não conhecem o nosso inferno.

Posterior às tão faladas "operações" que prometiam "desafogar" o trânsito organizando o transporte coletivo, Gullar amplia a visão dos passageiros, retirando o foco dos problemas relacionados ao deslocamento, em que motoristas são os protagonistas, e colocando-o sobre aqueles que andam a pé e "disputam coletivos", sofrendo de tal forma que "chega-se em casa como um trapo, derrotado moral e fisicamente". Pela primeira vez, inclusive, aparece a figura do trabalhador morador das periferias da cidade. Aparentemente, se é que as operações deram algum resultado no que se refere ao fluxo de veículos, para este passageiro, mesmo com "as pequenas mudanças no tráfego", "a coisa piora dia a dia".

A perspectiva dura e pessimista do cronista-narrador sobre o trânsito carioca, "que é dos [problemas] mais terríveis do Rio", é justificada pela descrição da "sensação de esmagamento", das "filas enormes", da viagem longa feita em pé por uma camada desses trabalhadores que mora ainda mais distante, viajando nos ônibus "que ligam os extremos da cidade". Por isso mesmo, ela tem sobretudo um apelo político: ao direcionar a narrativa para a sugestão de que os políticos vivenciassem essa experiência; e também ao alertar "que êsse problema aproxima-se de um ponto extremo", devendo apresentar-se alguma solução "antes que se comece a quebrar os coletivos em plena rua". Se Braga, Lessa, Eneida e Sabino partiram da narrativa dos costumes, do comportamento, da educação, Gullar passa à análise do caminho prático – sem que negue, porém, aqueles elementos, ao citar a necessidade de "fraternidade" e criticar o empecilho que os motoristas dos lotações causam ao ficarem "inexplicavelmente" parados "sem que apareça um guarda para obrigá-los a cumprir com a sua obrigação".

A visão do "inferno" é construída do ponto de vista dos usuários frequentes do transporte coletivo, os quais sofrem ainda mais com a "inépcia total do Serviço de Trânsito" e com o descaso dos políticos citados ao início, incluindo-se até mesmo o Presidente da República, que ele considera como "certo" que pensaria ser "exagero" a descrição do cronista-narrador. É uma visão que não se enquadra, portanto, no imaginário do ideal urbano, e, mais do que isso, o contradiz porque foca em uma parcela da população que, utilizando também o transporte automotivo, tem ainda menos direitos. Por isso mesmo, o cronista-narrador reivindica diretamente pela correção do problema, entendendo, assim como descrito por Stella Bresciani (2002, p. 29), que "ter direito à cidade assume o caráter positivo de reivindicação legítima de indivíduos que vivem num conjunto cada vez mais socializado, e exigem do pacto social os recursos institucionais necessários ao seu desabrochar, ou seja, à sua emancipação". Como poderia se sentir emancipada uma pessoa que simplesmente para se deslocar na cidade vive tal saga infernal?

A construção das imagens é uma das suas forças nessa reivindicação, assim como a utilização de uma linguagem que visa a um efeito emocional, e evidencia uma cidade caótica em que esse direito à cidade é, mais uma vez, negado, mas agora duplamente negado a uma parcela em especial. Se ecoa, de certa forma, a ideia da "agitação" vista em Sabino, ela já não carrega nenhum exotismo. Nesse sentido, a consciência do "crescimento da população" como um dos fatores que "dificultam a solução do problema da condução" não é um mero detalhe na crônica, mas um elemento estruturante da narrativa do cotidiano carioca, pois justifica a sensação dessa "agitação", que não teria nada de "instintiva", mas seria propriamente um problema urbano com o qual lidar. Esse é um assunto que já tinha sido abordado em narrativa publicada alguns dias antes, intitulada simplesmente "Problema"[48]:

> O tráfego enguiçou na N. S. de Copacabana, dentro do lotação houve um silêncio prenhe de descontentamento, e logo algumas manifestações mais explícitas; quem lia jornal levantou os olhos e espiou pela janela, quem apenas pensava ou sonhava também se remexeu na poltrona e praguejou. Meu companheiro de banco desdobrou as pernas, ajeitou o paletó, olhou-me. Fiquei quieto, propositalmente indiferente à irritação geral. O homem olhou-me uma segunda vez, reprovando a minha indiferença. Fiz que olhei para o bôlo de veículos que se amontoava à nossa frente e sorri.
> - Engraçado, não é? – perguntou-me irritado.

[48] *Jornal do Brasil*, 17 mai. 1959, n. 113, p. 3.

- Isso se resolve logo.

Tudo ocorre inicialmente sem grande surpresa: o enguiço, o silêncio, as queixas que se seguem parecem parte da rotina dos personagens. Inclusive, a atitude de "indiferença proposital" do narrador-personagem, que apenas se manifesta ao se sentir interpelado pelo passageiro ao lado: primeiro pelo olhar, que lhe causa como resposta um "sorriso", o qual é interpretado pelo outro como sarcástico e leva à segunda interpelação, dessa vez oralmente e de maneira provocativa, ao que o narrador-personagem responde de maneira a naturalizar o acontecimento, "isso se resolve logo", como quem já tem visto a cena. Até então, o cenário, o evento e seus personagens apenas ecoam aquelas imagens que já vimos: o fluxo ruim, as muitas e diferentes pessoas que dividem o transporte, e até mesmo a "neutralidade antipática" e a "beligerância em potencial" que marcam a crônica de Braga no início de 1958. No entanto, outros elementos serão somados:

> E, com efeito, em breve íamos nos desatolando daquele pântano sêco, devagar, uma brecha, e eis-nos já em boa marcha. Mas qual a razão do enguiço? Isso todos nós queríamos saber. Meu companheiro também, e quando passamos na esquina da Siqueira Campos havia um guarda dando ordem nos veículos.
> - Já sabia – disse-me o companheiro – Já sabia que no princípio disto tudo estava um guarda. A função dêles é atrapalhar o trânsito.
> - Às vêzes ajudam...
> - Engana-se o senhor. Metem-se a orientar os motoristas e terminam confundindo tudo.
> Vi que não concordávamos em nada, calei-me.
> - Não vê essa Operação Copacabana? No princípio até que deu certo, mas já agora estamos na mesma: sair do centro da Cidade às seis da tarde é praticamente impossível.
> - Bem, isso lá é verdade.
> - Não acha o senhor que há gente demais nessa cidade?
> - Não posso falar, também estou aqui de enxerido. Isto é, sou do Norte
> - Por que todo mundo vem para o Rio? Por que não ficam em suas cidades? Cada qual devia ficar onde nasceu.
> Pensei na minha cidade: os oitizeiros, as ruas tranqüilas, a bilha de barro, o rumor do vento nas árvores, os amigos. Quais? Já quase todos vieram embora. E enquanto o lotação corria, eu me perguntava como pode alguém ficar a vida tôda na cidade onde nasceu.
> - Pelo menos – acrescentou meu fortuito companheiro de cidade – pelo menos resolvia o problema do trânsito.

O diálogo inamistoso vai se travando a partir do que se poderia considerar até mesmo uma observação técnica sobre o trabalho dos guardas, a "Operação Copacabana" que tinha se realizado no ano anterior, enfim, sobre o modo como vinha ocorrendo o

trabalho do Serviço de Trânsito, e parece funcionar como uma moldura contextual para explicar o "enguiço", bem como a atitude ao mesmo tempo de desgosto e de naturalidade dos passageiros. Isso até o momento em que, repentinamente, o interlocutor interpela: "Não acha o senhor que há gente demais nessa cidade?".

Não há relação direta com nenhum elemento da conversa, não há nenhuma construção que leve o leitor a prever essa intervenção. Textualmente, podemos interpretar a pergunta como uma reflexão em voz alta de função provocativa, que levará o narrador-personagem, também ele um migrante, a lembranças românticas de sua cidade, "os oitizeiros, as ruas tranqüilas, a bilha de barro, o rumor do vento nas árvores, os amigos", mas igualmente a um *insight*, até mesmo filosófico, sobre o que poderia ser chamado *direito de migrar*; por outro lado, leva o interpelante à conclusão que lhe parece correta para solucionar, senão todos os problemas urbanos, "pelo menos" o problema do trânsito. Discursivamente, na perspectiva de Mikhail Bakhtin (BEZERRA, 2016), que desenvolveu a teoria da polifonia, isto é, das múltiplas vozes sociais que são *presentificadas* de maneira autônoma no texto[49], temos o caso de um personagem que impõe sua voz à consciência dos interlocutores (narrador-personagem e leitores). Presentificar significa, nesse contexto, que não é o autor que domina a sua voz, mas que este renuncia à essa ideia e constrói a imagem do *outro* num "processo de comunicação interativa", que possibilita, por fim, que este *outro* seja "sujeito de seu próprio discurso" (BEZERRA, 2016, p. 194). Dessa maneira, vemos que nesta crônica, que se constrói basicamente pelo diálogo travado entre os dois passageiros, o cronista abre mão do seu olhar dominador sobre a realidade e sobre o outro para oferecer a riqueza da diversidade por ela mesma, mostrando como lhe escapa, como não poderia explicar o outro de maneira completa. Assim, o passageiro de viagem, a quem o narrador-personagem não conhece, apenas travando com ele um contato superficial, como é comum em uma grande cidade, escapa a um conhecimento profundo, mas também escapa à reificação, isto é, à qualquer tentativa de objetivá-lo, de reduzi-lo. Na perspectiva polifônica, a crônica, como narrativa do cotidiano veloz, apenas capta dos personagens uma pequena parcela de suas personalidades, apenas aquilo que eles *permitem*, de alguma forma, perceber nesses contatos fortuitos, e é com essa imagem inacabada que são construídos.

[49] Bakhtin elege como gênero polifônico por excelência o romance, surgido pelo conflito, na sociedade capitalista, de grupos sociais que rompem o equilíbrio ideológico (BEZERRA, 2016). No entanto, considerando que a polifonia é uma *forma de construção* do texto, ela pode ser ampliada para outros gêneros, sem que com isso perca sua caracterização teórica.

Quem é o personagem que faz tanta questão de provocar o passageiro ao lado apenas porque ele não parece compartilhar da irritação geral e que se sente à vontade para emitir a um desconhecido a sua opinião de que há "gente demais na cidade", que as pessoas "deveriam ficar onde nasceram", que assim a cidade estaria *melhor*? Não temos como saber, contudo, reconhecemos que sua voz é independente do domínio do narrador-personagem e que o discurso que emite é importante a ponto de o cronista não deixá-lo "passar com o ato mesmo que o pronunciou", conforme afirmava Foucault (2014, p. 21) ser o destino dos discursos emitidos nas situações triviais do dia-a-dia. Trazendo-o como ponto nevrálgico da narrativa, o cronista parecia perceber esse discurso como elemento constituinte importante do imaginário social carioca. Afinal, não podemos esquecer que mesmo a ponto de perder o posto de capital federal, o Rio de Janeiro continuava sendo, ao lado de São Paulo, um grande pólo de migração, porque concentrava as maiores oportunidades de emprego, além de oferecer mais conforto e opções de divertimento, quadro que só mudaria a partir da década de 1970, ou seja, uma década depois de perdida a condição de capital (GOMES, 2013, p. 72,86). Logo, é de se compreender que o grande poder de atração da cidade tivesse também consequências no cotidiano urbano e pudesse incomodar uma parcela da população.

Curioso é que, alguns meses depois, na mesma página do JB, Gerson de Macedo Soares, militar que contribuía regularmente com o periódico, escreve "Vão p'ra Brasília" [50], em que a imagem do trânsito e a da cidade onde "há gente demais" se encontram novamente:

> Ah! Meu Deus! Não me deixam andar! Estou com pressa e essa gente tôda, como formigueiro, me cerca, me aperta, me comprime, me intercepta o passo, fazendo-me desviar da minha rota, que devia ser reta, obrigando-me aos zigue-zagues e aos encontrões! [...]
> Quero atravessar a Avenida Rio Branco, porque o sinal ficou verde em minha direção, mas não consigo nem apressar um pouco o passo, aos esbarrões entre a gente que vai comigo e que vem de lá, esgueirando-se as duas correntes entre as filas de ônibus, micrônibus e carros de passeio, que não conseguiram safar o caminho e obstruem a passagem. Ouço vozes, sotaques de nortistas e sulistas. [...] - que faz toda essa gente aqui, enchendo as ruas da Capital Federal e deixando o carioca sem espaço para se movimentar [...]

[50] *Jornal do Brasil,* 12 ago. 1959, n. 187, p. 3,10. Macedo Soares era, então, chefe do Estado-Maior da Armada (EMA). (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Verbete biográfico "Gerson de Macedo Soares". Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-gerson-de-macedo Acesso em 04 mai. 2020).

> Ainda outro dia, vinha de casa, lá da Zona Norte, no meu carrinho do tempo que o dólar não valia grande coisa: já ali pelo Mangue, era tanto carro, na mesma direção, e mais ônibus e micrônibus fazendo das suas, que a minha pobre condução nem correr um pouquinho podia... [...]
> Não podia ter chegado: aquela gente tôda não me deixava passar, a mim, carioca da gema, e até membro da alta administração federal, quando, como tal, devia ter tôdas as imunidades para o livre trânsito, para a faculdade de me movimentar facilmente de casa para os pontos em que as minhas atividades "fe-de-rais" exigissem a minha presença.
> [...]
> E não parava mesmo aí o sacrifício de viver na minha própria e amada terrinha, nem o de poder exercer com facilidade e liberdade de movimentos as minhas funções, na Capital da República, onde as coisas deviam correr maneiras para os que concorrem para ajudar o Govêrno Federal.
> [...]
> Os seus próprios filhos, os cariocas da gema, ou os que têm que gramar no duro com as coisas da Alta Administração Federal já não encontram mais lugar para se mexer e até quase para respirar, asfixiados e [ilegível] nos seus movimentos: Vão p'ra Brasília, pois, ó vocês, patrícios e irmãos, que atravancam o Rio! Lá haverá lugar para os seus passeios, largueza para os seus andares, amplidões para as suas ocupações, mesmo sendo os federais que daqui se mudem e lá se aboletem! [...]

O longo texto intercala uma linguagem mais lúdica com a defesa clara de um ponto de vista que, assim como na narrativa de Gullar, parece referir-se à mobilidade, no entanto, torna-se mais abrangente. É notável que ele não só trabalhe com a imagem da cidade "apertada", "esmagadora", "atravancada", em que a rua é disputada por pedestres e automotivos, como remarque a condição de migrante de boa parte dessa população, chegando mesmo a questionar seu direito de estar ali, da mesma maneira que o passageiro do ônibus. Em um primeiro momento, devido à linguagem utilizada, pode-se pensar que seja um devaneio, como de um personagem que pensa coisas sem sentido no estresse da rotina da cidade grande. Porém, a frase torna-se parte de um argumento que ganha força mais adiante: não são todos que têm direito à cidade, apenas aqueles que são civilizados o bastante para viver ali. Vem à tona, assim, uma representação de cidade que Lefebvre (2011) identificou com o ideal grego da *pólis*, onde nasce o pensamento, o ser racional, e que é reproduzida no modelo da cidade moderna, como "cidade ideal e simultaneamente racional" (LEFEBVRE, 2011, p. 48). No entanto, tal modelo também reproduz a norma da *segregação*, em que determinados grupos são tolhidos de participação política, para a manutenção dessa pretensa racionalidade: na pólis grega, as mulheres, os escravos e estrangeiros; na cidade moderna, quem seriam?

Dessa maneira, a cidade não é mais vista como lugar onde são criadas as condições para a civilização, mas como espaço que deve ser acessível apenas àqueles já civilizados, que não ameaçarão o *bom andamento* da vida cotidiana, da racionalidade e organização estrita – como se a vida urbana se resumisse a isso.

Uma possibilidade é de que bem-vindos na cidade seriam os membros da "Alta Administração Federal", como o autor, o que inscreveria o argumento naqueles motivos que fariam com que a nova capital fosse erguida longe dos grandes centros, como alguns autores destacam ser vontade de JK. Marly Motta (2001, p. 68) aponta a decisão pela transferência também como proteção contra manifestações que aconteciam frequentemente no Rio, e que na conjuntura mais recente teriam mesmo ameaçado a própria posse de Juscelino Kubitschek, a qual acabou assegurada por um "golpe preventivo"[51]. Márcio de Oliveira (2005, p. 62) fala, além disso, a respeito de um distanciamento dos "mandarins da imprensa", que tinham participação ferrenha na política. Muito embora se soubesse de antemão que o próprio JK não desfrutaria de sua obra, não se pode ignorar esses ideais políticos para os quais uma cidade *mais reservada* seria a melhor opção. Seria uma proposição urbanística, acreditando que tecnicamente Brasília, lugar de "amplidões", não seria corruptível às multidões que "atrapalhariam" a gestão política, como o Rio?

Não é de fato essa ideia que o texto abraça, pois a sugestão é que essa população, tratada como excedente porque lota a cidade, mude-se justamente para a nova capital. A questão central é, portanto, menos a *capital* que propriamente o *Rio*. Assim, o direito à cidade é afirmado menos para os funcionários públicos do que para os chamados "cariocas da gema" que, nesse ponto de vista, não podem usufruir dela porque têm sido roubados dessa vivência plena pelos migrantes, os "patrícios e irmãos, que atravancam o Rio". Como apontam Mello e Novais (1998, p. 582), esses migrantes vinham de áreas rurais, e colaboraram tanto para o processo de urbanização rápida que o país passava desde então, e cujas algumas consequências são o alvo da crônica; como também contribuíram para o desenvolvimento acelerado do país, formando um exército

[51] Liderado pelo General Lott (que viria a ser Ministro de Guerra no Governo JK) foi assim chamado porque teria como intuito prevenir que a oposição impedisse a posse de Kubitschek. Liderados por Carlos Lacerda, os opositores tinham sustentado, ainda durante o período eleitoral, suspender a Constituição, cancelar o pleito e instalar um "regime de emergência", alegando que JK não tinha recebido os votos da efetiva maioria. O "contragolpe" de Lott instalou um estado de sítio, obrigou Lacerda ao "auto-exílio", e resultou também na censura prévia à imprensa (Cf. SKIDMORE, 2010).

de trabalho mal qualificado que, porém, abastecia as fábricas. Entretanto, o texto atém-se apenas à primeira questão, em plena negatividade.

A migração passa a ser, dessa maneira, o problema central, e, visto a partir de suas consequências para o trânsito, configura a ideia de uma cidade excludente, que se quer plena de modernidade apenas para aqueles que teriam uma espécie de *direito natural* a viver ali. É nesse sentido que Brasília e sua solução urbanística passam a ser vistos como solução para "o problema do Rio", assim não mais visto como a cidade à qual falta projeto modernizador, mas como uma cidade usurpada.

A voz do companheiro de viagem da crônica de Gullar não é, assim, uma voz isolada. O trânsito, malgrado os seus efetivos problemas, é ainda o espaço social onde se percebe, de maneira mais orgânica, as visões sobre a cidade superpopulada. O próprio Gullar já tinha escrito sobre essa percepção, em 1958, mas fazia uma reflexão um pouco diferente:

> "Na multidão"[52]
>
> Saio de casa e a confusão começa: ônibus passam – que digo! – farfalham, tilintam, rosnam; bondes chiam e estridem; buzinas, explosões, batidas, apitos – estou em plena Cidade brasileira!
>
> Sair de casa cansa mais que trabalhar. Andar pelas ruas do Rio é quase tão estafante quanto quebrar pedras. Não vou precisamente para parte alguma a esta hora, não tenho pressa, mas... Disparam lotações, voam automóveis, motocicletas, lambretas, um ciclista desliza milagrosamente no caos e dobra lépido, a primeira esquina. O sinal fecha, as pessoas estacam de golpe, e ficam de motor roncando; outras atravessam entre os veículos, praguejam, e quase me atropelam quando abre o sinal; são pastas, embrulhos, quépis, batedeiras, relógios, enceradeiras, sêres de um mundo velocíssimo, que a todos levam de roldão.
>
> A todos nós, vítimas da Cidade gigantesca. Estou, cada dia que passa, mais certo de que o maior problema da vida moderna é a Cidade grande, monstruosamente grande, que nos oferece cubículos por casas e gasta nossas horas de ócio em infinitas e incômodas viagens. Para uma cidade gigantesca, não há água que chegue, não há pão, arroz, feijão, carne que cheguem. Uma cidade de três milhões de habitantes, perdoem o paradoxo, é inabitável.
>
> E como é triste ser um entre três milhões: Pedro, Antônia, Gisela, Carlos? De quê? Carlos de Três Milhões Anônimos da Silva. Mais triste quando se tem dezoito anos e mais triste ainda quando se tem trinta como se fôssem dezoito. O jeito é comprar uma motocicleta, tirar o abafador e sair gritando pelo cano de descarga a notícia de nossa presença no mundo. Presença que nem a nossa cara, nem nosso

[52] *Jornal do Brasil*, 04 jun. 1958, n. 127, p.3.

> nome, nem nossa voz conseguem afirmar, dissolvidos na multidão. Saudemos, pois, o homem anônimo. De blusão, de "blue jeans", de motocicleta, de lambreta, lá vai êle, o incipiente contra a massa, João, filho de D. Maria.

O cenário caótico do trânsito mais *ilustra* o cenário caótico urbano em sua confusão visual e auditiva, e une-se a outros problemas, como o abastecimento de água e comida. A descrição desse caos pode ocorrer em qualquer dia da grande cidade, e em qualquer dessas grandes cidades. Não se trata, portanto, apenas do Rio de Janeiro, muito embora seus problemas estejam ali referidos, assim como sua população de 3 milhões de habitantes seja citada literalmente como *a* razão da cidade "inabitável". A reflexão proposta pelo cronista-narrador não é de como *esta* cidade é incivilizada, não cumpriu seu caminho no rumo do progresso, nem de como necessita de intervenção política; mas aparece como *uma das* cidades vitimadas pelo seu próprio crescimento e falta de planejamento condizente. Nesse sentido, muito embora não cite Brasília, é essa *outra* concepção de urbano que está no seu horizonte, opondo-se ao cotidiano caótico do Rio. E ao que ela leva? O "anonimato" é percebido como a negação da individualidade, mas também como "dissolução" da própria humanidade que, na cidade caótica, não pode realizar sua "presença no mundo", não tem sua voz ouvida, afirmando a perspectiva da "pólis perversa gerada pela modernidade" que Renato Gomes (2008, p. 73) vê associar-se "à fragmentação e à ruína da sociabilidade".

Tal visão da cidade poderia ser resultado do que Lefebvre (2011, p. 49) chamou de "urbanismo como ideologia", aquele que "formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência", já que na narrativa se traça a relação entre superpopulação, caos urbano e anonimato dissolvente – e a "ideologia urbanística" era o que se evidenciava no imaginário em torno da construção da nova capital e, consequentemente, do novo Brasil.

De qualquer maneira, essa reflexão narrativa das grandes cidades, em 1958, teria levado àquelas mais localizadas e aprofundadas na vida carioca do ano seguinte, mas que ainda percebiam a associação problemática entre excesso de gente e negação do direito à cidade como potência humana. Em outras palavras, levariam à percepção do processo de *megalopolização* do Rio de Janeiro em si, isto é, à representação mais evidente de seus contrastes, da "população marginalizada, problemas de habitação,

carência de serviços básicos, enfim, a perda da qualidade de vida", como Eloísa Barroso (2013a, p.12) sintetiza o conceito, o qual se opõe ao ideal da *metrópole*, aquela que funcionaria "como elemento integrador desse conjunto de habitantes", "gerando movimentos constantes de indivíduos em sua direção à procura de trabalho, saúde, ensino, serviços bancários, de consumo e lazer", os quais estariam disponíveis. Na megalópole, o sonho de modernidade representado pela vida na metrópole se desfaz pela concretude das profundas desigualdades sociais que não permitem o acesso a essas benesses. Assim, com a cidade destinada a perder seu posto central na vida política nacional, tais contrastes parecem se tornar ainda mais nítidos na vida cotidiana, porque o desejo de ser metrópole também se distancia ainda mais com essa perda.

Ainda no mês seguinte, Elsie Lessa também enunciaria esse discurso ao olhar para o Rio como "Pôsto de Sacrifício"[53]:

> Se alguém quiser tirar a limpo e saber de onde veio a informação, nego tudo, digo que é mentira, que nunca escrevi cousa tal, mas o fato é que, em conversa com pessoa amiga, fiquei sabendo que em certas embaixadas estrangeiras, êste Rio dos nossos sonhos é considerado "posto de sacrifício", com direito a férias no país natal de dois em dois anos, enquanto outras cidades, São Paulo por exemplo, só dá direito a férias de três em três.
>
> É triste a gente ouvir isso e olhar em roda, ver a cidade mais linda da terra, mais adulada pelo Criador e pela Natureza, com maiúsculas, transformada numa provação para quem nela mora, pela desídia, pela incúria, pelos maus serviços a ela prestados, pela desorganização que nela impera.
>
> Tudo que Deus fêz, neste nosso Rio, é uma beleza O que deixaram por conta dos homens piora de hora em hora. E por quê, meu Deus, por quê? Pelo menos neste mês de junho o Rio é a cidade mais barulhenta do Universo, rivaliza com guerra, com explosão de bomba atômica, sabe-se lá com que. Estrangeiro que aqui aporta, durante a época dos fogos, entra na primeira farmácia, pede um comprimido para os nervos e dali vai para a primeira agência de viagem. O jeito é ir embora. Antes, perguntam a nós, que nela habitamos, aos jornalistas que dispõem de pena, às autoridades que dispõem do poder, como é que se permite, neste século da luz, semelhante selvageria. Ninguém sabe responder. E as bombas, os estouros, os desastres, os incêndios se sucedem.
>
> E o tráfego, Senhor? Há algum lugar do mundo em que se veja tal desembestamento dos lotações conduzidos por psicopatas, assassinos soltos e dispondo de armas poderosas para exterminar os seus semelhantes? Os jornais da manhã dêste dia que escrevo trazem, todos, as fotografias de um montão de ferragens retorcidas, que e o que sobrou de um carro de praça parado diante de um sinal e que a

[53] *O Globo*, 09 jul. 1958, n. 9870 (matutina), p. 1 (seção 2).

> fúria de um chofer de lotação atirou contra uma árvore. contra outro parado a vinte metros de distância, incendiando e matando duas pessoas. O chofer, esse, como é natural, como acontece sempre, fugiu, deve estar a estas horas com outro instrumento mortífero em punho, a desrespeitar sinais, a correr o que lhe dê na telha, a andar pela alameda que é destinada só aos automóveis e não aos ônibus e lotações. Mas é só sair à rua e olhar, para ver se, alguma hora, algum deles se lembrou de respeitar essa comezinha regra de tráfego. Coisa nenhuma. Ali mesmo no Flamengo, onde se deu o desastre, a qualquer instante é só chegar e ver os ônibus e lotações, em fila de quatro, atravancando a via, tirando a vez e a vida dos outros. Experimente chamar a atenção de um guarda, dos que estão ali para ver, registrar e multar essas cousas. Algum se incomoda? Algum multa? Algum toma alguma providência? Enterram-se os mortos, depois do desastre, remove-se a custo o que sobrou da tragédia, enquanto o tráfego, a cidade, param por mais duas ou três horas.
>
> E também somos a cidade mais esburacada e uma das mais sujas do planeta. É só na sair e ver. E não temos água, e quando chove, nossas ruas ficam alagadas, intransitáveis.
>
> E quando dá na cabeça não sei de quem, cortam-nos a energia, por três horas, como aconteceu ainda há quinze dias, ou há dois ou três meses, duas noites em seguida. Quem está dentro do elevador, lá fica, à espera de melhor sorte. Os cinemas mandam embora a clientela. E dentro de casa, quem mora em andar alto, desce de vela na mão, rezando aos seus santos, ou fica no escuro, sem rádio, sem televisão, sem possibilidades de sair aproveitando para uma hora de meditação, de desconto de pecados, de aperfeiçoamento espiritual.
>
> Até quando, povo da minha terra, até quando?
>
> Quando metade da população resolver mudar para Brasília e deixar-nos um pouco mais desafogados, por aqui?
>
> Rio de Janeiro – a cidade mais linda da Terra – pôsto de sacrifício? Eu ia retrucar, mas pensei melhor e fiquei quieta. Humilhada.

A crônica, em tom de desabafo contra a vida "transformada numa provação" na capital, toca em diversos assuntos, mas são dois os principais elementos descritos da "humilhação" em que se vê a cronista-narradora diante da visão dos embaixadores que chamam a capital de "Pôsto de sacrifício": as bombas dos festejos juninos, um elemento circunstancial, e o trânsito. O primeiro, chamado "selvageria", aparece como um resquício do passado, não compatível com o "século da luz" – apesar de ser um costume comparado com guerras e a bomba atômica, eventos deste mesmo século. O segundo, ao qual é dedicado o parágrafo mais longo, fala dos acidentes, das infrações, traçando, então, igualmente um cenário de selvageria, mas que não é tratado exatamente nestes termos. Ambos os problemas são percebidos no âmbito dos costumes, como parte daquilo "que deixaram por conta dos homens [e] piora de hora em hora" e, apesar de

clamar às autoridades por intervenção, a cronista-narradora não percebe como solucionáveis por meio da técnica ou da política. Após citar a questão da água, da limpeza urbana, da manutenção de vias e até mesmo do abastecimento de energia, a única possibilidade levantada para acabar com os problemas urbanos é a saída "de metade da população" para Brasília. Seria uma voz desesperada, propondo um fim dramático para um desabafo em forma de crônica? Ou, antes, seria a única certeza diante da desesperança vivida no "posto de sacrifício"?

Não se pode deixar de notar que Brasília aparece engendrada dialeticamente para os cronistas pensarem o Rio: hora ela é a causadora de um futuro pessimista da cidade, ao tirar-lhe o lugar como centro político e imagem do progresso nacional; ora ela é apontada como possibilidade de mudança positiva para a cidade, quando esta poderá, inclusive, mandar os problemas para a nova capital. A imagem da cidade ainda em construção abre-se também, dessa maneira, às adversidades concretas da vida urbana pelo modo como os cronistas exploram a ambiguidade da nova sede entre problema e solução. Não deixa de ser, novamente, o processo da construção pela alteridade, como coloca Hall (2016), uma vez que os cronistas continuam pensando a nova identidade do Rio pela *diferença* com a nova capital: a cidade que *declina*, enquanto a outra *ascende*, sendo que essas posições podem ser invertidas, causando a ambiguidade de Brasília nessas representações.

Tal ambiguidade é expressa fortemente no questionamento de Pongetti na "Agonia da Metrópole" a respeito de ser Brasília um "aviso da Divina Providência para o abandono da cidade moribunda", jogando com a ideia de ser ela vilã ou heroína na história já distópica do Rio. No entanto, Lessa (bem como Macedo Soares, mas também, ainda que de maneira indireta, Gullar) acaba a tratando como solução, ao ver o possível esvaziamento populacional do Rio, com a transferência da capital, "desafogando" a cidade. Se na crônica de Pongetti a cidade esvaziada pelos seus empecilhos era distopia, com Brasília em uma posição paradoxal; nessas há a ideia de um abandono *seletivo,* causado pelo entusiasmo com a cidade planejada, visto como a chance para a resolução dos problemas do Rio, rumo à efetivação de uma cidade quase ideal.

Na busca dessa cidade, o trânsito é um dos espaços em que melhor se pode ver aquilo que Jane Jacobs (2011, p. 382) chamou de "uma das peças que às vezes a história prega no progresso", já que "o período da evolução do automóvel como transporte

cotidiano correspondeu precisamente ao período durante o qual o ideal da anticidade, nos moldes de um subúrbio, foi elaborado arquitetônica, sociológica, legislativa e financeiramente". Para melhorar o fluxo, propõe-se o ampliamento de "vazios urbanos" que servem apenas ao uso dos automóveis e, em última instância, o esvaziamento da própria cidade, enquanto os carros deveriam ser ferramentas usadas em favor da vivência urbana mais plena. O problema do trânsito no Rio gera uma angústia que leva à percepção da cidade superpovoada e que leva, por sua vez, ao sonho da vida semi-urbana para compensar esses problemas vistos como insolúveis. No entanto, essa "anticidade" não estava sendo pensada ali, como resultado de uma reforma, por exemplo, mas no Planalto Central. Talvez por isso a drástica resolução do esvaziamento da urbe.

Quando Elsie Lessa escreve, no ano seguinte, "Brasília em filme"[54], comentando a película de 30 minutos, feita por Carlos Niemeyer, sobre a construção da nova capital, parece ser exatamente essa a ideia que povoa seu imaginário:

> Só em Paris pude avaliar o bem que representa para o europeu, habituado a contar terra em metros quadrados, nos seus países superpovoados, em que cada centímetro de solo conta, essa ideia meio louca de uma nova cidade, uma nova capital, sendo construída, às pressas, em força e beleza para o futuro.

Uma cidade inteiramente nova só seria possível onde há abundância de terra desabitada, ideia essa que era amplamente difundida a respeito de Brasília – segundo Márcio de Oliveira (2005, p. 121), parte de um imaginário perene a respeito do interior "selvagem" que deveria ser "civilizado" – e que a cronista-narradora traz a partir de uma interpretação do olhar estrangeiro, do europeu em seu pequeno continente, que perceberia esse espaço a ser preenchido como uma vantagem não só por poder *começar tudo do zero*, como também pela imagem da amplidão e do vazio em seu sentido geográfico.

Mais adiante, depois de comentar o lirismo da arquitetura moderna, a "majestade" da futura cidade "traçada pelas mãos geniais de um arquiteto como Lúcio Costa", ela sintetiza seu encantamento em uma imagem: "Vejo com inveja as ruas em

[54] *O Globo*, 29 jun. 1959, n. 10168 (vespertina), p. 1 (seção 2). Na crônica, Lessa não nomeia esse filme e também não encontrei nenhuma referência a ele nem em listas de "filmes sobre Brasília", por exemplo, da Fundação Getúlio Vargas (https://cpdoc.fgv.br/brasilia/filmografia), nem consta na filmografia de Carlos Niemeyer, responsável por famosos documentários sobre futebol na década de 1970. Ao que tudo indica, trata-se de uma película experimental, não comercializada.

que o homem, restituído à sua inicial dignidade, não tenha que disputar, assustado e encolhido, aos veículos de rodas, o seu lugar no chão ou na vida". O planejamento das largas vias para os modernos automotivos não é apenas um desejo advindo de uma realização de engenharia, mas aparece como desejável justamente por ser um contraste com a experiência, e por isso ali se pode vislumbrar toda uma nova vida nessa cidade construída no *quase-deserto.* Embora na crônica a comparação seja feita com a Europa, não é difícil estendê-la à velha capital brasileira, como a própria Lessa e outros cronistas continuamente sublinhavam: a disputa entre automóveis e pessoas é, na verdade, a própria disputa diária pela cidade. Citando ainda, ao final, "as palavras proféticas de um conselheiro de D. João VI", utilizadas no filme, ecoa o desejo de uma cidade que não seja preciso disputar:

> "[...] A capital se deve fixar em um lugar são, ameno, aprazível e isento do confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas..." Em verdade, o lugar parece são, ameno, aprazível. Que Deus a conserve tal como quis o homem que a planejou, "isento do confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas..."

A "cidade moderna" para um "Brasil moderno", deve ser também uma cidade menor, como essa planejada "para 700 mil habitantes", como a mesma cronista ressaltaria na crônica "Visita à água e ao Catetinho", três meses depois, como vimos, afirmando que todos teriam direito a "500 litros de água por dia". Essa condição fundamental para ser guia para o futuro do país é um papel que o Rio de Janeiro definitivamente não cumpre.

Entre a questão técnica e a convivência social, Manuel Bandeira, que não costumava ocupar tanto sua sessão com os problemas mais imediatos da cidade (a não ser, geralmente, quando estes despertavam facetas líricas), acaba também rendendo-se à reflexão sobre a questão urbana carioca a partir da visão do trânsito, logo depois da transferência da capital, em "As bombas"[55]:

> O Rio de Janeiro, e imagino que São Paulo também, tem ficado cidade bastante incômoda. É que o desenvolvimento de ambas foi espantoso nos últimos cinquenta anos, e os responsáveis pela sua administração não pensaram nunca em prepará-las para tamanho surto. No Rio, só o Prefeito Passos teve alguma visão do futuro. Êsse mesmo, em muitos pontos, ficou aquém do que devia e podia fazer. Basta dizer que,

[55] *Jornal do Brasil*, 11 mai.1960, n. 109, p.3.

> morador do Bairro de Laranjeiras, não pensou em prolongar até o mar a rua das Laranjeiras; a Avenida Atlântica, que poderia ser como é a Avenida Vieira Souto, foi construída de modo que não se deixou ao trânsito senão uma pista ridiculamente estreita, onde qualquer pequeno embaraço a estrangula. Aliás, não haverá alargamento de rua nem abertura de túnel que resolva o problema do trânsito numa cidade de três milhões de habitantes. Enquanto não se dotar a cidade de vias subterrâneas, teremos que viver engarrafados nas horas de *rush*.
>
> Esses incômodos no trânsito nasceram do mesmo progresso que, por outro lado, a outros aspectos, facilita a vida. Mas há os incômodos que resultam de sobrevivências na cidade moderna de certos costumes próprios de arraial. Por exemplo, de se festejar Santo Antônio, S. João, S. Pedro com petardos rompedores de tímpanos. Os fogos – as pistolas, as estrelinhas, as rodinhas, encantos da infância – são admissíveis. Mas as bombas, meu Deus, que suplício para os ouvidos e para os nervos [...].
>
> Não se compreende que uma grande cidade se transforme assim todos os anos e durante mais de um mês num arraial de primitivos. Governador Sette Câmara, tenha pena de nós, pacíficos provincianos que agora somos, e acabe despoticamente, ditatorialmente com essa usança bárbara.

Assim como Lessa o fizera, em 1958, Bandeira também levanta a perturbação causada pelas bombas de São João, um problema que ele define como "sobrevivência" de "costumes próprios de arraial", ao final chamado ainda "arraial de primitivos", na mesma linha, portanto, da "selvageria" vista pela cronista d'*O Globo*. Porém, se na crônica de Lessa esse era um dos vários motivos (embora mais detalhadamente) que a levavam a ver o Rio como cidade de "provação", na crônica de Bandeira há apenas dois assuntos: a infraestrutura para a mobilidade urbana e o hábito junino. Essa construção leva a um efeito contrastante maior da "cidade moderna", tendo, de um lado, as consequências do progresso, e de outro, a ausência dele.

Do lado do progresso, o cronista-narrador destaca Rio de Janeiro e São Paulo, estas que eram já as duas maiores cidades brasileiras, mas vê como resultado de seu "desenvolvimento espantoso" também o "incômodo" que se tornou nelas a vida urbana. Na sua percepção, o problema se revela pela "falta de visão do futuro" por parte dos políticos que, por isso, não prepararam tecnicamente a urbe. As questões elencadas por Bandeira, marcados "os últimos cinquentas anos" do desenvolvimento que ele presenciou, se referem a projetos de engenharia urbana visando a melhoria do fluxo dos automóveis pela cidade e, assim, de mais conforto da população.

O marco que utiliza como referência positiva é Pereira Passos, o prefeito da "Restauração" (1902-1906)[56], responsável pela construção da famosa Avenida Atlântica (1906-1908), à época um projeto que sublinhava a nova forma de ocupação urbanística do litoral, seguindo a concepção que alinhava modernidade e a cidade aberta aos ares oceânicos, prometendo ordenar a sua ocupação, além de inequivocamente marcar a adesão à ideia da paisagem como valor (O'DONNEL, 2013, p. 54-55). Originalmente, essa obra parecia ter, então, muito de simbólica e pouco de necessidade pragmática se pensarmos nos autos, posto que estes eram ínfimos nesse período, essencialmente itens de distinção social (o que só mudaria efetivamente na década de 1960, segundo Brandão (2011, p. 63)), e o transporte coletivo visto como moderno era o bonde (a sua extensão até Copacabana era tida, inclusive, como o principal fator desencadeador para a civilização do bairro), o que justificaria ser "ridiculamente estreita", como criticaria Bandeira. Já tinha sido, porém, duplicada, ainda na década de 1920, como parte das obras da comemoração do Centenário da Independência, numa época em que já havia mais automotivos circulando (principalmente coletivos) e uma população local de mais de 22 mil habitantes (O'DONNEL, 2013, p. 81). Apesar da utilização desse marco, o discurso modernizante do cronista-narrador dirige-se a partir de uma ideia de progresso mais de acordo com a experiência da metade do século XX, isto é, com a visão do crescimento exponencial da cidade, levando-o à percepção de que é preciso "prepará-la" para o dinamismo *contínuo*, essa a "visão de futuro" reclamada, acreditando, portanto na função planejadora governamental. É interessante o ponto de vista de Bandeira em uma época em que as soluções controladoras da expansão da cidade são ainda almejadas como índice de racionalidade (muito embora Lamas (2004, p. 234) afirme que a função do urbanismo seria de *organizar* essa expansão), como é o caso de Brasília, cujo "cinturão verde" que a envolve é planejado para conter o crescimento da cidade, e teria sido mesmo apreciado pelo júri do concurso do Plano Piloto, em especial o inglês William Holford[57]. O Rio, cidade que já sofrera todo esse "desenvolvimento espantoso", não estaria submetido ao mesmo controle?

[56] É interessante que não cite, por exemplo, as realizações do Governo Vargas, como a Avenida Presidente Vargas, que já fora projetada pensando nos modernos automóveis, e é bastante extensa, ligando o centro à zona norte. Não podemos excluir a possibilidade de que tal seleção possa ter se dado também razão de aproximações e divergências políticas bem como se vivências, pois Bandeira viveu os anos Vargas de maneira intensa no Rio, enquanto durante a "Restauração" ele estava vivendo em São Paulo.

[57] Laurent Vidal (2009, p. 223) destaca que, enquanto outros planos que disputaram o concurso previam formas organizadas de expandir a cidade, o de Lúcio Costa a elabora realmente fechada neste cinturão.

Notemos que nas demais crônicas que abordavam as questões em torno do trânsito no Rio a infraestrutura urbana era pouco ou nada mencionada, focalizando-se, sobretudo, o elemento humano. A crônica de Bandeira, publicada já em 1960, é a primeira que traz essa como uma questão primordial, mas a percebendo, principalmente, como ultrapassada, e nisso se aproxima da visão cantada por Lessa, em "Brasília em filme", de que ruas largas "restaurariam" a "dignidade" do homem. Afasta-se da mesma, porém, porque não vê essas ruas em uma cidade limitada, mas em crescimento. Se relembrarmo-nos das obras que se realizaram na cidade entre 1958-1960, como o aterro do Flamengo e o viaduto da Perimetral, tematizados em crônicas que abordamos no capítulo anterior, veremos que elas visavam justamente à melhoria do trânsito da cidade, como os jornais destacavam, mas que os cronistas não as abordavam por essa via. De maneira talvez complementar, nas crônicas que enfocam de fato os problemas em torno do trânsito não vemos os cronistas falarem dessas obras, possivelmente porque, em geral, eles preferissem abordar o cotidiano urbano em sua dinâmica experenciada. Via de regra, não abordam mesmo quaisquer das obras que pareciam estar em constante realização: além do aterro do Flamengo e do viaduto da Perimetral, havia o alargamento de avenidas, como a Princesa Isabel (Copacabana), e a construção de túneis, como o da Barata Ribeiro (Copacabana), que também prometiam aliviar o fluxo e a vida dos cidadãos.

Fernando Sabino também não fala dessas obras, mas registra outras tentativas de solução do tráfego intenso, alguns meses depois, que denomina, porém, de "Coisas Piores"[58]:

> Você não tem razão de reclamar, João Batista: as coisas aí em Brasília não podem ir assim tão mal como sugerem suas queixas. Ainda agora acabo de ver seu retrato, todo chibante e catita na primeira página do JORNAL DO BRASIL, ao lado de Jânio Quadros. Jânio em Brasília, para variar. Como correspondente, você dessa vez encontrou novidade pela proa.
>
> Por outro lado, as coisas por aqui não estão lá essas maravilhas que você imagina aí no seu inconformado exílio. Aqui na nossa zona, por exemplo, outrora tão sossegada, o tráfego também já se tornou um castigo. Para começar, a confusão de mão-única é tal, que, se acaso ouso sair de minha casa de carro, não encontro jeito de voltar: tenho de seguir sempre em frente, embrenhando-me em verdadeiro labirinto por quase todas as ruas do bairro, indo por onde não quero, para chegar onde não pretendia. Êsse nosso diretor do tráfego, benza-o Deus! não há meio de se convencer de que a linha reta é realmente o

[58] *Jornal do Brasil*, 03 set. 1960, n. 208, p.7.

> caminho mais curto entre dois pontos, verdade que prevalece também para o trânsito, embora não acredite. Resolveu norteá-lo segundo o próprio labirinto de sua cachimônia e o resultado é desastroso: um desastre em cada esquina. Dizem que sua permanência no cargo, em verdadeira contramão de direção, se deve a muito prestígio nos altos escalões doméstico-administrativos desta nossa infeliz República. Se é assim, porque não vai dirigir o tráfego naquela parte, ou seja, aí mesmo em Brasília, para que o caos retorne à sua origem?
>
> Também o tráfego das idéias, por aqui, não é de molde a lhe fazer inveja: ainda agora passei uma hora praticando o ascetismo cívico de ouvir programas políticos pela televisão: nunca vi tanto bestialógico como êsse que se despeja sobre nós, às vésperas das eleições. Estou certo de que você aí em Brasília, numa conversa de botequim com algum candango, poderia colher idéias e opiniões bem mais interessantes do que as que trafegam por aqui. Aliás, pelo que tenho ouvido dizer, você não é visto por aí trafegando com candango, mas muito bem acompanhado, como sempre. Pelo que, tudo considerado, suas queixas de mineiro proscrito carecem de fundamento. Brasília não é o fim da picada – nem ouso enumerá-las: este jornal inteiro seria curto; mas tem coisas piores, João Batista.

Endereçada a um amigo apresentado como alguém que se mudou para Brasília e mandava constantemente queixas de lá, o cronista-narrador desenha uma cidade tão caótica quanto antes e considera que a vida ali é até pior que na nova capital, chamada de "exílio" por ter sido inaugurada inacabada, faltando uma série de aparelhos urbanos, inclusive para o lazer. Sua descrição e a reclamação centram-se no problema técnico da engenharia de trânsito que estaria tornando a sua zona (a sul), que ele faz questão de lembrar como "outrora tão sossegada", em um "labirinto". Ele evidencia, dessa maneira, o processo que Jane Jacobs (2011) chamaria alguns anos depois de "erosão das cidades pelos automóveis", quando o fluxo destes se torna mais importante que o uso da cidade pela sua população, e que, preocupado em "ir solucionando" os congestionamentos, não chega a projetos efetivos para acabar com o impasse entre os automóveis e a cidade, esses que seriam, contudo, "aliados potenciais" (JACOBS, 2011, p. 383). Não se trata mais, então, da falta de educação dos motoristas, da desatenção às leis de trânsito, enfim, de ausência de civilidade, como queixava-se no ano anterior, mas de um problema de projeto, afinal, para o carioca não interessa que o futuro do novo Brasil urbano esteja sendo traçado noutra cidade, o Rio continua sendo o lugar onde habitam milhões de pessoas que precisam se deslocar pela urbe.

A discordância com o modo como é efetuada a reorganização do tráfego é elevada, porém, ao nível político. Primeiro, ao sugerir, de maneira sarcástica, que o

diretor de trânsito fosse cumprir a função em "Brasília, para que o caos retorne à sua origem". Sua acusação parece ser, dessa maneira, referente à incompetência de quem o faz, sugerindo inclusive politicagem: "Dizem que sua permanência no cargo, em verdadeira contramão de direção, se deve a muito prestígio nos altos escalões doméstico-administrativos desta nossa infeliz República". É notável que a relação estabelecida entre a antiga e a nova capital seja feita pela imagem geral do "caos", que em Brasília não encontra, porém, no texto, uma materialidade para além das acusações políticas feitas de maneira ampla, mas no Rio é descrito a partir do trânsito, vendo-se ali a "confusão" que impera na cidade, depois ainda utilizando-o como analogia para o caos político. Trata-se, assim, de uma crítica voltada, em especial, para a relação entre a técnica e a política, vistas de maneira pessimista não em si mesmas, mas pelos resultados até então conseguidos: o "labirinto", o "desastre a cada esquina", longe, então, de solucionar quaisquer problemas, no seu ponto de vista.

Em segundo lugar, a analogia política ocorre na crítica ao "tráfego de idéias" que se dá no Rio, localizando-a em torno das eleições daquele ano, para a presidência e para o governo do novo estado da Guanabara, que se aproximavam. Utiliza assim as expressões referentes ao trânsito para aprofundar-se no debate político mais amplo, que está por trás, inclusive, do projeto modernizador, como explorado no parágrafo anterior. Nesse sentido, a dificuldade do "tráfego de idéias" tanto refere-se ao seu conteúdo, chamado "bestialógico", quanto ao modo como circulam, o que aparece na referência aos candangos, sugerindo que até numa conversa de bar com eles "poderia colher idéias e opiniões bem mais interessantes do que as que trafegam por aqui". Essa referência aos candangos, operários construtores de Brasília, traz um *recorte de classe* que se opõe, logo em seguida, de maneira sarcástica, àqueles inominados com que João Batista andaria "muito bem acompanhado". Trata-se, então, da impossibilidade do debate político democrático, em que os candangos representam aqueles que deveriam ser ouvidos, enquanto nos programas políticos que assiste pela televisão dominariam ideias absurdas, talvez descoladas da realidade, que levam o cronista-narrador a afirmar o seu "ascetismo cívico" diante do contexto político. É interessante que haja, portanto, essa analogia entre o trânsito carioca e a sua política, ambas atravancadas, sob um projeto de modernização que acabava por não corresponder às demandas e expectativas da população. No âmbito político, vai claramente contra a ideia de que esse projeto levaria à "maturidade política", que seria "favorável ao desenvolvimento de uma democracia

não mais limitada pelos controles estatais; não mais populista", esperança que Angêla de Castro Gomes (1998, p. 546, 551) notou naquele período, entendendo que o populismo seria, ao mesmo tempo que uma forma de atendimento às reais demandas das massas, também uma forma de as controlar. Assim, no âmbito das eleições de 1960, após a transferência da capital e, portanto, sob um novo Brasil já inaugurado, que deveria começar a traçar um novo caminho, o cronista-narrador percebe apenas velhas práticas e nota que são "coisas piores".

Logo, da mesma maneira que Bandeira, ao focalizar também o plano político, Sabino reivindica projetos para a mobilidade urbana que tragam conforto, que possam barrar o "caos", mas que parecem não ser possíveis sob aquele projeto. Bandeira, porém, ao tratar da perspectiva técnica, tem um olhar pessimista, porque considera que não houve realizações urbanísticas suficientes e que fossem voltadas para um prognóstico nessa área pelos prefeitos, acusados de não terem "visão de futuro". Mas também porque, ao traçar um percurso histórico mais amplo, acredita que apenas medidas mais complexas, como "dotar a cidade de vias subterrâneas", seriam capazes de resolver (ou ao menos aliviar?) os engarrafamentos "nas horas de rush", porque o problema central parece ser o intenso dinamismo da população, que chegara aos três milhões de habitantes naquela década. Já Sabino não toca nessa questão: não a consideraria um problema?

Apesar de não se aprofundar nisso (assim como Gullar, apenas "soltando" a informação no texto), Bandeira claramente entende os três milhões de habitantes como superpopulação, e é isso fundamental para compreender o seu ponto de vista sobre o "surto" observado na cidade naqueles cinquenta anos. Quando observa que "esses incômodos no trânsito nasceram do mesmo progresso que, por outro lado, a outros aspectos, facilita a vida", podemos tanto entendê-lo pelo desenvolvimento e popularização gradual dos automóveis (o que, porém, nem chega a ser citado na crônica, mas não podemos deixar de entender no horizonte do desenvolvimento técnico mencionado), quanto pelo crescimento populacional, causado, como já vimos, pela grande massa de migrantes atraída pela então capital federal. Bandeira vê pelo problema do trânsito a cidade sendo disputada por essa superpopulação, no entanto, não demonstra que *esse é o problema* que deve ser solucionado. Em vez disso, apela para a ação política e o investimento na técnica, como meio possível de promover uma cidade *menos* incômoda, que não precise ser disputada. Podemos afirmar que ele compreede,

assim como Henry Lefebvre (2011, p. 124), que "prospectar as novas necessidades" da cidade é também desenvolvê-la na "direção da sociedade urbana", efetivamente integradora e racional – muito embora não percebesse (ainda?) que essas novas necessidades "são descobertas no decorrer de sua emergência [...][n]ão preexistem como objetos", ou seja, a realidade urbana se impõe sobre os projetos, mesmo dos chamados "visionários".

"As bombas", que aparenta inicialmente ser uma colagem de dois assuntos tão díspares, acaba por usar o contraste para aprofundar um discurso civilizatório, realçando que mesmo após tornarem-se "pacíficos provincianos" – *província* sendo a palavra utilizada para referir-se à condição estadual, opondo-se à *capital*, mas também a palavra que, vinda dessa lógica entre centro e periferia, remete às tradições, ao antimoderno – não poderiam deixar de caminhar no sentido do progresso, seja ele o moral ou o técnico. O empecilho é, porém, que no presente a cidade parece não caminhar nessa direção, daí o seu apelo ao governador interino Sette Câmara[59], ou seja, ao novo poder político que pode mudar os rumos da cidade.

Quando Pongetti dizia, em sua distopia, que o carioca precisava lutar diariamente "contra o ar empestado pelas descargas dos automóveis e contra o mau-humor de todo um povo contrariado nos seus direitos mais ínfimos...", via no trânsito sinais de uma cidade que se afastava do seu destino de ser civilizada. Percebemos, em nossa análise, como essa imagem se aprofundou e também se ramificou nos demais cronistas, ampliando o alcance da nossa visão sobre a mobilidade da urbe em seus aspectos modernizadores, bem como na civilidade dos costumes, e o modo como ela afetava a percepção da própria cidade, caótica e em constante disputa pelos citadinos. Os cronistas-caminhantes continuam, porém, seu passeio diário sobre os camelos, apontando para outras exsicações urbanas, conforme veremos no capítulo posterior.

[59] José Sette Câmara Filho foi indicado governador do Estado da Guanabara desde a transferência da capital, quando o estado é fundado no lugar da antiga capital, até a posse do governador eleito Carlos Lacerda, em 1961.

3. *Mural carioca* permeado de favelas: entre a questão social e a estética desejada do progresso

Um dos problemas constantemente apontados pelos cronistas está marcado na paisagem e já tinha sido visto brevemente na discussão da verticalização e do mercado imobiliário: a consolidação e o crescimento das favelas.

Henrique Pongetti mostrou-as também na "Agonia da Metrópole" como sinônimo de doença: "Cidade variolosa, de uma varíola arquitetônica que corrói a beleza das paisagens e nelas deixa as favelas, deformantes como marcas de bexiga no rosto da mulher amada". Dizimadoras da bela vista da cidade, um de seus maiores orgulhos, ao tomar conta principalmente dos morros, seria, então, mais um motivo da distopia carioca. O que essa *marca* no semblante do Rio pode nos revelar sobre as representações urbanas em torno do progresso?

3.1 *Culpas e castigos* entre a cidade e suas favelas

Enquanto Pongetti via as favelas em conjunto, na visão deformada da cidade, Dinah Silveira de Queiroz observava uma favela específica em "A luz escamoteada", de 21 de fevereiro de 1958[1]:

> Descemos de Petrópolis, e chegamos ao acender das luzes do Rio. E naquêles primeiros contactos com a cidade vamos estranhando nas favelas enterradas na lama uma luz fraquinha e diferente, que não bruxoleia, como a das velas e das lamparinas. Perguntamos ao "choffeur", homem experimentado:
>
> - "Que espécie de iluminação é essa? Por quê essa favelas não dispõem de luz elétrica como outras?"
>
> O motorista ri, e me pergunta na sua simpática risada de meio perfil:
>
> "A senhora já viu brasileiro se apertar? Essa gente toda aí tem iluminação de graça, dia e noite."
>
> - "De graça?"
>
> Começam a cair uns pingos de chuva. Êle se preocupa com o limpador do para-brisa que não está funcionando. Há um pequeno "suspense", e eu tenho logo a explicação:
>
> - "Tôda esta gente daí tem luz em casa... com a Rádio Nacional."

[1] *Jornal do Commercio*, 21 fev. 1958, n. 118, p. 5.

> - "Deixe de brincadeira, homem. Diga direito como é essa iluminação."
>
> - "Muito fácil. Um fio, uma bobina e a lusinha está aí acesa, dia e noite, prá quando se precisar dela."
>
> Dentro do campo magnético da tôrre da Rádio Nacional, os favelados têm energia em casa, graças a um sujeito esperto que está fazendo as "instalações". A luz é fraquinha, mas dá para alumiar uma saleta tão pequenina, um quarto assim exíguo. Fica-se pensando que toda essa claridade é produto de uma escamoteação, gente que não paga luz e tem luz em casa. Mas a Rádio Nacional não sai prejudicada com isso. E os pobres têm, em seu desconfôrto, aquela permanente iluminação, inteiramente gratuita.
>
> O motorista concluiu:
>
> - "O que é que brasileiro não inventa, dona?"
>
> A chuva amainara. Eu podia ver as últimas casinhas com aquela claridade semelhante o gás neon, mas bem fraco. Aquela gente era talvez a mais pobre dentre todos os pobres das favelas, aqueles terrenos baixos a chuva encharcava, e havia o terrível cheiro de lama podre. Mas em cada casinha, porque graças a Deus cada brasileiro é o sujeito mais esperto do mundo, havia a abençoada luzinha que não se extinguia. De graça. Sem ameaça de cortes. De graça, como as últimas felicidades que a gente tem na vida: o céu a nos cobrir, o mar aberto para nossa alegria.
>
> A tôrre da Rádio Nacional, por um dêsses milagres da vivacidade brasileira, enriquecia a mais pobre favela da cidade.

Localizada nos limites do Rio, a favela que ficou conhecida como "Favela da Rádio Nacional" (atualmente Parada de Lucas), justamente pela sua proximidade à torre, se destaca na paisagem carioca pelas luzes que emana. É, porém, um cenário bem diferente daquele que vimos no mesmo "acender das luzes" descrito por Elsie Lessa no "Itinerário de um Feriado"[2], que marcava, no horizonte urbano, a nova linha de arranha-céus. As luzes que Dinah estranha são "fraquinhas" e estão "enterradas na lama" da favela, lugar desde já marcado pela vida em estado de barbárie, em contraste com a modernidade da torre em torno da qual cresceu. Esse contraste vai se aprofundar na crônica para além do aspecto estético, pois é o que também aparece no modo enviesado como os moradores da favela usufruem dessa modernidade.

É com o motorista do táxi, "um homem experimentado", que ela colhe a informação sobre a diferença daquelas luzes que nem parecem vir de fogo nem são características de eletricidade. A explicação é dada em meio a risadas, um certo

[2] Ver capítulo 1, p. 53.

suspense e a constatação do *jeitinho* do povo de lidar com as adversidades, nesse caso, as "instalações" feitas pelo "sujeito esperto". Apesar de a cronista-narradora admitir que os "pobres favelados" praticam uma "escamoteação", o seu tom é de atenuação, em especial por dois motivos: primeiro, porque "a Rádio Nacional não sai prejudicada com isso"; segundo, porque em meio ao "cheiro de lama podre", o recurso gratuito poderia ser como uma compensação, já que ao menos têm energia "de graça, como as últimas felicidades que a gente tem na vida: o céu a nos cobrir, o mar aberto para a nossa alegria". No entanto, se a poetização da situação é atenuada com certa empatia, ela acaba mesmo remarcando a própria pobreza relativa a esse espaço social quando associa as "últimas felicidades" de todos – e, portanto, o que a cronista, os leitores (em geral, da classe média) e os moradores da favela têm em comum – à única alegria ali disponível, a de ter ao menos um dos recursos urbanos, mesmo que fosse preciso "escamoteá-lo".

Assim, a cronista-narradora percebe que o direito à energia elétrica é negado a esses citadinos, mesmo que morem ao lado de um dos símbolos da cidade moderna, e parece justo a seus olhos que usem sua "esperteza" para conseguir luz dali. É propriamente o processo de megalopolização da cidade (BARROSO, 2013a) que ela enxerga nessa imagem paradoxal, ou seja, uma cidade que vive na grande diferença social que se impõe, naturalizando-a, e cujas populações marginalizadas já não são possíveis de serem escondidas – ainda que permaneçam invisíveis diante das políticas públicas. A própria cronista-narradora não coloca uma saída para aquela situação, a não ser a já encontrada pelos moradores e, por essa razão, se limita a apreciá-la melancolicamente. Como a melancolia contém o traço da resignação e, de acordo com Walter Benjamin (2012, p. 78), pode ser "rotineira" ao ponto de o melancólico "perder a capacidade de se enojar" diante das grandes injustiças sociais, é justamente por isso que ela vê a questão como compensação *feliz*, reduzindo os habitantes da favela também apenas a essa perspectiva, ditada pela miséria, e não pelo viés da resistência, que daria à "escamoteação" um sentido mais profundo de busca de justiça do que a simples "esperteza" dos sujeitos. Esta que, gerada pela pobreza extrema, permanece digna de sua empatia.

Essa empatia é o que não fica evidente, porém, no "Mural Carioca"[3] percebido por Pongetti, no ano seguinte:

> Teimosia do sambista de hoje, como de ontem, é a poetização do morro. Dentro e fora do carnaval o cenário do morro é inculcado como beleza num samba pegajoso. Noutro, igualmente dotado de cola auditiva, o cantor se proclama o samba em pessoa e se declara, vaidosamente, cidadão do morro, sim, senhor. Há um imenso equívoco social entre o morro e a música popular. O que deveria ser o libelo se transforma em louvação: e, musicalmente falando, os donos dos palacetes da Lagoa Rodrigo de Freitas morrem de inveja dos barracos do morro do Pinto.
>
> ***
>
> Houve uma época de exaltação da Favela. Até Heckel Tavares saiu de seu gênero habitual e arriscou uma subidinha. "No noutro dia fui lá em cima da favela, ô... E ela, ô, não estava". Era mania encontrar poesia naquele inferno de vivos. Uma das imagens mais encontradiças era "mais perto do céu, mais perto de Deus". Orestes Barbosa no seu belíssimo e já clássico "Chão de Estrelas" arranjava modo de atapetar de astros o chão de terra dos barracos, sublimando as frestas por onde, com o luar, entravam também o frio e o vento.
>
> ***
>
> O que está trabalhando seriamente contra o endeusamento do morro é a favela da planície. A de Ramos, por exemplo, bem no nariz e nos olhos de quem passa pela luxuosa e inevitável rodovia, desmoraliza diariamente o tema barraco. Tirar lirismo daquilo é vontade de zombar da miséria e da inspiração. A favela é extensa, e mesmo dos carros em alta velocidade pode-se fazer uma análise. Como se consegue morar assim? Como se deixa alguém viver assim? Acontece que ali há um permanente cheiro de podridão – uns dizem provir do curtume, outros dos mangues do fundo da baía – mas o fedor se associa, logicamente, àquele pequeno mundo sem esgotos, sem higiene, e ninguém aceita a causa. Há também bandos de urubus sobrevoando os barracos, descansando nos tetos. Os urubus são os sabiás da favela de Ramos. Se os víssemos ali em gaiolas, estranharíamos menos do que vendo o sambista extrair lirismo daquele monturo arquitetônico.
>
> ***
>
> Talvez os sambistas queiram aludir à beleza que dos morros se abarca, à microspização das grandes mazelas da cidade vistas lá de cima. De fato, quem sobe aos últimos barracos de uma favela vê um Rio manso, doce, harmonioso, sem suas taras, sem suas lepras, sem suas cicatrizes. Deve ser isso que êles querem transferir e sobrepor à realidade sórdida. Aquela paz vinda debaixo para cima num côro expirante de rumores indefiníveis; aquêle céu largo, largo e profundo, tirando a importância visual de tôdas as enormidades entre as quais os homens se pisam, se acotovelam, se massacram. O mirante é horrível, a vista é fabulosa. Os letristas exaltam o mirante, de costas voltadas para a vista. É seu equívoco poético.

[3] *O Globo*, 18 jun. 1959, n. 10159 (matutina), p. 3.

***

> Um estrangeiro me fazia observar a humildade topográfica dos milionários cariocas. Na Europa, as cidades com morros têm as alturas disputadas pela riqueza. Domina-se, açambarca-se o panorama, isola-se, realiza-se o ideal da tôrre de marfim, da solidão sidarita e da preponderância residencial. Aqui, a miséria ocupa os pontos culminantes, esbalda-se de beleza panorâmica, faz descer sobre os palácios da planície as sombras da sua insuficiência – e monopoliza a veia poética dos cantores da cidade. Nem pão, nem circo: vistas.

A exaltação do morro, constatada nas letras de samba, é material de análise do cronista-narrador, que contrasta o "lirismo" das letras com a realidade paisagística e social das favelas. Seu ponto de vista é de que há um descompasso entre eles que se torna um verdadeiro "equívoco social", pois nos sambas "o que deveria ser o libelo se transforma em salvação", citando especificamente "os donos dos palacetes da Lagoa Rodrigo de Freitas" e os moradores dos "barracos do morro do Pinto", situados um ao lado do outro, mas invertendo as relações, como se fossem aqueles que tivessem "inveja" destes. A crônica segue, então, no caminho de citar essas letras, descrever as favelas e questionar a origem desta *inspiração.*

Apesar de usar "morro" e "favela" como sinônimos, como se tornara usual (VALLADARES, 2005, p. 33), é a imagem de uma "favela da planície" que é usada para demonstrar a impossibilidade da "poetização do morro", tal como ocorre nas letras dos sambistas. A favela de Ramos, localizada próximo à torre da Rádio Roquette Pinto, na Zona Norte da cidade, é caracterizada pelo cronista-narrador de maneira tão ruim que "desmoraliza diariamente o tema barraco". Assim como na crônica de Dinah, é o cheiro de podridão e a ausência de infraestrutura urbana (nesse caso, de tratamento de esgoto, que o cronista-narrador associa indubitavelmente ao mau odor) que se sobressaem nesse quadro, e o levam a afirmar que "tirar lirismo daquilo é vontade de zombar da miséria e da inspiração". Pongetti também demonstra algum sentimento de empatia ao perguntar "Como se consegue morar assim? Como se deixa alguém viver assim?", no entanto, o que se ressalta são os motivos para a rejeição do lirismo. Este passa a ser condenável, então, porque parte-se da visão da favela como o lugar onde tudo falta, afirmando-se a tendência ressaltada por Luiz Antonio da Silva (2002, p. 223) de tomar esse espaço pelas suas carências materiais e simbólicas, um dos aspectos que, afinal, marcaria a sua percepção social como "problema". Desse ponto de vista, negar a possibilidade do

lirismo é negar qualquer sentido positivo que os moradores possam vir a ter do seu próprio lugar porque ali só existiriam ausências.

De repente, porém, o cronista-narrador parece não mais voltar-se para a miséria sofrida pelos próprios moradores das favelas e passa a preocupar-se com a sua percepção da cidade. Remarcando a imagem do Rio de Janeiro fortemente ligada à suas belezas naturais, ele questiona se "talvez os sambistas [quisessem] aludir à beleza que dos morros se abarca", achando natural que a poetização dissesse respeito à paisagem vista dali; ou ainda, referindo-se às questões sociais, se queriam falar da "microspização das grandes mazelas da cidade vistas lá de cima", de uma idealização de cidade onde, afinal, não existiriam nem seus problemas urbanos nem, tampouco, a miséria do morro. Essa solução, que pareceria ser a única plausível nessa perspectiva, é, porém, rapidamente abandonada, pela constatação de que os letristas idealizam de fato "o mirante", "de costas voltadas para a vista", e, então o "equívoco social" torna-se "equívoco poético". Portanto, nessa percepção, a beleza a ser cantada só existe do lado de *fora* da favela, longe de toda pobreza, esta que não traria outra coisa à cidade se não feiura. Utilizando uma equivalência direta entre o bom e o belo e o mau e o feio, numa perspectiva estética clássica, acaba por excluir da tão aclamada graciosidade do Rio a população pobre das favelas, confinada, então, no seu lado oposto, em uma cidade feia e indesejada, impossível de figurar no ideal da cidade maravilhosa. O "equívoco" social e estético é a sua própria existência.

Essa inversão do olhar, que sai "de dentro" da vida na favela para fora dela, acaba levando à visão do que seria, então, o "Mural Carioca": uma cidade também *invertida*, em que "a miséria ocupa os pontos culminantes", ganhando a bela vista panorâmica como prêmio, enquanto os "palácios da planície" ficam à sua sombra. Mais uma vez, o parâmetro usado é a Europa, "onde as cidades com morros têm as alturas disputadas pela riqueza", aludindo àquele imaginário que conecta altura e poder (VAZ, 2002). Nesse sentido, a justificativa para a rejeição dos sambas *romantizadores* da favela é uma mescla de considerações sociais sobre elas, marcadas fortemente pela negatividade, com considerações estéticas que vão além dela, porque atingem a própria imagem urbana: sua miséria domina o cenário carioca, enquanto os moradores das comunidades "esbaldam-se em beleza panorâmica" no alto de seu "monturo arquitetônico".

Na crônica de Dinah, que focava especificamente a ausência de um certo serviço e a solução encontrada pela população, o cenário da miséria é uma constatação por onde se entra na visão da comunidade, ali vista como a "mais pobre favela da cidade", e é usada para gerar uma certa empatia. Já em Pongetti, essa mesma constatação é desdobrada, saindo da empatia e alargando-se até dominar a visão da cidade. Seriam apenas diferenças de ponto de vista sobre a questão?

Na contramão de qualquer projeto modernizador, na década de 1950 as favelas tinham se difundido, e entre o Censo Demográfico promovido pelo IBGE em 1950 e o de 1960 o aumento da população residente nessas localidades foi de cerca de 97%: em 1950, foram registradas 169.305 pessoas, em 58 núcleos; enquanto em 1960 seriam 335.063 pessoas, em 147 núcleos (PESTANA, 2018, p. 152-153). Nos jornais, esse crescimento também era evidenciado. Em 27 de julho de 1958, o *Jornal do Brasil* anunciava que "Rio conta atualmente com 113 favelas para cêrca de 400 mil pessoas"[4], com direito à foto de uma menina "triste", "semelhante, também, a tôdas as meninas que residem nas favelas", e outra focalizando uma rua de terra em terreno íngreme, com casas de madeira – e em nenhuma delas discrimina-se em que localidade foram feitas, sendo, portanto, generalizantes. Embora os números não coincidam[5] – já que, dois anos depois, o Censo registra um número maior de favelas, porém, com menos habitantes – o que fica evidente é que o problema estava, de toda forma, explícito e havia preocupação em debatê-lo.

A criação de novas favelas era noticiada com frequência, em especial no *Jornal do Brasil* e n'*O Globo*. No primeiro fim de semana de 1958, por exemplo, a foto da primeira página do *Jornal do Brasil* já refere-se ao "nascimento de mais uma favela": a focalização nas roupas no varal em um plano aberto, com uma armação de madeira ao fundo (provavelmente um barraco em construção) tem como título " 'Céu azul': chão e teto de favela"[6]. No ano seguinte, o jornal noticia, também na primeira página, quando a Prefeitura manda suprimir outra comunidade recente, a de Manguinhos, sob o título

[4] *Jornal do Brasil*, 27 jul. 1958, n. 173, p. 18.
[5] Na matéria, indica-se que os dados foram colhidos por José Alípio Goulart, o qual Lícia Valladares (2005, p. 72) remete como um dos primeiros estudiosos a utilizar o Censo de 1950, no livro publicado em 1957, "Favelas do Distrito Federal". No entanto, o JB não faz referência direta à obra e, consequentemente, não especifica o período, dizendo apenas tratarem-se de "estudos recentes" do autor, mesclados ainda com considerações de outro autor, o "Sr. H. Dias da Cruz", que escrevera "Os morros cariocas do novo regime", do qual também não se cita a data.
[6] *Jornal do Brasil*, 6 jan. 1958, n.4, p.1.

"Choro e fome na favela", com foto destacando crianças com latas na cabeça[7]. N'*O Globo*, a destruição da Favela do Moinho ganha destaque no fim de 1959, em "Sem choro e sem alteração acabou a Favela do Moinho", com foto dos destroços dos barracos sendo colocados sobre um caminhão, e lembra, na página 11, a denúncia que fora feita anteriormente pelo jornal da formação daquela favela[8]. A prática da "denúncia" parece ser valorizada pelo periódico que, em setembro do mesmo ano, trouxera o alarme: "As autoridades estão cegas à proliferação das favelas!", acompanhada de foto que mostrava os barracos da chamada Favela do Valdemar ao lado de prédios do Jardim de Alá, um conjunto residencial de jornalistas, em um terreno que pertencia à Prefeitura – apesar do título que abarca o problema como um todo, a reportagem volta-se para a necessidade de suprimir aquela formação específica[9]. Com um pouco menos de destaque, o aparecimento das novas favelas também era matéria no *Diário de Notícias*, geralmente ressaltando a responsabilidade do poder municipal diante de sua proliferação. Em 14 de dezembro de 1958, na primeira página do segundo caderno, destaca como "Sobrevivem as favelas da zona sul por culpa da PDF", dizendo que oferecem um "aspecto deprimente à cidade", em especial aquelas situadas nos morros do Leme e Pasmado, cuja remoção seria mais difícil já que, com a demora em agir da Prefeitura, há um número crescente de habitantes[10].

Nitidamente, a questão das favelas difere profundamente dos problemas envolvendo o abastecimento de água e a mobilidade urbana, que são vistos como defeituosos, mas não problemas *em si*. Pelo contrário, o que vemos nesses jornais é a reivindicação constante de que seja dada uma solução para *as favelas*, que sejam suprimidas, removidas, desencorajadas, mesmo que admitindo não se tratar de resolução simples. É importante, portanto, não desviarmos o olhar dos jornais, porque eles vão demonstrando os caminhos possíveis de serem percorridos pelos cronistas nessa questão: que imagens corroboram ou não essa ideia, quais atores sociais estavam envolvidos, que outras possibilidades seriam apresentadas, etc. Enfim, podemos perceber com eles os discursos que circulavam pela imprensa da época e que estariam também no horizonte das narrativas dos cronistas, efetivando as representações do imaginário social sobre as favelas, sem esquecer, portanto, o que Baczko (1985, p.309)

[7] *Jornal do Brasil,* 16 mai. 1959, n. 112, p. 1.
[8] *O Globo,* 02 dez. 59, n. 10301 (matutina), p. 1, 11.
[9] *O Globo*, 28 set. 59, n. 10246 (vespertina), p.1.
[10] *Diário de Notícias,* 14 dez. 1958, n. 11070, p. 9.

afirma a respeito de como "o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais". Nesse sentido, trazer as manchetes dos jornais nas quais as favelas são retratadas faz parte de tentar entender como essa "resposta" era dada nas crônicas em diálogo com o que era pautado pela imprensa.

Longe de oferecer soluções, mas pretendendo abarcar a complexidade política da situação, Pongetti expõe sua opinião em "Um vereador sobe o morro"[11].

> Dom Hélder Câmara conhece hoje a verdade das favelas como conhece a verdade de Jesus. Não há politiqueiro vigarista, eleitorizador de morros capaz de embrulhá-lo, de levá-lo a puxar votos para a sua urna. Êle está farto de encontrar entre os barracos os demagogos: conhece-lhes tôdas as primárias, repulsivas artimanhas. A União dos Moradores de Favelas, por exemplo, com seu contencioso, seu aparato jurídico.
>
> ***
>
> Quem se lembrou de organizá-la foi certamente algum vereador ou algum testa de ferro eleitoral. "Votaí em mim e ninguém ousará tocar-vos". Uma proteção semelhante à dos "gangsters": "Paguem tantos dólares por mês e ninguém jogará ácido nas vossas vitrinas nem furará os pneus dos vossos carros de entrega". Justamente o que acontece é que as favelas usurpam terrenos, estão fora da lei, têm vivido do sentimento de culpa do Govêrno e das classes amparadas. Nelas estabeleceu-se muito justamente o negligenciado, aquêle cujo problema habitacional ninguém resolveu ao criar uma cidade nova de luxo sem admitir a existência de seus humildes servidores. E lá em cima existe também a exploração da morada, a sugerir paradoxalmente, na terra de ninguém, uma lei de inquilinato.
>
> ***
>
> Advogado defendendo "direitos" de favelados choca com advogado defendendo o direito de posse do sonegador. O que todos compreendem é um sacerdote defendendo o direito de morar e de viver de uma classe de semipárias e sua luta para resolver um problema social que nós, laicos, devíamos ter resolvido. Ninguém contesta as razões humanas que determinaram a formação das favelas e ninguém se exime da responsabilidade de sua existência e proliferação. O que ninguém suporta é a arrogância e o desplante dêsses paladinos que encampam safadamente as dores dos moradores e delas extraem os mais sórdidos proveitos políticos. Ainda que êles fizessem o que faria um apóstolo desinteressado, sua velhacaria interesseira nos encheria de indignação.
>
> ***
>
> Sei de um vereador, agarrada à miséria eleitoreira das favelas como um berne ao couro de um boi esquálido, que se veste a caráter no dia

[11] *O Globo*, 28 jan. 1958, n. 9735 (matutina), p. 3.

> de visita aos seus correligionários. Nesse dia êle escolhe o terno de brim mais velho e poído, calça sapatos cambaios, não faz a barba e finge ataques de dispnéia de tantos em tantos metros de subida pelos barrancos caminhos de cabra. Isso lhe permite beber democraticamente água em vários barracos e colocar os seus lábios finos no copo onde seus eleitores colocam a beiçola, atitude que impressiona mais um bom negro do que um discurso de Lutero Vargas. Evidentemente, teremos de enfrentar agora dois problemas: o das favelas e o dos advogados dos favelados com seus grandes interêsses constituídos.

A crônica traz as relações entre alguns elementos: a ação de caridade das igrejas, representada em especial na figura de Dom Hélder Câmara; a ação de vereadores, que usam as comunidades como curral eleitoral; o problema da oferta de moradia em si. Como vimos no primeiro capítulo, o mercado imobiliário do Rio inflara-se, contribuindo para "criar a cidade nova de luxo" que não admite "a existência de seus humildes servidores". Mas para Pongetti o problema se dá ainda em outro nível, pois o que ele coloca em primeiro plano é a disputa de influência sobre a população das favelas, baseada, sobretudo, na visão, muito nítida na crônica, da favela como lugar de uma população negligenciada e miserável, por cuja existência Governo e a população "mais amparada" "se culpam", mas sem nada fazer de efetivo, daí o papel exercido pelas fundações e pelos políticos.

Dom Hélder Câmara, reverenciado como aquele que "conhece hoje a verdade das favelas como conhece a verdade de Jesus" dirigia então a Cruzada São Sebastião, uma das fundações da Igreja Católica que, ao lado da Fundação Leão XIII, recebia financiamento público para atuar nas favelas com a "formação dos favelados para a cidadania", conforme Marcos Pestana (2018, p. 258). Inclusive, os jornais que constantemente destacavam a formação de novas favelas pela cidade, noticiavam também as ações dessas fundações. No mesmo *O Globo* de Pongetti, a notícia "Mais assistência para os moradores da Penha" informa sobre a abertura do Posto n° 1 do Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERPHA, criado em 1956), com assistência social, serviços médicos, odontológicos e até mesmo uma escola, e destaca a presença de Dom Hélder Câmara, considerando essa ação um "acerto de sua instituição [da SERPHA], dedicada à tarefa de evitar que proliferem as tristes aglomerações humanas, em íntima ligação com a Cruzada São Sebastião"[12]. Segundo

[12] *O Globo*, 02 mai. 1958, n. 9812 (matutina), p. 03.

Pestana (2018, p. 259), as ações da Cruzada, em especial, visavam a vida pós-favela, ou seja, a superação da "condição de favelado", quando, aí sim, seria alcançada a sua "plena integração à vida da cidade" – muito embora essa superação dependesse também da possibilidade de sair do espaço da favela. Trata-se, portanto, de um tipo de ação civilizatória (religiosa e moral), vista com bons olhos pelo cronista-narrador, ainda que sabendo ser uma remediação.

Já do lado dos vereadores, ele só vê "sórdidos proveitos políticos" enquanto prometem proteção àquela "população negligenciada". Pongetti sublinha que a "terra de ninguém" possuía, "paradoxalmente", uma "lei de inquilinato", ou seja, na maioria das vezes não se tratava de terrenos invadidos, mas concedidos pelo proprietário (ou suposto proprietário) sob aluguel, o que, segundo Pestana (2018, p. 146), foi um dos principais meios de crescimento das favelas até aquele momento, mostrando como elas estavam efetivamente "inseridas em circuitos de acumulação de capitais", já que se relaciona justamente à disputa pelos terrenos em um mercado imobiliário acirrado, em especial na Zona Sul. No entanto, quando estes proprietários decidiam reivindicar que aqueles moradores se retirassem do terreno, criava-se uma disputa judicial, e no fim dos anos 50 as ameaças de despejo eram comuns nas páginas dos jornais, seja as impetradas por pessoas físicas (como o Salgueiro[13]), seja por empresas privadas (como o Borel[14]). É esse cenário que o cronista-narrador destaca como lucrativo para os políticos: ao arranjar advogados, colocar ações contra o seu despejo, e muitas vezes até arranjar a ocupação de outro terreno após a remoção, pretendiam formar um certo curral eleitoral.

É o problema social das favelas que Pongetti explora nessa crônica opinativa, reverenciando a ação de uns e condenando a de outros nessa disputa de influência, mas omitindo como os próprios moradores dessas comunidades agiam, como se estivessem,

---

[13] Em janeiro de 1958, uma parte do morro do Salgueiro ia a leilão após ser alvo de uma ação movida pelos herdeiros de um italiano, Emílio Turano, que diziam ser o verdadeiro dono daquela área. No *Jornal do Brasil* ("Morro do Salgueiro vai à venda (amanhã) em leilão", 08 jan. 1958, n. 6, p. 1) a notícia vem na primeira página com foto de moradores, com destaque para um idoso negro, e a legenda: "Um morro digno, que além de um oficial da FAB dá sambistas de primeira". Já n'*O Globo* (08 jan. 58, n. 9717 (matutina), p. 2.), a notícia vem com referência direta à "proteção" das Cruzadas: "Favelados do Salgueiro chamam por Dom Hélder".

[14] A Firma Borel Mauren Ltda foi quem moveu a ação que, em agosto de 1958, prometia despejar cerca de 15 mil moradores do morro do Borel. O *Jornal do Brasil* (07 ago. 58, n. 182, p. 7) publicou a afirmação de moradores: "Temos como esperança a palavra do Presidente Juscelino Kubitschek que assumir o Govêrno afirmou que não consentiria o despejo de qualquer favela do Rio de Janeiro"; enquanto o *Jornal do Commercio* ("O despejo da favela do morro do Borel", 11 ago. 58, 263, p.3) destacava o apelo de "mulheres de trabalhadores" à Primeira Dama Sarah Kubitschek e de uma comissão de trabalhadores ao vice-presidente João Goulart para evitar o despejo.

de fato, à mercê da Igreja, dos políticos, do Govêrno, da população da cidade da qual não compartilham . A resistência cotidiana dessa população se materializava em ações pontuais contra os despejos, como é notável no destaque dado pelo *Jornal do Brasil* à organização no "Morro do Borel: moradores organizam um exército e vão resistir ao despejo"[15]; mas também ocorria em grandes associações, caso da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), criada em 1954 para organizar a luta contra os despejos e remoções, e tinha, em 1958, 40 núcleos espalhados pelas diversas favelas cariocas (PESTANA, 2018, p. 182). Ao que parece, é a esta entidade que o cronista se refere quando fala na "União dos Moradores de Favelas", haja vista que não há registro de uma associação com esse nome na época[16], e a coloca como parte do problema por causa de "seu contencioso, seu aparato jurídico", ou seja: os moradores das favelas não aparecem como protagonistas, em seu lugar é colocada a abstração de uma suposta máquina de exploração, que ele ainda acusa de ter sido organizada "por algum vereador ou algum testa de ferro eleitoral". Trata-se, portanto, de uma invisibilização da luta dos moradores, pois coloca-os em um lugar de apassivamento, mesmo em sua própria entidade.

Isto poderia se dar em razão de ser a UTF um movimento altamente politizado, inclusive com grande organização partidária (teve em sua direção diversos militantes do Partido Comunista Brasileiro, então na ilegalidade), dentro da qual se entendia que a condição de favelados era uma "contingência", consequência da ausência de políticas públicas e parte da luta de classes (PESTANA, 2018, p. 183). Nesse sentido, o reconhecimento de uma tal organização como legítima não pareceria interessante à sustentação de um ponto de vista que se baseia na *tutela* da população favelada, à qual se cola a imagem do "negligenciado" que precisa da proteção de terceiros. Um tom que, aliás, estava presente nessa discussão pelo menos desde a chamada "Batalha do Rio", série de reportagens e artigos publicadas nas páginas do *Correio da Manhã*, em 1948, em que Samuel Oliveira (2010, p. 7) vê o estímulo "à *economia da caridade*, para retirar a sociedade como um todo, mas principalmente a classe média e industrial, da 'inércia', 'do egoísmo'", o que se justificaria a partir da compreensão de que a

[15]*Jornal do Brasil*, 07 ago. 58, n 182, p.7. Chama atenção, ainda, uma foto de crianças de mãos dadas, sob a legenda: "Mesmo as crianças pequenas do Borel vão entrar na briga. Estão juntando pedras e vão receber instruções para berrar na hora em que a Polícia chegar"

[16] Pestana (2018) lista as entidades de moradores de favelas desde os anos 1940 até os anos 1970. Nos anos 1950, há apenas duas: a UTF, ativa desde 1954, e a Coligação dos Trabalhadores Favelados, criada em 1959, portanto, posterior à crônica de Pongetti.

miséria e a favela seriam frutos "do individualismo da modernidade". Muito embora Pongetti reconheça a desigualdade social como resultado do sistema capitalista em algum grau, ao destacar que foi criada "uma cidade nova de luxo sem admitir a existência de seus humildes servidores", para ele, a forma de se resolver a questão é justamente a superação do "individualismo" pela caridade, sem que "ninguém se exima da responsabilidade de sua existência e proliferação", e não passa necessariamente pelos processos de resistência dos moradores das favelas, que permanecem, assim, apartados da cidade.

Essa cidade precarizada à parte, porém, de alguma maneira relaciona-se com o Rio, e as histórias tristes e tragicômicas encontradas nas colunas de Queiroz e de Pongetti demonstram algumas possibilidades, no que se refere ao convívio entre os que moram e os que não moram na favela, em que, além da estética, aparece ainda o elemento da violência e a questão racial, como veremos nas próximas crônicas.

Poucos meses depois da verificação das luzes na favela da Rádio Nacional, a cronista do *Jornal do Commercio* volta a usar um motorista como fonte da narrativa, dessa vez, porém, sendo ele mesmo um dos personagens, em "O Vingador"[17]:

> Quando o chofêr principiou a contar o seu caso, achei que êle tinha cara de bandido: cabeleira caída em cima da vista, uns dentes prêtos e limosos, e uma espécie de violência tremida nas palavras e nos gestos. Era uma fúria desencadeada quando o ônibus obrigou uma guinada à esquerda, e nos poupou a vida:
>
> - "Pois é, o desgraçado que arrancou o paralama do meu carro era um dêsses diabos que saem pensando que a rua é deles, e se pudessem guiavam um tanque, porque êles não têm vontade de dirigir, não, a vocação deles é mesmo de matar, de estraçalhar. No dia em que o chofer de ônibus lascou fora o paralama do meu carro, juro que tive que me conter para não virar assassino. Mas disse para mim mesmo: - "Êsse sujeito vai ter que me indenizar. Além de pagar todo o consêrto, porque as coisas não vão ficar assim. Ah! Isso, não ficam, não. Não sou homem de procurar briga, mas ninguém também queira pisar em mim". Consegui o nome e o endereço do desgraçado e rumei para casa dele, no subúrbio. Quando cheguei lá, me apareceram quatro moleques, quatro caveirinhas cabeludas, vestidas de trapo, à porta de uma favela:
>
> - "Seu moço, me dá um dinheiro, seu moço".
>
> "Eram os filhos do homem. Mandei chamar pela mulher, com um bôlo na garganta, uma coisa esquisita, vendo aquela passarinhada faminta dando em cima de mim. A mulher veio. Era a caixa da doença e da miséria, um langanho vivo. Disse, muito esfriado, o que vinha fazer ali e ela só fêz responder:

[17] *Jornal do Commercio*, 29 mai. 1958, n. 199, p. 5.

> - “Pode ser que o senhor arranje qualquer coisa com êle. Eu não consegui hoje nem cavar o almoço das crianças”.
>
> “E a miuçalha rodava em tôrno de mim:
>
> - “Môço, me dá um dinheiro, môço.”
>
> “Peguei vinte cruzeiros, dei ao maiorzinho – os outros voaram em cima, pareciam querer bicar a nota – e me larguei de lá com mais raiva de mim ainda do que do próprio sujeito.
>
> “E não sei se êle joga, se êle bebe, não sei o que êle faz do dinheiro. Mas não quis mais imprensar aquêle homem, apertado numa miséria tão grande que eu, ainda agora, estão pensando se os meninos hoje tiveram o que comer no jantar”.

A história se inicia com um ar de violência que é construído tanto pela figura do motorista que conta o caso, descrito pela cronista-narradora como alguém que “tinha cara de bandido: cabeleira caída em cima da vista, uns dentes prêtos e limosos”, quanto pela “espécie de violência tremida nas [suas] palavras e nos [seus] gestos”, que logo em seguida se amplia, quando é a sua voz que passa a ser reconstruída em discurso direto. Entretanto, o rumo tomado na história é de um caso de trânsito, um acidente que acaba justificando essa violência, já que envolve elementos que podem ser caraterizados como estresse, falta de educação ou incivilidade, que eram comuns de aparecerem no contexto do trânsito, como vimos anteriormente. Essa atmosfera violenta é garantida ainda com o uso de palavras como “matar”, “estraçalhar”, atribuídas aos outros, e também com a admissão da ira do contador do caso, pois teve que se “conter para não virar assassino”, e reforçam a impressão inicial da cronista-narradora. Tudo isso levaria o leitor, portanto, à expectativa da vingança, prometida no título, mas delineada como uma briga de trânsito, um daqueles casos pitorescos.

A reviravolta acontece quando o motorista vai à procura do outro. É o ambiente da favela, com a família do procurado, que muda a perspectiva da história: nem o personagem é um “vingador” como se imaginara, nem mesmo a narrativa é realmente sobre trânsito. Primeiro, a visão das “quatro caveirinhas cabeludas, vestidas de trapo”, que sugerem a fome e a pobreza; depois, o diálogo que já se inicia com o esmolar das crianças; por fim, a confirmação da situação miserável da família pela mulher que não conseguiu “nem cavar o almoço das crianças”, tudo rompe com a expectativa da violência para o homem que vai em busca de um “acerto de contas”. Não só o motorista desiste da cobrança – que é, a uma só vez, moral e econômica – como deixa dinheiro com as crianças, tomado de pena, mostrando uma face desconhecida no início da

narrativa. A raiva retorna, dessa vez, porém, como uma máscara da impotência que domina diante do quadro presenciado, sem descartar uma certa culpa, por ter querido cobrar um homem "apertado numa miséria tão grande" (ainda que ele não soubesse dessa condição antes), e que carrega de sentimentalismo o final da história, pensando se as crianças teriam, por fim, se alimentado. É como se fosse uma história exemplar, em que a miséria se sobrepõe aos instintos violentos.

Por outro lado, na crônica natalina de Henrique Pongetti, "História de dezembro"[18] , é o tragicômico que se impõe:

> A casa de Dona Eulália tinha um quintal com uma solitária e frondosa mangueira. Seria um privilégio digno da inveja de muitos argentários se não fôsse vizinha de uma favela. Os do morro faziam mão baixa em tudo quanto fôsse esquecido no quintal – desde a borracha de regar, ao anil do tanque; desde o capacho da porta da cozinha, aos frutos maduros da árvore. Era um contínuo desespêro. As portas tinham trancas suplementares e fechaduras de reforço, pois temia-se o assalto em escala maior, e o próprio latrocínio sangrento. Um "dobberman" ferocíssimo, pôsto no quintal como guarda-noturno, foi eliminado com uma bola de carne e veneno, arsênico, segundo positivou o veterinário no seu atestado de óbito. A verificação de que os inimigos do morro dispunham de um veneno tão categorizado encheu Dona Eulália de terror.
>
> ***
>
> Começou a pensar em desfazer-se da mansão da família, velha de mais de um século, sacrificando-a à sanha dos incorporadores, entregando-a ao holocausto dos taumaturgos da multiplicação dos espaços. Ao entardecer ia tramar seu tricô debaixo da mangueira, e ficava espiando a sórdida favela a crescer como um câncer na beleza do bairro. Sentia nas frestas dos barracos o olhar reivindicador e rapace dos párias. Ela mesma recolhia tudo quanto pudesse ser roubado nas trevas noturnas, inclusive o tampão do tanque e outras miudezas ainda mais irrisórias. Quanto à mangueira, mandava colhêr os frutos ainda verdes e mal formados pelo prazer de frustrar um pouco a ladroíce dos vizinhos.
>
> ***
>
> Dona Eulália chamou o incorporador pertinaz logo depois de um Natal, como se quisesse acabar o ano acabando com sua mansão e entrar no ano novo livre de um pesadelo. Pudera! Imaginem que estava assando no forno o peru mamute, gorduchão, vindo da fazenda, enquanto na sala todos ajudavam a arrumação da enorme mesa de jacarandá e ornamentação da árvore onde ainda brilhavam estrêlas e bolas do tempo de sua avó. De repente, Dona Eulália se lembrou do peru, da necessidade de mudar-lhe a posição na assadeira e de manter íntegra sua fama de "rôtisseuse" nata. "On devient cuisinier, mais on nait rôtisseur", costumava pontificar, citando Anthelme de Brillat-Savarin, seu mestre. Correu à cozinha e voltou lívida, pedindo

[18] *O Globo*, 23 dez. 1959, n. 10319 (matutina), p.3.

> depressa uma colher do seu calmante ainda manipulado pelo farmacêutico, receita remanescente de uma extinta farmacologia. Haviam roubado o peru com assadeira e tudo. O forno estava aberto, manchas de unto derretido areavam a pista do ladrão até à subida do morro. Com certeza haviam expedido um garôto, um embrião de malandro, para a execução da quase sacrilega façanha. Dobrou a dose de calmante. Se lhe roubassem o broche de diamantes e de esmeraldas deixado por sua tia Dedé, não ficaria tão revoltada. Um peru de Natal é sagrado, é devoção, é quase um ex-voto. Acabou desmaiando espetacularmente, pois pertencia a uma geração de mulheres que desmaiavam mesmo, grifando a gravidade de certos acontecimentos memoráveis.
>
> ***
>
> Seu desabafo no quintal, mal se recuperou, foi digno de ser aproveitado por um dramaturgo. Conclamava os favelados aos berros, aos berros os marcava com palavras candentes:
>
> - Vagabundos! Ladrões! Ordinários! Quem comer o peru vai ficar podre por dentro, ouviram? Vai morrer se desfazendo em pus! Não se rouba nada de Natal, vocês roubaram do Menino Jesus, não foi de mim! Ouviram, porqueiras? Tenham coragem, metam o focinho fora das tábuas, sejam homens!
>
> Dona Eulália continuou por muito tempo a comprometer o morro com o Menino Jesus, a iscar o céu contra os ladrões do peru e sua grei [sic]. No fim sentiu um grande alívio e um clarão no espírito. Ligou para o incorporador, aparentemente colado dia e noite ao telefone, à espera de sua capitulação:
>
> - Sim, sou eu, Dona Eulália, da Rua Visconde de Silva; perto da favela, sim! Venha depressa, bem depressa, tem de ser já, é preciso.
>
> Do lado de lá se ouviu o soluço destampando a garganta entupida de vontade de soluçar, de se entregar sem resistência ao pranto, a um pranto por tanto tempo transferido.

Enquanto a crônica de Dinah trazia uma favela do subúrbio, a de Pongetti enfoca a Zona Sul, região que, em 1960, concentraria menos de 20% das favelas cariocas, principalmente por não ser uma área industrial (setor que reunia a maior parte dos trabalhadores que habitavam as favelas e, afinal, estes buscavam a melhor forma de locomoverem-se entre a casa e o trabalho) (PESTANA, 2018, p. 151-152), mas a partir da qual as favelas ficariam marcadas na imagem da cidade, em especial porque estariam intimamente conectadas às disputas do mercado imobiliário, que muitas vezes atuavam para desapropriá-las, como já foi notado. Nessa crônica, porém, o que está em questão é a mansão, mais ligada, portanto, àquele papel transformador da paisagem dos bairros nobres que vimos nas crônicas de Bandeira, “Bilhete a Benjamin Costallat” e Eneida, “A casa”, por exemplo, ao que a proprietária tenta resistir, disposta a manter o

patrimônio familiar, mas esta disposição é modificada com o surgimento da favela e a consequente tensão estabelecida.

A favela aparece na crônica como uma grande interferência na vida da personagem central. Os furtos constantes, o envenenamento dos cães de guarda, tudo é remetido aos "inimigos do morro", em ações persistentes que vão criando uma sensação de insegurança crescente e vão levar ao tragicômico final, em que o roubo do peru que estava no forno, numa representação ambígua entre pobreza e vilania, vira a gota d'água para a decisão pela venda da casa. O trágico, porém, é remetido principalmente a D. Eulália, menos por seu sermão desesperado e pelo desmaio "grifando a gravidade de certos acontecimentos memoráveis", que pelo desfecho mesmo da sua inevitável entrega à "sanha dos incorporadores" após esse longo processo, sendo, portanto, vencida pelos "párias".

O texto conduz a uma empatia com essa senhora de uma tradicional família, não só porque faz dela uma espécie de heroína romântica (e, nesse sentido, mesmo os seus traços cômicos servem para modelar esse caráter, como uma inadequação temporal), enquanto os moradores da favela são apenas os "ladrões", mas também em razão da visão da favela como uma interferência indesejada que é elevada a um plano mais amplo, além de um caso isolado. Ao ser descrita como "a sórdida favela a crescer como um câncer na beleza do bairro", essa interferência não seria apenas na vida daquela personagem, tomada em sua unicidade, mas é um indício de um perigo para a cidade. A ideia de câncer como uma só coisa viva e, no caso, uma doença altamente nociva, traz consigo a possibilidade do seu espalhamento, danificando tanto a estética urbana quanto o seu tecido social.

As duas crônicas apresentam narrativas muito distintas, mas que partem da mesma premissa da favela como um lugar muito específico de miséria na cidade. Na primeira, essa condição é vista como dramática e leva a um gesto de solidariedade do até então "vingador"; na segunda, é uma condição deixada apenas no subentendido pelas próprias miudezas sem muita importância que são roubadas, incluindo alimentos, mas que se confunde com um caráter de vilania, mais ainda porque não há nenhum gesto de empatia entre os personagens, colocados em lados opostos de um abismo social intransponível. No entanto, em ambas as crônicas o que vence, por fim, é a sensação de impotência diante da favela, seja por querer, individualmente, amenizar a situação e

saber que aquele gesto não é suficiente, seja porque, na persistência das tensões, sucumbe-se diante dela.

Diferentemente do início do século, quando o projeto modernizador propagava a prática da destruição das moradias da população empobrecida no centro da cidade (então os cortiços), a metade do século XX que vivenciou um período democrático foi marcada também por um tipo de "política de tolerância" diante das favelas que, como vimos, eram centenas na capital federal. Pestana (2018, p. 256) afirma se tratar de um modelo de "controle negociado", numa política resultante do próprio contexto democrático populista, com diferentes forças políticas disputando as soluções para elas (bem como a influência sobre elas, como Pongetti destacou). Ao mesmo tempo, porém, a disciplinarização desses espaços era uma constante e não se limitava às ações da Fundação Leão XIII e da Cruzada de São Sebastião, focadas na caridade e na difusão de práticas civilizadoras aos favelados. Baseando-se no Código de Obras de 1937 (primeiro documento oficial que admite a existência das favelas, ainda que ressaltando o seu caráter provisório), durante todo o período há a inserção "em sua vivência [de] uma permanente sensação de instabilidade" (PESTANA, 2018, p. 286), com a difusão de intervenções pontuais da Polícia Municipal, seja para as frequentes batidas à procura de ladrões, seja para impedir que novas favelas se formassem (a proibição de novas construções associadas a favelas era proibida no Código, e por isso podiam ser desfeitas). Não se tratava, portanto, de uma política de remoção, a qual retornaria no Rio ainda antes do golpe civil-militar, isto é, com o governo de Carlos Lacerda, a partir de 1962, quando este arrasa principalmente comunidades situadas na Zona Sul (PESTANA, 2018, p. 152), Dessa maneira, parecia haver uma grande dinâmica entre ações "em prol dos favelados" (no sentido de sua recuperação), e contra as favelas, sob a visão dominante de que precisavam acabar, que os jornais informam e cujos sentidos os cronistas apreendem em crônicas opinativas e nas narrativas de terceiros que eles (re)constróem, já que esta não é uma realidade que eles mesmos vivem. A sensação de impotência que domina as crônicas teria relação, então, com essa política dinâmica, mas aparentemente de poucos frutos? Como os cronistas veem suas consequências para a cidade e o seu progresso?

Continuemos guiados ainda por Dinah Queiroz e Henrique Pongetti, quando estes aprofundam a visão da cidade sob influência da "favela", vista em seu conjunto

social, associando-a à criminalidade. Dois dias antes da crônica sobre a favela da Rádio Nacional, era de sua janela que Dinah observava um "Terreno para plantar crimes"[19]:

> O terreno baldio que parecia ser só feiura, sujeira, mau cheiro, começou a oferecer aspectos de inusitada movimentação: volta e meia chegavam os bombeiros e uma euforia de incêndio percorria os espíritos ávidos de assunto. Eram os moleques que tocavam fogo nos caixotes, naquele lixo todo, e em breve as labaredas, por falta d'água já ameaçavam os edifícios vizinhos. Em dois meses, apenas vieram os bombeiros umas quatro ou cinco vezes por aqui.
>
> Fora disso, porém, há outras coisas ainda mais estranhas. Em certas ocasiões fazem arremedos de favelas, e crianças ou latagões barrigudos improvisam lugares de sesta ou de sonhos de maconha. Uns ficam como gatos, sob a coberta, no calorão incrível. Outros fumam os cigarros, olhando para os moradores dos prédios defronte, em feliz desafio. E quando cansam de descansar, há sempre o anêlo para o fogo. Esses párias se tornam, então, estrêlas de um momento, e decerto riem e gozam com aflição dos bombeiros sem água, a ansiedade das mulheres que imaginam não ter as cordinhas necessárias para deslizar do sétimo ou do oitavo, se um incêndio de verdade vier dos "incendinhos" de brincadeira.
>
> Ontem, sábado, a cronista olhava meio tristonha para aquela visão abjeta do terreno baldio – nem sequer colocam mais anúncios ali, pois o fogo já deu cabo de vários trabalhos das oficinas de propaganda – quando viu que haviam formado com caixotes um novo chiqueirinho. Ao lado estava um pretão gordo que, de cócoras, fazia passar um cigarro pela janelinha da favela. Amigavelmente, o negro conversava com o bicho humano prêso naquele lugar. Chamei outras pessoas. Pela altura da moradia, ali só poderia caber uma criança. Há tanta história de rapto, meu Deus, tanta coisa horrenda circulando nos jornais, que nós logo avisamos à Polícia. Quase uma hora depois, porém, quando a Rádio Patrulha chegou, o prêto havia saído com um cêsto de vender pão, à cabeça. Havia também saído o menino, antes escondido naquela toca de rato. Era alourado, aparentemente meio zonzo quando veio para a luz, o cabelo caindo pelos olhos. E, avançando em passadas malemolentes, num gingado à caçula de James Dean, entrou num bar, falou com outros meninos rasgados e sujos. Vinha voltando para seu esconderijo, quando, só então, a Polícia apareceu.
>
> Soubemos que o menino deu a idade de dezenove anos, mostrando "ter escola" nessa questão das entradas na Polícia. Mas o mais triste foi o seu jeito de bandido, de gangsterzinho formado, quando percebeu que vinha de gente do nosso apartamento a denúncia. Elevou a mão várias vêzes para o alto, fazendo sinal: - "Esperem" - ameaçando. Apanhou um pedaço de madeira do chão do terreno baldio e, quando o policial se distraía, mostrou sua intenção de ajustar contas, para depois.
>
> A figura do garôto ameaçador ficou teimando comigo. Qualquer dia destes o jornal nos dará a sua face bonitinha e canalha, abrindo um crime de impressionar.

[19] *Jornal do Commercio*, 19 jan. 1958, n. 92, p. 4.

Visto do alto, o terreno vizinho vira, ao mesmo tempo, lugar de criminalidade, em especial de menores, e "arremedo de favela". Resumindo um estado anterior de abandono do terreno (que parece já ter sido apresentado aos leitores), ela introduz essa nova fase como surpresa infeliz, quando passa a ser ocupado por pessoas envolvidas com consumo e talvez tráfico de drogas, e onde ela antevê posturas de "gangsters". Chama a atenção que não seria, de fato, um espaço de favela, já que não há moradia no local, mas esta é evocada pela precariedade dos abrigos construídos, e acaba sendo uma imagem que se amplia para "lugar de marginais". A narrativa seguiria, assim, a trajetória da "favelização" daquele terreno baldio, afinal, não podemos esquecer de que os jornais destacam constantemente como as favelas se multiplicavam na cidade ocupando até mesmo os lugares menos esperados: ora surgiam "barracos até na beira das calçadas", conforme alertava o *Diário de Notícias* de 09 de setembro de 1958, e acusava a Polícia Municipal de negligência, por não impedir essas ocupações[20]; ora nos terrenos da Prefeitura, caso de um comprado para fazer uma praça para crianças da região, mas que foi ocupado por "alguns fugitivos do morro do Jacarezinho [que] construíram alguns barracos no terreno baldio [...] Depois vieram as famílias" e, assim teria surgido a favela da Marlene, segundo o *Jornal do Brasil*[21].

Nessa trajetória, o destaque para os personagens também é muito importante: um é o "pretão gordo", que apenas aparece de passagem, recebendo o cigarro de maconha e saindo antes de chegar a polícia, com "um cesto de vender pão à cabeça" (poderia ser um trabalhador?), e não há sobre ele nenhuma atenção mais prolongada na narrativa; o outro é o menino "alourado", com "jeito de bandido" e andar "gingado à caçula de James Dean", o qual é abordado pela polícia, ameaça os vizinhos denunciantes à distância e é o alvo da preocupação da cronista-narradora. Os dois personagens são ali a fonte da criminalidade, mas não podemos deixar de notar que enquanto o garoto tem essa faceta construída pela indumentária que remete ao imaginário do jovem transgressor da época, pela sua aparência e postura de "juventude transviada" (nome do filme em que estrelara James Dean, em 1955, que passou a ser utilizado na época para falar de uma criminalidade praticada por jovens rebeldes); a característica criminosa do "pretão gordo" é dada simplesmente em um ato, ou seja, a troca do cigarro pela

[20] "Ampliam-se as favelas com a conivência da Prefeitura". *Diário de Notícias*, 09 set. 1958, n. 10988, p.11.
[21] "Terreno que a Prefeitura comprou para fazer praça virou favela: a da Marlene". *Jornal do Brasil*, 28 ago. 1958, n. 200, p. 13.

"janelinha da favela". É claro que, se tratando de uma crônica que vai se desdobrar em uma preocupação com os menores, o fato de ser o homem adulto visualizado na situação, e que escapa à abordagem policial, o associa diretamente ao crime, mas não pode passar despercebido que ele é sempre referido de forma racializada nas breves linhas em que aparece, ou seja, essa característica acaba mesmo se sobrepondo àquilo que seria o real problema.

Essa é uma questão importante de ser lembrada, ainda que brevemente, pois sabemos que também é corrente a associação entre favela e população negra, no entanto, nestas crônicas especificamente quase não a vemos ser explicitada. Apenas em "Um vereador sobe o morro" a questão racial foi citada:

> Sei de um vereador, agarrado à miséria eleitoreira das favelas como um berne ao couro de um boi esquálido, que se veste a caráter no dia de visita aos seus correligionários. [...] Isso lhe permite beber democraticamente água em vários barracos e colocar os seus lábios finos no copo onde seus eleitores colocam a beiçola, atitude que impressiona mais um bom negro do que um discurso de Lutero Vargas. [grifo meu]

Neste trecho, "um bom negro" é visivelmente uma forma generalizadora de referir-se à população da favela, que fora vista na crônica como ingênua e ignorante, pois enganada pelos políticos eleitoreiros. Assim, apenas com essas duas palavras, "bom negro", a cronista-narradora sintetiza todo o aspecto humano desse espaço social. No caso de "Terreno", não se trata (ao menos não de maneira aparente) de uma generalização, mas de personagens específicos. No entanto, em ambos recorre-se a essa marcação dos sujeitos que, afirma Sueli Carneiro (2005, p. 27-28), é uma necessidade que se tornou uma das grandes responsáveis pela perpetuação de certas representações, uma vez que "particulariza" o indivíduo, aprisionando-o em sua especificidade, o que acontece em oposição à não-marcação do indivíduo branco. Trata-se, portanto, de uma marcação racial que acaba se convertendo em efeito estético e ecoa, nas crônicas onde é utilizada, quase sempre no sentido de ressaltar a condição marginal do personagem racializado, caso das duas aqui associadas à favela.

Entretanto, essa marcação não é corrente nas crônicas do período que tratam do assunto[22], o que não significa que os cronistas "não vissem a cor". Pelo contrário, tudo

[22] No período, há muitas crônicas que enfocam personagens negros, no entanto, optei por não as trazer para este escopo porque, embora sejam histórias em que aparece a associação entre pobreza e população negra, elas não se passam no espaço da favela, nem se referem a ele, enquanto nesta

indica que a associação entre o negro e o morador da favela permanecia pressuposta, trabalhando com a ideia de que a população negra era maioria nessas comunidades , muito embora os dados oficiais não corroborassem essa afirmação: no Recenseamento das Favelas do Rio (realizado entre 1947 e 1948, e publicado em 1949) a porcentagem de seus moradores era "36% mestiços ou pardos; 35% negros; 29% brancos"; no Censo de 1950, em que houve uma metodologia mais especificada para definir o que seria chamado favela, os números não são tão diferentes: "32% de brancos, 29% de mestiços e 38% de negros" (VALLADARES, 2005, p. 65). No entanto, Valladares (2005, p. 70) aponta que o método adotado, no que se refere à questão racial, em ambos os censos não era explícito, o que explicaria a divergência nos números (ainda que esta não fosse tão grande, mas de qualquer forma é significativa), e, nesse sentido, podemos pensar também que levanta o questionamento a respeito da veracidade do suposto equilíbrio racial nas favelas cariocas. Uma das questões, então, é a problemática em torno da cor, critério utilizado nesses censos, pois em um país em que, como resume Lílian Schwarcz (1998, p. 189), a "máxima difundida" é a do "quanto mais branco melhor, quanto mais claro superior", que explicita como se vê no branco "não só uma cor mas também uma qualidade social", ser "negro" é visto como algo pejorativo e, assim, quanto mais o indivíduo se distancia dos estereótipos negativos que marcam os negros na sociedade brasileira tem-se a tendência ao embranquecimento, pois "a cor é quase um critério de denominação, variando de acordo com o local, a hora e a circunstância" (SCHWARCZ, 1998, p. 231). Além disso, por essa razão, a autodeclaração é também problemática, pois o indivíduo tende a fugir da negritude por considerá-la negativa, visto a internalização dessa imagem. É de se pensar, assim, que a não-referência à cor na maioria das crônicas seja no sentido de evitar a explicitação dessa abordagem pejorativa, mas que hora ou outra acaba por reiterá-la, justamente porque refere-se à

---

pesquisa optei pelo recorte da referência à *favela,* pois é à ela que os cronistas se referem para falar da cidade. Não gostaria, porém, de deixar passar a seguinte reflexão a esse respeito: os cronistas quase sempre escrevem a partir de uma realidade que vivenciam diretamente ou, quando não, daquela vivenciada por conhecidos que lhes contam ou de leitores que lhes escrevem, e esses sujeitos, no caso de uma cidade cuja segregação socioespacial é evidente, não estão inseridos na favela (eventualmente, um leitor poderia estar, mas não foi possível encontrar crônicas que relatem cartas vindo dos moradores das comunidades). As crônicas em que os personagens negros e pobres aparecem são geralmente ambientadas em lugares públicos - a exemplo, estas de Fernando Sabino: "À margem da fome"(*Jornal do Brasil*, 08 fev. 1959, n.33, p. 6), "Ballet do leiteiro" (JB, 15 jan. 1959, n. 12, p.6), "Momento da noite" (JB, 10 dez. 1960, n.290, p. 7), "O direito de viver" (JB, 28 jul. 1960, n. 176, p. 7); e de Dinah Silveira de Queiroz: "Filha de papel" (JC, 30 dez. 1960, n. 75, p. 7) - ou, quando no espaço privado, este é o da casa do patrão - como em "Fábula social" (*Jornal do Commercio*, 05 abr. 1959, n. 157, p. 5), e "A crônica dos otários" (JC, 13 ago. 1959, n. 267, p. 6), ambas de Queiroz. Ou seja, lugares em que esses dois mundos sociais urbanos convivem de alguma maneira.

raça/cor de maneira implícita incorrendo na equivalência entre os termos "favelado" e negro, seja ele o "pretão" suspeitoso de Dinah, ou o "bom prêto" ingênuo de Pongetti. Nutre-se, portanto, desse imaginário e contribui para a sua permanência, uma vez que a *linguagem* comunica os discursos que embasam a formação do imaginário social, como afirma Baczko (1986, p. 311), fixando-se como verdade ao ser repetida constantemente no cotidiano.

Na crônica "Culpa e castigo"[23], do cronista d'*O Globo,* à racialização da favela se associam sua condição miserável e violenta:

> Há muito tempo venho fazendo uma espécie de mapa da criminalidade carioca onde marco a zona de ação dos criminosos de maior vulto. É escusado dizer que os morros derrotam esmagadoramente a planície e que se poderia assinalar a vermelho os seus crimes. O Corcovado acabou rodeado de bandidos perto dos quais o bom e o mau ladrão do calvário seriam lírios em forma de gente. Nunca, durante a via crucis, Êle sonhara com tão má vizinhança.
>
> Como fenômeno social, essa criminalidade em espantosa expansão corresponde perfeitamente à expectativa dos estudiosos. A incúria oficial permitiu que centenas de milhares de homens, em boa parte sem ofício definido e sem qualquer noção de moral pública ou privada, se inserissem nos interstícios dos bairros residenciais e ali proliferassem. Sustentam-se muitos, de roubos, de assassinatos, e do dinheiro das empregadas domésticas, às quais impõem o exercício noturno da prostituição, insatisfeitos com o fruto das suas canseiras diurnas. O "trottoir" defronte do hotel de turismo mais luxuoso do Brasil é feito por copeiras e cozinheiras que abandonaram o avental e se enfiaram em calças colantes. Voltam de madrugada à casa das patroas; dormem três ou quatro horas por dia; tuberculinizam-se tomando xarope de agrião e disseminando bacilos nos seus fingidos agrados. Às oito horas da noite, um eminente americano hospedado no hotel pode ser assediado por três ou quatro maripôsas, egressas da copa e da cozinha, e ouvir no seu idioma as duas ou três palavras que explicam a vergonha . A polícia vem, elas fogem. A polícia foge, elas vêm. O vício é mil vêzes mais teimoso do que a virtude.
>
> ***
>
> O Touring Club do Brasil botou à entrada do Túnel do Leme uma placa com os dizeres "Bem-vindo à Copacabana", como se quisesse felicitar o turista pelas maravilhas prestes a seqüenciarem-se diante dos seus olhos. A placa ainda não havia sido bem lida e uma favela nova brotou em cima do túnel, no pórtico do bairro das maravilhas. Ninguém fez nada para impedir o atentado, procedendo-se como no caso da Avenida Niemeyer, a mais bela avenida costeira do país, hoje poluída visualmente por horrendos barracos e pelos flagrantes da mais baixa e desamparada miséria. Ninguém embarga a colocação da primeira tábua, os vereadores, à cata de votos, comparecem para garantir a posse num simulacro de festa da cumeeira. Os campos do

[23] *O Globo*, 02 fev. 1959, n. 10046 (vespertina), p. 3.

> Estado do Rio e de Minas Gerais se despovoam, do Nordeste fogem levas imensas, todos os párias do Brasil sabem de sobra que o Rio é terra de ninguém, e quem finca antes o sarrafo tem terra de graça.
>
> ***
>
> Eu seria um monstro e um péssimo aprendiz de sociologia se atribuísse a menor parcela de culpa a essa gente por quem o Estado jamais fêz coisa alguma, abandonando-a sem instrução, sem assistência médica e sem estímulo, como se tivesse de pagar na República a liberdade que lhe foi outorgada no Império. Nós somos os culpados: nós todos que possuindo uma consciência política, e dando corpo ao Estado abstrato, defendemos os nossos interêsses e negligenciamos os dos que nos nossos lares continuavam a fazer, alforriados, os trabalhados dos seus avós escravos. Amontoamos entre os nossos bairros opulentos centenas de milhares de párias, condenando-os ao mais baixo nível de vida: êles descem dos morros para matar, roubar, raptar, violentar, corromper em nome do seu direito de existir. O problema está longe de ser policial e é muito mais grave por isso mesmo. Trata-se de uma revolução de primários, uma luta de facção de uma camada do povo à qual não demos o mínimo de que carecia para considerar-se uma classe. Não duvido que dos morros ainda surja um herói do tipo daquêles bandidos da era feudal que pelo simples fato de limpar o bôlso de um rico era venerado como se enchesse o do pobre.

Em um período em que o saber propriamente sociológico sobre a favela ainda se iniciava (VALLADARES, 2005, p. 85), o cronista-narrador procura revestir o seu discurso de uma certa autoridade, evocando o seu conhecimento como "aprendiz de sociologia". Ele casa conclusões advindas de uma observação direta proveniente de certo trabalho jornalístico, ao traçar "uma espécie de mapa da criminalidade carioca onde marc[a] a zona de ação dos criminosos de maior vulto"; e aquelas ressalvas que ele identifica como conclusões sociológicas, explicando a criminalidade, por exemplo, como resultado da negligência com os alforriados da escravidão. No entanto, sua sentença sobre a favela é dada de maneira categórica: em termos de criminalidade, "os morros derrotam esmagadoramente a planície", lá moram "centenas de milhares de homens, em boa parte sem ofício definido e sem qualquer noção de moral pública ou privada" que "sustentam-se muitos, de roubos, de assassinatos, e do dinheiro das empregadas domésticas, às quais impõem o exercício noturno da prostituição". Esse último elemento, aliás, é destacado na crônica não apenas do ponto de vista criminal, mas também da moralidade, sendo uma verdadeira "vergonha" que se alastra pelas zonas nobres da cidade onde está o "hotel de turismo mais luxuoso do Brasil" em frente ao qual "fazem o *trottoir*" em busca de "assediar um eminente americano". Trata-se,

portanto, de mais uma mancha na imagem da cidade carioca, diante da visão do outro, uma mancha de imoralidade. Mas não somente, pois enfoca ainda uma questão de saúde, em que as "copeiras e cozinheiras que abandonaram o avental e se enfiaram em calças colantes" são tratadas como *vetores* de doenças, que adquiririam prostituindo-se, vitimando indiretamente suas patroas pela sua prática imoral. Nesse sentido, a doença passa a ser a própria prostituição, praticada pelos favelados, seu exercício ilegal e imoral que afeta a imagem das áreas turísticas da cidade e que ainda adentraria os lares familiares. Mais um problema, portanto, que a favela oferece à cidade, destacando a violência dessa relação. Mas para quem?

São conclusões generalizadoras que são tomadas na crônica, provenientes, de certo, das histórias contadas nos jornais e por conhecidos, tomando-as não só como verdadeiras, mas também como perfis suficientes para traçar a paisagem humana das favelas e, assim, explicar a crescente violência no Rio. Nessa explicação, a racialização é um elemento tomado como fundamental, porque os "párias" que foram "amontoados entre os bairros opulentos" e que "descem dos morros para [...] corromper em nome do seu direito de existir" são os mesmos que foram abandonados "sem instrução, sem assistência médica e sem estímulo" depois que "a liberdade lhe foi outorgada no Império", isto é, a população negra, descendente de escravizados. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que assume que há responsabilidade do Estado, assim como dos próprios cidadãos que mantém essa população fazendo, em suas casas, "alforriados, os trabalhados dos seus avós escravos", assume também que eles são determinados por essa relação herdada, trazendo à tona as representações de sua irracionalidade e "natural" suspeitabilidade, como colocado por Sueli Carneiro (2005, p. 127):

> Considerando a descartabilidade social que caracteriza a situação do negro no pós-abolição, fundada na convicção de sua inaptidão para a sociedade disciplinar, a condição de incorrigível aparece como inerente ao ser negro, determinando as formas de controle e punição que sobre ele se exercerão bem como o estado de suspeição permanente em que será socialmente apreendido e as formas de normalização que lhe corresponderão a partir da atribuição de suspeição e incorrigibilidade.

Nas afirmações de Pongetti há a extensão e o aprofundamento dessa condição pós-abolição quando a população negra é condenada à favelização e seu estado de "suspeição permanente" passa a ser associado também à sua pobreza brutal, em uma dialética cruel onde, como ressaltou Alba Zaluar (1998, p. 252), "a pobreza é o

determinante, ora da vitimização, ora da ação violenta". A questão da prostituição aparece também desenhada nessa racialização da favela, ligada, sobretudo, ao estereótipo do negro promíscuo, já que às empregadas tal exercício seria simplesmente "imposto" pelos homens "sem qualquer noção de moral pública ou privada", e ao qual elas se submeteriam passivamente, sem nenhum sinal de resistência. Tal representação da sexualidade negra seria tanto fruto do discurso da irracionalidade, quanto, como Carneiro (2005, p.76) também aponta, vista como resultado de práticas instauradas durante a escravidão e que, por essa razão, desde o século XIX era alvo da eugenia em voga, a qual buscava corrigir a presumida promiscuidade – ideia que parece persistir ainda na metade do século.

No fim das contas, as imagens de moradores negros e negras, da pobreza e da violência aparecem profundamente interligadas na imagem da favela, o que tornaria "sensível" a estrutura social, como ressalta Henry Lefebvre (2011, p. 66), que a cria e sustenta. Isso parece ser um grande incômodo, porque evoca a herança escravagista na própria fisionomia da cidade e, por consequência, passa a ser o que esse espaço social oferece ao Rio, o "castigo" decorrente de sua "culpa" social e humanitária.

Também em 1959, Dinah Silveira de Queiroz abordou de maneira direta a conexão entre favela e violência em meio a uma série chamada "Uma romancista no Júri", publicada em 25 partes (a primeira sai na edição n. 160, de 9 de abril, e a última no dia 14 de maio), em que, a partir de sua participação em diversos julgamentos ao longo daquele mês, comenta sobre alguns casos, diz estar tomando nota para o seu próximo romance, e tece também opiniões. Na oitava parte, afirma: "desde que estamos servindo ao Júri, só vimos desfilar, no banco dos réus, gente das favelas"[24], totalizando 7 casos; dentre os quais há um gari da Limpeza Pública do Rio, paraibano de origem, que teria esfaqueado o "novo amor" de sua amante; outro, chamado Ivan o Galã, acusado de matar o rival "Sambista"; e um acusado de atirar em uma criança durante o carnaval, que foi defendido como "cidadão respeitável" que "estava com suas duas filhas" no momento do suposto crime, e acabou absolvido. No dia seguinte, aparece a opinativa "Uma romancista no Júri IX"[25]:

> Não exageraremos em dizer que, pelo menos, oitenta por cento dos criminosos que vão a Júri, no Rio, vieram das favelas, do morro, das estradas perdidas. É, geralmente, gente sem endereço certo, que mora

[24] "Uma romancista no Júri XVIII", *Jornal do Commercio,* 19 abr. 1959, n. 169, p. 5.
[25] *Jornal do Commercio*, 20 abr. 1959, n. 170, p. 5.

> no fim de uma subida que começa no número tal de uma determinada rua. Resolver o problema da repressão ao crime, sem resolver o da moradia – eis o absurdo maior. Tudo concorre para o fermento criminal nesses lugares abandonados, a começar pela mentalidade, que faz do sigilo uma espécie de "honra" de malandro. "Honra" que pode, às vêzes, significar a própria defesa contra a "Justa", por crimes anteriores. É lógico, que nesse meio de criminosos vive muita gente boa, que se dá ao trabalho com a maior disciplina. "Suquinho", que julgamos ontem, tinha um bom certificado de comportamento, fornecido pelo Exército Nacional. Mas as provocações, as rixas, a idéia generalizada de que tudo deve ser resolvido longe da Polícia também levam, àquele momento trágico do crime, essa gente que jamais compareceria à barra de um Tribunal se não morasse nas favelas.
>
> Tanto mais avança o Júri em seus trabalhos, quanto mais estou convencida de que o Govêrno brasileiro deveria empenhar-se numa espécie de guerra santa à favela, ajudando e ativando por todos os meios a obra de Dom Helder Câmara.
>
> Não se trata de construir vilas operárias nos confins de subúrbios, mas de construir moradias próximas das favelas, pois quem trabalha em Copacabana... não pode morar em Guaratiba.
>
> Há muita hipocrisia trazida pelo romantismo do samba sôbre as favelas. O pior é a degradação do ser humano, de gente que começou decente numa cidadezinha do Norte, e acabou perdida e criminosa num barraco de um morro qualquer.
>
> Não há dúvida de que o primeiro passo para reprimir essa assombrosa criminalidade do Rio de Janeiro é acabar com a favela, que é a semente, a instigadora da maioria dos crimes entre nós. Primeiro, pelo desrespeito à condição humana naquele submundo sem higiene de espécie alguma; depois, pelos próprios perigos e ameaças que cercam os favelados, acuados pela miséria, pelas vinganças e até pela suspeita do resto da população que vive vida normal na cidade.

Muitos elementos que a cronista vinha trazendo nas crônicas anteriores da série são conjugados nesta, em que ela interrompe a sequência das histórias para refletir sobre essa relação que lhe parece evidente entre a miséria, a criminalidade e a favela, mas sem recorrer, como Pongetti, à explicação "histórica". O "fermento criminal" é identificado em muitas questões: a condição de "gente sem endereço certo", que evoca tanto a trajetória do migrante quanto o fato das favelas serem construídas nos lugares menos prováveis; a permanência de antigos costumes, como a defesa da honra; a desconfiança diante da polícia; a falta de infraestrutura que dê alguma dignidade aos moradores das favelas. Causas essas que seriam muito diversas entre si, mas que a cronista-narradora vê formando o conjunto social da favela: um lugar tão degradado que reúne condições propícias ao desenvolvimento de criminosos, influencia e corrompe as pessoas de tal

forma que é ali identificada a raiz do avanço da criminalidade no Rio. Nessa relação de causa e consequência, mesmo quando admite que há "muita gente boa, que se dá ao trabalho com a maior disciplina", estes acabam sendo tomados como exceções, o que é interessante de ser notado, já que o *Jornal do Commercio*, então dirigido por San Tiago Dantas, deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, buscava representar os moradores das favelas a partir da referência ao trabalho, inclusive quando a notícia em que o assunto central era, por exemplo, um acidente: depois do título, "Violento incêndio na Praia de Ramos afligiu sete mil pessoas", informa-se que "Foram destruídos 350 barracões de trabalhadores [grifo meu]"[26]. Inclusive quando Dinah está em meio a essa série de crônicas, o JC faz a cobertura da preparação para o I Congresso de Trabalhadores Favelados[27] (organizado com participação ativa do PTB), o que neste contexto podemos ver tanto como uma discrepância entre a cronista e seu veículo, pela representação dominante dos "favelados" que é construída por cada um; quanto como uma conjunção, já que Dinah apresenta reivindicações em prol da melhoria de suas condições.

Duas soluções são defendidas pela cronista-narradora: a primeira, é olhar para a questão da moradia, oferecendo residências mais próximas aos locais de trabalho; a segunda, seria um maior apoio às fundações religiosas, representadas na "obra de Dom Hélder Câmara". No primeiro caso, trata-se de uma solução que identifica no contexto imobiliário um nó importante para a contínua criação de favelas, naquele descompasso já citado entre os valores vigentes, em especial na Zona Sul, e o que os trabalhadores poderiam pagar, descompasso esse que levaria essa camada a recorrer às favelas para se manterem próximas aos seus locais de trabalho. Configura-se, assim, uma sugestão no rumo das políticas públicas. Quanto ao segundo caso, o pedido para fortalecer essas iniciativas (que, como vimos, já tinham suporte público) vai no sentido de aumentar uma certa "consciência social" dos indivíduos, pois, como diz Oliveira (2010), a favela era considerada também como um fruto do individualismo, do "egoísmo e da inércia", da Modernidade. Queiroz conjunga, dessa maneira, fatores sociais e outros de ordem moral-religiosa que levariam a acabar com o mal que a favela, como lócus específico,

[26] *Jornal do Commercio*, 02 out. 1958, n. 02, p. 7.

[27] Na edição de 20 de abril, por exemplo, o jornal informa sobre reuniões ocorridas na Favela do Esqueleto, para tiragem de delegados para o Congresso, e no Morro do Borel, para posse da nova diretoria da União dos Trabalhadores Favelados - UTF (onde a participação de militantes do Partido Comunista Brasileiro era maior) ("Trabalhadores favelados". *Jornal do Commercio*, 20 abr. 1958, n. 170, p. 7). O I Congresso ocorreria no dia 31 de maio.

faz aos seus moradores ao deixar de propiciar as condições para a criação de criminosos, que também é um mal à cidade.

Nas crônicas seguintes da série, ela retoma as narrativas de seus personagens acusados e da atuação do Júri sem mais aprofundar-se nessas relações. O contexto das ações já estava mais que elucidado.

Não são muitas, afinal, as crônicas em que a favela é associada diretamente à violência, mas, quando isso ocorre, são contundentes a respeito de que ali é o lugar de criminalidade na cidade e de que esta é determinada pela pobreza. Esta seria, nesse sentido, a geradora da incivilidade que domina a favela. Uma questão interessante, porém, é que, embora identifiquem a grande quantidade de pessoas vivendo nessas comunidades – muitas sendo, inclusive, migrantes que "despovoam" suas terras de origem em direção ao Rio, como disse Pongetti – os cronistas não usam a imagem da cidade superlotada para referir-se ao problema da favela, como acontece com relação à água e ao trânsito. Em parte, isso acontece por preocuparem-se com as origens sociais da questão, e nenhum dos cronistas defende, por exemplo, a expulsão dos migrantes, ou mesmo a remoção de favelas, o que seria uma postura profundamente destoante para esse período marcado pela "política de tolerância". Por outra parte, podemos pensar também que essa imagem da superpopulação não vem à tona, nesse contexto específico, porque a favela ainda é vista, sobretudo, como um espaço à parte da cidade, com suas incivilidades próprias.

No entanto, ela ameaça profundamente o Rio. Um mês antes da transferência da capital, o *Jornal do Brasil* trazia na primeira página uma foto sugestiva dessa posição, que bem poderia ter ilustrado essas crônicas: em tamanho grande, elabora-se um contraste entre crianças que brincam em triciclos num terreno aberto, no primeiro plano, e os barracos de madeira que formam o plano de fundo. Na legenda, a denominação da Favela da Catacumba, uma das que se situava nas proximidades da Lagoa Rodrigues de Freitas, por um lado, como um problema estético, já que "os belos edifícios da orla da Lagoa são modernos e coloridos, mas por sôbre êles os barracos miseráveis do morro são negros e disformes"; e, por outro, o medo da violência associada às favelas, pois "enquanto os meninos ricos brincam de mocinho e bandido, com revólveres de brinquedo, na favela da Catacumba, centenas de assaltantes preparam seus revólveres de

verdade para descer e matar"[28]. A foto simplifica a relação de tal forma que ambas parecem estar irreversivelmente conectadas no imaginário social, para o que, talvez, as histórias dos cronistas tenham colaborado, associando o que é desagradável ao olhar ao que é perigoso socialmente.

Nesse sentido, vemos o incômodo registrado por Dinah Silveira de Queiroz em "No país das bananeiras tudo pode"[29]:

> Quando começamos a ver limpeza no terreno, supomos que ali fôsse brotar um edifício igual aos outros. Mas eis que começaram a levantar uma construção muito esquisita, uma espécie de um galpão de lata que, do ponto de vista estético, é o que há de mais aterrador. Logo levantaram o cartaz de uma churrascaria. De vez em quando, carros nobilíssimos soltam no local distintíssimos senhores com a "pinta" mais respeitável, que conversam com os operários. E a gente fica perguntando se quase em frente do Copacabana Palace, com esta lei que obriga a qualquer cristão as maiores complicações com a Prefeitura pra fazer qualquer reforma em seu apartamento, a gente fica perguntando como é possível essa estupenda e estardalhante favela legal no ponto mais turístico da cidade.
>
> Ontem, ouvi uma frase nada engraçada, num teatro infantil ("O Bôbo Bobão") que soou em meu espírito como um dobre a finados:
>
> - "No país das bananeiras, tudo pode".
>
> Sim, meu caro Prefeito do Distrito Federal, é admissível que eu encontre nesta favela, em breve iluminada e adequadamente enfeitada por plantas, como requer o estilo de tôda boa churrascaria, até uma saída para alguma dificuldade com empregada. Que o churrasco de lá, vindo de um estabelecimento favelar-modelar levantado por criaturas tão distintas e bem apessoadas seja o mais tenro; que o cheiro da bela carne tostada faça as delícias da vizinhança, mesmo depois do almoço e do jantar e que a rudimentar cozinha instalada na favela não cause nenhum incêndio a devorar aquêle enorme casarão que lhe fica atrás. Também será provável que escritores que não podem pagar festas em clubes e "boites" façam dali ponto de jantares e comemorações; que à noite o ruído dos "vivas" dos que comemoram bodas de prata ou os quinze anos de formatura alegrem insônias ou [ilegível] os que fazem a tolice de querer dormir nesta indormida rua. Dificílimo se torna uma licença para qualquer ser comum na Prefeitura. Mas esta favela teve tôdas de que precisou para montar o seu teto de lata, num ostensivo desdém por todos os regulamentos. Bem sei que, como aquela horrível que está tomando a face do antigo mercado, haverá explicações: - "A licença foi dada em caráter provisório". Mas não vi nada que durasse tanto, neste Brasil de construções efêmeras, quanto essas licenças provisórias.
>
> Caríssimo Prefeito Sr. Sá Freire Alvim, senti o rubor nas faces quando ouvi a frase da peça para crianças: - "No país das bananeiras, tudo

[28] "Enquanto todos dormem uma favela está crescendo". *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1960, n. 66, p.1.
[29] *Jornal do Commercio*, 26 jul. 1958, n. 249, p. 5.

> pode.” Enrubeci por vossa Prefeitura de tantas esperanças e desesperanças coletivas.

Não sabemos se se trata do mesmo terreno baldio que a cronista começara o ano de 1958 observando, mas, de qualquer forma, ela vê as expectativas criadas com a limpeza de um lugar aparentemente abandonado serem rapidamente frustradas quando se ergue ali uma “construção muito esquisita, uma espécie de um galpão de lata que, do ponto de vista estético, é o que há de mais aterrador”, ressaltando, em especial a sua discrepância visual com o Copacabana Palace, e assim, com todo o turístico bairro, onde o mais normal seria que “brotasse” um “edifício igual aos outros”. Apesar de rapidamente explicar tratar-se de uma churrascaria, ela termina o primeiro parágrafo decretando que aquela era, de fato, uma “estupenda e estardalhante favela legal”.

Assim como em “Terreno para plantar crimes”, não se trata da classificação oficial de favela (nem mesmo a do Código de Obras, para o qual dois casebres seriam o suficiente para a sua caracterização (VALLADARES, 2005, p. 53)), mas de uma associação que advém, primeiramente, da estética, já que o restaurante foi construído com material precário. Tal precariedade ecoa na crônica, ainda, ao imaginar a possibilidade de incêndio na “rudimentar cozinha”, que viria a “devorar aquêle enorme casarão que lhe fica atrás”; e como ela pode vir a se tornar um ponto de encontro daqueles que não têm poder aquisitivo para frequentar as diversões do bairro, mas que disporiam ali mesmo de um “estabelecimento favelar-modelar”. Assim, a indignação com a obtenção da licença pelo restaurante não é apenas porque ele enfeia a paisagem, mas porque ele interfere na própria imagem moderna e civilizada de Copacabana, tal como as favelas propriamente ditas.

O título da crônica, retirado da peça referida, é relacionado ao caso justamente porque ele traz um elemento fundamental da imagem difundida de um país não civilizado, em oposição radical: mais próximo ao estado de natureza, onde não há regulação racional ou mesmo onde tudo é permitido (ELIAS, 1994, p. 159). No encontro da permissividade com a pobreza, a estética precária de um restaurante ameaça todo o moderno bairro e toda a cidade de “favelização”, pois a possibilidade da ampliação dessa pobreza e marginalidade parece real, tal como o “câncer” que Pongetti assinalava em “História de dezembro”. Assim, do mesmo jeito que foram cobradas, nas crônicas que falavam das favelas reais, atitudes dos poderes públicos, nesta se cobra da Prefeitura uma postura mais firme, para evitar que essa se torne uma visão comum. No

entanto, assim como nas demais crônicas, a conclusão parece vir da percepção de que nada de efetivo tem sido feito para alterar esse cenário.

3.2 *Pinte-se* uma nova cidade? O problema social reduzido à estética

Em outubro de 1959, porém, uma novidade vinda do Departamento de Turismo sacudiu um pouco as expectativas diante do problema da favela, mas não necessariamente de maneira positiva, pelo menos na visão de Rubem Braga, que declarou na sua coluna n'*O Globo*: "Pinte-se"[30]

> Mario Saladini é um doido, foi mexer com esse negócio de favela. Êle vai se arrepender: a crítica lhe cairá em cima e as piadas lhe cairão sobre a cabeça.
>
> O caso é que, sendo diretor municipal de Turismo, êle sente, como todos nós, que as favelas são um desgosto e uma vergonha na paisagem. Como não pode acabar com elas, têve a idéia de pintá-las. Êle mesmo diz: será a "miséria colorida".
>
> Ainda não sabemos quais serão as cores escolhidas; sou a favor do verde, como o finado Marechal Floriano, e com um viva à República. Talvez o melhor fôsse camuflar, com pinturas de árvores e pedras: o turista olharia o morro e não perceberia os barracos. Nós também ficaríamos um pouco mais confortados: o que os olhos não vêem o coração não sente.
>
> A hora é boa para que outros departamentos da prefeitura também se voltem para as favelas. Não para acabar com elas: deixemos de ilusões. Para tratá-las como elas são, e minorar suas misérias. Abrir caminhos, limpar as ribanceiras, mandar água para cima, policiar e higienizar na medida do possível essas comunidades aéreas. Por que não construir instalações sanitárias e chuveiros no alto dos morros? Por que não manter lá em cima postos policiais que deêm garantia às famílias pacatas contra os desordeiros? Por que não iluminar os caminhos? Por que não tratar as favelas, enfim, como logradouros públicos que são, e melhorar dentro do possível suas condições de vida?
>
> Bem, mas vamos começar pela pintura. O problema é negro; pintemo-lo. Goethe dizia que a côr é o esforço que a coisa faz para se tornar luz. Um dia, quem sabe, teremos os nossos morros transformados em arco-íris; e Deus nos perdoará a todos.

A ação anunciada pelo diretor do Departamento de Turismo, Mário Saladini, que foi realmente chamada Miséria Colorida, foi noticiada nos jornais de 03 de outubro de

[30] *O Globo*, 05 out. 1959, n.10252 (vespertina), p. 2.

1959, ressaltando a ideia de agradar aos turistas[31]. Deveria ser realizada nas "principais" favelas do Rio de Janeiro e contaria com "artistas especializados" para a escolha das cores, no entanto, a pintura seria feita pelos próprios moradores, os quais seriam premiados caso apresentassem uma das melhores pinturas. Rubem Braga é, então, um dos cronistas que se manifesta, destacando já as fortes reações à ideia que vinham surgindo e as "piadas" que lhe "cairiam sobre a cabeça".

No seu estilo levemente irônico, é o que ele mesmo acaba fazendo na crônica, ao sugerir as cores entre o patriótico e a camuflagem, referindo-se, assim, principalmente à função ilusória da pintura, a qual ele ainda arremata com o ditado popular "o que os olhos não vêem o coração não sente". A ilusão é ainda estendida à ideia difundida, de se acabar com as favelas, diante da qual a negativa do cronista-narrador é incisiva. Dessa maneira, no lugar de soluções "milagrosas", e por isso mesmo ilusórias, o cronista-narrador passa a sugerir melhorias simples, mas, em sua opinião, efetivas no objetivo possível de "minorar suas misérias": limpeza, saneamento, iluminação, policiamento. São questões de infraestrutura urbana, tarefa de "outros departamentos da prefeitura" que vão muito além do Turismo, de onde veio a ideia da pintura das favelas – e talvez por isso sua atitude desde o início seja menos abrupta com Saladini (mesmo que não dispense a ironização da ideia), preferindo demonstrar crença nas suas boas intenções. O que Braga deixa evidente, por fim, é que as favelas estão mesmo alheias à cidade, já que não são sequer tratadas "como logradouros públicos que são", pois se o fossem não seria preciso sugerir que levassem até elas o mínimo para "melhorar suas condições de vida" (enquanto na Zona Sul, lembremos, a falta de água já é vista como o cúmulo da incivilidade). No entanto, mesmo não fazendo parte da cidade, incomodam a ponto de se precisar pintá-las para "amenizar" a angústia de sua visão, ou, como diz Braga, oferecer algum "conforto".

O assunto repercutiria ainda pelos próximos dias. Uma questão é a auto-defesa de Saladini diante das críticas, dizendo que foi mal compreendido, pois sua ideia, segundo afirma ao *Diário de Notícias*, era "dar às favelas um ambiente mais sugestivo, encobrindo o aspecto anti-urbanístico que apresentam os barracos"[32], e justifica-se

[31] Três dos quatro dos nossos jornais veiculam a notícia nessa data: o *Jornal do Brasil* (03 out. 1959, n. 231, p. 1) afirma que "Prefeitura criará nas favelas miséria colorida para agradar a turistas"; o *Diário de Notícias* (03 out. 1959, n. 11315, p. 9), de forma sintética: "Favelas serão coloridas: atração turística do Rio"; e o *Jornal do Commercio* (03 out. 1959., n. 3, p. 8), com a nota "Favela pintada será atração para turista".

[32] "Favela em tecnicolor não é para atração turística", *Diário de Notícias*, 07 out. 1959, n. 11318, p. 13.

diante da limitação do cargo, pois "como Diretor do Departamento de Turismo só posso me preocupar com a parte artística e decorativa que o problema representa", conforme declaração dada ao *Jornal do Commercio*[33]. O *Jornal do Brasil* publicou seguidamente matérias diversas, colhendo a opinião de políticos, intelectuais e da população, e chegou a fazer uma enquete junto aos leitores do jornal cujos resultados teriam sido negativos, por verem a iniciativa, primeiramente, como inútil, e, em segundo lugar, como geradora de gastos[34]. Contribuindo de certa forma para essa cobertura ampla do tema no JB, Fernando Sabino finalmente o comenta em 14 de outubro, chamando-o "Vergonha"[35]:

> Muito se falou esta semana a respeito do obsoleto porta-aviões, adquirido por um preço que, dizem, daria saída para outra Brasília... [...]
>
> Mas nem só de vergonhas como esta viveram as notícias da semana. Os jornais se enchem ainda de notas e comentários a respeito da vergonhosa eleição do rinoceronte "Cacareco" para a Câmara Municipal de São Paulo. [...]
>
> Enquanto isso, continuam os comentários sôbre a repulsiva idéia do Departamento de Turismo da Prefeitura de pintar as favelas cariocas, inspirada no raciocínio canalha de que, se não podemos acabar com a miséria, podemos, pelo menos, enfeitá-la. E o mais espantoso é que o plano vem merecendo os mesmos comentários alegres ou jocosos que despertam outras iniciativas vergonhosas da nossa administração. Com certas coisas não se brinca – não se facilita impunimente com a miséria do povo a ponto de atirar-lhe à cara um insulto desses. A sugestão cafajeste não devia nem merecer comentários, a não ser os da justa indignação. O espírito-de-porco que dita idéias como esta vem a ser, afinal de contas, o mesmo que inspirou os guardas alemães dos campos de concentração a organizar uma bandinha de música entre os próprios prisioneiros para alegrar um pouco o momento em que os condenados à morte eram tangidos para os fornos crematórios. E se há exagero na dramática comparação, não seria exagerada a idéia dos próprios favelados de, em sinal de gratidão, pintar também a cara do autor do plano, para enfeitá-la com um pouco de vergonha.

Em meio a uma colagem de várias "notícias da semana" que poderiam ser expostas sobre esse título, a notícia sobre o projeto de pintura das favelas do Departamento de Turismo aparece ao final, chamada de "repulsiva", "canalha", "cafajeste", "um insulto", em tom bem mais agressivo que o utilizado por Rubem Braga. Sua crítica também parte da ideia de que a pintura apenas tenta camuflar a situação social da favela ao "enfeitá-la". No entanto, o cronista que tem como marca a

[33] "Mal interpretada a pintura de favelas", *Jornal do Commercio*, 09 out. 1959, n. 09, p. 8
[34] "Abelard acha que miséria colorida tem uma vantagem: - Dá nova côr à tristeza", *Jornal do Brasil*, 04 out. 1959, n. 232, p. 7.
[35] *Jornal do Brasil*, 14 out. 1959, n. 240, p.7.

crítica contundente em textos de caráter mais opinativo, assim como a ironia mordaz, considera que esse tema em específico não merece os comentários "alegres ou jocosos", mas apenas a "justa indignação", e é assim que se expressa, a tal ponto que não formula sequer sugestões, como faz Braga. Por outro lado, sua crônica torna-se interessante justamente pelo grau em que consegue expor a revolta, em especial ao "exagerar" o quadro com a "dramática comparação" dos "guardas alemães dos campos de concentração a organizar uma bandinha de música entre os próprios prisioneiros para alegrar um pouco o momento em que os condenados à morte eram tangidos para os fornos crematórios"; com ela, Sabino trabalha justamente a falta de sensibilidade, de humanidade mesmo, que a proposta lhe demonstra, ao não colocar no seu centro o benefício dos moradores da favela[36], mas ser propositalmente apenas um arremedo. Não à toa, são eles que se tornam, por fim, os personagens centrais, aqueles a quem cabe demonstrar o peso da indignação merecida, com a sugestão do cronista-narrador, ao mesmo tempo espirituosa e impiedosa, de que "os próprios favelados, em sinal de gratidão", pintem "a cara do autor do plano, para enfeitá-la com um pouco de vergonha".

Em Braga e Sabino, o problema das favelas é tratado, então, sem paternalizações, idealizações ou exoticidades, inclusive pelo momento em que escrevem, quando dar resposta ao projeto anunciado era visto como uma necessidade. O que incomoda a ambos é que este venha (apenas) do Departamento de Turismo, quando é evidente que a questão é muito mais ampla, e enquanto Braga evidencia a necessidade de uma solução urbanizadora, Sabino deixa em aberto pelo menos a necessidade de ouvir os próprios "beneficiados". Estes pareciam realmente indignados, de acordo com o Jornal do Brasil, que destacava: "Líder da favela diz que favelados são pobres, mas não querem tinta da PDF"[37], em que o "líder comunitário da favela de João Cândido" reivindicava especificamente que a Prefeitura permitisse construções de alvenaria. Isso ia, porém, contra a definição de moradia temporária pregada no Código de Obras e a política de "instabilidade" nele baseada, ou seja, no interim dessa política, qualquer tipo de urbanização da favela era um problema, uma vez que implicava aceitar justamente que eram locais de moradia permanente. Pestana (2018, p. 80) afirma que, embora

[36] Curiosamente, Saladini ainda tentou justificar algo nessa direção, ao revestir seu projeto de uma finalidade "higiênica", como noticiado no *Jornal do Brasil* (06 out. 1959, n. 233, p.7): "Miséria colorida terá 'fins higiênicos': Turismo vai usar tinta com DDT", afirmando, portanto, que seria um benefício à população que sofria com a proliferação de mosquitos.

[37] *Jornal do Brasil*, 07 out. 1959, n. 234, p. 9.

durante todo o período de 1945 a 1962 tenham proliferado "iniciativas do poder público calcadas na instalação de pequenas melhorias em diversas localidades" (inclusive graças à organização e mobilização dos próprios moradores das comunidades), elas eram profundamente desiguais em termos de abrangência e de verbas a cada governo, descontinuidade que podemos ver implicar na sensação de um abandono constante, que vem à tona no momento do projeto de Saladini.

Nesse contexto, chama a atenção que os dois cronistas que viemos acompanhando até então, Dinah e Pongetti, não tenham escrito nada em suas colunas sobre o assunto. No caso do cronista d'*O Globo*, porém, sua opinião é citada em uma matéria publicada no jornal – a qual, aliás, é a única que aparece ali sobre o caso – que destaca como "poetas, cronistas e pintores divergem sobre quanto à idéia de se recorrer à pintura para emprestar outra imagem às favelas cariocas". A declaração de Henrique Pongetti é que

> - O Sr. Mario Saladini está na fase de ter idéias para trazer turistas ao Brasil . Se eu fôsse ele, pediria verbas para anunciar na imprensa dos Estados Unidos que, com o dólar a quase Cr$ 200,00, um motorista de caminhão pode hospedar-se no mais luxuoso hotel do Brasil, mas isso seria perigoso porque dispomos, no Rio, de pouco mais de três leitos em hotéis, e o turismo interno já é reduzido pela falta de acomodações. Quanto a pintar de cores carnavalescas os barracos, estou de inteiro acôrdo. Depois de 'Orfeu do Carnaval', se o morro não pode acabar com as suas mazelas é bom que as fantasiem. Quanto ao mais, vamos tratar do baile do Municipal, que é onde acabam mesmo todos os sonhos dos nossos diretores de turismo[38].

Antes de tudo, é notável que, embora seja apenas um comentário a uma enquete, Pongetti usa do mesmo estilo de suas crônicas para responder ao jornalista. A incompatibilidade que nota entre a situação econômica e a necessidade de trazer turistas com a infraestrutura de que a cidade dispõe abre caminho para entender a sua "concordância", que vem a seguir, com uma certa ironia, ao deixar subentendido que existem outros problemas com que o Departamento deve lidar. Assim, a referência ao filme franco-brasileiro, baseado na peça *Orfeu da Conceição*, de Vinícius de Moraes, ligando-o à "fantasia" da favela, vem apenas complementar a constatação do cenário nada favorável, e a ideia de "pintar de cores carnavalescas", como ele define, os barracos, conecta-se à visão de uma ilusão romântica diante desse espaço, que ele já criticara na crônica "Mural Carioca", alguns meses anterior. Portanto, parece ser antes

[38] "É melhor colorir a alma dos favelados". *O Globo*, 10 out. 1959, n. 10257 (matutina), p. 4.

uma insinuação de que o mascaramento da realidade da favela, em suas tentativas de remodelagem, longe de ser um delírio isolado do diretor de Turismo, era uma postura recorrente, pelo menos nas artes, e daí seria também parte constitutiva do imaginário da cidade. Não se pode esquecer que já na administração de Pereira Passos (1903-1906), o qual promoveu a derrubada das "moradias insalubres" do centro do Rio, o plano era alterar a aparência da cidade eliminando de sua visão a pobreza, ou seja, não se trata de resolver a questão social que a gera, mas apenas de mascará-la. Se, naquele momento, isso se fazia acabando com as moradias populares que contrapunham a ideia da cidade como "vitrine do progresso" (o que acabou por fazer com que as famílias empobrecidas procurassem outros locais mais afastados e os morros), e colocou em seu lugar as largas avenidas e os prédios monumentais; na metade do século, o grande número de favelas e o seu espalhamento geográfico, visto facilmente por dominar as alturas, além das limitações financeiras da capital que estava deixando se ser, já dificultariam um mascaramento desse tipo, por isso, a solução mais barata, simples e igualmente autoritária de pintá-las. Disfarça-se, assim, a pobreza que ameaça a desejada aparência racional da cidade, ou seja, ameaça aquilo que lhe confere modernidade e gera, com isso, valor de troca, elemento base dentro de uma sociedade capitalista que o considerada como a forma mesma da racionalidade técnica. Nessa relação, a busca por tal racionalidade desumaniza ainda mais a cidade, pois promove a separação total entre as leis do mercado e a utilidade prática da urbe, bem como de seu vivido, a cidade como lugar de experiências compartilhadas, segundo Olgária Matos (2010, p. 154). A exclusão da massa indesejada, porque marca de uma irracionalidade urbana, se não ocorreu concretamente, permanece simbolicamente.

As crônicas vistas até esse ponto ajudam a entender que o projeto de Mario Saladini, tratado muitas vezes como absurdo pelos jornais e seus cronistas, não deixa de estar ligado à questão estética que era constantemente evocada, inclusive nas próprias crônicas, como vimos. De certa forma, ela é influenciada por uma compreensão, ainda que rasteira, de urbanismo, já que se preocupa com a visão da cidade como um todo e, como destaca Lícia Valladares (2005, p. 42), desde os anos 1920 a interferência da favela na estética urbana era considerada um problema. No entanto, contrariando os preceitos científicos do urbanismo, que preza pela abordagem sistêmica da cidade, o projeto de Saladini acabava investindo na ação estética de maneira meramente pontual, ignorando e/ou disfarçando que o incômodo dos barracos de madeira é que eles

evidenciam a pobreza, assim como a falta de infraestrutura urbana. Ou seja, que a feiura de que tanto se fala é, na verdade, social, o que leva, então, às reações, em especial em um momento em que a disputa com a ideia da cidade moderna, urbanisticamente organizada, está em evidência. Mas estaria Brasília em um ponto tão distante nesse tema?

Por mais que a nova capital, de fato, ainda não tivesse sido inaugurada, não seria possível ignorar uma realidade que já se expunha, a então conhecida como Cidade Livre, que Rubem Braga chamará igualmente "favela", ainda em 1958, em "Histórias várias"[39]:

> As histórias que se ouve na Cidade Livre são todas de enriquecimentos súbitos: o italiano que acampou com a família debaixo de uma árvore e hoje tem uma churrascaria, um cinema, não sei que mais; o sujeito que chegou há um ano com um caminhão velho e já tem quatro novos, etc. Naturalmente, dos fracassados, dos vencidos, ninguém fala, ninguém se lembra...
>
> Na parte alta da avenida há um trecho com ares de Wall Street, o Banco do Brasil e mais quatro outros já levantaram ali em elegantes sedes de madeira, as emprêsas de aviação abrem suas agências. O surto comercial tem um grande apoio: ninguém paga imposto nenhum. Também praticamente não existe serviço público, cada casa que arrume um meio de se iluminar e cozinhar, a Cidade Livre é ferozmente individualista. Eu me pergunto que haverá quando chegar o momento de acabar com essa favela feérica.
>
> O pior é que aqui e ali, sem licença de ninguém, outras favelas vão surgindo; se não houver um policiamento constante – e as autoridades me parecem um tanto displicentes nesse ponto – serão criados problemas difíceis de resolver, por envolverem fatores humanos. Seria desejável que a Novacap fosse mais exigente com os empreiteiros e construtores com relação ao trato que êles dão aos operários. No alojamento do Instituto dos Bancários, onde ficamos, esse trato é bom. Os trabalhadores estão alojados com decência, recebem macacões, têm um restaurante de [ilegível] e sadia que custa a cada um 1.200 cruzeiros por mês e ganham em média o dôbro do Rio. Contam-me, entretanto, que no acampamento dos americanos, enquanto os engenheiros e técnicos exigem um grande confôrto, cada um com sua geladeira, etc., os trabalhadores nacionais habitam favelas ignóbeis. Não culpemos os americanos, êles devem achar que "no Brasil é assim", e não faltará brasileiro sem consciência que lhes diga isso, mas as autoridades estão no dever urgente de exigir condições de confôrto mínimo para os trabalhadores, não apenas ali como em outros alojamentos. A Novacap precisa de um departamento que cuide, e energicamente, dessas coisas. [...]

[39] *Diário de notícias*, 03 abr. 1958, n. 10854, p.2.

Escrita quando de sua própria visita à capital em construção[40], o cronista-narrador descreve as moradias dos operários destacando a sua "feroz individualidade", primeiramente, ao ressaltar a aparência de sucesso das histórias pessoais, que convenientemente "se esquecem" dos vencidos; e depois, ao falar a respeito da ausência de serviço público, cada um "arrumando um meio" para conseguir ter a estrutura básica. Tratavam-se, porém, de alojamentos temporários, destinados a serem extintos tão logo Brasília estivesse pronta, e por isso o cronista-narrador pergunta-se "que haverá quando chegar o momento de acabar com essa favela feérica?". Embora a associação se deva, inicialmente, à pobreza do lugar e a sua estética precária e desorganizada, outros elementos vão se somando: o fato de outras surgirem "sem licença de ninguém"; e a consequente dificuldade em desfazê-las, uma vez que envolvem "fatôres humanos". Talvez fosse ainda cedo para sabê-lo em Brasília, mas não se pode desconsiderar a experiência do Rio de Janeiro, onde as favelas também são consideradas oficialmente temporárias, mas crescem a cada dia, e as autoridades são tomadas como igualmente "displicentes". Vendo-a, assim, em seu contexto concreto, social e humano, evidencia-se na narrativa a certeza de que o planejamento urbanístico da nova capital não a livrará de ter suas próprias favelas.

Mais de um ano depois, porém, já a poucos meses da inauguração de Brasília, Braga escreve que n'"A cidade feliz"[41]: "o rico não será afrontado pelo barraco do pobre, nem o encontrará em seu trajeto", o que, com certeza, trata-se de uma grande diferença frente ao Rio de Janeiro da paisagem tomada pelas favelas, o que seria pelos menos uma vantagem estética... Sem citar mais a Cidade Livre e o que ela se tornara (Braga sabia que ela não fora fechada, sendo mantida para evitar que o excedente populacional invadisse o Plano Piloto?), ele não considera que seja, de qualquer forma, um problema resolvido, pois é mais importante pensar que "em volta permanecerá um Brasil misterioso e triste, que ela [Brasília] não compreenderá, e seus homens esquecerão". Nesse caso, Brasília continua a ser apenas um ponto dentro de um país que é organicamente oposto ao seu sonho de modernidade, e nele a pobreza não desaparece simplesmente porque não está marcada na paisagem da capital, e dessa cercania agora o

[40] O cronista relata na crônica "Brasília" (*Diário de Notícias*, 30 mar. 1958, n. 10851, p.2) ter sido convidado por um amigo para a inauguração do "primeiro edifício construído dentro da área do Plano Piloto". Nas edições seguintes, publica suas impressões em uma série de seis crônicas – dentre elas "Lotes, etc", vista no primeiro capítulo, e esta "Histórias várias".
[41] *O Globo*, 23 dez. 1959, n. 10319 (matutina), p. 2.

Rio também faz parte, com suas favelas. Contudo, a ex-capital nem por isso pretende ser "esquecida".

Como foi apontado no comentário de Pongetti sobre a "Miséria Colorida", é preciso lembrar ainda do cenário do turismo no Rio de Janeiro da década de 1950, quando a imagem da "cidade maravilhosa" já está consolidada. Elsie Lessa louva esse "Rio turístico"[42] em junho de 1960, dois meses após a perda do status de capital:

> De repente, passou por nós o grande ônibus iluminado, furando a noite mansa da praia:
>
> - O que é aquilo? "Rio by night"?
>
> - Êle mesmo. A gente não se dá conta de que hoje esta é uma cidade, se não pronta para o turismo, ao menos cheia de turistas, com dólares no bôlso e máquinas fotográficas a tiracolo, ávidos de côr local. Não nos demos conta é o nosso Rio meigo e meio provinciano, em que há quinze anos era bom viver despreocupado pelos barzinhos da praia, e a praia mesmo, quando Copacabana era bairro familiar e ainda se protestava contra as "filas", êste Rio deu passos de gigante para frente, saltando sôbre os buracos, zombando da falta de água e de tôda as desorganização. Gritávamos que não havia teatros e não se sabia o que fazer de uma noite, e hoje há quatorze teatros em funcionamento, para todos os gostos, quase todos de casa cheia. Sem falar nos circos, nos bares, nos restaurantes com comidas de quase tôdas as procedências. Em 1946 ainda era preciso explicar a um "carioca" de que elementos se compunha uma "pizza alla napolitana" e só os entendidos e aficionados festejaram a sua instalação na Guanabara num restaurantezinho ao ar livre, entre trepadeiras e mesas toscas, meio escondido ali na Domingos Ferreira. Hoje temos pratos típicos regionais de quase todos os Estados, os "churrascos" e "galetos" se multiplicaram, o bacalhau e os fados podem ser encontrados juntos pela noite, onde com boa vontade se descobrirá também um "lapin à moutarde" ou a "soupe à l'oignon". Que há de um tudo no Rio. Dança-se e bebe-se e compram-se livros e discos, à noite, visitam-se exposições de pinturas e artes plásticas, sem falar no cineminha de arte ou nas sessões corridas. Os "ballets" no Municipal esgotam lotações como, imprevisivelmente, os concursos de piano ou os de bolero, no Maracanãzinho. Já não é preciso ninguém se dar ao incômodo de tomar um avião internacional para ver em pessoa Lena Horne, Sammy Davis, Ella Fitzgerald, quem sabe se Frank Sinatra e Brigitte Bardot. Acabaram descobrindo que a capital do Brasil é Brasília (desculpem, ia dizendo, Rio de Janeiro). Ficamos importantes, de repente, sem nos darmos conta, com cara e sintomas de grande metrópole. Então, vamos aproveitar.

Evocando uma imagem da cidade cosmopolita, tão cara à modernidade carioca, é principalmente aos aspectos da vida cultural que a cronista-narradora se atém, não sem

[42] *O Globo*, 22 jun. 1960, n. 10160 (matutina), p.1 (seção 2).

esquecer a superação dos seus obstáculos: “êste Rio deu passos de gigante para frente, saltando sôbre os buracos, zombando da falta de água e de tôda a desorganização”. Mas essa superação, como vemos pelo próprio conjunto de crônicas da autora, não se refere a uma resolução, mas ao fato de o Rio ter se consolidado no mapa do turismo internacional apesar desses entraves. Vemos, porém, que apenas dois são nomeados (os buracos e a falta d’água), o restante ficando sob o título de “desorganizações”. Poderíamos pensar, nesse conjunto, no trânsito, por exemplo (para ficar com uma questão que já vimos ser vista como das mais importantes na imagem da cidade), mas será que as favelas poderiam ser assim também consideradas? Seriam uma “desorganização” na paisagem (e, nesse caso, a proposta de Saladini não seria tão absurda)? Seriam uma “desorganização” política, uma vez que tão ausentes nas políticas públicas municipais? Ou apenas Lessa não as conta em meio a esses problemas sobre os quais a cidade conseguiu “saltar”?

De fato, esse não é o foco da crônica, no entanto, é interessante que a favela esteja ausente quando era ela um dos “motivos edênicos” do turismo no Rio de Janeiro da metade do século XX, vinculada à imagem simbólica de “favelados dançando animadamente o ritmo do samba, já transformado em música nacional” (CASTRO, 2001, p. 123), uma perspectiva tão exótica quanto romantizada, já vista por Pongetti, em “Mural Carioca”, como sendo criada pelos próprios sambas, além do cinema, citado no comentário a respeito do projeto da pintura das favelas. No lugar dessa imagem, porém, a cronista-narradora (que, afinal, nada fala a respeito das favelas nesse período, parecendo ter virado o rosto para não as ver) prefere a visão da “grande metrópole”, em que se pode desfrutar dos mais diversos prazeres culturais e gastronômicos.

Acontece que as favelas não são um simples problema urbano, mas são a própria contraimagem do progresso, isto é, a imagem que desafia o discurso do progresso ao expor a contradição entre desenvolvimento econômico e tecnológico e desenvolvimento social, onde o primeiro não leva necessariamente ao segundo (BUCK-MORSS, 2001, p. 111). No entanto, enquanto Walter Benjamin procurava essas contraimagens em pequenos objetos esquecidos, nas ruínas arquiteturais e modas passadas, a favela está estampada na cidade à vista de todos, atrai mesmo grande atenção na paisagem e, assim, escancara o problema do caminhar no rumo do progresso pela sua negativa.

A tendência em um país de capitalismo periférico, porém, poderia ser de não ver essa contraimagem como um paradoxo do discurso do progresso, mas apenas como

resultado do subdesenvolvimento. Em 1958, Henrique Pongetti traz essa questão ao comentar as iniciativas de incentivo ao turismo de JK, como promotor de um "Segundo descobrimento do Brasil"[43], onde aborda também as favelas:

> Que venham reis, presidentes de repúblicas, régulos, xás, paxás, xeques, e quantos queiram visitar-nos trazendo, atrás da sua importância de cabeças de populações a sua máquina publicitária. Nós precisamos da publicidade internacional em grande estilo, a que promove países, a que vende geografia e seus subprodutos. Ainda existem no Brasil uns nhambiquaras plenamente convencidos de que mandando ao exterior o rebolado do nosso samba, e uma amostra de café, o mundo se curvará diante de nós. A melhor propaganda do Brasil é o Brasil visto de perto, com todos seus descalabros e com tôdas suas virtudes, com êsse desengonço, êsses furúnculos, essa voz conturbada de organismos em crescimento, de adolescente em fase de espichar; essa miséria transitória ao lado da riqueza perdurável e generalizável, essa aparente desorganização que produz progresso, êsses resmungos que poderiam ser interpretados como louvações em boca de mal-humorados, esse avanço contínuo entre boatos de empacamento; o abismo já completamente aterrado e o senhor de fraque prêto, fumo no braço e voz de apocalipse anunciando que o Brasil está à beira dele.
>
> ***
>
> Na escala da nossa real grandeza os males presentes são como uns sujinhos de mosca num grande mapa, diante da certeza do nosso futuro imediato. As favelas, que na Europa pareceriam lares definitivos da indigência crônica, aqui sugerem cabanas de mineradores construídas às pressas na febre do ouro. Não temamos o olhar agudo do visitante. O que não desejaríamos que êle visse, causa a mesma impressão de uma tábua fora do lugar numa casa incompleta. Os países do futuro palpável produzem êsse fenômeno óptico de antevisão; o que será amanhã interpondo-se as imagens de hoje, a carência esbatida na fusão com a safra; o problema esfumando-se na solução. Só temem os olhos agudos do visitante as velhas nações estagnadas e exauridas. O que tem em nós não é terra de colheita, é terra de semeaduras. Duvidar desta nação é desafiar a generosidade de Deus, que nos reservou um continente com todos os climas, com tôdas as possibilidades de culturas, com todos os perigos de desintegração, e que na nossa unidade nacional e na nossa ausência de dialetos tem uma prova de que fomos dignos da Sua dádiva.
>
> [...]
>
> ***
>
> Sr. Presidente da República, muitas vêzes tenho discordado aqui do seu Govêrno, e de muitas coisas poderia agora mesmo discordar. Mas eu seria um opositor desonesto e indigno se escondesse meu entusiasmo pelo seu método certíssimo de mostrar o Brasil ao mundo e de fazer o brasileiro acreditar finalmente que o Brasil merece ser visto, e lucra em ser visto. [...]

[43] *O Globo*, 12 set. 1958, n. 9926 (matutina), p. 3.

O cronista-narrador refere-se à estratégia internacional adotada por Juscelino Kubistchek que partia do alargamento da agenda internacional para além da influência norte-americana, investindo principalmente em acordos de parceria com Ásia, África e Oriente-Médio, e que acabou influenciando o turismo dessas regiões para o Brasil (TELES et al., 2016). Assim como faria Lessa em 1960, aqui o cronista-narrador também se volta para a imagem de um Rio internacional (por metonímia com o Brasil) e a importância de atrair o turista estrangeiro, no entanto, enquanto aquela aposta no turismo para um Rio cosmopolita "saltando" por cima das favelas, Pongetti destaca justamente a realidade socioeconômica, afirmando que ela deve ser mostrada. Ele considera, assim, que a imagem do país que é vendida, a do "rebolado" e do café, é menos interessante, porque menos verdadeira, que a dos "descalabros", do "desengonço". Apesar de soar estranho (e podendo-se desconfiar de ironia, num primeiro momento, o que não se confirma ao longo do texto), não se trata realmente da glorificação dos defeitos brasileiros, nem mesmo dos seus contrastes em si, mas de uma ideia de progresso muito bem fundada na visão do país que está crescendo e, assim, todas essas antíteses fazem parte de uma etapa do caminhar para o futuro glorioso. Dessa maneira, as favelas são trazidas como representativas de uma "pobreza transitória" em um país "em construção", logo, fadada ao fim tão logo se alcance o patamar de país desenvolvido; enquanto na Europa, vista como lugar do capitalismo que deu certo, da civilização desenvolvida, estas mesmas favelas, se ali existissem, seriam entendidas pela "indigência crônica", ou seja, aí sim seriam admitidas como resultados paradoxais da busca pelo progresso. Nessa perspectiva, o Brasil, e o Rio é sua porta de entrada, deve ser visto como a própria imagem de como o progresso se desenvolve, e é isso que deverá ser mostrado aos turistas.

Na metade do século XX, o plano desenvolvimentista de JK trilhava também esse pensamento, tendo na sua base teórica o grupo de intelectuais vinculado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), formado em 1955, o qual defendia a tese de que o desenvolvimento social era algo intrínseco ao desenvolvimento urbano-industrial, ou seja, ao progresso econômico, como destaca Bielschowsky (2000). Nesse sentido, o autor afirma que o Presidente Kubitschek via em suas medidas econômicas um cunho social, na perspectiva de reduzir indicadores de desemprego, pobreza, analfabetismo, mas este acabou não sendo um "traço marcante" de seu governo, porque, no fim das contas, "[a]penas um campo de preocupações sociais recebeu proposições

reformistas relativamente abrangentes, ou seja, o das desigualdades regionais" (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 131), questão essa particularmente abrangida com a interiorização da capital e a rede que ela buscava criar. Fora, contudo, dessa parte do Brasil onde progresso econômico e social pareciam caminhar juntos, o Rio precisava reencontrar o seu caminho para superar o atraso, onde a favela não mais existiria.

Nesse contexto, o turismo é um elemento prático, visado, ao lado da atividade portuária, como importante fonte de renda para a cidade que terá de viver sem os subsídios federais após a transferência da Capita. Tanto que, em junho de 1960, o governador interino Sette Câmara apresentaria ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) uma solicitação de que o turismo fosse considerado parte da Indústria de Base Nacional e, com isso, o banco pudesse financiar o desenvolvimento do turismo na Guanabara[44]. De toda forma, a crônica de Lessa, publicada após a transferência, mostra justamente a esperança no setor, ignorando os problemas do Rio, como, afinal, o projeto de Saladini, à frente do Departamento de Turismo, propunha. A visão de Pongetti, apesar de alinhada ao discurso do subdesenvolvimento e sua promessa de um progresso "por etapas", seria mais excêntrica, porque se baseava na ideia de expor os problemas crônicos da cidade, ainda mais as favelas que, como ele mesmo disse em suas crônicas, eram vistas como uma mancha na paisagem urbana. Não se pode ignorar, porém, que quando o assunto é turismo, a ideia de uma cidade cosmopolita é muito mais atrativa na metade do século XX, e, ainda, que a própria inclusão do Rio como destino turístico internacional acontecera à medida que sua sociedade passou a aderir, imitar ou adaptar-se aos hábitos europeus e, posteriormente, americanos, como é destacado por Isabella Perrota (2011). Existe, assim, um paradoxo: o turismo é visto como a alternativa para a cidade "continuar" no rumo do progresso, porque vai lhe garantir a renda e o lugar como parte do mundo civilizado, mas, para atrair turistas, é preciso ser já um centro civilizado ou, pelo menos, aparentar... e mesmo para aparentar, a favela é um grande empecilho.

[44] A iniciativa teria partido de um grupo de trabalho voluntário chamado "Rio: Operação Turismo", formado ainda em 1959. Os jornais que destinaram um espaço na primeira página para anunciar o envio do ofício pelo governador foram o *Diário de Notícias* ("Sette propõe um plano para turismo - Hotéis seriam construídos com verba do BNDE". *Diário de Notícias*, 04 jun. 1960, n. 11519, p.1.) e *O Globo* ("Sette Câmara propõe ao BNDE plano de turismo para o Rio". 04 jun. 1960, n. 10455, p. 1). No *Jornal do Brasil,* sai logo em seguida um editorial ressaltando o caráter "racional" da ação do governador, que demonstraria a importância do turismo para a sobrevivência do estado ("Turismo racional". *Jornal do Brasil*, 06 jun. 1960, n. 131, p.3). O turismo será um assunto retomado e aprofundado no próximo capítulo.

Enquanto Lessa, mesmo assim, "saltava" sobre os problemas para saudar o "novo Rio", Ferreira Gullar prefere ver através da favela a imagem da "Guanabara ano I"[45]:

> Moravam em barracos imundos, feitos com tábuas velhas de caixotes e de cêrcas de obras, cobertos com latas desmanchadas ou pedaços enferrujados de zinco. Daquele ponto, viam ao longe, esfumados no horizonte de gás, os grandes edifícios da cidade. Muitos dos habitantes dêsses barracos trabalhavam naqueles edifícios, mas, agora, olhando daqui, eram como miragem, coisa fantástica e inatingível. No fundo, sentiam orgulho de trabalhar naquelas enormes casas de muitos pavimentos, de ferros, cimento e vidro. E os que nem sabiam como entrar num prédio daqueles, chamar o elevador, ligar o telefone?
>
> Mas eis que um dia, a pouca distância da favela, surge um grupo de homens e máquinas e começam a plainar o terreno, cavar, fincar estacas. Fizeram primeiro um barracão – e só esse barracão, de madeira nova e teto de telha, já era melhor e maior que qualquer dos barracos da favela. E mais tarde viram crescer do chão as paredes de tijolo, que se iam arrumando em feitio de casas. Eram quantas? Mais de dez. Mais de vinte. Trinta? Dariam talvez para todas as famílias da favela... Sôbre as paredes, puseram as armações de madeira para o teto, as rótulas nas janelas. Para quem seriam aquelas casinhas tão bonitas? "Para vocês" – respondeu alguém. Ou ninguém. "As casas são para nós". Quem disse? Ora, quem disse, não estavam vendo? Lembraram-se de nós, enfim. Não querem mais favela e por isso resolveram construir casas para os favelados. Os moradores dos barracos ficaram esperando que as casas ficassem prontas, e o esperavam numa aflita alegria.
>
> Ficaram prontas. Paredes pintadas, janelas com rótula, telhado – um sonho. Mas eis que, certa tarde, um grupo de homens bem vestidos veios inaugurar as casas e entregá-las aos seus donos, outras pessoas que não moravam naquela favela. Os favelados revoltaram-se, tentaram ocupar à força as casas que "eram suas", que alguém dissera que eram suas. Veio a Polícia, houve bombas e tiros. E naquela noite, os favelados, assustados e feridos, ficaram em seus barracos de tábua podre olhando as janelas iluminadas do pequeno conjunto residencial de São José – que veio tornar mais amarga a sua favela. Depois foram dormir.

A narrativa é nitidamente diferente das demais crônicas que tematizam as comunidades cariocas, pois tenta perceber o ponto de vista dos moradores das favelas, suas esperanças e angústias, os sentimentos que não estão expostos na nota publicada alguns dias antes:

> PF dispersa favelados: queriam casa[46]

[45] *Jornal do Brasil*, 13 set. 1960, n. 215, p.3.
[46] *Jornal do Brasil*, 10 set. 1960, n. 213, p. 9.

> Choques da Polícia dispersaram ontem de manhã, uma multidão de favelados que tentou invadir o conjunto residencial de funcionários do Estado, na Avenida dos Democráticos, 30.
>
> Os favelados, que haviam obtido do vereador Sami Jorge promessa de mudança para as casas do conjunto, passaram a apedrejar os inquilinos que chegavam de mudança.

Coloca-se, assim, em primeiro plano as contradições em que vivem os trabalhadores favelados: o resultado do seu trabalho (os modernos edifícios), e as condições de sua moradia (a favela apartada da cidade), em uma narrativa que se apropria da compreensão marxista da exploração no capitalismo e nela como é distribuída a moradia. Chega, porém, a esperança, trazida com a chegada dos "homens e máquinas" que começam a "aplainar o terreno", e ela não aparece de maneira repentina, mas liga-se justamente a um sentimento de retribuição pelo trabalho, ou seja, de justiça, reforçando a ideia do povo trabalhador a quem "tudo pertence", pois ele "tudo produz", como afirmava Karl Marx, mesmo que não fossem os edifícios da cidade, mas um conjunto residencial. Como se o final fosse desconhecido do leitor (embora a crônica seja publicada três dias após os fatos), ou o cronista-narrador construísse um final alternativo para a história, essa esperança cresce na narrativa, evidenciando, inclusive, a "obviedade" da destinação das casas, tanto pelo mérito do trabalho duro quanto pela ideia de relação lógica entre o "não querer mais favela" e o "construir casas para os favelados" – discurso esse divulgado constantemente, como vimos. No entanto, de toda maneira, é a contradição que vence, mais uma vez, com o sentimento de frustração da descoberta da realidade de que as casas, construídas no mesmo espaço que os seus barracos, eram destinadas a "outras pessoas que não moravam naquela favela".

Todas essas contradições da realidade social carioca, exploradas na crônica, tornam-se também contradições entre o presente e o futuro da cidade: enquanto o título remete ao "novo" Rio, agora Estado da Guanabara, a história não mostra nenhuma mudança no trato com a população das favelas e as políticas a elas destinadas – ou melhor, a ausência delas. Nessa perspectiva, o fim da crônica, sem qualquer resolução e onde fica sugerida a imutabilidade da situação quando todos, depois do confronto, "vão dormir", amplia a sensação de imobilidade histórica, ao menos nessa questão, do ex-Distrito Federal.

É significativo, portanto, que Gullar, não tendo escrito sobre as favelas anteriormente (ao longo desses dois anos), debruce-se sobre esse fato representativo

num momento em que a cidade deixa de ser capital e deve voltar-se totalmente para seus próprios problemas, como se ele quisesse fazer dessa crônica um alerta. Seu texto distingue-se do conjunto dos cronistas, principalmente, porque se engaja na perspectiva dos moradores da favela, e isso lhe permite uma abordagem diferente da situação. O que não deixa, porém, de confirmar a imagem da favela como um dos motivos de uma distopia urbana, que iria, porém, muito além da *mancha* na paisagem, sendo vivida mais profundamente por aqueles citadinos que estão nos espaços mais negligenciados da cidade.

Sendo assim, evidencia-se que a representação das favelas nas crônicas dos jornais, na metade do século XX, circulava, principalmente, entre a pobreza social e o desagrado estético, e mesmo os cronistas com maior sensibilidade social tendiam a usar essa equação que, por fim, recaia no modo como a favela se relacionava com a cidade e influenciava negativamente em sua imagem. No contexto da mudança da capital, essa imagem é trabalhada pelos cronistas pelo que revela de distópico sobre o seu presente e seu futuro: a cidade empobrecida e abandonada. Entendem, majoritariamente, que a favela é uma preocupação social, e não pode ser tratada, como no projeto do Departamento de Turismo, em 1959, apenas esteticamente, mas não negam a inconveniência de sua imagem. No entanto, também não a abordam de maneira simples: evidenciam o paradoxo urbano no jogo de *ocultação* governamental, que acaba por mais *expor* a questão. Com isso, os cronistas trazem para seus textos essas imagens da favela recolhidas e (re)engendradas no imaginário e levam, sobretudo, complexas reflexões para seus leitores, disputando também o seu lugar no espaço simbólico da cidade, em um momento em que a reconstrução se faz necessária, mas em que a distopia também era já sentida no presente. Ainda faltaria algo para completá-la? É o que veremos no capítulo seguinte.

4. *Boletim* das crises: às vésperas da mudança, a cidade parece sucumbir

Nos capítulos anteriores, observamos como os cronistas viam sucederem-se os problemas urbanos, como do abastecimento hídrico, uma questão intermitente, e do trânsito, cada dia mais caótico aos olhos dos citadinos; além da questão social vista a partir da abordagem das favelas e sua influência sobre a cidade, que parecia só se intensificar. Em conjunto, todos eles potencializariam o futuro distópico da cidade porque pareciam não ter solução.

4.1. A crise do abastecimento e a carestia no Rio entre *boatos* e *bombas*

Em 1959, essa sensação de que as perdas se sucediam ganharia ainda mais força, e alguns problemas que não apareceram no rol da "Agonia da Metrópole" de Pongetti passam a ter também grande peso na representação dos dramas da quase ex-capital. O clima é captado por Dinah Silveira sendo espalhado por "Boatos" [1]:

> Na têrça-feira, o telefone bem se tornou o mensageiro dos boatos. O rádio havia vulgarizado a notícia de que a cidade, já sem ônibus, ficaria sem luz, gaz e telefone. Amigos telefonavam a amigos, prevenindo para que não saíssem de casa. Coisas imprevisíveis poderiam acontecer. Relembravam-se os assustadores acontecimentos de Niterói. E, diante da onda de boatos, as pessoas mais cândidas se transformavam, também, em incríveis boateiras, passando o pânico.
>
> No momento em que escrevo, não posso ajuizar qual das notícias terá algum fundamento O que há é uma exacerbação geral à espera de qualquer ruptura. O espírito popular está impreganado de presságios, e por isso seus próprios pavores bem se transformam em notícias. O medo cria o boato.
>
> De qualquer forma, não devemos descuidar, e relegar o boato à condição de simples mentira soprada por quem não tem o que fazer. Êle denuncia, nesse momento, graves aspectos de ansiedade, de insegurança, decorrentes de tantas greves, tanta instabilidade no custo da vida. Ao lado da justíssima revolta popular, que produziu aquela explosão em Niterói, corre o rio subterrâneo perigosíssimo dos que só aproveitam da confusão. Através dos jornais, da televisão e das reportagens fotográficas da Imprensa, a Polícia pode, perfeitamente, fixar e localizar os indivíduos que promoveram os saques em casas comerciais que nada tinham a ver com as barcas de Niterói. É possível, através de uma simples busca, saber quais foram os malvados que atearam fogo a automóveis, que não pertenciam ao Grupo Carreteiro. Em seu todo formado por pessoas generosas, boas e

[1] *Jornal do Commercio*, 28 mai. 1959, n. 201, p.6.

> pacientes, o povo abriga também os seus monstros, aquêles que são capazes de tudo na hora da confusão. Parece que há um receio indivisível dessas fôrças obscuras que aguardam as greves, os movimentos populares, para infiltrarem terrorismos e destruições. Por isso, o telefone bem se transforma no símbolo da inquietação da cidade.
>
> - "Trate logo de ir fazendo o almoço porque vai faltar o gaz". – "Não saia de casa porque terá que subir as escadas, já que os elevadores não vão funcionar". – "Previna-se com velas". – "Dê já os telefonemas urgentes".
>
> Um mistério paira sôbre a onda dos boatos. Até que se dissipem, por mais que chamemos de boatos a chuva de notícias, vamos cancelando saídas, visitas, conferências. "O dia é próprio para ficar em casa". O boato, quando não consegue convencer, pelo menos destina um breve cuidado com as coisas impenetráveis que "podem acontecer". Ficamos inquietos, nervosos, embora meio agressivos respondamos aos telefonemas:
>
> - "Isto tudo é boato! O rádio já desmentiu".

A crônica, que bem começa com um relato de como estão se propagando os boatos da cidade, usa como mote principal da análise psicológica de suas origens os "assustadores acontecimentos de Niterói", no caso, a Revolta das Barcas, ocorrida em 22 de maio. Apesar de ocorrer além do espaço geográfico do Distrito Federal, Dinah percebe que ele influenciaria também na "insegurança" geradora de boatos ali. Além da proximidade, havia a ligação óbvia entre as duas cidades, cujo fluxo de cerca de 100 mil pessoas por dia, segundo Edson Nunes (2000, p. 26), era feito via transporte de barcas e lanchas, e foi nesse cenário, onde a vida das duas cidades se entrelaça, que se iniciou a insurgência. No entanto, mais do que essa ligação, o que leva ao medo de que aquelas "confusões" se espalhassem também pelo Rio se justifica pela percepção de que seria uma "justíssima revolta popular", desencadeada por "tantas greves, tanta instabilidade no custo da vida". Foi precisamente em um dia de greve dos marítimos que o movimento espontâneo de insatisfação popular aconteceu, após meses de ameaça de paralisação pelos salários atrasados, que o Grupo Carreteiro, detentor da concessão do serviço público, justificava dizendo que não recebera a subvenção do Governo, o que este, por sua vez, desmentia, conforme detalha o *Jornal do Commercio*[2]. No dia em questão, era a Marinha que fazia a travessia dos passageiros, tentando suprir o serviço, mas o atraso na saída do transporte exaltara os ânimos da população, que acabou

[2] "Graves distúrbios nas ruas de Niterói: incêndios, depredações e arruaças com mortos e feridos". *Jornal do Commercio*, 23 mai. 1959, n. 197, p.5.

entrando em conflito com os fuzileiros navais, os quais atiraram contra a multidão. O mesmo JC fala em dois mortos e 129 feridos, sendo oito em estado grave, e na onda de protestos que tomou Niterói ao longo de todo o dia, a maioria envolvendo depredação de propriedades dos donos do Grupo Carreteiro (as próprias lanchas, além de carros e casas).

Além dos elementos específicos ao caso das barcas (como os atrasos constantes e a falta de segurança do próprio transporte, sendo que dois dias antes acontecera um naufrágio de uma das lanchas, envolvendo também dezenas de mortos, o que com certeza teria colaborado para acender um certo estado de ânimo, como ressalta Edson Nunes (2000, p. 35), a questão da greve que, de certa maneira, abriu espaço para o conflito, exige o olhar para o cenário econômico, que Dinah vê como intimamente ligado ao falar da "instabilidade no custo da vida", e é precisamente aí que ela conecta o caso de Niterói com o que é sentido no Rio que, "já sem ônibus, ficaria sem luz, gaz e telefone", segundo os boatos.

As greves aparecem estampadas com recorrência nas manchetes dos jornais no primeiro semestre de 1959. Ainda na primeira quinzena de janeiro o *Jornal do Commercio* já divulgara: "Sindicatos ameaçam com uma greve geral" pelo pagamento imediato aos trabalhadores da indústria e da construção civil do novo salário-mínimo estipulado[3]. Iniciada em 17 de fevereiro, ela envolveu inicialmente os operários, mas nos dias seguintes espalhou-se por diversos setores, como estudantes secundaristas, professores, estivadores, caminhoneiros, marítimos, ferroviários e trabalhadores dos transportes coletivos. No caso dos trabalhadores do setor de transporte, foram diversos anúncios desde janeiro, o primeiro feito de maneira conjunta, reivindicando que fosse estendido aos servidores autárquicos um abono concedido aos servidores públicos federais[4]; e, nos meses seguintes, vemos as diversas paralisações ocorridas de ônibus e lotações, dos ferroviários da empresa Leopoldina, e dos marítimos[5]. Muito embora elas viessem se acumulando, a revolta em Niterói parece ter acendido um alerta sobre o que poderiam gerar.

[3] *Jornal do Commercio*, 14 jan. 1959, n. 90, p.7.
[4] "Servidores ameaçam recorrer à greve". *Jornal do Commercio*, 05 jan. 1959, n. 83, p. 5.
[5] A primeira paralisação dos motoristas rodoviários ocorreu em março, junto com os ferroviários: "Com a cidade paralisada pela greve presidente ameaça intervir nas empresas". *Diário de Notícias*, 25 mar. 1959, n. 11152, p.13. Depois, os rodoviários paralisariam novamente em maio: "Iminente a greve de dez mil motoristas", *Jornal do Commercio*, 24 mai. 1959, n. 198, p. 8.

Vale lembrar que o Governo JK tentava, naquele momento, controlar a inflação, que no final da década acelerava da casa dos 20% anuais para 30-35% (ABREU, 2013, p. 218), e para atenuar os seus efeitos, agiu sobretudo tentando controlar os preços das tarifas do transporte urbano, dos aluguéis (Lei do Inquilinato) e de alimentos de consumo básico, o que, especialmente em março de 1959, foi amplamente noticiado: no *Jornal do Commercio* era "Anunciada reorganização do abastecimento nacional" [6]; no *Jornal do Brasil*, a manchete do dia dizia que "Presidente anuncia plano para conter os preços", seguida por "Sustado aumento das tarifas de ônibus e lotações" [7]; n'*O Globo*, anunciava-se que "O Presidente vai explicar ao povo como pretende estancar a elevação do custo de vida" [8].

Maurício Abreu (2013, p. 219) ressalta, porém, que muitas dessas "medidas foram simplesmente ineficazes e todas geraram distorções", e mesmo que o salário-mínimo real médio, nesses anos, tenha alcançado "picos históricos", ele não conseguia acompanhar o inevitável aumento do custo de vida. Daí que, por exemplo, a "greve do mínimo", anunciada em janeiro e ocorrida em fevereiro, tenha rapidamente também se tornado uma greve "contra a carestia", como destacava o *Diário de Notícias*, uma semana depois de seu início[9].

A cronista-narradora, então, apesar de focar no caso das barcas, demonstra-se, nos detalhes, atenta a toda essa conjuntura, e é por isso que ela não nega nem os medos, legítimos de uma população insegura diante das incertezas políticas e econômicas do momento, nem a possibilidade de que as notícias venham a ser verídicas. Nesse sentido, o seu próprio receio, que vemos ser construído ao longo do texto, é menos daqueles que ela julga serem uma minoria da população que se "infiltra" oportunamente para causar "terrorismos e destruições", do que do próprio cenário político-econômico que se escancara na vida cotidiana da cidade. No fim das contas, ela apenas trabalha com a cautela, o que também dá o tom da ambiguidade do comportamento demonstrado ao final, em que a inquietação se transforma em negação e agressividade, sabendo, também, que este provavelmente não é um comportamento apenas seu.

[6] *Jornal do Commercio*, 13 mar. 1959, n. 138, p.8.
[7] *Jornal do Brasil*, 13 mar. 1959, n. 59, p.1.
[8] *O Globo*, 12 mar. 1959, n. 10077, p.1.
[9] "Depois da greve do mínimo, lutarão contra a carestia". *Diário de Notícias*, 24 fev. 1959, n. 11127, p.1.

Eneida, que não viu os "acontecimentos de Niterói" porque estava fazendo a sua viagem pelo lado comunista do globo, já em agosto percebe algum clima de tensão, ao pôr na balança as "Mudanças Mil" [10] da cidade:

> Uma das características desta nossa bem amada cidade é a maneira volúvel como muda, se transforma de um dia para o outro. Sai-se daqui para dar uma voltinha por aí e regressando há sempre novidades. O Rio faz de cada habitante seu um turista, de tal maneira está sempre tomando novos aspectos, algumas vêzes ruins, outras vêzes belos. Procuro na Avenida Copacabana os lotações que sempre levaram-me para cidade. Não passam mais ali, agora tenho-os mais perto de minha casa, na Domingos Ferreira, ruazinha que de um dia para o outro se tornou importante. Espero horas e horas por um outro lotação que me traga para casa. Sinto-me infeliz em ter de perguntar a um guarda se o bicho passa por ali, ainda. Não gosto de ser turista. O guarda afirma que sim, "mas agora estão difíceis".
>
> Minha "assistente-técnica", essa boa Sebastiana, tão perfeita senhora do fogão e do forno, fala-me dos aumentos, que os açougueiros estão sonegando carne (e eu carnívora) para aumento do preço. Fala, fala, e diz depois: - "Se prepare que agora a vida está dura. Leite, quando tem, custa onze cruzeiros o litro e vai custar dezesseis". Prossegue na enumeração dos aumentos enquanto minha pobre cabeça tenta somar, diminuir, multiplicar, dividir. Em vão. Sempre fui muito má aluna de matemática. Só sei, depois dessa conversa dolorosa, que agora devo trabalhar mais, muito mais, porque comer anda difícil. Infelizmente sem comer não vive o homem, além do ditado que fala em saco vazio.
>
> Mal chego e logo há pessoas telefonando para pedir que proteste contra isto e aquilo. Pergunto: mas não melhorou? Não. O problema das crianças abandonadas, dos pequeninos miseráveis, desgraçados, continua o mesmo. Vários, muitos problemas continuam os mesmos. "Precisamos de você", dizem, como se eu tivesse forças para resolver êsses problemas. Mas gritar, protestar, falar contra, isso farei. É coisa sabida.
>
> Minha, nossa cidade é assim mesmo. Muda em coisas que não precisava, não muda em outras que precisavam ser se não resolvidas, pelo menos minoradas.
>
> O mar está revoltado contra tudo isso. E eu de acôrdo com o mar estou.

A cidade que a cronista-narradora reencontra não aparece nas suas melhores mudanças, pois seus "novos aspectos" revelados não se confundem com belas alterações, que poderiam, talvez, dar uma aparência mais moderna a ela e justificar que faça "de cada habitante seu um turista" no sentido do prazer que lhes causaria. Em vez disso, ela sente um estranhamento, depois da sua "voltinha", ao perceber que as

[10] *Diário de Notícias*, 11 ago. 1959, n. 11269, p. 2.

mudanças ocorrem em "coisas que não precisava", no caso, a alteração do ponto dos lotações, que se inscreve no contexto da Operação Copacabana, finalmente iniciada naquele mês. Enquanto, por outro lado, naquilo em que deveria mudar, seus problemas reais que deveriam ser "pelos menos minorados", não muda, o que fica claro ao falar dos problemas sociais contra os quais protesta; no entanto, as notícias trazidas por Sebastiana, e que tanto perturbam a cabeça da cronista-narradora que tenta fazer contas, seriam mudanças ou permanências?

Se em maio Dinah trazia os boatos que pareciam desaquietar a população por causa das greves geradas pela instabilidade do contexto econômico, em agosto, o que Sebastiana traz é a preocupação com as notícias dos aumentos, que já vinham acontecendo sucessivamente também desde o início do ano, e, nesse sentido, seria uma permanência. O órgão responsável pela regulação dos preços, a Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP) (instituída desde 1952) naquele mês de agosto fora consultada pela reportagem do *Jornal do Brasil* que, usando uma tabela de reajustes disponibilizada pela própria Comissão, constatou: "Vida subiu 60 por cento: Presidente disse que ia baixar"[11]. Assim, coloca em cheque a política de contenção de preços anunciada pelo governo em março. Naquele momento, então, embora os aumentos fossem já recorrentes, algo parecia estar fora de controle e, nesse sentido, seria uma mudança. No dia seguinte à publicação da crônica de Eneida, o DN aparece sarcástico: "COFAP resolve o caso da carne: vai aumentar", e comenta tanto a questão da sonegação nos açougues quanto do aumento já autorizado do leite pela COFAP[12].

A política de contenção de preços era uma prática desde o Governo Vargas, e Tomás Garcia (2013, p. 6) afirma ter deixado "marcas importantes na memória dos trabalhadores, pois possibilitou a crença de que uma intervenção enérgica de congelamento de preços resolveria o processo inflacionário". Se partirmos dessa observação, o alarme diante dos aumentos é ainda mais compreensível porque significariam que não há opção, que o colapso era inevitável. No quadro que mostra o crescimento do PIB do Rio de Janeiro em comparação com o custo de vida (IBGE, 1990 apud ABREU, 2013, p. 181), vê-se que durante toda a década de 1950 estes distanciaram-se, mas foi entre 1958 e 1960 que ocorreu o maior salto no custo de vida do carioca. Olhando o gráfico, porém, não percebemos adequadamente o impacto que

[11] *Jornal do Brasil*, 16 ago. 1959, n. 191, p.7.
[12] *Diário de Notícias*, 12 ago. 1959, n. 11270, p. 08.

isso causaria na vida psíquica dos citadinos, ainda mais em uma cidade cujo futuro parecia tão incerto.

Não podemos esquecer de que até abril de 1960, a uma semana da transferência, nem sequer se sabia se o Rio seria incorporado ao Estado do Rio ou manter-se-ia como uma unidade independente, sendo transformado, nesse caso, em Estado da Guanabara[13]. No que se refere à economia, essa era uma decisão importante, pois interferia no tamanho da máquina pública que teria de ser sustentada, suas formas de arrecadação, etc., questões amplamente debatidas pelos intelectuais nas páginas dos jornais. É claro que saber desse tipo de coisa não resolveria a questão do custo de vida na cidade, por se tratar de um problema causado pela política econômica federal, mas a questão é que, somando ambas as incertezas econômicas, sobrariam motivos de preocupação para que os leitores continuassem recorrendo aos seus cronistas. Não que esses tivessem "forças para resolver êsses problemas", mas porque podiam "gritar, protestar, falar contra", sabendo que sua voz teria ressonância em uma sociedade em que jornalista (função que, já vimos, os cronistas carregavam junto à dedicação literária) era uma das profissões mais influentes "de um lado, considerado um homem público e, de outro, o símbolo de uma relativamente nova e cada vez mais decisiva forma de poder: a imprensa" (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 588) [14].

Como Gullar demonstrava-se sempre ciente dessa possibilidade, ao ver a situação apertar, também naquele mês de agosto, alertava para a "Fome" [15]:

> A situação não está boa, não. A falta de carne, o preço do feijão, da batata, do leite, é o assunto de todos. E nessas pequenas conversas casuais de elevador e lotação há uma palpável apreensão.
>
> É natural. Todo mundo se pergunta aonde vai isto, até quando será possível compensar o aumento do custo de vida com o aumento do salário mínimo (ou vice-versa?).

[13] O problema ocorria porque na lei que dispunha sobre a transferência (Lei complementar n° 2.874, de 19 de setembro de 1956) nada era dito a respeito do que restaria à antiga capital, no entanto, a Constituição Federal de 1946, vigente à época, que previa a mudança da sede do governo federal, dispunha de disposições transitórias que citavam a criação de um novo estado na ex-capital, e, assim, a questão estendeu-se em longos debates na Câmara Municipal. Só foi resolvida com um acordo entre os partidários de ambas as soluções, com o discurso central de evitar a intervenção federal (Cf. MOTTA, 2001; FERREIRA, 2015).

[14] Mello e Novais (1998) destacam uma pesquisa dirigida realizada em São Paulo no fim dos anos 1950 em que "jornalista" ficara na sexta posição na hierarquia das profissões após 1. Médico, 2. Advogado, 3. Diretor superintendente, 4. Padre, 5. Fazendeiro.

[15] *Jornal do Brasil*, 23 ago. 1959, n. 197, p.3.

> A hora não é para brincar. As notícias que chegam de outros pontos do País não são menos graves – nem poderiam ser. Quando no Rio a situação chega a assustar, imaginem vocês o que não se passa no abandono do Nordeste!
>
> [...]A especulação comercial completa o quadro: o arroz, o feijão, tudo é exportado, e o que sobra não dá para o consumo interno. Isto é no Maranhão, no Paraná, no Rio, em todo canto. Os homens que querem enriquecer de qualquer modo, sem nenhum espírito público, têm campo livre para agir. De que outro modo explicar que se importe feijão dos Estados Unidos?
>
> Dr. Juscelino, me desculpe, mas o senhor saiu melhor que a encomenda. Sou sincero: não votei em V. Ex.ª. Mas que é que não estão pensando os seus eleitores? Os "donos" da carne estão cada dia mais ricos, assim os donos dos laticínios, do gás, do café. E os seus eleitores, doutor? Várias fábricas de automóveis foram montadas aqui, mas de que adianta se o povo não tem dinheiro nem para comprar um carrinho-de-mão? Doutor Juscelino, a situação está preta. Já pensou se o povo perder a paciência? Acho bom o senhor mudar para Brasília, enquanto é tempo.

O cronista-narrador procura ver a apreensão que ele percebe nas ruas do Rio dentro do quadro nacional mais amplo, em especial voltando-se para o Nordeste que, além de ser considerada a região mais pobre e "abandonada", como diz, é também de onde vinha Gullar. Ele não destaca nenhum tipo de contraste, mas apenas uma diferença de grau: se na capital a situação parece dramática, no restante do país estaria com certeza pior. É como se chamasse os cariocas para olharem além de suas fronteiras, vendo os reais problemas de uma política econômica que prioriza a exportação, gerando com isso a carestia e o desabastecimento, já que os produtores, "ricos da carne, dos laticínios, do gás e do café" é que estariam causando o caos em benefício próprio. No caso do desabastecimento, que ainda não tinha sido citado diretamente nas crônicas anteriores, tudo indica que ele já estaria implícito à carestia, dada essa dinâmica sintetizada pelo cronista do JB. Ainda em abril, por exemplo, o *Jornal do Brasil* anunciava que "Gêneros subiram ou sumiram depois que Presidente disse que ia conter preços" [16], e já no final do ano anterior tinha sido convocada a "Marcha da Fome" (que não chegou a ocorrer, devido às pressões do governo) por centenas de sindicatos e outras entidades, visando a melhora das condições do abastecimento e o cessamento da carestia (GARCIA, 2013, p. 11). Mas Sydenham Lourenço Neto (2011, p. 3) aponta que, na realidade, desde 1952 poucos teriam sido os momentos em que não houve

[16] *Jornal do Brasil*, 16 abr. 1959, n. 87, p. 7.

"problemas de abastecimento envolvendo produtos importantes como carne, arroz, feijão, leite, trigo e até mesmo açúcar", sendo que 1958 e 1959 teriam sido alguns dos anos mais críticos, "ou pelo menos aqueles em que reações populares foram mais visíveis". Nesse caso, não se pode esquecer que havia também outras questões por trás de tais crises, como o distanciamento cada vez maior entre as zonas produtoras e as zonas urbanas, o que acarretava aumento de preço de deslocamento, ou seja, da intermediação produção/consumo[17] ; assim como o crescimento da própria população urbana em relação à produção agrária, pois, como coloca Tomás Garcia (2013, p. 16), enquanto a taxa de crescimento da agricultura ficou em torno dos 3% ao longo dos anos 50, o aumento da população urbana foi de 5,4% – um descompasso que, no caso de uma cidade como o Rio de Janeiro, que em uma década ganhara quase de 1 milhão de habitantes (O'DONNEL, 2013, p. 230), seria de suma importância.

No final do governo JK, então, todos esses fatores pareciam se combinar à questão inflacionária que, se não gerava uma nova rotina aos cariocas, pelo menos levava à sua intensificação. Mais uma vez, vê-se como isso influenciaria diretamente as apreensões em torno de novos eventos como o das barcas de Niterói, em que Gullar, de certa forma, aposta, ao terminar a crônica alertando o presidente para uma possível reação popular, caso o povo viesse a "perder a paciência", e sugere a mudança rápida de JK para Brasília, como o paraíso distante. Vale ser remarcado, nesse sentido, que outras duas crônicas do autor já vistas aqui usam desse mesmo tipo de "alerta": "Onde dorme o Deus", direcionando-se ao Prefeito para que "despertasse" diante do problema da água; e "Inferno", em que levanta a possibilidade de que a população, chegando a um "ponto extremo", comece a quebrar os ônibus para protestar contra os problemas do tráfego. Mais especialmente em "Inferno" esse uso é interessante, visto que, apesar da crônica se voltar completamente para a questão dos coletivos urbanos cariocas, ela é publicada dois dias após o evento de Niterói, abrindo-se, dessa maneira, ainda mais aos paralelos no que diz respeito ao modo como vem à tona a imagem da revolta popular carioca. Tratando-se de um autor reconhecido pela sua escrita engajada (que nos seguintes militaria no Partido Comunista Brasileiro e seria perseguido pela Ditadura Militar), cabe

[17] Nesse sentido, salta aos olhos as greves dos ferroviários ocorridas em abril de 1959 em São Paulo, que foram noticiadas pelo seu impacto sobre o abastecimento no Rio, em especial do leite e seus derivados e da carne ("Greve paulista provoca crise de abastecimento", *Diário de Notícias*, 15 abr. 1959, n. 11169, p.2; "Greve de São Paulo ameaça de colapso o abastecimento", *Diário de Notícias*, 17 abr. 1959, n. 11171, p.15.)

pensar que o alerta seria menos aos políticos do que à população, como um chamado à saída da inércia.

Enquanto o Governo prometia dia após dia a resolução da crise, que a partir de agosto vai se concentrar sobretudo na carne[18], e os jornais noticiavam a variação dos preços, a estrutura de distribuição da COFAP, etc, os cronistas iam observando também outras mudanças na rotina dos cariocas. Longe do clima de tensão que temia em maio, Dinah Silveira narra em novembro uma certa "Orgia" [19]:

> As filhas já às oito ou nove horas perguntavam, tomando devagarinho, boiando num resto de sono o café com leite:
>
> - "A senhora também hoje se levantou antes das quatro?"
>
> - "Decerto meninas, que é que se vai fazer? Antes das quatro a fila já estava um colosso! Ia até a esquina. Ah! Vocês são umas preguiçosas. Não sabem quanta gente se levanta cedo".
>
> As filhas e o marido se impressionavam com aquêle estranho zêlo da dona de casa. Por que não mandar a empregada?
>
> - "No açougue já me conhecem. Se eu mandar a empregada, vocês nem comem a carne, de tão ruim".
>
> Começou a fazer uns vestidos não tão leves, não tão leves, não tão... para a fila da carne. Às quatro, sempre corria uma aragem friorenta, vindas das bandas da praia. Os vestidos eram folgados - "prá gente estar à vontade" - e também assim eram os sapatos de salto baixo:
>
> - "Êsses são mesmo próprios. Não cansam. Meninas! Não quero que usem os meus sapatos da fila. Vão deformar o calçado... e eu preciso de tôda a comodidade".
>
> Era estranho aquêle requinte. Dizia o pai à filha:
>
> - "Você já reparou como sua mãe agora deu pra gostar de fila?"
>
> O marido resolveu experimentar a mulher:
>
> - "Amanhã eu vou. Ainda tiro um soninho depois".
>
> - "Vai nada! O açougueiro embrulha você. Mais um sacrifício – e a senhora suspirou – "já não é nada para mim!"
>
> Ontem – e não pergunte o leitor o que eu fazia – por acaso surpreendia a dama da fila da madrugada. Uma espessa, íntima união estava naquela fila do açougue. Encostava-se a dona molemente, um pouco tonta ainda se sono à árvore. Uma vizinha contava qualquer coisa. Ela ria um riso ainda de resto de lençol, de travesseiro fôfo. O cinqüentão do apartamento do primeiro andar coara o próprio café, e cheirava bem o seu hálito na madrugada. Era uma fila limpa, perfumada a

[18] Em agosto, saia no *Diário de Notícias* (18 ago. 1959, n. 11275, p. 1.): "Carne: Govêrno pretende acabar crise em 10 dias", e no *Jornal do Brasil* (30 ago. 1959, n. 203, p.1), a não resolução levou à manchete: "[General] Lott manda Exército dar a sua carne para COFAP vender ao povo".

[19] *Jornal do Commercio*, 29 nov. 1959, n. 51, p.6.

> dentifrício, a roupa fresca, plena de comodidades caseiras. A madame do dezenove, justamente a mais bonita, com um vestido parecendo peignoir, dobrou o jornal sôbre o chão da calçada. Sentou-se rindo, distribuindo o seu gostoso sorriso, como vinho para todos. E logo, outras a imitaram. Passavam rente as criaturas que voltavam das boites. Um homem guardava seus recalques cantando, do outro lado da rua. Sua voz era cálida, um pouco pastosa. Nunca aquêle homem cantaria assim em casa! A rua da madrugada era a rua das ousadias.
>
> As janelas estavam fechadas sôbre mistérios e intimidades. Pela fila agora passavam uns môços morenos, que iam à pesca. As aventuras do mar bafejaram a pequena multidão. Os rapazes falavam alto, excitados. O mar noturno vinha molemente até a calçada, por intermédio dos passantes joviais. Mas, de junto da farmácia, alguém sai, rapidamente, do corredor. Vem lá do andar de cima. A senhora, na fila, sabe o que significa essa fuga da madrugada. A mulher sai pintada, densa de perfumes. O seu pecado se coleia à sensibilidade da fila. Uma mulatinha faz um muchocho. A senhora vira o rosto, palpitante. Mas o dia já se vem anunciando. Em breve o açougue levanta sua cortina metálica, e estudantes, caixeiros, a turba do trabalho estará na rua. A vida será estúpida, na atividade doméstica. E só amanhã, às quatro horas, haverá a transfiguração da cidade, mostrando seus segredos, mansa, íntima, tão perto, cheia de histórias balbuciadas, plena de orgia da madrugada.

A criação narrativa leva a uma compreensão ambígua do comportamento da dona de casa, que passa a ser preparar cada dia mais para a fila madrugal da carne. A princípio incômoda, ela vai se tornando cada vez mais atrativa para essa mulher, no entanto, levanta-se a suspeita de que, na verdade, esteja sendo usada como pretexto (como o título sugere) e, nessa possibilidade, o problema do abastecimento seria apenas um "pano de fundo" para a história. Entretanto, quando a cronista-narradora se torna "testemunha" e "desvenda o mistério" é justamente o inesperado que se revela, de que o motivo para a empolgação da personagem é mesmo a fila da carne, pelo encontro social que ela possibilita.

A estrutura econômica familiar, em que a mulher é dona de casa e o marido trabalha fora, e eles ainda possuem uma "empregada", indica tratar-se de uma família de classe média; enquanto a geografia dos prédios de apartamentos sugere a localização em um bairro da zona sul. No entanto, a modernidade dessa situação familiar contrasta com a necessidade de passar a madrugada na fila para conseguir carne, isto é, com uma situação considerada, em geral, humilhante, e a crônica aposta na representação desse universo: a crise alterara mesmo o cotidiano das famílias em situação mais remediada.

Uma questão que não pode passar despercebida é a condição feminina, já que, apesar de uma nova inflexão do comportamento tolerado ao gênero nos anos 1950, em que à mulher passa a ser permitido frequentar o espaço público sozinha (LAVINAS; RIBEIRO, 2008), a personagem é uma dona de casa, e, nesse contexto, a fila se torna também um espaço de liberdade, onde ela pode aparecer "como indivíduo, sem alusão à sua situação conjugal, familiar, de trabalho ou geração" (LAVINAS; RIBEIRO, 2008, p. 52). Entretanto, a fila não é um espaço "acidental" na narrativa para evidenciar essas relações: antes, ela carrega em si todo o sentido do prolongamento da crise do abastecimento, e é isso que vai criar ali um novo espaço de sociabilidade, evidenciando aquele desejo que os habitantes da cidade têm pelos "encontros", ainda que "restituídos" de maneira "irrisória", de que nos fala Henri Lefebvre (2011, p. 84). Assim, no lugar da população revoltada, em alerta constante, a cronista escolhe a cena da harmonia improvável, talvez menos no sentido de dar como resolvida a questão do que de arrancar um sorriso no meio do caos.

Para um cronista mais cortante como Sabino, porém, essa tranquilidade mereceria um outro olhar, evidenciado em "Carne" [20]:

> Às duas horas da manhã vejo um ajuntamento na calçada. Algum acidente, pensei comigo: julguei mesmo distinguir ao longe um homem caído. Ao chegar mais perto, vi que não era um ajuntamento e sim uma fila maldisposta - a fila da carne em frente ao açougue – e havia mesmo um homem, vários homens e mulheres deitados no chão, cochilando, pois os açougues se abrem somente com o dia claro.
>
> De curiosidade, dou uma volta pelo bairro e encontro a mesma resignação bovina em frente a outros açougues. Alguns dos penitentes levam bancos e tamboretes para as filas, outros travesseiro e cobertor. Quer dizer que, na Capital da República a população passa a noite em claro, rondando portas de açougues como gatos tresnoitados, se quiser merecer a suprema ventura de um pedaço de carne ao almoço. Que concluir disso? Nada, se não que tudo vai na mais perfeita ordem, e a administração pública está cuidado do abastecimento de carne de maneira eficiente e organizada: em seu próprio benefício, organize-se em fila. Se tem fila de carne, é porque tem carne – eis a conclusão a que parecem ter chegado. Além do mais, a carne é fraca e a necessidade de comê-la não passa de um luxo a que nos damos só porque nosso gado é dos mais numerosos do mundo. Na Europa não comem carne de cavalo? Acaso gostaríamos que nos impusessem o mesmo, com a utilização, neste caso, dos fartos recursos equinos do Serviço de Remonta do Exército?
>
> No Rio Grande do Sul fazem contrabando de filé mignon em caixão de defunto. Ontem, mais de quatro toneladas de carne podre foram

[20] *Jornal do Brasil*, 16 out. 1959, n. 242, p.7.

> atiradas aos urubus. Por que tudo isso? A população desta heróica cidade sitiada é mesmo muito mansa e, não tendo carne para comer, engole qualquer desaforo que a desídia das classes dirigentes lhe atira, como único sobejo do festim em que os maiorais de banqueteiam.
>
> Quatro horas da manhã, as filas cresceram e se multiplicaram à luz vermelha dos açougues. Por que os açougues ficam acesos de madrugada? – perguntaram, um dia, a Jaime Ovale. Porque a carne é vaidosa – respondeu êle, numa época em que fazia sentido poético este non-sense. Hoje, porém, a luz vermelha sobre o mármore frio, refletindo entre grades no rosto insone dos mais afortunados que dela se acercaram, começa a ter uma coloração trágica, como a que ensombrece às vêzes o céu, no prenúncio de tempestades.

Enquanto na fila observada por Dinah a sonolência era subvertida pela socialização, aqui ela é apenas um aspecto do sacrifício dos citadinos. O que se destaca na narrativa é, sobretudo, a "resignação bovina" daqueles homens e mulheres que se submetem à fila da madrugada para terem "a suprema ventura de um pedaço de carne ao almoço". Desde o momento em que mistura consumidor e produto consumido, Sabino oferece a nítida imagem de uma população não só "mansa" como também abatida, no caso, pela "administração pública" e pelas "classes dirigentes", acusadas, na crônica, não só de não resolverem a questão, mas principalmente de negarem a sua gravidade, agindo com cinismo, de que "tudo vai na mais perfeita ordem", de que o abastecimento é "eficiente" e "organizado", e "se tem fila de carne, é porque tem carne – eis a conclusão a que parecem ter chegado".

A "heróica cidade sitiada", gerada nesse cenário, definitivamente não é o que se espera de uma "Capital da República". E, não deixemos de notar, embora faltassem menos de seis meses para a transferência marcada, o cronista-narrador não se refere a essa perda futura, apenas nota o contrassenso da situação presente, e, por isso mesmo, afirma acima de tudo a condição de capital e o respeito que sua população merece, muito embora não profira a mesma esperança revolucionária de Gullar para fazer valer esse respeito. Lamentando que a situação tenha chegado a tal ponto de imobilidade popular, o que o cronista-narrador vê são "colorações trágicas" que "prenunciam" que a população já abatida pelas decisões do poder público vai ainda sofrer outras "tempestades". Mas esse jogo de efeito literário final só seria bem-sucedido se a população carioca percebesse que "a solução de uma crise estabelecia apenas um pequeno intervalo de normalidade até que outra crise surgisse", como observa Sydenham Lourenço Neto (2011, p. 06).

Entre o prenúncio melancólico de Sabino e a visão bem-humorada de Dinah de uma rotina já estabelecida, ao menos um novo elemento dramático foi adicionado à crise do abastecimento: "Bombas-relógio explodiram na COFAP e no CCA" [21] foi a manchete do *Jornal do Brasil* de 10 de novembro, onde, ao lado das fotos dos destroços do prédio da sede da Comissão, informava-se que as bombas teriam explodido quase simultaneamente, por volta das 21h do dia anterior, e que se seguiram boatos de que haveria mais bombas pela cidade – o que, segundo o jornal, ocorreu porque, coincidentemente, houve ainda a explosão de um cabo de luz da Light noutro ponto da cidade. Enquanto corria a investigação do caso, Ferreira Gullar pensava no que significava "A bomba" [22]:

> O problema é saber quem botou a bomba na COFAP. O mistério é denso e a Polícia parece seguir os ensinamentos de Orson Welles: investiga em que pedreira faltam bananas de dinamite.
>
> Descrente da Polícia, comecei por minha conta um inquérito para descobrir o culpado. Não é que entre meus amigos houvesse algum suspeito, mas é que nessas horas tôda desconfiança é pouca. Confesso que não fui além da mera especulação e dos palpites.
>
> A maioria das pessoas com quem conversei acha que é o Govêrno o responsável pelas bombas: seria uma tentativa de tumultuar o ambiente para possibilitar o estado de sítio e o golpe. Outros, embora admitindo essa hipótese, consideram que duas bombas e que, se o Govêrno pretende realmente o estado de sítio, necessita fazer estourar mais algumas bombinhas. Meu dentista não tem dúvida quanto a isso: outras bombas virão.
>
> Houve quem levantasse a hipótese de ser um louco o autor da brincadeira. "Mas um louco – pondera o Carlos Oliveira – não sabe onde fica a COFAP". E as opiniões variam: para uns foram os comunistas, para outros os americanos, e alguém me afirma que se trata de golpe publicitário do Mathieu... Mário Pedrosa, por sua vêz, está avisando aos amigos que não foi êle quem pôs a bomba na COFAP. Eu também não fui.
>
> A verdade é que a bomba é assunto de todos nestes últimos dias, e em tôrno dela gravitamos feito satélites. Não se trata de terror, mas de simples interêsse especulativo. E quase todo mundo fala da bomba com indiscutível contentamento. Afastadas as implicações políticas – que podem realmente ser de suma gravidade –, a maioria termina concordando em que "a COFAP merece mesmo é bomba". Sob êsse aspecto, o bombardeio parece vir ao encontro da vontade popular que se sente vingada vendo a COFAP ir pelos ares. Mas isso não resolve o problema da carne. Ou será que o boi tem que ser agora "pescado" a dinamite? De minha parte, acho tolice. Bife com pólvora dá indigestão.

[21] *Jornal do Brasil*, 10 nov. 1959, n. 262, p.1.
[22] *Jornal do Brasil*, 12 nov. 1959, n. 264, p.3.

O cronista-narrador adentra a história entre o "mistério denso" que a Polícia enfrenta e o simples "interêsse especulativo" da população, levantando os discursos ouvidos nas ruas, em especial, as especulações sobre possíveis motivações de grupos políticos interessados no caos que já estaria posto (mas que precisaria de um empurrão a mais). Nesse sentido, uma das versões que chama a atenção é a que faz referência à criação de um "ambiente" para o "estado de sítio e o golpe" (evocando o "golpe preventivo" que possibilitou a posse de JK), pois demonstra algum nível de apreensão sentido naquele momento pelos citadinos. No entanto, o caminho escolhido não é o de investigar essas possibilidades, nem de traçar sua própria narrativa dos fatos, mas de procurar entender por que o caso despertou tanto entusiasmo, o que está por trás desse envolvimento geral com ele.

O cronista-narrador percebe que o assunto-alvo dos holofotes nos dias seguintes é tomado sobretudo como "novidade" e elemento de fofoca, não como causador de tensão, como fora, por exemplo, a revolta das barcas. Afora a curiosidade natural que um caso como esse apreende, o que a crônica vai trabalhar é que a COFAP já era vista como uma pedra no sapato do carioca. Acusada de ineficiência diariamente nos jornais, assim como pelo próprio Presidente, que em março, quando anunciou o congelamento de preços, afirmara também a necessidade de extinguir o órgão, o qual deveria ser substituído por um "método mais eficaz de intervenção estatal em defesa da economia popular" [23], e isso parece ter sido comemorado no *Diário de Notícias*, pois destacou mais a substituição do que o plano de contenção de preços; assim como pel'*O Globo*, que chegou a afirmar, no mesmo dia: "Estará pronto amanhã o anteprojeto do órgão que substituirá a COFAP" [24]. Naquele ano, houve mesmo a tramitação de um projeto no Senado para efetivar a extinção, e chegava a fazer acusações de corrupção no órgão (LOURENÇO NETO, 2011, p. 06), no entanto, nada disso foi levado adiante e a COFAP só deixou de existir em 1962, quando foi transformada em Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab). A questão é que a imagem da Comissão estava intrinsecamente atrelada à carestia e ao desabastecimento, e o lançamento das bombas parecia espelhar o descontentamento geral, nutrindo as conversas, portanto, muitas

[23] "Kubitschek: A COFAP será extinta e virá lei melhor". *Diário de Notícias*, 13 mar. 1959, n. 11142, p.1.
[24] *O Globo*, 13 mar. 1959, n. 10078 (matutina), p.1.

vezes com elucubrações investigativas de certa maneira até prazerosas, daí o "indiscutível contentamento".

Na prática, contudo, Gullar sabe e aponta que as bombas não alterariam os caminhos econômicos reais que levavam à crise, configurando-se mais como um entretenimento, com o qual ele também joga, do que como àquele alerta à população incentivado poucos meses antes.

Mas, se não eram solução, para Sabino elas seriam ao menos um sinal que tendia a confirmar o cenário potencialmente trágico que ele previra em "Carne", fazendo-o afirmar que "Começou" [25]...

> Por tôda parte as filas de carne entram pela madrugada, desde as onze e meia da noite. O feijão a noventa cruzeiros, o dólar a duzentos. As incorporações imobiliárias se multiplicam e o povo não tem onde morar. Os doentes não podem mais comprar remédios, as favelas se espalham, os transportes se congestionam, os trens se atrasam, os aviões ameaçam cair, os navios ameaçam soçobrar, as mercadorias apodrecem na Alfândega, os gêneros escasseam nos mercados, a corrupção lavra na Polícia, os esgotos se entopem, as obras se paralisam, os buracos se multiplicam, os prédios ruem por terra, a sujeira se acumula – e o mau cheiro, e a desgraça, e a miséria, nessa que foi outrora a Cidade Maravilhosa, Capital de uma República cujo lema continua sendo Ordem e Progresso. Por tôda parte a dificuldade e os problemas explodem. Em Belo Horizonte falta água e falta luz. No Sul, a lavoura se vê ao desamparo. No Norte se morre de fome. O dinheiro não vale mais nada, o câmbio negro volta a imperar. O País inteiro, como um navio velho em tempestade, geme e rincha na sua estrutura, as juntas cedem e começam a fazer água por todos os lados.
>
> E agora as bombas começaram a estourar.
>
> Afinal de contas, que está havendo com esta nação desgraçada? Se não estamos em guerra, como disse Joel Silveira, que foi que aconteceu? Que desgraça misteriosa é essa que se abateu sôbre nós? Que peste implacável se alastrou por toda parte? Por que êsses momentos de crise e sacrifício que estamos enfrentando? De alguma catástrofe fomos vítimas, para agüentarmos agora as conseqüências, paradoxalmente amaldiçoados por uma teimosa esperança apenas num provável futuro melhor.
>
> As bombas começaram a estourar. O Presidente da República pede ao povo que tenha calma, não contribua para agravar a situação – como se o povo entendesse a estranha situação de emergência em que se viu colocado já referida como calamidade nacional, e dela fosse diretamente responsável. Aprendemos desde criança que esta é uma Nação bem aquinhoada por deus, temos tudo de que necessitamos e um futuro risonho pela frente. Já não era tempo de contarmos com alguma coisa mais do que simples esperança? Vamos ver o que vem

[25] *Jornal do Brasil*, 11 nov. 1959, n. 263, p. 7.

> por aí – pois, nessa desvairada corrida contra o tempo que nos vai levando de cambulhada, nem as bombas esperaram para ir explodindo atrás de nós.

À crise do abastecimento somam-se na narrativa outros problemas que estão no dia a dia: a questão imobiliária, a do transporte, a pobreza, a corrupção, a limpeza urbana... Tudo se concatena em uma descrição que se amplia do Rio de Janeiro, "outrora a Cidade Maravilhosa", para o restante do Brasil, e contraria nitidamente a "República cujo lema continua sendo Ordem e Progresso". A imagem do caos intensifica-se a cada novo elemento trazido dos quatro cantos do país. Nesse contexto, as bombas que começaram a estourar são quase como um detalhe, estando apenas um pouco antecipadas, já que não "esperaram para ir explodindo atrás de nós". Atrás, porque o cronista-narrador sugere um colapso nacional que tem no Rio, ainda capital e futura capital abandonada (enquanto a futura capital nem é mencionada), o seu centro, o que se vê do quadro ampliado é que tudo isso "começou" há algum tempo e estaria, então, já prestes a cumprir seu destino acabando com tudo. Afinal, como ressalta Eloísa Barroso (2013a, p. 23), mesmo se Marx não explorou a cidade como "o lugar do nascimento do quadro social que se configurava na modernidade, é ela, por excelência, que se vincula à dissolução do modo de produção feudal e à instauração do capitalismo", e quando não são cumpridas as funções básicas atribuídas ao seu mercado nesse ideário , isto é, o intercâmbio regular que permitiria "o acesso dos indivíduos aos múltiplos bens e serviços da cidade" (BOMENY, 2002, p. 209), que razões restariam para sua existência?

Nesse cenário, o povo aparece mais uma vez apenas passivo, sem nem "entender" a "situação de emergência em que se viu colocado". Se, por um lado, essa visão é usada para remarcar a responsabilidade governamental pela crise, por outro ela também demonstra, mais uma vez, o lamento diante da inércia, um contraste marcante com a ideia do "povo revoltoso" cuja proximidade, no Rio, como destacam Costa e Steinke (2014, p. 8), "parecia violenta para os governantes brasileiros" e fora um dos propulsores da ideia da mudança da capital para o interior do continente, formulado no discurso de "promover o bem comum da nação longe de toda pressão social, pois seria o próprio Estado o guardião dos interesses gerais do país" – o que evidencia, aliás, o aspecto mais reacionário do governo JK que, na busca pela estabilidade política, considerava essencial o controle sobre a população, chegando mesmo a ser um

"requisito" para o desenvolvimento, uma das características marcantes de sua modernização conservadora.

Pois Sabino, ao menos nesses últimos meses da década de 1950, com a mudança da capital já batendo à porta e em meio a uma crise que desenha de maneira generalizada, discorda do ímpeto atribuído ao carioca, e até mesmo lamenta a sua falta, e, dessa maneira, fica posta a imagem de uma população vitimada e impotente diante de tantos ataques à sua própria vivência. Que em nada contrasta, também, com o povo que se sente de certa forma vingado pelas duas bombas atiradas contra prédios, símbolo imediato, contudo, de um problema muito maior. Seria uma constatação ou uma provocação dos cronistas? Considerando que a imaginação social é também "a orientação da atividade imaginativa em direção ao social, isto é, a produção de representações da 'ordem social', dos actores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc) [grifo meu]" (BACZKO, 1985, p. 309), a produção dessa imagem dos cariocas, num momento de crise, contribui para a reflexão sobre o próprio momento político e as possibilidades de ação.

Mais uma vez, o drama é encarado politicamente, pois abala a ideia da confiança no futuro, que era, afinal, uma das principais "ideias-força" do Governo JK, como definido por Maria Victoria Benevides (2002, p. 22), que configurariam "a esperança como fator de desenvolvimento". Sabino pensa ser a "esperança" muito "simples", que já seria hora de "contarmos com alguma coisa mais", e nesse sentimento ele não estaria sozinho, pois, na semana seguinte, Manuel Bandeira clamaria "Pela geração atual" [26]:

> Sou dos que acreditam e desejam que o Sr. Jânio Quadros venha a ser o futuro Presidente da República. Por isso, gostei de ler que o nosso candidato é contra a política de sacrificar para o bem das gerações futuras o bem da geração atual. Sacrificar de forma total, porque um pouco haverá sempre que sacrificar. Entende Sua Excelência que deve e pode ser encontrado um meio de conciliar um Brasil presente, "mais justo e generoso", com um Brasil rico e próspero, "que já nos está assegurado no futuro pela própria natureza". Eis o que me parece falar pouco e bem.
>
> O Presidente Kubitschek é um homem manso, mas com ser manso tem sido bastante desumano conosco, obrigando-nos a passar metade da vida nas filas dos ônibus, da carne e do feijão, fazendo-nos pagar seis cruzeiros por um ôvo, cinco por um limão, onde é que isso vai parar? dizem as donas-de-casa apavoradas, o que não tem sentido, porque é uma ilusão pensar que isso pode para com a gente que aí está serrando de cima. O Presidente crê sinceramente que Brasília vai tirar

[26] *Jornal do Brasil*, 19 nov. 1959, n. 270, p.3.

> o Brasil deste estado de subdesenvolvimento que tanto aflige o poeta Schmidt. Tenho minhas dúvidas... Mas ainda que seja verdade, a geração atual está pagando caro demais o bem-estar do Brasil futuro. E depois, é bem provável que no Brasil futuro se sonhe com outro Brasil ainda mais próspero a que seja preciso sacrificar o Brasil de então, e assim continuaremos até a consumação dos séculos pela bomba atômica ou descrença de Deus na possibilidade de tornar razoável a única espécie animal dotada de razão...
>
> Desconfio muito dos homens que proclamam o seu amor do gênero humano mas não sentem o amor do homem de carne e osso que é seu companheiro de geração. Tenho que o melhor meio de assegurar um bom futuro é cuidar bem do presente. No domínio das artes, ainda se pode admitir que se trabalhe exclusivamente para o futuro, como fazem os artistas inovadores: a geração atual que não os compreende tem à sua disposição para satisfazer as suas necessidades estéticas o enorme patrimônio do passado. Mas quando um político sacrifica a geração contemporânea no que há de indispensável à sua subsistência, quando chega ao extremo de lhe tirar o feijão para criar um Brasil maior, está fazendo é... propaganda para Jânio Quadros.
>
> Há que conciliar um Brasil futuro, rico e próspero, com o Brasil contemporâneo, exausto de tanto sofrimento, e com o Brasil passado no que êle teve de bom e digno de ser conservado.

Tratando amplamente da política econômica do Governo Federal, Bandeira constrói uma oposição entre Kubitschek e o candidato Jânio Quadros, apoiando-se na ideia de o segundo ser "contra a política de sacrificar para o bem das gerações futuras o bem da geração atual", enquanto fica desde já marcado (primeiro implícita e, depois, literalmente) que essa seria exatamente a política "desumana" de JK. Apesar de não focar apenas no Rio, é a partir da rotina que vive ali que se situa: "obrigando-nos a passar metade da vida nas filas dos ônibus, da carne e do feijão, fazendo-nos pagar seis cruzeiros por um ôvo, cinco por um limão". Os exemplos poderiam parecer poucos e insuficientes para se afirmar que "a geração atual está pagando caro demais o bem-estar do Brasil futuro", mas talvez não fosse preciso falar ainda mais daquilo que estava diariamente estampado nos jornais, ainda mais no *Jornal do Brasil*, onde Bandeira escreve, que costumava dar a primeira página para os assuntos relacionados ao abastecimento, inclusive com o preço dos alimentos, bem representado no "Seu tostão vale um limão" da primeira página de 14 de abril 1959[27]; em geral acompanhando os

[27] *Jornal do Brasil*, 14 abr. 1959, n. 85, p. 1.

cada novidade da distribuição, como na manchete "Carne será racionada: só duas vezes por semana" [28].

Seu foco, passa a ser, então, realmente a discussão dessa ideia de futuro que impulsionava o governo JK, no entanto, não de modo a questionar essa esperança, mas como ela parece ser usada como uma espécie de justificativa para a crise, trazendo uma sensação de descaso com o "homem de carne e osso que é seu companheiro de geração". Maria Victoria Benevides (2002, p. 37) afirmou que a esperança no futuro transmitida por Kubitschek deveria ser "obrigação de todo homem público", pois sem ela estaríamos "sempre ressentidos ou aparvalhados", e que foi esse efeito psicológico que "sacudiu o país do marasmo 'caranguejeiro'" em que até então se encontrava. O que Bandeira percebe, porém, é que com os olhos voltados exclusivamente para o porvir desejado se cria também um outro efeito psicológico, tão prejudicial quanto os sentimentos passadistas: a ideia de que é sempre no futuro que se deve apostar, e de que em nome dele tudo vale. Ao ver que, porém, esse futuro pode ser sempre postergado "até a consumação dos séculos pela bomba atômica ou descrença de Deus na possibilidade de tornar razoável a única espécie animal dotada de razão", ele também aponta para um tempo que é apenas fantasmagoria do progresso, como afirmava Walter Benjamin (2012), porque é repetição infernal de promessas nunca cumpridas.

Assim, a imagem construída por Sabino, do povo vitimado na capital federal, vai encontrar em Bandeira ressonância e um desenvolvimento filosófico, que afirma: não há futuro promissor se o presente é sacrificado em seu nome. E, nessa situação, o Rio de Janeiro representa ele mesmo esse presente, enquanto Brasília aparece como o futuro, "que vai tirar o Brasil deste estado de subdesenvolvimento". Se sobre isso Bandeira afirma, ponderadamente, "ter suas dúvidas", n'*O Globo,* Elsie Lessa continuaria crendo e divulgando a filosofia oficial voltada para o futuro, até porque, os problemas econômicos pareciam também não atingir o Planalto Central:

> "Núcleo Bandeirante" [29]
>
> Cidade Livre foi chamada, ou cidade pioneira, mas o nome do livro de registro e da sacristia é mesmo "Núcleo Bandeirante", com tudo o que tem de sugestivo. Se houvesse cavalos, em vez dos jipes que a cruzam, seria o cenário deum filme de "far-west". É verdade que faltariam os tiroteios também. No mais, a idéia serve. Êste exagero de homens (1 mulher para cada 10), os barracões de madeira, as botas, os

[28] *Jornal do Brasil*, 24 set. 1959, n. 223, p.1.
[29] *O Globo*, 26 ago. 1959, n. 10218 (matutina), p. 1 (seção 2).

> chapelões, aquêle ar de início, de improviso. Prestando bem atenção, há também os "saloons", para completar o cenário. Foi tudo feito às pressas ou brotou do chão, depois de uma noite de chuvarada, como o verde que rebenta da terra após a água do céu.
>
> Desço do jipe, misturo-me na multidão alegre desta manhã de domingo, paro diante dos "stands" de livros e revistas, em que já posso comprar O GLOBO de sábado e as revistas da semana. Há engraxates e barbeiros, armazéns de comestíveis e açougues, filiais das grandes casas de materiais de construção do Rio e São Paulo, armarinhos, bancos, e o burburinho de um mercado em que embarafusto, como repórter, a verificar "in person" a que alturas subiu, nestes 1 100 metros acima do nível do mar, a inflação que campeia lá embaixo. Frutas e legumes, que foi o terreno que explorei, eram mais baratos. Vi alfaces do tamanho de uma couve-flor, a 12 cruzeiros, laranjas a 24 a dúzia, limas-da-pérsia, maçãs, mamões. Fartura muita de carne e linguiça, aves e ovos. Sou informada de que na subsistência da COFAP os preços estão pela metade, mas não tenho tempo de chegar até lá. [...]

Quase um ano e meio depois de Braga afirmar a visão da favela em sua visita à Cidade Livre, Lessa vê outras características que destacam, por sua vez, a "cidade pioneira", onde o que começou como um alojamento de operários é desenhado em um cenário onírico (e cinematográfico), carregado de simbologias de desbravamento, coragem, de novo início, apesar de não faltar também o "improviso" encantatório, assim como tudo o mais que acontece no Planalto Central. O local aparece, em sua narrativa, realmente longe do aspecto de alojamento temporário e mais como uma cidade em pleno desenvolvimento orgânico, onde se organizam os serviços e o comércio floresce.

Esse comércio, porém, é apresentado em nítido contraste com o litoral, referido como "lá embaixo", onde "campeia a inflação", o que, sendo decorrente da política econômica nacional, também é o que seria de se esperar "nestes 1 100 metros acima do nível do mar". No lugar disso, o que se encontra é quase um país paralelo, em que há "fartura" e preços "mais baratos". Apesar do espírito de "repórter", a cronista-narradora não questiona a razão dessa discrepância de oferta de víveres em Brasília, mas deixa-se envolver por esse milagre do abastecimento, inclusive na promessa de que "na subsistência da COFAP" os preços estariam "pela metade". Seria já o resultado da integração prometida, afetando a ineficiente distribuição de alimentos de modo a resolver a intermediação ou haveria outras questões envolvidas?; e isso tudo enquanto, na mesma edição d'*O Globo*, se noticiava que, no Rio, "Doze açougues venderão a carne ao preço da tabela", com destaque para "Manobra de açougueiro e protesto de

donas-de-casa"[30], potencializando o contraste. A cronista-narradora já deixa subentendido que tal situação só se via ali mesmo (pois esperava encontrar, talvez, uma inflação ainda maior, dada a distância), no entanto, ao se deparar com tal milagre, é como se a chama da confiança no futuro, prometida por Kubitschek com Brasília, se reacendesse, como se fosse capaz de se espalhar dali a solução econômica para a crise. Esta que, apenas um mês antes, a cronista via com um pouco de ironia em "Inimigos a preços de inflação" [31]:

> Sempre achei que eu tinha uma noção bastante clara da chamada alta do custo de vida, que me atingia, como a todo mundo, aqui e ali, no dia-a-dia das compras e das contas a pagar. Acabei habituando-me à idéia, à falta de outra solução, e me lembro do susto que tive, há pouco, em Paris, ao ler, certa manhã, enquanto não me traziam o café e o "Figaro", o boletim diário que a nossa embaixada me mandava. Verifiquei que de janeiro a março, deste ano da graça de 1959 que estamos atravessando, o custo da vida no meu Rio de Janeiro subira 23%. Era muito por cento para três meses só. Lembro-me da espécie de orgulho patriótico com que argumentava com meus amigos franceses que também aqui, em matéria de preços as coisas andavam ruins. Êles a se queixarem da inflação lá deles, a quererem insinuar que este nosso era um doce "pays du Cocagne", em que os côcos maduros caíam descascados na bôca dos seus indolentes habitantes, deitados na rêde, a viola no peito, a morena do lado. Antes fôsse! E eu lhes contava do impulso de repórter que me fêz parar, um dia, à porta de um dos nossos mercadinhos de Copacabana contemplando um cartaz, escrito às pressas e pendurado sôbre um cacho fresco de uvas: "Bago, 5 cruzeiros". Quis telefonar depressa para o meu jornal, pedir fotógrafo que imortalizasse tamanho desvario. Cinco cruzeiros por um bago de uva, dêsses que antes o freguês arrancava, despreocupado, só para ver se estavam doces. Traduzi o bago verde e os cinco cruzeiros para o meu auditório francês e ganhei o respeito da Europa para o meu país. Éramos inflacionados e civilizados e, ao menos nisso, já podíamos competir.
>
> Subiram os molhos verdes de espinafre e o sabão português, a batata inglêsa e o "spaghetti" fresco, o aluguel da casa e o "mis-em-plis" do cabelereiro, o metro cúbico de gás e a assinatura de telefone, a forração dos móveis e o preço das consultas médicas. Nunca me dera conta de que, em tamanho alta, era natural que tivesse subido - e muito! – o preço de um inimigo, na guerra. [...]

A crônica segue para a discussão de como também a guerra foi inflacionada e transforma isso numa "esperança de paz", já que se tornou tão caro matar gente

[30] *O Globo*, 26 ago. 1959, n. 10218 (matutina), p. 1.
[31] *O Globo*, 08 jul. 1959, n.10176 (matutina), p. 1 (seção 2).

(ignorando, porém, a indústria de guerra...), e desvia, assim, do problema imediato que, seguindo a enumeração, estaria longe de sua própria resolução.

O que marca a narrativa são, principalmente, a sensação de absurdo que toma conta da cronista-narradora e sua reação, com ironia melancólica, de "orgulho patriótico" ao explicar aos "amigos franceses" a seriedade do problema. Os 23% que, de acordo com o boletim da embaixada, aumentou o custo de vida na capital é uma informação importante que ela compartilha com os leitores, mas, como cronista, é na história do bago de uva a cinco cruzeiros que fica representada a potência da inflação e como ela afeta o cotidiano do carioca, que, afinal, não precisava ser convencido da gravidade do assunto, mas a quem também interessaria saber o pitoresco caso – e talvez recontá-lo. No entanto, quando a cronista usa essa imagem para ilustrar o desatino a que chega a situação econômica no Brasil, e assim "ganhar o respeito" francês, ela também surge como antítese providencial com o imaginário do "doce 'pays du Cocagne'", isto é, do paraíso dos trópicos: pois, se este era o lugar da abundância natural, no "ano da graça de 1959" nem mesmo a provar um bago de uva o carioca tem direito sem que seja cobrado, e caro, por isso. A ideia da "indolência", que a cronista-narradora vê ser insinuada pelos franceses que a acompanham, estaria bem longe da realidade "inflacionada".

A ironia encontrada está, por isso, no fato de que, enquanto queria desenvolver-se, chegar ao patamar de "civilizado", tudo em que o Brasil conseguia comparar-se com a Europa, até então, era na sua espantosa inflação, e, mesmo assim, o que ela descreve é uma verdadeira virada na narrativa, usando um exemplo dos mais inusitados para conseguir ser levada a sério pela sua audiência. Nesse contexto, não há espaço para nenhum desenho de futuro, os absurdos dos preços do Rio representam todo o país em seus desejos de "civilização" e sua realidade complicada e embaraçosa. Um mês depois, porém, o milagre do abastecimento em Brasília traria esperança justamente porque, por algum motivo não explorado pela "repórter", ver-se-ia como possível a alteração nos rumos econômicos, a superação da crise, ainda que se desconsiderando a ocorrência localizada. Algo que traria verdadeiro "orgulho patriótico" de se contar aos "amigos franceses" e que deveria, talvez, atrair anseios aos brasileiros de mudarem-se para a nova capital.

Se o que atraia em Brasília, além da realização arquitetônica, técnica, denotando o poderio material da nação, era também a ideia da criação de uma nova sociedade, por

que não acreditar que a economia seria renovada em seu solo? Brasília deveria ser em tudo a representação da nova sociedade brasileira que se construiria a partir dali, e Márcio de Oliveira (2005, p. 151) sublinha que Lúcio Costa via nesse projeto uma chance de o país "dominar racionalmente seu espaço urbano para construir uma nova sociedade – urbana – em oposição à situação caótica das grandes cidades brasileiras à época", o que o levou à preocupação com detalhes da vida comum, onde o imaginário deverá colher, então, suas novas representações de cidade ideal para uma sociedade ideal. Para o caso da água, do trânsito e das favelas, há motivos para se pensar que o planejamento urbanístico e arquitetônico inovador traria soluções, e tal crença aparecia estampada também como discurso de autoridade nos jornais, quando, por exemplo, o Instituto dos Arquitetos do Brasil realizava seu Congresso e, segundo afirmava o *Diário de Notícias*, lembrava "a certa altura, que as favelas, as enchentes, a falta de água, os congestionamentos de tráfego, etc., são conseqüências dessa falta de planejamento" [32] - ainda que, principalmente na questão das favelas, como vimos, o problema vá muito além disso. Mas no que diz respeito ao fator econômico, não haveria relação direta entre o urbanismo e sua solução. Entretanto, a simbologia da nova capital já parecia ultrapassar em muito o âmbito da ciência da cidade, e Thomas Skidmore (2010, p. 206) afirma que a construção de Brasília teve mesmo "outras funções. Desviou a atenção de muitos problemas sociais e econômicos de difícil solução, como a reforma agrária e as universidades", mas de maneira a serem também absorvidos pela meta-síntese, já que os "otimistas do regime de Kubitschek afirmavam que a simples construção da capital teria efeitos colaterais que ajudariam a resolver esses problemas". A crônica de Elsie Lessa seria uma afirmação, portanto, desse imaginário que afirmava a utopia nacional máxima sobre Brasília.

4.2. A síntese das crises da cidade para *os que não vão*

De outro lado, os cronistas que não aderiram (pelo menos de todo) ao imaginário da utopia nacional da nova capital, continuariam não só com os olhos voltados para os "problemas sociais e econômicos de difícil solução", que ressaltou Skidmore, como os

[32] "Arquitetos têm plano para salvar a cidade". *Diário de Notícias*, 09 abr. 1959, n. 11164, p. 1.

colocariam em primeiro plano em oposição a essa utopia oficial. É isso que Fernando Sabino traz em seu "Boletim"[33]:

> De alguma parte do Rio, 21 – Estou escrevendo debaixo de cerrado fogo. Reclamações sibiliam no ar, explodem protestos de todos os lados. Não aconteceu nada, apenas uma chuvinha ou outra – mas a cidade foi sacudida por um terremoto. O asfalto se abre em crateras. Há lama e podridão das sarjetas. Peixes mortos na Lagoa Rodrigo de Freitas. A orla do mar exala mau cheiro. O mato se alastra no que ontem foi inaugurado como mais uma esplêndida obra da Municipalidade. Obras abandonadas em meio, depois da conquista pelas tropas de inauguração do Govêrno.
>
> Êste é o destino de uma cidade abandonada à sua própria sorte, enquanto nosso futuro se constrói noutros rincões. Os esgotos se entopem, a água transborda, os ratos saem para a luz do dia, à cata de alimentos nas latas de lixo que se acumulam. Ainda ontem vi dois jovens jogando futebol na calçada da praia com uma ratazana semimorta. Estou escrevendo desordenadamente, sob a impressão de que a invasão pode se dar a qualquer momento: invasão do cansaço, da angústia, do mêdo, da desesperança. Eclosão de greves de protestos e desespêro. Os remédios escasseiam nas farmácias, o leite desapareceu do mercado. Os aviões levantam vôo fora dos horários, superlotados, o desencanto refletido no rôsto dos tripulantes. Os telefones não funcionam, engolem a moeda, não completam a ligação. Além do mais, não há moeda, não há para quem telefonar. Pelas ruas, os ônibus e lotações cometem desatinos, atropelam, matam. Os passageiros de trem, enfurecidos com os atrasos, depredam as estações. Alguém está falando pela televisão que tudo vai bem, a cidade se embeleza para perder a glória de ser Capital da República. Não sei quem seja, a televisão também não funciona – a imagem se embaralha, a voz se perde no ar.
>
> Ligo o rádio transistor com que me disponho a fugir, capto apenas a Rádio Relógio Federal: são vinte e duas horas e vinte e sete minutos, o locutor anuncia ao terceiro sinal. Hora da cidade deserdada. Os habitantes enchem as ruas, os bares, os cinemas, desorientados, sem saber o que fazer nem onde ir. Alguns interrogam o céu, buscando uma estrêla de redenção, lá para os lados de Brasília, na forma de um helicóptero. Chegou a hora da mudança, chegou a hora de fugir daqui para destinos menos sombrios: este será o último boletim. De um momento para outro, a cidade pode ir pelos ares, desintegrada em tanto sofrimento, ou afundar-se no mar, ao pêso de tanta miséria.

Apenas 5 meses se passaram desde a narrativa veloz e catastrófica de "Começou", em que a crise do abastecimento era mote para observar um país que "geme e rincha na sua estrutura", e onde as bombas do fim já tinham até mesmo explodido. Agora, o "Boletim", datado sugestivamente "21 [de abril?]", aparece com a mesma dinâmica e descrições semelhantes, porém, criando ainda mais tensão com uma

[33] *Jornal do Brasil*, 25 mar. 1960, n. 70, p.7.

série de elementos que não vêm mais dos quatro cantos do país, mas estão localizados no Rio e acontecem simultaneamente, descritos de tal maneira "desordenados" e "confusos" porque o cronista-narrador declara escrever "sob a impressão de que a invasão pode se dar a qualquer momento: invasão do cansaço, da angústia, do mêdo, da desesperança".

O passeio pela cidade desértica de Pongetti se repete, não mais como possibilidade, mas propriamente presentificado, emulando um discurso jornalístico que se guia pelo olhar atento aos acontecimentos "debaixo do fogo cerrado", somado a uma alta carga emotiva. É a certeza da cidade abandonada "à sua própria sorte", em que o contexto da transferência da capital aparece nitidamente, "enquanto nosso futuro se constrói noutros rincões", a menos de 30 dias de sua efetivação. O abandono do Rio deixa de ser somente o simbólico, da sede do poder que se retira, e passa a ser material, testemunhado em cada canto da cidade, mas sem deixar de ser atrelado ao poder político, desde o "mato [que] se alastra no que ontem foi inaugurado como mais uma esplêndida obra da Municipalidade", até as "obras abandonadas em meio, depois da conquista pelas tropas de inauguração do Govêrno" (uma referência à possível intervenção federal diante da indecisão sobre a criação do novo Estado ou a fusão com o estado do Rio), posto, dessa maneira, como o responsável pelo cenário de guerra construído na crônica. O simbólico aparece, assim, como concreto, o que aumenta a força representacional do texto para a cidade que muda de status político e, por isso, vê que podem mudar também suas condições materiais. O cronista-narrador opera profundamente, dessa maneira, aquilo que Bronislaw Baczko (1985, p. 326) diz constituir "peça essencial da estratégia do poder" no imaginário: "o jogo entre o visível e o invisível, entre aquilo que é dado em espetáculo e aquilo que é escondido", pois traz à tona as imagens invisibilizadas pelo discurso oficial do progresso.

No entanto, esses elementos não são criações puramente imaginárias do cronista da distopia, mas remarcam os conhecidos problemas do cotidiano urbano, inclusive já citados em "Começou", contudo, agora aparecem dentro de um encadeamento imagético narrativo mais detalhado: os buracos da rua parecem ser resultado de um terremoto, do esgoto saem ratos que se introduzem ao cotidiano, o problema dos transportes gera protestos e depredações... Laurent Vidal (2012, p.155), ao analisar um segunda versão dessa crônica publicada na Revista Manchete, em 07 de maio de 1960, questiona se haveria, ambiguamente, junto ao desespero, a ridicularização do quadro ao

"exagerar grosseiramente a ruptura que viria". A questão é, justamente, que uma possibilidade não só não exclui a outra como podem mesmo ser complementares, já que a narrativa parte de uma observação da realidade urbana e (re)cria, acima de tudo, os sentimentos por ela despertados, potencializados pelo contexto político.

Muitos dos problemas apontados, geradores das cenas mais dramáticas descritas pelo "repórter", eram questões noticiadas nos jornais, e às vezes até assunto dos cronistas, embora muitos não tenham aparecido com tanta recorrência quanto os que foram agrupados nestes capítulos, isto é, a água, a locomoção, as favelas, a crise do abastecimento, que também são evocados fortemente na crônica: o asfalto que "se abre em crateras" refere-se aos muitos buracos vez ou outra referidos pelos cronistas e pode lembrar o leitor da notícia do ano anterior sobre a mulher que morrera afogada dentro de um buraco aberto em Copacabana, sobre a qual Dinah Silveira escreveu, ressaltando o contraste entre o "super-bairro de nossa super-cidade" e o trágico acontecimento[34]; a morte dos peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas remete às notícias de sua poluição e às tentativas de desobstrução do canal que a ligava ao mar, que já tinha aparecido com tom dramático em "Amigos da Lagoa pedem salvação dos peixes em nome da civilização" [35], e foi assunto de crônica de Ferreira Gullar, "Lagoa", onde afirma que "não há vocação poética que resista a uma lagoa podre"[36]; as "obras abandonadas em meio" podem ser a do saneamento, na Avenida Atlântica, comentada pelo próprio Sabino em "Raça" [37], que "deu em nada" e a Prefeitura "caiu nas encolhas", e também levaria à imagem dos "esgotos que se entopem", ou, ainda, à possibilidade deixar inacabadas as obras em andamento, como o aterro do Flamengo, que já se arrastava há tanto tempo. Assuntos mais ou menos repercutidos, todos produzem o cenário dramático da cidade. Um elemento a se notar, nesse sentido, é que, retirando-se os marcadores que associam o texto visivelmente à transferência, seria ele uma narrativa distópica urbana que poderia se passar em qualquer tempo, e é isso que faz com que a imagem do abandono torne-se mais crível, pois, como afirma Eloísa Barroso (2013a, p. 47), "entre a cidade imaginada e a cidade real se coloca a intenção de criar uma cidade verossímil a fim de que o leitor tenha a sensação de ser a cidade da literatura uma cidade possível". Essa "cidade possível" na crônica de Sabino é a cidade futura, resultado da perda do status de

[34] "É um buraco". *Jornal do Commercio*, 16 mai. 1958, n. 188, p. 5.
[35] *Jornal do Brasil*, 16 jun. 1959, n. 138, p.7.
[36] *Jornal do Brasil*, 24 jul. 1959, n. 170, p. 3.
[37] *Jornal do Brasil*, 13 jan. 1960, n. 10, p.7.

capital, mas é também, e talvez sobretudo, a cidade presente, referenciada pelos seus problemas, que, não solucionados, conduzem à visão distópica.

A distopia, tanto em "Boletim" quanto em "Agonia da Metrópole", aparece, dessa maneira, como uma relação catastrófica direta entre o presente e o futuro da cidade, muito próxima da maneira como o filósofo Jerzy Szachi (1972, p. 12) descreve o fenômeno da "utopia negativa": "uma extensão às últimas consequências lógicas de fenômenos encontrados na realidade, ou, em outras palavras, como uma hipótese sobre a perspectiva de desenvolvimento desses fenômenos". Sendo assim, a visão distópica é, antes de tudo, uma visão crítica do presente que, de certa maneira, ridiculariza um outro projeto de utopia posto em prática, nesse caso, não o projeto de Brasília em si, enquanto cidade, mas a ideia de que ela é o progresso do país, de que nela e a partir dela tudo será diferente da realidade vivida. Essa noção evidencia ainda mais o que dizia Walter Benjamin (2012) sobre o quanto a ideia do progresso como norma histórica e mola propulsora da modernidade é apenas ilusória: porque o futuro idílico que ela promete não aparece como resultado de um caminhar, construído desde o agora, mas é descolado do presente. E porque promete apenas o advento do "novo" sem consertar o "antigo", não poderá ser essencialmente diferente e romper com o "curso homogêneo da história" (BENJAMIN, 2012, p. 251) para construir a real utopia e redimir seus oprimidos. Por isso, aos oprimidos citadinos da cidade fadada à catástrofe resta o desalento.

É a eles, finalmente, que o cronista-narrador, no papel ficcional de repórter, direciona sua preocupação. Sem recortes de nenhum tipo, vê toda a população do Rio como um só povo abandonado como sua cidade, e é a partir dessa idealização que busca perceber, exprimir e recriar os seus sentimentos em imagens, por mais difusos e latentes que sejam – inclusive naqueles que aparentemente seguiam suas vidas enchendo "as ruas, os bares, cinemas", mas que na verdade estariam também "sem saber o que fazer nem aonde ir", tão incertos quanto o futuro da urbe. Tudo isso demonstra, além de tudo, a necessidade de os cariocas voltarem-se "para dentro", substituindo o olhar para o futuro da nação por um olhar mais local, resguardando-se diante do seu futuro nefasto.

A mesma necessidade guiaria Dinah Silveira de Queiroz a falar *sobre*, mas também *com* "Os que não vão" [38]:

[38] *Jornal do Commercio*, 06 set. 1959, n. 288, p.6.

> Que vocês me desculpem as falhas de agora na minha pontualidade de quinze anos. Há algum tempo, um operário que consertava um elevador, e tinha como mirones de seu serviço umas trinta pessoas aflitas pela demora, teve esta frase de gênio:
>
> - "Não se avexem - que até o vento pára".
>
> Se até o vento cansa e pára, que dirá uma pobre cronista? Estou mal e mal de férias, isto é, com trabalho reduzido. Mas não quero deixar de comentar com vocês um caso que houve e passou despercebido de muita gente. É que andaram fazendo queixa aos jornais dois índios: Domingos Zacarias dos Santos e Sultana Castelo Branco Bezerra. Houve quem lamentasse o infortúnio do casal que aqui passava fome, privações de tôda sorte. Então, o Coronel José Luiz Guedes, Diretor do S.P.I., disse que os índios não tinham a menor razão: que a assistência prestada pelo Serviço é dada, mas só lá no mato. O Coronel esclareceu ainda que os recursos do S.P.I. não lhe permitem sustentar a indiada passeando na capital – pois um índio no Rio gasta mais do que cinquenta num Pôsto. E o Coronel disse mais: que já convidou os dois para morar num dos postos do S.P.I., mas que êles não querem deixar o Rio por cousa alguma.
>
> Esta história dos dois índios que estão passando fome no Rio, e não querem sair daqui, desprezando o benefício da proteção do Govêrno, parece a história de muita gente que não quer largar o Rio por Brasília, ficando sob a mão direita do Govêrno Federal. Aliás, já estão dizendo - sei que é exagêro, que é falta de informação – mas já estão dizendo por aí que esta falta de carne, de feijão, já é "feito de Brasília". Mas os "índios" que querem ficar no Rio de Janeiro são incontáveis. O "pôsto" de Brasília garantirá tudo: comida, melhores ordenados, casas novinhas em fôlha. Quando houver a mudança, aí é que o abastecimento se tornará complicado por aqui. Mas nós, os milhões de Sultanas e Domingos ficaremos por aqui mesmo, agarrados a esta terra, que representa o sonho realizado de muitos brasileiros de todos os recantos do Brasil.
>
> E sou capaz de apostar que a melhor coisa no "pôsto" de Brasília vai ser o fim de semana, quando os políticos e funcionários, a custa de suor, conseguirem cavar passagem nos aviões do Rio.
>
> Compreendi muito bem essa história dos índios. Tenho visto funcionários sem conta que preferem ir para a porta da Candelária de chapéu na mão a receber melhores vencimentos em Brasília.
>
> Ficam mesmo aqui, talvez sem assistência, desprotegidos do Govêrno, na aventura de ser pária dessa grande, querida cidade onde até mesmo os últimos são invejados pelos olhos dos brasis distantes.

Num momento em que se fazia uma nova "marcha para o oeste" conduzida, dessa vez, pela ideia da sociedade urbano-industrial, Dinah recolhe a história dos indígenas que não querem sair do Rio de Janeiro e apresenta-a como representativa do lugar conquistado pela cidade litorânea no coração dos brasileiros. O indígena, geralmente evocado para simbolizar o Brasil original e profundo, é muitas vezes

associado ao estado selvagem, mas também ao passado histórico, de raízes no nosso movimento romântico, que buscou criar em torno dele, de maneira idealizada, a identidade nacional que nos faltava (CANDIDO, 2006). Nesse universo imaginário, resta geralmente entre as posições dúbias daquele que deve ser civilizado e aquele que não pode ser tocado, mas nem um nem outro é o caso de Domingos e Sultana: são eles que, por livre arbítrio, desejam permanecer na cidade que é o próprio "sonho realizado de muitos brasileiros de todos os recantos do Brasil", lugar da realização da sociedade urbana. Suas trajetórias individuais de migrantes são destacadas de tantos outros, que ajudavam a construir a virada urbana no país com a ocupação ainda crescente do litoral, porque, sendo indígenas, eles não esperam pela chegada do progresso em sua terra, mas desejam o que o Rio tem a lhes oferecer. O seu encantamento (que é como se entende na história essa vontade despertada) conecta-se com o imaginário da cidade vitoriosa em seu próprio projeto de modernidade e que se encarregou durante tanto tempo de ser espelho da nação, o que não mudaria tão facilmente apenas com uma mudança política, apesar de suas dificuldades urbanas concretas.

Nesse sentido, o fato de serem indígenas traz ainda um outro elemento que é reforçado na narrativa e utilizado como exemplar: o amor incondicional à terra. Opõem-se o território em seu sentido capitalista, marcado pelo valor de troca; e o território como entendido pelas populações indígenas, aquele permeado pelas relações históricas do povo com o seu habitat, movendo todo o sistema simbólico (LIRA, 2018). Apesar de não se aprofundar nisso, fica nítido que a cronista-narradora nega a visão capitalista do território como pura mercadoria, um espaço produzido por poder econômico, e procura estabelecer como o mais valioso o pertencimento, muito próximo ao modo como Ariovaldo Oliveira (1997 apud LIRA, 2018, p. 62) define o território indígena: "É o espaço no qual, durante milênios cada povo indígena ensaiou seus movimentos seus gestos, suas expressões culturais e seu ritmo de vida, enfim, construiu sua história". Por mais contraditório que possa parecer, já que os personagens indígenas escolhem mudar-se para o Rio, na verdade o que a cronista-narradora faz é estender metaforicamente a condição de "indígenas" a todos os cariocas que não almejam trocar a cidade por outra "mais moderna", com melhores condições de vida urbana e onde, mesmo em um contexto de alta inflação, se oferece "comida, melhores ordenados, casas novinhas em fôlha". Os "incontáveis índios" que "não vão" sair do Rio são todos aqueles que, usando essa lição de amor ao lugar de origem ou ao lugar eleito, no caso dos milhares de

migrantes, submetem-se ao sacrifício diário, à falta mesmo do mais elementar, como carne e feijão.

Aliás, ela não deixa de citar os discursos que colocavam Brasília como a grande culpada pelo problema do abastecimento, mesmo que saiba se tratarem de "exagero" e "falta de informação", pois eles se repetiam a cada crise. Em meados de 1958, por exemplo, durante uma falta de cimento no mercado, Henrique Pongetti manifestou-se contra aqueles que a atrelavam a Brasília, o que ele, apesar de levemente irônico, considera uma "insensatez": "Rio e São Paulo foram refeitas ao mesmo tempo com cimento de tôdas as nacionalidades e a despeito de uma guerra mundial que durou quase seis anos [...] arranjem outra intriga se querem deixar mal a rainhazinha do planalto goiano" [39]. Thomas Skidmore (2010, p. 208) lembra que esse discurso era utilizado pelos "detratores de Juscelino" e atingia em especial a classe média, dividida "entre um sentimento de satisfação com o progresso econômico do Brasil e vergonha pelos 'gastos' e pela "corrupção' que, segundo [eles] era produto colateral de projetos monumentais como Brasília". Nesse viés, também não era coincidência que tenha sido justamente no segundo semestre de 1959, quando a crise do abastecimento mais se agravara, que se tenha levado adiante o inquérito que investigaria o gasto excessivo com Brasília. No mesmo *Jornal do Brasil* que descrevia na primeira página as acusações levantadas, sob o título "Denúncia de [Elias] Adaime vira PTB contra Brasília", Fernando Sabino escrevia "Realidade" [40], em que afirmava que a nova cidade seria "a mais extraordinária aventura de nossa história" de maneira negativa, como um gasto desnecessário e exagerado, "um plano alucinado", mas que não era o culpado por todas as crises, concluindo ser tarde para lamentações: "Ou fazemos dela um monumento ou a nossa sepultura". Já n'*O Globo*, Rubem Braga dizia, em "Inquéritos" [41], que com certeza as contas não poderiam ser "muito certinhas, muito limpinhas, muito razoáveis", já que Brasília era longe e estava sendo feita com pressa, "e sem pressa não interessaria ao Sr. Juscelino Kubistchek empreender Brasília", mas que se realizassem o inquérito no Rio encontrariam os mesmos problemas. Sendo assim, a cronista do Jornal do Commercio não estaria sozinha na sua postura de evitar ver na construção da nova capital a causa de todos os males, caso em que cronistas entusiastas e críticos se encontravam. Queiroz, então, marca a descrença necessária nesses discursos, mas não

[39] "As garrafas de ouro". *O Globo*, 29 ago. 1958, n. 9914 (matutina), p.3.
[40] *Jornal do Brasil*, 04 nov. 1959, n. 257, p. 7.
[41] *O Globo*, 06 nov. 1959, n. 10279 (matutina), p. 2.

deixa de citá-los, porque eles demonstram a antítese das duas cidades e, por isso mesmo, a necessidade maior de amar o Rio, maltratado pelas dificuldades.

Se, por um lado, Dinah Queiroz não chega à intensa visão da cidade distópica de Sabino, ela também não apresenta a crença na mudança no estado de coisas no futuro. O que sua narrativa oferece ao Rio é propriamente um amor sacrificial, romantizado, que deve entregar tudo à cidade "grande" e "querida", mesmo que fiquem "sem assistência" e "desprotegidos do Govêrno", tal como os indígenas da narrativa. Esse amor sacrificial, porém, é valorizado pelo que ele traz de honroso e de força moral ao povo, que reforça uma imagem de resiliência necessária para ultrapassar as adversidades impostas diariamente – e resiliência é a melhor palavra porque se associa com uma adaptação resultante de um cenário desesperançoso –, mas que também é honroso, porque o Rio deve continuar sendo a cidade "invejada pelos olhos dos brasis distantes", ainda mais necessitados de progresso.

Diante do abandono oficial, a afirmação do amor pela cidade apresenta-se como aquilo de que não se pode abrir mão, e é também o tom que Eneida escolhe para representar a cidade dos "Fortíssimos" [42]:

> Acontecem coisas mil neste Brasil que felizmente rima também com varonil, provocando sempre amor febril.
>
> A Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (viva ela!) depois de demorados estudos, revelou, agora no momento do seu segundo aniversário (meus cumprimentos!) que há treze mil anos o carioca era forte e peludo. Tão forte que carregava blocos de trezentos quilos e seus braços eram tão longos que passavam além do joelho. Era feio, feíssimo, sem dúvida, mas adorava o sol, o vento e tinha hábitos totêmicos: alimentava-se de fôlhas e raízes de árvores frondosas, na crença de que isso lhe transmitia a força e o vigor dos seus troncos.
>
> Felizmente para nós, cariocas por adoção, nossos irmãos deixaram de ser peludos e feios. Mas fortes continuam. A prova de sua fôrça é que não carrega blocos daquele tamanho, mas carrega uma vida pesadíssima, suporta nos ombros os altíssimos preços dos gêneros alimentícios, da casa, etc., tudo faltando e tudo voltando com aumentos que tornam o carioca se não mais peludo, homem fortíssimo suportando vida tão pesada.
>
> Continua, êsse querido povo carioca, amando o sol, o vento, o mar, a paisagem, único bem que lhe resta de graça. Não acredita mais que fôlhas e raízes frondosas lhe dêem forças sobrenaturais, mas come fôlhas e algumas raízes porque – vocês sabem – têm vitaminas. Ó as vitaminas.

[42] *Diário de Notícias*, 10 ago. 1960, n. 11576, p.14.

> Vocês não mudaram muito, irmãos. A ABEPA não diz se vocês no passado foram alegres e risonhos, se sempre cultivaram anedotas, se tiveram, como hoje, uma bruta alegria de viver. Acredito que sim. Os braços de vocês diminuíram, o que foi bom. Há tanta gente que, com os braços curtos hoje usados, é capaz de cometer ações tremendas, inclusive de rapinagem, imaginem com os braços grandes. Vocês já imaginaram os batedores de carteira com braços enormes?
>
> Cumprimento a ABEPA pelo seu aniversário, pelas pesquisas realizadas, pelo retrato do carioca há 13 mil anos. Não mais peludo; fortíssimo sim; comendo fôlhas e raízes; não bebendo leite; tudo caríssimo. Mas que beleza a paisagem: vento, sol, mar. Felizmente também continuam certas crenças.

O paralelo entre o carioca do século XX e seus ancestrais aparece, primeiramente, pela força física e pela manutenção do hábito saudáveis, como comer folhas e raízes, por causa "das vitaminas". No entanto, logo essa força é metaforizada, pois naquele momento o mais necessário a se carregar era a "vida pesadíssima" em razão da carestia, que persistiu durante todo o ano de 1960, e, ironicamente, mudaria até mesmo os hábitos que tornavam o carioca forte fisicamente, como beber leite. Assim, a força evocada na crônica é moral, é a persistência e a resiliência do povo, cantada como uma virtude e uma necessidade. Eneida vai ao cerne do imaginário como "esquema de valorização", que pode "modelar comportamentos" e "capturar as energias" (BACZKO, 1985, p. 311), ao suscitar para seus leitores essa força que ela elogia e traça como fundamental para a vida diária. Além disso, estimulada ainda pela beleza da paisagem natural que se oferece "de graça", e que ajuda a tornar o carioca alegre mesmo quando é preciso "suportar vida tão pesada", é elevada de característica moral a identitária, ao utilizar-se dos estereótipos já estabelecidos acerca da natural satisfação que o país tropical proporciona ao espírito, que foram evocados por Lessa como o "pays du Cocagne", e permeavam a imagem do Rio para o estrangeiro, mas também alimentavam sua autoimagem, como metonímia do Brasil (CASTRO, 2001).

Sendo assim, a crônica reforça a imagem do carioca que sabe viver diante das adversidades, mas não desenha essa identidade na linha da resignação, antes, com a nova configuração política que já se iniciara, aponta para as possibilidades sempre abertas por essa virtude de seu povo. Inclusive, já no dia seguinte à transferência da capital, essa foi uma questão que apareceu na crônica de Eneida, quando saudava o novo estado ressaltando seus encantos e seus defeitos:

"Bom dia, Guanabara" [43]

Mui formosa e querida cidade da Guanabara, bom dia. Eu te saúdo pelo que fôste e pelo que és, pela tua paisagem sempre bela e sempre nova mesmo para olhos como os meus, cansados e míopes. É pelo amor, muito amor que te tenho, que estou hoje aqui, mais uma vez cantando amor, agora que és apenas, simples e docemente uma província brasileira, cidade sem mais aquêle ar de soberana, de princesa, sem aquêle título de que eu não gostava quando usavas: metrópole. Agora és igual à minha Belém do Pará, és igual à belíssima Salvador, igual a Recife e a Natal: apenas uma cidade e por isso mesmo mais amada.

Sei que não perderás nada deixando de ser a capital do Brasil; tuas montanhas, teus morros (irão nascer mais favelas?), tuas praias, teu mar, teu céu, tudo isso continuará como antes porque te conheço bem: és teimosa e queres continuar como sempre fôste, a mais bonita, a mais bela das cidades do país. Eu te conheço bem e por isso mesmo muito te amo, cidade da Guanabara. Tens sido a vítima mais vítima de teus governantes; nenhum de teus prefeitos te conhece, nenhum dêles (a não ser Pedro Ernesto, aquêle gigante) jamais te amou. Pode ser que agora, quando elegermos um governador, pode ser que sejas compreendida, amada. Vamos ver.

Não conheço, no mundo, nenhuma cidade tão fácil como tu. Qualquer pessoa, aventureira ou não, aqui chegando, tem logo tuas boas vindas; recebes todo mundo, todo mundo penetra em ti como se te conhecesse de há muito. Existem cidades difíceis, como Paris e Moscou. Difíceis de serem compreendidas à primeira vista. Não entram logo na gente, nós é que entramos nelas. Mas quando Paris e Moscou entram na gente, nunca mais saem. Tu não. A gente chega, penetra logo em ti, se torna teu íntimo e te adora muito antes de te conhecer.

Agora, minha querida, és apenas uma província e isso me encanta. Não perderás o título de cidade inteligentíssima, de cidade alegríssima, porque um de teus dons é carregar superlativos. Quando andas, como agora, esburacada, estás esburacadíssima; quando andas suja, és sujíssima. Nada importa. És o que és, e mesmo quando roubam teu mar (se continuar assim, vais acabar sem tua Guanabara) quando cometem grosserias contigo (como são ridículas aquelas palmeiras em Copacabana, hem?) grosserias e injustiças, dás de ombro, porque tu és também uma cidade moleca, molequíssima.

Querida, minha querida, estou neste momento seguindo para Fortaleza a convite da Reitoria de lá. Não assistirei ao teu carnaval de província livre, não colaborarei com teu povo nas festas da tua coroação (por que não?) de Guanabara. Mas, tu sabes, estou contigo sempre, pelo amor. Êste amor que vai aqui em palavras bobas porque – repara – os grandes amores só sabem dizer palavras assim: bobinhas. Bom dia, cidade da Guanabara. Um beijo.

[43] *Diário de Notícias*, 22 abr. 1960, n. 11482, p. 11.

A cidade acolhedora e da bela natureza é também a "esburacadíssima" e "sujíssima", além de ser a cidade das favelas, destacadas estilisticamente entre parênteses, mais evidenciando-as do que as tratando como um detalhe. No entanto, a responsabilidade política pelos seus males é trazida à tona e marca principalmente a falta de autonomia do Rio de Janeiro frente ao governo federal, cujos prefeitos eram indicados pelo presidente, daí que "não a conheçam", nem "a amem". Se, por um lado, essa autonomia política era desejo das elites locais, como destaca Marieta Ferreira (2015), por outro, ela também era vista como um oportunidade democrática, e a evocação de Pedro Ernesto (1931-1934, 1935-1936) como um "gigante" deixa isso ainda mais claro: primeiro prefeito que não foi indicado pelo presidente, mas eleito, ainda que indiretamente, pela Câmara Municipal (e posteriormente deposto por Getúlio Vargas sob alegação de comunismo), era proveniente do Movimento Tenentista e foi também o primeiro a ter dois mandatos. Marly Motta (2001, p. 53, 54, 57) afirma que ele marcou a memória dos cariocas porque propunha uma cidade "autônoma e politizada", que considerava importante ter um "eleitorado consciente e atuante", e que investiu em "uma nova educação, construindo escolas, e no atendimento à saúde, construindo hospitais e centros de saúde". Os demais administradores, que não têm afeto pela cidade, não se sentem pertencentes a ela, são apresentados, por contraste, como os que a vitimam: dela "roubam o mar" e com ela cometem "grosserias e injustiças". É claro que a cronista, militante comunista, não estaria alheia às questões práticas da política em uma sociedade capitalista e que buscava se inserir, cada vez mais, no sistema, no entanto, o que ela faz como cronista-narradora é apelar para os sentimentos do carioca como uma forma de perceber o quanto essa política de indicação afetara a cidade e, apostando na via democrática, o quanto estava nas mãos da população mudar esses rumos no agora Estado da Guanabara, que teria suas primeiras eleições ainda naquele ano.

Marcando, então, a transferência da capital como uma nova data comemorativa para o Rio, a crônica se assemelha àquelas que Eneida publicava na ocasião do aniversário da cidade, em que também, além das felicitações, trazia preocupações com a realidade imediata. Em "Parabéns, querida!" [44], dirigida como um bilhete à cidade personificada, diz serem seus inimigos "os que derrubam tuas árvores, tuas montanhas e

[44] *Diário de Notícias*, 07 mar. 1958, n.10831, p. 10.

até comem tuas águas"; e, no seguinte, em "Saudações, querida!" [45], afirma: "Não é uma velha que aniversaria: é uma mocinha linda que sofre horrores nas mãos daqueles que deviam ter com ela ternuras e cuidados". A diferença é que nesta nova data, além de apontar para a culpa dos políticos, ela se aprofunda no apelo ao sentimento de pertencimento à cidade porque tem os olhos voltados para a possibilidade da mudança com uma nova política, associada, no imaginário da cidade possível, ao orgulho e ao amor que os cronistas projetam em textos como esse. Um sentimento, antes de tudo, direcionado a contagiar um povo que se percebe desacreditado.

Na medida em que se aproxima a transferência da sede do poder federal, as imagens do abandono da cidade pelos citadinos (ainda que em decorrência do abandono político), propagadas por Pongetti no início de 1958 na "Agonia da Metrópole", e desde então problematizadas no cotidiano carioca (re)construído nas crônicas, vão dando espaço à imagem da cidade abandonada, mas pela qual é preciso lutar, de diversas formas. Agregado a isso, haveria a esperança de que o progresso (ou um outro progresso) ainda fosse possível?

Se isso já não aparecia mais atrelado ao seu status político no quadro nacional, Fernando Sabino, que construiu a imagem mais forte da distopia da cidade às vésperas da mudança, mais ao fim do ano conversa de novo com João Batista, seu destinatário recorrente, sobre a possibilidade, que estaria sendo levantada, de nova "Mudança" [46]:

> Desculpe-me, João Batista, de fazê-lo mais uma vez destinatário, aí nessa sua doce vilegiatura brasiliense, de minhas dúvidas e perplexidades – mas, por favor, esclareça-me a maior delas esta semana: que história é essa de quererem trazer de novo a Capital da República aqui para o Rio.
>
> Ouvi dizer que há um movimento entre os parlamentares no sentido de tornar a mudar a Capital porque Brasília não tem condições de habitabilidade. Pode ser que não tenha, mas quem é que disse a essa gente que o Rio de Janeiro tem? Mudem a Capital para onde quiserem, até para a Ilha do Bananal, mas para o Rio é que não. A vida aqui já está intolerável sem o Govêrno da República: se aí em Brasília não há condições para governar, aqui muito menos. O jeito é tratar de levar a Capital ainda para mais longe – não sendo possível para outra cidade do brasil, levem-na, então, para o estrangeiro, por que não? Sugiro a sede da ONU, que, pelo jeito, ainda acaba entregue às baratas.
>
> Não repare meu mau humor, que não se curaria nem pela prática daquela difícil ciência da qual você é professor. Falar-lhe em falta de

[45] *Diário de Notícias*, 04 mar. 1959, n. 11134, p. 9.
[46] *Jornal do Brasil*, 30 out. 1960, n. 256, p.7.

> água seria chover no molhado – sem embargo do inadequado da expressão. Outros aborrecimentos me afligem, e que essa idéia de mudança de Capital contribui para agravar: também estou para mudar a capital da minha república da Rua Canning para a Rua Venâncio Flores, onde, acabo de verificar, também está faltando água. Foram-se já minhas estantes, mas os livros ficaram, espalhados pelo chão porque o novo apartamento ainda não tem condições de habitabilidade. Assim sendo, também vou ficando pelo chão, em meio a vasilhas cheias de água, recolhidas avaramente para as minhas abluções, como em tempos de guerra. O meu fícus italiano está morrendo no escritório, não sei mais o que fazer para salvá-lo. A porta da cozinha enguiçou, não há jeito de fazê-la abrir, tenho de arrebentá-la. Ouço lá dentro a geladeira trabalhando como um monstro aprisionado. Aquêle telefone com que eu contava, até hoje nada. Diz o Sr. Sambi que ainda é possível, vamos ver. Se êle não conseguir, ninguém mais consegue. O rapaz que leva esta crônica ao jornal acaba de chegar, e sinto que ainda mal comecei a despejar as minhas queixas. Tanta coisa interessante para se escrever e fico escrevendo bobagens. Enfim, acho que não tenho muito de que me queixar: ao dentista tenho ido regularmente.
>
> João Batista, diga a êsse pessoal aí em Brasília para deixar de fricotes: isso aqui já foi capital, não tornará a ser nunca mais. Para usar uma palavra da moda: é irreversível. E ultimamente as coisas estão ficando cada vez mais irreversíveis.

Não se trata mais de fazer conjecturas ou questionar o futuro: a transferência já ocorreu e, se o Rio ficou abandonado pelo poder público, "sem condições de habitabilidade", o que a permanência da falta de água vem a comprovar, e de "governança"; a nova capital, inaugurada às pressas, não se mostrou diferente – pelo menos não da maneira milagrosa que se dizia. As duas cidades acabam, desse ponto de vista, se encontrando na imagem da cidade incompleta, onde a falta se sobrepõe às realizações, já que têm como parâmetro um ideal urbano em que seria possível viver o verdadeiro "direito à cidade", como colocado por Lefebvre (2011, p. 118), "o direito à vida urbana, transformada, renovada" em que haja a "prioridade do valor de uso". Em vez disso, o cronista-narrador "mal humorado" acaba sentindo que saiu vitorioso em seu discurso descrente da utopia governamental, mas isso não resolve os problemas de sua vida prática, que se repetem ciclicamente (enquanto a imagem do progresso que permeia a sociedade capitalista é uma linha reta e ascendente). É por essa razão que retoma (inconscientemente?) a narrativa dos problemas diários de maneira muito semelhante ao início de 1958, em "Presidente e presididos"[47], quando também traçava um paralelo entre sua casa e a República, mesmo que o contexto político seja então

[47] Ver capítulo 2, p. 112.

bastante diferente, com o agora Estado da Guanabara tendo acabado de eleger o seu primeiro governador, Carlos Lacerda, e a vitória à presidência do candidato anti-juscelinista, Jânio Quadros.

Não há, porém, lamentação por essa volta aos mesmos problemas (que, na verdade, não se foram), nem tampouco a expressão de fé no futuro, o cronista-narrador apenas observa as coisas retomando o lugar de sempre. Na forma do "mau humor", a constatação de que há coisas mais importantes a se fazer do que querer remediar o que foi feito, tanto para Brasília quanto para o Rio, afirma-se que o mais importante é justamente tentar satisfazer as necessidades elementares, antes que se tornem também "irreversíveis".

Opostas à visão relegada aos anos 1950 como "anos dourados", as crônicas dos problemas do cotidiano revelam principalmente uma cidade em luta constante entre a realidade e as suas visões ideais, ou seja, o dilema, como colocado por Lúcia Oliveira (2015, p. 155), entre a ideia da cidade como "fonte do progresso", que sentia que deveria ser, principalmente depois de ter sustentado o título de capital por tanto tempo; e a cidade como "fonte de problemas", como era sentida no cotidiano, onde não é possível qualquer emancipação humana.

Aprofundando a imagem da cidade desordenada, que se sobressaiu nas crônicas sobre os arranha-céus e as grandes obras, vistas no primeiro capítulo, os cronistas expõem, com a visão de seus problemas (vistos nos dois capítulos anteriores, e neste), os sentimentos que permeiam a sociedade carioca tendo como base essa materialidade do dia a dia. Eles são gerados, principalmente, ao evidenciar o valor de uso da cidade que, como afirmava Henry Lefebvre (2011), na sociedade capitalista é subvalorizado diante das aparências que criam o valor de troca. Ao ir além dessas aparências e colocar em primeiro plano os usos, atrelando a eles certos valores que permeiam o imaginário social urbano, as crônicas contribuem para um debate profícuo a respeito da cidade real e da cidade desejada, trazendo à tona o urbano como "lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível" (LEFEBVRE, 2011, p. 84), a partir das demandas levantadas.

No contexto da mudança do status político do Rio de Janeiro, que assim passa certamente à periferia do "progresso nacional" no imaginário, isso pode significar, por um lado, a distopia, a cidade longe de qualquer solução para os seus problemas, e, dessa

maneira, mais distante do progresso; mas, por outro, seria a esperança de uma caminhada renovada. Diante da sucessão de problemas, a segunda visão pareceria menos provável, mas, se os caminhos do progresso continuariam sendo perscrutados, que opções seriam possíveis para superar a cidade abandonada? Esta será a busca do capítulo seguinte.

5. *Pêsames ou Parabéns?* Novas visadas em busca do progresso da cidade

Ainda enquanto a crise do abastecimento se agravava no Rio de Janeiro, Ferreira Gullar tirava um tempo para observar a "Ressaca"[1] que atingira a cidade e fazia dela seu assunto de domingo no *Jornal do Brasil*:

> Se o mar se altera e investe de chifres contra a cidade (contra o atêrro, contra a Prefeitura), é um apelo que faz ao cronista, erguendo-se de seu nível cotidiano: "fale mal, mas fale de mim", parece êle gritar do ôco de suas vagas, do Leblon à Glória. Falarei dêle, e falarei bem.
>
> Exceto talvez a SURSAN, todo mundo anda contente com o mar, êstes últimos dias. Êle interrompeu o trânsito? molhou alguns distraídos? Mas em compensação que espetáculo de liberdade nos deu a todos, que exemplo de inconformação e virilidade! Muita gente se deteve, de botafogo ao Flamengo, fascinada de vê-lo, multiplicado em guerreiros, a batalhar em tôdas as frentes, com suas bombas de espuma. Há quem prefira o mar azul e calmo, dócil aos nautas e aos banhistas, e eu mesmo gosto de vê-lo assim, ensinando-nos que as coisas mudam, que as coisas mudam, que as coisas mudam.
>
> Não se pode negar, entretanto, que até isso cansa, e o mar é também essa fera, essa guerra. Além do mais, no mar cada um vê o que quer, e se há ressaca, uns verão ali um vulcão com uma tourada. Em verdade, o mar, êsses dias, sujo de barro, parece empenhado numa luta sangrenta, na qual o ferido tanto pode ser êle como o toureiro. E é surpreendente como espalha no ar seu cheiro forte, selvagem, de animal. Mas a metáfora, como a bronca, é livre – e pense cada um do mar o que quiser.
>
> Há mesmo os que viram nessa ressaca o princípio de uma catástrofe. Afirmam êsses que o mar, em breve, engolirá a cidade, a Velhacap, tão logo o Presidente se mude para Brasília. Quem sabe?
>
> Eu, por mim, não me mudo: prefiro o dilúvio ao sertão. Acostumado ao mar como à minha pele, à sua presença ora à direita ora à esquerda, ora como um ruído que chega à sala de jantar, jamais sairei de sua vizinhança. Necessito dêle como de uma janela para respirar, como de um disco para me lembrar, monotonamente, que as coisas mudam, que as coisas mudam, como as Capitais...

Mais do que observar o mar, o cronista-narrador recolhe da ressaca ensinamentos filosóficos. Em um momento em que "mudança" é a palavra de ordem, que remete à transferência da capital federal e que dará início ao novo status político do Rio, ele conclui que, assim como para o mar – "em seu nível cotidiano" tão calmo e "dócil", e que agora se apresentava subitamente agitado, "viril", "selvagem" –, a

[1] *Jornal do Brasil*, 09 ago. 1959, n. 185, p. 3.

mudança é a regra da vida também para os seres humanos. Parecendo trazer para o texto as vozes ouvidas nas ruas, e, por isso mesmo, se distanciando também da "racionalidade imposta pelos postulados da modernidade na análise do modo de vida citadino" e "dos assuntos regidos exclusivamente pelo poder público e pelas relações capitalistas", como destaca Eloísa Barroso (2013a, p. 44-45), o cronista-narrador observa que o fenômeno natural era interpretado de diversas maneiras pelos cariocas, alguns vendo nele até mesmo o prenúncio da catástrofe que "engoliria" a cidade, quando mudada a capital – em um clima, como vimos no capítulo anterior, que parecia se espalhar com alguma força, indo além dos debates oficiais.

Talvez também por isso, a ressaca vista naqueles dias foi manchete nos jornais do Rio, que destacavam principalmente os prejuízos causados: alagou ruas na Zona Sul, derrubou uma amurada na Ilha das Cobras, ocupada pela Marinha, fazendo ali duas vítimas, e ainda pôs abaixo uma parte do aterro do Flamengo. Estes seriam, afinal, motivos suficientes para a SURSAN (Secretaria de Urbanismo e Saneamento) não ficar "contente com o mar", como observou o cronista. Mesmo assim, *O Globo* afirmou, compartilhando nota enviada pela Secretaria: "Diz a SURSAN que a ressaca não lhe acarretou prejuízo", sem deixar de ironizar também que "Desta vez, o mar têve mais culpa que a SURSAN", e criticou-a por não ter se antecipando às consequências[2]. No *Diário de Notícias*, porém, apesar da constatação da "destruição e transtornos", houve ainda espaço para um destaque poético na primeira página: a foto de uma moça que observa de perto a agitação, na praia de Copacabana, e onde a legenda expressa uma conclusão parecida com a do cronista, de que ela deveria também carregar a "surprêsa de quem, de repente, imagina que nunca havia visto o mar"[3]. Se, entre transtornos e reflexões, o cronista-narrador assinala somente que "a metáfora, como a bronca, é livre – e pense cada um do mar o que quiser", ele não deixa de afirmar que o mar está a dar a sua lição: seja para a Prefeitura e a SURSAN com seu aterro – como, inclusive, marinheiros chegaram a afirmar, segundo o *Jornal do Brasil*[4], acusando ser a obra a causa do fenômeno; seja para o povo, como mau presságio do novo período político, ou, opção eleita pelo cronista-narrador, ao mostrar o seu "espetáculo de liberdade" e "inconformação", "multiplicado em guerreiros, a batalhar em tôdas as frentes, com suas

[2] *O Globo*, 07 ago. 1959, n. 10202 (única), p. 1,6
[3] "A môça foi ver o mar zangado". *Diário de Notícias*, 07 ago. 1959, n. 11266, p. 1.
[4] "Gente da Ilha das Cobras (que entende do mar) acusa SURSAN da ressaca". *Jornal do Brasil*, 07 ago. 1959, n. 183, p.07.

bombas de espuma multiplicando", mesmo que não esteja claro contra quem trava essa "luta sangrenta"...

É a conexão da cidade com o *seu* mar, muito cantada nos vários campos artísticos, e que não deixou de ser citada em breves frases de crônicas anteriores, que se aprofunda, menos pelos problemas imediatos e transitórios noticiados nos jornais, do que por servir como metáfora para a mudança pela qual passará a cidade. E, afinal, para o cronista, intelectual do cotidiano, muitas vezes são "as metáforas [que] garantem o nexo com o mundo. É graças à metáfora que o escritor torna o mundo real presente no texto de ficção" (BARROSO, 2013b, p. 475). A conexão do sujeito com o mar, explicitada mais profundamente no parágrafo final, leva o cronista-narrador a reafirmar não só uma disposição individual, mas a identidade carioca frente à nova capital, comparando as cidades em termos naturais: ao anunciar que prefere "o dilúvio ao sertão", refere-se à localização centralizada de Brasília em oposição à presença constante do mar no Rio, "ora à direita ora à esquerda, ora como um ruído que chega à sala de jantar", em um tal julgamento de valor que afirma necessitar "dêle como de uma janela para respirar". Coloca, assim, em segundo plano o status político do Rio de Janeiro em prol de suas qualidades geográficas, trabalhando sua crônica em torno dos *sentidos verdadeiros* que a vida próxima ao mar proporciona aos cariocas, com isso engrandecendo aquela que tão logo será a Velhacap, mas continuará sendo o Rio de Janeiro.

Seguiremos este capítulo observando como os cronistas representaram aquilo que viam como benefícios da Belacap para superar o discurso que desencaminhava a cidade dos trilhos do progresso, por causa da perda da condição de capital federal. Nem sempre estas qualidades estavam previstas nos discursos oficiais em voga, mas não deixavam de afirmar, para os cronistas do Rio, a permanência de sua cidade no cenário nacional e internacional, mesmo depois da grande ressaca política de 1960.

5.1 *Saibam quantos esta virem...* que o Rio tem grandezas naturais

Se o mar carioca podia propiciar, vez ou outra, espetáculos de "liberdade e inconformidade", o seu rotineiro "azul e calmo" não deixava de render crônicas que

geravam também reflexões sobre a cidade, como quando oferecia "Enxovas"[5], conforme Rubem Braga não deixava de registrar:

> E como êsse verão não acaba nunca mais nós nos aproximamos do mar e vimos que no mar havia enxovas. Tomamos um barco e fomos apanhá-las de corrico e puxa-puxa; elas vieram, boazinhas, uma após a outra, até o sol cair.
>
> E foi suave e bom estar no mar quando as luzes de Ipanema se acenderam e o perfil das montanhas era grave e augusto contra o céu azul-escuro. Havia aves.
>
> E então, na volta, a gente pensava esta coisa simples: não há nenhuma grande capital do mundo em que seja tão fácil a gente deixar o asfalto, o telefone, os avisos de banco e os falsos amôres e sair ao léu em um barco pequeno para uma pescaria fácil. Por isto, Rio de Janeiro, muita coisa lhe será perdoada pelos teus íncolas. Porque tens o vento livre e limpo do mar.
>
> E até, na tarde de ontem, no alto do céu azul-escuro – gentileza da Câmara Municipal ou do prefeito Alvim, obra da SURSAN? – havia, sôbre a terra e sôbre o mar, a graça de uma lua crescente que nos abençoou a todos, humildes bichos ali no barco, a matar outros bichos humildes, segundo Deus é servido.

Braga é um cronista que recorria frequentemente aos temas da natureza, como pode ser constatado em textos como "Lua"[6] e "Montanha"[7] (para ficar apenas com as crônicas do período aqui estudado), narrativas em que os elementos naturais funcionam como escape total do sujeito diante da vida moderna. Na primeira, a cidade "lá embaixo" é ignorada, levando o cronista a imaginar um mundo pré-civilização:

> [...] Eu estava no apartamento de um amigo, no Pôsto 6, e quando cheguei à janela vi a lua; já havia nascida tôda e subido um pouco sôbre o horizonte marinho, atrás do Forte. Meu amigo fora lá dentro buscar alguma coisa e eu ficara ali sozinho, naquela janela, presenciando a ascendência da lua. Havia certamente todos os ruídos da cidade lá embaixo, havia janelas acesas de apartamentos, mas a presença da lua fazia uma espécie de silêncio superior e de majestade plácida; era como se Copacabana regressasse ao seu antigamente sem casas, talvez apenas alguma cabana de índio humilde entre cajueiros e pitangueiras e árvores de mangue, talvez nem cabana de índio nenhum, índio não iria morar ali sem ter perto água doce. Mas dava essa impressão de coisa antiga, êsse mistério remoto, era um acontecimento silencioso e solene pairando na noitinha e no tempo,

[5] *Diário de Notícias*, 16 abr. 1959, n. 11170, p. 2.
[6] *Diário de Notícias*, 8 jul. 1958, n. 10934, p.2.
[7] *Diário de Notícias*, 14 jun. 1959, n. 11220, p.2.

> alguma coisa que irmana o homem e o bicho, a árvore e a água – a lua... [...]

Na segunda, uma visita a Santa Teresa transporta sua imaginação ao Rio Imperial, em que subir as montanhas significa alijar-se da vida comum da cidade:

> [...] O ar é mais fino, as coisas sonham em um quiriri fidalgo, desdenhando os vagos ruídos que vêm lá de baixo, da cidade. Por um instante a gente imagina viver assim, fora de tôda agitação vã, para pensar com mais sossego a vida.
>
> Por um curto instante, e se uma tristeza me pegar aqui, uma tristeza me bater no fim da tarde, ou no comêço da madrugada? Odiarei, com certeza, essas árvores lentas, e minha angústia recuará até o fim do século passado – as melancolias imperiais são longas, tediosas, sufocantes, lentas. Adoecerei, com certeza, de tédio monárquico, e me aplicarão enormes sanguessugas negras e roxas, fecharão tôdas as janelas com longos panos pretos, haverá um cheiro de vela apagada e de remoto môfo, e receberei a extrema unção de um padre gordo e lerdo de imensa batina desbotada. [...]

São crônicas onde a disposição lírica do cronista põe-se a favor da contemplação da natureza, enaltecendo-a sobre a vida urbana, daí a preferência pelo modo como ela possibilita a fuga do presente imediato, ora imaginando a beleza da lua sobre uma Copacabana sem casas, ora a melancolia das montanhas no fim do século XIX. Em "Enxovas", porém, o cronista-narrador não se entrega totalmente ao escapismo: sua fuga *física* para pescar no mar é também o que lhe proporciona a reflexão *sobre* a cidade, quando se volta, do mar, a olhar "quando as luzes de Ipanema se acenderam e o perfil das montanhas era grave e augusto contra o céu azul-escuro". Não é, porém, sobre a cidade em sua vida urbana que reflete, aquela do "asfalto, o telefone, os avisos de banco e os falsos amôres", que ele lembra existir ali, mas sobre a sua *paisagem*.

Se considerarmos paisagem não apenas como uma certa imagem da natureza abarcada, mas, conforme Augustin Berque (1994), como aquilo que existe de maneira relacional, a partir do momento em que o meio natural é capaz de engajar a sensibilidade humana sobre ele, influenciando a identidade da comunidade em torno de si, então é fácil entender por que aquela imagem faz pensar sobre a cidade e a grandiosidade do Rio diante das "grandes capitais". O conjunto formado pelo mar, onde o cronista-narrador se encontra, as montanhas e o céu iluminados pelas luzes artificias de Ipanema – que, lembra de maneira irônica, não podem ser fornecidos pela Câmara Municipal, pelo prefeito ou pela SURSAN – o leva a refletir sobre uma certa qualidade

de vida que a cidade do Rio proporcionaria aos seus habitantes, por oferecer esse encontro fácil com a natureza, que tem, por sua vez, o poder de *amenizar* a vida do citadino. A identificação com essa paisagem, o sentimento de pertencimento e orgulho despertado por ela são o que marcam a ligação do cronista-narrador com a sua cidade, não só posta nessa localização geográfica, mas subjetivamente envolta e influenciada por ela.

Ela é, inclusive, o que dá direito ao Rio de ser "perdoado". A cidade que permite a entrada do "vento livre e limpo do mar", evoca a ideia de uma natureza *pura*, cara a um imaginário tradicional que opõe campo e cidade, da maneira como foi estudado por Raymond Williams (2011), em que, quando se trata de natureza, à vida rural é associado o respeito aos ciclos naturais e à vida urbana o seu desrespeito. Assim, a paisagem do Rio demonstraria todo o seu valor, inclusive, porque ela seria a prova de que ali o "direito à natureza" é preservado contra "o barulho, a fadiga, o universo 'concentracionista' das cidades", o que Henri Lefebvre (2011, p. 117) aponta ter sido uma reinvindicação que se tornou prática social nas cidades modernas em favor dos lazeres – nesta crônica de Braga, claramente acionada pela pescaria.

Não há, em "Enxovas", portanto, apenas o louvor à natureza carioca, mas a construção narrativa de uma conexão fundamental entre a cidade e sua natureza, de modo a elevá-la no próprio contexto de uma cidade moderna, o que o cronista faz, é claro, por meio da paisagem, a partir de sua própria conexão com o meio natural, tão valorizado por ele.

Justamente por valorizar a leitura dos elementos naturais, Braga dedicou uma de suas crônicas lançadas em série, no início de 1958, a falar da natureza em meio à qual se construía a futura capital:

> "Ainda Brasília"[8]
>
> Não acho exagerado aconselhar a quem fôr fazer casa em Brasília a pensar em aquecimento central. Pegamos lá uns dias bem quentes de fim de verão, mas as noites eram frescas de se puxar cobertor. No inverno a temperatura noturna deve ser de muitos poucos graus.
>
> Nesses 1000 e tantos metros de altitude o planalto é belo, a vista corre todo o horizonte imenso, a paisagem é cheia de céu. Céu que para um lado está chovendo, para outro anda nublado e se abre em puro sol azul louro mais adiante. A vegetação, nessas chapadas abauladas, é rala e sem graça, de árvores de poucos metros, de cascas grossas e gretadas que, me dizem, às vêzes se incendeiam espontâneamente. Do

[8] *Diário de Notícias*, 1º abr. 1958, n. 10852, p. 2.

> avião a gente vê que há trechos de campo limpo, enfeitados aqui e ali por uma vereda de buritis, e na beira dos rios, que são pequenos ribeirões, há pequenas florestas, menos pujantes que as nossas da Serra do Mar, mas lindas, com palmeira finas e elegantes árvores cobertas de parasitas.
>
> O lugar mais bonito de Brasília, quem se plantou nêle foi o Sr. Israel Pinheiro, que mandou fazer a casa do presidente da Novacap no meio de um estranho bosque de árvores retorcidas entre rochas, parte de uma pequena cachoeira de água sempre limpa – a nascente está a uns dois quilômetros apenas. O Palácio da Alvorada fica no fundo do futuro lago, numa elevação, com paisagem imensa para tôdas as bandas, mas jamais terá o encanto dêsse "rock-garden" natural junto da matinha da cachoeira.
>
> A beleza da futura capital estará tôda no lago imenso e curvo, onde se despejarão as côres dêsses crepúsculos fantásticos do planalto, e a prata dos luares. O ar é fino. Mas, até Brasília ser Brasília, quem fôr lá no inverno morrerá sufocado de poeira vermelha, só agora se anuncia o calçamento dessas amplas avenidas rasgadas no cerrado. E para dar uma arborização digna às avenidas e quadras muita terra gorda terá de ser trazida da beira dos ribeirões, e muito adubo será gasto.
>
> O que hoje espanta o visitante é a distância de tudo. [...]

A descrição das características do Cerrado leva o leitor carioca a imaginar o cenário natural, já que a imagem privilegiada de Brasília era mesmo a da grande construção humana que "avança sobre o controle da natureza, marcando-a, redefinindo-a com paisagem inteiramente nova" (BOMENY, 2002, p. 209), em que a arquitetura moderna despontava como símbolo maior, vista então, nas imagens que circulavam nos jornais, em meio a um grande canteiro de obras.

O cronista-narrador traz as sensações, as cores, as formas, e não se esquiva da qualificação pessoal comparativa, que demonstra sua preferência pela "pujância" da Serra do Mar, onde se localiza o Rio de Janeiro. No entanto, ainda que beire o exotismo na descrição do Cerrado, sua avaliação do meio natural de Brasília é sobretudo positiva, e distancia-se daquela concepção da natureza selvagem que precisa ser vencida para efetivar a cidade, pois apega-se justamente ao que ela tem de mais orgânico. É por essa razão que chega a afirmar que a parte mais bonita foi onde Israel Pinheiro fez sua casa, próximo a uma cachoeira, cuja beleza ele considera superior à do Palácio da Alvorada, "com paisagem imensa para tôdas as bandas" e à beira do "lago imenso e curvo, onde se despejarão as côres dêsses crepúsculos fantásticos do planalto, e a prata dos luares". A simplicidade da casa do presidente da Novacap contrasta com a pomposidade estética da paisagem criada para emoldurar a residência oficial do Presidente da República e ganha desta em "encanto", afinal, pela sintonia com a natureza. Trata-se da evocação de um

sentimento ligado à paisagem, mais que à estética em si: a casa entre rochas cria uma representação bucólica, esta que, conforme Williams (2011, p. 37), ao se tornar forma literária passou a, cada vez mais, idealizar a vida simples campestre em meio a uma natureza amena, principalmente em contraste com a vida urbana. A imagem, então, traz uma espécie de familiaridade por meio desse imaginário, ao associar aquela paisagem, em verdade desconhecida para o leitor, à tranquilidade considerada como perdida, ainda mais sabendo que logo a casa entre rochas não mais deverá existir na *cidade mais moderna* do Brasil. Em contraste, a descrição do lago em volta do Palácio se limita a uma imagem de beleza superficial, não alcançando a sensibilidade do cronista-narrador, logo, também não desejando alcançá-la no leitor.

Toda beleza encontrada pelo cronista-narrador ali não é, portanto, de Brasília, mas é a simplicidade visada na natureza do Cerrado que agrada aos seus olhos, enquanto na cidade que é construída grandiosamente sobra "poeira vermelha", nas avenidas ainda não calçadas, e falta arborização, para o que "muita terra gorda terá de ser trazida da beira dos ribeirões, e muito adubo será gasto". Não há um reforço pleno da antítese entre natureza e cidade, mas há a afirmação de que para construir a cidade é preciso dosar cimento e verde, criando, para além de cenários exuberantes, como o do lago e do Palácio, condições reais de vida que, se não podem ser bucólicas como a da casa de Israel Pinheiro, ao menos tragam o sossego necessário ao citadino, quiçá como aquele da paisagem inspiradora do Rio, com o seu poder de redenção...

Curioso é que, dois anos depois, já em *O Globo*, Braga emitiria uma opinião bastante diferente a respeito daquela natureza, em "O caso de Brasília"[9]:

> [...]Na verdade, há no mundo inteiro uma grande curiosidade e admiração por Brasília: senti isso em vários países e agora mesmo, que me preparo para ir à França, estou certo de que terei que responder a muitas perguntas a respeito. Não farei cerimônias: direi maravilhas; minha Brasília será uma beleza e uma perfeição.
> Na verdade, homem de zona da mata, sempre tive o maior enjôo da paisagem do Planalto Central. Está claro que não nego a beleza da concepção do urbanista e do arquiteto, mas aquêle céu imenso abafa tudo e aquela vegetação mixuruca dá um invencível sentimento de pobreza e desolação.
> O principal, porém, não é nada disto: o principal é que positivamente Brasília não está funcionando como capital – nem mesmo como cúpula de uma capital. [...]

[9] *O Globo*, 04 nov. 1960, n. 10585 (única), p.2.

Mudara a percepção ou teria sido a primeira crônica, publicada no *Diário de Notícias*, que fora influenciada por outras questões? Se antes a simplicidade dos elementos naturais do cerrado era abordada de maneira elogiosa, mesmo que já se demonstrasse a predileção pelas qualidades do litoral do sudeste, desta vez essa mesma simplicidade é vista como "mixuruca" a partir da vegetação, e há ainda nomeação de sentimentos, o que antes não ocorrera: "pobreza e desolação". A inauguração da capital incompleta poderia também ter influência sobre essa percepção? A questão é que a necessidade de orgulhar-se de Brasília, principalmente diante dos olhos estrangeiros, não supera, no cronista-narrador, o seu olhar apaixonado pela vegetação da infância (Cachoeiro de Itapemirim-ES) e de moradia, não supera o seu "enjôo" diante da nova paisagem *imposta*.

Mais aberta às novas experiências paisagísticas se mostraria Dinah Silveira de Queiroz, ao falar sobre a "Flora de Brasília"[10]:

> Fui reencontrar em Brasília as arvorezinhas tortas e estranhas dos desabitados campos de Casa Branca, com as quais convivi na meninice. Ao findar a rua daquele bloco de casas da Caixa Econômica, a vegetação se abria, num torturado mundo, surpreendente para nossos olhos acostumados às doces e fartas plantas do Rio.
>
> Logo no Aeroporto, a cento e cinqüenta cruzeiros, vendiam-se cestos de flôres típicas de Brasília: resistentes, já ressequidas em sua natureza, exóticas e extremamente apropriadas àquela massa de construções moderníssimas, como se também aquela flora de Brasília já estivesse pronta, à espera do cimento armado e do vidro para integrar um diferente mundo estético.
>
> Às vésperas de minha partida, vagueei um pouco por aquela caatinga que nos espiava, ali tão rente. Basta arrancar os matinhos e plantar grama e Brasília terá parques e parques naturais com suas arvorezinhas pequeninas e retorcidas, seus arbustos que parecem criações chinesas e japonesas.
>
> Falaram muito – e falaram mal – da natureza de Brasília. Não, não é o que dizem. O planalto tem até suas ondulações bem aproveitadas para as perspectivas da cidade. E a vegetação diferente, de formas extravagantes, casa, como nenhuma outra, com a dura arquitetura moderna.
>
> Nessa véspera de partida, descobri plantas que estrelejavam florinhas miúdas e brancas, galhos sêcos, com a graça de um detalhe de jardim a Burle Marx, palmeirinhas anãs, e mil e outras impressionantes formas vegetais, que – estou certa – vindas de Brasília darão em breve um novo sentido aos jardins modernos do Brasil.

[10] *Jornal do Commercio*, 04 mai. 1960, n. 180, p. 6.

> Por um instante, me vi no meio daquelas silhuetas diferentes – as arvorezinhas de Brasília. Dali olhei o céu. O crepúsculo rosava a terra e havia ainda uma pureza tão intocada naquêle recanto, que eu senti estar espreitando o resto de qualquer coisa que se há de acabar: a virgem e ríspida natureza que ainda persiste, tal como Deus a criou, pelas extensões do planalto.
>
> Digam outros que apreciaram isto ou aquilo: a Catedral, o Palácio da Alvorada, o lago de Brasília. Por mim, achei sua natureza requintada e caprichosa muito bela. Seu solo produziu para a cidade, que ia nascer, as plantas mais intrigantes e exóticas, as árvores mais estranhas e imprevistas, para os jardins do Amanhã. Tôda a dureza do cimento armado, tôda a frieza do vidro, tôdas as repetições das formas modernas serão corrigidas, vivificadas, por uma vegetação, à qual ninguém parece dar muita importância hoje, mas que vai ser elemento de primeira grandeza, completando Brasília.
>
> O que hoje é apenas mato, virá para os jardins plantados nos prédios, subirá elevadores, enfeitará cantos rígidos de cimento. Uma natureza, que dizem ser a mais velha do mundo, guardou em si a antecipação de uma modernidade esplendorosa.

As comparações abrem a crônica sobre a novíssima capital inaugurada, talvez, mais uma vez, para acostumar os olhos do leitor. Primeiro com as árvores de Casablanca, no Marrocos, também "tortas e estranhas", que trazem à cronista-narradora memórias de infância e, por isso, já se apresentam de maneira amigável. Depois, pelo contraste com a natureza "doce e farta" do Rio, numa comparação muito semelhante àquela de Braga, marcando também a paisagem à qual está intimamente ligada. No entanto, enquanto este olhava com empatia para o conjunto da natureza do Cerrado, aquela que foi *vencida* para se construir a cidade, Dinah se volta para um aspecto específico do meio natural que foi *integrado* à cidade moderna: a vegetação selvagem e resistente, "extremamente apropriadas àquela massa de construções moderníssimas". A cronista-narradora vê uma espécie de predestinação, em que a natureza "que dizem ser a mais velha do mundo" já guardava "em si a antecipação de uma modernidade esplendorosa", ecoando também nesse ínterim os mitos em torno da nova capital, "grande civilização" profetizada até mesmo por São João Bosco[11]. Daí, então, passa a analisar o caráter "exótico" dessa flora e como ela "casa, como nenhuma outra, com a dura arquitetura moderna", exaltando, com isso, a criação de "um novo mundo

[11] O *Jornal do Brasil* ("Sonho de Dom Bosco: nasce a civilização". 19 abr. 1959, n. 90, p. 24) lembra, inclusive, que a Ermida São João Bosco foi a "primeira construção definitiva" erguida em Brasília, justamente em homenagem ao sonho profético da "terra prometida" no coração do Brasil.

estético", que nada tem de semelhante à "doçura" da natureza carioca, evocada ao início.

Acontece que o seu conhecimento de novas espécies, nessa outra vegetação, não se dá, como em Braga, pela vontade de reconhecimento do meio natural. O que chama a sua atenção é o aproveitamento da flora nativa no projeto paisagístico de Brasília, assinado por Burle Marx, arquiteto já reconhecido por utilizar desse expediente da arquitetura modernista, abandonando a ideia das espécies importadas em favor da vegetação autóctone, o que trazia não só um tom nacionalista como também simplicidade, quando comparada às encenações do paisagismo eclético, que dominava antes (MACEDO, 2003). No fim das contas, sua admiração pela flora de Brasília se justifica pelos mesmos motivos que todo o projeto da cidade: porque ela leva a cabo o ideal de que a nova capital devia destacar-se originalmente no cenário arquitetônico mundial, a ponto de ser imitado também o seu paisagismo, tornando-se modelo – ou, pelo menos, moda. Trata-se, portanto, menos da natureza do que dos valores a ela agregados por um determinado projeto urbano, isto é, da (re)criação de sua paisagem.

O paisagismo modernista, afinal, sobre o qual a cronista-narradora discorre encantada, não deixa de trazer em seu seio o mesmo princípio da arquitetura modernista, sendo voltado para a *organização* do espaço, aliando expectativas funcionais e estéticas. Segundo César e Cidade (2003), trata-se de um tipo de paisagismo voltado para a *arquitetura da paisagem*, em que a busca pela ordem e pela racionalidade prevalecem, muito embora possa estar ligado também à expressão artística como criação cultural – o que o projeto de Burle Marx parece exprimir bem: ordenam-se os espaços livres ao mesmo tempo em que são tornados belos e criativos. A natureza é utilizada para emoldurar a cidade, mas ela não é mais apenas tomada para contemplação: é *manejada* e *integrada* à funcionalidade urbana como espaço para ser *vivido* no cotidiano.

Nesse quesito, o Rio tinha também seus exemplares de modernidade, muitos igualmente assinados por Burle Marx, como o terraço-jardim do Palácio Gustavo Capanema (1947); os jardins da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1953), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro; o paisagismo do *Park Way* da Praia de Botafogo (1953); e o paisagismo do Museu de Arte Moderna, inaugurado no início de 1959 (e sobre o qual vimos as crônicas de Dinah Silveira de Queiroz, no capítulo 1). Um dos principais seria o paisagismo do Aterro do Flamengo, no entanto, esta etapa só se concretizaria nos anos seguintes, expressando o ideal de criar um "ambiente tropical

urbanizado", segundo Eline Caixeta (2007, p. 12-13), "onde os limites entre a 'natureza' e a 'cidade' fossem tênues", o que arremataria o projeto como "espaço representativo da modernidade", o que, como vimos no primeiro capítulo, parecia não estar ainda em evidência no fim dos anos 1950. Interessante destacar que Caixeta coloca tal ideal como "valorização e idealização" de um ambiente que tinha sido descrito por Le Corbusier, quando de sua estadia no Rio, como "cenário de costumes liberais, de sensualidade e prazer" e estaria, por sua vez, de acordo com o "novo ideal de modernidade que surge no país no final dos anos quarenta, com Copacabana como paradigma". Logo, o paisagismo de Burle Marx, inserido em tal projeto, deveria ajudar a destacar tal idealização da cidade carioca em sintonia com a natureza.

No entanto, assim como ocorria com relação aos prédios, no Rio tais projetos paisagísticos continuavam sendo pontuais, não abrangendo a totalidade urbana, como em Brasília. Os cronistas, de qualquer maneira, não deixariam de falar de iniciativas menores que prometiam *embelezar* a cidade, como o que ocorrera no fim do último ano do Rio capital, que Eneida comenta em "Parques e Jardins"[12]:

> Manda-me um leitor longa carta pedindo que eu louve Elza Osborne pelo cuidado e dedicação que está tendo com os parques e jardins desta cidade. Diz êle: "por favor, repare bem nos nossos parques e nos nossos jardins agora; veja como nas mãos e na direção dessa senhora êles estão mais belos, mais tratados, como se apresentam lindos. Nunca nossa cidade esteve tão bonita como agora".
>
> Não era preciso o amigo pedir que eu olhasse os parques e jardins; se há coisa que faço sempre é saudá-los na minha passagem e olhá-los com o amor que sempre as árvores despertam em mim.
>
> Com dona Elza não estou de acôrdo em vários pontos, como por exemplo: aquelas pavorosas palmeiras que estão na praia (foram mandadas colocar pela senhora, dona Elza!), como se Copacabana fôsse uma praia do Nordeste. Sempre me bati para que nossas praças e jardins sejam entregues às crianças, preparadas para crianças brincarem. Mas não creio que seja bom para as crianças os play-grounds instalados na praia. Copacabana possui pouquíssimas praças, dirão os que não estiverem de acôrdo comigo. Eu sei que Copacabana é pobre, muito pobre de praças, mas bem que elas podem ser criadas, bem que se podem arranjar meios para dar aos nossos pequeninos lugar apropriado para brincarem ao ar livre. Vejam por exemplo como está bela a praça do Lido. Dá gôsto ver a alegria da criançada ali.
>
> Quanto às palmeiras protesto. Copacabana é uma praia belíssima; teve palmeira quando era selvagem, hoje é cosmopolita. Não é para imitar as praias – belíssimas, sem dúvidas, mas selvagens – de Maceió que é, para mim o estado de praias mais belas. (Não é, Jerusa?)

[12] *Diário de Notícias*, 23 out. 1959, n. 11332, p. 15.

> Dona Elza no resto, estou aqui louvando-a e agradecendo o favor que a senhora nos faz bem tratando os jardins e parques da cidade como diretora do Departamento da Prefeitura a êles destinado. Zele bem, cuide bem deles; a mim sempre doeu ver aquelas belezas do meu amigo Roberto Burle Marx sempre abandonadas, desprezadas. Cuide, dona Elza, dos jardins de Roberto. Êles merecem. Deixe Copacabana como é: sem palmeiras, sem play-grounds. Mande limpá-la, isso sim, porque anda sempre sujíssima.

Usando do artifício de dialogar com leitor – que dessa vez não lhe pede que proteste, mas que louve a ação da Prefeitura –, Eneida abraça a sugestão para falar a respeito da importância da revitalização dos parques e jardins da cidade, considerando-os importantes espaços de lazer, isto é, aparelhos urbanos fundamentais, em especial para as crianças. Se não chega a concordar totalmente com o leitor, que afirmara que a cidade "nunca esteve tão bonita como agora", é porque ainda considera que sejam poucos esses espaços para a infância. Assim como Ferreira Gullar, em "A praça"[13], a cronista-narradora defende o direito que elas têm de brincar ao ar livre, trazendo, portanto, a demanda moderna por espaços livres na cidade dominada pelos empreendimentos imobiliários, que enclausura a todos, ainda mais aos pequenos. Dessa vez, porém, os elementos naturais são especialmente enfocados, como as árvores, às quais a cronista declara seu amor, e que também são o seu principal ponto de discordância nas ações do Departamento de Parques e Jardins.

Muito embora não se debata diretamente o projeto paisagístico em ação, considerando apenas que seja essencial haver o cuidado com esses espaços, os quais aparecem como "abandonados, desprezados", em especial aqueles criados por Burle Marx (reforçando, assim, o valor destes espaços também como obra artística) a cronista-narradora pontua de maneira negativa a colocação de palmeiras na praia de Copacabana, chamando-as "pavorosas" sob o argumento de que elas não combinariam com o "cosmopolitismo" daquele espaço, lembrando o tempo em que era "selvagem". Nesse sentido, a comparação com as praias de Maceió é cabal: "belíssimas, sem dúvidas, mas selvagens", o que não caberia mais ao Rio. A antítese criada entre cosmopolita *versus* selvagem, nesse contexto, leva a associar o primeiro termo à civilização, remetendo à oposição "civilização *versus* barbárie" (ELIAS, 1994, p. 62), e faz pensar em uma linha evolutiva em que se polarizam passado e presente: a Copacabana, *hoje* cosmopolita, *teve* palmeiras *quando era* selvagem, logo, é inaceitável que retorne a esse ponto no

[13] Ver capítulo 1, p. 59.

passado. A ideia do "selvagem" incomoda, afinal, porque assumir essa imagem em uma cidade moderna significaria abrir mão de um princípio básico da *civilização* que o urbanismo modernista levaria também a cabo: o "domínio da natureza", expresso, nesse momento, pela criação dos "espaços verdes" que pudessem ser usufruídos na vida diária dos citadinos (LAMAS, 2004, p. 194). No entanto, a praia é um espaço natural, não criado pelo homem, logo, para que ganhe ares mais *civilizados* e *cosmopolitas*, é preciso que se demonstre o *domínio* sobre ela, o que pode ocorrer pela limpeza, reivindicada também na crônica, mas principalmente pelo seu paisagismo. Se há outras árvores, então, não "selvagens", que poderiam ser trabalhadas na paisagem e transmitiriam esses valores, por que não as utilizar? Não se trata da simples estima pela presença da natureza no meio urbano, mas também dos valores que ela deve transmitir.

Como parte das ações que prometiam "embelezar a cidade" às vésperas da perda do status de capital federal, a revitalização dos parques e jardins da cidade aparecia no *Diário de Notícias* como parte dos planos da diretora Elza Osborne, empossada em março de 1959, a qual pretendia "tornar o Rio uma das cidades mais apreciadas no mundo pelas suas belas e perfumadas flores", para o que dotaria a cidade "de variados tipos", "predominando o 'flamboyant'", isto é, uma árvore importada[14]. Uma perspectiva que não se alinha à visão do paisagismo moderno, aproximando-se, isto sim, mais de um ponto de vista tradicional, em que a arborização é um dos elementos associados à modernidade, sendo, segundo Ivete Farah (1997), símbolo de civilidade e cultura, ainda mais quando trabalha com uma vegetação exótica, a qual afirmaria os valores associados à civilização aos moldes europeus, prática que teria deixado fortes raízes na cultura carioca. Esta tendência, afinal, é também o que acaba se exprimindo em Eneida, ao criticar o plantio de palmeiras à beira-mar. De toda maneira, o que está em jogo é a ideia de manter uma certa posição do Rio em um cenário onde, de alguma maneira, ele vinha se consolidado desde que a família Real chegou ao Brasil, época em que se abriu "uma nova sensibilidade em relação à natureza e aos jardins no contexto urbano", segundo Isabella Perrota (2011, p. 174), e os espaços verdes planejados destinados à fruição da natureza se proliferaram, tendo no Passeio Público, no Jardim Botânico, na Quinta da Boa Vista os seus pontos de referência da nova ambientação para a cidade que se tornava metrópole; e que se ampliaria ainda no governo de Pereira Passos, quando a arborização das ruas principais se intensificou.

[14] "Embelezar o Rio e Alegrar as Crianças: Planos da Nova Diretora de Parques". *Diário de Notícias*, 27 mar. 1959, n. 11154, p. 9.

Tudo deveria convergir, portanto, para que o Rio continuasse a ser referência nessa área, sem precisar se comparar à nova cidade modelo brasileira. Desejo esse que Elsie Lessa também expressa, algumas semanas depois, ao ver "Os jardins de Ipanema e Leblon"[15]:

> - Vá, ao longo da praia, do ex-castelo dos Catão até o fim do Leblon, e conte, nos dedos, quantos daqueles canteiros da calçada, em frente às casas e apartamentos, estão tratados e verdejantes. Não encontra meia dúzia...
>
> Fui e contei. A bem dizer, não eram meia, mas uma dúzia em quase cinco quilômetros de avenida. Ali ficavam estorricados, secos, sem sequer um verde de uma grama ou um buxinho aparado para remediar. Somos um povo que não aprendeu a cultivar o seu jardim, como querem os filósofos, os estetas e os homens simples em que mora a sabedoria. É uma avenida de gente rica, de uma que outra mansão que ainda escapou à fúria das incorporações, de belos apartamentos sôbre pilotis, com sancas e flores, como rezam os anúncios de imóveis. Mas, em frente a êles, nem síndicos nem proprietários, se lembraram de espetar uma haste de flor, deitar o milagre humilde de uma semente. E vivemos dez meses por ano estorricados de sol e calor, sem sombra, sem fresca de planta, numa terra em que jogando um caroço de fruta ao chão, por acaso, êle germina e brota, mesmo sem a gente querer.
>
> E quando alguém da prefeitura se lembra, miraculosamente, de semear, na areia da praia, alguns coqueiros e amendoeiras, ainda há quem gaste fita de máquina e tinta de imprensa para reclamar. Se a gente devia abençoar, rezar baixinho com lágrimas nos olhos, para que continuassem a plantar árvores no chão, nesta cidade que padece da falta delas, em que cada fôlha, cada arbusto, cada galho de árvore é um pouco de sombra, de verde, de fresca, de beleza e paz.
>
> Não, não entendo. Passo lentamente, na noite quieta, ao longo da longa avenida em que, por especial graça divina, as calçadas são largas e a praia também, e a rua idem, idem. Ao meio, os canteiros por plantar da Prefeitura e outros por plantar dos particulares. Sob o fino crescente da lua propício aos sonhos e à meditação, largo o pensamento e planto, na noite, os canteiros secos e vazios. Vejo-a batida dos ventos distantes do mar, essa umidade de sal é maresia que embacia um pouco os vidros dos carros e das janelas, e tôda verde de cajueiros, amendoeiras, pitangueiras, altos coqueiros desponteados. Junto às casas o riso das plantas, as fôlhas gordas das folhagens tropicais, o enredado úmido das trepadeiras. Ao fundo, recortados contra o céu, a pedra da Gávea, o perfil escuro dos Dois Irmãos A paisagem mais linda do mundo, no que dependeu de Deus Nosso Senhor. Bastava que a gente fizesse a nossa parte, que não era muito. A gente viaja e sabe de aldeias inteiras que pintam as fachadas das casas uma vez por mês, de mulheres holandesas que esfregam com água, escôva e sabão a face branca das suas moradias. Aqui, bastava meia hora por dia de rega, sementeira, poda, êsses simples místeres do jardinar, que fazem bem à alma e ao corpo. Faria bem aos moradores, donos dos canteiros. Aos viandantes que por ali passassem, na glória do sol ou nas sombras da noite. Se não querem plantar flores, façam

[15] *O Globo*, 12 nov. 1959, n. 10284 (única), p. 1 (seção 2).

> hortas, plantem couves úmidas, hastes trêmulas e glamorosas de feijão. Que ora é importado dos Estados Unidos a 58 cruzeiros o quilo. E que agrada à vista tanto como um tinhorão, uma avenca ou um "fícus elástica"...

A *flanêrie* da cronista-narradora pelos bairros nobres em busca das tradicionais áreas verdes não lhe mostra, afinal, que "[n]unca nossa cidade esteve tão bonita como agora", como afirmava o leitor de Eneida, mas, encontrando apenas "uma dúzia em quase cinco quilômetros de avenida", lhe faz pensar na falta de cuidado que o carioca teria com o paisagismo urbano, sendo pouco afeito às plantas.

Sua atenção não se volta, na verdade, para as ações da Prefeitura, mas para uma espécie de declínio da cultura em torno dos usos dos elementos naturais no espaço urbano: a "avenida de gente rica" dos "belos apartamentos sôbre pilotis" deixa de ser um exemplo de progresso quando, em vez das "sancas e flores, como rezam os anúncios de imóveis", não há sequer "uma haste de flor". Se desde o século XIX a construção de áreas verdes como os jardins e parques era vista como prática "sociabilizadora e educacional" (FARAH, 1997, p. 35), o desapreço do povo pelo plantio e cuidado com os canteiros de flores não poderia significar outra coisa senão uma espécie de declínio civilizacional. Nesse sentido, é crucial o paradoxo criado entre a riqueza e modernidade dos edifícios, e a publicidade em torno deles, e o cenário real desse retrocesso diante de algo considerado essencial para o bem-viver urbano. Não à toa, a cronista-narradora recorre aos "filósofos, [a]os estetas e [a]os homens simples em que mora a sabedoria": estes são representantes de um imaginário iluminista em que a *racionalidade* e a *natureza* se encontram, esta vista como fonte de todo bem, da liberdade e da verdade, na esteira do pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), segundo Alfredo Bosi (2013, p. 61). A busca, então, por uma harmonia dos citadinos com a natureza evoca raízes mais fundas, temendo que os moradores da cidade moderna ignorem essas *verdades*.

Como lembra Lefebvre (2011, p. 73), a vida urbana requer mediações entre a cidade e a natureza que só se justificam a partir das representações que os citadinos fazem desta. Quando a cronista-narradora tenta conscientizar os cariocas a respeito da importância da vegetação urbana, são essas representações que ela tenta acionar, para o que combina o discurso civilizatório, os benefícios tradicionais da comunhão com a natureza, e ainda uma espécie de apelo prático, já que na quente cidade a vegetação também serviria para amenizar o clima. Utiliza-se, então, da ideia de que as áreas verdes

seriam os "pulmões" da cidade, disseminada pelo sanitarismo do século XIX e que persistia no paisagismo modernista. Segundo César e Cidade (2003, p. 126), essa ideia auxiliaria nos debates sobre uma relação sociedade/natureza que respeitaria o meio ambiente, o qual estava surgindo na metade do século XX, ainda de maneira insipiente, já que não se aprofundava nas relações entre as expectativas sociais do uso dos elementos naturais e a necessidade de *conservação* da natureza. Propriamente, o que se vê acionar na crônica é a visão do uso de recursos naturais *em favor* da vida urbana, para tornar a cidade mais agradável, *ordenando*-os, portanto, para o melhor aproveitamento dos citadinos, mais de acordo, então, com a concepção já consagrada. E, ainda assim, a cronista-narradora percebe que esta visão ainda não teria sido alcançada pelos cariocas, os quais negligenciariam tais potenciais. Daí sua crítica a quem gasta "fita de máquina e tinta de imprensa para reclamar" do plantio de coqueiros e amendoeiras na areia da praia, como Eneida, que pôs em primeiro plano o valor civilizacional agregado à cidade pelas espécies de árvores plantadas e não o que elas poderiam proporcionar à vivência urbana...

Isso torna-se mais grave, na sua perspectiva, por ser o Rio uma cidade privilegiada, "terra em que jogando um caroço de fruta ao chão, por acaso, êle germina e brota, mesmo sem a gente querer", trazendo a imagem da fertilidade que era expressa desde a carta de Pero Vaz de Caminha: "E em tal maneira é [a terra] graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem" (CAMINHA, 1500, p. 14). A necessidade de valorização dessa cidade-paraíso cresce na medida em que a paisagem vai se impondo diante dos olhos, no seu delírio noturno de ver uma cidade repleta de canteiros floridos e árvores: da "batida dos ventos distantes do mar" e da "maresia que embacia um pouco os vidros dos carros e das janelas", passando pelo "verde de cajueiros, amendoeiras, pitangueiras, altos coqueiros desponteados" e pelas "fôlhas gordas das folhagens tropicais, o enredado úmido das trepadeiras", os elementos naturais se desenham no cenário urbano até o momento final em que a natureza se impõe no horizonte, quando a cronista-narradora vê "recortados contra o céu, a pedra da Gávea, o perfil escuro dos Dois Irmãos". Assim como Braga, Lessa trabalha em torno do potencial natural do Rio de Janeiro como um de seus grandes diferenciais: "a paisagem mais linda do mundo, no que dependeu de Deus Nosso Senhor". O caráter *divino* da paisagem que é ressaltado demonstra a sua grandeza e não deixa de refletir a mesma ideia de natureza de que fala Lefebvre (2011, p. 73), como "aquilo que foge; é atingida através do imaginário; é perseguida e foge para o cosmo, ou para as

profundezas subterrâneas do mundo", isto é, o que está além mesmo da compreensão humana. Além da compreensão, mas não necessariamente além de sua capacidade de geri-la, como já expressava a representação da fertilidade: Deus a fez grandiosa e *acolhedora,* como se fosse mesmo *civilizável*, afinal os "simples místeres do jardinar", o cuidado com os canteiros e o plantio de árvores na cidade seriam suficientes para a *manutenção* de seu apreço, o divino e aquele conquistado pela cidade urbanizada.

Nessa idealização, desaparece a cidade engendrada *apesar* das contingências naturais, pois, como destaca Roberto Corrêa (1992), várias áreas foram construídas e/ou conviviam na lida com as questões naturais, a exemplo da área central, vítima dos sucessivos desmontes dos seus morros e aterramentos de charcos, lagunas, etc, em favor da construção de "chão urbanizável, para o qual um dado valor de uso, muitas vezes de troca, já estava previsto antes de sua produção" (CORRÊA, 1992, p. 30), questões que foram abordadas nas crônicas do primeiro capítulo e que dividiam a opinião dos cronistas quanto ao seu benefício ou nocividade. Além disso, também havia a degradação das áreas ocupadas por favelas, muitas das quais nas encostas dos morros, o que levava a uma constante ameaça à vida de seus moradores, principalmente por causa dos deslizamentos (CORRÊA, 1992, p. 33) e que, no entanto, como vimos no terceiro capítulo, prevalecia sobre ela a uma perspectiva de associação entre a pobreza e um mal estético, que ameaçava a cidade. Essas áreas não pareceriam, no fim das contas, de natureza tão *acolhedora* quanto a vista pelos cronistas nas crônicas deste capítulo.

Tudo deve aparecer, então, como se convergisse *naturalmente* para a apreciação da cidade em harmonia com o seu ambiente natural, criando um novo meio urbano, em especial na Zona Sul, a partir de onde falam Eneida e Elsie Lessa, e onde Pongetti reflete sobre o diferencial dessa condição da "Cidade-mulher"[16]:

> Livre do chamado Poder Central, o Rio será uma cidade-mulher, como a classificou, quando ainda não o era, o vidente e poeta Álvaro Moreyra. Não bastam as formas, é preciso o espírito. O Catete e o Palácio Tiradentes, o Ministério da Fazenda e o Supremo Tribunal Federal nunca deixaram esta cidade visceralmente feminina, de curvas e biquini, tomar posse do seu sexo. Androgizavam-na com a masculinidade do Poder Central. Era uma fêmea falando grosso, ditando regras a tôda a família nacional, uma bela paraíba, mas paraíba sim, senhor. Tôda cheia de dengos, mas machona por dentro – Legislativo, Executivo, Judiciário.
>
> ***

[16] *O Globo*, 13 fev. 1960, n. 10362 (única), p.3.

> O deputado estirado nas areias de Copacabana sentia a violência. Nem Cícero, inflamado pelo seu verbo, deixaria de sentir, na tribuna do Parlamento, o "sex-apeal" da cidade-mulher. Govêrno-Federal deve instalar-se em lugares viris, que não arraste os legisladores à adoção de uma filosofia hedonista. Perdia a Nação e perdia o Rio. O Rio é uma cidade para férias parlamentares e estação de banhos de mar do Presidente da República. Vocês pensaram bem? Cercado de terras do planalto por todos os lados, o futuro Presidente da república provará uma profunda nostalgia das ondas de Copacabana. Aí, sim, a cidade será mulher e se amorenará, e se fará feminina como nunca para receber o primeiro banhista do País. Aquêle que lhe engrossava a voz e lhe fazia despontar uma absurda pelugem sôbre o lábio superior e na ponta do queixo.
>
> ***
>
> Seria prudente manter, como sede de veraneio presidencial, o palácio de Petrópolis e o palácio do Rio. Ares de montanha e ares do mar. Nas férias de verão, e em nome da sua saúde, o Chefe ficaria autorizado a dividir-se entre a montanha e o mar. Reparem como Ike, a exemplo de outros condutores do povo estadunidenses, alterna seus períodos de repouso ora jogando golfe na sua fazenda, ora jogando o seu anzol em águas piscosas, distantes da árida Washington. O homem não é de ferro, muito menos um homem atribulado pelos problemas de todo um povo. J.K transformou seus fins de semana em princípios, levava para Brasília ou Petrópolis a papelada do Gabinete, nunca descansou o espírito, mesmo se descansava o corpo. Não está dando certo quanto à sua saúde. O velho Churchil apontava, como uma das razões da sua tremenda resistência, seu método de trabalhar a manhã tôda deitado na cama entre seus telefones e seus secretários. Um homem deitado pode pôr a andar uma nação inteira, desde que não se deite sôbre os próprios louros ou sôbre os pregos de uma cama de faquir.
>
> ***
>
> Cidade-mulher... Sim, ela o será com certeza, assim que se mudarem êstes androginizadores armados de todos seus trecos masculinizantes. E é indispensável que o próximo Presidente da República faça aqui um estágio anual, independentemente de motivos de saúde. Brasília é uma cidade natipronta, sem tradição espiritual, um conglomerado de burocratas e de homens públicos ligados pelo dever de pôr em função o Poder Central. Tardará muito a se formar um lastro, uma sedimentação cultural, um entrelaçamento de inteligências, um enraizamento de humanidade. Tudo novo-em-fôlha, os espíritos em branco esperando a salva inaugural dos canhões para se considerarem inaugurados. O Presidente lucrará muito vindo ao Rio para tomar o seu banho de mar e seu banho de civilização. Os enormes vazios e os enormes silêncios que rodeiam Brasília podem tornar-se maléficos como a solidão, que Valery aconselhava a dosar farmacêuticamente. Só o tempo constrói a alma das cidades. Israel Pinheiro não tem a menor dúvida a este respeito.

A sensualidade da paisagem carioca remete o cronista-narrador ao livro de Álvaro Moreyra, "A cidade-mulher", lançado em 1923, e vai delinear o contraste criado

com a nova capital, assim como o vislumbre do futuro da cidade, baseando-se, sobretudo, na ideia do poder *versus* hedonismo. Essa associação entre a cidade e o gênero feminino era, na verdade, recorrente, como lembra Beatriz Resende (2001, p. 44), inspirada nas "suas formas de reentrâncias e saliências, os morros, as praias, a baía", às quais eram ligados os ideais de "fruição, prazer", e Resende não deixa de ressaltar que, afinal, essa visão da feminilidade é difundida por "escritores, ilustradores, jornalistas, em sua maioria homens". Apoderando-se, portanto, dessas representações que já circulavam no imaginário, com toda a sua carga estereotípica, Pongetti mostra uma cidade "naturalmente feminina" que teria sido corrompida por uma espécie de "masculinidade" forçada, que a "androginizou": a função de capital federal, representada pelos prédios públicos, "[o] Catete e o Palácio Tiradentes, o Ministério da Fazenda e o Supremo Tribunal Federal", que "nunca deixaram esta cidade visceralmente feminina, de curvas e biquini, tomar posse do seu sexo". Aliás, não à toa as imagens utilizadas são de edifícios: além de representarem o poder federal, são também imagens do urbano, configurando a antítese *cidade – natureza*, que, se não é central na crônica, não deixa de estar presente em suas bases, uma vez que, como afirma José Lamas (2004, p. 179), as cidades, da clássica à moderna, entendidas como o centro de onde o poder político emana, daí a importância da monumentalidade arquitetônica.

Antes de Brasília, porém, o Rio de Janeiro já rivalizava com outra cidade no cenário nacional, e representações desse tipo não faltavam. Era São Paulo sua maior concorrente, desde os anos 1920, pela representação da modernidade e da "verdadeira identidade nacional", conforme Lúcia Oliveira (2015, p. 159), baseada, sobretudo, em uma dicotomia criada em torno das ideias de *trabalho* e *lazer*, a primeira representada por São Paulo, a segunda, pelo Rio. Segundo Resende (2001, p. 44), "muito feminismo ainda teria que acontecer" antes que se pense em associar a industrial cidade paulistana, "austera e eficiente", ao feminino. Tal rivalidade tinha inspirado, inclusive, uma crônica de Pongetti no ano anterior, em que fala d'"O êxodo"[17]:

> Nossas conversas de praia têm girado, nestes dias, em tôrno da misteriosa migração de paulistanas bonitonas e independentes. Não são nem uma, nem duas; não são as poucas andorinhas que fazem um comentário e não fazem um verão. Defronte dos hotéis de luxo da Avenida Atlântica, seu número faz pensar num êxodo. Chegam às dez horas acompanhadas pelo plantador de barracas; untam-se reciprocamente as costas; oleirificam-se como se fossem concorrer a

[17] *O Globo*, 17 abr. 1959, n. 10107 (única), p. 3.

> um concurso de amorenamento ou grelhamento, e estivam o corpo sôbre a toalha felpuda. Os políticos e os industriais de São Paulo, casualmente hospedados nos mesmos hotéis, chegam um pouco depois; e, se conversam naturalmente com suas agradáveis conterrâneas, evitam colocá-las à sua sombra quando a sombra, mesmo a de um homem poderoso, é indesejável.
>
> ***
>
> Meus amigos economistas e banqueiros em repouso na areia, onde, de "short", podem ser confundidos com poetas e autografadores de "papagaios", procuram a explicação do êxodo. Será que há mais dinheiro no Rio do que em São Paulo? Aquelas mulheres bonitonas e independentes devem funcionar, no caso, como as gaivotas com os navios: se emigraram, é porque o dinheiro anda escasso. [...]
>
> O dia está uma beleza. Eu me recuso a acreditar que num dia assim, de uma cidade assim, elas não descubram a barateza das grandes coisas da vida e não peçam aos seus protetores um tiquinho de ouro para a chave de um sonêto.

A presença em peso de paulistanas "bonitonas e independentes" sugere àqueles que observam este movimento, na crônica, algo além do aproveitamento do prazer praieiro de Copacabana. Num momento em que o acesso à vida pública é permitido à mulher (no sentido de frequentar os espaços urbanos de maneira livre, mas não os espaços de poder) – e, segundo Lavinas e Ribeiro (2008, p. 51), é pelo frequentamento das praias que vai se dar boa parte da transformação moderna da imagem feminina, ao levar para o público o que antes era da esfera do privado, "a exposição dos corpos", o que foi associado a novos padrões de comportamento, especialmente sexuais – é interessante que o cronista-narrador e seus companheiros vejam naquele movimento um interesse financeiro, provavelmente em caçar homens ricos na capital, levantando a hipótese de que em São Paulo estes já estivessem escassos. Trata-se de um comportamento tradicional, já que pressupõe que à mulher interessa um parceiro que lhe sustente, apesar de serem "independentes" socialmente? Ou seria um comportamento incentivado por outros fatores?

De toda forma, esse comportamento é visto como pernicioso e a questão é que São Paulo é apresentada como *habitat natural* dessas mulheres, enquanto no Rio sua ambição aparece fora de lugar para o cronista-narrador: a vida à beira-mar que estas mulheres constroem não é aquela voltada para "a barateza das grandes coisas da vida" que a cidade inspiraria, em que o único "ouro" admitido é do fecho do soneto, forma clássica de poema que remete, neste contexto, à aclamação dos valores espirituais em oposição aos valores materiais. Resende (2001, p. 44) destaca que muitas vezes a

associação do Rio ao feminino ocorria também como "críticas à sua possível futilidade", no entanto, nesta crônica tal futilidade associada ao mundo feminino não é inspirada pela vida praieira carioca, mas pela vida voltada totalmente para a praticidade material, a ambição financeira, representada por São Paulo, cuja imagem aparece em consonância com uma ideia geral de terra regida pelos negócios; e o Rio aparece justamente como contraponto à futilidade, carregando os *valores* verdadeiros associados a uma vida mais próxima à natureza, como vimos, e, sem ser personagem da crônica (portanto, não é personificado como feminino nem masculino), é a sua paisagem natural que aparece como cenário inspirador para o encontro desses valores, como se fosse ela própria que os trouxesse, conforme destaca Berque (1994, p. 26), condicionando a personalidade carioca pelos juízos de valor que ele associa à sua paisagem.

Quando o cronista-narrador canta a "Cidade-Mulher" e traz à tona, com mais força, as potencialidades dessa natureza, já não é São Paulo a sua antítese, mas Brasília, o novo símbolo do desenvolvimentismo criado no governo JK. Isso faz com que a contraposição precise de novos elementos: em vez da crítica ao mundo fútil gerado pelo materialismo, a relativização de que o mundo "masculino" do poder não serve, afinal, para uma cidade "feminina". Nesse sentido, o "masculino/poder" e o "feminino/natureza" não são excludentes, mas chegam a ser complementares. Não se trata, portanto, de uma crítica a Brasília, mas de um jogo em que se *aceita* que seja a nova capital a dona do título de cidade-progresso do país, sem que se abra mão, porém, de que o Rio mantenha também um lugar de importância nesse cenário, e esse lugar é *dado* pela sua exuberante natureza.

Justamente, então, porque sua *vocação* seria diferente da função que ela desempenhou como capital é que acabou "arrasta[ndo] os legisladores à adoção de uma filosofia hedonista", o que não foi bom para o país. Isso não é, então, um defeito atribuído à cidade, apenas decorreu de um *deslocamento* de sua função natural, que não é outra senão mesmo a do hedonismo. Nesse viés, porém, o cronista-narrador faz uma certa inversão da ideia de futilidade associada ao feminino como hedonismo superficial. Primeiro, porque ele aparece como lazer, isto é, como direito a usufruir dos prazeres depois do trabalho, não se confundindo, portanto, com o *ócio*, pois este "não se trata de um repouso medido pelo trabalho, mas de um tempo para viver, livre de todo *negotium*" (MATOS, 2010, p. 186, grifo da autora). O hedonismo superficial estaria ligado, assim, à ideia de *ociosidade*, deturpação moderna da noção de ócio, já que na sociedade capitalista o tempo é algo de que não se *dispõe*, pelo contrário, percebe-se que não se

tem mais tempo (MATOS, 2010, p. 189). O lazer, pelo contrário, se relaciona com o trabalho como *recompensa*, e é uma forma de usar o tempo disponível ainda de maneira produtiva, mesmo que isso signifique o descanso necessário para continuar a trabalhar, daí que os exemplos citados sejam Dwight Eisenhower ("Ike", presidente dos E.U.A de 1953 a 1961) e Winston Churchil (Primeiro-ministro inglês em 1940-1945 e em 1951-1955) como grandes políticos que sabiam usar deste *direito*. E, estendendo o elogio a JK, que já utilizava suas estadias em Petrópolis, histórica sede de veraneio presidencial, para "descansar o corpo", "mas nunca o espírito", marca como o Rio deveria tornar-se, então, parte deste roteiro, como *prêmio* pelo trabalho realizado.

Segundo, porque esse lazer seria sua verdadeira *vocação civilizatória* por ser inspirado pela *natureza,* sendo ela quem leva os citadinos à vivência dos prazeres da vida, e que, afinal, lhe permitirá manter-se como referência para o país. O hedonismo *civilizado* da vida à beira-mar é, portanto, o que se enaltece, aquele que foi incentivado na virada do século XIX para o XX a partir de demandas de saúde, mas que, nas décadas seguintes, passaram a estimular "o gozo de hábitos prazerosos" (PERROTA, 2011, p. 157), pelo que, afinal, o Rio adentrou no cenário internacional. Uma vocação que foi, sobretudo, *construída*, com a urbanização das áreas à beira-mar, como demonstra O'Donnel (2013), e que continuaria a ser desenvolvida ao longo do século XX, impulsionando e sendo impulsionada pela valorização fundiária e a promoção imobiliária de outras áreas oceânicas da urbe (CORRÊA, 1992, p. 34), mas que na crônica aparece como algo tão natural quanto a própria existência do mar e das montanhas.

Se, como afirma Antoine Berque (1994, p. 17), a interpretação que damos a nosso ambiente influencia na maneira como o organizamos e, inversamente, a maneira como o organizamos também influencia no modo como o interpretamos, a vocação para o lazer do Rio de Janeiro aparece, nesse momento, justamente pela necessidade de justificar a existência da cidade como referência de modernidade, e prepará-la efetivamente para isso. Sua paisagem é hedônica, é civilizada e é nobre, própria "para férias parlamentares e estação de banhos de mar do Presidente da República", é assim que o cronista-narrador a vê e é com essa certeza que compartilha sua sugestão junto aos leitores. Assim, o chamamento feito ao Presidente (talvez uma intimação, como retratação do Governo Federal diante das perdas políticas e econômicas geradas pela transferência da capital?) para que vá ao Rio tomar seus "banhos de mar e de civilização", "independentemente de motivos de saúde", seria o reconhecimento da

vocação verdadeira e natural da ex-capital e, até mesmo, de uma superioridade nata, não sendo, então, uma mera concessão que se faça na cidade uma "sede de veraneio presidencial", mantendo-a na rota oficial do Governo Federal. Tal qualidade é negada a Brasília, cidade "natipronta", além de tudo "cercad[a] de terras do planalto por todos os lados", de "enormes vazios e enormes silêncios" (e é por essas *faltas* que o Poder Central poderá funcionar melhor, sem distrações), que deverá ser muito bem planejada, mas na qual deverá, então, faltar o que Kevin Lynch (1989, p. 132) afirmava sobre a imagem da cidade, "um meio ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico". Essas duas qualidades seriam, justamente, o que emergiria da natureza que *diferencia* o Rio de Janeiro, fazendo frente ao seu passado como capital, visto já como superado, para iniciar um novo momento.

A natureza é, afinal, um dos elementos mais fortes presentes no imaginário associado à "cidade maravilhosa". Flora Cardoso (2016, p. 36) destaca que a formação da cidade do Rio de Janeiro teve, em muitos momentos, os elementos naturais como fator determinante, desde a escolha da baía de Guanabara pela vocação portuária e a ocupação dos morros que garantiria segurança maior contra ataques, até o crescimento que seguiu o alinhamento montanhoso do Maciço da Tijuca, o qual dividiu a cidade em zonas Sul e Norte, mas, ao longo do tempo, essas determinações geográficas passaram a ser associadas à estética da cidade e por isso também *valorizadas*. No entanto, como lembra Perrota (2011, p. 172, grifo meu), "os primeiros espaços públicos para a *fruição da natureza*, por incrível que pareça, referiam-se a uma natureza planejada e construída – o Passeio Público e o Campo da Aclamação, além do Jardim Botânico", o que significa que essa *percepção da paisagem natural*, o desenvolvimento de seu *sentimento*, para utilizar o conceito de Antoine Berque, desenvolveu-se mais modernamente no século XX, e está, de certa forma, atrelada à sua potencialidade como lazer, incentivada especialmente pelas representações em torno da cidade praieira, como vimos, que não deixava de estar restrita a uma parte mais valorizada da cidade, destinada à moradia de uma classe de maior poder aquisitivo, que, afinal, buscava por essas *amenidades* naturais. A natureza não escapa, portanto, ao modo como se desenvolve a sociedade capitalista, em amplo desenvolvimento nos anos 1950 e na qual o Rio não queria deixar de ser referência, como ressaltou Lefebvre (2011, p.117): "Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida". Da visão maravilhada da natureza primitiva carioca para a aclamação da "cidade maravilhosa" mudar-se-ia, portanto, justamente a relação com a

paisagem, selecionando-a, transformando-a em uma espécie de patrimônio de que se pudesse usufruir, esteticamente e para o lazer, e que contivesse o diferencial da cidade, a partir do qual seu *valor* poderia também ser medido.

Na ocasião da transferência da capital, a maravilha da paisagem carioca é feita matéria-prima por Herbert Moses para tecer comparações entre Brasília e o Rio:

> O capítulo dos fogos[18]
>
> Sim, que também houve um capítulo de fogos... O que os arquitetos haviam feito para sempre, em cimento e ferro, no chão de Brasília, outros artistas iriam fazer no céu, numa arte talvez passadista, mas que atingiu, naqueles festejos, um dos momentos culminantes da história pirotécnica do mundo...
> [...]
> O que torna o Rio uma cidade ideal é a sua topografia. Os morros, os vales, os lagos, a baía, as praias, a montanha ali perto, a cidade continuando do outro lado da montanha de pedra. É Uma cidade sempre imprevista e renovada, que recomeça quando já havia acabado e que o olhar nunca abrange, a não ser do alto de um avião ou das elevações caprichosas do terreno que fazem a sua beleza e o seu encanto. O que torna Brasília uma cidade ideal é também a sua topografia. Sem morros, sem vales, sem baías, sem montanhas dentro ou perto, precisando fazer, pela mão do homem, o seu lago e as suas praias. O Rio, são deslumbramentos que se sucedem, que se renovam, que a cidade maravilhosa é vista em parcelas. Brasília, o deslumbramento total, panorâmico, em que as obras arquitetônicas parecem dispostas num palco gigantesco, para espanto das gentes. O Rio é capaz de esconder, num canto da Urca, de Santa Teresa ou do Cosme Velho, uma obra-prima de arquitetura. É uma cidade, afinal, modesta, e pode ser assim, de tão rica e tão bela. Brasília não esconde. É uma cidade "coquette". Faceira. Vaidosa. Tudo ao alcance da vista, maravilha para quem a planeja e constrói. E se é assim para o que se faz na terra, é fácil imaginar o que não será para o que se faz no céu...
>
> ***
> Calcularam em 50 mil as pessoas que se reuniram nas proximidades do local onde ia haver o fabuloso "show" pirotécnico. Sei que o espetáculo foi visto, em todo o seu esplendor e ineditismo, no mínimo pelo dobro... Porque sem montanhas, morros e colinas, de onde alguém estivesse veria, quanto mais de longe melhor, talvez os fabulosos peixes vivos, as palmeiras em agapantos, os crisântemos, as cascatas de prata, os chuveiros mirabolantes que se desenhavam em luz pelo céu.
> [...]

O jornalista, que fora um dos fundadores d'*O Globo*[19], escreve neste periódico uma série intitulada "*Flash* de Brasília", iniciada em 25 de abril, em que narra

[18] *O Globo*, 30 abr. 1960, n. 10425 (única), p. 2.

acontecimentos em torno da inauguração da nova capital, faz pequenas notas sobre a vida cotidiana na cidade e destaca seu encontro com personagens notáveis da política. Moses transparece o entusiasmo com Brasília em vários momentos, e não deixa de mencionar o Rio, como se fosse um coadjuvante de primeiro escalão. Nesse conjunto, "O capítulo dos fogos" é a quarta crônica, e se destaca porque parece ecoar a primeira página de 21 de abril d'*O Globo*[20], que dividiu os holofotes entre as duas cidades, equiparando o seu brilho: ao lado esquerdo, com foto da multidão nas ruas na festa de inauguração do novo estado, "Repicam os sinos de Guanabara!", "Mensagem aos Cariocas" e "A despedida do Catete"; ao lado direito, "Brasília inaugurada", também com foto de uma multidão, dessa vez ao redor da rampa do Palácio do Planalto, e destaque para a "Mensagem do Papa João XXIII aos brasileiros". Na crônica, Moses usa da mesma estratégia (se esperaria algo diferente de um jornalista experiente e que ajudou a fundar um dos impressos mais enraizados à cidade carioca?), mas dedica-se à reflexão inspirada pelo contraste das paisagens.

É a partir da visão dos fogos explodindo no céu de Brasília, que proporciona uma imagem de "deslumbramento total, panorâmico", que se lembra da topografia montanhosa do Rio, a qual com certeza não permitiria que o espetáculo tivesse tal amplitude. No entanto, ele não entrega a sua motivação de início, deixando-a como uma espécie de conclusão após a descrição das duas paisagens, visadas em suas oposições: no Rio, a topografia acidentada, "os morros, os vales, os lagos, a baía, as praias, a montanha ali perto"; em Brasília, a ausência dela, "sem morros, sem vales, sem baías, sem montanhas dentro ou perto. No entanto, aquilo que em cronistas como Braga e Pongetti seria marcada como *falta*, Moses vai marcar pelas possibilidades: a cidade que se mostra, por isso mesmo "'coquette'. Faceira. Vaidosa", "maravilha para quem a planeja e constrói"; diante do que o Rio passa a ser uma cidade "modesta", já que não entrega tudo ao olhar de uma vez, sendo "imprevista e renovada".

Ambas, porém, são tratadas como cidades "ideais" por essas diferentes possibilidades naturais que oferecem. Não está em jogo, então, a realização urbanística – muito embora não se deixe de dizer que Brasília é a cidade *construída*, que inclusive

[19] Moses também foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por mais de 30 anos, desde 1931 até 1964. Seu perfil, no site da ABI, destaca o seu "bom relacionamento com as autoridades", o que ajudou a fortalecer a Associação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Herbert Moses (1931-1964). Disponível em: http://www.abi.org.br/institucional/historia/herbert-moses-1931-1964/ . Acesso em 19 mar. 2021).

[20] *O Globo*, 21 abr. 1960, n. 10417 (única), p. 1.

precisou fazer suas belezas – mas as qualidades que cada uma já detinha *antes* de tornarem-se cidades, e que teriam feito delas sítios perfeitos para as sociedades que ali se instalariam. Nesse caso, a situação geográfica que é vista como ideal nas duas cidades não o é pelas suas vantagens militares ou de habilitabilidade, mas pela *apreensão estética* realizada em cada uma, que causa deslumbramentos diversos aos observadores pelo modo como a *paisagem* de cada uma é construída: no Rio, a natureza que se impõe, dividindo a cidade, que precisa continuar "do outro lado da montanha de pedra", e, por essa mesma condição, "esconde" suas riquezas arquitetônicas; enquanto em Brasília a natureza abre espaço para o destaque da obra humana, "dispostas num palco gigantesco, para espanto das gentes". Seria, afinal, o reconhecimento do que Kevin Lynch (1989) chamaria de "imagens fortes" da cidade, aquelas que, efetivamente, diferenciam uma cidade da outra e, portanto, servem à sua *identidade*, e se as características geográficas originais são cada vez menos empecilhos à expansão urbana, devido aos avanços tecnológicos, continuam servindo como marcos visuais. Dessa maneira, o cronista-narrador vê que as cidades emanam um determinado poder encantatório pelas suas estéticas próprias, as quais revelam, por sua vez, uma espécie de destinação: a nova capital, que precisa ainda se firmar, está *exposta* no descampado do Planalto Central; e a velha capital, cheia de riquezas, *recolhe-se* por trás de suas montanhas, como se permitisse que Brasília tomasse o palco nacional. Cada uma a seu modo e em seu momento, na crônica de Moses, Brasília e Rio são cidades-paisagem vitoriosas *por natureza*.

No entanto, no dia anterior a essa crônica, Henrique Pongetti optaria por fazer uma comparação menos generosa, mais preocupado em oferecer ao leitor a sua "Introdução ao Guanabarismo"[21]:

> Meus primeiros dias de provinciano foram dignos de uma minuciosa narrativa. Não como consôlo, mas como refôrço de opinião, deus mandou uns céus azuis da sua reserva especial, assim como que diz – "Faz falta não ser assinada aqui a papelada e discutida aqui a embrulhada?"
>
> ***
>
> Céus azuis têm visto muitos, pelo mundo, êstes olhos meus tão bem defendidos pela generosidade de Santa Luzia. Jamais viram tão profundos, e em cuja vaporosidade celeste tanto se tingissem e desmaterializassem montanhas e edifícios, formando uma cidade azul, de árvores e de asfalto azul. Da praia eu via o navio cargueiro

[21] *O Globo*, 29 abr. 1960, n. 10424 (única), p.3.

aproximar-se da ilhota evanescente, certo de que, ao invés de ladeá-la, a vararia com sua proa cortante, para sair do outro lado, entre farrapos esvoaçantes de névoa azulada. Posava sôbre tudo um novo e inefável silêncio em tôrno do qual iam morrer devagarinho os ruídos da cidade, como morrem, na areia, as vagas sucessivas.

***

Compreendi que tôda a cacofonia dilaceradora dos nossos ouvidos e dos nossos nervos vinha do Palácio Tiradentes, do Monroe e do Catete. Uma paz infinita, balsâmica, envolvia o meu espírito: em cima dos meus olhos verticais uma gaivota planava, equilibrando nas asas a harmonia cósmica. Era a manhã para todos os "ballons rouges" do mundo marcarem seus encontros no céu com os "ballons bleus" – como no "short" famoso – e, de rosto encostado, sumirem no infinito, onde os meninos maus não tascam os balões dotados de alma e corações de crianças.

***

De tarde passei pelo Parlamento. Era a boca fechada de um terrível e estentórico dragão: a boca emudecida, a boca selada e lacrada. Das suas portas fechadas manava um sossego contagioso, de dispensar da camisa-de-fôrça um possesso agressivo. Tinham removido dois focos de excitação acústica: os pardais e os pombos pousavam nos beirais do edifício como pousam, depois da batalha, na bôca dos canhões abandonados e sem serventia. Os berros ao microfone não os enxotavam mais para os cimos da igreja: se excediam em pipios e arrulhos festejando a anexação.

***

Por sua vez os edifícios dos ministérios lembravam fortalezas evacuadas e entregues a meninos para o fabrico de quimeras como os papagaios e os balões de papel. Só depois que o Govêrno central sai a gente descobre como traz ônus individuais ser cidadão da Capital do País. O Legislativo é o mais incômodo dos poderes. Seu lugar é mesmo no planalto, com mil quilômetros de ermos à sua volta. De longe sua voz chega como uma desavença de novela radiofônica ouvida de muito longe, na outra ponta da rua.

***

Nada do que os homens possam tirar desta minha cidade adotiva lhe fará falta. Deus lhe fêz doação de tantos bens de raízes, de tantas belezas irremovíveis, de tantos feitiços originais, que será sempre a capital sensorial do Brasil, a cidade das cidades, o lugar onde pulsará mais forte, de emoção e de deslumbramento, o coração da visitante. Lucio Costa é um notável urbanista, e Niemeyer um grande arquiteto, mas quem traçou esta baía e arquitetou estas montanhas, estendeu estas praias e pintou êstes céus, arrumou estas nuvens e espalhou estas florestas pode temer qualquer confronto e sentir dor-de-cotovêlo por causa de qualquer outro lugar da terra? Interrogo os tatuís, interrogo as cocorocas, as sardinhas, os mariscos do meu pôsto, afeiçoados a mim por minha assiduidade anfíbia, e todos me respondem com as mesmas palavras:

- Pode nada, você ficou mentecapto de repente?

A cidade, que deixara de ser capital há apenas alguns dias, aparece para o cronista-narrador, em seu passeio, recoberta de uma *atmosfera* completamente diferente, por isso mesmo digna de "uma minuciosa narrativa". E essa nova atmosfera se faz, sobretudo, pelas qualidades naturais do Rio de Janeiro, visuais e sonoras, onde se destacam o céu azul que "tinge" e "desmaterializa montanhas e edifícios", "formando uma cidade azul", o barulho dos pássaros e um certo silêncio. A mudança do poder leva, afinal, a uma espécie de esvaziamento da urbe, que parece atiçar os sentidos para perceber melhor a paisagem maravilhosa da cidade *envolta* em sua natureza. Nem mesmo há menção ao elemento humano, como se tudo estivesse, de fato, vazio de gente, muito embora haja um navio se aproximando da ilhota, mas os "ruídos da cidade" são apenas mencionados como aqueles que "morrem devagarinho" em torno do silêncio que o Rio ganhara com a retirada do poder, e comparados, justamente, às ondas do mar que morrem na areia, mais uma vez trazendo a imagem da natureza para associá-la à calmaria reinante nessa nova atmosfera.

Ser provinciano, na crônica, portanto, não se refere apenas à perda da situação de capital, mas se assemelha bastante à ideia do crítico literário Álvaro Lins (apud GOMES, 2013, p. 143) que associa província aos valores de "autenticidade, pureza, apego ao natural, ao nacional", e com isso reivindicava uma literatura provinciana como literatura nacional[22]. Nesse sentido, revestido de caráter totalmente positivo, ser provinciano significa, sobretudo, uma *retomada* de suas próprias forças, justamente possibilitada pela mudança da capital que permitiu que suas qualidades, em especial as naturais, as quais sempre estiveram ali, viessem novamente à tona, agora, porém, ressignificadas diante dos grandiosos prédios públicos evacuados. Por isso, é interessante que a "excitação acústica" dos pardais e pombos seja vista como sinal de sossego oposta ao "estentórico dragão" que não lhes deixava ouvir: como figura mitológica, o dragão se opõe à natureza simples e bela do Rio, a qual agora retoma o seu lugar e poder, derrotando o monstro.

Tudo isso corrobora a afirmação inicial de que "[n]ão como consôlo, mas como refôrço de opinião, deus mandou uns céus azuis da sua reserva especial", prescrutando a vocação divina carioca nessas imagens de cidade-natureza que recolhe ao longo dos

[22] Trata-se do prefácio ao livro de Marques Rebelo, *Stella me abriu a porta*, de 1942, em que o crítico faz o elogio dos contos presentes no volume a partir dessa ideia de província como face do nacionalismo, em oposição ao cosmopolitismo (GOMES, 2013). É possível que Pongetti, envolto nos círculos literários, conhecesse as ideias desse texto, ainda mais pela autoria de uma figura intelectual de renome à época.

dias. Mais uma vez, é uma espécie de *verdade* que emerge sobre o Rio, e que, por isso mesmo, suas belezas não podem ser consideradas como *prêmio de consolação*, mas como seus próprios triunfos, sua verdadeira grandeza e a essência do "guanabarismo". Forja-se, portanto, sua identidade a partir de uma perspectiva renovada sobre si mesmo, pois se, como ressaltou Kevin Lynch (1989, p. 14-15), "[a] imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional" e isso "significa que o doce sentido do lar é mais forte quando o lar é não só familiar mas também distintivo", então "reforçar a opinião" também quer dizer afirmar-se diante do momento histórico.

A afirmação dessa magnificência natural se faz, então, em oposição à uma ideia de simples consolo que, aparentemente, pairaria no ar. Priscila Xavier (2017), ao analisar a ocorrência do termo "cidade maravilhosa" nos jornais cariocas, no período da transferência, nota que era recorrente nos editoriais e especiais lançados (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*) uma vontade de reparação do governo federal pelas perdas, ao mesmo tempo em que imagens do mar e das montanhas eram evocadas como riquezas do Rio e, por isso mesmo, interpreta o esforço da imprensa carioca em afirmar a cidade pela sua natureza justamente como "consolação", mesclando "fatos e afetos" (XAVIER, 2017, p. 168). Os cronistas, como Pongetti, não estariam, como era de se esperar, sozinhos ao valorizar a natureza carioca naquele momento, ou como se fosse discurso *meramente* literário, idealização fora de contexto, mas (re)criavam essa grandiosidade juntamente com uma série de signos que eram destacados na própria imprensa, como mostra Xavier, que tinham especialmente nas imagens consagradas do Corcovado, do Pão de Açúcar e da baía de Guanabara seu alicerce, como podemos ver na primeira página d'*O Globo* do dia 28 de abril, em que se anuncia o início da " 'Campanha Cidade Maravilhosa' – Mobilização total da população pela grandeza da terra carioca!"[23] acompanhada de uma foto com vista aérea centralizando o Pão de Açúcar e a imagem sobreposta de dois jovens alegres que apontam a cidade. Na legenda, a certeza de que "[p]oucas cidades no mundo poderão oferecer algo semelhante a esta paisagem, privilégio dos cariocas e [inelegível] inesquecível dos que buscaram a acolhida cordial de nossa terra", e informa ainda que "[a] fotografia foi feita no pico de D. Marta, entre a Gávea e Santa Teresa". Tal campanha visaria manter a cidade no "mais alto padrão de civilização", para isso focando-se principalmente na

[23] *O Globo*, 28 abr. 1960, n. 10423, p. 1,10.

conscientização para a "preservação das belezas naturais e do patrimônio da cidade". Assim, a ilustração da campanha veicularia esse apelo ao imaginário da "grandeza" natural carioca para estimular a sua *confiança* diante da perda de status político, o que estaria mesmo no centro dos objetivos de seus idealizadores.

Os cronistas, por sua vez, utilizam essa mesma associação entre confiança e a força consagrada da paisagem, no entanto, indo além das suas imagens mais difundidas de cartão postal, que são, conforme Lucrécia Ferrara (2008, p. 196), "uma espécie de publicidade que concretiza o modo de reconhecer e avaliar uma cidade", construindo sua imagem pública. Ao destacar, pelo contrário, os elementos mais singelos e cotidianos dessa natureza, como os pombos, pardais e gaivotas de Pongetti, os cronistas aprofundam o sentimento de confiança e pertencimento, o fortalecimento da identidade carioca em seu novo momento, constatando que o Rio não é "maravilhoso" apenas pelos grandes monumentos naturais, mas sua magnificência se espelha mesmo nos detalhes mais cotidianos da presença dessa natureza na cidade. Suas imagens "apelam ao imaginário", no sentido de que não permitem que a visão da cidade se dilua e transforme em hábito, como afirma Ferrara (2008, p. 198), indo, para tanto, além de afirmações cristalizadas em imagens clichês. Assim, nesse exercício de desconstrução do olhar, a valorização dessa natureza que é maravilhosamente cotidiana é fundamental para ressignificar as relações entre os citadinos e o seu meio urbano, abrindo-se a percepção às novas possibilidades.

Por isso mesmo, não há nessa "introdução do guanabarismo" espaço para lamentação: a lembrança de que a magnificência natural era, afinal, obra de Deus, não deixaria dúvidas aos cariocas de que sua cidade seria incomparável, como toda obra divina diante do engenho humano, conforme se evidencia no último parágrafo. Nele, toma forma a oposição entre *artificialidade* e *organicidade*. Se este era um debate que se apresentava, geralmente, trazendo Brasília em seu centro, com o argumento de que a construção *artificial* trazia esperança de reorganização da sociedade, enquanto os males das cidades *orgânicas* seriam resultado da falta de planejamento (OLIVEIRA, 2005; PEDROSA, 1981; VIDAL, 2009; LAMAS, 2004); o cronista-narrador traz à tona uma outra concepção, em que a cidade orgânica remete a uma ideia de cidade em simbiose com a natureza, negando uma representação tradicional de que a urbe seria "um corpo estranho, ameaçador, estendendo-se sem cessar às custas de uma luta constante contra essa mesma 'natureza'" (VIDAL, 2009, p. 45). Estar em simbiose com a natureza, nesse sentido, é estar em harmonia com um plano divino, que nesse caso apresenta-se

realmente nos elementos naturais, ignorando, então, a questão social que a oposição artificial *versus* orgânico costumava evocar. Enquanto um entusiasta de Brasília, como Mário Pedrosa (1981, p. 299), via na artificial cidade moderna a possibilidade de "conciliar a ordem, a técnica urbanística mais avançada, um desenvolvimento planejado, com o calor humano e o convívio social direto de seus habitantes", Pongetti deposita toda a harmonia possível simplesmente na relação com a natureza – muito embora esta mesma já estivesse, àquela altura, bastante *artificializada*, pelos aterros e desmontes, incluindo nisso a própria baía de Guanabara (AMADOR, 1992), paisagem predominante na crônica.

Essa antítese apareceria também na crônica de Moses, mas não viria acompanhada do mesmo juízo de valor, uma vez que ali não há interesse em se evocar a criação divina, pois o objetivo é vangloriar a obra humana como a natureza *permitiu* mostrar. Já em Pongetti essa se torna a questão fundamental, e não à toa Lúcio Costa é "um notável urbanista" e Oscar Niemeyer "um grande arquiteto", mas suas obras sequer são citadas, passando-se logo à comparação com "quem traçou esta baía e arquitetou estas montanhas, estendeu estas praias e pintou êstes céus, arrumou estas nuvens e espalhou estas florestas", isto é, o próprio Deus criador cristão. Não existe, na verdade, intenção de comparar, apenas de constatar o que vem sendo afirmado desde o início da crônica, isto é, um inegável lugar divino destinado à cidade, como se houvesse uma relação íntima com o deus criador. Se é divino não pode ser, então, preterido por uma obra humana. Nada do que é realmente a sua essência, sendo cidade ou estado, lhe podem "tirar", pois são "bens de *raízes*", "belezas *irremovíveis*", "feitiços *originais*" que Deus lhe "doou", logo, ser "capital sensorial do Brasil" nada mais é, também, do que presente divino, não de um governo, não de uma função que mais teria lhe trazido "ônus" porque atrapalhava a ver e viver essa essência. A resposta final, na boca dos animais marinhos, reiterando a ligação da cidade com o mar, revela a identificação do cronista-narrador com essa natureza ao afirmar o que seria óbvio: não há comparação possível dessa cidade *traçada*, *pintada*, *organizada*, arquitetada, enfim, por Deus como nenhuma outra.

Elsie Lessa demoraria um tempo a mais na observação do novo cotidiano carioca, até declarar, em agosto, "Saibam quantos esta virem..."[24]

[24] *O Globo*, 08 ago. 1960, n. 10510 (vespertina), p.1 (seção 2).

> ...que esta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois que não é mais capital, engalanou-se em festas, enfeitou-se das suas mais luzidas galas e tem vivido a beleza dos seus melhores dias. Reparem os que não puseram reparo, que nunca houve inverno mais claro, de dias mais azuis e ensolarados, de praias mais longas e brancas e belas do que este. É um Rio para todos os gostos. Os que amam a ardência dos seus verões têm o sol louro das manhãs e tardes que aquecem a alma e o corpo, bronzeia as peles, alegra o coração. E os que amam as delícias do inverno também têm as suas tardes frescas e as suas noites frias, de céu límpido e claro. Êste inverno de [1]960 tem sido o das melhores safras. Desço à praia de manhã ou de tarde, emendo passos na areia – anda limpa e firme! – largo o olhar agradecido pelos longos horizontes e me vem um vago remorso de repartir com tão poucos iniciados tamanhos privilégios. É uma praia para eleitos, uma praia para escolhidos, esta praia de inverno carioca, de sol manso, de pouca gente, de água transparente e convidativa. Ia dizer morna, não digo que é mentira, mas os praieiros velhos sabem que água fria de verdade é a de certos dias de verão. Estas praias de junho e julho não sei de muitas que lhe cheguem aos pés. O carioca acredita neste inverno de folhinha, acostumou-se a pensar que praia boa é a do verão, e não sabe o que perde, no chamado inverno. E não tenho mão de mim que não chegue até esta máquina, não ponha em letra de fôrma, não reparta com os descuidados e pouco atentos a alegria das minhas descobertas, que tenho pena de usufruir sozinha e egoísta. São praias de umas poucas crianças em férias, dos vagabundos habituais, meio loucos e meio poetas, que amam deambular ao longo das ondas, falando com elas, apanhando gravetos e conchas, restos de naufrágios ou de macumbas, moedas ou rosas perdidas que Iemanjá não quis. Aos domingos, os crentes ainda descem até ela, pagam o seu tributo, a sua homenagem hebdomadária. Mas nos dias da semana, eu só é que acredito nela, escapo da máquina ou do telefone, do almoço ou da cidade e tomo conta das minhas areias solitárias. Ando e desando, converso quieta com o vento e os distantes navios, arejo as lembranças, aqueço a pele. Depois, mergulho tudo no mar, furo as ondas com a borracha da touca, com os braços aquecidos de sol, guardo na boca um pouco daquele gôsto de onda, de sol e sal. Nado, bóio, deixo-me estapear pelas vagas, que me reviram, jogam-se bravas sôbre a areia rasa, que me esfola os joelhos. O que tem um gôsto antigo de travessura e meninice. Depois, em jogo, cansada e preguiçosa, como uma estrela-do-mar, suja de areia, a cara para o sol, os olhos fechados, sentindo até dentro das pálpebras aquela imensidão de luz e azul. E é muito bom.

O prazer em redescobrir-se longe dos holofotes federais é também o que guia a declaração de amor à cidade emancipada, e a cronista-narradora não hesita em dizer que seriam mesmo os "seus melhores dias". Assim como Pongetti, seu destaque vai para a atmosfera natural renovada ali encontrada, de um inverno que "nunca" foi "mais claro, de dias mais azuis e ensolarados, de praias mais longas e brancas e belas do que este", tão maravilhoso que chegaria mesmo a agradar a todos, tanto aqueles que "amam a

ardência dos seus verões", os quais "têm o sol louro das manhãs e tardes que aquecem a alma e o corpo, bronzeia as peles, alegra o coração", quanto os "que amam as delícias do inverno", com "suas tardes frescas e as suas noites frias, de céu límpido e claro". No centro dessa atmosfera está dessa vez, porém, a praia, marcando especialmente aquela vocação hedônica vista em "Cidade-Mulher", mas agora não mais visando as "férias presidenciais" e, assim, a referência nacional, senão o próprio bem-estar dos citadinos, que vão aproveitar esse primeiro inverno do estado da Guanabara, o qual aparece, aos olhos da cronista-narradora, como providencial – o que Pongetti veria também como *reforço de opinião,* muito embora nesta crônica não haja a evocação ao divino, voltando-se, por isso mesmo, ainda mais à ideia do hedonismo.

Ainda mais providencial porque, afinal, o desejo por um inverno que trouxesse um clima mais "civilizado" era assunto que hora ou outra aparecia nas crônicas. Em 1959, Henrique Pongetti registrava, em "As peles"[25], a indignação de uma personagem diante do clima do Rio:

> Uma senhora se queixava de estar com seus "visons" e astracãs imobilizados há três anos da geladeira de uma peleteria. Nunca mais encontrara um dia frio e úmido capaz de justificar uma pelica no corpo. Capital parado, elegância restrita. Mas o que mais a alarmava era a indiferença da Cidade diante da perda comprovada do seu outono, do seu inverno e da sua primavera. Ninguém se mostrava abismado: todos aceitavam o verão quádruplo como se fôsse a coisa mais natural do mundo. [...]

Tal indignação leva a personagem a uma conclusão: "Terminou seu monólogo dramaticamente: 'É bom mesmo que a capital se mude para Brasília: cidade de onde Deus retira o inverno, e onde mulher elegante não pode usar um 'vison' é cidade amaldiçoada e deve ser riscada do mapa!'". É claro que o cronista-narrador considera a afirmação uma "grave blasfêmia", mas não deixa de concordar que "o Rio já teve invernos deliciosos, autênticos. Até os homens, em certas noites, arriscavam o capote mandado fazer para as viagens pela Europa coberta de neve". Quanto tempo durava esse "inverno autêntico" não importa aos personagens, desde que ele viesse. Afinal, o clima carioca, considerado vilão em sua insalubridade, tinha sido, inclusive, elencado por D. João VI como razão para não fixar ali residência, quando da fuga para o Brasil, preferindo as "partes meridionais dos seus domínios na esperança de encontrar um sítio de mais eleição para a sua corte e governo" (STRANGFORD, 1808, apud VIDAL, 2009, p. 32). Se para o Príncipe Regente tratava-se de uma escolha pessoal, que deixaria

[25] *O Globo*, 08 dez. 1959, n. 10306 (única), p. 3.

a Família Real mais confortável em um clima mais próximo ao da Europa, para os cariocas da metade do século XX o incômodo do calor vai além da sua familiaridade (ainda mais se passou a se estender pelo ano inteiro), mas, como se revela na moda das classes abastardas, incomoda também porque, novamente, afastaria a cidade do ideal europeizante.

A própria Elsie Lessa escrevera, no início do inverno do ano anterior, em "Depressa, antes que maio acabe"[26]:

> [...] E, então, ao abrir as janelas para o mar ainda revôlto, sob o sol uniforme e já cansativo que brilha, desaforado, sôbre a cidade 350 dos 365 dias que tem o ano, me lembro que é maio, mês-prêmio do ano. Não conheço lugar do mundo em que maio não seja uma beleza. Na Europa, é lindo, uma incerta, doce, tímida primavera de fôlhas de um verde novo rebentando nos galhos, que há pouco o inverno tinha secado. E assim é nos Estados Unidos. E é no Brasil, até mesmo neste Rio que só conhece uma estação: verão mais ou menos inagüentável. Em maio, o desespêro de calor se adoça numa temperatura que nos permite sobreviver à fornalha de aço em que se transmuda a atmosfera do Rio, como neste ano, de novembro a abril, ininterruptamente. Os pulmões ressequidos respiram, enfim, têm uma idéia aproximada do que deva ser o ar que deveria caber a todo ser humano em sua jornada sôbre a terra. [...]

Mesmo não sendo de um inverno "autêntico", mas um tipo de verão "menos inagüentável", a amenização do clima carioca no mês de maio é suficiente para colocá-lo no mesmo patamar de beleza que Europa e Estados Unidos, apresentados de maneira totalizadora, sem distinção de regiões, e como parâmetro de civilidade meteorológica, por assim dizer.

Em 1960, ainda em junho, Lessa notou que seria um inverno diferente, o que, a seu ver, aprofundou ainda mais a semelhança com o mundo "civilizado", a ponto de ver-se "Turisteando pelo Rio"[27]:

> Olhei em roda, no restaurante, e podia ser Paris, Londres, Nova York, se duvidassem Estocolmo ou Copenhague. Era chão estrangeiro, na certa. Para mim, estrangeiro é Inverno, que não me locomovo do meu glorioso país, a não ser para sentir mais frio do que me propicia o meigo inverno deste Rio de Janeiro. Que frio foi feito para a gente sentir. E as mulheres, em roupas escuras, o brilho manso dos "visons" escorregando pelas costas, com êsse ar meio sofisticado que só certas roupas de lã conseguem dar, e os homens na dignidade dos seus "tweeds" e coletes faziam inverno no Rio de Janeiro. E como eu também estava enfarpelada no "tailleur" parisiense do ano passado,

[26] *O Globo*, 27 mai. 1959, n. 10140 (única), p. 1 (seção 2).
[27] *O Globo*, 09 jun. 1960, n. 10459 (única), p. 1 (seção 2).

> que não tem muita "chance" de se arejar por aqui, decretei que estava em viagem. Fora, um friozinho arrepiado que vinha do mar, embaciava as luzes, chegava a fazer, com boa vontade, a clássica fumacinha diante de um bocejo proposital. Dizem, mas eu me recuso a acreditar, que decai a freqüência dos cinemas, bares e "boites" quando termômetro se aventura pela proximidade dos 14, 15 graus, em terras cariocas, e que é a temperatura melhor do mundo para qualquer ser vivente. Descubro e me reconcilio com esta cidade, quando ela se dá ao luxo de fazer um frouxo inverno, como agora. O Rio fica sendo o mais bem-aventurado lugar da terra, com este clima civilizado, de luz doce e céu claro lavado de nuvens. As mulheres calçam meias, enluvam as mãos, emergem diferentes das lãs bem cortadas dos costumes que não estavam habituadas a usar por aqui. [...]

Assim como em "As Peles", é a moda da classe mais abastarda que não só anuncia como *cria* o inverno carioca ao torná-lo, ao menos visualmente, tal qual o do hemisfério norte. Esse "friozinho arrepiado", um "frouxo inverno", é, porém, tão diferente na cidade costumeiramente calorenta que justifica a sua transmutação e faz até mesmo a cronista-narradora "reconciliar-se" com ela. O "clima civilizado", "pela proximidade dos 14, 15 graus", é, então, sentido na pele e agrada aos olhos.

Tal disposição, no entanto, é bastante diferente da que se apresenta em "Saibam quantas esta virem...", pois ali o inverno carioca "das melhores safras" já não se compara ao de nenhum outro lugar, pelo contrário, é celebrado em sua originalidade. E esta se encontra, justamente, em ser inverno e continuar sendo ainda estação de praia, segundo a cronista-narradora, afirmando a identidade praieira carioca, que lhe deu fama internacional, sem abrir mão do desejado clima "civilizado" mais ameno. A necessidade de não "usufruir sozinha e egoísta" de sua "descoberta", mas compartilhá-la com os "descuidados e pouco atentos", vai ao encontro não só de desmistificar o "inverno de folhinha" em que o carioca acreditaria (chegando ao ponto de exibir uma moda europeia de casacos de pele, luvas, lãs, antes elogiosamente notadas...), como também de afirmar a *civilização carioca*, grandiosa pela própria natureza, que a beleza da estação vem evidenciar.

E o inverno diferenciado evidenciou, ainda, um outro elemento que contribuiria para a maravilha do novo momento carioca: a percepção da praia esvaziada, de "eleitos". Além das "poucas crianças em férias", que, portanto, estão dispondo de seu período de lazer no ano; e "dos vagabundos habituais, meio loucos e meio poetas", os que, aparentemente, dispõem do ócio em tempo integral; a cronista-narradora é uma dessas poucas pessoas que podem desfrutar do praieiro inverno carioca em dia de

semana, marcando o seu próprio privilégio não só no que se refere ao trabalho, mas também à moradia, afinal, para desfrutar em dia de semana desse Rio praieiro, concentrado na zona sul, é preciso ou dispor de tempo à vontade, ou já estar nas suas imediações. Seriam esses os eleitos?

É o gosto pela cidade menos populosa, evocado em crônicas como "Pôsto de Sacrifício"[28], que se faz presente, assim como em "Um milhão a mais"[29], umas das primeiras publicadas em 1958 pela autora, onde também se associavam clima e população:

> - Dizer que esta já foi a cidade dos meus sonhos, bela entre as belas, amorosa e doce de nela ser vivida...
>
> - de abril a novembro, se me permite o parênteses... porque no verão êste Rio do seu e do meu enlevo é uma desgraça, um horror, uma coisa pouco decente, odiosa e terrível, em que ruim é dormir e pior o acordar, quando se conseguiu conciliar o sono. E em que não dá vontade de comer, e é tortura apocalíptica o trabalhar...
>
> - Permito e endosse o parênteses. Estou há anos na cabeça com uma "ode de ódio ao verão", que começo a metrificar em dezembro de cada ano e que em março já tem rimas horríveis, imprópria para menores e senhoritas. Se eu fôsse rico, dono de meu nariz e de uma conta que prestasse no banco, a primeiro de dezembro eu me demitia desta cidade, embarcava para a Europa, Estados Unidos, qualquer lugar onde o ser humano fôsse restituído à dignidade do viver, que é não andar suando, de roupa grudada no corpo, a cara lustrosa, as feições inchadas, desmoralizado de calor, de bochôrro, a sonhar com chuveiro, com sorvete, com aparelhos de ar condicionado, a ter mêdo de sair à rua, a fugir dos compromissos, a criar horror à roupa e à cama e à comida e aos apertos de mão e ao convívio dos seus semelhantes.
>
> - Pois só com três anos de Rio é que comecei a sentir calor. Nos primeiros, o meu enlevo era tão grande, o deslumbramento da lua-de-mel tão perfeito, que suportei dois ou três janeiros, encantado com os banhos de mar, as noites mornas em que andava de camisa aberta ao peito, bicicleteando pelo Leblon...
>
> - Isso quando?
>
> - Quando aqui aportei, em 1943.
>
> - Era outro Rio, outra cidade, outro mundo. Sabe quantos habitantes tinha esta capital, nesse então? Um milhão a menos do que agora. E é êsse milhão a mais que ora nos atrapalha, e cuja ausência fazia do meu, do seu Rio, uma cidade adorável, de ser recordada com os olhos e a boca cheia d'água...
>
> - Não foi a gente que mudou, nesses quinze anos?

[28] Ver capítulo 2, p. 163.
[29] *O Globo*, 10 jan. 1958, n. 9719 (única), p. 1 (seção 2).

> - Não, foi ela mesma. Foi o raio dêsse milhão a mais, para que a cidade não estava preparada. Êsse milhão bebeu a nossa água, entupiu e sujou as nossas praias, atravancou as nossas ruas, fêz fila nos cinemas, esburacou o calçamento, tornou invisível a cidade mais doce, mais gostosa da terra...
>
> - Aquêle Rio de 1943! Copacabana era bairro familiar, em que môça podia passear sozinha na calçada, de noite, sem ser agredida, ouvir [ilegível] apostas pouco decorosas, ser recolhida pela Rádio Patrulha [ilegível] praia até praia havia, com areia e tudo, e espaço para nela se andar. A Avenida Atlântica, a gente atravessava de ônibus, mansamente, sem ter de fazer fila para tomá-lo, aquela lindeza de amarelinho. Podia-se vir almoçar em casa, dormir uma séstinha depois do almoço. Dava tempo. Fila no cinema, nunca que houve. Nem começara a dos telefones. E, se não me engano, não fora inaugurado o primeiro "lotação". A Avenida Copacabana era uma coisa boa de nela se fazerem compras. A Avenida Rio Branco tinha árvores no meio, frondosas. E aquêle prédio tão simpático e borocochô do Palace Hotel. Sobravam uma ou duas pensões familiares na Avenida Atlântica. E muitas casas com jardim e quintal, onde hoje se erguem, em cimento armado, prédios de apartamentos, alguns de sala e quarto, e essa ignomínia arquitetônica que é uma "kitchnette".
>
> - Foi tudo culpa dêsse milhão a mais.
>
> - Tudo. Não havia lugar para êle, e nem fizeram. Agora, o jeito é embarcar às pressas esse milhão para Brasília, onde o clima é de montanha, a cidade vai ser planejada, as avenidas serão largas, nunca serão permitidas as "kitchnettes". E deixem êste velho Rio para nós, os saudosistas, para lembrar a cara que êle tinha antes...
>
> - Sem êsse milhão a mais...
>
> - Sem êle.

Lessa põe em prática o que Machado de Assis (2007, p. 27-28) dizia no século XIX, e que vimos ao início deste trabalho, a respeito de como a crônica nascera, provavelmente "coetânea de duas vizinhas" que "começaram a lastimar-se do calor" e daí passaram naturalmente aos diversos assuntos. Neste caso, o incômodo do calor carioca, bem delimitado pelo interlocutor entre dezembro e março, seria apenas pretexto para falar dos problemas da cidade? A cidade que "já foi", bela, doce, amorosa, terminaria a década de 1950 com uma série de problemas que, como vimos nos capítulos anteriores, incomodavam pela carga de anti-progresso que deixaria nítida, e é essa falta de civilização o que liga, ao longo da conversa, o calor aos problemas urbanos. O calor seria um clima incivilizado, em uma cidade que deixara de ser civilizada porque não se preparou para o "um milhão a mais" que ganhara em pouco mais de uma década. Mas se o calor faz querer fugir no verão, os demais problemas expulsariam o citadino de maneira definitiva. É nesse sentido que Brasília é tomada

como solução para a cidade, se "embarcassem às pressas esse um milhão a mais" para lá, afinal, o calor passageiro do verão passaria a ser o único inimigo da civilização carioca. Sendo assim, em 1960, a soma do inverno ao aparente esvaziamento da cidade aparece como uma espécie de promessa cumprida pela concretização da transferência da capital para a cronista-narradora, efetivando dois de seus desejos civilizatórios.

Não passa despercebido também que, assim como na "Introdução ao Guanabarismo", é de novo o mar que, como personagem fundamental, dá a resposta ao carioca sobre o verdadeiro significado da cidade e, assim como em "Ressaca", é também quem anuncia o seu futuro. O mar, que permite o bem-estar completo do corpo e também da mente, ao trazer as lembranças e o "gosto de meninice", marca agora o hedonismo não pela paisagem, mas pela sua experienciação corpórea, a valorização das sensações despertadas nele, seu gosto, seu tato. Tudo que a "cidade maravilhosa" potencializa para o lazer e à saúde é descrito de modo a compartilhar com os leitores uma *experiência carioca*. Afinal, esse é o modo de concretizar a identidade mais forte, associada ao moderno, que se criou do Rio no século XX. Relembrando Walter Benjamin (2012), a experiência (*Erfahrung*), identificada com os ensinamentos passados pela tradição, não é mais possível na modernidade, tendo sido substituída pela simples vivência, limitada à existência individual, ao tempo do corpo humano, mas, se essa "pobreza de experiência" é a condição do homem na modernidade, o que resta é assumi-la, e ela o impelirá a "partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco" (BENJAMIN, 2012, p. 125). Nesse sentido, o cronista, que constrói sua literatura a partir das narrativas efêmeras do cotidiano, estaria fadado a apenas repetir vivências sem sentido, no entanto, quando se concentra em extrair dessa vivência significados e em compartilhá-los, acaba por ser "impelido para frente", como se possibilitasse uma outra experiência. É, então, a partir disso que a cronista-narradora trabalha uma identidade carioca, pautada em uma experiência que se torna comum porque foi possibilitada pelo compartilhamento literário, em seus signos de modernidade e de vivência hedônica. E é a simples transferência da capital que abre caminhos a essa nova percepção, com o melhor inverno dos últimos tempos vindo *anunciar* que chegara o tempo dos cariocas experenciarem o melhor do seu lugar.

Toda essa potencialidade do Rio, simbolizada e anunciada pelas suas qualidades naturais, seria ainda o que, justamente por estar tão evidente para os cronistas, faria com

que se visse com indignação um episódio pitoresco, narrado por Henrique Pongetti, o qual foi protagonizado pel'"Os tantãs da interiorização"[30]:

> Eu avisei em tempo: a solidão e o tédio de Brasília acabariam produzindo graves fenômenos de desequilíbrio mental nos removidos e concentrados de menor capacidade aclimatadora – e tudo vai vindo bem antes do prazo previsto. Num cinema da Novacap, vaiaram um "short" mostrando as belezas do Rio de Janeiro. Apareceu o Pão de Açúcar, depois o Corcovado, mais adiante eclodiu o colar de pérolas da Avenida Atlântica, e tome fiau de dedo na boca no bom estilo de vaia de frequentar de "poeira" ou de maluco.
>
> ***
>
> Num primeiro instante, um psiquiatra presente pensou tratar-se de sabujice. Talvez J.K ou Israel Pinheiro estivessem na sala, e alguns dos arigós que ajudaram a espoliar o Rio achassem lucrativo cuspir no prato em que comeram, para comer mais no prato novo a cujo alcance se puseram logo. Os sabujos são ilimitados na sua bajulação: chegam a insultar os bajulados com o primarismo do seu bajulamento. Aquilo seria um insulto para qualquer estadista, mesmo que fôsse ainda mais megalômano do que aquêle que se deixou exibir em fantasia de Fernão Dias Paes nos enormes cartazes de propaganda eleitoral pregadas aos andaimes de Brasília. Depois de observar um pouco, o psiquiatra fêz seu diagnóstico: miolo amolecido pela saudade, pela melancolia, pela ausência de mar e de montanhas: sentimento de frustração, revolta esquizofrênica do amante contra o objeto dos seus amôres – os primeiros tantãs da interiorização; os birutas, precursores da conquista do "hinterland", e abençoados futuros inquilinos do hospício local, ainda por inaugurar devido à falta de motivos ou inexistente devido a um esquecimento do Niemeyer.
>
> ***
>
> Vaiar uma série enorme de homens do Rio de Janeiro seria compreensível, pois se muitos, dignos de vaia, se mudaram para Brasília, e deviam estar no cinema, alguns ficaram, para desgraça nossa. Mas vaiar os panoramas de uma cidade como esta, meus amigos, só alucinado pelo espírito de cavação, num recorde de puxa-saquismo, ou realmente tresloucado pelo banzo que vitima o funcionário removido e concentrado sob a impressão obsessionante de um escravagismo burocrático. Vaiem o sol, vaiem a lua, vaiem os crepúsculos, vaiem os amanhecêres, vaiem as nuvens, vaiem as estrelas, vaiem as árvores, vaiem as ondas: vaiem Deus pintor e Deus escultor na vaia com que queiram ofender esta cidade onde se concentraram as mais divinas criações panorâmicas e paisagísticas. Um fiau para Cardif, cidade preta de carvão, ou para a ilha do Diabo, onde ficou a maldição dos grilhetas, a gente compreende, porque também nos contrastes se fêz a obra do Criador. Mas vaiar o Rio, senhores brasilienses, novinhos em fôlha, em fôlha de pagamento, só mesmo camisa-de-fôrça. Foi o que o psiquiatra receitou: camisa-de-fôrça.

[30] *O Globo*, 13 jun. 1960, n. 10462 (vespertina), p.3.

***

> Outro ensandecido por impossibilidade de aclimatar-se é aquêle deputado mais parvo do que ateu, e mais louco do que ateu e parvo, que para fazer demagogia com seus mistificados eleitores do morro do Borel, e para diminuir a obra redentora de D. Hélder Câmara, sugeriu a instalação dos favelados, sob ameaça de despejo, no Palácio São Joaquim. Camisa-de-fôrça nêle! outro vítima da interiorização sem preparo físico e psiquiátrico: é da leva dos bandeirantes tantãs que o Fernão Dias Pais do andaime pós vendo esmeraldas nos cacos de garrafas... e em estado muito mais adiantado ainda de depressão psicogeográfica revelou-se o parlamentar pirólatra, autor de uma fogueira pública com os móveis de seu apartamento, vítimas do seu desagrado. Encamisem-no depressa! O homem está em ponto de bala para incendiar o nosso Reichstag.

O cronista-narrador sai em defesa de sua cidade, apresentada no filme em imagens internacionalmente reconhecidas: o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Avenida Atlântica, justamente aquelas que reverenciam as belezas naturais do Rio. O que torna a situação digna de nota e indignação é que essas imagens, mostras das "mais divinas criações panorâmicas e paisagísticas", sejam vaiadas pelos expectadores e, por isso, faz pairar a dúvida a respeito do estado mental desses detratores.

Se, num primeiro momento, aponta como causas para a sandice "a solidão e o tédio" de Brasília, já estabelecendo, então, a oposição entre as duas cidades, não é, contudo, contra a nova capital que se dirige inicialmente. Em vez disso, o cronista-narrador mira em explicar a cena pelo perfil daqueles que a promoveram: os "removidos" do poder federal, "arigós que ajudaram a espoliar o Rio". Por isso mesmo, a primeira explicação destacada pelo "psiquiatra presente" é aquela que evidencia o caráter político: a "sabujice", a necessidade de bajular aqueles que puseram em ação o plano da mudança da capital, os quais poderiam estar presentes na exibição da película. Poderíamos entender que, neste caso, os bajuladores não teriam vaiado, propriamente, o panorama do Rio, mas a sua representação como *antiga capital*, afirmando como ela foi *ultrapassada* por Brasília, apesar de todas as dúvidas que pairavam sobre a grandiosa obra, e com isso elogiando seus executores políticos. No entanto, para o cronista-narrador, apoiado no argumento de autoridade do psiquiatra, isso já demonstraria a ausência de discernimento das pessoas, cegas pela politicagem.

A segunda hipótese, porém, vem somar-se: o "miolo amolecido pela saudade, pela melancolia, pela ausência de mar e de montanhas: sentimento de frustração, revolta esquizofrênica do amante contra o objeto dos seus amôres". A paisagem do Rio de

Janeiro passa, assim, a primeiro plano, no lugar de sua condição preterida como capital, pouco importando, então, que a vaia possa ter sido *simbólica*. A utilização do diagnóstico freudiano, pautado no famoso ensaio "Luto e Melancolia", de 1914, entra, assim, em consonância com a indignação do cronista-narrador por se valer das explicações acerca do inconsciente e, dessa maneira, em vez de tratar o Rio como a cidade preterida, revela-a como injustiçada. Isso porque, segundo Sigmund Freud (1996), a melancolia é um processo de luto incompleto que gera uma lamentação sem fim sobre o objeto amado perdido, revelando, assim, uma relação ambígua em que se manifestam o amor e o ódio, pois, amando-se ainda o objeto perdido, a forma de se manter fiel a ele é mantendo-se fiel, também, à dor que a sua perda causa, como uma espécie de prazer masoquista. Seria, então, tal ambiguidade o que se abateu sobre os políticos "removidos" promotores da agressão, significando, afinal, que o processo de separação do Rio (nesse caso, a saída forçada em direção a uma nova capital) foi doloroso, mas eles, inconscientemente, mantêm-se fiéis à cidade. E é na visão de sua natureza que a sensação dessa perda se sintetiza, afirmando a grandiosidade do Rio sobre Brasília, esta que, sem "mar e montanhas" e sem ter sido feita por "Deus pintor e Deus escultor", mas pelos homens, não está inscrita no coração sequer daqueles que apoiaram sua construção.

Por fim, ambas as explicações terminam por se complementar, uma vez que é o contexto político que permite o desenvolvimento da sandice "num recorde de puxa-saquismo, ou realmente tresloucado pelo banzo que vitima o funcionário removido e concentrado sob a impressão obsessionante de um escravagismo burocrático". O "tédio e a solidão de Brasília", somados à privação da cidade "objeto de seus amôres" e à necessidade de bajular os executores da nova capital, tudo converge para o clima de "desequilíbrio mental" instalado. E isso se prova, ainda, evocando-se a história do deputado que "sugeriu a instalação dos favelados, sob ameaça de despejo, no Palácio São Joaquim" (o Palácio Arquiepiscopal da cidade), atribuindo tal ideia à sua "impossibilidade de aclimatação" no Planalto Central, como "vítima da interiorização sem preparo físico e psiquiátrico".

Afinal, tal estado de coisas parece confirmar o que Pongetti *previra* em "Cidade-mulher", quando dizia que "[o]s enormes vazios e os enormes silêncios que rodeiam Brasília podem tornar-se maléficos como a solidão, que Valery aconselhava a dosar farmacêuticamente". Essa ressalva parecia rebater uma outra ideia que circulava a respeito do *isolamento* da nova capital, a de que a sua mudança para a "imensidão

deserta do interior" seria produtiva porque cercaria os políticos dos problemas nacionais a resolver, como foi defendido por Mário Pedrosa (1981, p. 392): "Isolados na solidão da Capital, os grandes problemas nacionais crescerão assustadoramente aos olhos deles, como questões imediatas, concretas, a afetar-lhes a vida particular". Nessa leitura, o Rio de Janeiro é tratado efetivamente como uma *distração* para a vida política, ideia essa que tinha a ver com a sua vida cosmopolita, a qual faria com que estivesse com as costas voltadas para o Brasil, e seus problemas mais profundos e reais, enquanto os olhos miravam constantemente o exterior, por isso também a visão de que vivia de "falsidades externas ou aparentes" e, em seu lugar, era preciso uma capital que refletisse "o sentido do interno, do verdadeiro" (OLIVEIRA, 2005, p. 173). A crônica sobre "Os tantãs da interiorização" demonstraria, então, que a questão não seria tão simples, e a distância imposta à cidade-capital poderia mesmo levar à ausência de discernimento sobre a realidade, seja ela política, estética ou social.

Quanto ao Rio, nesse cenário, o que mais se destaca na pena de Pongetti, como também na de Rubem Braga e Elsie Lessa, é a ressignificação acerca da suposta distração, focalizada sempre como qualidade de vida, associada à sua natureza. Assim, mesmo que em "Cidade-mulher" se admitisse o discurso de que o "Govêrno-Federal deve instalar-se em lugares viris, que não arraste os legisladores à adoção de uma filosofia hedonista", fazia-se de modo a ressalvar que tal hedonismo não era um defeito, mas apenas uma vocação que estava, até então, deslocada na cidade. E quando, em "Introdução do Guanabarismo", afirmava-se que o "Legislativo é o mais incômodo dos poderes. Seu lugar é mesmo no planalto, com mil quilômetros de ermos à sua volta", ressaltava-se, de novo, que o Rio não era mesmo o seu lugar, que melhor seria a partir de então, quando poderia viver a sua vocação natural.

Nesse sentido, o Rio, abordado como cidade-natureza, aparece constantemente como *remédio.* Para o isolamento imposto aos políticos, mas principalmente para os seus próprios citadinos, ecoando nas crônicas a afirmação de Ferreira Gullar ao observar a ressaca-filosófica: "Eu, por mim, não me mudo: prefiro o dilúvio ao sertão. Acostumado ao mar como à minha pele, à sua presença ora à direita ora à esquerda, ora como um ruído que chega à sala de jantar, jamais sairei de sua vizinhança". Dessa maneira, o Rio não se sentiria tão longe dos ideais do urbanismo modernista, pelo menos naquilo que se referia a "cultivar o corpo e o espírito", como apregoava a Carta de Atenas (VIDAL, 2009, p. 203).

5.2 *Rio de todos os corações* e de toda cultura

Uma outra forma de cuidar do espírito na vida urbana foi lembrada por Manuel Bandeira, na crônica singelamente intitulada "Rio"[31]:

> A nossa Capital continua, em 1959, a inspirar versos e prosas de acentos tão românticos quanto os do argentino e romântico Mármol, que, por volta de 1843-1845, andou por aqui e, a propósito da Baía de Botafogo, disse que quem não a contemplou ao luar
>
> *ese no ha visto en la natura*
> *[el sello*
> *de la melancolía y de lo bello*
>
> Nestes últimos dias, recebi quatro livrinhos, onde em três línguas se decantam em amoroso entusiasmo, as belezas clássicas da cidade que Carlos Lacerda chamou outro dia a Paris da América, o que só se pode aceitar num ambiente carregadamente lírico, como foi o da convenção udenista. Mas o próprio francês, e creio que parisiense, Phillipe Greffet, autor de um daqueles quatro livrinhos, não descobre traços de Paris no espírito dos cariocas? Não diz: "Rio tout comme Paris..."?
>
> Rio. Rio de Janeiro. Rio de janeiro a dezembro. Rio de tôdas as horas. Rio de todos os corações, como escreve o mesmo Greffet, assim intitulando o seu encantador volumezinho: se a Bahia é de todos os santos, Rio *est de tous les coeurs*. Greffet não se limita aos sempiternos temas cariocas – Corcovado, Pão de Açúcar, Tijuca, Paquetá etc. Greffet descobriu a Ilha de Jurubaíba, *ou* [sic] *les verts se marient à l'air des plages* ; descobriu ainda que o Pôrto do Rio não é como os outros (*Un port ressemble toujours à un port*, Rio não).
>
> Gaston Figueira manda-me de Montevidéu o seu *Estrellamars*.
>
> Êste sabe o que a maioria dos cariocas não sabe, ou seja, que a Baía de Guanabara *reprodus en prodigiosa curvatura el mapa del Brasil*. Os epítetos com que êle celebra a cidade de Mem de Sá são os mais ardentes do dicionário: *ciudad incomparable*... gigantesca... *milumanuchesca*...gloriosa... mágica... (Gaston não esquece os *hermanos* poetas que vivem no Rio – o pernambucano que assina esta crônica, obrigado, Gaston! Os mineiros Carlos Drummond de Andrade e Murilo Mendes, as musas cariocas Gilca Machado e Cecília Meirelles, enfim, todos os poetas do Rio e do Brasil).
>
> De Roma envia a italiana Ines Mari *Il Poema di Rio de Janeiro*. Rio, a Cidade *Signora del mondo*, cujo corpo *aplende de ricchezze infinite.* Esta gostaria de ancorar aqui. Traduzo:
>
> *Tenho o coração na mão*
> *Para lançá-lo ao mar*
> *Como se lança*
> *A âncora do veleiro...*
> *Ancorar aqui*

[31] *Jornal do Brasil*, 11 de nov. 1959, n. 263, p. 3.

Com o meu cansado
Coração peregrino
E acabar em beleza
Imersa nestas águas...

> Do altiplano de La Paz, onde anda agora o nosso querido Tiago de Melo, me chega a prosa poética de Oscar Soria Gamarro dedicada à visão e cenas do Rio. Rio *contado y soñado.* Rio onde há *barrios enteros que son verdaderas orgias de cemento y cristal*. Êste descobriu que o Rio cheira *a hogar y a paseo, a tierra y a palmera*. Não gostei foi que dissesse que o Rio é *el principio y la meta y el cruce de todos los caminos del Brasil*. Meta, não. Meta é Brasília.

O cronista-poeta, que constantemente usava sua sessão também para falar de livros lançados e agraciar com sua leitura colegas do campo literário, transforma sua crônica daquela quarta-feira em uma mescla de deferência aos poetas cujos livros recebera e à cidade do Rio, a quem os mesmos poetas fazem reverência em suas obras, e que ele inicia chamando "a nossa Capital". A visão da natureza e a paisagem exuberante da cidade é o tom marcante em todos os poemas citados, e colabora para os "acentos tão românticos" notados, já que o extravasamento lírico refletido nos elementos naturais e/ou por eles despertados é um dos traços do estilo romântico, dominante na literatura ocidental ao longo do século XIX e que deixou grande influência. No entanto, não se trata do estudo de uma escola literária, mas propriamente de um tom de lirismo mais aguçado despertado pela paisagem "em três línguas diferentes", como faz questão de notar o cronista-narrador. É, portanto, o amor pela cidade do Rio, representada, uma vez mais, em sua paisagem natural, que conecta os poetas nos dois continentes, Europa e América, seja como Philippe Greffet (1924-2009, Lyon - França), que publicara seu livro *Rio de tous les cœurs* naquele mesmo ano, ou os que dela falaram anteriormente, como o argentino Mármol (1817-1871, Buenos Aires - Argentina), em meados do século anterior.

Ao enfocar esse olhar estrangeiro, a crônica ecoa o ideal cosmopolita tão presente no imaginário carioca, isto é, o desejo de ser visto e reconhecido por suas belezas inigualáveis lá fora – ainda que isso ocorra sem que se deixe de lembrar a comparação com Paris, "Rio tout comme Paris", modelo que o Rio seguira de perto ao longo do século XIX e que, apesar de não o ser mais oficialmente na metade do século XX, permanecia pelo menos no imaginário dos mais antigos, como o próprio Bandeira (ou como Pongetti, ao falar dos pardais e do Sena, em "Agonia da Metrópole"), e com

certeza marcado na paisagem que a Belle Époque de Pereira Passos legou à cidade. De qualquer forma, a exaltação da perspectiva internacional e a busca por evidenciar o referendamento do olhar estrangeiro para a cidade são feitos de maneira a valorizar a identidade carioca, que naquele momento não mais buscava ser apenas "metonímia do Brasil", mas procurava pelas suas qualidades diferenciais, de certa forma trazendo à tona a ideia de que a marcação da diferença é, em si, uma forma de se criar significado (HALL, 2016, p. 154): o significado de ser carioca é algo *diferente* de ser brasileiro, ainda que faça parte dele. Porém, não se trata de um referendamento turístico – inclusive, um dos poetas se destaca justamente por ter ido além das imagens consagradas, referindo-se à Ilha de Jurubaíba –, ou político, mas de uma consagração poética.

Se, de um lado, os poetas trazem à tona aquelas imagens da cidade-natureza como vimos anteriormente, de outro, o Rio representado pelo cronista-narrador *a partir* deles não é exatamente este conectado com sua paisagem natural. O que ele ecoa é também o cosmopolitismo como lugar de "acolhimento e hospitalidade que tendem à unidade da multiplicidade dos povos que compõem uma coletividade", como Olgária Matos (2010, p. 266) sintetiza esse ideal da metrópole moderna pautado no projeto iluminista. O cronista-narrador faz questão de assinalar a lembrança de um dos poetas, Gaston Figueira, a respeito dos poetas "que vivem no Rio", vindos de todos os cantos do país (como o próprio Bandeira, pernambucano de nascimento), e que contribuíram para os seus círculos culturais, evidenciando, com isso, uma imagem da cidade que Ângela Maria Dias (2001, p. 60) chamou "Meca do Brasil", devido a para ali correrem "peregrinos de todas as estirpes", incluindo "letrados candidatos a um lugar ao sol, na estreita faixa de areia na intelectualidade do país". Mas, se tal faixa é estreita, é justamente no Rio que ela se encontra, e a cidade aparece como acolhedora dos poetas migrantes. Mas não somente, uma vez que mesmo os poetas estrangeiros que por ela passaram sentem-se em casa e lhe entoam versos. Essa espécie de linhagem de poetas criada na crônica dá o tom de uma cidade cultural, inspiradora e receptora de artistas e, por isso mesmo, lugar privilegiado da intelectualidade. Um posto que Brasília não deveria lhe retirar. A brincadeira, ao final, rejeitando o uso da palavra "meta", usada pelo poeta boliviano para evidenciar que o Rio seria mesmo a cidade do coração brasileiro, deixa nítida essa condição ao soar como uma ironia diante de tudo que a

crônica traz a respeito da reverência prestada nas letras internacionais e no papel desempenhado pela cidade na cultura do país, ao servir de incubadora artística.

É a importância do espaço urbano para o desenvolvimento da cultura, e vice-versa, que fica nítido na crônica, afirmando as cidades como berço de intelectualidade, parte fundamental da cultura na tradição iluminista. Segundo Lefebvre (2011, p. 36), essa ideia se relaciona com a divisão do trabalho material, associado ao campo, e o trabalho intelectual, associado à cidade, pelas "funções de organização e direção, atividades políticas e militares e a elaboração do conhecimento teórico". Nesse interim, as cidades se tornam polos culturais por excelência, como criadoras e atrativas de intelectualidade. Roger Chartier (2001, p. 122) fala, por exemplo, a respeito de como a cidade foi para a literatura não só um tema privilegiado, mas também lugar fundamental de sua circulação, o que nos faz percebê-la como uma prática cultural urbana. No Brasil, Antonio Candido (2006) afirmou que a Literatura Brasileira só passa a existir no período do romantismo (início do século XIX), justamente porque é quando começa a existir um *sistema literário*, em que além de obras e escritores, há um meio de circulação, o jornal, e um público leitor ampliando-se e em contato permanente com as obras, o que só foi possível, portanto, a partir de uma organização urbana, em que o Rio de Janeiro era, inclusive, um dos principais centros, por ser então a sede do Império.

Não seria de se estranhar, então, que Bandeira parta da ideia – e do desejo – de uma permanência do Rio no campo referencial da cultura, em especial no campo poético. No entanto, era de se esperar que no contexto da transferência da capital e seus símbolos alguns conflitos fossem gerados, como o que se deu em torno da Academia Brasileira de Letras, comentado por Rubem Braga em "Os imortais candangos"[32]:

> Quando eu digo que a capital pode se mudar no dia marcado, muita gente não acredita. Falta tudo em Brasília! – clamam os pessimistas, muitos dos quais, de tão pessimistas, jamais foram lá. Se eu insisto, até fica parecendo que sou corretor de lotes, ou agente secreto da Novacap.
>
> Mas é a tal coisa. Uma cidade não se avalia e pesa somente pelos edifícios construídos e ruas abertas, mas também pelo ambiente cultural que nela se forma. E nesse terreno Brasília está bem servida, pois, segundo comunicação que me chega pelo correio, já tem a sua academia que, para se diferenciar da outra, da Esplanada do Castelo, se chama Brasílica, e não Brasileira. Foi formada nos moldes da "Académie Française", como diz o comunicado, e já tem completo o quadro de seus quarenta imortais.

[32] *O Globo*, 13 jan. 1960, n. 10335 (única), p.2.

> O Presidente é o venerando homem de teatro Paulo de Magalhães. Membros: todos os ministros de Estado, desde Marechal Lott até o Sr. Meneghetti, várias figuras da Novacap (o Dr. Israel, o udenista Meinberg, o chefe de Polícia de Brasília, General Osmar Dutra, etc.) e mais o Senador Filinto Müller, o Dr. Vadinho Penido, o General Nélson de Melo, o Dr. Jango, o Padre Teixeira e o Arcebispo D. Fernando Gomes. Não está explicado se em caso de mudança de Ministério ou de Casa Civil haverá também mudança de imortais.
>
> Dou um doce a quem for capaz de adivinhar qual o Presidente de Honra, cujas iniciais são J.K.
>
> Não sei se haverá "jeton" de presença, chá semanal ou prêmios anuais distribuídos por êsses ilustres candangos da cultura brasileira. Sei que o Sr. Osvaldo Orico, imortal da Brasileira, e tão admirador de Brasília como Sr. Paulo de Magalhães, quis mudar para lá a velha academia, mas houve resistência dos outros imortais – que, a partir de abril, serão, no máximo, imortais estaduais, e talvez sejam obrigados por lei a se fundirem com os imortais da Academia Fluminense de Letras. Isso, se houver fusão do Distrito com o Estado do Rio; em caso contrário, a Brasileira terá de misturar-se com a Carioca.
>
> Mudança sempre dá essas trapalhadas; mas espero que, Brasília já tendo academia, está desfeita a última objeção dos recalcitrantes do tipo cultural. Aos outros, informo que também se mudarão o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional...

Publicada num momento em que ainda estava se decidindo o que mudaria ou não para a nova capital, entre órgãos governamentais e não-governamentais, e ainda o que iria imediatamente[33], a crônica traz já o desdobramento da decisão de não mudança da Academia Brasileira de Letras. Segundo o cronista, a decisão fora tomada devido à resistência "de outros imortais", que reagiram à sugestão do então presidente Osvaldo Orico (1900-1981), "tão admirador de Brasília" quanto Paulo de Magalhães (1900-1972), este que resolvera criar, então, uma nova Academia na nova capital. O cronista-narrador tece críticas de maneira irônica à nova Academia anunciada e não deixa de questionar acerca da representatividade da antiga Academia em razão de sua permanência no Rio.

A questão da mudança da instituição, que acabou "resolvida" com a criação de um nova[34], não deixa dúvidas ao cronista-narrador de que se trata de uma disputa entre a

[33] No mesmo dia em que essa crônica é publicada, por exemplo, o *Jornal do Brasil* (13 jan. 1960, n. 10, p. 5) noticiou: "Ministério do Exterior irá em abril, mas Chancelarias não têm sede em Brasília", evidenciando uma mudança processual, lenta e possivelmente parcial, inclusive para órgãos considerados essenciais politicamente.

[34] A iniciativa, porém, não vingou. Segundo E. D'Almeida Vitor, em artigo publicado no *Correio Braziliense* de 22 de agosto de 1965, isso aconteceu "por lhe faltarem, então, condições básicas, e até elementos constitutivos" ("Brasília ano V: O processo cultural". *Correio Braziliense*, n. 1604, p. 20). A

antiga e a nova capital, ao afirmar que "[u]ma cidade não se avalia e pesa somente pelos edifícios construídos e ruas abertas, mas também pelo ambiente cultural que nela se forma". Remetendo ao imaginário da cidade como lugar do "espiritual", bem como da "subjetividade" e "reflexão" (LEFEBVRE, 2011, p. 36), coloca a cultura par a par com o ambiente arquitetônico e urbanístico para se *valorar* uma cidade como tal, numa imagem que bem passa a representar as duas cidades na crônica, como em uma balança: o Rio do "ambiente cultural" estabelecido, de onde os imortais da ABL recusaram-se a sair; a Brasília de "edifícios construídos e ruas abertas", onde será necessário construir também o ambiente cultural, como mostra a nova Academia.

O tom irônico acerca da Academia que deverá ser fundada em Brasília não está ligado, porém, ao fato de ela precisar construir esse ambiente, mas no modo como isso estaria sendo feito ao se confundir o campo literário, pelo qual se entende que uma Academia de Letras deveria prezar, com o campo político. Isso é evidenciado quando o cronista-narrador anuncia quem são os seus imortais, bem como o Presidente de Honra, principalmente quando abre ao questionamento: "Não está explicado se em caso de mudança de Ministério ou de Casa Civil haverá também mudança de imortais". Embora para ser imortal de uma tal instituição pressupunha-se o talento individual na área das Letras, a afirmação deixa nítido que as nomeações estariam se dando menos pelos membros em si do que pelos cargos que eles ocupavam no Governo. Sendo assim, se a cidade também "se avalia e pesa" pelo seu ambiente cultural, a criação da nova Academia não parece contribuir neste caminho.

Quanto à antiga Academia Brasileira de Letras, apesar de sua permanência na cidade denotar o quão estabelecido estava o seu ambiente cultural, o que o cronista-narrador levanta, em tom de brincadeira, a respeito de "que, a partir de abril, serão, no máximo, imortais estaduais", traz também a incerteza acerca da manutenção do Rio como cidade representativa da cultura nacional e sua aglutinadora, o que o posto de capital lhe assegurava. Naquele momento, predominava a ideia de que Brasília deveria ser, além de centro político, também o centro cultural do país, e a previsão de serem construídos, no Eixo Monumental, prédios destinados ao Museu Nacional, Biblioteca Nacional e Teatro Nacional, todos projetados por Niemeyer, torna nítida essa vontade[35].

primeira Academia de Letras em Brasília só se efetivou em 1968, chamada Academia Brasiliense de Letras.

[35] Desses, apenas o Teatro Nacional teve sua construção iniciada ainda no contexto da mudança, em 1960, enquanto os demais só tiveram seus projetos retomados no fim do século XX. Márcio de Oliveira (2005, p. 240-1) destaca um discurso de JK, de setembro de 1960, em que ele admite que "nunca passou

Além disso, centro cultural significava ser o centro de representação da brasilidade, e se isso se evidenciava, sobretudo, no projeto urbanístico e arquitetônico modernista, não deixava de alimentar sonhos como o do crítico Mário Pedrosa (1981, p. 244), o qual acreditava que a centralidade geográfica da nova capital facilitaria o agregamento da intelectualidade nacional em termos físicos e culturais, potencializando a visão sobre a diversidade nacional, que surgiria "à nossa imaginação como uma imposição". Uma visão que tinha suas bases no próprio projeto de construção da nacionalidade de que Brasília era a "meta-síntese", "santuário da nova cultura brasileira elevada a dimensão universal" (VIDAL, 2009, p. 227), sem esquecer de que nacionalidade e desenvolvimentismo são duas faces da mesma moeda em tal projeto e diretamente ligados, portanto, ao progresso do país.

Márcio de Oliveira (2005, p. 180) afirma que parte fundamental da consolidação da nova cidade foi a sua construção simbólica possibilitada pela sua divulgação nos jornais e revistas, com textos e fotos, assim como as gravações e as visitas organizadas desde o início de 1958. No entanto, se um de seus objetivos era tornar-se centro da cultura nacional, Benjamin Costallat expõe uma falha no seu projeto de representação cultural em duas crônicas de 1958, em que foca os eventos oficiais organizados para conhecer Brasília. Na primeira, destaca "Os que nunca vão ao Baile"[36] :

> Brasília, para mim, será sempre inatingível, já que meu coração não permite sacolejos nem altitude.
>
> [...] Mas, por isso, posso mostrar a insuspeição do que vou expor. Não estou em causa.
>
> Nas nababescas "caronas" constantemente oferecidas pelo Govêrno para uma agradável excursão pelo Planalto Central, parece que foram esquecidos os que mais úteis seriam para a divulgação da cidade-relâmpago. Aquêles que escrevem, os que poderiam lhe dar publicidade; cobertura jornalística ou literária.
>
> Está muito certo que seja convidada essa jovem italiana apaixonada pelo Brasil e que se dedicou ao estudo e ao amor pelas nossas coisas, mas também seria justo que fossem convidadas nossas escritoras e os

pela nossa ideia, de que em curto lapso de tempo fosse possível transferir para a nova sede do governo central todos os serviços instalados no Rio de Janeiro". Nesse contexto, dentre todos, a representação da cultura nacional – ao menos no que se refere à sua faceta concretizada arquitetonicamente, juntando-se aos demais símbolos de poder da capital – parece ter sido rapidamente preterida, ainda que isso não apareça no discurso oficial. Não deixa de ser importante questionar se o fato de o Rio de Janeiro já ter um determinado peso nesse campo também não teria influenciado nessa espécie de abandono do projeto.

[36] *Jornal do Brasil*, 30 set. 1958, n. 228, p.3

> nossos jornalistas, principalmente os de alguma categoria que tivessem engenho e leitores para que a viagem não fôsse perdida.
>
> [...] Os homens que escrevem, no Brasil – e escrevem realmente, e não pelos elogios mútuos – nunca tiveram um convite, nem para uma parada de 7 de setembro. E, no meio dessa opulência e nesse esbanjamento de recepções e de banquetes, jamais lhes foi oferecida a honra de beber um copo d'água no cenário dos privilegiados e dos amigos poderosos do Zica.
>
> [...]

Já no mês seguinte, retoma a questão em "Piquenique aéreo"[37]:

> O novo "viscount" do Presidente da República levou, em sua segunda viagem, vinte e duas senhoras da sociedade, acompanhadas do simpático colunista Jacinto de Tormes, para uma excursão a Brasília.
> A viagem teve um toque de mundanismo [...]
> Assim decorreu, como se estivessem em uma elegante recepção – com o Sr. Jacinto a lhes anotar os nomes e as "toilettes" – êsse passeio aéreo, espécie de piquenique do espaço, favorável ao bom humor, às boas impressões e a uma feliz recordação. [...]

Cronista experiente, Costallat remarca a importância dos que "escrevem realmente" para a repercussão dos eventos com "cobertura jornalística ou literária", portanto, de maneira séria, não apenas por diversão, como aparece na segunda crônica, em que o "colunista" parece estar ali apenas para "anotar os nomes e as 'toilettes'" das "senhoras da sociedade". Desse ponto de vista, o cronista do *Jornal do Brasil* coloca em questão o papel cultural que Brasília deveria desempenhar, já que foram excluídos da sua construção simbólica oficial os escritores que, afinal, "nunca tiveram um convite, nem para uma parada de 7 de setembro", ou seja, permanecem tendo seu papel negligenciado, preteridos pelo jogo político, de maneira muito semelhante ao modo abordado por Braga. É interessante que a primeira vez em que se falou de uma excursão de escritores à nova capital foi apenas em 1959, quando o crítico Mauritônio Meira anunciou em sua coluna no JB, "Vida Literária", que a revista *Leitura*[38] estava organizando uma série de viagens por conta própria, e seu objetivo era levar escritores com posicionamentos diversos para "dirimir dúvidas", "destruir o ceticismo" e

[37] *Jornal do Brasil*, 21 de out. 1958, n. 246, p.3.

[38] A Companhia Editora Leitura foi fundada em 1942, por José Barbosa Melo, como revista bibliográfica e crítica, e tinha por objetivo a divulgação e democratização da literatura para a classe trabalhadora, afirmando-se como revista de esquerda (DOCE, Cláudia Rio. Leitura: entre a política cultural e a cultura política. *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC*, 13 a 17 de julho de 2008. P. 01-08. São Paulo - SP, 2008). O lançamento de seus números era sempre informado na coluna de Mauritônio Meira.

"deflagrar entusiasmo" sobre a nova capital. Na lista de convidados da primeira excursão estavam listadas Eneida e Dinah Silveira de Queiroz[39], no entanto, nenhuma delas partiu naquele momento: até o final de 1960, a cronista do *Diário de Notícias* não escreve sobre a nova capital, a não ser sobre notícias que repercutem vindo dali; a do *Jornal do Commercio* vai já na ocasião da cerimônia de transferência, quando redige sua série de seis crônicas narrando variados momentos da visita[40]. Cronistas que viajaram à Brasília ainda naquele ano foram Elsie Lessa e Ferreira Gullar, ambos em agosto, como suas séries de crônicas nos dão conta[41], mas não foram encontradas evidências de que tivesse sido a convite em turnês oficiais, ou nas excursões anunciadas pela *Leitura*. Rubem Braga, por sua vez, esteve na nova capital entre março e abril de 1958[42], mas nada indica também que tenha sido nessas excursões, e, dentre estes, foi o único que teceu críticas ferrenhas ao empreendimento, como já vimos em diversos momentos. Mesmo não sendo convidados para as turnês oficiais do Governo, a questão é que, de qualquer maneira, suas impressões registradas em narrativa literária contribuíram para a representação da nova capital no seio do desenvolvimento do país, corroborando o papel dos agentes culturais na afirmação das cidades, função essa de que Costallat demonstra plena consciência.

Isso para a nascente Brasília, mas também não seria diferente para o antigo Rio, de papel estabelecido na cultura nacional, mas que não se arriscaria a perder o posto. Nesse sentido, o momento da transferência da capital teria sido para o Rio um dos períodos de mais decisiva atuação dos intelectuais, como sublinha Priscila Xavier (XAVIER, 2017, p. 164), cuja articulação foi fundamental para "gestar o Rio de Janeiro como capital cultural e Cidade Maravilhosa", com isso também assegurando o papel da cultura na cidade. Não se pode deixar de lembrar, nesse viés, que o próprio desenvolvimento da crônica tem a ver com a sua relação com o Rio de Janeiro: sede do Império quando começou a ser cultivada nos *feuilletons*, e capital da República, quando já se desenhava como um gênero específico[43], não se pode negar que foi ali uma das

[39] "Caravana de escritores visitará Brasília para crer ou para descrer". *Jornal do Brasil*, 18 abr. 1959, n. 89, p.6.

[40] A primeira crônica tendo sido publicada no dia 27 de abril (*Jornal do Commercio*, n. 174, p. 6) e a última no dia 04 de maio (*Jornal do Commercio*, n. 180, p. 6).

[41] Lessa publicou quatro crônicas entre 21 e 28 de agosto de 1959, assim como Gullar, mas este as publicaria entre 27 de agosto e 10 de setembro.

[42] Suas crônicas registrando a visita são oito, publicadas entre 30 de março e 06 de abril de 1958.

[43] Cabe lembrar que, embora tenha chegado ao Brasil como imitação dos *feuilletons* franceses, no início do século XIX, espaço ao rodapé da página em que se publicavam tanto os capítulos de romances quanto "impressões da vida urbana", os críticos apontam que na metade do século já era possível

principais cidades onde foi mais largamente cultivada, o que pode ser compreendido, inclusive, pela diversidade da imprensa na sede política, a qual se expandia na virada do século XIX para o XX, local propício ao desenvolvimento de "impressos de vários matizes políticos, muitos de expressão reivindicatória, periodicidade variada, segmentação enriquecida e pluralidade temática" conforme destaca Maria de Lourdes Eleutério (2008, p. 86.) . O Rio chega mesmo a ser considerado por alguns críticos como "cidade da crônica", como o faz Beatriz Resende (2001, p. 35), a qual considera que, além de a crônica ser modalidade da literatura urbana, no Brasil ela ganhou mais essa "peculiaridade", de estar ainda mais conectada a uma cidade específica. Efetivamente, se a crônica foi muitas vezes cultivada pelos escritores como uma forma de se tornarem conhecidos nos meios intelectuais, e mesmo como forma de sustentarem-se, numa época em que a imprensa acumulava as demandas da cultura letrada, como ressalta Renato Ortiz (2001, p. 29), o que só vai começar a se alterar na metade do século XX; e se esses escritores eram muitos os que chegavam na cidade em busca de reconhecimento, não é estranho que o encontro entre a crônica e a capital do país tenha se tornado fecundo e marcado profundamente tanto a história do Rio quanto a história do gênero. Sendo assim, os cronistas do momento da perda do posto de capital, ao afirmar a cidade como local privilegiado da cultura, agora independentemente do seu status político, estariam também afirmando o seu próprio lugar, assegurando-o na cidade-cultura que ajudaram a criar, o que continuariam a fazer.

Uma tal disposição faz com que o registro de Manuel Bandeira, dois meses após a efetivação da transferência, sobre "A semana em Guanabara"[44] ganhe outras dimensões:

> SEGUNDA-FEIRA - Vou ao Teatro Brasileiro de Mímica. Um rapaz de 21 anos, argentino, D. Diego Cristián, interpreta uma série de pantomimas. A estampa é boa, a mímica expressiva, mais eficiente nos efeitos cômicos, como nos episódios de *Uma personagem em Quatro Pantomimas.*
>
> TERÇA-FEIRA - Encontro de manhã, na Avenida Rio Branco, Mauritônio Meira, que me convida a tomar o melhor café-em-pé da Cidade. Gesto não de todo desinteressado, pois o colunista quer é colhêr novidades. Não tenho novidade para êle, mas no café deparamos com Athos Damasceno. Parodio os versos que Jarbas Loretti escreveu sôbre um brasileiro avistado de surpresa em La Paz:

perceber a formação do novo gênero, que se consolidaria com nomes como José de Alencar e Machado de Assis (Cf. COUTINHO, 1999).

[44] *Jornal do Brasil*, 26 jun. 1960, n. 148b, p. 3,17.

Um rio-grandense aqui nestas

[alturas,

E um rio-grandense do mais

[talento!

Sabemos que Athos Damasceno todos os anos foge ao frio de Pôrto Alegre. Na manhã seguinte fui levar-lhe um folheto ao hotel onde êle me dissera estar hospedado. O porteiro foi categórico, não havia Athos Damasceno na lista dos hóspedes. De repente me lembrei que o nome completo do poeta é Athos Damasceno Ferreira. "Ah! Ferreira sim! Tem um chegado ontem do Sul". Para o porteiro do hotel, Athos Damasceno era apenas o Sr. Ferreira.

De tarde assisto na Academia ao lançamento público das Memórias Póstumas de Brás Cubas na edição da Comissão Machado de Assis, um primor de ecdótica. Falou Antônio Houaiss, resumindo as longas páginas tão substanciais da introdução crítico-filológica de sua autoria. No seu texto duas palavras resumem o trabalho da comissão - fidelidade e fidedignidade ao grande autor.

QUARTA-FEIRA – Stella Leonardos lê no PEN Clube os seus versos mais recentes, o *Cancioneiro do Rio*, de próximo lançamento. Versos lindos, ditos com voz linda por uma môça linda. Afinal, Estácio de Sá ganhou o romance que estava pedindo e tanto merecia. Na assistência, um homem raríssimo nessas tertúlias – Carlos Drummond de Andrade.

QUINTA-FEIRA – Inauguração do Curso de Ensaio e Crônica na Academia. Fala mestre Amoroso Lima sôbre Alencar e Machado, cronistas, Anteu e Proteu. Alencar, que largou a crônica pelo ensaio, e depois o ensaio pelo romance; Machado, que estreou na crônica e nunca mais a abandonou e foi cronista até nos seus romances. Amoroso Lima lança a teoria dos três estilos: o estilo mágico (a poesia), o estilo lógico (a crítica), o estilo lúdico (o ensaio e a crônica). Enorme assistência, quase exclusivamente feminina.

SEXTA-FEIRA - Centenário de João Ribeiro, um dos grandes mestres de minha adolescência, que ficou meu mestre para tôda a vida. Vou à missa na Candelária. Não posso comparecer à inauguração do busto na Praça João Ribeiro, em frente à doce igrejinha azul de Santa Luzia. Mas meu pensamento estará lá, recordando o inesquecível professor do Pedro II.

SÁBADO – Janto com Portinari e Maria (Há casais que se separam, mas não se desquitam; Portinari e Maria iniciam um estilo novo: desquitaram-se, mas não se separaram). Saio, levando datilografados os 130 poemas do pintor. Depois eu conto.

DOMINGO – Cariocas: tão cedo Brasília não terá uma semana como essa.

Teatro internacional, cursos, lançamentos de livros, homenagens, encontros artísticos planejados e não planejados, tudo é registrado pelo cronista-narrador como em

uma agenda ou diário, com anotações técnicas, mas também com toques íntimos a respeito dos amigos, comentários humorísticos, a lembrança de versos. Sua crônica daquele domingo é exemplar da polimorfia do gênero de que falam alguns estudiosos como Afrânio Coutinho (1999), Margarida de Souza Neves (2001) e Luiz Simon (2011) para referir-se às suas múltiplas possibilidades formais, desde o comentário à narrativa ou demais experimentações, como ocorre neste caso: ao usar o formato da anotação diária em vez de fazer uma análise ou tecer um comentário geral, o texto torna mais viva a dinâmica cultural da cidade, com sua diversidade e até mesmo seus acasos (só possíveis em uma cidade com tal atrativo). Tudo pode acontecer no Rio de Janeiro, porque ali a cultura vive.

Não é, está claro, a agenda de um citadino comum, mas de um dos mais reconhecidos poetas brasileiros da época, mas de qualquer maneira a crônica recria o ambiente cultural da cidade e sua importância, e ajuda a construir, por isso, um orgulho desse lugar privilegiado no leitor. Lembrando Michel Foucault (2014), que vê o intelectual como alguém cuja sociedade reconhece que detém conhecimento e, por isso, é um dos sujeitos que tem o poder de dizer, que pode emitir determinados discursos como verdadeiros, percebemos que há uma grande importância da afirmação do poeta sobre a permanência do Rio no cenário cultural e deste para a cidade, afinal, ele circula nesse meio, é uma autoridade no campo da cultura e, por essa razão, passa segurança a sua afirmação que resume o domingo do cronista, dia em que o leitor entra em contato com sua crônica: "Cariocas: tão cedo Brasília não terá uma semana como essa". Ironia ou regozijo diante da incompletude da cidade que se dizia dever tomar o posto do Rio em todos os campos do progresso urbano?

O que não chamaria a atenção em outros momentos, porque corriqueiro da vida da cidade, a descrição da agenda cultural carioca, nesse momento e da maneira como foi feita, se torna uma afirmação política do papel do Rio no desenvolvimento cultural. Basta lembrar que os cronistas muitas vezes desempenhavam mesmo essa função de divulgadores dos eventos artísticos-culturais, a exemplo do próprio Bandeira, mas também com destaque para Eneida, como foi visto no painel, ao início, e como ficou mais evidente ao vermos "Alegrias da cidade"[45], quando a cronista-narradora celebrava as exposições da cidade depois de queixar-se da falta de água: nesta crônica de 1958, ao informar sobre os eventos, o que faz de forma bastante pessoal, como era de seu perfil,

[45] Ver capítulo 2, p. 123.

Eneida marca um contraste entre a precária infraestrutura urbana e a moderna vida cultural carioca. Já em "A semana em Guanabara" trata-se menos da informação do que de um manifesto de carinho pela cidade-cultura.

A preocupação com essa vida cultural, e com a dinâmica da cidade em torno dela, é também o que aparece para Henrique Pongetti diante d'"O monstro verbívoro"[46]:

> Tenho uma tarde livre e resolvo percorrer o centro da cidade, passo a passo para sentir bem a atmosfera urbana depois da mudança da capital. Dessa peregrinação romântico-especulativa ficou-me uma impressão muito forte: ao passar diante do Monroe e do Palácio Tiradentes, fechados, eu me senti como se estivesse diante de dois extintos e importantíssimos teatros onde houvesse visto o melhor repertório da minha vida: da farsa ao dramalhão.
>
> ***
>
> Um teatro fechado não é como qualquer outra casa fechada: uma abundante fonte de vida se estanca, lembra a esterilização de uma poderosa matriz. Um vazio de armário de bonecos emudecidos pela morte do ventríloquo que lhes emprestava o raciocínio, os movimentos e a voz.
>
> ***
>
> O pandemônio do nosso tráfego continuava diante das duas casas do Parlamento silenciadas, e delas emanava um silêncio dominador. Todos os ruídos das ferragens e dos homens eram devorados pelo voraz silêncio: um deserto silente se formava à volta dos dois antigos templos da verborragia indígena. Os lábios dos passantes em colóquios se moviam sem som, como num filme antigo cinema mudo.
>
> ***
>
> Não mudaram as câmaras: carregaram a garganta da cidade, pensei eu, abismado com a descoberta. Um pregão gritou as qualidades das suas tangerinas, – e nada se ouviu no silêncio verbívoro. Gritei para ouvir minha voz, e só a senti ressoar dentro de mim, como o zumbido de um moscardo encerrado na mão. Só bem longe dali as máquinas e os homens recuperaram seu dom de se fazerem ouvir.
>
> ***
>
> Teve um sutil senso de oportunidade e de observação quem sugeriu o aproveitamento do Palácio Tiradentes para teatro oficial de comédia, deixando o antigo Municipal para óperas, "ballets" e concertos. O Monroe também deveria ser um teatro para o mesmo gênero de espetáculos. Entranhou-se no seu cimento a alma dos histriões, a voz dos comediantes, e a versatilidade transformista de Proteu. Acabem

[46] *O Globo*, 25 jun. 1960, n. 10473 (única), p.3.

> com a mania de colocar museus estatísticos e vadios, fontes de empreguismo, em espaços reclamados pela vitalidade do nosso espírito, pelo transbordamento da nossa cultura.
>
> ***
>
> O Rio é uma cidade paupérrima de palcos, onde Govêrno e particulares se igualaram em esfôrço para fechar os poucos teatros existentes. Seria esta a oportunidade da reabilitação dentro da mais perfeita coerência: *words! words! words!* onde se recitou tantas vêzes a farsa do bem público e a tragicomédia do patriotismo. Só o teatro loquaz devorará aqueles silêncios em cujas goelas somem todos os rumôres vitais do centro da cidade. Palavras, palavras, palavras, para derrotar o monstro logomaquiano.

Como se continuasse a flanêrie registrada em "Introdução ao Guanabarismo" dois meses antes, o cronista-narrador novamente volta-se para o *vazio* e o *silêncio* deixados no centro pelo encerramento das atividades políticas, dessa vez nos dois palácios que antes abrigavam a Câmara Federal, isto é, o Palácio Tiradentes, e o Senado, no caso do Palácio Monroe. A sua associação a teatros, feita logo ao início, marca pejorativamente essas funções transferidas para a nova capital que, encenadas involuntariamente e fora de lugar como "farsas" e "dramalhões", foram protagonizadas por agentes públicos vistos como "bonecos emudecidos pela morte do ventríloquo que lhes emprestava o raciocínio, os movimentos e a voz", deixando claro que as atividades antes ocorridas ali nada tinham a ver com o exercício democrático esperado em casas parlamentares. Dessa vez, porém, o silêncio que toma lugar não abre espaço para a percepção da natureza, mas se estende pela praça cheia e leva a questionar acerca do abandono desses prédios públicos, de onde antes se ouvia tais "verborragias", e que agora aparecem como fantasmáticos. Muito embora o cronista-narrador nada traga a respeito dos prédios em si, de sua importância histórica e cultural, fica nítido que o seu fechamento incomoda, que há necessidade de trocar o vazio imposto por uma nova vida. O silêncio que inicia a narrativa de maneira positiva, porque se refere ao encerramento das encenações políticas, passa a ser negativo, porque domina o próprio centro da cidade ameaçando sua vitalidade.

A ideia de transformar tais lugares em teatros aparece, então, como duplamente justificada: pela própria trajetória involuntária a que foram submetidos, evidente na sugestão de "alguém" para que houvesse o "aproveitamento do Palácio Tiradentes para teatro oficial de comédia", o que o cronista-narrador estende também para o Monroe; e

como forma de ressignificar o poder que antes emanaram, evitando, inclusive, que se transformem em *ruínas*, símbolos, ao mesmo tempo, de um passado tido como glorioso e do presente da cidade em abandono, o que, na verdade, só evidenciaria a fantasmagoria do progresso, isto é, que aquele passado nada mais foi para a cidade que "um espetáculo montado e não a realidade" (BUCK-MORSS, 2001, p. 314). Espetáculo este de que o cronista-narrador, afinal, não discorda, marcando-lhe a face política, mas que percebe, de certa forma, como superável, justamente pela possibilidade de reutilização dos prédios, simbólicos pela sua imponência, em outras funções vitais para a cidade, o que, para ele, é a vida teatral.

Trata-se de um momento em que a ex-capital está em vias de transformação, e as disputas pelo seu projeto estão ocorrendo, motivadas pelos diferentes interesses políticos, econômicos, sociais e simbólicos, afinal como destacado por Sandra Pesavento (2007, p. 14), a cidade se revela também pela "expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos", e é em razão de saná-los que as disputas ocorrem[47]. Desse ponto de vista, se o Rio era a cidade que acolhia os artistas dos diversos setores, Pongetti, que era dramaturgo[48], também vai reivindicar o espaço, demonstrando uma certa vinculação natural da urbe com o teatro, ao mesmo tempo em que o aponta como uma forma de não deixar a cidade esmorecer, por isso, "espaços reclamados pela vitalidade do nosso espírito, pelo transbordamento da nossa cultura". Não deixa de ser importante salientar, neste contexto, que em fevereiro de 1960 *O Globo* noticiou na primeira página o projeto de transformar a nova Esplanada de Santo Antônio (aberta com o fim do desmonte do Morro de Santo Antônio, como vimos no primeiro capítulo) em um "Grande Centro de Cultura e Entretenimento", sob o título "A Broadway Carioca será uma grande atração turística"[49]. Apresentado por um grupo encabeçado pelo próprio diretor do jornal, Roberto Marinho (que estava expandindo os domínios da empresa *O Globo* para a televisão[50], e futuramente viria a concretizar-se como uma das maiores empresas nacionais no ramo do entretenimento) e que contava

[47] Uma disputa que foi, nesse caso, perdida pelos defensores da cultura. O Palácio Tiradentes, antes sede da Câmara Federal, transformou-se, ainda naquele ano, em Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara; e o Palácio Monroe, antes Senado, manteve-se como escritório de representação do Senado no Rio de Janeiro.

[48] Pongetti escreveu diversas peças desde os anos 1930, alcançando boa bilheteria nos anos 1950 (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Henrique Pongetti. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359375/henrique-pongetti Acesso em 30 abr. 2021)

[49] *O Globo*, 18 fev. 1960, n. 10366, p. 1,10.

[50] O grupo já tinha sua emissora de rádio desde 1944, e ganhou a concessão do Canal 4 na televisão em 1957 (Cf. GLOBO. História Grupo Globo. Disponível em: https://robertomarinho.globo.com/hgg/ Acesso em 04.ago. 2021).

com o apoio de importantes associações e sindicatos, como o de autores e compositores, músicos, hoteleiros, além de fundações, o projeto visava a construção de teatros, salas para concertos, exposições e salões de Arte, e seria apresentado à Câmara de Vereadores do Rio. Na matéria, a ideia é apresentada como "indispensável ao desenvolvimento do Rio, que precisará criar novos motivos para atrair o turista, principalmente depois da mudança da capital para Brasília", inserindo-se, portanto, na disputa pelos caminhos da cidade e espelhando-se, para isso, na modernidade norte-americana, que sintetiza a fusão das ideias de cultura e entretenimento no "showbusiness", fruto da cultura de massas. No Brasil, no entanto, esta ainda era incipiente, de acordo com Renato Ortiz (2001), uma vez que para se efetivar a massificação da cultura é necessária que haja uma certa democratização do acesso aos bens culturais, o que ainda não ocorria de maneira satisfatória no país, em que estes ainda eram vistos sobretudo como diferenciadores, de uma elite financeira e cultural. A ideia de criar essa "Broadway" vai, então, na direção de se aprofundar nos rumos de tal massificação, com o argumento de que geraria retorno financeiro ao impulsionar o turismo, o que está totalmente de acordo com o que Marcelo Ridenti (2014, p. 233) vê, a partir de 1960, como parte do "processo rápido de generalização da economia de mercado com o amadurecimento da racionalidade capitalista, envolvendo a constituição de uma lógica burocrática e de cálculo para atingir fins lucrativos, até mesmo no âmbito da produção cultural". Mais interessante ainda, neste caso, é que tenha sido a atividade teatral o instrumento visto como importante neste caminho, pois Renato Ortiz (2001, p. 73) assinala que permanecia sobre o teatro uma visão de arte elitizada. Entretanto, se ainda não havia, de fato, uma cultura de massas, Ridenti (2014, p. 245) lembra que também "não havia uma sólida cultura erudita no país, com fronteiras bem-estabelecidas entre as artes, a ser afetada pela cultura de massa. Esses processos ocorreram quase simultaneamente, sobretudo a partir dos anos 1960". Logo, podemos inferir que tal uso do teatro tornar-se-ia central justamente porque ele era, naquele momento, muito importante para o desenvolvimento da televisão, o mais moderno meio de comunicação, cuja linguagem ainda bebia diretamente da linguagem teatral, só vindo a se diferenciar efetivamente mais tarde. O teatro parecia, então, nessa mescla, realmente aliado à imagem da modernidade e do progresso.

Pongetti, na verdade, não fala da criação desse espaço americanizado no centro do Rio, mas, sendo membro da comunidade teatral e cronista do jornal do idealizador do projeto, é possível supor que estivesse envolvido também com ele, muito embora não

possamos sequer avaliar, com estes dados, em que grau de concordância. De toda forma, sua crônica se desenha nesse mesmo horizonte e traz nitidamente o mesmo teor de que o campo cultural, considerado prioritariamente no domínio artístico, seria a oportunidade de a cidade continuar viva e progredindo, bem como a ideia de que é preciso *concretizá-la* na cidade, e é por isso que considera importante a transformação dos antigos prédios, justamente pela sua carga simbólica: é preciso não apenas que haja teatros, mas que eles sejam marcantes, que sua visibilidade seja a visibilidade da própria vida cultural, assim como o mar e as montanhas que se exibem na paisagem natural, criando aquelas imagens fortes de grande poder identitário, de que falava Kevin Lynch (1989).

Se no que se refere à vida teatral Pongetti via no momento uma possibilidade de ampliação da representação da cidade no âmbito cultural, o cronista ressaltava que em outros domínios culturais o Rio tinha já uma imagem forte, como se via na vida noturna da prestigiada Copacabana. Em julho, é sobre o frequentamento desses espaços que fala em "Mula sem cabeça"[51]:

> Depois da mudança da Capital Federal para Brasília houve um decréscimo de quase quarenta porcento na freqüência de bares e boates noturnos. Quem afirma isso não é um boêmio desertor e megalômano que, por voltar a dormir cedo, julga haver desfalcado a noite de metade da sua gente. Quem forneceu a estatística preocupante foi o Rei da Noite, o homem que mais tem batalhado para não entregar a escuridão do Rio à mula-sem-cabeça, ao lobisomem a outros fantasmas característicos das noites provincianas, onde o tédio leva o indivíduo a dormir quando as galinhas bocejam.
>
> ***
>
> Vocês me perguntarão, muito logicamente: "Houve um decreto transferindo, também, os noctívagos e a alegria noturna? O Govêrno, preocupado com o vazio e o provincianismo iniciais de Brasília, fêz o recenseamento da população boêmia e mandou metade para o Planalto? Ganharão secretamente do Estado êsses comparsas da grande e doce vida, incumbidos de encenar, na mais moderna cidade do mundo, as insônias mundanas?"
>
> ***
>
> Não, meus amigos; os maiores animadores da madrugada são os parlamentares, os ministros, a ala burocrática os advogados administrativos, os satélites do Poder Central. Não sei se é porque possuem um dinheiro fácil, ou um sono difícil, ou uma alegria a cuja

[51] *O Globo*, 13 jul. 1960, n. 10488 (única), p.3.

> expansão não bastem as horas solares. Eu sei que, no faturamento dos locais noturnos mais refinados e careiros, sua contribuição era vital.
>
> ***
>
> Dizem até que a Divina Providência, aliada segular [sic] do Brasil, aproveitava-se da sua distração e alheamento, diante do "show" e do copo de uísque, para endireitar as coisas nacionais, corrigir os erros políticos e administrativos praticados durante o dia. Em casa, dormindo, êles poderiam ter um sono cívico, e acordar patrioticamente para pôr no papel o plano de salvação nacional sonhado...
>
> ***
>
> Minhas experiências bissextas em bares e boates me animam a dar alguns palpites neste momento de crise da vida noturna da minha amada cidade, tão dotada, pela natureza, de fontes de alegria diurna. Em sua maioria os locais são pequenos e escuros demais. Penumbra é uma coisa, eclipse é outra. Quem paga tanto quer ser visto pelas belas mulheres, pelos homens importantes, e também quer ver. A vida em apartamentos gera sorrateiramente uma psicose espacial, uma claustrofobia; e a vaidade o donjuanismo geram uma psicose visual, chamada trevofobia.
>
> ***
>
> Numa das suas voltas ao Brasil, depis de anos de ausência, Gilberto Amado aceitou meu convite, e fomos jantar num dêsses ambientes, por sinal recém-inaugurado, e com fama de ótima cozinha. Quando se viu imerso na treva, deu o estrilo com aquela franqueza que nunca refreia, escudado nas imunidades gerais do seu extraordinário talento. Não compreendia uma conversação de bom nível, sem o jôgo fisionômico visível, sem os olhos buscando a verdade nos outros olhos, sem a comunhão humana produzida pela simpatia física humana.
>
> ***
>
> Chamei o "garçon" e mandei desaparafusar da lâmpada o quebra-luz, enegrecedor como um vidro enfumaçado. Uma luz alegre jorrou sôbre o rosto dos convivas, e nos sentimos assim como quem sai de um elevador do Empire State Building enguiçado entre o 99º e o 100º andares. Só então Gilberto Amado viu como era linda a sua companheira da direita e como merecia galanteios lapidares...

A forte imagem da cidade ligada aos divertimentos noturnos como parte da vida cultural de uma metrópole é o que guia a reflexão do cronista-narrador a respeito da pesquisa realizada pelo "Rei da Noite", não à toa, "o homem que mais tem batalhado para não entregar a escuridão do Rio à mula-sem-cabeça, ao lobisomem a outros fantasmas característicos das noites provincianas, onde o tédio leva o indivíduo a dormir quando as galinhas bocejam". Dois anos antes, na quase flânerie pela cidade do interior

que empreendera em "Uma nova piedade"[52], quando contrapunha o silêncio e vazio das suas ruas com o alarido da grande cidade, a tranquilidade da vida provinciana era via para o "encontro consigo mesmo", impossibilitado na metrópole pelo excesso de estímulos externos. Agora, porém, o que se destaca a respeito das "noites provincianas" é o tédio criador de lendas e superstições, em que se sugere que o Rio tenderia a cair se não fosse a vida noturna proporcionada pelas boates, deixando nítido que o que está em jogo é justamente esse jogo de oposições no imaginário social, em que, de um lado, há a vida agitada e fértil da metrópole, e de outro, a monotonia das cidades onde não há opções de lazer. Em outras palavras, a possibilidade de renovação associada ao progresso *versus* a permanência em um passado indesejado, porque associado ao anti-moderno.

Não é, contudo, a qualquer "alegria noturna" que ocorra na cidade que se refere a crônica. A década de 1950 é relembrada como os "anos dourados" cariocas muito fortemente também pela intensa vida noturna, em que a diversidade de entretenimento, oferecida a uma camada de mais alta renda, era vendida como o ideal moderno, de uma boemia mais "refinada" localizada em Copacabana, que se opunha àquela que anteriormente se concentrava na Lapa. Vicente Santos (2011) ressalta que a abertura de muitas das "boates" e "nightclubes" em Copacabana ocorreu justamente ao longo da década de 1950, ao mesmo tempo em que ocorria o apogeu "do rádio, da chanchada e da imprensa especializada em cobrir a vida dos famosos" (SANTOS, 2011, p. 2). Os artistas mais queridos das rádios apresentavam-se nessas boates, em especial a Vogue, o Sacha's, a Mariuzzin, as boates do Plaza Copacabana e do Copacabana Palace (esta uma das precursoras, inaugurada ainda na década anterior), e todas contribuíam para a visão glamourosa sobre o bairro, em que se vivia uma cultura *distinta* porque cosmopolita. Uma imagem que crescia ainda com a visita cada vez mais frequente de artistas internacionais, como já vimos ser destacado por Elsie Lessa, em "Rio Turístico"[53], crônica que é um mês anterior à de Pongetti, e vale a pena reproduzir novamente:

> De repente, passou por nós o grande ônibus iluminado, furando a noite mansa da praia:
>
> - O que é aquilo? "Rio by night"?
>
> - Êle mesmo. A gente não se dá conta de que hoje esta é uma cidade, se não pronta para o turismo, ao menos cheia de turistas, com dólares

[52] Ver capítulo 2, p. 130.
[53] *O Globo*, 22 jun. 1960, n. 10160 (matutina), p.1 (seção 2).

> no bôlso e máquinas fotográficas a tiracolo, ávidos de côr local. Não nos demos conta é o nosso Rio meigo e meio provinciano, em que há quinze anos era bom viver despreocupado pelos barzinhos da praia, e a praia mesmo, quando Copacabana era bairro familiar e ainda se protestava contra as "filas", êste Rio deu passos de gigante para frente, saltando sôbre os buracos, zombando da falta de água e de tôda as desorganização. Gritávamos que não havia teatros e não se sabia o que fazer de uma noite, e hoje há quatorze teatros em funcionamento, para todos os gostos, quase todos de casa cheia. Sem falar nos circos, nos bares, nos restaurantes com comidas de quase tôdas as procedências. Em 1946 ainda era preciso explicar a um "carioca" de que elementos se compunha uma "pizza alla napolitana" e só os entendidos e aficionados festejaram a sua instalação na Guanabara num restaurantezinho ao ar livre, entre trepadeiras e mesas toscas, meio escondido ali na Domingos Ferreira. Hoje temos pratos típicos regionais de quase todos os Estados, os "churrascos" e "galetos" se multiplicaram, o bacalhau e os fados podem ser encontrados juntos pela noite, onde com boa vontade se descobrirá também um "lapin à moutarde" ou a "soupe à l'oignon". Que há de um tudo no Rio. Dança-se e bebe-se e compram-se livros e discos, à noite, visitam-se exposições de pinturas e artes plásticas, sem falar no cineminha de arte ou nas sessões corridas. Os "ballets" no Municipal esgotam lotações como, imprevisivelmente, os concursos de piano ou os de bolero, no Maracanãzinho. Já não é preciso ninguém se dar ao incômodo de tomar um avião internacional para ver em pessoa Lena Horne, Sammy Davis, Ella Fitzgerald, quem sabe se Frank Sinatra e Brigitte Bardot. Acabaram descobrindo que a capital do Brasil é Brasília (desculpem, ia dizendo, Rio de Janeiro). Ficamos importantes, de repente, sem nos darmos conta, com cara e sintomas de grande metrópole. Então, vamos aproveitar.

O tom da cronista-narradora é otimista e entusiasmado com essa cidade de turismo cosmopolita, que oferece diversos lugares de lazer, cultura e entretenimento aos turistas que chegam com "com dólares no bôlso e máquinas fotográficas a tiracolo, ávidos de côr local", mas também oferece essa cultura cosmopolita ao habitante da urbe através das comidas, dos espetáculos, e é nesse contexto que ela destaca, mesmo sem citar nominalmente, a importância das boates, que é, afinal, onde se apresentavam Lena Horne, Sammy Davis, Ella Fitzgerald, o que arremata a visão desejada da cidade no mapa internacional. É a cidade dos divertimentos que se tornou "importante de repente", essa é a sua "cara" e "sintoma de grande metrópole", ao contrário do que os buracos, a falta de água e "toda a desorganização" sugeririam.

A ideia sarcástica de que o Governo "fêz o recenseamento da população boêmia e mandou metade para o Planalto" trabalha justamente com essa imagem da cidade que é referência de entretenimento e, por isso mesmo, algo que deveria ser desejado por Brasília, a "mais moderna cidade do mundo", mas que ainda precisaria contornar o

problema do "vazio e o provincianismo iniciais" (representação marcada fortemente um mês antes, em "Os tantãs da interiorização"), que contrastavam, portanto, com o progresso desenhado a partir dela. No entanto, mesmo não havendo "decreto", teria sido mesmo Brasília a responsável por levar os "noctívagos e a alegria noturna", já que o cronista-narrador identifica que "os maiores animadores da madrugada são os parlamentares, os ministros, a ala burocrática os advogados administrativos, os satélites do Poder Central", todos aqueles que foram transferidos junto com a sede do Governo Federal.

É interessante que, nesse caso, a cidade política confunde-se de maneira inapropriada com a cidade dos divertimentos, se distinguindo ligeiramente de duas crônicas anteriores em que o lazer aparecia associado a um melhor trabalho dos políticos. Em "Cidade-mulher" e em "Os tantãs da interiorização", essa ideia era usada para justificar o amor inconfundível pelo Rio de Janeiro e a necessidade de sua permanência no mapa oficial como cidade de veraneio e férias parlamentares. A ironia, porém, sempre esteve presente nas crônicas do autor ao falar dessa questão, pondo em dúvida, com isso, a sua real disposição para o trabalho. Isso se repete em "Mula sem cabeça", em que eles são representados não só como "os maiores frequentadores" da noite carioca, mas também como aqueles cuja "alegria e expansão não bastem as horas solares", além de serem marcados também pela incompetência, já que o seu momento de "distração e alheamento, diante do 'show' e do copo de uísque" seria usado pela Divina Providência para "endireitar as coisas nacionais, corrigir os erros políticos e administrativos praticados durante o dia", não à toa eles possuem "dinheiro fácil".

Desse ponto de vista, a celebrada vida noturna carioca seria também o lugar de desenvolvimento de imoralidades dos agentes políticos, condenadas pelo cronista-narrador, mas que não chegam a ser razão para condenar também a existência desses locais (sem que deixe de sugerir julgamentos morais, ligados à "vaidade" e ao "donjuanismo"), ele mesmo que se coloca como "boêmio desertor", e passa a dar "dicas" para o aumento do frequentamento de bares e boates. Fica a dúvida, porém, se há uma espécie de busca pela equivalência entre a vida noturna, naquele momento "em crise", e a vida diurna, de que a cidade é "dotada" pela própria natureza. De qualquer forma, lembremos que tanto em "Cidade-mulher" quanto em "Os tantãs da interiorização", ambas que celebram o lazer ligado à cidade-natureza, a ironia não pesava da mesma forma quanto à imoralidade dos políticos, fazendo pensar se o problema seria menos à sua hiper-disposição ao hedonismo do que ao seu tipo. Não

querendo nos aprofundar nessa questão, basta notarmos que, mesmo com todas as ressalvas ligadas à elitizada vida noturna carioca, ela faz-se presente na crônica como essencial à vitalidade da urbe e, consequentemente, ao seu progresso.

Está claro que a "objeção dos recalcitrantes do tipo cultural" a Brasília, como dizia Rubem Braga, ia além da questão da nacionalidade, colocada no discurso oficial, ou da tradição de instituições e órgãos ligados à cultura, ou mesmo de sua referência em determinadas áreas, mas guardava na ideia de cidade da cultura a própria vida da cidade, como defendera Bandeira em sua agenda semanal e Pongetti ao falar dos teatros e da noite carioca. Por isso, mesmo uma cronista entusiasta de Brasília, como Dinah Silveira de Queiroz, assumia que seria difícil que a nova capital tirasse do Rio a sua centralidade nesse campo, pelo menos tão cedo:

> Pausa para um rifão[54]
>
> Hoje a crônica oferece simplesmente um rifão. Um rifão que será usado como bandeira protetora pelos milhares de pessoas que não conseguem despregar os pés do Rio. Pode ser aquêle sujeito famoso, cuja mulher aflita para rever a família já mandou benzer o marido até nos "barbadinhos" e que, há cinco anos, está de viagem marcada no próximo Ita; (uma semana antes, há sempre um motivo imperioso que o faz desmarcar a passagem.) pode ser o deputado que nem com o veemente pito da crônica social sossegou em Brasília e está sendo visto em circulação constante na Belacap; como também pode ser aquêle môço que veio do Sul para tratar de um negócio, a venda de um imóvel, e grudou aqui há um tempo inimaginável. São os apaixonados do Rio. Pode ser "pau-de-arara", pode ser até Ministro do Supremo, transplantado sem pegar raízes para a Novacap. Não há vinho que embriague mais do que essa atmosfera capitosa da Guanabara.
>
> O comêço do rifão foi no Acre. Aconteceu com um excelente rapaz um acidente em que perdeu a orelha. Uns dizem que foi choque de caminhão. Outros, que foi vingança de amor. Ninguém sabe bem ao certo, por aqui. A verdade é que o môço, de uma hora para outra, ficou desnivelado do lado esquerdo. A orelha fôra raspada no tronco. Era uma perca, uma dor no coração ver aquilo. Então, como até ao Acre, já chegou a glória do Dr. Pitangui, o pai do rapaz resolveu mandar o filho cá pela praça para refazer a orelha, dando ao Dr. Pitangui a incumbência de desabrochar a flor de carne do devido lugar. E o môço veio. Veio de bandagem e esparadrapo, muito triste, muito sucumbido com o que lhe acontecera. E o Dr. Pitangui, debruçando-se sôbre aquela breve fenda do ouvido, estudou o seu ofício de artífice de carne humana, imaginou sua criação. Tiraria do braço o material necessário para fazer surgir ali uma orelha, irmã gêmea da outra. Haveria, porém, uma sequência de enxertos, uma série de operações. Enquanto isso, o

[54] *Jornal do Commercio*, 10 jul. 1960, n. 237, p.6.

> pai, lá do Acre, mandava dinheiro para o tratamento e para a permanência do filho. Aconteceu, porém, que o jovem acreano pegou o visgo da cidade mais capitosa do mundo (que o diga aquêle Ministro que, para todos os efeitos está em Brasília, e com quem ontem esbarrei sob o sol da praia de Copacabana chupando um cigarro e baforando como se o ar do Rio fôsse maconha para êle) e entrou a pensar mais no Rio que em sua orelha. Começou a falhar no tratamento e, em prazo relâmpago, afundou em programas com pequenas, no futebol, ao qual assistia tão integrado que usava até a última gíria carioca. De uma feita, já com uma bela ração de orelha nascente, passou oito meses sem aparecer ao Dr. Pitangui. Então, inverteram-se os papéis: o médico, que começara aquela sua delicada criação, estava aí já mais interessado na restauração da orelha do que o próprio môço. E não pensou mais em retribuição financeira, pois o jovem, muito despreocupadamente, consumia em Copacabana o que era devido às suas sucessivas operações. E aí o grande especialista teve de fazer os seus truques para reter aquêle que representava, já, a necessidade premente que o artista tem de cumprir até o fim a sua obra de Arte. O môço voltou. Esportivo, alegre, simpático, cordialíssimo, encontrando prazer em levar outras orelhar, outros jovens desorelhados ao médico famoso que é uma espécie de apóstolo da Estética. Mas ninguém sabe se o rapagão acreano irá, docilmente, até o fim de sua orelha apesar de todos os desvelos de seu ilustre operador, porquanto, minhas senhoras e senhores, aqui vem o rifão endereçado a todos os enamorados desta cidade:
>
> - "Mais vale meia orelha no Rio do que uma inteira no Acre".
>
> Isso com um respeitoso pedido de perdão a todos os que não moram na Belacap. O rapaz sabe – que no dia em que sua orelha desabrochar, esplêndida e viçosa, por inteiro, das mãos do extraordinário Dr. Pitangui, adeus Rio. Adeus... para nunca mais.

A história do jovem acreano que se encantou pelo Rio, a tal ponto de preterir até mesmo o próprio tratamento para não correr o risco de sair da cidade, não tem a ver, na verdade, com a mudança da capital, já que sua situação seria de voltar ao Acre tão logo concluísse a série de cirurgias. No entanto, nas linhas da cronista-narradora ela se relaciona com esse momento, deixando de ser apenas uma história curiosa e passando a ser exemplar dos "apaixonados do Rio", comparada, inclusive, às situações do deputado que não "sossegou em Brasília e está sendo visto em circulação constante na Belacap" e do "Ministro do Supremo, transplantado sem pegar raízes para a Novacap", histórias que parecem sabidas do público, circulando pelos jornais ou de maneira anedótica.

É notável a semelhança dessa crônica com aquela publicada no ano anterior, "Os que não vão" [55], em um momento de ápice da crise do abastecimento, a qual narrava a história dos dois indígenas que não queriam sair do Rio, e também foram comparados a

[55] Ver capítulo 4, p. 249.

"muita gente que não quer largar o Rio por Brasília". No entanto, se o tom de "apego à terra" e a certeza de que a cidade representava mesmo "o sonho realizado de muitos brasileiros de todos os recantos do Brasil" é o mesmo, exaltando uma realização civilizatória, como foi discutido; em "Pausa para um rifão", publicada três meses depois de efetivada a transferência da capital, o que não se repete é a ideia do amor *sacrificial* que predominara daquela vez. Não se trata de amar a cidade *apesar* dos seus problemas e de não a trocar apesar do que Brasília ofereceria ("comida, melhores ordenados, casas novinhas em fôlha"). Viver nessa cidade de prazeres não seria, também, apenas um prêmio de fim de semana, como sugeria a cronista antes ("E sou capaz de apostar que a melhor coisa no "pôsto" de Brasília vai ser o fim de semana, quando os políticos e funcionários, a custa de suor, conseguirem cavar passagem nos aviões do Rio"). Tanto os políticos, obrigados por ofício à mudança, quanto a população comum, todos na narrativa convergem para a representação do Rio como o único lugar possível para a vida idealizada de lazer e entretenimento.

Assim, muito embora a narrativa central não tenha ligação direta com a transferência da capital, ela provaria essa paixão pela "cidade mais capitosa do mundo", de atmosfera embriagante por tantos entretenimentos disponíveis, em que o jovem chegara mesmo a consumir "em Copacabana o que era devido às suas sucessivas operações", provavelmente nos citados "programas com pequenas", mas também "no futebol, ao qual assistia tão integrado que usava até a última gíria carioca". Além disso, o jovem é adjetivado como "esportivo", o que leva a interpretá-lo como parte da juventude média tipicamente representada, a qual herdara a cultura da "valorização irrestrita da desportividade", como colocado por Júlia O'Donnel (2013, p. 163), de uma elite copacabanense que consagrou aquela parte da cidade como o lugar onde "se processavam mais profundamente os sentidos da já difundida ligação entre beleza, saúde e mundanismo", evidenciando, desde os anos 1920, uma "vivência da corporalidade" que aliava os desejados "padrões internacionais de civilização e de modernidade" às "características da realidade local" (O'DONNEL, 2013, p. 155). Dessa maneira, o rapaz acreano aparece inteirado completamente à *cultura local* – que é também cosmopolita.

Sem fazer julgamentos morais, seja do personagem principal ou dos políticos citados, a cronista-narradora apenas reafirma os encantos do Rio, sem que a preponderante imagem praiana evocada por Copacabana (citada em 2 diferentes momentos na crônica) refira-se somente àquela imagem da cidade-natureza vista em

outras crônicas, anteriormente. Seria o caso do que Renato Cordeiro Gomes (2008, p. 112) afirma a respeito da ideia de "cidade maravilhosa": muito embora retome a visão da "beleza paradisíaca" exaltada desde os primeiros textos do século XVI sobre a cidade, tal epíteto tornou-se emblemático, a partir do início do século XX, ao remeter "não apenas à criação divina da natureza", mas à "mão do homem [que] a completa e a urbaniza". Assim, a "atmosfera capitosa" da cidade não é fruto apenas de suas praias (cenário evocado que, porém, nesta narrativa, não é descrito em suas qualidades físicas), mas de todos os entretenimentos a ela agregados, os quais passaram, pouco a pouco, a fazer parte das práticas dos citadinos e a atrair turistas junto à ideia da saúde, que seria o serviço principal das "regiões mais frescas" como o Rio, no início do século, como ressalta Isabella Perrota (2011, p. 157). Tudo isso colaborou para tornar a cidade moderna, com uma vida cultural única e diferenciada.

Uma vida que a cronista remarcava fazer falta a muitos, inclusive à futura "Juventude exilada"[56] na nova capital:

> Ontem ouvi a conversa de dois brotinhos, naquela idade de "entreaberto botão, entrefechada rosa". Deveriam andar entre os treze e os quatorze, nessa fase que sempre foi ingratíssima, mas que agora mudou, para as pequenas adolescentes. Não sei se é o esporte, se é a vida ao ar livre, se é a permissão para usar maquilagem mais cedo, e ir ao cabeleireiro, a verdade é que acabaram aquelas tristes meninas desengonçadas e espinhentas, com um ar de cansaço e de aborrecimento, aquelas emburradas criaturinhas da idade ingrata quando não havia lugar para elas, nem no meio dos adultos, nem no meio das crianças.
>
> Êsses brotinhos mais brotos são felizes, eugênicos – umas precocemente vedetisadas, com pintura nos olhos e penteado arquitetônico semelhante peruca; outras, são simplesmente douradas de sol, com uma pele de pêssego que a mãe e a avó jamais tiveram em sua idade. E têm o seu grupinho, sim. E têm os seus pontos de reunião, como no "Bob's" e em certas sessões de cinema. E outras têm, até, um maciço reinado nas férias em Petrópolis, onde, com seus colegas, tomam de assalto os cinemas e as confeitarias.
>
> Como eu ia dizendo, ouvi a conversa dos dois brotinhos: a primeira, destemperada, alta, o corpo já pleno de graças adultas, uma côr sabiamente rosada na "base" da pintura, as sobrancelhas desenhadas em asa, como agora se "usam". A outra era **mignon**: vestia um vestidinho de cassa. Era mais autêntica, em sua adolescência. Estavam falando de uma terceira, com preocupações graves, importantes:
>
> - "Coitadinha! Mas será que não tem jeito?"

[56] *Jornal do Commercio*, 19 mar. 1960, n. 142, p.6.

> "Não. Não tem mais jeito. Ela ontem estava com os olhos assim de tanto chorar".
>
> E continuaram no mesmo tom, falando na "coitadinha". Imaginei que tivesse sido reprovada, que os pais tivessem caído na miséria, ou até que estivesse órfã e desvalida. A conversa prosseguia, e os problemas da outra eram encarados com uma seriedade impressionante para as duas pequenas, de treze-quatorze. Foi depois de alguns minutos de espera de elevador, que eu soube porque aquêle terceiro brotinho era tão pranteado pelas amigas: **ia para Brasília**.
>
> - "Em Brasília só tem "corôa".
>
> Fiquei pensando no brotinho que acompanha os pais, que sai das maravilhas de Copacabana, das praias, dos cinemas, do "Bob's", e larga este centro de mil e uma atrações e vai "exilada" para Brasília.
>
> Para elas era um problema seríssimo, o problema de largar tôdas as pequenas maravilhas e grandes atrações dessa Copacabana, onde o broto manda dentro de casa e fora dela.
>
> Não entrei na conversa, como queria, porque não havia mais tempo. Mas fiquei pensando que, dentro de alguns meses, - fiquem vocês sossegadas – haverá nessa Brasília, hoje de exílio, dos adolescentes que acompanham os pais, também lugares para os brotinhos, porque os de agora são gregários cheios de personalidade, têm a sua roda e não fazem visitas ao lado dos velhos. A pequena deportada vai **começar,** com outras, a tarefa de levantar em Brasília o seu mundinho feliz, deixado para trás.

O drama contado pelas adolescentes chama a atenção da cronista-narradora, que vê naquela história não só um sintoma da intensidade dos sentimentos juvenis, mas também um índice da importância da cultura urbana carioca para esse público: não é apenas a mudança de uma cidade para outra, mas a saída de um "centro de mil e uma atrações" para uma cidade "exilada", onde "só tem corôa". A caracterização das personagens, vistas como mais saudáveis que as de antigamente, as quais seriam "desengonçadas e espinhentas" e teriam "um ar de cansaço e de aborrecimento", seria inclusive resultado desse padrão de vida moderno vivido no Rio, "o esporte", "a vida ao ar livre", e até mesmo "a permissão para usar maquilagem mais cedo, e ir ao cabeleireiro". A gíria da época para referir-se às adolescentes, "brotinhos", é incorporada na crônica concretizando, pela linguagem, o universo moderno desse novo padrão cultural que o Rio sustentava na virada da década de 1950 para a de 1960. Os ouvidos da cronista-narradora identificam no caso a revolução cultural em andamento, o início de uma cultura cada vez mais dominada pelos jovens, que mandam "dentro de casa e fora dela", do que viria a ser mesmo uma "cultura jovem global" (HOBSBAWN, 1995, p. 321), que se evidenciava na revolução do comportamento geracional, dos

adolescentes mais "conscientes de si mesmos" e distanciando-se das experiências dos pais, mas uma cultura que também fora descoberta entusiasticamente pelo mercado de bens de consumo que se alinhava a esse novo público (HOBSBAWN, 1995, p. 318). Esse estilo de vida está, pois, impregnado na cidade das "maravilhas de Copacabana, das praias, dos cinemas, do "Bob's" – em que o hábito de comer fora também era recente (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 567). Cidade cosmopolita, alimenta a cultura jovem em alta e alimenta-se dela em sua imagem como progresso, afinal, "o valor do progresso, progresso do país ou progresso individual é, pois, incorporado de maneira puramente mecânica: o mimetismo, pelos 'inferiores', dos padrões de consumo e estilos de vida dos 'superiores'" (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 604), "superioridade" da cultura mundializada no "American way of life".

O que é interessante é o modo como essa cultura carioca vai opor-se, na crônica, à nova capital. Brasília, que representa, em geral, o novo país, aqui é a cidade dos "corôas", enquanto o Rio, a quase quadragenária ex-capital, é a cidade jovem. Em uma sociedade que alia as ideias de *progresso* e *retrocesso* às de *novo* e *velho*, apegando-se à novidade como valor em si, já que prenhe de promessas de futuro – promessas que são sempre quebradas no capitalismo, daí a necessidade de se *renovarem*... (BUCK-MORSS, 2001, p. 321)) – a inversão com que o texto joga é fundamental para dar ao Rio o seu lugar como cidade da cultura num contexto capitalista. Pouco importa, nesse sentido, que Brasília seja uma cidade criada dentro dos princípios arquitetônicos e urbanísticos modernistas, sua população será velha, logo, seu estilo de vida tenderá a ser *ultrapassado*. Já o Rio, dialetiza sua imagem, pois mesmo não estando de acordo com esses princípios modernistas, conta com sua população jovem que alimenta ali um mercado capitalista, o qual mantém a cidade sempre com sua aparência *renovada.* A valorização do público jovem, como equivalente ao *novo*, é, portanto, fundamental para a manutenção da sociedade capitalista, pois é a *transitoriedade* dessa etapa da vida que garante a atualização constante das "novidades" a cada geração.

É, portanto, mais do que a ideia que liga o urbano à imagem do "indivíduo moderno com novos e intensos contatos e confrontos, o indivíduo livre das relações tradicionais" (OLIVEIRA, 2015, p. 156), mas tratar-se-ia do modo como a cidade oferece esse sonho através do consumo: o *fast food* recém-chegado ao país, ponto de encontro dos adolescentes; os cinemas que exibem sobretudo filmes norte-americanos, trazendo imagens da juventude atreladas não só a determinados comportamentos, mas também modas a seguir; as praias, locais naturais que também foram transformados

para o consumo, especialmente Copacabana. O Rio é, portanto, não só moderno e cosmopolita, mas o é porque está imerso na cultura capitalista e sua roupagem sempre nova, jovem. O título da crônica, inclusive, faz referência ao famoso filme, já citado em outras crônicas, *Juventude Transviada* (1955), mantendo o jogo de oposições em que Rio é a cidade em que há condições de aparecerem os jovens "transgressores" e, principalmente, consumidores dessa nova cultura, enquanto Brasília é apenas o seu triste exílio.

Mas a cronista-narradora, embora veja essa cultura naturalmente enraizada no Rio, não a nega à nova capital: "A pequena deportada vai começar, com outras, a tarefa de levantar em Brasília o seu mundinho feliz, deixado para trás". Não há, então, fatalidade. No fim das contas, tudo se resolverá de modo a cumprir a promessa do discurso oficial: "levar a civilização" já "alcançada" no litoral para os rincões. O que não está, na verdade, nas mãos da "pequena deportada", mas do mercado que está se ampliando no país e que vai em busca de aumentar o seu público consumidor, ainda restrito às cidades (MELLO; NOVAIS, 1998). Assim, quando Brasília se tornar, efetivamente, uma cidade, e houver outros jovens "exilados", logo as empresas de *fast-food*, os cinemas, tudo também se instalará ali, dando forma à sociedade de consumo que se erguia definitivamente a partir do Governo JK, "integrando a nação" a partir da "interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional", como colocou Renato Ortiz (2001, p. 165) a respeito da nova identidade nacional criada em termos mercadológicos. Embora não se trate da identidade nacional no caso da crônica, a visada dessa integração via mercado faz-se fundamental para romper a expectativa do exílio da "coitadinha": recriando o "seu mundo feliz", estará ela reintegrada à cultura jovem mundializada.

Contar com isso é, então, contar com a consolidação e ampliação de uma cultura entendida sobretudo como estilo de vida conseguido via consumo. Uma cultura voltada para a satisfação dos *desejos*, o que se imprimia, inclusive, com a valorização do campo publicitário no período, impulsionado pelo crescimento do parque industrial brasileiro e pelo alargamento do mercado consumidor, que levaram a uma mudança na ênfase das qualidades do produto para "o benefício que ele traz à vida do consumidor" (HOFF; CARRASCOZA, 2014, p. 211), justamente com o fim de alavancar as vendas rumo a uma sociedade de massas. O fetiche da mercadoria, que, em termos benjaminianos (BUCK-MORSS, 2001, p. 98), substitui a necessidade (o valor de uso) por uma

superfície de sonho, alarga-se para todos os campos da sociedade sob o capitalismo, e se, como nos lembra Susan Buck-Morss (2001, p. 47), a revolução econômica seria apenas um "pré-requisito" para a verdadeira revolução cultural, que deveria ser o seu objetivo, na sociedade capitalista, esta passa a ser até mesmo "reprimida", uma vez que ameaçaria a continuidade do sistema. Nesse sentido, vemos que até mesmo a cidade passa a ser fetichizada: o Rio aparece envolto nessa "superfície de sonho" para a juventude simplesmente por aquilo que ele oferece para que possa ser consumido e, assim, associado a um determinado *status* social, guiado por padrões cosmopolitas, a bem dizer, capitalistas; e Brasília também o será, tão logo possa oferecer também no quesito cultural esses padrões de consumo, e é esse movimento que justifica a esperança depositada na "recriação" do "mundinho feliz" da "juventude exilada".

Nem tudo, porém, poderia ser recriado seguindo as premissas da reprodução da (ainda incipiente) cultura de massas de que o Rio era exemplar no país. Talvez por isso Pongetti apontava serem necessários "Onze Pelés para Brasília"[57]:

> Um caso de perfeita integração nacional é o meu. Deveria torcer pelo "scratch" mineiro porque nasci em Juiz de Fora; ou então pelo Fluminense porque me criei no Estado do Rio; ou então pelo Carioca porque no Distrito Federal passei os anos mais produtivos e conscientes da minha vida. Pois eu torço pela seleção Cacareco, de Pernambuco. A razão? A mesma que se apregoa para a mudança da capital para Brasília, ou seja: disseminação do progresso, desacambarcamento da capacidade e do êxito – o sol nasce para todos.
>
> ***
>
> Chega de hegemonia Rio-São Paulo – o Pacaembu e o Maracanã matadouros para onde se dirigia, balindo pressagas, as ovelhinhas mártires do futebol de outras regiões! Chega de holocausto diante das joelheiras dos dois Ferrabrazes, chega de formiguinhas encaminhadas morrendo debaixo das travas das chuteiras dos eternos finalistas! Gostei de ver o onze dos pés de ouro tombar no Recife com Pelé e tudo, já que se alegava ser a seleção carioca um conjunto feito de sobras dos clubes em excursão. Tombar diante de um punhado de homens egressos das canchas de várias cidades – espécie de Legião Estrangeira do profissionalismo de terceiro plano! Um cabra danado chamado Traçaia, evidentemente estropiação do apelido Estraçalha, acreditar no próprio nome e fazer dêle a bandeira do seu bando.
>
> - **Estraçaiemos**, minha gente, **estraçaiemos**.
>
> ***
>
> Pelé nunca tinha ouvido falar do Leão do Norte, um Leão mais de rugir contra holandeses e oligarcas do que contra dogmas e tabus do

[57] *O Globo*, 09 fev. 1960, n. 10358 (única), p.3.

> **association**. Ficou espantado com a falta de religiosidade e de respeito. A inibição dos capiaus e dos jagunços se havia tornado uma espécie de tributo à ofuscante glória dos dois grandes. Os marcadores de Pelé não ficaram cheios de pés, não o deixaram desmarcar-se para vê-lo jogar. Pelé estava habituado a ver seus marcadores penetrados repentinamente pelo espírito da arquibancada.
>
> - **Estraçaiemos**, minha gente, **estraçaiemos**.
>
> ***
>
> Sim, meus amigos: caso de perfeita integração nacional é o meu: sintonia perfeita dos ideais de Brasília com a alma de um cidadão é o que se verifica comigo. Quero ver quanto antes os bravos moços do planalto goiano dando surras nos craques do Maracanã e do Pacaembu, bailes nos antigos donos da bola. A bola precisa ser de todos, deve correr do Amazonas ao Prata, do litoral às selvas extremas do Oeste, todos devem marcar seu "goal" em Gilmar ou em Castilho. Abaixo as oligarquias esportivas! Se eu fôsse JK, inaugurava Brasília já com um poderoso conjunto de craques vestindo a camisa da NOVACAP. Brasília exige onze Pelés. Para levar o progresso esportivo ao coração geográfico do país ainda deserto, Brasília deve surrar o litoral. **Estraçaiar**, como diria o bravo Traçaia. O longo predomínio do futebol litorâneo é uma das principais causas da resistência ao êxodo. Você pensa que certos magistrados não querem largar o Rio por apego sentimental, mas êles não querem é se afastar do Mengo.

Por mais que Pongetti não fosse cronista esportivo (uma modalidade que já era comum naquela década), não parecia ser possível ignorar os feitos da seleção de Pernambuco naquele início de ano, que apareciam destacados nas páginas esportivas dos jornais, frequentemente ressaltando o fato de terem vencido os times do sudeste: "Favoritos os Pernambucanos", afirmava *O Globo* em 03 de fevereiro, dizendo que havia "Expectativa em Juiz de Fora pela apresentação dos vencedores de cariocas e paulistas"[58]; no mesmo dia, o *Diário de Notícias* dizia que "Cariocas julgarão 'seleção Cacareco'", e confirmava na legenda da foto: "Cacareco dá a nota: Nem os grandes cartazes presentes, nem a fama de goleadora da seleção paulista [da] atualidade, conseguiram impressionar os até então modestos pernambucanos, na tarde de anteontem, na Ilha do Retiro, em Recife"[59]. O futebol já era, afinal, um esporte consagradamente popular no país, popularização para a qual a Copa do Mundo de 1950, que o Brasil sediou, teria contribuído, segundo Priscila Xavier (2017), ao articular de

[58] *O Globo*, 03 fev. 1960. n. 10353, p. 16.
[59] *Diário de Notícias*, 03 fev. 1960, n. 11416, p. 22.

maneira eficiente os ideais nacionalistas que tomaram a seleção brasileira como metáfora para o nacional. Teria sido a partir de então que houve maior circularidade de conteúdos sobre o esporte na imprensa nacional, e na carioca, em especial, encaixando "a experiência coletiva em uma expressão e referência em diálogo com a população e com o lugar" (XAVIER, 2017, p. 180), isto é, ativando-o no imaginário identitário carioca. Nos nossos jornais, as notícias dos times, sobretudo cariocas, tinham o seu lugar certo nas primeiras páginas do caderno "O Globo nos esportes", que saía aos sábados, do "Caderno Esportivo", do *Diário de Notícias*, o qual saía aos domingos, mesmo dia em que o *Jornal do Commercio* dedicava uma página ao tema; enquanto no *Jornal do Brasil*, os esportes eram destaque diariamente nas primeiras páginas do 2º caderno (sem nome), sempre com o futebol carioca em destaque.

Porém, mais do que isso, a crônica de Pongetti chama a atenção porque associa o assunto da vez no esporte com o assunto do ano, isto é, a mudança da capital, apoiado na própria natureza do campeonato: uma disputa entre seleções estaduais. Esse tipo de disputa, a qual era chamada de Taça Brasil[60], era organizada bianualmente pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD, atual Confederação Brasileira de Futebol (CBF)) desde 1923, em que os clubes estaduais cediam seus melhores atletas para a formação das seleções de cada estado. João Manuel Santos (2011) fala a respeito do caráter integrador que esse campeonato teve em sua origem, num momento em que as oligarquias regionais dominavam, e o futebol foi visto, pelos governantes e pelas autoridades esportivas, como "relevante elemento aglutinador de um sentimento nacional" (SANTOS, 2011, p. 29) – projeto que, portanto, o sediamento da Copa do Mundo de 1950 apenas viria a coroar. O campeonato também serviria para selecionar atletas fora do eixo Rio-São Paulo para a Seleção Brasileira de Futebol e, posteriormente, algumas seleções estaduais seriam chamadas ainda para representar o país em torneios internacionais, o que aconteceu com a seleção pernambucana, em 1959, no Campeonato Sul-Americano de Guayaquil (Equador). Foi essa a equipe apelidada pela imprensa de "Cacareco", em referência a um rinoceronte fêmea, que ficou famoso ao vencer as eleições para vereador em São Paulo, em 1959, com mais de 100 mil votos, fato que ficou conhecido como uma das maiores votações de protesto da

[60] Há o registro de 2 campeonatos denominados Taça Brasil, em 1960, um em cada semestre, sendo que no primeiro semestre ocorreu este, entre seleções estaduais, e, no segundo, o campeonato seria realizado com os clubes estaduais. Este último foi, em 2010, reconhecido pela CBF como o segundo Campeonato Brasileiro de Futebol.

história republicana, a que vimos, inclusive, Fernando Sabino referir-se em "Vergonha" [61]:

> Mas nem só de vergonhas como esta viveram as notícias da semana. Os jornais se enchem ainda de notas e comentários a respeito da vergonhosa eleição do rinoceronte "Cacareco" para a Câmara Municipal de São Paulo. Nem tão vergonhosa parecerá se nos lembrarmos, com o merecido respeito e guardadas as devidas proporções, que outra coisa não fazem os partidos situacionistas senão recorrer a uma espécie de candidato-cacareco – pela sua pesada honradez e seu blindado desconhecimento das sutilezas de nossa vida política – para disputar a presidência nas próximas eleições.

O rinoceronte Cacareco notabilizou-se por ter sido emprestado para a inauguração do Zoológico de São Paulo pelo Zoológico do Rio de Janeiro, por cerca de um mês, em 1958, mas acabou ficando por mais de ano e virou objeto de disputa entre as duas cidades[62]; a fama do animal fez com que a população, em forma de protesto, escrevesse seu nome nas cédulas para vereador nas eleições municipais, o que Sabino reconhece em sua crônica, comparando-o ao General Lott, candidato à presidência pelo PSD, a quem se opunha. Já a seleção pernambucana surpreendeu ao chegar ao terceiro lugar daquele campeonato internacional. Assim, além de referir-se, por definição, a algo sem valor, sem utilidade, "cacareco" também viria a significar, naquele contexto, uma espécie de "zebra", uma vitória inesperada de um elemento até então considerado fraco. Na Taça Brasil de 1960, a chamada seleção Cacareco viria, então, como uma das favoritas e chegou a derrotar as fortes seleções Paulista e Carioca, as quais dominavam o certame desde o início do Campeonato, muito em virtude da forte economia que girava em torno dos clubes desses estados (SANTOS, 2011, p. 44). Quando Pongetti publica a crônica, porém, o sonho dos pernambucanos já começava a esvair-se: no fim de semana, a equipe perdera para a seleção carioca, o que não rendeu mais que pequenas notas nas páginas de esporte[63]. Mesmo com as últimas derrotas, o cronista resolve fazer justiça ao desempenho da seleção pernambucana, que teria vindo mostrar a "disseminação do progresso, [e o] desacambarcamento da capacidade e do êxito". O que não deixa de ser, porém, uma apropriação irônica do discurso oficial.

---

[61] *Jornal do Brasil*, 14 out. 1959, n. 240, p.7. (Ver capítulo 3, p. 208)

[62] A notícia dada pelo *Jornal do Brasil*, em 1° de março de 1959 (n. 49, p. 17), resume bem a história da contenda: "Aventura em São Paulo fêz Cacareco subir a mais de milhão em um ano". Segundo os jornais, Cacareco foi o quarto rinoceronte do mundo a nascer em cativeiro, o que também teria contribuído para a sua disputa e valorização.

[63] N'*O Globo* (08 fev. 1960, n. 10357 (vespertina), p. 16 (seção 2)), a nota é a primeira da coluna "Notícias do dia", e fala sobre o placar dos jogos do fim de semana.

O imaginário em torno da existência de *dois Brasis*, um do progresso e outro do atraso, está presente ao longo do texto. De um lado, Rio e São Paulo, representados inclusive pelos seus grandes estádios onde aconteciam os "holocaustos" aos times do outro lado, de um país ainda rural, incivilizado, com atletas que "saíram das canchas de várias cidades", "capiaus e jagunços". Por mais que haja, de fato, uma reverência ao grande feito da "Legião Estrangeira do profissionalismo de terceiro plano", o que predomina é a face quase irônica, o caráter de improbabilidade do êxito do time nordestino, que ainda aparece estigmatizado na fala que ecoa a cada parágrafo, "estraçaiemos", variante regional do verbo "estraçalhar". A respeito desse Brasil rural, o cronista-narrador também diz que "falta religiosidade" e "respeito", o que não é necessariamente uma crítica, já que foram essas características que também ajudaram o time a alcançar a vitória sobre os "antigos donos da bola", mas não deixa de ser uma marca opositora ao futebol dos grandes times do sudeste. Não se pode deixar de notar, ainda nesse ínterim, que esse êxito é analisado dentro do sentimento de rivalidade entre paulistas e cariocas, igualados ao serem ambos ultrapassados pelo fenômeno, o que fica ainda mais evidente quando o cronista-narrador diz que gostou "de ver o onze dos pés de ouro tombar no Recife com Pelé e tudo, já que se alegava ser a seleção carioca um conjunto feito de sobras dos clubes em excursão". Igualados, então, não como inferiores, mas porque os pernambucanos alcançaram, finalmente, o "progresso esportivo", *apesar* de sua condição provinciana, que nada tem a ver com a imagem do futebol como "fenômeno típico das metrópoles urbanas industrializadas" (SANTOS, 2011, p. 35), introduzido no Brasil, inclusive, com essa condição civilizatória, parte inerente também da disputa Rio - São Paulo nesse esporte, como nos demais domínios.

Ao trazer o discurso da integração nacional, no rumo do progresso, para o campo cultural pela via esportiva, o cronista-narrador aponta, portanto, não apenas para a existência desses dois Brasis, mas para o fato de que o apregoado "progresso do litoral" não era muito mais do que as duas maiores cidades do país, já que Pernambuco, estado não só litorâneo como lugar de uma das ocupações urbanas mais antigas, não é considerado como parte efetiva desse êxito litorâneo. Mesmo que se sublinhe que os atletas são provenientes de diversas regiões do estado, a capital Recife, que contava então com quase 800 mil habitantes (IBGE, 2010), a maior do nordeste e uma das

maiores do país, é desconsiderada[64]. Podemos levantar, a partir daí, dois motivos para a delimitação do progresso futebolístico ao Eixo Rio-São Paulo.

O primeiro, é que o futebol evidenciaria justamente a ligação dos campos econômico e cultural. Como sublinha Santos (2011), não foi à toa que as duas maiores cidades brasileiras despontaram no esporte, senão pelo forte investimento que foi feito nos clubes pelas oligarquias estaduais no início do século XX, já que o futebol era valorizado como mais um elemento europeizante. Foram criadas ligas exclusivas para a disputa desses clubes onde havia investimentos e existiam ainda os campeonatos interestaduais, pela proximidade entre as duas cidades, elemento esse que teria sido também fundamental para o aprimoramento do esporte naquele eixo. Quando Pongetti clama, então, pelo fim das "oligarquias esportivas", essa não é *apenas* uma expressão, mas reverte-se desse poderia econômico que, de certa maneira, determinava os campeões. Pernambuco estaria, então, longe nesse quesito, e assim também o Centro-Oeste. No entanto, é também porque desenvolvimento cultural e econômico deveriam andar juntos que Brasília tem possibilidade de investir nos seus "onze Pelés", referindo-se ao jogador mais importante do país, visto como o grande responsável pela vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1958[65], e os craques vestiriam a camisa da NOVACAP – seria apenas uma questão de identidade entre a cidade e a sua construtora? Ou a empresa pública que construiu a nova capital poderia também patrocinar a seleção do novo Distrito Federal? Brasília deveria ser o novo centro político e dinamizar a economia, logo, teria potencial para "dar uma surra nos antigos donos da bola", o que o cronista-narrador deseja ver, mas não deixa de afirmar um lugar já consolidado no futebol brasileiro especialmente para o Rio, o que seria, então, o segundo motivo levantado: a organicidade desse esporte na cidade.

Se, por um lado, pode-se dizer que há o desejo por uma democratização do "progresso esportivo", por outro, a crônica afirma, ao fim de tudo, o Rio de Janeiro como terra de um futebol já consagrado, tão representativo da grandiosidade da cidade quanto a natureza, tão aclamada por Pongetti, para o sentimento de identidade, pertencimento e orgulho, ao ponto de poder afirmar até mesmo que "o longo

[64] Nesse contexto, lembramos ainda que é entre as décadas de 1950 e 1970 que ocorre o maior crescimento das capitais, segundo Herbert Klein e Francisco Luna (2014, p. 44), com uma taxa anual frequentemente maior que 5% ao ano, parte importante da virada urbana no país.

[65] Muito embora levante-se aqui a questão de investimento, é importante ressaltar que o profissionalismo era então ainda inicial, isto é, os atletas já eram pagos, havia patrocínio, mas nada que se compare ao que acontece atualmente no mercado do futebol, um "mega-espetáculo" em que jogadores são negociados na casa dos milhões (Cf. FONSECA, 2014).

predomínio do futebol litorâneo é uma das principais causas da resistência ao êxodo". Isso, vindo do mesmo cronista que começara 1958 prevendo o êxodo geral dos cariocas para a nova capital devido aos seus muitos problemas cotidianos, em "Agonia da Metrópole", com certeza é mais significativo que uma simples brincadeira. Junto à forte presença do futebol no imaginário nacional, como foi destacado, os times cariocas já tinham também um espaço garantido, não só nas páginas dos periódicos do Rio de Janeiro, como vimos, mas também pelas radiolocuções, já popularizadas (XAVIER, 2017), assim como pelas transmissões televisivas, que estavam concentradas no eixo Rio-São Paulo e, ainda que naquele momento fosse ainda muito limitada, viria a contribuir cada vez mais, no imaginário nacional, com o domínio dos clubes sudestinos (FONSECA, 2014). Além disso, a ida ao estádio, em especial o Maracanã, já transformado em um dos ícones do esporte nacional, é também um agregador dessa marca identitária forte, ressaltando o espaço físico da antiga capital: é para lá que vão os torcedores para se sentirem mais próximos do time do coração, formando o "espírito da arquibancada", de que fala o cronista-narrador. O esporte que teve grande importância, segundo Xavier (2017, p. 181), até mesmo na "delimitação de fronteira" dos cariocas (diante do estado do Rio de Janeiro, mas pode-se dizer, igualmente diante de todo o país), pois "ajudou a compor conteúdos que falam às emoções para dar significado à relação das pessoas com o lugar", seria, então, mais um trunfo inegável da cidade de cultura urbana orgânica, que Brasília ainda levaria tempo para construir, até mesmo para ali *segurar* seus habitantes, como os "certos magistrados" (poderia ser o mesmo visto constantemente nas areias de Copacabana, como Dinah tomava nota? Ou seria mesmo uma prática comum dos altos servidores do judiciário?) cujo "apego sentimental", além da cidade em si, era mesmo pelo "Mengo".

A cidade da literatura e do teatro, das artes consagradas e até mesmo elitizadas, da cultura diurna e noturna elitizada de Copacabana, também era, afinal, a cidade da cultura popular do futebol, em processo de massificação pela mídia impressa, rádio e televisão. E o Rio de Janeiro abraçava essa nova forma de ser moderno, misturando a necessidade de marcar sua identidade com o desejo de estar sempre a par com o progresso, no que o futebol, esporte "civilizatório" muito ajudou. Aproveitando o ensejo, ao falar de cultura carioca, ainda mais a popular, e representações identitárias, talvez sinta-se falta do carnaval, e é claro que nossos cronistas também narraram em

suas linhas muito a respeito dessa comemoração. Manuel Bandeira, em 1958, anotava "Frases do Carnaval"[66]:

> O rapaz e a môça estavam evidentemente alheios à bulha dos foliões, não queriam nada com o carnaval. Iam andando rápidos e discutiam, discutiam. De repente, alguma coisa que êle disse, ela estacou e exclamou indignada: - Mascarado!
>
> ***
>
> [...]
>
> Sua excelência exclamou domingo de madrugada e gritou: - Vou-me embora pra Brasília! E foi. Brasília é a sua Pasárgada.
>
> ***
>
> [...]
>
> Ouço o rádio. O locutor faz, de um caminhão, a cobertura do carnaval na Avenida Rio Branco. É interrompido por um companheiro de outro comando, que lhe transmite a notícia da morte do cantor Almir Ribeiro em Punta del Este. O locutor ouve tudo em silêncio e pronuncia meio sem jeito a seguinte reflexão:
>
> - É uma notícia triste, sem dúvida alguma. Mas... é a vida.
>
> E já refeito da surpresa, retoma em voz decidida:
>
> - Vamos continuar o nosso **flash** da Avenida, que vibra com a alegria dos incansáveis foliões, etc etc.

Cenas que são vistas no cotidiano carnavalesco, que guardam bom-humor e algo de insólito, mas que são, sobretudo, parte do que se espera nessa data. O que destoa, na verdade, é o alheamento do Presidente, que decide ir para a "sua Pasárgada", a capital em construção, portanto, não só retirando-se da folia como também esquivando-se da experiência carioca em um de seus principais elementos.

Essa é, no entanto, a única crônica sobre o tema que traz algo a respeito da transferência da capital entre 1958 e 1960, considerando todos os nossos cronistas. Por isso, por mais que tenhamos textos muito interessantes dos cronistas[67], em especial de

[66] *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1958, n. 43, p. 3.

[67] Destaco, como curiosidade, mas também como breve esclarecimento, algumas das crônicas publicadas por esses escritores nos carnavais de 1958, 1959 e 1960: de Dinah Silveira, a crônica "Inocência do Carnaval" (*Jornal do Commercio*, 15 fev. 1958, n. 115, p. 05) destaca a população negra que se evidencia no festejo, assim como em "Alegria do Rio" (*Jornal do Commercio*, 12 jan. 1959, n. 89, p.5), que narra a passagem dos blocos pelas ruas de Copacabana, mas também fala de roubos que acontecem durante a folia; já de Eneida, em meio a muitas crônicas que narram todo o processo preparatório da festa e, depois, os comentários a respeito dos dias de folia, destaco a crônica "Blocos e Polícia" (*Diário de notícias*, 20 jan. 1960, n. 11405, p.15), sobre uma sistemática perseguição policial aos blocos de rua; de Rubem Braga, "Sôbre o Carnaval" (*Diário de Notícias*, n. 11117, 12 fev. 1959, p. 2) comenta as mudanças que a festa popular sofreu, mas afirma que o carnaval não deverá morrer,

Eneida, então reconhecida como pesquisadora do assunto[68], que trazem o Carnaval sobre os mais diversos ângulos e o marcam na identidade carioca, elas vão muito além da discussão aqui proposta, que se atém, nesse momento, às ligações feitas com a discussão do progresso imposta pela inauguração de Brasília e a iminente perda de status do Rio. Talvez, quando o assunto era o Carnaval, as preocupações dos cronistas fossem outras. Talvez não tenha havido eventos interessantes nesse campo que gerassem analogias ricas, como a seleção Cacareco que fez Pongetti pensar o progresso do país e a superioridade do futebol carioca. Talvez o debate da relação do Carnaval com a civilização e a modernidade não tivesse mais o mesmo lugar que na década de 1930, quando passou a ser oficializado no conjunto do projeto nacional e modernizante de Getúlio Vargas, em virtude da mistura de elementos que simbolizaria a original mestiçagem brasileira – como sublinha Lílian Schwarcz (1998, p. 196), "nem tanto biológica, como cada vez mais cultural. Talvez, mesmo com esse percurso em prol de sua valorização, ainda houvesse muito preconceito pelo que significava ser "popular", de muitos negros e pobres, da população que, afinal, não combinava com o ideal europeizante atrelado ao imaginário do progresso em que se acreditava, sobre o que falamos no terceiro capítulo. Nesse campo de muitas questões abertas, uma coisa é certa: não há crônicas que puxem o festejo popular para a dianteira da imagem do Rio de Janeiro em sua nova etapa, como as demais crônicas sobre a cidade-cultura trazem a partir de outros elementos. Mas, assim como Bandeira abriu um pequeno espaço para falar da ausência de JK no maior festejo carioca, abrimos esse parêntese para a crônica que nos lembra dessa possibilidade não aproveitada.

Fechado, então, este parêntese, mas ainda seguindo a trilha de Manuel Bandeira, chegamos à sua crônica que marca o momento da transferência, criada a partir da pergunta cabal: "Pêsames ou parabéns?"[69]

> Na manhã de 21 de abril eu, natural do Recife, pernambucano dos quatro costados, mas cidadão carioca honorário, senti a necessidade sentimental de me comunicar com um carioca da gema sôbre a mudança da capital para Brasília. Não poderia escolher melhor

opinião diferente de Elsie Lessa em "Vai morrendo o Carnaval" (*O Globo*, 14 fev. 1958, n. 9750 (única), p. 1 (seção2)), que vê nessas mudanças um empobrecimento do festejo.

[68] Em 1958, foi publicado o seu livro "História do Carnaval Carioca", considerado uma obra pioneira no estudo da manifestação popular, ao "citar origens e significados para suas principais manifestações, como ranchos, blocos, sociedades, corsos e cordões, entre outras" (Cf. Centro de Referência do Carnaval. Disponível em: http://www.crc.uerj.br/destaque1.php).

[69] *Jornal do Brasil*, 24 abr. 1960, n.95, p.3.

> exemplar do que o professor Antenor Nascentes, que é das figuras ilustres da ex-Capital, uma das que mais honra lhe fazem, pelas suas virtudes, pela sua inteligência, pela sua invejável cultura e conhecimento do mundo.
>
> Telefonei-lhe e para começo de conversa perguntei: - Devo dar-lhe os parabéns ou os pêsames?
>
> Ao que êle, sem hesitar, respondeu: - Os pêsames.
>
> - Então você acha que o Rio vai perder com a mudança?
>
> - Com o tempo, tem que perder. Mas isso não será para os nossos dias.
>
> - Mas até hoje Nova Iorque não perdeu para Washington.
>
> - Isso é verdade, cultura não se improvisa.
>
> Acabamos concordando que o Rio será sempre o Rio.
>
> Despedi-me de Nascentes e daí a pouco o telefone retiniu. Era outro carioca da gema que me chamava, grande voz da nossa poesia, o irredutível simbolista e verlainiano Onestaldo de Penafort. Repeti-lhe a mesma pergunta que fiz a Nascentes. A resposta, porém, foi outra, mas igualmente firme e sem vacilação: - Parabéns!
>
> E Onestaldo acrescentou: - Só sinto é que êles não tenham ido todos embora daqui.
>
> É fácil adivinhar quem são êles. Onestaldo estava, na manhã histórica, desfrutando a delícia, nova para êle, de se sentir provinciano. Delícia que os que pensam como êle podiam sentir bem, porque o dia foi de feriado, o movimento urbano era quase nenhum, o silêncio parecia afirmar a condição de província. Pelo menos naquela manhã o Rio para o irredutível simbolista e verlainiano Onestaldo era como *Bruges-a-morte*...
>
> Penso e sinto como Onestaldo, Rio querido! Conheci-te ainda provinciano, embora Capital. Num tempo em que as cidades não se construíam em três anos nem os homens enriqueciam em três dias. Foi em 1896. Contando, não se acredita: nas laranjeiras de minha infância, sossegado arrabalde (já sem laranjeiras), os perus se vendiam em bandos, que o português tocava pela rua com uma vara, apregoando:
>
> - "Eh, peru de roda boa!". À porta de casa tomava-se leite ao pé da vaca. Não havia ainda automóveis. O Rio tinha ainda quinhentos ou seiscentos mil habitantes. E os brasileiros invejavam os argentinos porque Buenos Aires já tinha um milhão. Como éramos ingênuos!

No clima das incertezas do momento, o questionamento do poeta aos amigos pode parecer uma provocação. A escolha entre as opções da antítese demarcaria, inevitavelmente, o futuro da cidade entre *maravilhoso* ou *decadente*, e essa antítese se mantém no texto na medida em que o primeiro opta pelos "pêsames", embora seja convencido de que o "Rio será sempre o Rio", e o segundo pelos "parabéns", apesar de

"não [terem] ido todos embora". Entretanto, nesse impasse, é a cultura da cidade que tem papel central para a visão de um futuro positivo. Comparada a Nova Iorque diante de Washington, cidade construída para abrigar a sede política dos Estados Unidos, assim como Brasília, a imagem do Rio de Janeiro se engrandece de força como metrópole e é resumida simplesmente na frase "cultura não se improvisa". As explicações a respeito dessa afirmação não parecem ao cronista fazerem falta ao leitor, e ele simplesmente salta para a conclusão, quase que de maneira óbvia, sinal de que a imagem já estaria consolidada. A pergunta ao segundo interlocutor vem, então, embalada por essa certeza, a que é prontamente correspondida mas, assim como na vez anterior, mesmo que dada "sem vacilação", é seguida de um *porém.* Os que "não foram", provavelmente os políticos, ao que se vincula comumente a imagem de uma capital federal (e já vimos serem bastante citados pelos diversos cronistas como uma espécie de praga), atrapalham a sensação da plena felicidade "provinciana", vivida no "dia feriado", mas que não deve se estender para além dessa manhã de "*Bruges-a-morte...*"[70], justamente pela permanência dos políticos e... a condição já afirmada da cidade como metrópole. Aparece, assim, uma nostalgia do antigo Rio "ainda provinciano, embora Capital", e, consequentemente, a lamentação da cidade moderna, evocada pelos automóveis e pelos milhões de habitantes, que acaba opondo-se à imagem fixada no início em comparação à Nova Iorque como metrópole cultural, que antes orgulhara o cronista-poeta. Seria, então, a opção pela cidade antitética em si, em que cultura e urbanização não caminham necessariamente na mesma direção do que se entende pelo progresso?

Enquanto a imagem da cidade-cultura salva o Rio da decadência, o cronista-narrador lembra que os problemas gerados pela urbanização desordenada – os quais apareceram de maneira crítica em outras crônicas de Bandeira, como "As bombas"[71] e "Pela geração atual"[72] – mantêm-se como paradoxos da cidade maravilhosa. Paradoxos que, afinal, são parte da modernidade, se a entendemos como "interseção de diferentes

[70] A referência é ao romance do escritor belga Georges Rodenbach, cujo título correto é "Bruges-La-Morte" (Bruges, a morta), publicado em 1892. A obra é trabalhada a partir de um espelhamento entre a noiva morta e a cidade morta (Cf. LEÃO, Nádia. *Poética para além da vida:* cidade morta e noiva morta. Diálogos estéticos entre Alphonsus de Guimaraens e Georges Rodenbach. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-08082016-095403/publico/2016_NadiaCotrimSauerLeao_VCorr.pdf). Seria, então, a ideia dessa cidade morta, aos moldes simbolistas, que Bandeira procura trazer à crônica.

[71] Ver capítulo 2, p. 167.

[72] Ver capítulo 4, p. 239.

de temporalidades históricas", como citado por Nestor García Canclini (1990, p. 211)[73], e na América Latina vão se tornar mais evidentes porque fazem parte de conflitos constantes entre a necessidade de modernizar-se em todos os âmbitos, seguindo o modelo idealizado europeu e norte-americano (ou o que Canclini chama de modelo metropolitano), enquanto se mantêm as velhas estruturas socioeconômicas e políticas de privilegio pré-modernas. No campo cultural, esse conflito viria a fundar o modernismo, um movimento que no Brasil buscava mais do que copiar formas artísticas, mas que se empenhou em compreender o país e, nessa busca, mergulhou também nas contradições. Para Canclini (1990, p. 213), os escritores modernistas distinguem-se justamente pelas fortes preocupações pelos conflitos internos de suas sociedades, o que vai se traduzir não só nas suas representações nas obras, como também na busca constante pela comunicação efetiva com o povo, tudo isso à procura de contribuir para uma mudança social. O crítico Afrânio Coutinho (1999, p. 130) considerava, inclusive, que o período modernista foi o que melhor permitiu que a crônica se desenvolvesse de forma original aqui, já que a busca pela "brasilidade" aprofundou não só os temas como a linguagem, que se tornou cada vez mais próxima da usada no cotidiano, permitindo uma comunicação mais efetiva com o público amplo.

Manuel Bandeira seria, aliás, um dos expoentes do movimento modernista no Brasil, e suas crônicas – mas não só as dele, como fica evidente nesta pesquisa – podem ser lidas como parte desse esforço estético-político de mergulhar nas contradições e comunicar-se com o povo, o que, na metade do século, significava também escrever no jornal, um veículo de informação que começava a tornar-se de massas ao aderir à "linguagem objetiva" do formato americano, do qual o *Jornal do Brasil*, onde publicava Bandeira, foi precursor, como destacamos ao início, e adentrar assim, definitivamente, na era do jornalismo empresarial, conforme a leitura clássica de Nelson Werneck Sodré (1999), em que a publicidade adentra a lógica da empresa jornalística e o produto precisa tornar-se "vendável", diferente da fase anterior, em que os jornais ainda eram mais voltados para o consumo de uma elite letrada. Nesse ínterim, é importante ressaltar, mais uma vez, que não se tratava de uma relação simples, já que a crônica, da maneira como se desenvolveu no Brasil, não seria apenas um gênero comercial para ser "passivamente consumido com prazer", como Susan Buck-Morss (2001, p. 153) destaca serem os folhetins franceses do século XIX, mas, como viemos acompanhando ao longo

[73] Canclini refere-se ao modo como Perry Anderson (1984) define a modernidade. Dentre as críticas ao seu ponto de vista, esta é uma definição com a qual concorda.

deste estudo, frequentemente são mesmo "ferramentas que tornam possível despertar do sonho", ainda que muitas vezes de maneira indireta ou momentânea, de acordo com a dialética benjaminiana.

Os problemas das contradições da modernização técnica e suas consequências sociais não seriam, então, impedimento para o desenvolvimento da imagem da cidade-cultura, a que se via e a que se desejava. Muito mais ligada à complexidade de manifestações artísticas e culturais, populares, elitizadas, massificadas, um mosaico carioca que as crônicas mesmas constroem, a imagem da cidade está intrinsicamente ligada à cultura como os modernistas a concebiam, e isso independentemente até mesmo das convicções próprias de cada cronista, às vezes mais ligados a uma busca de modernização via europeização, de cumprir esse percurso até o modelo idealizado, como trazida na visão mesma do desenvolvimentismo. Ao elegerem a cidade como "incubadora e musa inspiradora de artistas e intelectuais" (XAVIER, 2017, p. 118), o fazem também porque a cidade apresenta esses aspectos complexos e contraditórios que vão desaguar em uma cultura igualmente complexa e viva, que foi aquilo ao que buscamos estar atentos nas crônicas.

É nesse sentido, portanto, que a visão lírico-nostálgica do cronista-narrador também se volta para o passado da cidade, ainda pré-moderna em todos os aspectos. Nessa oposição passado-presente, fica nítido porque a "cultura não se improvisa": porque sua organicidade também é fruto de uma determinada historicidade. De um lado, Brasília, a cidade "construída em 3 anos", é pura expectativa, totalmente moderna, no sentido colocado por Koselleck (2006), isto é, distante de toda experiência já vivida, em cuja intensidade se cria a ideia de progresso, mas onde também a cultura (progressista?) ainda terá de ser criada. De outro, o Rio bebe das experiências diversas e até antitéticas e paradoxais pelas quais passou, e ainda passa, e este não é um processo passivo, ainda mais quando se trata de cultura, mas de uma recriação dessas experiências, que não só são "incorporados e podem ser lembrados" (KOSELLECK, 2006, p. 309), mas que "não se esgota jamais [...] conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos", tal como Walter Benjamin (2012, p. 220) delineava o poder da narrativa diante da mera informação, a qual "só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele". O Rio, cidade-cultura dos cronistas como Bandeira, Braga, Pongetti e Dinah, que mais a cantaram nesse curto período de intensas mudanças, teria, portanto, o diferencial de ter não só de

onde inspirar-se, mas de onde recriar-se constantemente, ficando nítido a necessidade de fazê-lo. E se a história é também "desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias" (KOSELLECK, 2006, p. 310), nada mais compreensível que atrelar o valor da cidade também à sua história, não só pela cultura, mas por tudo que ela invoca.

5.3 *Vida Nova* de uma cidade histórica

Ao longo dos anos de 1958 e 1959, vimos várias vezes Henrique Pongetti lamentar-se pelo presente do Rio e temer o seu futuro. Nessa mesma época, a sua reflexão de que "Ontem será outro dia"[74] trazia um pouco sobre o que significava, naquele momento, o passado da cidade, a partir do que era Brasília nessa "linha do tempo":

> Quando Brasília estiver funcionando como nova capital do Brasil, poderemos recensear os habitantes compulsórios, os que foram desterrados pela fôrça das obrigações – e os habitantes espontâneos, os que a procuraram sonhando uma vida nova numa cidade sem estigmas de passado. Haverá um forte voluntariado, não se iludam os prisioneiros do litoral. Outro dia conversei com uma jovem funcionária pública mãe de dois filhos e desquitada. Pretende mudar-se para Brasília o mais depressa possível. O crescimento de seus filhos no caos moral e material do Rio apavora-a. O Rio tem seu futuro hipotecado ao demônio. Piora cada dia. O desgaste dos nervos dos pais no Rio é superior ao de qualquer outra cidade. Desde que as crianças saem de casa é uma inquietação sem tréguas. Tráfego infanticida, cilada por todos os cantos, ensino caro e difícil, contrôle quase impossível. Talvez seu drama conjugal íntimo também esteja influindo. Afastar-se-á de tôdas as lembranças desagradáveis, passará seu coração a limpo. E, se um novo amor chegar, encontrará um coração esvaziado de sua amargura, receptivo, pronto para novas doçuras. Brasília será a Canaã dos insatisfeitos e dos preocupados.
>
> ***
>
> Deve-se estudar nesse sentido o fenômeno psicológico de Brasília. Trata-se de uma cidade inteiramente nova, onde todas as vidas frustradas terão a sensação perfeita do recomêço, da partida do marco zero, graças a uma concessão muito rara do destino. Começar vida nova numa velha cidade é diferente. Nós a tínhamos na consciência com todo o seu lastro de existência, com seu acervo de dores e de alegrias. Brasília é o berçário das almas renascidas das próprias frustrações, é tôda cheia de ofertas inaugurais. Há um batismo em cada pedra, em cada passo, em cada ato. Um sol infantil em cujo calor descansado os velhos rejuvenescerão. São os primeiros sentimentos humanos formando a psiquê da cidade, cada homem dando comêço à

[74] *O Globo*, 17 jul. 1958, n. 9877 (única), p. 3.

> sua história. Velhos rematadores de repetições sentindo a fôrça precursora dos pioneiros. As crianças engatinhando com a cidade e festejando, com ela, seus aniversários. Todos os olhos pousados no levante, todos apaixonados pelas auroras.
>
> ***
>
> Irão também os aventureiros, os aproveitadores, muito manjados nas velhas comunidades. Alguns se regenerarão subitamente, vencidos pela inocência pueril do meio. Como não ser outro, naquele lugar mágico, onde a vida de um homem começa no dia em que êle chega? Onde o passado se esvai e as fôlhas corridas ficam brancas, como se houvessem sido escritas com tinta simpática? Um batedor de carteiras foi a Lurdes durante as grandes comemorações, na época dos milagres em massa. Atacou-o subitamente um reumatismo nos braços que lhe impedia os movimentos, sobretudo os sutis exigidos pela retirada de uma carteira do bôlso de um peregrino prevenido. Nunca sofrera de reumatismo, ficou impressionado. Assim mesmo, acompanhou a procissão noturna e foi calhar justamente ao lado de uma senhora idosa, portadora de boas jóias e de uma promissora bôlsa. Talvez os braços funcionassem. Tentou. Uma dor agudíssima interrompeu-lhe o gesto, uma dor de bursite, de juntas empedradas. Um padre ofereceu-lho o archote dos quarenta mil que iluminariam a caminhada em louvor da Santa. Para pegar o archote e elevá-lo, seus braços se desembaraçaram lépidos como as pernas de um bailarino jovem ao som da música do seu exercício. Achou que era milagre. Ficou morando por ali mesmo, transformado num modesto, porém correto, vendedor de velas de altar. Brasília será assim. Os praticantes de velhos gestos reprováveis ficarão entrevados, mas readquirirão os movimentos para vender horóscopos aos habitantes-marco zero, vazios de passado, com o futuro na medula.

Se o discurso oficial em torno da nova capital era de que ela tinha o poder de revolucionar a história do Brasil, dividindo-a, como colocado por Márcio de Oliveira (2005, p. 66), "em dois momentos: antes e depois de Brasília [...] Voltar-se-ia as costas a essa espécie de pré-história. A verdadeira história seria escrita por Brasília". Pongetti parece perceber também essa ideia do passado rejeitado, igualmente "pré-histórico" colado à imagem de sua antiga capital: a negação do passado, que sustenta o mito de Brasília, é também a negação do Rio. Essa foi uma ideia reverberada de diversas formas, mas nessa crônica é o central, e aparece entre a lamentação e a ironia.

Não é apenas a cidade nova como metáfora para uma vida nova, mas a ideia de que é realmente possível recomeçar. Os exemplos de vida de indivíduos se assemelham ao modo como Elsie Lessa também trazia tais histórias em "Brasília-Pasárgada"[75], quando ainda não tinha se convencido "se Brasília era pra tudo isso", o que aconteceria

[75] Ver capítulo 1, p. 75.

depois. Os motivos são os mesmos: o Rio "apavora". Em especial aos pais, que veem, afinal, nos seus filhos o futuro, e vice-versa: "Desde que as crianças saem de casa é uma inquietação sem tréguas. Tráfego infanticida, cilada por todos os cantos, ensino caro e difícil, contrôle quase impossível". Mas os males da cidade grande vão ficar para trás, substituídos pela esperança do novo, inclusive porque com a mudança será possível afastar-se das "lembranças desagradáveis", tendo por base que, afinal, longe das marcas físicas que nos fazem lembrar – "localizando" as lembranças, como coloca Paul Ricoeur (2007, p. 57-58), e comprovando, assim "o elo inseparável entre a problemática do tempo e do espaço" – torna-se mais fácil esquecer.

"Canaã dos insatisfeitos e preocupados" (que, afinal, pelas crônicas, parecem ser todos os cariocas, em algum grau), Brasília marca a promessa de futuro, mas também o desejo de apagamento do passado. Para o cronista-narrador, um fenômeno psicológico a nível individual, cidade "berçário das almas renascidas das próprias frustrações", mas também coletivo. O Rio era conhecido, "seu lastro de existência, com seu acervo de dores e de alegrias" era familiar, em sua complexa história, herança do carioca. Já Brasília tem na estranheza a vantagem do recomeço, e as esperanças individuais de seus moradores deverá formar "a psiquê da cidade", em que cada pessoa aparece como fundamental para dar começo a essa história. O excesso de imagens apelativas, quase cinematográficas, desse entusiasmo pelo futuro contrasta eficientemente com o "apavoro" do Rio.

Entretanto, a anedota do batedor de carteiras mostra a possibilidade do recomeço por uma via milagrosa. Seria isso o que também se esperaria da nova capital? Da noite para o dia tornar-se-iam todos "vazios de passado, com o futuro na medula"? Há uma carga de ironia do cronista-narrador diante do fenômeno psicológico vivenciado e na crença de que readquiririam os movimentos para refazerem-se a si próprios e ao país, vendendo futuro em "horóscopos". Enquanto isso, "ontem será outro dia" porque deverá ser simplesmente esquecido, limitado à "cidade velha" onde não era possível "começar vida nova" plenamente. Como ressaltaria Jane Jacobs (2011, p. 20), martelava-se "na tecla do desprezo às cidades antigas" para "reforçar e intensificar a necessidade de uma nova ordem das coisas", tudo que as metrópoles ofereceram sendo visto como fracasso.

O desafio do Rio de Janeiro, antiga capital cheia de passado seria, então, nessas condições, dar novo começo à sua própria história. Afinal, estava nesse passado também a sua identidade, cuja valorização já vimos ser reivindicada na fisionomia da urbe por

Dinah Silveira de Queiroz, em "Patrimônio Histórico"[76], da qual retomaremos apenas um trecho:

> Enquanto existe na Europa essa preocupação de resguardar a história para que ela seja uma parte viva do povo, enquanto numa França as gerações bem se encontram num Museu de Louvre, por exemplo, e na Itália vamos à raiz da Cristandade no respeito tributado a tudo que se transformou num marco para a História Cristã, ou num sentido para a História da Humanidade, enquanto isto ocorre, na Europa, o que se vê aqui não é apenas desapreço à memória de um povo. É bem mais do que isto. É a mais lamentável falta de gôsto.

No lugar do horror ao passado, Queiroz queria o resguardo da história europeizada do Rio, assim como Pongetti reivindicava os seus "Fantasmas"[77]:

> A caminho do Forum, onde estou servindo como jurado, vejo o terremoto produzido pela SURSAN na Praça Quinze. Há muito não passava por ali, achei-a caótica, irreconhecível. Tudo quanto é velhice desaparece da face da terra, nesta Cidade tomada de Senectofobia. Eu, que nunca vi fantasmas, e gostaria de ver ao menos um, começo a descrer da possibilidade.
>
> ***
>
> Fantasma não dá em cidade nova, em arranha-céu, particularmente. Pode ser que acabe dando, depois de várias gerações de defuntos de apartamentos. Fantasma verdadeiro quer ambiente, casarões enormes, castelos, espaço onde as aranhas possam tecer imensas teias que êle atravessará sem romper o fio, numa das mais fáceis e convincentes provas de imaterialidade.
>
> ***
>
> O apartamento acabou com a teia de aranha (espaço exíguo excessivamente percorrido) como o arranha-céu acabou com o gato (falta de telhado). O fantasma melodramático, operístico, jamais chegaria à ignomínia de comprimir sua espetaculosidade entre paredinhas de uma casa de "marionettes".
>
> ***
>
> Ouro Prêto, Sabará, Congonhas e outras relíquias mortas poderiam atrair um turismo que se baseasse na minha certeza de jamais poder encontrar um fantasma nesta cidade de arranha-ceús, nova, antipóstuma, onde nem se sabe como estender um daquêles lençóis que em certas noites de vento e de luar nos dão a esperança, sempre frustrada, do sobrenatural. Em criança, os falsos fantasmas gerados pelo terror nos visitam para puxar os pés e pregar sustos. Na madrugada, se os verdadeiros nos procurassem, nos dariam a prova da eternidade, tornando a morte uma simples e alegre baldeação.

[76] *Jornal do Commercio*, 4 dez. 1958, n. 57, p. 5. (Ver capítulo 1, p. 101)
[77] *O Globo*, 06 jun. 1959, n. 10149 (matutina), p. 3.

***

> Invejo os inglêses pela sua capacidade de conversar com fantasmas ilustres, catalogados por ordem alfabética no Gotha do assombramento. Já se sabe que no tal castelo mora o tal fantasma; se prefere fazer barulho de correntes arrastadas, de latas batidas ou de costelas raspadas com um osso, como um reco-reco. Se é lacônico ou loquaz; se recita Shakespeare canastronicamente ou se merece a láurea do Old Vic; de gosto de fazer medo ou de fazer boas relações; se fala na Rainha Vitória ou na Rainha Elizabeth; se trabalharia com os trabalhistas ou com os conservadores; se ri com a pronúncia dos americanos ou se acha que os puristas de Cambrigde e de Oxford deveriam afinar a língua em Brooklyn. A gente escolhe o seu fantasma sem perigo de se decepcionar. Quando aparece um novo, de conduta ainda ignorada, as agências de viagem botam uma interrogação ao lado de seu apelido provisório. Os grandes aventureiros, os Marco Pólo do Além, preferem êste. Nada como levantar o véu, ou, por outra, o lençol na vida de um fantasma. Que já não se diz vida, mas morte pregressa.

O cronista do *Globo* parte da visão da mesma obra de que vimos Dinah reclamar, o viaduto que agredia o "bom gôsto"[78]. Ambos vão falar da questão estética, já que a via elevada impedia, chegando do mar, a visão da cidade em sua parte antiga, e de como tal empreendimento era um desrespeito à memória da cidade colonizada por Portugal. Entretanto, em Pongetti ganha um caminho inusitado da discussão histórica: enquanto retoma a reflexão a respeito do desejo de apagamento do passado, que neste momento é chamado "senectofobia", passa também a falar da *inadaptação* de fantasmas na vida moderna, nos arranha-céus e no pequeno espaço dos apartamentos, ou seja, nessa cidade que o Rio mesmo vinha se transformando. Caminho inusitado, mas que se revela criado pelas mesmas certezas: a de que o passado só é digno desse nome e, portanto, só é matéria histórica, quando é suficientemente velho, antigo, distante no tempo, produto de "várias gerações de defuntos". Gerações essas que Brasília, "cidade sem passado", como dissera no ano anterior, não teria (ao menos não os "ilustres"...), e dentre todas as oposições das duas capitais, esta de ser a "cidade moderna", do futuro, não era a prerrogativa que caberia ao Rio. Por mais que este mudasse em sua fisionomia, cada vez mais americanizada, todo o resto mostrava a sua antiguidade, aquilo tudo que se acreditava que Brasília viria a *corrigir*.

[78] A construção da Avenida Perimetral iniciou-se em 1950, mas só teve sua primeira parte inaugurada em 14 de novembro de 1960, dia em que o *Diário de Notícias* (n.11658, p.1) coloca, com foto, na primeira página "Carros correm na Avenida Perimetral". Dinah e Pongetti escrevem, portanto, em meio ainda às derrubadas produzidas nessa longa primeira fase da obra.

O que o cronista-narrador vem reivindicar, na verdade, ao queixar-se, é o *direito aos fantasmas* de sua cidade, em outras palavras, ao próprio passado histórico. Talvez, por um lado, nutrido pelo que Lefebvre (2011, p. 101) dizia ser a busca por "curar a saudade que sentem" de uma época em que cidade teria sido, realmente, o centro de uma vida compartilhada, o que motivaria realmente as pessoas a irem "em direção às ruínas das cidades antigas a fim de consumi-las turisticamente", como remédio para essa saudade. Por outro lado, são sobretudo as imagens europeizantes que nele se juntam. Primeiro, as do imaginário clássico das histórias de fantasmas, de "castelos" e "casarões enormes", legadas pelo Romantismo do século XIX que, na sua faceta gótica, fez ascender as figuras fantasmagóricas na arte como uma das formas do seu namoro com a morte, assim como das forças do inconsciente. Herança direta da literatura europeia nessas representações, em especial da inglesa e francesa, uma vez que no Brasil esse elemento foi mais esparso e velado, muitas vezes aclimatado, mesclado a outros elementos de terror e mistério das culturas africanas e indígenas (MENON, 2014), os fantasmas que permeiam esse imaginário aparecem, então, como os mesmos que os do Velho Continente[79]. Depois, e a partir delas, as de uma história oficial construída com elementos europeus, ou melhor, apenas válida se for construída com esses elementos, afinal, como explica Koselleck (2006, p. 285-286), a ideia básica da modernidade, concebida por volta de 1800, de que havia um "padrão do progresso, segundo o qual toda a história pôde ser interpretada universalmente", levava em conta que havia uma certa experiência histórica pela qual todos os países deveriam passar para, enfim, alcançar esse patamar superior. Se daí se pressupunha as *etapas* do desenvolvimento técnico, científico, econômico e cultural, também seria possível inferir, ou ao menos desejar, outros itens dessa história. Não à toa, a "inveja" do cronista-narrador é daqueles "ilustres fantasmas" dos ingleses, pois tais espectros nada mais são do que a representação do seu próprio passado *glorioso*: recitam Shakespeare, falam da Rainha Vitória, são políticos e estudiosos da língua. No imaginário dos fantasmas, a história se torna lúdica e sensível – e vê-la dessa maneira também era o que cabia aos cronistas na (re)construção do imaginário da cidade –, além de arrematar a sua marca no *caminho* dos países civilizados, desde que ainda tenha direito a ser antiga e ter os seus próprios fantasmas, meio herdados do continente colonizador.

[79] Maurício Menon (2014) defende que essa recepção mais sutil do gênero gótico no país (com exceção da obra de Álvares de Azevedo (1831-1852), que utilizou as imagens mais clássicas relegadas ao gótico, como os cemitérios, túmulos, tabernas e casarões sombrios), teve pouca ressonância na crítica e nos historiadores da literatura, prejudicando, portanto, a sua apreciação pelo cânone literário.

Assim, a digressão sobre fantasmas é metáfora para afirmar que o Rio está matando aquilo que mais o liga à sua *raiz civilizatória* e, nesse contexto, o "terremoto da SURSAN" seria apenas uma pequena e localizada catástrofe da própria história da cidade. Uma certeza compartilhada também por Manuel Bandeira, pelo que, já depois da transferência da capital, ele dizia derramar suas "Últimas lágrimas"[80]:

> Já disse que não tenho mais lágrimas para chorar o que se tem praticado contra o patrimônio histórico, artístico e paisagístico de nossa terra. As últimas que derramei foram ao ter notícia de que o Presidente da República cancelara o tombamento do Parque Lage, maravilha de paisagem que, com o Jardim Botânico, são hoje os dois únicos grandes recessos vegetais da cidade carioca afeiçoados artisticamente pela mão do homem (a Quinta da Boa Vista virou mafuá). Uma inscrição de tombamento só pode ser cancelada por motivo de interêsse público. Ora, o ato do Presidente vai satisfazer interêsses particulares. É verdade que êle se louvou em pareceres do Ministro da Justiça, do Governador do Estado da Guanabara e do Procurador da República. Por mais simpático que me pareça o Governador Sette Câmara, por mais amigo que me sinta do Procurador Vitor Nunes Leal, lanço-lhes de coração afeleado o meu anátema de poeta. Podia o Presidente passar por cima dêsses pareceres. Não quis fazê-lo. Todos os seus carinhos são para Brasília: lanço-lhe a ela e à sua niemeiercap o meu anátema, praguejando que depois de 31 de janeiro os Podêres Públicos e os interêsses particulares, estraguem, afeiem, conspurguem, se possível destruam a bela jóia arquitetônica ideada por Lúcio Costa, amém!
>
> ... Vocês já imaginaram o que seria a vulgar Cinelândia carioca se se não tivesse derrubado o Convento da Ajuda? As novas gerações que o não viram de pé podem fazer uma idéia por uma estampa da época. A velha igrejinha de Santa Luzia, ainda que tão modesta, enriquece espiritualmente a esplanada do Castelo e com ela se casa tão bem a modernidade do Ministério da Educação! O Convento da Ajuda, muito mais importante artisticamente, seria no coração da Cidade um estremecimento vivo do passado, e êsses estremecimentos é que dão consciência à vida pública, tanto quanto às particulares.
>
> ...No Largo do Machado havia um jardim fechado. Na minha adolescência me dava êle a compreensão profunda do verso de D'Annunzio: *Siete per me come um giardino chiuso*... O Prefeito Passos mandou remover os gradis dos jardins. Os outros jardins pouco sofrerão, mas o do Largo do Machado está praticamente destruído: é hoje uma calçada de comícios. As moitas, com os seus pássaros e os seus mistérios, desapareceram. Restam as árvores, as velhas árvores que as suas lições de sombra e doçura são retribuídas com enxovalhamento de seus troncos pelo que o Marechal Lott chama, acusando seu concorrente Jânio, "a orgia dos cartazes", da qual esquece que participa... Fico só nesses dois casos, que já são tristeza bastante.

[80] *Jornal do Brasil*, 03 set. 1960, n. 208, p. 3.

Partindo do caso específico da Parque Lage, cujo cessamento do processo de tombamento considera triste, o cronista levanta outros casos de lugares históricos então abandonados e descaracterizados, como a Quinta da Boa Vista[81] e o Largo do Machado; e até mesmo que não existem mais, como o Convento da Ajuda, que desapareceu quando dos planos urbanizadores que se seguiram à derrubada do Morro do Castelo. E se não há mais lágrimas, tal a recorrência dos casos, ao menos deixa sua última crônica para registrar esse descaso que, como destaca, não é só daquele momento, nem apenas de uma política: o caso do Largo do Machado e do Convento da Ajuda são da virada do século; e se foi JK que não zelou pelo Parque Lage, tampouco Lott ajudou na preservação dos parques cariocas. O clamor do cronista-narrador procura atravessar tudo isso para mostrar, então, um cenário mais preocupante.

Assim, segundo o cronista, o não-tombamento do Parque acontecera "para satisfazer interêsses particulares", mas isso ele, na verdade, não explica. Fica no ar se realmente há indícios a respeito, ou se seria apenas para contrastar com "o interêsse público" que não há em tal interrupção. Independente do fato em si, o argumento vai na direção desse interesse público: justamente, o da defesa do "patrimônio histórico, artístico e paisagístico". Mas qual seria esse patrimônio, considerado mais em suas qualidades estéticas e como aquilo que pode ser relevante ao povo da cidade? Sem discutir o significado do que seria "patrimônio", parecendo partir de algo que considera óbvio aos seus leitores, o patrimônio é aí tratado como aquilo que pertence e identifica a cidade e sua história e, nesse sentido, não é casual que sejam reivindicados como patrimônio histórico as obras legadas pela colonização, reforçando a narrativa oficial. Sua conservação é considerada, por isso, o "estremecimento vivo do passado, e êsses estremecimentos é que dão consciência à vida pública, tanto quanto às particulares". O mesmo estremecimento, de certa maneira, que Pongetti queria ver despertar com a atração dos fantasmas nos lugares marcantes da memória da cidade.

Faltaria, portanto, essa consciência nos governos, os quais seriam mais empenhados em obras que fizessem a cidade parecer "moderna", e para isso não se acanhavam em derrubar o que fosse preciso, a tal ponto que Lúcia Oliveira (2002, p. 164) diz que "a história do Rio parece ter sido dominada pelo Bota Abaixo". É essa

[81] Nos jornais, é possível ver algumas notas a respeito: "Quinta da Boa Vista, sem flores e peixes, agora só tem lixo e malandros". *Jornal do Brasil*, 10 jan. 1960, n. 08, p. 09; "Está sendo aos poucos destruído o centro de maior beleza da cidade". *Diário de Notícias*, 28 abr. 1960, n. 11487, p. 13; "Parques Cariocas", Gazetilha. *Jornal do Commercio*, 04 jun. 1960, n. 207, p. 04.

mesma impressão que vemos gerar as "últimas lágrimas", e, de certa forma, Brasília reflete esse descaso. Sendo assim, por mais que pragueje contra a "niemeiercap", não o faz por ser ela uma "bela jóia arquitetônica" moderna, como se estivesse opondo a estética *antiga* à *moderna* – afinal, ele também considera que a "velha igrejinha de Santa Luzia, ainda que tão modesta, [...] se casa tão bem [à] modernidade do Ministério da Educação", do mesmo Lúcio Costa. Ela é culpada, na verdade, apenas por ser o único interesse do Presidente, o mesmo que não interveio pelo tombamento do Parque Lage, joia paisagística e arquitetônica do Rio de Janeiro. Ou seja, o mesmo ímpeto de proteger o moderno em detrimento ao antigo.

Cidade de muitos atrativos, que vimos serem entusiasticamente destacados em outras crônicas que desenhavam o orgulho do novo Rio, será que esse tipo de espaço estaria menos aos olhos do povo, menos destinado a ser notícia, menos destinado ao turismo? Seja como for, o que desperta o interesse de Bandeira é, propriamente, o seu valor como patrimônio, como valoração do passado para o sentimento de pertencimento do carioca, que não pode ficar, então, desprovido da própria história material de sua cidade, assim como da estética e do lazer proveniente de seu usufruto. Na cidade que se volta cada vez mais para si, é preciso também um olhar para a história.

São, então, clamores por essa valorização da cidade que deixa de ser capital, mas que teria todo um passado a reverenciar. E, mais uma vez, não qualquer passado, afinal, como diz Bárbara Freitag (1998), "o termo 'metrópole' denota uma cidade histórica, de tradição centenária", o que deixaria o Rio mais perto do ideal do progresso construído pela Europa do que Brasília. E se tais metrópoles quer serviriam de espelho continuavam sendo também as europeias, "capitais de nações desenvolvidas, centros da industrialização moderna e arquivos da cultura mundial, que passaram a determinar os estilos de vida dentro e fora da Europa" (FREITAG, 1998), o Rio não poderia mesmo esquecer esse passado, pois ele continuaria a representar a sua *trajetória de progresso*. A questão é que, segundo apontam os cronistas, ele precisaria transformar-se nessa direção, acolhendo, de fato, mais a ideia de ser histórica, assim como cultural e natural, do que política.

Mesmo que Bandeira tenha apontado para a permanência do problema após a efetivação da transferência, o embate em torno da memória da cidade e a identidade construída a partir dela estava ocorrendo. Nesse sentido, a transformação do Palácio do Catete em museu viraria uma questão de debate (assim como de todos os prédios

públicos ocupados pelo poder federal, como vimos também acontecer com o Palácio Monroe e o Palácio Tiradentes, que Pongetti sugerira tornarem-se teatros), pelo que Dinah Silveira de Queiroz se colocava favorável, em duas crônicas de fevereiro de 1960:

"O Museu da República"[82]

> De repente, daquele enumerar de realizações do Presidente, já no fim do seu programa de prestação de contas ao povo do Brasil, houve uma nota tristonha, na qual êle não insistiu muito. Como que concretizou, para nós, o encontro com o instante em que o Rio perderá sua primazia política:
>
> **- O Palácio do Catete será transformado em Museu da República.**
>
> Concordamos plenamente com o Presidente. Não poderíamos jamais ver o **"Palácio das Águias"** transformado numa Secretaria qualquer, ou ocupado por qualquer sociedade, por mais ilustre que fôsse. Muito menos posto no chão, por motivo de sua feiura orgânica, irremediável, para ceder espaço a qualquer edifício de linhas modernas. Já aprendemos a tê-lo assim, com sua arquitetura superada, seus salões plenos de um mobiliário empobrecendo no meio de dourados, com poltronas rustidas nos braços, e pinturas apressadas, mal encobrindo a velhice de tudo.
>
> Mas o "Museu da República" fala tanto a nós mesmos, que poucos pisaram aquêles degraus da entrada reparando na quase miséria do Palácio Presidencial. É a projeção do Poder.
>
> Quando o Presidente nos falou do novo destino do Catete, senti aquêle impacto da saudade que começa.
>
> Em 1926, quando nem se anunciava a cronista, na menina intimidada, foi que, pela primeira vez, entrou ali pela mão do então Secretário da Presidência (Alarico Silveira, meu pai) para conhecer o grande, o belo presidente Washington Luiz – de todos os presidentes que ela conheceu, o de tipo mais "senhor", com o seu cavanhaque, sua postura cerimoniosa, suas roupas severas. Depois, ocorreu o contato com a tragédia, que veio a conhecer já mocinha, dos que ali trabalham: o pai veio chegando nos braços dos amigos com o primeiro ataque do coração. Quantos corações o Catete terá abalado, nervos de quantas pessoas terá, irremediavelmente, gasto?
>
> Quando já era mulher feita – pois em quase quatro anos houvera a cristalização da personalidade – dos quatorze aos dezoito – Washington Luiz era afastado do Poder (saindo do Guanabara guardado pelo cardeal Dom Leme). Dias depois ela tentava mandar seus tristes cumprimentos ao amigo da família, que fazia anos, prêso no Forte de Copacabana. E guardou um mata-borrão, surrupiado por um soldado, em que no espelho se lia, perfeitamente, a assinatura do altivo Presidente Washington Luiz...

[82] *Jornal do Commercio*, 10 fev. 1960, n. 111, p.6.

Enquanto se aceleram os trabalhos para a mudança da Capital, o Catete marcha para o seu destino fixo de Museu: começam as evocações – o Palácio é também o Museu de cada um.

"O Museu da República II"[83]

E o tempo vai correndo, sôbre as minhas evocações do Palácio do Catete, que será logo o "Museu da República". Só muitos anos depois daquele dia em que a menina conheceu Washington Luiz, sobre as escadas do Palácio do Catete com vários colegas. Há terrível crise editorial, derivada das dificuldades do papel.

Sinto a animosidade contra aquêle homem pequeno, que é o primeiro Magistrado do Brasil. Mas nós teríamos que conversar com Getúlio Vargas. Representávamos uma classe. E, de súbito, Getúlio Vargas, aquêle que sabia, aprece, o lugar mais sensível de cada um, que ia como clínico, o ponto certo, me fala de meu pai, com carinho não fingido. Tôda a antipatia se esvai. E nós conversamos tranquilamente, Getúlio, os colegas e eu. Anos e anos mais tarde, conversaríamos sôbre "A Muralha" – êle fazendo um paralelo entre os tipos paulistas e gaúchos lembrando personagens, dando relevo a miudezas, como um leitor atento e generoso. Passou o presidente Dutra, veio Café Filho, e nós, um grupo de doze escritores, ouvimos de sua boca, a sua história sôbre o fim de Getúlio. Levou-nos ao quarto onde um homem passou o drama da solidão e da decisão pela Morte. Olhei a mobília de laqueado, as árvores que vigiavam, a cama onde Getúlio expirara.

Mais adiante teria de voltar ao Catete: seria para a exibição privada do filme "Floradas na Serra", comparecendo Cacilda Becker e amigos nossos à **avant-première** para o Presidente.

Anos e anos mais, e, na mesma sala em que Café nos fêz a confidência, no mesmo lugar em que fomos recebidos por Getúlio, talvez na mesma peça em que conhecemos Washington Luiz, somos recebidos, num grupo de escritores do Pen Clube, pelo Presidente Kubitschek. É o mais sadio e jovial de todos. Tratamos do próximo Congresso Mundial de Escritores, organizado pelo Pen Clube.

- "Quando êle se realizar, estarei já em Brasília. Lá receberei os congressistas".

Eu estava assistindo ao fim do Catete, que morara em minha vida, como na existência de todos os brasileiros.

Saí para o parque, vi as árvores que conheceram triunfos políticos e angústias idas e vividas, que velaram a agonia de Getúlio, o fim político de Washington Luis.

Atrás de nós começavam os fantasmas que vão povoar o Museu da República. Adeus, Catete! O Rio terá muito o que evocar em seu novo museu.

[83] *Jornal do Commercio*, 11 fev. 1960, n. 112, p.6.

O anúncio da criação do novo museu fora oficializado pelo presidente Kubitschek em discurso proferido via rádio e televisão na noite de 05 de fevereiro, conforme informa o *Jornal do Commercio*, lembrando que "ali foram vividas fases das mais difíceis e até mesmo trágicas, instantes profundamente emocionantes da nossa história política"[84]. Possivelmente inspirada por estas palavras, a cronista-narradora junta à sua visão do novo acontecimento histórico, do Palácio que se tornará museu, as memórias-afetivas que a ligam àquele lugar, por tanto tempo sede do Poder, mas que já há algum tempo conotava "velhice", "com sua arquitetura superada, seus salões plenos de um mobiliário empobrecendo no meio de dourados, com poltronas rustidas nos braços, e pinturas apressadas". Poderia ter visto nessa imagem uma espécie de presságio do fim, se fosse, talvez, um pouco mais melancólica, como Pongetti? Ou um pouco mais entusiasta de Brasília? – o que havia, de fato, se tornado, porém, sem deixar de declarar-se constantemente ao Rio. As observações estéticas, contudo, parecem mais gerar uma espécie de moldura do tempo ao que passa a rememorar, misturando suas lembranças à história dos grandes personagens políticos que ali passaram, e aos quais se costuma, do ponto de vista de uma história tradicional de viés historicista, atribuir os acontecimentos que mudaram o rumo da História de maneira consciente (CORDEIRO JR., 2013, p. 468). Da infância à vida adulta, do fim do período da Primeira República brasileira, da qual Washington Luís foi o décimo primeiro (e último) presidente (1926-1930), ao momento em que o Rio de Janeiro deixa de ser o palco central dos eventos do Poder Central, substituído por Brasília, naquele que se dizia ser um novo nascimento do país, da nacionalidade, e ali o Palácio do Catete já não seria "projeção do Poder", o que, possivelmente, permitiria que, a partir de então, ficasse mais nítida a sua "quase miséria".

Mas é justamente para salvá-lo dessa visão que a cronista-narradora o faz moldura e evoca tais memórias, que são ao mesmo tempo melancólicas, repletos de doenças, animosidades, reivindicações e mortes, "trágicas", conforme o JC transpôs a fala do presidente; mas também de momentos grandiosos, na figura do presidente altivo, na simpatia inesperada de um leitor generoso, na narrativa da testemunha ocular dos eventos que antecederam o suicídio de um presidente, na *avant-première* de um filme nacional, na figura sadia e jovial do presidente que receberia o Congresso Internacional de Escritores na sua nova capital. Enfim, tragédias e celebrações que cercam a vida do

[84] "Presidente expôs a obra de seu governo". *Jornal do Commercio*, 06 fev. 1960, n. 108, p. 8.

Catete como a vida política da nação, e que, por isso mesmo, a cronista-narradora compartilha com os seus leitores, concretizando as palavras oficiais, e colocando-os ainda como parte dessa história, não simples expectadores: "o Palácio é também o Museu de cada um".

Há, então, a defesa da transformação do prédio histórico, o que ainda levaria algum tempo para se efetivar[85], apelando para um sentimento de patriotismo ao mesmo tempo reverencioso e afetivo. Por mais que suas memórias sejam individuais, de sua própria história como alguém que teve acesso ao Palácio em razão da vida política do próprio pai e, mais tarde, pela sua atuação como escritora na capital federal, ela afirma reiteradamente que ele "morara em [sua] vida, como na existência de todos os brasileiros". Não poderia ser, é claro, da mesma forma, mas possivelmente por algum apego sentimental à própria figura dos presidentes evocados, dos grandes acontecimentos relembrados, talvez mais especialmente o suicídio de Vargas, em torno do qual uma grande crise foi gerada apenas cinco anos antes. Em suma, por mais diferentes que possam ser essas memórias, mais ou menos próximas, a cronista-narradora narra com a certeza de que o leitor compartilhará dos seus sentimentos. Esses, de melancolia, pelos "fantasmas que vão povoar o Museu da República", mas também de regozijo, afinal, o "Rio terá muito o que evocar em seu novo museu", momento em que, aliás, a cidade funde-se com a imagem do palácio tornado museu. Não é, então, um destino triste, pelo contrário, seria o destino mais justo, mais enaltecedor da aura de poder que parece querer se manter em torno do Catete, abrigando, inclusive, os fantasmas, que Pongetti via serem despejados da cidade. Fantasmas importantes da história oficial que deveriam continuar emprestando grandiosidade ao Rio, e por isso mesmo precisariam ser também sentidos pelo povo.

[85] O decreto que declarava que logo no dia seguinte à transferência o prédio se tornaria museu foi assinado em março ("Criado Museu da República que ficará no Catete", *Jornal do Commercio*, 09 mar. 1960, n. 133, p. 12), mas a inauguração só ocorreu em 15 de novembro, data de comemoração da Proclamação da República. Nesse meio tempo, alguns debates ocorreram sobre a necessidade do museu e, portanto, do destino do prédio, assim como ocorreu com outros edifícios oficiais, a exemplo dos palácios citados por Pongetti em "O monstro verbívoro". Ainda em junho, Josué Montello, nomeado diretor do Museu da República, publicou texto no *Jornal do Brasil* (04 jun. 1960, n. 130, p.3) respondendo ao famoso colunista social Ibrahim Sued, "Para quê servirá o Museu do Catete", e justificando, entre outros motivos: "a exemplo do que se faz nas grandes cidades (...) uma ponta de curiosidade sobre nossa história republicana".

Dinah alimentaria, portanto, a certeza da magnificência de sua cidade, garantida, de certa maneira, por essa história, como faria questão de deixar claro, ainda, em um breve trecho de sua crônica do dia da inauguração de "Brasília"[86]:

> [...]
>
> Um coração novo bate no Brasil. Recebeu a torrente sanguínea do imenso corpo, agora como que rejuvenescendo. Enquanto no Rio subiu aos ares o toque da alvorada do Estado da Guanabara, e a cidade como que se recolheu um instante para guardar seu passado, rememorando-o como uma herança de amor, Brasília desperta glorificada já, por êsses milhares de brasileiros que vieram dizer "bom-dia" à nova Capital da República.
>
> [...]

Procurando pôr em evidência a metáfora do corpo e do coração, sendo o país o primeiro e a nova capital o segundo, Brasília aparece como a cidade que desperta e começa seus trabalhos, enquanto o Rio de Janeiro apenas se recolhe, e não toma parte da metáfora, misturando-se ao restante do corpo do país. No entanto, ao ecoar a ideia de que o nascimento do Estado da Guanabara era, em si, um momento solene, seu "toque da alvorada", acaba por dar à cidade outra importância igualmente fundamental para a vida do país-organismo: a rememoração. Na ideia de "guardar o passado" como "uma herança de amor", a história é associada a um tesouro, isto é, a algo não só valioso como único, pelo qual o Rio deve zelar, protegendo-o; e a memória seria, dessa maneira, apenas um repositório inerte de onde a rememoração é mecânica, evocação simples de um momento visto na linearidade da história, trazendo à tona essas imagens de grandeza, sem problematizações ou dubiedades, limitado, então, a "guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados" (RICOEUR, 2007, p. 101). Uma tarefa que só caberia, portanto, a essa cidade, visto que, do ponto de vista de uma história oficial, estariam na capital os atores políticos que movem a história, posto que esta é apenas contada a partir dos centros, da leitura dos documentos oficiais, fazendo emergir, como sintetizou Raimundo Cordeiro Jr (2013, p. 469), a visão de uma "dinâmica causal e mecânica da história das origens", fechada em si mesma. Daí que, deixando de ser ela este palco, lhe caiba o dever de guardar a história do momento em que o foi, não como um arquivo a ser revisitado e discutido, sempre prenhe de onde novos significados e de onde se possa fazer emergir novas memórias, como defende Enzo Traverso (2012), mas, pelo contrário – e por isso a rememoração aparece tão somente como um ato mecânico

[86] *Jornal do Commercio*, 21 abr. 1960, n. 169, p. 6.

– trata-se de uma história que guarda algo de sagrado, verdade única e eterna, de onde resplandeceria eternamente o brilho do Rio de Janeiro (apesar de tudo que se passa no presente aos olhos de todos, registrado e ressignificado constantemente pelos cronistas, como vimos).

Nesse sentido, se em muitos momentos a memória é usada nas crônicas de uma maneira melancólica, porque nostálgica de *tempos melhores*, em especial naquelas que tratam dos problemas da cidade e de sua visão, nestas ela é uma memória que ultrapassa o saudosismo para celebrar os belos tempos em *conjunção* com uma identidade positivada, chegando a fazer parte do que Paul Ricoeur (2007, p. 98) chama de "memorização forçada": "arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tida como os acontecimentos fundadores da identidade comum". Essa é a "memória imposta" de uma história "autorizada", porque, afinal, nesse momento é ela que convém à coesão social.

Seria, em consonância, nesse contexto, a rememoração fundamental à continuidade da ideia de uma cidade que progride? Pongetti parece acreditar nisso, trazendo o discurso historicizante para a crônica da véspera da transferência, enquanto deseja "Boa sorte, Brasília!"[87]:

> Na despedida do Poder Central desta Cidade, vamos lembrar o quanto foi útil agasalhá-lo enquanto ganhava meios próprios de crescer e bastar-se. No dia 19 de março de 1808 o Rio de Janeiro recebia o Regente e sua família, fugitivos de Portugal, cujo território Bonaparte mandara invadir. Diga-se de passagem que os baianos, astutos e endinheirados, fizeram tudo para reter a Família Real em seus domínios, oferecendo-lhes festas ofuscantes e votando unanimemente a soma de doze milhões de francos, destinados à construção do Palácio, caso o Regente decidisse instalar-se na boa terra. Não houve jeito, embora já fôsse de primeira a conversa dos baianos e perigosa a sua lábia. D. João VI ouvira grandes gabos à beleza da Guanabara, à forma bizarra de suas montanhas e à caprichosa vegetação de suas colinas; vinha com o enderêço no coração. Já gostava do Rio como se gosta de uma formosa mulher de quem os alcoviteiros tivessem feito um ardente e preciso retrato verbal. Além do mais, se a Bahia se pavoneava de seus títulos políticos, o Rio se jactava de possuir uma enseada segura e protetora, como um grande escudo. Não esqueçamos que o monarca vinha escaldado...
>
> ***
>
> Mal se instalou a Família Real no Rio, começaram as obras públicas, destinadas a elevar urbanisticamente a sede à altura da Corôa. Edifícios cresceram e ganharam dignidade arquitetônica. E como a

[87] *O Globo*, 20 abr. 1960, n. 10416 (única), p. 3.

necessidade faz a lei, e fôsse urgente fazer uma Academia Militar, o Govêrno avançou numa igreja do Largo de São Francisco de Paula, ainda inacabada, pertencente a uma confraria de negros, e que deveria concluir-se com a cooperação financeira da colônia africana. Fêz mais. Para atender ao enorme número de ultramarinos que chegavam, desalojados tanto pelas tropas napoleônicas como pela proteção gravosa dos bons aliados inglêses, criou a lei chamada da **aposentadoria real**. Quem tivesse uma casa vazia era obrigado a alugá-la a quem as autoridades ordenassem. Veio a reação dos proprietários.

***

Não botavam sinal de locação nos seus prédios; faziam boca de siri; abandonavam nos alicerces ou no comêço do travejamento as suas obras; tenteavam esperando a revogação da lei autocrática; prolongavam nos terrenos baldios os jardins, mascarando do melhor modo a insubmissão. Num contragolpe ditatorial o Govêrno ordenou que os proprietários construíssem um andar térreo, nem que fôsse de madeira e provisório, com portas e janelas praticáveis ou não, habitável ou não. e caso viesse a sofrer obras complementares tornar-se-ia obrigatória a construção de um primeiro andar. Os urbanistas inconscientes metidos na pele de governantes arbitrários tiveram sorte: em 1819 o Rio estava cheio de casas de três andares, os muros cercando ermos haviam desaparecido, a cidade tinha uma pinta de capital. Depois que o Rei mandou vir a Missão Artística Francesa, as coisas melhoraram ainda mais, embora nunca os homens devessem acompanhar, nas suas obras, a inteligência e a generosidade esbanjadas por Deus na criação deste nosso pedaço de Brasil.

***

Com a República, o Poder central transformou a velha cidade colonial usando um tímido carbono pôsto sôbre a Paris de Haussman, o mago da prancheta e da picareta, o urbanista cenógrafo. A Avenida Rio Branco deveria ser a Avenida dos Campos Elíseos, o Passeio Público replicaria o "Rond-point" do mesmo nome. A Guanabara fingia de Sena, e a avenida litorânea imitava os cais da "rive gauche" e da "rive droite", com pena de não poder jogar, sôbre as águas, as pontes de Iena e de Alexandre III. Passos mandou soltar nas árvores do centro os "moineaux" da Île de la Cité do Parque Monceau. Tivemos acanhamento de botar o Arco do Triunfo na Praça Mauá, mas botamos o obelisco da Praça Vendôme na outra ponta. Depois a cidade começou a ser derrubada e seus prédios subiram, foram subindo, subindo. A cidade francesa da Primeira República virou cidade americana na Segunda, de Vargas. A Avenida dos Camps Elísios carioca está a caminho de completar-se como Quinta Avenida. De Paris ficaram alguns edifícios teimosos e os pardais. Em certos dias, com o céu baixo e uma bruma alterando os valores geométricos, a Guanabara parece o Hudson e Niterói vira Brooklyn.

***

Estamos adultos, podemos viver sem tutela, com as fôrças e os recursos da nossa comunidade. A cidade apesar de tudo continua sendo a mais bela do Brasil e do mundo. Brasília, boa sorte. Natifeita Brasília, boa sorte. A sorte paradoxal desta terra onde o Rei começou

> mandando fazer casas de pau para enganar a vista, casas que o tempo revelou serem sementes de construções ciclópicas, casamatas do futuro.

Logo de primeira, chama a atenção que, faltando 24h para a inauguração da nova capital, a coluna do cronista da página três dedique-se, na verdade, à história do Rio. E não somente: é uma crônica que procura mostrar como foi "útil agasalhá-lo enquanto ganhava meios próprios de crescer e bastar-se". A pergunta é: prova-se isso aos leitores cariocas ou à "natifeita Brasília", invocada no título e ao fim? Ou serviria a ambos?

O primeiro ponto a se notar é que o *resumo histórico* do cronista não começa pela criação da cidade ou pela recepção do Vice-Reinado, mas, precisamente, pela chegada da Família Real, em 1808, episódio narrado com um "diga-se de passagem" que vale mais que uma justificativa, pela segurança que a baía traria à nova sede, mas sintetiza a ideia de atração da cidade nos "gabos à beleza da Guanabara" que D. João teria ouvido e o fizeram trazer "o enderêço no coração". Afirma, desse modo, a sua própria declaração de amor à cidade pela voz do Príncipe Regente e não deixa de usar, assim também, uma das suas fórmulas preferidas, a de compará-la à "uma formosa mulher de quem os alcoviteiros tivessem feito um ardente e preciso retrato verbal". Atrativos que reitera ainda mais adiante em outra fórmula já conhecida, a de afirmar que são fruto da "inteligência e [d]a generosidade esbanjadas por Deus na criação deste nosso pedaço de Brasil".

Mas se a intenção seria provar algo em torno de como a cidade passou a "crescer e bastar-se", não seria suficiente apenas evocar seus atrativos. Vemos, então, que há uma justificativa para o recorte da chegada da Família Real: é quando começam as construções que vão dar cara de capital à cidade, quando as coisas melhoram, e vão melhorar "ainda mais". Se não foi ali que a cidade começou, foi ali que se iniciou o seu sentimento como capital, cidade das cidades, com a inédita mudança de um "monarca europeu para uma de suas colônias no Novo Mundo", como descreveu Bárbara Freitag (2009, p. 92), mas principalmente pelas inúmeras transformações urbanas, institucionais e sociais que dela decorreram[88]. Por essa razão, pode-se dizer mesmo que há, na

[88] Interessante notar que Bárbara Freitag (2009, p. 92-95) detalha os eventos comemorativos do Bicentenário da chegada da Família Real ao Brasil, como foram organizados pelos órgãos públicos e privados, sua curadoria, destacando livros, exposições e até mesmo programas televisivos que enfocaram a comemoração. Visivelmente, o faz para corroborar o sentido essencial desse momento,

descrição desse momento pelo cronista-narrador, a criação de uma atmosfera semelhante ao mito de fundação, que Sandra Pesavento (2007, p. 11) levanta como um dos elementos fundamentais nas "histórias de cidades", pois também dá "a ver um tempo de origens, um acontecimento fundador, acrescido da poesia de uma lenda". A lenda, em um país democrático como era o Brasil em 1960, poderia ser a própria monarquia, recuada não em tempos imemoriais, mas em tempos distanciados pela própria experiência histórica, ainda que marcada nos prédios públicos, e ela era contada na poesia prosaica da crônica. Seria, então, uma espécie de mito *refundador*, lugar de onde se escolhe partir para contar os progressos da cidade.

Não por acaso, o que ganha destaque a partir de então são as obras públicas, o "enlevo urbanístico" que a cidade ganhou, mesmo quando se tratavam de "urbanistas inconscientes metidos na pele de governantes arbitrários", numa conclusão que retoma algo do ditado popular de que *Deus escreve certo por linhas tortas*. Daí para os grandes feitos urbanos da República, na virada do século XIX para o XX, tudo parece simplesmente fluir, parecendo exemplo muito fiel da construção de uma "linha ascensional desde o passado até o presente", conforme Pesavento (2007, p. 11), em que "constrói-se o desfile ou a evolução cronológica dos governos municipais com seus momentos marcantes e suas realizações fundamentais", justamente para construir uma história linear e celebratória. Mas, alinhavada pelas observações e floreios bem-humorados do cronista, nesse momento também se assemelha aos cronistas medievais, cuja missão era registrar os acontecimentos históricos, muitas vezes sem apoio documental, destacando os grandes feitos de um herói, e é o seu trajeto que comanda o desenvolvimento da crônica, tornando-a narrativa exemplar, o que aos olhos de um leitor moderno assemelham-se mais à narrativa literária do que propriamente histórica (LOPES; REIS, 2007, p. 87). É nesse sentido, também, que o ar mítico não deixa de estar presente. Ademais, para além do mito *refundador*, o tempo histórico se condensa, apressando-se e saltando sobre Vargas e *naturalmente* chegando ao presente dos altos prédios, estes que destacam a visão de New York, sem deixar de preservar a de Paris (os padrões mantidos), tudo confluindo para uma só e completa cidade, enfim, verdadeira heroína de sua crônica.

---

reconhecido há muito pelos especialistas e pela população, para a sua tese a respeito dos poderes que mudam junto com as cidades para onde se transferem, mas isto também vai ao encontro da visão aqui proposta de perceber o evento histórico com a importância de um mito refundador para a cidade, como formulado por Pongetti.

Poder (não que necessariamente o quisesse) "viver sem tutela" política parece, portanto, se confundir com o próprio desenvolvimento urbano, como algo que lhe garantiria sustento, economicamente e como força moral, espelhando-se do passado para o futuro. Isto poderia ser, então, motivo de orgulho e conforto para o leitor, quando enfocado nesta perspectiva ao mesmo tempo tão ampla e tão sintética, fluida e simples, cujas contradições não são vistas e mal são lembradas em um "apesar de tudo". Ao mesmo tempo, não deixa de confirmar-se como um recado para Brasília, passando a ser o Rio o seu exemplo ao consagrar-se lugar de "sementes de construções ciclópicas, casamatas do futuro", como se o cronista-narrador desejasse (ironicamente?) que a nova capital também tivesse tal sorte. Se evidencia assim, novamente, a contraposição entre a cidade sem passado, mas que, segundo Laurent Vidal (2009, p. 234), "dispõe os lugares do poder em uma cena única com um decor e uma topografia adaptadas à mensagem a ser dada, facilitando de certa forma sua leitura", e "ao inverso, as cidades formadas em um longo tempo histórico [que] são compostas de cenas múltiplas, construídas pelos sucessivos regimes". Apesar de ser o primeiro modelo visto então como vantajoso, é no segundo que Pongetti não só vê beleza como também a verdadeira forma material (e estética?) do desenvolvimento urbano. Isso, porém, quando bem proporcionado pela visão do mundo civilizado nessa história, ou seja, a herança dos modelos urbanos civilizatórios por eles legados, não o "Mural Carioca" das favelas, por exemplo.

Trata-se sempre, portanto, da tentativa de legitimação e retomada de uma narrativa histórica oficial e seu afã de universalidade civilizacional. Uma percepção para tal é de que, como o sentido desta é justamente o progresso (sem nos esquecermos: em uma compreensão mecânica e natural atrelada apenas ao desenvolvimento das forças produtivas), é esta versão que será chamada a *tapar o buraco* deixado na cidade quando esta perde o posto que a colocava no centro do progresso nacional. O curioso, neste ponto, é lembrarmos que, para Walter Benjamin (apud BUCK-MORSS, 2001, p.123) o mito é a forma da história cíclica, não da história linear do progresso historicista: ele coloca no passado a felicidade humana, mas o faz também como promessa de futuro, o eterno retorno. Sendo assim, na modernidade, guiada pela linearidade, essa forma cíclica acaba retornando quando a sociedade não mais dá conta de explicar a história, visto que esta virou catástrofe em vez de progresso, surgindo, portanto, como resposta confortadora ao voltar ao passado e, mais uma vez, ver nele a promessa de felicidade futura. Logo, na crônica, embora se busque a história oficial da cidade, a sua retomada

na forma mítica é a única que trará o conforto ao citadino, porque ela, na realidade, promete felicidade, reconfigurando a imagem do mito em seus grandes feitos urbanos que são, ainda, o sinônimo do progresso sempre prometido, bem como adiado. É, e não seria demais dizer, a mesma busca que Bronislaw Baczko (1985, p. 322) descreve como uma experiência particularmente rica em emoções intensas que se confundem com as expectativas e as esperanças de que está rodeada", de maneira coletiva, no caso, do desejo do Rio de ser ainda o lugar do progresso, apesar da mudança política, colocando toda a sociedade em um sentido comum.

Muito embora seja na configuração narrativa da crônica, com sua maior liberdade pela expressão artística, como vimos, que esse sentido mítico-histórico mais pode se aguçar, é justo dizer que elas são aí também um eco do "discurso histórico" que nos jornais vinha se repetindo. Podemos vê-lo nos editoriais, como o do *Jornal do Brasil*, ainda do início de 1960, intitulado "A capital que fica"[89], em que são citados vários fatos históricos que ocorreram na cidade, como a "campanha da Abolição", o "desfile dos voluntários que iam ao Paraguai" e dos "combatentes da Força Expedicionária que voltavam da Itália", mas também fala de suas contradições vistas no cotidiano. Também encontramos essa perspectiva em especiais, como o do *Diário de Notícias*, já após a transferência, "Rio, capital de ontem, encanto sempre"[90], em que se aborda a cidade em campos diversos, incluindo-se os aspectos históricos, explicando, por exemplo, o brasão da cidade e falando da chegada da Família Real. Além disso, a vemos nas colunas de opinião, como a de Martins Alonso, no JB, onde a "A velha capital"[91] é descrita pelos "grandes acontecimentos", mas também pelas "fortes adversidades" históricas das quais foi palco; ou na de Manoel Diégues Júnior, no Suplemento Literário do DN, em que o "Rio de Janeiro, sempre capital"[92] é focado nos seus balanços históricos, avaliando o que a cidade ganhou ou perdeu, como capital, bem como se cumpriu bem essa função. São, porém, sobretudo eventos citados, enumerados, algumas vezes analisados pelo modo como marcaram a cidade, ao menos como lembrança de tempos "grandiosos", mas não são narrativas, menos ainda voltadas para a explicação que Pongetti constrói em sua crônica, sendo este, portanto, o seu diferencial.

[89] *Jornal do Brasil*, 13 jan. 1960, n. 10, p. 3.

[90] *Diário de Notícias*, 03 jul. 1960, n. 11544, p. 35.
[91] *Jornal do Brasil*, 20 abr. 1960, n. 09, p.3.
[92] *Diário de Notícias*, 17 abr.1960, n. 11478, p. 65.

De qualquer maneira, pode-se ver que se tornou comum associar a história do Rio com a forma como ele abrigou o Poder Central, e é por isso que causa indignação a Pongetti o modo como se efetivou a transferência, o que ele considera uma "Saída pelos fundos"[93]:

> Depois de duzentos anos de serviços como capital do país, o Rio merecia ter sido desocupado com mais respeito e mais pompa pelo Govêrno Federal. As festas de despedida deviam ter sido uma réplica das festas inaugurais em Brasília. O que vimos foi o Sr. Juscelino Kubitschek descer precipitadamente a escada do Catete, cuja subida foi o tema dos seus torturantes sonhos de candidato, e escafeder-se depois de entregar as chaves ao porteiro.
>
> ***
>
> Partida quase clandestina de inquilino em débito (caducada a fiança e retirados os móveis no mais negro da noite). Assistiram a melancólica pobreza dêsse lance histórico, onde se inculcava o culto da ingratidão, centenas de meninos de colégio de espírito plasmável e pronto a reter o mau exemplo. Quanto aos festejos dos de casa, nem verba houve para enfeitar as ruas de modo decente, e fazer desfilar as indefectíveis escolas de samba. A Avenida Rio branco ficou semifantasiada, como se fôsse o coreto de Madureira depois de um temporal. Não se sabia se a festa ainda ia ser, e a decoração estivesse sendo colocada, ou se já havia sido, e retirassem os penduricalhos carnavalescos. De qualquer modo, não honraria o espírito festivo de um paupérrimo arraial.
>
> ***
>
> Sim, abandonaram a cidade como um espôso môço abandona a velha espôsa em cuja fortuna se arrimou e de cuja maturidade recebeu as lições que o fizeram gente. Bagaço sêco de um fruto sumarento sugado. Houve um gesto de caridade, é certo, para encobrir a fuga descortês: o Presidente da República mandou dar três milhões de contos à cidade abandonada, uma espécie de indenização pela falta de consideração na despedida. Dinheiro, bom dinheiro, à falta de carinho. E partiu cedíssimo para Brasília, onde cada edifício exaltava o seu nome como cada pedra da pirâmide exalta o nome de seu faraó. Ah, que pena êle não ter trezentos anos, ser o dono da eternidade, e não partir com a glória de haver fundado e desenvolvido o Rio de Janeiro! Teríamos visto, nos céus da Guanabara, os cometas e planêtas artificiais de cujas entranhas engenhosas os pirotécnicos de Brasília fizeram espocar, na noite inaugural, o seu retrato luminoso, taumatúrgico!
>
> ***
>
> Como o futuro pintor do momento historicíssimo da mudança da capital pintará o quadro perpetuador? O Sr. Juscelino Kubitschek lendo o papelucho onde resumiu em poucas palavras sua fria despedida? A Câmara e o Senado tomando café enquanto os oradores improvisaram seu maquinal adeus entre os bocejos dos taquígrafos? A pose convencional, burocrática, do Governador do Estado da

[93] *O Globo*, 25 abr. 1960, n. 10420 (vespertina), p.3.

> Guanabara com palavras mais rotineiras dos que as do vigia noturno recebendo a guarita do vigilante diurno? A chatíssima sessão noturna da Câmara Municipal onde quatorze oradores disseram o mesmo discurso, com os mesmos lugares-comuns, varando a madrugada do novo Estado com uma retórica indigna da cidade onde nasceu Machado de Assis e onde postaram os melhores vates da nacionalidade? Ou os soldados armados de metralhadoras guardando o Catete como se quisessem impedir que os cariocas, loucos de entusiasmo pela política de prêços do Govêrno, retivessem no seu antigo gabinete de trabalha a maga da barateza?
>
> ***
>
> Faltou gratidão, faltou pompa, faltou respeito. Duzentos anos de história não se liquidam assim, como se liquida um assunto de inquilinato. O desfile histórico que fizeram em Brasília devia ter sido feito aqui, onde a nacionalidade viu nascer sua história. Brasília é um elo; uma etapa, uma ponte. No primeiro aniversário do Estado da Guanabara, nós mesmos, cariocas, deveremos fazer a festa que não nos quiseram dar. E talvez venha a ser uma bela ocasião de nos vingarmos nos convites, de reduzirmos a simples penetras muitos políticos cariocas importantes, ávidos de naturalização brasiliense. Como dizia o ponderado Tácito, "às mulheres convém chorar, mas recordar convém aos homens".

A despedida do Presidente Juscelino Kubistcheck do Rio rumo à Brasília, no dia da efetiva transferência, é vista pelo cronista-narrador como nada espetacular e, sobretudo, como fuga: a pressa, a falta de pomposidade, de decoração luxuosa, de discursos pomposos, tudo soa para ele como desrespeito, algo muito menor do que o Rio "merecia" pelos seus "duzentos anos de serviço como capital do país". Não que houvesse um protocolo a ser cumprido, afinal, como anota Vidal (2012, p. 17), a saída do poder de uma cidade, sem que esta ocorresse por uma urgência, era "um ritual que, evidentemente, não estava integrado em nenhum costume ou legado, tão excepcional era o acontecimento". Para citar, como paralelo, o evento já mencionado, da mudança da Corte Portuguesa para o Rio, esta fora efetivamente uma fuga (ainda que estratégica), o que em muito se distanciava da planejada transferência da capital em 1960. Ali, não havia tempo, ou motivo, para festejos, enquanto no Rio houve tempo para dúvidas de todo tipo ao longo de quatro anos, assim como deveria haver para o preparo da "cerimônia do adeus", como a chama Vidal. Para o cronista-narrador, tratar-se-ia de uma forma de dignificar a antiga capital, mas, em vez disso, considera que a forma como as coisas correram fez parecer que o Presidente "escafedia-se" da cidade, como se fora ela um incômodo, o que o cronista-narrador não perdoa: pelo contrário, era JK, personificando ali todo o governo federal, que "ocupava-a" – mais um motivo para

terem lhe dado as devidas honras. O interessante é que, como é destacado na narrativa, houve, na noite anterior, a programação de uma festa, com desfiles de escolas de samba, na simbólica Avenida Rio Branco, um dos principais cenários criados pela República; no entanto, esta fora organizada pela Prefeitura, o que justificaria a falta de verba (VIDAL, 2012, p. 95). Nada saíra, portanto, conforme o imaginado. O que deveria ser uma grande festa não só de despedida do Poder Federal, mas também de nascimento do novo Estado da Guanabara, ficou com a impressão de *pobreza* e *inacabamento*, talvez, inclusive, porque ela chegara mesmo a ser interrompida (VIDAL, 2012, p. 95) – e logo um carnaval! Sendo assim, acabou não contribuindo para o que Vidal (2012, p. 43) destaca ser um recurso precioso para o poder: o "efeito de catarse, de comunhão social" que acompanha as festas cívicas. Isso, segundo o historiador brasilianista, seria fundamental para que o povo não sentisse a "fissura" do momento, vendo-o, então como "progressão" (VIDAL, 2012, p. 93). Em seu lugar, ao menos pela crônica de Pongetti, tais festejos fizeram sentir ainda mais o abandono, "o culto da ingratidão".

A questão do financiamento dos eventos, levantada ao longo da crônica, é importante, nesse contexto, porque justifica a aparência empobrecida. No entanto, vemos que não é exatamente esse o sentido levantado pelo cronista-narrador: trata-se da impressão geral, para o que a falta de verbas contribui, de que a cidade está sendo deixada por si mesma, como se não merecesse mais que isso. Cidade abandonada, como a cidade vista no dia a dia do trânsito, das favelas, da falta de água, do desabastecimento, mas pela qual nem sequer o mérito histórico é reconhecido, recebendo apenas uma "espécie de indenização pela falta de consideração na despedida". O "dinheiro, bom dinheiro, à falta de carinho" resume a queixa da cidade traída e da qual se aproveitaram, como "espôso môço abandona a velha espôsa em cuja fortuna se arrimou e de cuja maturidade recebeu as lições que o fizeram gente" – a Velhacap, como também era chamado o Rio então. Não que o dinheiro não importasse (e não apenas para os festejos), mas, naquele momento, o mais importante seria que ele viesse não como "gesto de caridade", mas como recompensa, acompanhado das devidas honras de uma cidade com o seu peso histórico. O "débito", portanto, não é apenas material, é, sobretudo, moral.

Por isso mesmo, não bastaria apenas criticar as tristes ocorrências do evento final da transferência. A crônica procura, além disso, inverter a impressão que o evento, como um todo, causou: não foi, então, a cidade que perdeu com essa desatenção, como se fosse indigna das festas destinadas a Brasília em sua inauguração, mas foi JK que

teria manchado sua imagem, afinal, ele não poderia ter "trezentos anos, ser o dono da eternidade", o que lhe garantiria "a glória de haver fundado e desenvolvido o Rio de Janeiro!". É o ego do presidente que é atacado: é ingratidão sua e traço de certa arrogância, pois seu amor por Brasília só se justificaria por ser ela obra de seu governo. O problema não está na cidade, mas em quem foge dela. Se não era essa a questão, pouco importava, pois todos os detalhes que o cronista-narrador traz a respeito do abandono da cidade convergem para essa versão, pois mesmo as cerimônias e festas ocorridas foram "pobres", "chatas", "rotineiras", e o presidente nada teria feito para que não fossem. Se houve todo um cuidado para que a despedida não fosse abrupta, como afirma Vidal (2012), e suas "implicações psicológicas" não fossem da marca de uma separação para os cariocas, que fosse, sim, uma cena "magnífica", feita em variados atos ao longo dos dias que antecediam a partida[94], nada disso parece ter influído na narrativa da "Saída pelos fundos", porque faltaram as pompas das festas, que fossem "uma réplica das festas inaugurais de Brasília". O "teatro do adeus" (VIDAL, 2012, p. 109) de JK não foi suficiente para satisfazer o argumento do dramaturgo Pongetti.

Em vez de simples cenário de uma saída vulgar, o cronista-narrador desejaria que o Rio fosse ao mesmo tempo palco e personagem central, ao lado da nova capital. Afinal, para se efetivar uma *transferência* há dois pólos, mas, como sabemos, enquanto em Brasília se comemorava cada etapa concluída ao longo dos anos, o Rio não recebia a mesma atenção. Por essa razão, o imaginado "futuro pintor do momento historicíssimo da mudança da capital", com quem o cronista-narrador preocupa-se, só pintaria mesmo "[n]o quadro perpetuador" a cidade que recebia o poder, não a de onde ele partia, pois para a visão do progresso apenas o centro é enfocado. O papel do cronista, seria, portanto, o de fazer justiça à sua cidade como contemporâneo, enaltecendo sua história e memória.

Se "às mulheres convém chorar, mas recordar convém aos homens", o sentido da recordação, neste caso, tem dupla função: é essencial para a vingança (não se

[94] Vidal (2012) narra esses eventos como atos de uma mesma encenação: o presidente recebera o título de Cidadão de Honra do Rio de Janeiro, em 11 de abril de 1960, na Câmara Municipal, onde discursou; em 17 de abril, depois de participar da inauguração da maternidade Sarah Kubistchek, dirigiu-se à Rua do Ouvidor, ao lado da qual ficava o hospital, e discursou aos transeuntes; em 19 de abril, ele andou pela cidade com o representante do Vaticano, que mostrava aos cariocas a Cruz de Ferro com a qual foi celebrada a Primeira Missa, e que usaria na missa de inauguração de Brasília, para onde iria no dia seguinte; na noite do dia 20, quando manteve abertas as portas do Palácio das Laranjeiras, onde residia, ele discursou via rádio, na Voz do Brasil, fazendo sua última fala ao povo do Rio. Segundo o autor, no dia 21 de abril, a cerimônia no Catete (à qual Pongetti se refere ao falar da descida das escadas) deveria ser rápida e mais privada, apenas para funcionários da Presidência, mas acabou tornando-se também pública pela presença de curiosos.

esquecer da desfeita no ano seguinte, quando não deverão ser convidados os representantes do Poder Federal para as comemorações do 1º ano da Guanabara), assim como é o movimento que faz valorizar a história da cidade. Esta, por sua vez, desdobra-se em duas questões fundamentais: o modo como não foi valorizada pelo Presidente, que não a levou em consideração quando deixou de destinar à cidade as honras necessárias na despedida oficial; e no papel que o próprio momento do acontecimento tem para essa história, quando, precisamente, o cronista inverte o impacto da desfeita, cuja razão destacada não é por ser a cidade indigna, mas por serem os políticos responsáveis ingratos. Recordar, lembremo-nos de Paul Ricoeur (2007, p. 48), é, "de maneira mais geral, a obsessão do esquecimento passado, presente, vindouro, acrescenta à luz da memória feliz a sombra de uma memória infeliz", assim, da mesma forma que não era digno esquecerem-se da história do Rio como capital, não seria digno deixar o episódio ser esquecido, para honrar essa mesma história. Nesse sentido, a narrativa é parte fundamental dos mecanismos de memória, porque ela tem "função seletiva", recordando fatos ao mesmo tempo em que esquece outros (RICOEUR, 2007, p. 98) o que, para a memória coletiva, significa um forte elemento para a constituição da identidade de um povo. Lembrar que o Rio tem uma história como capital e zelar por ela, fazendo com que o episódio seja muito mais que a consequência simples de déficit orçamentário ou qualquer outra coisa, eis a tarefa que o cronista-narrador toma para si. Ao mesmo tempo, marcar o mesmo episódio na história da cidade, não a deixando cair no esquecimento para simbolizar que a transferência foi, de fato, uma *ruptura*, esquecendo-se por um instante de Brasília e da promessa do desenvolvimento nacional. Assim, se a história oficial ameaça contar apenas o lado festivo da nova capital, pois no Rio só ficaram os restos, a crônica funciona, para os seus contemporâneos bem como para os posteriores, como lastro de uma memória, literalmente, *não celebrada*, mas a qual pretende vencer.

A importância dessa recordação parece ser o que também guia a reflexão de Dinah Queiroz acerca do batismo do novo estado como Guanabara, chamando aos responsáveis por ele "Os infiéis"[95]:

> Dou uma pequena entrevista para jovem e simpática jornalista do "Globo Feminino" sôbre um assunto que deveria estar fazendo ferver o sangue do carioca: *a mudança do nome do Rio*. Respondendo com brevidade, mas emocionada com essa infidelidade tão alastrada ao nome universalmente conhecido, disse que um dos piores defeitos do

[95] *Jornal do Commercio*, 30 jan. 1960, n. 102, p. 6.

> brasileiro é a sua deslealdade para com os nomes tradicionais de suas ruas, de suas praças. Muda-se tudo em leveza dalma. E agora querem mudar até o nome que nos agrega a todos – o nome que nos cobre e dá sentido à nossa comunidade fraternal, feita de nortistas, de sulistas, de estrangeiros – e de alguns cariocas, sim, senhor – pois os filhos da terra são minoria, como se sabe, nesta cidade, que só não é a *mui leal* porque permite que imaginativas pessoas escolham novo nome para êste aglomerado de gente tão humana, de gente que sabe viver a rir nos seus piores momentos.
>
> Aliás, já disse uma vez, e volto a repetir, que sou contra a anexação ao Estado do Rio, como sou, também, contra o Estado da Guanabara. Por mim, bem me recuso a ser *estadual*, e muito menos *municipal*. O povo do Rio deveria bater-se, e heròicamente, para continuar federal, dando uma lição a seus políticos. Não é justo que a União desampare a sua até agora maravilhosa capital, e a abandone com os problemas decorrentes de sua perda de primazia política. O Território Federal da Guanabara, abrangeria o atual Distrito Federal, nos seus domínios até Guaratiba, com o chamado Sertão Carioca e haveria a manutenção do nome de Rio de Janeiro para a cidade propriamente dita. É o que seria mais sensato e menos ruidoso para os habitantes deste lírico lugar. Então nós somos no mundo inteiro *êsse Rio* que é um convite à alegria em tôda a parte, e vamos, sem mais nem menos, deitar fora a riqueza acumulada que é o *valôr dêsse mesmo nome*?
>
> Respondendo à jornalista, disse:
>
> - "Deus nos livre e guarde dêsse pecado de infidelidade contra um nome que tanto nos honra"
>
> Mas vejo com infinita tristeza que o meu horror não tem sido tão compartilhado assim. E que há personalidades de destaque que acham naturalíssima a perda dêsse bem que nos foi legado pelas outras gerações. – "Cariocas, ponha você a bôca no mundo e não deixe. O nome é seu, a honra é sua. Não permita que lhe furtem essa glória e êsse consôlo, porque nós perdemos a Capital, mas não podemos perder o *Rio*. Ah, isto, tenham paciência, mas não é possível".

A "deslealdade" com os nomes é a deslealdade com a história. Mais precisamente, com a história oficial, a que conta a *evolução* da cidade. Assim como Pongetti, ela reage a um descaso histórico, dessa vez não visto apenas como praticado por um político ou um grupo específico de políticos, mas ampliado ao "brasileiro" – o que, aliás, está totalmente de acordo com o modo como colocara todas os problemas relacionados à valorização do patrimônio histórico, como vimos, ou seja, percebido como um problema generalizado na cultura. É dessa maneira que se dirige aos "infiéis", colocando-lhes nas costas a culpa pela injúria à cidade, que passaria a chamar-se em Estado da Guanabara.

O nome, é claro, já era dado à Baía da cidade, e por isso não seria estranho nem ocasional, apesar de outros, como Manuel Bandeira, também não concordarem, com outras razões, com a renomeação de "Guanabara"[96]:

> Não gosto do nome que arranjaram para o novo Estado. Guanabara é uma palavra que parece mulher oferecida, tem o brilho das jóias falsas. E quando penso que os franceses vão pronunciar Guanabarrá, dá-me vontade de vomitar. Mas o nome já pegou, não há nada a fazer, e o pior é que seremos, ominosamente, guanabarinos. [...]

Enquanto o problema do cronista do JB parece ser meramente uma implicância estético-sonora, mais em tom jocoso, a cronista do JC apresenta motivos morais, com argumentos da perspectiva histórica, para sair em defesa do Rio, como cidade maior e como nome a se carregar. Desse ponto de vista, chamar a ação de *desleal* é ainda uma forma de evocar o famoso título atribuído ao Rio de Janeiro por D. João IV, em 1647, de "mui leal e heroica", alcançando com isso um grande efeito: o de ressaltar o ataque injusto à cidade, sempre "mui leal" e que, portanto, não mereceria o descaso. Além disso, ser também "heroica" vai reverberar em outra parte da crônica, quando reivindica-se que o seja para "continuar sendo federal", com certeza um forte apelo ao imaginário social em um momento em que o povo carioca é chamado à conjunção social e os mitos são reativados, como já vimos. Aliás, a adjetivação famosa também seria citada por JK em seu discurso na Câmara Municipal, quando recebeu o título de Cidadão de honra da Cidade do Rio de Janeiro, em 11 de abril daquele ano, e que Vidal vê como o primeiro ato oficial da despedida: "Valendo-me desta tribuna da Câmara do Distrito Federal, que me foi por vós tão amavelmente oferecida, despeço-me com profundo sentimento de gratidão, da mui leal e heroica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro" (KUBISTCHEK, apud VIDAL, 2012, p. 54- 55). Se todos parecem concordar com a frase fundadora, por que, então, trair a cidade? Mais do que isso, trair a cidade não seria trair a própria história?

Afinal, se tudo deveria correr para que o momento fosse visto não como ruptura, mas como *evolução* da cidade, na linha *progressiva* da história, a renomeação, ou não, contribuiria para essa ideia, ou seria uma espécie de diminuição do nome original frente a Guanabara. Em todo caso, a cronista-narradora associa o nome Rio de Janeiro a uma

[96] *Jornal do Brasil,* 01 jun. 1960, n. 127, p. 03. Apenas esse primeiro parágrafo trata da renomeação, o restante da crônica é específico sobre as futuras eleições, em que o cronista justifica sua escolha em Jânio Lacerda, para a presidência, e em Carlos Lacerda, para o governo estadual.

maneira não só de "guardar" o passado, mas, de certa maneira, de fazê-lo permanecer em sua glória.

Isso, porém, não ocorreria por si só, e é nesse sentido que a cronista defende uma terceira solução para o impasse político do Rio: a sua transformação em Território Federal da Guanabara, abrangendo ainda outros municípios próximos, mas com a "manutenção do nome de Rio de Janeiro para a cidade propriamente dita". Esse recurso serviria, em sua análise, tanto à questão financeira, para não deixar a cidade "desamparada", quanto à manutenção de uma certa primazia sobre os demais estados, em *lealdade* à sua história. Não custa lembrar que a decisão pela transformação da ex-capital em Estado da Guanabara aconteceu aos 45 minutos do segundo tempo[97], como se diz, e, de fato, quando Dinah escreve, a solução pela estadualização ainda não estava tomada. Mas, de qualquer maneira, transformar o Rio em Território Federal não era uma das opções colocadas em pauta, só havendo as soluções estadual ou municipal, o que, obviamente, não impede a cronista de expor sua posição e defendê-la, talvez numa tentativa de fazer sua voz chegar a quem poderia, efetivamente, intervir – e já vimos que ela tinha alguma influência como intelectual na cidade, além da sua posição como cronista, naquele momento em que a crônica era praticamente obrigatória nos jornais.

Na metade do ano anterior, na realidade, a cronista já tinha falado a respeito dessa ideia, quando também usou o argumento da identidade aliada à posição histórica do Rio para valorizar o seu ponto de vista sobre o futuro "Enlace Guanabara-Estado do Rio"[98].

> Parece que há uma concordância muito assustadora entre os juristas brasileiros pela união da cidade do Rio com o Estado do Rio de Janeiro. Homens de saber e da profundidade de um Prado Kelly, de um Levy Carneiro, manifestaram sua adesão à idéia.
>
> Ora, meu Deus do Céu, às vêzes as mulheres têm suas razões que a Razão desconhece. Será difícil exprimir essa quase inexprimível certeza dos malogros dêsse casamento Guanabara-Estado do Rio.
>
> Não sou daquêles que vêem a mudança para Brasília como uma época radiosa para o Rio de Janeiro: comida sobrando, condução fácil, a confusão e o aperto cedendo lugar à organização e ao bem-estar. Não, meus amigos; eu prevejo uns dias muito pouco risonhos, e bem duros para nós. Tenho quase a certeza, aqui nessa <<máquina

[97] A decisão fora tomada apenas em março, ficando a cargo do Deputado San Tiago Dantas a redação da lei que criava o novo Estado, a qual foi promulgada apenas 1 semana antes da transferência da capital (Lei Federal nº 3.752 de 14 de abril de 1960, conhecida como Lei San Tiago Dantas).
[98] *Jornal do Commercio*, 16 ago. 1959, n. 270, p.06.

> adivinhadora>> que qualquer mulher sente funcionar obscuramente dentro de sua consciência, que nós vamos ter assim uma queda, uma quebradeira parecida com a que houve em 1929. Acho que a coisa deverá ser passageira, mas prevejo uma descida quase vertical no preço dos imóveis, por exemplo. Durante os primeiros tempos em que deixarmos de ser a Capital do Brasil, haverá uma forte sensação de insegurança – disto não tenham dúvida. Não precisamos ser mágicos para adivinhar. Diante de um futuro imediato, mas completamente diverso, haverá quem se encolha e duvide. Haverá multidões de pessoas duvidando. E não será nada bom.
>
> Ora, meu Deus do Céu, se isso foi obra da União, é justíssimo que a União ampare os moradores de sua antiga casa. Não sou dessas criaturas que sonham com autonomias e se esquecem dos descalabros da Política da Prefeitura do Rio de Janeiro. Para mim, também, não serviria esta cidade com vida independente, transformada num município metido a Estado. Se isto não me agrada de forma alguma, muito menos a integração no Estado do Rio. É preciso não esquecer de que já temos a nossa personalidade, e êles têm a sua. Para os fluminenses também a solução não é boa. Estas coisas não se resolvem com penadas, e leis de um dia para o outro.
>
> Seria mais justo, realmente, e muito mais sábio, o *Território Nacional da Guanabara*. Com suas finanças estraçalhadas por infelizes administradores e pelo acúmulo do funcionalismo, o Rio não pode viver sozinho, porque sua máquina administrativa, *não está aparelhada para o golpe traumatizante da separação*. Também, não pode viver ligado ao Estado do Rio, *porque não saberá ter uma conveniência com qualquer unidade da Federação*[99].
>
> Esquecer os séculos de História que aqui se desenrolaram, as cenas mais decisivas da nossa vida, os acontecimentos mais tocantes à nossa sensibilidade brasileira, será impossível. O povo do Rio sente isso. Sabe de onde veio e o que é. Não o culpem na sua maneira de ser. O cidadão carioca é o menos bairrista entre todos os brasileiros. O Território Nacional da Guanabara assegurará, de certa forma, ao Rio, a sua integração no futuro. É a única solução acertada para que o povo carioca não venha a sofrer com os abalos tremendos que o ameaçam, quando a cidade perder a sua primazia política.

Apesar de não querer me aprofundar nos motivos para ser contra ou a favor da municipalização ou da estadualização – pois isto, além de nos tomar mais tempo (porque teríamos que analisar mais uma série de crônicas que se debruçam exclusivamente sobre essa contenda), entraria em questões políticas específicas à

[99] No original, a frase encontra-se embaralhada nas linhas, da seguinte maneira:
"[...] Também, não
pode viver ligado ao Estado do
conveniência com qualquer unida-
Rio, porque não saberá ter uma
de da Federação"
Optei por organizá-las na transcrição para facilitar a leitura.

decisão estadualizante vencedora, o que não é da alçada deste estudo – há alguns elementos da argumentação presentes na crônica que complementam a perspectiva exposta no ano seguinte. Do ponto de vista das representações desses motivos no imaginário, vemos em ambas, primeiramente, a preocupação com a *grandeza* que cada solução emite, mas na crônica de 1959 os motivos materiais ficam mais à vista, ainda que também se confundindo com as questões morais. O debate entre a autonomia, vista na transformação em Estado (a mais grandiosa no imaginário, pois poderia, aí sim, "bastar-se", "andar por seus próprios pés", como os cronistas tanto falavam) e a anexação, com a cidade tornando-se município submetido ao Estado do Rio é, mais que tudo, uma questão de identidade e de distinção, para o qual os argumentos históricos são movidos para justificar o menor custo ao Rio com a separação, sendo ele financeiro e simbólico. Mas, no fim das contas, nenhuma das soluções em debate confere ao Rio o que ele mereceria, de modo que restaria, ao menos, ficar com o nome. Este, contudo, com a resolução que se encaminhava para a estadualização, ficaria mesmo com o estado que já existia, cercando o antigo Distrito Federal, e com o qual a cronista diz terem os cariocas grandes diferenças culturais que justificariam a não-anexação – e talvez criando-se, com isso, mais uma razão para discordâncias entre fluminenses e cariocas, ainda que diga que "o cidadão carioca é o menos bairrista entre todos os brasileiros". Na sua leitura, seria uma injustiça que a *cidade do Rio* perdesse sua nomenclatura, sendo que foi ela que tornou o nome reconhecido internacionalmente, que "acumulou riquezas" associadas ao nome. Compartilha-se, então, da mesma opinião que Pongetti: embora o contexto seja outro, o peso maior é o de decair simbolicamente *apesar* de sua grande importância histórica para a nação, vendo-se, assim, em decadência, que nada combina com a "maravilhosa capital", "convite à alegria em tôda parte".

Rubem Braga, por sua vez, veria de outra forma a perda da primazia política e sua relação com a história da cidade e "O destino do Rio"[100]:

> Brasília é mesmo um assunto quente. Escrevi três crônicas – as duas primeiras não eram bem crônicas, eram mais notas de viagem – sôbre a futura capital e as reações foram engraçadas. Engraçadas porque totalmente contraditórias. Desde o "você aderiu a Brasília" até o "essa sua implicância com Brasília".
>
> Na verdade, não aderi nem impliquei. Disse o que vi lá e transcrevi o que me disse o presidente da Novacap. Depois fiz uma crônica mais ou menos vaga – sem a mais mínima tentativa de palpite urbanístico –

[100] *O Globo*, 05 jan. 1960, n. 10328 (única), p. 02.

> sôbre a possível ambiência da nova Capital. O fato de eu achar que a nova Capital será, durante muito tempo, uma bela cidade de vida cacête e ares poeirentos não quer dizer que eu seja contra a mudança no dia marcado. Acho que o Govêrno Federal pode e, mesmo, deve mudar para Brasília. Se os senhores do Govêrno querem ir, boa viagem. Eu por mim ficarei aqui, cronista provinciano, remoendo minhas melancolias à beira-mar, sem qualquer ambição federal.
>
> O Rio levará sem dúvida, um baque. De maltratado pelo Govêrno Federal, passará a esquecido – e cairá numa confusão financeira, política e urbana de consequências imprevisíveis. Mas resistirá, irá para frente – porque o Rio não existe em função de ser capital, e sim pelos mais sólidos, clássicos e sadios motivos pelos quais os homens resolvem fazer uma cidade em um ponto da terra e não em outro.
>
> Somos, antes de tudo e mais que tudo, um pôrto – e existimos principalmente porque aqui existe uma incomparável baía. O fato de sermos um pôrto nos trouxe os outros fatos – o comércio, a indústria, os transportes para o interior, a concentração humana e tudo o que ela traz e obriga. Morreremos de saudade dos nobres parlamentares, dos membros do Executivo e do Judiciário – mas também nos livraremos dessa fauna mesquinha e daninha que esvoaça ou rasteja onde está o Poder, dêsse clima especial que é o clima do Poder, com tôda a sua retórica, seus planos, ambições, golpes e intrigas. Vamos viver mal - mas vamos respirar melhor...

Depois de defender-se dos que dizem que ele "aderiu" ou que "implicou" com Brasília, afirmando que apenas "falou o que viu" ou o que a ele contou o Presidente da Novacap (portanto, uma autoridade), o cronista-narrador coloca-se em uma posição que era, afinal, mais confortável: a de permanecer no Rio de Janeiro após a transferência da capital. Com sutil ironia, ele prefere, na verdade, que a capital se transfira, leve o Governo Federal embora, e deixe o Rio em paz. "Cronista provinciano", porque não mais escreverá da capital da República, mas de um estado como os outros, também o era, em realidade, porque uma de suas características principais era encontrar, vivendo na metrópole, os pequenos detalhes que escapavam à homogeneidade e correria modernos, como o crítico literário Davi Arrigucci Jr. (1987, p. 64) destacou: "entre a província querida da infância e o vasto mundo moderno, seu espírito parece encantado com os pequenos seres e coisas com que muitas vezes tece seus relatos e, ao mesmo tempo, vago, desejoso, errante e solitário pela cidade (que são muitas cidades)". Sendo assim, não seria estranho aos seus leitores que ele escolhesse permanecer na cidade que perdia o posto de capital, "remoendo suas melancolias à beira-mar", remarcando a ligação da cidade com sua baía, "sem qualquer ambição federal". Muito diferente, portanto, do que propunha Dinah.

E, como vemos, não se trata apenas de uma frase solta, pois, assim, como aquela, o cronista d'*O Globo* passa aos assuntos práticos, da política e economia da cidade. Sem negar o "baque" e o abandono – que, em sua análise, apenas mudará de grau, isto é, "de maltratado pelo Govêrno Federal, passará a esquecido", o cronista-narrador afirma que o Rio "cairá numa confusão financeira, política e urbana de consequências imprevisíveis", sem abrir margens para dúvidas, porém, com a mesma firmeza diz que "resistirá, irá para frente – porque o Rio não existe em função de ser capital, e sim pelos mais sólidos, clássicos e sadios motivos pelos quais os homens resolvem fazer uma cidade em um ponto da terra e não em outro". Quais são esses motivos? A narrativa seguirá por eles, apontando, acima de tudo, um percurso histórico que foge à história oficial dos outros cronistas, porque não é feita de grandes acontecimentos e personagens definidores, nem tem o destaque das glórias, mas é focado em sua trajetória econômica orgânica, aquela que não só foi uma das principais razões para escolherem aquele "ponto da terra", como também o que fez com que a cidade crescesse: ser um porto. Não que fosse uma anotação original, afinal, muitos colunistas referiam-se recorrentemente a esse fato, e podemos destacar, dentre tantos, o texto publicado em maio de 1959 por Gerson de Macedo Soares, militar da Marinha que colaborava frequentemente com o JB[101], "Peixe pra candango"[102], em que afirma: "com efeito, tôdas as capitais importantes, no mundo, estão à beira do mesmo mar ou, então, são banhadas por um grande rio", associando a essa característica a vantagem do porto e à alimentação à base de peixes. Na crônica, este é também mais que um fator econômico por si mesmo, é a própria razão de ser da cidade, "seu sólido, clássico e sadio motivo", e mais uma vez, é o mar que a salva, ajudando a "inventar o passado", como diz Sandra Pesavento (2007, p. 17), na medida em que é chave para contar "a história de suas origens e de seu percurso no tempo para explicar seu presente" para além de sua faceta política e, da mesma forma, "constrói seu futuro, através de projetos e visões de mundo que apontam para um depois, seja como ficção científica, seja como planejamento urbano". Ser uma cidade voltada para o mar é o que inventa a cidade, sua organicidade como tal.

[101] Sua biografia pode ser consultada em FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Verbete biográfico – Gerson de Macedo Soares. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-gerson-de-macedo Acesso em 04 mai. 2020.
[102] *Jornal do Brasil*, 14 mai. 1959, n. 110, p.3.

Notemos, porém, que em nenhum momento ele associa essas características à *grandiosidade*. A saída do Governo Federal é, para ele, também uma forma de livrar o Rio do ar do Poder, com letra maiúscula, principalmente por serem os políticos e servidores a ele atrelados uma "fauna mesquinha e daninha que esvoaça ou rasteja onde está o Poder, dêsse clima especial que é o clima do Poder, com tôda a sua retórica, seus planos, ambições, golpes e intrigas". Crítica, portanto, muito semelhante à que faz Pongetti, contudo, sem o mesmo ressentimento. Nesse momento, parece ser mais uma vez o espírito provinciano do cronista que se faz presente, em busca de simplicidade, totalmente contrário às grandes coisas, daí sua observação final "Vamos viver mal - mas vamos respirar melhor..." longe dos ares do poder.

Se, ainda assim, restasse alguma dúvida quanto ao que esperava o Rio, de ruim e de bom, ao distanciar-se do centro político nacional, em março o cronista retomaria ainda o assunto em "A mudança"[103]:

> Um amigo insiste: "Vamos assistir à inauguração de Brasília! Afinal de contas, é um acontecimento histórico".
>
> Mas eu não sinto ganas de entrar na história, nem mesmo como testemunha e invento que prefiro viver outro acontecimento não menos histórico: o último dia do Rio como capital do Brasil. Sim, ficarei solidário com esta velha cidade e estarei em suas ruas no dia em que ela se tornar apenas estadual; e se nisso houver alguma tristeza, será – a dela, a minha, a das ruas, e ondas e montanhas, uma simples tristeza estadual.
>
> Cuida o Prefeito Alvim de ajeitar às pressas esta cidade escalavrada, arrumar-lhe um pouco a fisionomia, para que ela pareça mais decente e limpa no dia de sua queda. Acho a idéia feliz. Muitos pecados atribuídos ao Rio pelos paulistas enérgicos e outros provincianos despeitados não são pecados do Rio, são do Distrito Federal; e emigrarão para oeste a 21 de abril. Mesmo o que o Rio tem, tradicionalmente, de pior, a sua política municipal, tem sido, em grande parte, obra dos governos federais, que, além de terem impôsto à cidade alguns prefeitos e chefes de Polícia lamentáveis, sempre descarregaram sôbre as finanças da Prefeitura o peso de milhares de nomeações impossíveis de ajeitar em ministérios e autarquias. Nossos excelsos hóspedes, os Senhores Presidentes da República, foram mais de uma vez incômodos e inconvenientes. Alguns deles gastaram dinheiro aqui, é verdade; mas nem sempre se portaram bem.
>
> Em 71 anos – lembra Magalhães Júnior – teve o Rio 42 prefeitos, entre efetivos e interinos. Isso pelo menos acabará. E – Deus é grande! – esta cidade há de melhorar alguma coisa, pelo menos no caráter. Não esperemos que nossos vereadores se transformem em anjinhos quando se tornarem deputados estaduais; aqui continuará a haver

[103] *O Globo*, 24 mar. 1960, n. 10394 (única), p.2.

> corrupção e molezas mil, mas a fauna mais graúda dos animais de rapina emigrará para o planalto, porque é nas eminências e reentrâncias dos palácios federais que faz seus ninhos, é nas esquinas federais que arma suas tocaias essa bicharada de unha longa e dente forte, língua de veneno e coração de metal.
>
> Ide-vos lôbos, abutres, gambás, tigres, corvos, tatus, lépidas piranhas, ide-vos tubarões e hienas do Norte do Sul, daquém e dalém-mar – o vosso comedio é agora à eira de um lago, nas terras altas de dentro.
>
> Não ficaremos melhores; talvez mais sossegados e mais humildes: a lua de Brasília terá a luz da glória, mas a nossa velha, triste lua, continuará abençoando lombos de montanha, seguirá beijando ondas e ouvindo sambas – a não ser que à última hora (essa gente é capaz de tudo) levem a lua também, de mudança.

A grande festa prevista para a inauguração da nova capital e o fato de ser este dia já visto como "histórico", nada disso causa comoção no cronista-narrador, o qual, mais do que um desinteresse, afirma sua escolha por estar *no outro lado*, aquele menos visado, mas nem por isso "menos histórico: o último dia do Rio como capital do Brasil". Ainda que seja uma "invenção" para dar a desculpa ao amigo, vemos que ela revela também a ideia de que, afinal, os fatos históricos não se registram apenas naqueles momentos vistos como grandiosos, que marcam grandes mudanças positivas ou negativas, mas podem ocorrer nos lugares para onde a atenção dos espectadores não está voltada, pelos pequenos personagens, que, afinal, era no que a cidade carioca se transformava. O cronista-narrador se solidariza com sua cidade, escolhendo não se retirar sequer para a comemoração de Brasília.

Essa posição revela, igualmente, seu apreço pela história do Rio, em si próprio, não apenas por ter sido ele a sede do poder central por tanto tempo. Por isso mesmo, nem se trata, para o cronista-narrador, do dia em que a ex-capital tornar-se-á Estado da Guanabara, mas, efetivamente, do ritual da despedida. Este, porém, nada idealizado com grandes honrarias, como desejariam Pongetti e Dinah, mas apenas um momento a se viver na "velha cidade", com suas "ruas, e ondas e montanhas, [em] uma simples tristeza estadual", o que se torna, vista dessa maneira, menos grave do que seria, então, uma tristeza federal. E, mais uma vez, é para o que a cidade tem de mais orgânico, de mais seu, que se voltam os olhos do cronista-narrador, não para os eventos tão soberbos quanto passageiros de sua história, como se dissesse saber, de maneira intuitiva, que "a singularidade dos eventos – principal premissa teórica tanto do historicismo como das teorias do progresso – não conhece a repetição e, por isso, não permite nenhuma

indicação imediata quanto ao proveito das ações passadas" (KOSELLECK, 2006, p. 144). Olha, por conseguinte, para aquilo que, de certa forma, não se alterou, nem se vai alterar com a mudança política.

O amor pela cidade vai se notabilizar ainda pela aprovação dos atos do Prefeito Alvim, que trata "de ajeitar às pressas esta cidade escalavrada, arrumar-lhe um pouco a fisionomia, para que ela pareça mais decente e limpa no dia de sua queda", o que leva a crônica para o contexto mais imediato e prático das ações pela cidade, assim como em "O destino do Rio", passando a discutir os problemas relacionados aos muitos governos que a cidade teve, os quais não se debruçaram realmente sobre as questões urbanas e sociais. O cronista-narrador sintetiza essa visão em uma frase: "Muitos pecados atribuídos ao Rio pelos paulistas enérgicos e outros provincianos despeitados não são pecados do Rio, são do Distrito Federal; e emigrarão para oeste a 21 de abril". Fica nítido, primeiramente, que existe aí a preocupação em defender o lugar daquilo que o acusam aqueles que lá não vivem (e seriam, por isso mesmo, *despeitados*), talvez porque não saberiam distinguir o que é consequência da má política (do Distrito Federal) do que é próprio à cultura carioca (do Rio). Em segundo lugar, é importante que vejamos, nessa observação, não apenas a crítica do desleixo que os governantes tiveram com a cidade: mais do que isso, há a necessidade de vê-la, precisamente, como *cidade*, não apenas cenário do poder. A cidade é habitada e vivenciada por pessoas comuns, ela não é só o lugar que sedia poderes, nem apenas a consequência da sociedade industrial que precisa viver junto para consumir. A vida urbana (plena) é (ou deveria ser) sobretudo do compartilhamento, "lugar dos encontros", da "integração", da "participação", para retomar Henri Lefebvre (2011), e a sua existência enquanto tal depende da "vitalidade urbana", que garante que esses encontros ocorram em sua própria dinâmica de "complexidade ordenada", para usar os termos de Jane Jacobs (2014, p. 13), e vão muito além da sua percepção como espaço onde o poder se organiza, ainda que dependa dele. E assim lembramo-nos da importância do olhar dos cronistas para o cotidiano do Rio, em busca do direito à cidade...

Por mais importante que seja o espaço do poder, em especial para uma capital, a qual precisa a todo momento "encenar a ideologia do poder" (VIDAL, 2009, p. 25), daí a preocupação com a monumentalidade, com a aparência das coisas, o Rio precisaria, definitivamente, habituar-se a não ser mais este lugar. Precisava, isto sim, voltar-se para a (re)construção do seu espaço compartilhado, e é por isso que o cronista-narrador

anima-se diante da perspectiva de tornar-se "apenas estadual". Nesse espaço, não será mais a política, considerada apenas em sua estrutura formal, o centro de sua vida, e, nessa perspectiva admite-se que "não ficarão melhores", mas espera-se que "talvez mais sossegados e mais humildes", expectativa que pode ser muito diferente daquela imagem atribuída à cidade que foi por quase 200 anos o centro do poder nacional, onde não mais brilharia a "luz da glória", agora em Brasília. Em seu lugar, novamente, aquilo que sempre esteve ali e garantiria sua eterna e bela simplicidade, ainda que sob uma perspectiva mais melancólica: "a nossa velha, triste lua, continuará abençoando lombos de montanha, seguirá beijando ondas e ouvindo sambas". Tão melancólica, na verdade, que até abre espaço para pensar o improvável, que "à última hora (essa gente é capaz de tudo) levem a lua também, de mudança" – o que, para alívio de todos, não aconteceu.

Depois de pessimismos, melancolia e conformidade, olhemos novamente o que ocorria no dia da efetiva transferência, na coluna de Henrique Pongetti, portanto, um dia antes de observar os eventos que marcaram a mudança no Rio, como deixou registrado em "Saída pelos fundos". É a esperança de uma "Vida Nova"[104] que ele não deixa esquecer:

> Êles se foram. Já estão no planalto onde o sol afunda entre nossos pés como, no mar alto, afunda entre quilhas: onde os ventos sem obstruções chegam carregados de tôdas as vozes. Ficamos só nós, os citadinos, os verdadeiros donos da casa. Como falava alto o Govêrno Federal e como ocupava lugar! Abriu-se um silêncio largo no nosso côro cotidiano e ficou um vazio vistoso no nosso espaço doméstico. Podemos agora conversar em família, como quando voltaram do aeroporto nossos irmãos dando-nos a certeza do embarque do parente mais importante, mais pomposo, causador de constrangimentos, de cerimônias, de salamaleques. Tiremos o paletó. Senhoras, podeis desfazer a maquilagem e vestir o quimono.
>
> Vida nova, estamos entendidos? O Rio foi até hoje de todo mundo, menos dos cariocas de nascimento ou de coração. Com duas cornucópias a distribuir favores, cornucópias que eram o fruto do nosso trabalho e do nosso martírio – a municipal e a federal –, ninguém recebeu tão pouco pelo muito que fêz e sofreu. Comparar os sacrifícios diários da nossa população devidos à incúria do poder público e à voracidade à demagogia de muitos edis: tomai como referência as cidades mais povoadas e atormentadas pelo desenvolvimento rápido e desordenado: nenhuma nos ganhará. Somos os campeões dos malgovernados, ninguém paga tributo mais alto e recebe menos, ninguém vê dilapidar com mais inconsciência e crueldade a sua contribuição para o patrimônio comum. Cidade sem condução, sem água, sem policiamento, sem escolas bastantes, sem higiene, onde os contratempos dos percursos servem de contrapeso

[104] *O Globo*, 21 abr. 1960, n. 10417 (única), p.3.

> aos angustiosos problemas domésticos. E, assim mesmo, cidade linda e amada, de cuja beleza e meiguice natural os exploradores tiraram enormes proveitos, certos de que o nosso amor nos levaria permanentemente à submissão e à resignação.
>
> Basta! podemos dizer agora em família, cara a cara com os nossos representantes: sim, os bons e os maus, estes bem mais numerosos do que aqueles, e sempre vitoriosos nos seus crimes submetidos à paradoxal lisura de uma votação, numa câmara nascida de numerosos equívocos eleitorais. Basta! De hoje em diante, devemos preparar o grande expurgo das urnas, impedir que voltem de novo a legislar os inimigos da cidade, os seus aproveitadores, os empreguistas profissionais, os negocistas crônicos, os dirigentes semi-analfabetos e semi-honestos, essas vergonhas renovadas metodicamente a cada nova legislatura como se no Rio faltassem homens de bem e de cultura. Temos em nosso bôlso a chave da casa e a trancaremos aos indesejáveis: o fato de havermos sido constrangidos por dois anfitriões políticos não nos tirou a possibilidade de voltarmos a não ser hóspedes em nosso domicílio legítimo. Haveremos mesmo de sentir a gostosura de pôr em ordem a louça, expulsos da loja os macacos; haveremos de sentir no fundo da carne os erros praticados exclusivamente por nós, e para os quais não poderemos mais encontrar perdões. Também será grata como nunca a consciência dos nossos acertos, a noção da nossa exclusiva responsabilidade.
>
> Vida nova, vida limpa, vida correta, vida digna. O Rio, pelo seu conjunto de trunfos materiais e espirituais, pela sua importância global e pela sua incomparável situação geográfica como centro de turismo, será a sala de visitas do Brasil: de fora e do interior convergirão para os seus privilégios as melhores correntes humanas. O carioca deve estar certo disso e começar a sua campanha para a tomada de posse do que é seu: esta cidade que o seu amor estóico não impediu que se houvesse tornado a cidade de todos e de ninguém, a prêsa de tôdas as aventuras predatórias.

Entre a simples afirmação e a comemoração de alívio, dizer que “êles se foram” é o farol que abre espaço para o cronista refletir sobre esta tão proclamada “vida nova” que se inicia na cidade, e faz isso junto, apenas, aos seus, isto é, aos “verdadeiros donos da casa”, os “cariocas de nascimento ou de coração” que são os que não viviam ali pela posição política da cidade. “Conversar em família” é o que ele deseja nesse momento em que se abriu o “vazio vistoso no nosso espaço doméstico”, sem as “cerimônias” e “salamaleques” a que as “visitas” obrigavam, e o diz diretamente à sua família de leitores: “Vida nova, estamos entendidos?”, “Basta!”, como um chefe de família que precisa colocar ordem à situação, trazendo os demais à razão. É, portanto, mais do que o simples otimismo dizer que tudo mudará, a partir de então, pois chama a todos para que, tendo “no bôlso a chave da casa”, a “[tranquem] aos indesejáveis”, demonstrando, com isso, o poder que devem ter efetivamente em suas mãos.

Nesse contexto, admite-se, com orgulho, que o tão aclamado Poder Central não é mais que dá as cartas – apesar de ter sido com o mesmo orgulho que afirmou, diversas vezes, que fora ali a sua casa por séculos, nos diversos regimes, da condição de colônia de uma monarquia à República independente, o que também poder estar sendo nesse momento contado no seu "conjunto de trunfos materiais e espirituais". O poder passa às mãos do povo carioca, o que fica ainda mais claro quando enuncia que devem "preparar o grande expurgo das urnas". Não fica nítido o que se considera, nesse contexto, quem seja de fato esse povo – apesar de sabermos que na época, os analfabetos (que ainda eram mais de 15 milhões no país (SOUZA, 1999, p. 07)), por exemplo, não eram aptos a votar (BRASIL, Art. 132, 1946) – mas na crônica é o regime democrático representativo que aparece como a saída para que os da casa tomem "posse do que é seu". Nesse sentido, trata-se de acabar com a exploração a que teria sido submetida a cidade, provendo riquezas "fruto do [seu] trabalho e do [seu] martírio", mas distribuídas como "favores" pelos governos federal e municipal, repleto de não-cariocas, que o faziam como se fossem eles as "cornucópias", referindo-se ao objeto clássico no qual se dispunham frutos e flores como símbolo de fertilidade e abundância. Tal riqueza, então, é o que justamente não se vê no dia-a-dia da cidade, o que, assim como Braga, relembra em algumas linhas: "Cidade sem condução, sem água, sem policiamento, sem escolas bastantes, sem higiene, onde os contratempos dos percursos servem de contrapeso aos angustiosos problemas domésticos", tudo que se afirma como resultado do "desenvolvimento rápido e desordenado" e da "incúria do poder público", como já vimos em capítulos anteriores, e que é reafirmado nessa hora para dar vazão, de forma realista, ao otimismo. Não à toa, coloca agora todo o amor pela cidade como razão para ser contrário "à submissão e à resignação" e, nesse dia festivo, não serão mais coisas pelas quais se lamentar na cidade, mas a se comemorar que deverão ser, finalmente, resolvidas, no caminho para a sonhada "vida limpa, vida correta, vida digna".

Em outras palavras, trata-se de ver o momento como uma nova oportunidade de o Rio *refundar-se*, tal como ocorreu com a chegada da Família Real, o qual o cronista tornou mito. Refundar-se como cidade com uma nova política estadual e elegendo os verdadeiros cariocas e, partir daí, redefinir tradições e ritos, como Sandra Pesavento (2007, p. 16) afirma ser essencial para a identidade histórica das cidades. Uma tentativa, enfim, de reinventar os significados da transição presente para que, no futuro, seja este também um grande momento de um passado glorioso.

O encontro entre as qualidades buscadas para a vida cotidiana dos citadinos, que teriam sido *negadas* ao longo de tanto tempo, com a "sua importância global" e "sua incomparável situação geográfica como centro de turismo" seria, portanto, o que garantiria o futuro da cidade na continuidade de sua grandeza, como "sala de visitas do Brasil". Um ponto de vista que, afinal, se alinha mais do que Braga à perspectiva *d'O Globo*, jornal que abrigava ambos os cronistas, visto que o capixaba, embora sempre colocando-se *a favor* do Rio, constantemente abria mão da visão da cidade como centro emanante de poder, seja pelo que fosse. Laurent Vidal (2012, p. 143-144) chegou a dizer que nas páginas do jornal dirigido por Roberto Marinho, a transferência foi "encenada" de forma que levava a crer que "seria esse momento em que a cidade mudaria para a sua nova identidade", esquecendo-se, portanto, da possibilidade contrária, tratada por Braga como abandono, assim como pelos cronistas de outros jornais como Fernando Sabino, no JB, e Dinah Queiroz, no JC, esta que falara logo antes, em "Enlace...", que deveria ser "uma quebradeira parecida com a que houve em 1929", ano da quebra da Bolsa de Nova Iorque, que afundou o mundo na Grande Depressão da década de 1930. Talvez, guardadas as devidas proporções, não fosse para tanto. Por outro lado, também não deveria ser para tanto a alegria que *O Globo* imprimia, dando a impressão de que "uma febre tomou conta dos cariocas [...]. Nas ruas, nas praças, os músicos tocavam o hino do novo estado, 'Cidade Maravilhosa', e o povo repetia em coro as estrofes" (VIDAL, 2012, p. 143-144). Seria Pongetti, de certa forma, um dos porta-vozes do entusiasmo que dominava as páginas do impresso diário, inclusive ao falar sobre a adoção dessa música como hino, em "Petits sous"[105]:

> Alguém me informa haver a quase extinta Câmara de Vereadores decidido adotar a marcha CIDADE MARAVILHOSA como hino do nascente Estado da Guanabara. Não li isto em nenhum lugar, mas creio na veracidade da informação. E me alegro. Musiquinha gostosa, simpática e feliz, a de André Filho! Mal foi lançada pela voz de Aurora Miranda, se instalou na memória de todos como "jingle" promocional das belezas do Rio e como uma afirmação canora da vaidade de ser carioca. Alastrou-se pelo mundo, foi parar em orquestras de países onde mal havia chegado uma foto do emblemático Pão de Açúcar. Dezenas e dezenas de outras canções apareceram querendo desbancá-la: o povo cantou-as como ritmos da safra da estação, em seguida manifestou sua fidelidade ao "jingle" perfeito.
>
> ***

[105] *O Globo*, 16 abr. 1960, n. 10413 (única), p.3.

> Quando um povo insiste assim em manter uma melodia, em torná-la prefixo, música de fundo e sufixo do seu dia, é porque nasceu hino, e ninguém a desassociará da alma da cidade.
>
> Eu proporia um prêmio em dinheiro ou uma razoável pensão mensal para André Filho que eu vi, enfermiço e tristonho, no nosso último encontro na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. A popularidade é boa quando não parece inútil, quando vem resolver os modestos problemas materiais de um homem modesto. Um homem que deu à cidade a canção distintivo que a cidade nunca mais pensou em substituir, merece terminar sua vida na sua casa de subúrbio sem esperar caviar e faisão, mas certo do seu feijãozinho cotidiano. Victor Hugo nos assegura no Ruy Blas que « la popularité, c'est la gloire en gros sous ». Exagêro. Para André Filho ela é « en petits, en très petits sous ». Devemos aumentá-los em nome dos esperados sentimentos de justiça do nascente Estado da Guanabara.
>
> ***
>
> Pensa-se também na mudança da letra do nosso Hino Nacional, obra do péssimo poeta que foi o crítico literário medíocre Osório Duque Estrada. DEITADO ETERNAMENTO EM BERÇO ESPLÊNDIDO... A Marselhesa mete na sua indolência uma porção de "alons!", tira você da cama ("alons! alons!"), manda virar-se para defender esta dura vida: o nosso mete um acalanto e lhe faz um cafuné para você não se lembrar de saltar do berço esplêndido e querer ir quebrar suas pedras na pedreira de São Diogo. É um hino sabotador, pró-sibaritismo, pró-dorminhocos, que só se justificaria se encomendado por Morfeu ou por um fabricante de colchões de molas. Depois da nossa arrancada para o Oeste, quando até os Candangos não sabem mais onde amarrar a sua rêde, sua essência sonífera tornou-se um ultraje ao trabalho nacional. ERGUIDO ETERNAMENTO EM LEITO INÓSPITO... Bem, isto é só para desfazer a bobagem do falecido, e por Deus perdoado, Osório. O melhor é convocar os poetas e escolher a letra.
>
> ***
>
> Que se fôsse feita por mim seria rica de vamos, de "alons", como a Marselhesa. Os "alons" da Marselhesa arrastaram muitos povos adormecidos para o caminho da revolução; ensinaram que deitado em berço esplêndido não se conquista nem a liberdade, nem a prosperidade. "Vamos! vamos!" Mas, pelo amor de Deus, não me digam "sus, sus brasileiros!"...

Cantarolada ou não pelos quatro cantos da cidade naqueles dias que antecediam a mudança, ao menos parece que a notícia corria como os melhores boatos, aqueles em que basta dizer "alguém me informa" e, sendo uma boa e oportuna notícia, crê-se "na veracidade da informação". Apesar de aclamada como hino, Priscilla Xavier (2017, p. 132-136) afirma que teria sido oficializada, na verdade, como "marcha oficial da Cidade

do Rio de Janeiro", através de lei, em maio de 1960[106], no entanto, a população a compreendeu como um hino, e essa confusão causaria, no anos seguintes, diversos debates acerca de sua adequação, tendo em vista tratarem-se de dois gêneros bastante diferentes entre si: o hino caracterizado como cerimonioso, destinado às solenidades; enquanto a marcha é popular, tem a função de alegrar, e possui uma melodia mais simples. Fora, entretanto, essa mesma simplicidade de "musiquinha gostosa, simpática e feliz" que o cronista-narrador destacara como qualidades que fizeram dela o "'jingle promocional' das belezas do Rio" e "afirmação canora da vaidade de ser carioca" diante do mundo, pelo qual a marcha se alastrou, fazendo ainda mais conhecido o Rio de Janeiro, muitas vezes até, como ele diz, funcionando como apresentação da cidade.

Apesar de *simplicidade* não ser o substantivo que mais se gostaria de associar ao Rio naquele momento, este não era aí um problema porque referia-se apenas à forma como a música expunha, na realidade, a *grandeza* do lugar: "maravilhosa", "cheia de encantos mil", "coração do meu Brasil", "altar dos nossos corações", "terra que a todos seduz", "ninho de sonho e de luz". Tal formato simples seria visto, neste contexto, como qualidade, pois permitiu a popularização da canção e, mais do que um "ritmo de safra da estação", como teriam sido outras, permanecera desde seu lançamento, em 1934, como canção identitária escolhida da cidade. Se o foi ou não, não saberíamos agora dizer, mas Xavier (2017), a qual pesquisou a ocorrência do termo "Cidade Maravilhosa" desde o fim do século XIX até os primeiros anos do estado da Guanabara, informa que a partir de 1960 essas ocorrências multiplicam-se de tal forma que constatam o seu uso frequente tanto para referir-se ao Rio quanto à sua marcha oficial, tocada na abertura ou encerramento de festividades, comemorações ou eventos solenes (XAVIER, 2017, p. 165), o que com certeza contribuiu para que estivesse atrelada ao imaginário da cidade *a partir* de então.

A ideia de que "nasceu hino", de qualquer maneira, é associada ao fato de que ela sintetizaria, mais que todas as outras, a *essência* da cidade, e deveria ser nesse caminho de magnificência natural que o Rio deveria seguir sua trajetória. Como destaca Xavier (2017, p. 170), o termo eternizado pela canção serviria como "mola propulsora da cidade para uma nova experiência institucional, primando a autonomia, apelando para a ordem do maravilhoso, do fantasioso, do divino" e, embora saiba que

[106] A Lei n° 5, de 25 de maio de 1960, fora proposta pelo vereador Francisco Sales Neto e promulgada pelo governador Sette Câmara (XAVIER, 2017, p. 132)

"maravilhoso, fantasioso e divino não possam ser rigorosamente considerados a mesma coisa", ela une essas palavras porque igualmente "estimulam os elementos do imaginário que confortam, fortalecem e instrumentalizam a população em prol da existência desse espaço", a cidade em si, independentemente de seu status político. A canção apela, assim, para o poder "ordenador do além, na transcendência do divino", o que, segundo Pesavento (2007, p. 11), é uma das formas de a cidade afirmar-se, e o une à vontade forte de mover a cidade no caminho da manutenção de seu epíteto máximo, "maravilhosa", e é isso que faz com que sua escolha como marcha-hino oficial agrade tanto o cronista-narrador.

Considerando que a música é, como afirma Pesavento (2007, p. 20), "por definição, um agente propulsor de sensibilidade e com alto poder de fixação de significados", a marcha de André Filho teria, portanto, a possibilidade de elevar a moral da cidade naquele delicado momento, fazendo com que o seu significado se alterasse drasticamente, da cidade abandonada à cidade sempre escolhida. É nesse sentido que "[e]scutar uma canção que se refere a uma cidade implica operações imaginárias de sentido que, de imediato, provocam o reconhecimento e mesmo a estereotipia da realidade urbana invocada" (PESAVENTO, 2007, p. 20-21), e seria, por isso mesmo, fundamental que a marcha fosse oficializada, tocando nos diversos eventos oficiais e estando, assim, a promover no maior tempo possível tais operações. Ao seu lado, o registro do ato de oficialização na crônica literária destaca justamente essas qualidades que devem estar presentes no imaginário dos cariocas, impulsionando suas ações para com a cidade. É, inclusive, guiado pela importância que ele sabe ter a música, principalmente naquele momento, que o cronista-narrador não se esquece de seu compositor, lembrando que a popularidade de sua canção não fora para ele o "gros sous" de que falava o escritor francês Victor Hugo em sua obra. Pelo contrário, a expressão francesa que significa grande soma de dinheiro e refere-se, geralmente, a "grande negócio", é invertida para "petit sous", pois para André Filho – que tinha então 56 anos, e estava hospitalizado quando recebera a notícia de que sua canção seria a marcha oficial do novo estado[107] – a popularidade não se reverteu em dinheiro que o sustentasse. Clamando pela justiça financeira ao compositor, diz ainda que esta seria

[107] A notícia aparece na coluna de Gontijo Teodoro, "O repórter da cidade", no *Diário de Notícias* ("O hino do estado da Guanabara", 08 mai. 1960, n. 11496, p. 94), em que diz que sua convalescença vinha há meses, e talvez demorasse até o fim do ano.

uma ação primordial na aurora da Guanabara, pois demonstraria essa virtude fundamental a se cultivar no novo momento.

Mas o cronista-narrador vai ainda mais longe na busca desses sentimentos de justiça, e a oficialização da canção o faz colocar em questão o hino nacional. Assim como a "Cidade Maravilhosa" fora eleita para simbolizar o novo momento do Rio pelo elogio de suas qualidades que, não estando ligadas à sua antiga condição de capital, deveriam ser mais do que nunca enaltecidas, o cronista-narrador vê que talvez também fosse o momento de mudar o hino nacional, que ele considera um "hino sabotador", pois "mete um acalanto e lhe faz um cafuné para você não se lembrar de saltar do berço esplêndido e querer ir quebrar suas pedras na pedreira de São Diogo". Trata-se de uma adequação ao novo Brasil que deveria ser simbolizado pela construção de Brasília: "Depois da nossa arrancada para o Oeste, quando até os Candangos não sabem mais onde amarrar a sua rêde, sua essência sonífera tornou-se um ultraje ao trabalho nacional". O Brasil desenvolvimentista de JK não é bem representado por esse hino "pró-dorminhocos", o que não deixa de ser uma oportunidade também para que o cronista-narrador faça sua crítica com humor, ao trocar o verso que aparentemente mais o incomoda, usado como exemplo, "Deitado eternamente em berço esplêndido", por "Erguido eternamente em leito inóspito", que seria, pela referência, a própria nova capital, longínqua do litoral e inaugurada às pressas. Ainda que o hino seja do país e não da cidade de Brasília, esta o carregará como capital, e parece bastante oportuno dizer que, enquanto o Rio ostenta suas maravilhas, a nova cidade, construída para ser a moderna sede do poder central, modelo em todos os quesitos urbanísticos, fica com um hino antiquado, que em nada simboliza aquilo que ela nasceu para dizer.

A cidade que vira, ao longo desses dois anos, o seu futuro como dúvida, tentava, muitas vezes, apegar-se ao passado, e os cronistas traziam seus mitos e ritos à tona para assegurar suas certezas sobre a cidade que deveria continuar maravilhosa. Isso, apesar de saberem que, afinal, o que vinha adiante era realmente muito diferente do que fora, mas, afinal, Koselleck (2006, p. 326) não afirma mesmo que "quanto menor o conteúdo de experiência, tanto maior a expectativa que se extrai dele"? Essa seria, pois, a fórmula da estrutura temporal do progresso, de sempre esperar mais do *novo* que está por vir, dessa diferença essencial entre passado e futuro.

No entanto, os cronistas cumpriam essa função ao mesmo tempo em que clamavam ao poder público para que valorizassem essa história na fisionomia da cidade, colocando-a, portanto, também como problema. Falando contra derrubadas e abandonos que continuavam a acontecer em busca da modernidade e do progresso, qualidades que eles apontam existirem igualmente na conservação do seu patrimônio, utilizando, portanto, do mesmo discurso. A favor de iniciativas como os museus, pois sabiam que o lugar que o Rio tinha ocupado no centro da política brasileira, por tanto tempo, lhe trouxera uma carga histórica inestimável que era preciso continuar em evidência, pois tanto serviria ao seu enaltecimento moral, para os citadinos diante dos de fora, quanto para a valorização turística. A todo momento, portanto, eles partem da realidade investindo-a de novos sentidos, como afirma Barroso (2013b, p. 476), procurando (re)criar seus sentidos, fazendo com que "realidade então passe a carregar dentro de si outros significados". É nesse sentido que a cidade-natureza, a cidade-cultura e a cidade-história eram facetas que apareceriam de maneira cada vez mais eficaz em seus textos, complementando-se na efetivação do imaginário em torno da cidade maravilhosa que agora já deveria viver por si, não mais por uma determinada função que, no fim das contas, acabou sendo vista como algo que lhe tirava não apenas a autonomia política, mas a própria alegria de ser. E os cronistas o fazem sabendo que seus problemas eram, sim, enormes e profundos, nunca esquecendo-se deles, mas talvez também considerando que, para arrumar a casa, era a motivação que primeiro deveria ser focalizada.

Considerações Finais

Quando o assunto eram as consequências para o Rio de Janeiro da transferência da capital federal, as páginas dos jornais que folheamos e com as quais construímos o painel de fragmentos deste trabalho estiveram, entre 1958 e 1960, permeados principalmente de dúvidas, expectativas ora mais angustiadas ora mais esperançosas, e isso repercutiu de diversas maneiras nas crônicas.

Retomemos, em uma só olhada, o dia 21 de abril de 1960:

O *Diário de Notícias* dedicou a primeira página praticamente toda à inauguração da nova capital com a manchete: "Instalam-se os 3 poderes em Brasília". Em meio aos 11 destaques ali, apenas três eram sobre o Rio: "Presidente se despediu com um Viva à Guanabara", "Sette, já Governador: Cultura. Capital Rio", "Prefeito deixa o Distrito desencantado". O "Encontro Matinal" com Eneida não aconteceu naquela quinta-feira, mas no dia seguinte ele retornaria com o "Bom dia, Guanabara" carinhoso e realista, que vimos no "*Boletim* das crises..." [1].

N'*O Globo*, a capa dividida entre a "Brasília inaugurada" e "Repicam os sinos de Guanabara!" espelharia o modo como os cronistas trataram a efetivação da transferência[2]. Mas Rubem Braga não escreveu naquele dia, e na véspera resolvera não falar de Brasília, mas, na verdade, nem do Rio, voltando-se para o "Espírito Santo"[3], sua terra natal, dizendo que o "Govêrno Federal não lhe dá bola. Não dava até agora, com a Capital no Rio; menos dará em Brasília, que é longe de tudo". Escreve sobre o Rio apenas dois dias depois, em "O novo estado". E Henrique Pongetti levantou sua voz sobre o assunto do momento durante toda aquela semana, e no dia da transferência é quando conclama "Vida Nova". Ambas são das últimas crônicas que vimos neste trabalho, pela sua visada política e histórica. A coluna de Elsie Lessa, por fim, cronista entusiasta de Brasília neste jornal, estava, porém, ausente naqueles dias, e assim permaneceria por cerca de um mês.

O *Jornal do Brasil* também colocaria as duas cidades na manchete: "Brasília é feita Capital/ Guanabara nasce com festa", mas a primeira notícia que se lê logo em

[1] *Diário de Notícias*, 21 abr. 1960, n. 11481, p. 1.
[2] *O Globo*, 21 abr. 1960, n. 10417 (única), p. 1.
[3] *O Globo*, 20 abr. 1960, n. 10416 (matutina), p. 2.

seguida é "Deputados sem terem onde morar em Brasília começam hoje mesmo a voltar ao Rio". Das 3 fotos da capa, uma é sobre o Rio, mostrando as pessoas na rua: "Com o samba no coração", "O samba não partiu do Rio. Madrugada adentro os foliões cariocas ficaram na rua". Na página 3, aquela quinta-feira não contou com nenhum dos três cronistas cujas linhas acompanhamos, e na página 7, Fernando Sabino prefere falar sobre Cuba[4], mas, no dia anterior, avisara que iria a Brasília "como curioso", a convite de um amigo (teria sido ele que convidou também a Braga para o "acontecimento histórico"?), e deixaria prontas as crônicas dos dias seguintes. Enquanto Manuel Bandeira e Ferreira Gullar, cuja contribuição ao jornal era reduzida a duas vezes por semana, teriam suas crônicas publicadas nos dias seguintes: Bandeira, no dia 24, com seus "Pêsames ou Parabéns?" ao Rio-Guanabara, crônica que intitulou este trabalho e o último capítulo; Gullar, no dia 26, com descrições da cerimônia em "Brasília" e suas opiniões sobre diversos assuntos a ela ligados.

O *Jornal do Commercio* abriria uma de suas poucas exceções na preferência dos assuntos internacionais da primeira página para publicar a "Participação mundial na festa de Brasília", além de outras duas notas dedicadas a ela, sem destaque para a Guanabara, e é seguido, na página 6, pelas observações *in loco* de Dinah Silveira de Queiroz, intitulada simples e satisfatoriamente "Brasília", onde faz também uma menção ao Rio, como vimos no último capítulo, onde "subiu aos ares o toque da alvorada do Estado da Guanabara"[5].

Esses indícios de múltiplos olhares sobre o acontecimento no dia do evento inaugural em si deram as pistas iniciais para esta pesquisa e, como já apontavam, não são resultado de um apaziguamento. Os diversos discursos em torno de Brasília foram também desdobrados para o Rio de Janeiro, quase sempre como o seu negativo. A criação de Brasília foi cada vez mais sendo contraponto para a cidade carioca, citada pelos cronistas do Rio em comparações as mais inusitadas, e que por isso mesmo revelam como foi aquela mudança uma preocupação constante durante os anos de sua preparação e, ainda nos meses seguintes à inauguração da nova cidade, continuava mexendo com o imaginário, quando se viu que, afinal, a saga não acabara, e falou-se mesmo em levar a capital de volta à antiga sede. Ideia essa que, aliás, vez ou outra retorna pelas mãos de algum grupo político, como fez o deputado Daniel Silveira, em

[4] *Jornal do Brasil*, 21 abr. 1960, n. 92, p. 1.
[5] *Jornal do Commercio*, 21 abr. 1960, n. 169, p. 1.

2020, ao preparar a Proposta de Emenda Constitucional[6], que colocaria o Rio de Janeiro como "segunda capital", onde ficaria o Congresso Nacional. A proposta é, para dizer o mínimo, curiosa, mas revela também os traumas deixados pela transferência: traumas econômicos, pois a cidade perdeu uma parcela importante de servidores públicos de mais alto rendimento, impostos que poderiam ser revertidos em obras para "embelezar" a cidade, etc; mas, sobretudo, traumas políticos, de não ser mais o principal palco de acontecimentos, perdendo influência no cenário nacional. É claro que, vemos hoje, não foi uma perda tão grande quanto a temida na época da mudança, mas ainda assim foi algo que alterou a importância dos políticos locais no jogo político nacional, seu poder de barganha no mando e desmando. É bom lembrar que o desenvolvimento das milícias no Rio de Janeiro, por exemplo, as quais começam a ser conhecidas nos anos de 1950 (VALLADARES, 2005), cresceu muito mais com a mudança da capital, como forma de manter ganhos econômicos e influência política por parte de políticos que não tinham mais em suas mãos as cartas mais poderosas, de influência nacional. Não deixa de ser, afinal, um resultado que vai completamente contra o fluxo esperado do progresso, sendo uma relação baseada em violência, típica de um estado de barbárie. Os cronistas, mesmo que não pudessem prever esse tipo de desdobramento, temiam justamente por retrocessos assim.

A questão é que não parecia possível para ninguém, àquela época, ficar indiferente à nova capital, quanto mais a antiga capital. Como é comum no discurso do progresso na sociedade capitalista, tudo se prometia para o futuro do país com ela e, por isso mesmo, se podia questionar em torno de tudo que pudesse ser "modernizado", "desenvolvido" a partir de seu modelo. Um modelo eurocentrado e, por isso mesmo, discriminatório, que acaba por diversas vezes mais preocupado com as *aparências*, as quais aproximam do modelo, do que com as relações sociais, políticas e culturais, as quais demonstram a distância da realidade com essa idealização, efetivando-se como contraimagens do progresso.

[6] A proposta pode ser lida na íntegra na página do deputado: DEPUTADO DANIEL SILVEIRA. PEC propõe dupla capital e a transferência do Congresso para o Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.deputadodanielsilveira.com.br/2020/07/28/pec-propoe-dupla-capital-e-a-transferencia-do-congresso-para-o-rio-de-janeiro/ Acesso em 20 set. 2021.

Pergunto-me, ainda, se alguma outra cidade teve esse mesmo poder sobre o Rio de Janeiro em algum momento. São Paulo, sempre citado como maior "rival" dos cariocas, apareceu nestes anos poucas vezes, mas talvez nos anos 1920, 1930 tenha influenciado de forma semelhante... seria uma questão a se pesquisar. Brasília levaria aos cariocas a necessidade de um novo olhar para a sua urbe, e essa necessidade foi-se engajando nos jornais e especialmente nas linhas dos cronistas, os quais sempre estiveram imersos no cotidiano urbano para compor suas narrativas e reverberaram suas dádivas e malezas a partir dessa relação. Desdobrando-se em temas diversos, (re)construíram dia a dia o imaginário carioca para compor a nova história da cidade que se iniciava ao deixar de ser capital. E isso acontecia de maneira que a rejeição a Brasília passava a ser cada vez menos evidente, mais ponderada por parte dos cronistas. Tais questões podem mesmo ter influenciado o imaginário atual de que a transferência fora, afinal, muito pacífica, visto que apaga as dúvidas, que não foram poucas, sobre o discurso do progresso, e as angústias em torno dele. Isso significa, em última instância, que a ideia da linearidade, da homogeneidade de uma história que sempre caminha rumo ao progresso, foi a que, por fim, hegemonizou-se.

Antes, porém, que se ressaltasse diariamente a necessidade de consolidar-se a visão da Cidade Maravilhosa, com isso recompondo fortemente a sua identidade, era muito mais presente nas crônicas o retrato da cidade abandonada, em um misto de indignação cívica, mais destacada em autores como Eneida, Rubem Braga, Fernando Sabino, Elsie Lessa, Ferreira Gullar, com o ressentimento político que não se escondia em Henrique Pongetti. Se o abandono vinha do poder público ou da própria trajetória "natural" do progresso (algo que apareceu em Benjamin Costallat, mas em alguma medida também em Dinah Silveira de Queiroz), de toda maneira os cronistas constantemente levantavam suas vozes de maneira reivindicatória, sempre a favor da modernização de sua cidade, ainda que guiados por visões diferentes. No que se refere às realizações urbanísticas, vimos no primeiro capítulo, "A cidade inconstante", sobretudo o debate acerca da imagem moderna *versus* os males da cidade verticalizada, em que o Rio parecia mais sofrer com a falta de regulação pública e especulação imobiliária, e as grandes obras modernizantes apareciam com desconfiança, seja aos olhos do veterano Manuel Bandeira, seja do novato Fernando Sabino. Quanto a outras questões de infraestrutura urbana mais voltadas para o suprimento das necessidades do dia a dia do cidadão médio da metrópole, o que mais se evidenciou foi a total descrença

vista em “Agonia da Metrópole”, em que, inclusive, são os discursos da “cidade superlotada” os mais recorrentes e inflamados, pelos próprios cronistas ou ao representar vozes das ruas, e, por essa razão, mais preocupantes. Nesse setor, Brasília era cidade-sonho justamente por ser seleta, esvaziada... como se se culpasse o próprio povo dos problemas de infraestrutura da cidade, e nesse sentido o discurso da “civilidade” viria muito a calhar. Os problemas sociais aprofundaram-se, porém, ao vermos as crônicas sobre as comunidades, focalizadas em “*Mural Carioca* permeado de favelas”, em que a tentativa de “sociologizar” a questão se faz muitas vezes presente, mas o social frequentemente se reduz à estética, ou melhor, ao esteticismo, em uma leitura que se encontra perigosamente com o progresso que é apenas aparência (não estando longe, portanto, do que se demonstrou Brasília). Já a questão econômica também acabou sendo abordada, em “*Boletim* das crises, às vésperas da mudança”, pela maneira como os cronistas viram acontecer ao seu redor a carestia do fim da década de 1950, reverberando principalmente um temor de que as coisas piorassem ainda mais depois que o Rio deixasse de ser capital, o que em muito demonstrou a consciência que se tinha de ser ali um lugar privilegiado do país (como ressaltou Ferreira Gullar) e a não disposição de abrir mão de tal privilégio. Em todos esses capítulos, foi o debate do direito à cidade que animou muitas vezes a percepção das imagens e contraimagens do progresso, a compreensão das angústias dos citadinos vendo sua cidade, já tão abandonada, sendo colocada ainda mais de lado. E ainda que soubessem que ali havia muitos privilégios em relação ao restante do Brasil, sabiam também que estava longe de ser o lugar verdadeiramente privilegiado do convívio social que idealizavam para a vida urbana – dialética em que ainda vivemos diariamente em nossas cidades “menos desestruturadas”, seja no centro ou na periferia do capitalismo.

Foi dessa maneira que os cronistas trouxeram à tona a complexidade da vida urbana e uma vastidão de significados utilizados de maneira enriquecedora. E, assim, articularam constantemente as duas imagens da cidade: a abandonada e a maravilhosa. E isso pouco teve a ver, no final das contas, com a postura que eles demonstravam com relação à nova capital, não sendo raro ver Elsie Lessa, Dinah Silveira de Queiroz e Ferreira Gullar, declarados entusiastas de Brasília, engendrando imagens positivas e negativas muito semelhantes aos demais cronistas, afinal, todos estavam em constante diálogo com o que lhes trazia o discurso desenvolvimentista da época sobre o que significava o progresso das cidades.

Não à toa, esses "intelectuais do cotidiano" acabaram por fazer parte, de maneira muito peculiar, da forte (e bem-sucedida) campanha para manter o Rio como um dos centros irradiadores de progresso no país, reforçando e ampliando a visão da Cidade Maravilhosa, de maneira mais forte na medida em que a transferência se mostrava inevitável, como vimos mais profundamente no quinto capítulo, "*Pêsames ou Parabéns?* Novas visadas em busca do progresso da cidade". Nesse momento, os discursos que são comum e pejorativamente chamados "literários" acerca da natureza, foram engajados para construir também uma modernidade e uma visão de futuro própria do Rio, o que muito demonstrou o poder que a literatura (enquanto obra e enquanto tradição) tem, afinal, na construção do imaginário, ressignificando suas imagens nos pequenos e mais significativos detalhes. Ao mesmo tempo, o forte apelo à cidade-cultura, nutrindo-se igualmente dos clichês, aparecia não só para fortalecê-los, mas talvez principalmente para reivindicá-la mais forte, o que de toda maneira ia ao encontro do discurso do Rio como centro inegável do progresso cultural. Já no que se refere à cidade-história, é interessante ver como foi a valorização do passado político oficial o que cunhava o progresso, e foi isso utilizado para opor-se à mesma ideia que se colava à Brasília: enquanto esta era a cidade-história do futuro, o Rio era a cidade-história do passado, imagem que aparecia no discurso oficial como negativa e que precisava ser revertida. A negatividade da imagem histórica do Rio pelo discurso oficial ocorria porque a cidade representaria o país colonial, com um papel subjugado no sistema capitalista, enquanto Brasília demonstrava o potencial do país republicano em ter papel central no sistema capitalista mundial. Mas a imagem histórica que os cronistas criam para a cidade carioca não leva isso em consideração, e o seu conservadorismo vai mais no sentido de não se esquecer que, mesmo de modo subjugado dentro do sistema mundial, a cidade fora palco importante da vida política, econômica e cultural do país, a mais próxima (mais uma vez), do modelo civilizatório europeu. Finalmente, não deixaram de ser batalhas travadas entre o desejo de afirmar a identidade para fortalecer as próprias ações e a necessidade de não se deixar enganar pelas fantasmagorias do progresso, muitas vezes sem sucesso.

Essas fortes representações da Cidade Maravilhosa não conseguiram, na verdade, suplantar de todo a igualmente forte imagem da cidade-problema, megalópole brasileira, e é possível, por tudo isso, que os cronistas tenham também em muito colaborado para ela. Nas décadas posteriores, as duas imagens passaram a conviver

cada vez mais lado a lado, consolidando e ampliando o painel que os cronistas traziam em seus textos. É claro que toda cidade não deixa de ter seus problemas, por mais bem estruturada que seja, principalmente na sociedade capitalista, a qual se sustenta efetivamente dessas diferenças; porém, o Rio de Janeiro talvez tenha se tornado o caso mais emblemático no nosso imaginário dessa ambiguidade no país: rico de contrastes entre sua riqueza natural, cultural e histórica, e seus profundos fossos sociais. E pode ser que, por isso mesmo, tenha se mantido diante dos brasileiros como síntese nacional, ou melhor, hipérbole nacional.

Nesse sentido, é significativo que a crônica, tão ligada aos altos e baixos do cotidiano, seja tão conectada ao Rio de Janeiro não apenas como sua cidade-berço, mas também como centro do seu desenvolvimento como gênero literário. A cidade, afinal, impõe-se como fonte de imaginação e impõe suas questões ao imaginário, bebendo dele de volta. O espaço que era dedicado às crônicas na metade do século XX, em um momento em que o jornalismo passava também por transformações, acabou demonstrando-se produtivo aos dois, imaginação e imaginário da cidade. Penso, ao ver a grande diferença daqueles jornais para os de hoje, no que se refere ao uso desses espaços mais livres, se a crônica teria perdido essa força caso não houvesse a pedra no caminho que foi a ditadura empresarial-militar de 1964, a qual cerceou cada vez mais a liberdade de publicação, apropriando-se, inclusive, da mítica da imparcialidade, como se ser objetivo fosse ser isento de opiniões – enquanto, é claro, as opiniões favoráveis ao governo eram vendidas como verdade. São outras questões, é certo, mas que também contribuem para ressaltar a importância de trabalhar com fontes tão complexas e ricas, seja para ver, mais uma vez, as discussões em torno do progresso, com a qual tantas vezes o gênero mesmo foi confundido; seja para buscar outras.

Sei que há tantos temas quanto forem pensáveis para trabalhar com estas fontes, tantos autores quanto jornais disponíveis a mais do que os que estiveram presentes nestas páginas. E espero que esta pesquisa tenha contribuído para ampliar nosso conhecimento do período JK e das crônicas da época como material histórico-literário na mesma proporção que, espero, ela inspire outros pesquisadores a enveredarem pelos caminhos que não enveredei, e que talvez nem mesmo tenha visto.

REFERÊNCIAS

- Jornais

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1958-1960

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1958-1960

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1958-1960.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 1958-1960.

- Demais referências

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Ângela de Castro (coord). *Olhando para dentro:* 1930-1964 (História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 4). Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 179-227.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Dinah Silveira de Queiroz – Biografia. s/d. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/dinah-silveira-de-queiroz/biografia Acesso em 03 fev. 2022.

_____. Ferreira Gullar – Biografia. s/d. Disponível em: https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1042/biografia Acesso em 03 fev. 2022.

_____. Manuel Bandeira – Biografia. 2016. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/manuel-bandeira/biografia Acesso em 03 fev. 2022.

AMOROSO, Mauro. A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã. *Revista Cantareira* - Revista Discente do Departamento de História da UFF. V.1, N. 1 - Ano 2009. P. 1-30.

AREAS, Daiana Maciel. *Imprensa e política na década de 1950*: o caso do "Correio da Manhã". Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. 2012.

ARRIGUCCI JR, Davi. *Enigma e Comentário:* ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BAEZA, Pilar Macarena Tejero. *A Imagem da Degradação Urbana:* Lapa, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - UFRJ - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Programa de Pós - graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 343 p.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa* – Brasil (1900-2000). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROSO, Eloísa. *A cidade do Rio de Janeiro na obra literária*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013a.

_____. História e Literatura: um percurso metodológico no estudo da cidade. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades*. XVI Congresso Internacional de Humanidades, UnB, 2013b, p. 471-494.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (org). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P. 21-38.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire:* um lírico no auge do capitalismo (Obras Escolhidas, v. 3). Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Magia e Técnica, Arte e Política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras Escolhidas, v.1).

_____. *Passagens* (3 vol.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BERQUE, Augustin. Paysage, milieu, histoire. In : BERQUE, Augustin (org). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel : Champ Vallon, 1994, p. 13-29.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin, conceitos-chave*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 191-200.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro:* O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIROLI, Flávia. *Liberdade de imprensa:* margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 24, nº 47, p.213-40, 2004.

BOMENY, Helena. Utopias de cidade: as capitais do modernismo. IN: GOMES, Ângela de Castro (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P. 201-223.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 02 out. 2021.

BRITTO, Ana Lucia; JOHNSSON, Rosa M. F.; CARNEIRO, Paulo R. F. Abastecimento público e escassez hidrossocial na metrópole do Rio de Janeiro.

Ambiente & Sociedade, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Campinas (SP), vol. XIX, n. 1, p. 185-207, jan/mar, 2016,

BUCK-MORSS, Susan. *Dialéctica de la mirada:* Walter Benjamin y el proyecto de los Pasagens. Trad. Nora Rabotnikof. Madrid: Machado Libros, 2001.

BUENO, Guilherme. Uma semana comum de arte moderna: a experiência de modernidade e os primeiros arranha-céus do Rio de Janeiro. In: *Anais do 13º Seminário DOCOMOMO Brasil*. Salvador, 07 a 10 de outubro de 2019. p. 01-19.

BYINGTON, Silvia Ilg. No coração da cidade: Memória, poesia, arquitetura e as narrativas sobre o Parque do Flamengo (1950 – 1960). **Tese de Doutorado (**Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2018. 412 p.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA – Rubem Braga. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, n. 26, maio de 2011.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. Aterro do Flamengo: cidade, território e paisagem. In: Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (21 a 25 de maio de 2007). Belém - Pará – Brasil.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. 1500. MINISTÉRIO DA CULTURA, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Disponível em: dominiopublico.gov.br

CANCLINI, Néstor García. La modernidade después de la posmodernidad. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org). *Modernidade:* Vanguardas Artísticas na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 1990, p. 201-237.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. *O Rio de Janeiro nas alturas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (tese de doutoramento), 2005. 339 p.

CASTRO, Celso. A natureza turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita (orgs). *Turismo e Identidade local:* uma visão antropológica. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 117-126.

CESAR, Luiz Pedro de Melo; CIDADE, Lúcia Cony Faria. Ideologia, visões de mundo e práticas socioambientais no paisagismo. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 115-136, jan./dez. 2003.

CHAGASTELLES, Gianne Maria Montedônio. Copacabana arranha os céus: a sua verticalização e a sua abertura para o mundo (1928-1950). In: XI Encontro Nacional de

História Oral - Memória, Democracia e Justiça, 2012, Rio de Janeiro. XI Encontro Nacional de História Oral - Memória, Democracia e Justiça. Rio de Janeiro: ABHO/UFRJ, 2012. v. 1. p. 01-16.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História:* conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Jan/Abril, vol.5, nº. 11, p. 173-191, 1991.

COELHO, M. "Notícias sobre a crônica". In: CASTRO, G. de; GALENO, A. (Orgs.) *Jornalismo e literatura:* a sedução da palavra. São Paulo: Escrituras, 2002.

CORDEIRO JR., Raimundo Barroso. Lucien Febvre. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de História:* Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: FGV/EdiPUCRS, 2013. p. 463-477.

COSTA, Everald Batista da; STEINKE, Valdir Adilson. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Scripta Nova:* revista eletrônica de geografia y ciências sociales. Universidad de Barcelona, v. XVIII, n. 493 (44), p. 1-27, nov/2014.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil* – volume VI. 5 ed. São Paulo: Global, 1999.

DOS SANTOS, Vicente Saul. Trajetórias culturais e musicais da "Princesinha do mar" – Copacabana 1946-1965. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011. P. 1-11. São Paulo, 2011.

DIAS, Ângela Maria. Memória da cidade disponível: foi um Rio que passou em nossas vidas – A crônica dos anos 60. In: RESENDE, Beatriz (org). *Cronistas do Rio*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.p. 57-75.

DUARTE, C. F. Lapa: abrigo e refúgio da cultura popular carioca. n: XIII Encontro Nacional da ANPUR ENANPUR, 2009, Florianópolis. Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR: Planejamento e Gestão do Território, 2009. Disponível em: https://cristovao1.wordpress.com/2010/05/23/lapa-abrigo-refugio-cultura-popular-carioca/. Acesso em: 09 mar. 2020.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador:* uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.

ENCICLOPEDIA ITAU CULTURAL. Henrique Pongetti – Teatro. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359375/henrique-pongetti Acesso em: 03 fev. 2022.

FARAH, Ivete Mello Calil. *Arborização pública e desenho urbano na cidade do Rio de Janeiro:* a contribuição de Roberto Burle Marx. 1997. 213f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FERREIRA, Alda de Azevedo; ONO, Fernando Pedro de Carvalho; NÓBREGA, Cláudia Carvalho Leme. A institucionalização do ensino de arquitetura paisagística no Rio de Janeiro. *Paisag. Ambiente: ensaios*, n. 40, São Paulo, P. 133 – 148, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Memória política e história do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *Rio de Janeiro:* uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 11- 18.

FERREIRA, Jorge. Apresentação. 1946-1964: Experiência democrática no Brasil. *Revista Tempo*. Niterói: UFF, vol.14, n. 28, p. 11-18, jun/2010.

FONSECA, Venilson Luciano Benigno. *Lugares e Territórios na Cultura do Futebol Brasileiro.* 2014. 312f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FREITAG, Barbara. *Capitais migrantes e poderes peregrinos:* o caso do Rio de Janeiro. Campinas-SP: Papirus, 2009.

_____. O mito da megalópole na literatura brasileira. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 132, p. 143-158, jan-mar/1998.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira – volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOMES, Tomás Coelho. A luta contra a "carestia da vida" dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista. *Ponto de Vista*. Rio de Janeiro: NEIC/UERJ, n. 10, p. 1-21, out./2013.

GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (coord). *Olhando para dentro* (1930-1964), p. 41-89, Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOFF, Tânia Cezar; CARRASCOZA, João Anzanelo. Consumo e modernização em anúncios autorreferenciais de agências de propaganda no Brasil dos anos 1950. *C&S* – São Bernardo do Campo, v. 36, n. 1, p. 205-227, jul./dez. 2014.

IBGE. *População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010*. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6 (acesso em 24 ago. 2021).

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. População e sociedade. In: REIS, Daniel Aarão (coord.) *Modernização, ditadura e democracia* (1964-2010). p. 31-73. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo:* estudos sobre história. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

_____. *Futuro Passado*. Trad. Wilma P. Maas, Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 3 ed. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Porto, 2004.

LAURENZA, Ana Maria. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45-80.

LAVINAS, Lena; RIBEIRO, Luiz César de Q. Imagens e representações sobre a mulher na construção da modernidade de Copacabana. In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Imagens urbanas:* os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 43-53.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubem Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LIMA, Fábio José Martins de; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Arquitetos e urbanistas: cidade e formação profissional no Brasil (1900-1960). In: FREITAS, José Francisco Bernardino. *Diálogos:* urbanismo*br*, P. 211-229, Vitória/Niterói: EDUFES/EDUFF, 2010.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A Geografia, o território capitalista e o território indígena. *Revista Produção Acadêmica* - Núcleo e Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ Nurba –vol. 4, n.2, 2018, p. 55-69.

LOPES, Ana Cristina M.; REIS, Carlos. *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

LORENZOTTI, Elizabeth. *Suplemento literário, que falta ele faz!*: 1956-1974, do artístico ao jornalístico – vida e morte de um caderno cultural. São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2007.

LOURENÇO NETO, Sydenham. Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, p. 1-10, julho/2011.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1989.

MACEDO, Silvio Soares. O Paisagismo Moderno Brasileiro – além de Burle Marx. *Paisagens em debate,* FAU.USP, n. 01, out/ 2003. P. 01-07.

MACHADO DE ASSIS. O nascimento da crônica. In: DOS SANTOS, Joaquim Ferreira (org). *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 27-28.

MARQUES, Eduardo César. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *História, ciência, saúde - Manguinhos*, jul/out, 1995, p. 51-67.

MATOS, Olgária Chain Féres. *Benjaminianas*: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MEMÓRIA O GLOBO. Cronistas e colunistas: Elsie Lessa, uma cronista de todo o mundo. 2013. Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/cronistas-e-colunistas/elsie-lessa-10926342 Acesso em: 03 fev. 2022.

MENON, Mauricio César. Percepções da história e da crítica literárias acerca dos desdobramentos do Gótico na literatura brasileira do século XIX e o despontar do século XX. *SOLETRAS*, n. 27, jan/jun. 2014, Rio de Janeiro, UERJ, p. 62-79.

MATTOS, Jorge. O Estado, a formação das empresas de ônibus no Rio de Janeiro do início do século XX e a criação da Companhia de Transportes Coletivos do Rio de Janeiro (CTC-RJ). *Chão Urbano*, ANO XVIII, n. 1, jan/fev. 2018, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, p. 1-25.

MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária*: prosa II. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MOTTA, Marly. *Rio de Janeiro:* de cidade-capital a Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Alerj, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da História. In: RESENDE, Beatriz (org). *Cronistas do Rio*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001, p. 15-31.

NUNES, Edson de Oliveira. *A Revolta das Barcas:* Populismo, violência e conflito político. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*: Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Memórias do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade:* história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 156-173

_____. Cultura urbana no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *Rio de Janeiro:* uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 155-165

OLIVEIRA, Márcio. *Brasília:* O mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PEDROSA, Mário. *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

PEREZ, Maurício Domingues. *Lacerda na Guanabara:* a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.

PERROTTA, Isabella. *Desenhando um paraíso tropical:* a construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. 2011. 217 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

PESTANA, Marcos Marques. *Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro:* embates entre empresariado do setor imobiliário e movimento de favelados (1957-1973). 2018. 373 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PESAVENTO, Sandra J. Crônica: a leitura sensível do tempo. *Revista Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, n. 7, p. 29-37, jul.1997.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias (Abertura). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 53, p. 11-23, jun.2007.

PORTAL DA CRÔNICA BRASILEIRA. Autores: Fernando Sabino (1923 - 2004). 2018. Disponível em: https://cronicabrasileira.org.br/autores/13155/fernando-sabino Acesso em 03 fev. 2022.

PORTELLA, Eduardo. A cidade e a letra. In: *Dimensões I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

QUELER, Jefferson José. *Democracia e desenvolvimento*: os posicionamentos políticos do jornal a "Última Hora" no governo Kubitschek (1957-1960). Campinas-SP: Unicamp (dissertação de mestrado em História), 2004. 174 p.

RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, cidade da crônica. In: RESENDE, Beatriz (org). *Cronistas do Rio*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.p. 33-55.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 147-160. 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François (et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. In: REIS, Daniel Aarão (coord.) *Modernização, ditadura e democracia* (1964-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 233-283.

ROMEIRO CHUVA, Márcia Regina. Parque do Flamengo: projetar a cidade, desenhando patrimônio. Anais do Museu Paulista, vol. 25, n. 3, set/dez, 2017, p. 139-166, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador:* a ideia de progresso. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SANTIAGO, Silviano. Crítica literária e jornal na pós-modernidade. *Revista Estudos Literários*, Belo Horizonte: UFMG, v. 1, n. 1, p. 11 -17, out/1993.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. Eneida de Moraes: militância e memória. *Em Tese*. Belo Horizonte, v.9, p. 99-106, n. dez/2005.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. Campeonato Brasileiro de Seleções: economia de um projeto nacional (1922-1932). *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Vol. 6, n. 10, p. 27-47, jan-jun/2011.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SZACHI, Jerzy. *As utopias*. Trad. Rubem César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SIMON, Luiz Carlos Santos. *Duas ou três páginas despretensiosas*: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas. Londrina: EDUEL, 2011.

SILVA, Maria Augusta Machado da. Apresentação. In: COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. A continuidade do "problema da favela". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade:* história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 220-237.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil:* de Getúlio a Castello. Trad. Berilo Vargas. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. 2. Ed. São Paulo: Editora Mackenzie/Romano Guerra Editora, 2014.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. *O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico*. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf Acesso em 02 out. 2021.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; OLIVEIRA, Fabiana de. *Turismo e política externa brasileira:* de Vargas a Dilma. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar:* História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela:* do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e Moradia:* habitação coletiva no Rio de Janeiro (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

VIDAL, Laurent. *As Lágrimas do Rio:* o último dia de uma capital, 20 de abril de 1960. Trad. Maria Alice Araripe de Sampaio. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *De Nova Lisboa a Brasília:* a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade:* na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

XAVIER, Priscilla Oliveira. *Cidade Maravilhosa:* Imaginário, mito e identidade. 2017. 274 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ZALUAR, Alba. Pra não dizer que não falei do samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org). *História da vida privada no Brasil:* contrastes da intimidade contemporânea (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 243-318.

ANEXO I

Crônicas – na ordem em que aparecem

Capítulo 1 – *A cidade inconstante*

N°	Título	Página	Referência
01	"Bilhete a Benjamin Costallat"	46	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 08 jan. 1958, n. 06, p. 3.
02	"A casa"	47	MORAES, Eneida de. *Diário de notícias*, 02 mar. 1958, n. 10827, p. 25.
03	"Serras de construção"	49	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 08 ago. 1958, n. 183, p.7.
04	"Agruras copacabanenses"	50	LESSA, Elsie. *O Globo*, 10 set. 1958, n. 9924 (única), p.1-2 (seção 2)
05	"As sombras"	51	BRAGA, Rubem. *O Globo*, 15 jan. 1960, n. 10337 (única), p.2.
06	"Itinerário de um feriado"	53	LESSA, Elsie. *O Globo*, 26 jan. 1959 (vespertina), n. 10040, p. 1 (seção 2).
07	"A praça"	59	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 22 jan. 1960, n. 18, p.3.
08	"Casinha"	60	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 23 abr. 1958, n. 10870, p.2.
09	"O amor sem chão"	62	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 18 ago. 1958 (vespertina), n. 9904, p.3.
10	"Lotes, etc"	66	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 4 abr. 1958, n. 10855, p. 2.
11	"Uma idéia"	67	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 21 dez. 1958, n. 11076, p. 2.
12	"A cidade feliz"	68	BRAGA, Rubem. *O Globo*, 23 dez. 1959, n. 10319 (única), p. 2.
13	"Brasília"	68	LESSA, Elsie. *O Globo*, 08 mai. 1958, n. 9817 (única), p. 1(seção 2).
15	"Caiu"	71	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 1º fev. 1958, n. 10804, p.2.
16	"Vai cair"	72	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 01 fev. 1958, n. 26, p. 07.
17	"Quinze centímetros"	73	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 23 mar. 1958, n. 67, p. 7.
18	"Brasília-Pasárgada"	75	LESSA, Elsie. *O Globo*, 16 jul. 1959, n. 10183 (única), p. 1 (seção 2).
19	"Impressão de Brasília"	76	LESSA, Elsie. *O Globo*, 21 ago. 1959, n. 10214 (única), p. 1 (seção 2).
20	"A rua"	78	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 14 set. 1960, n. 11606, p. 14.
21	"Esta rua"	79	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 11 out. 1960, n. 11629, p. 16.

22	“A cidade”	80	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 25 nov. 1960, n. 277, p. 3.
23	“Ir e vir”	82	MORAES, Eneida de. *Diário de notícias*, 6 nov. 1958, n. 11037, p. 10.
24	“A cidade inconstante”	84	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 14 abr. 1959 (matutina), n.10104, p. 03.
25	“A Lapa Protesta”	88	COSTALLAT, Benjamin. *Jornal do Brasil*, 16 nov. 1958, n. 269, p. 3.
26	“Poeira”	92	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 22 dez. 1959, n. 298, p. 3.
27	“Acabou-se”	94	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 2 jun. 1959, n. 11209, p. 2.
28	“Voltando”	96	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 12 jan. 1960, n. 11398, p. 17.
29	“Morreu a prainha”	98	COSTALLAT, Benjamin. *Jornal do Brasil*, 18 abr. 1959, n. 89, p. 03.
30	“A grande inauguração”	100	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 26 jan. 1958, n. 98, p. 4.
31	“Patrimônio Histórico”	101	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 4 dez. 1958, n. 57, p. 5.
32	“Uma surpresa?”	103	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 09 ago. 1960, n. 186, p. 03.

Capítulo 2 – *Agonia da Metrópole*

Nº	Título	Página	Referência
01	“Agonia da Metrópole”	109	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 03 mar. 1958, n. 9762 (vespertina), p. 3.
02	“Gemidozinhos”	111	MORAES, Eneida de. *Diário de notícias*, 17 jan. 1958, n. 10792, p. 16.
03	“Presidente e presididos”	112	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 03 jan. 1958, n. 02, p. 7.
04	“Parcas Notícias”	116	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 07 jan. 1958, n.05, p.7.
05	“Onde dorme o Deus”	117	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 08 jan. 1958, n. 06, p. 3.
06	“Interrogações”	121	LESSA, Elsie. *O Globo*, 05 fev. 1958, n. 9742 (única), p. 1 (seção 2).
07	“Alegrias da cidade”	123	MORAES, Eneida de. *Diário de notícias*, 23 jul. 1958, n. 10947, p. 12.
08	“Saudações cordiais”	124	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 04 mar. 1959, n. 11134, p. 9.
09	“Alternativa”	124	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 29 jul. de 1959, n. 175, p.7.
10	“Derrubada de Árvores”	124	LESSA, Elsie. *O Globo*, 07 out. de 1960, n. 10562 (única), p.3 (seção 2).

11	“Visita à água e ao Catetinho”	126	LESSA, Elsie. *O Globo*, 28 ago. 1959, n. 10220 (matutina), p. 1, (seção 2).
12	“Os palhaços”	128	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 18 jan. 1958, n. 10793, p.2.
13	“Uma nova piedade”	130	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 23 jan. 1958, n. 9730 (matutina), p. 3.
14	“A cidade que não dorme”	132	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 26 ago. 1959, n. 278, p.6.
15	“Casos e coisas do Rio”	133	LESSA, Elsie. *O Globo*, 10 abr. 1958, n. 9794 (única), p. 1 (seção 2).
16	“Extravagância”	137	LESSA, Elsie. *O Globo*, 13 out. 1958, n. 9952 (vespertina), p. 01(seção 2).
17	“Tudo continua”	143	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 15 ago. 1959, n. 11273, p.2.
18	“Brésil”	146	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 22 mar. 1959, n. 67, p.6.
19	“Tráfego à brasileira”	150	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 07 jul. 1959, n. 156, p. 7.
20	“Inferno”	153	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 24 mai. 1959, n. 119, p. 3.
21	“Problema”	155	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 17 mai. 1959, n. 113, p. 3.
22	“Vão p’ra Brasília”	158	SOARES, Gerson de Macedo. *Jornal do Brasil*, 12 ago. 1959, n. 187, p. 03,10.
23	“Na multidão”	161	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 04 jun. 1958, n. 127, p.3.
24	“Pôsto de Sacrifício”	163	LESSA, Elsie. *O Globo*, 09 jul. 1958, n. 9870 (matutina), p. 1 (seção 2).
25	“Brasília em filme”	166	LESSA, Elsie. *O Globo*, 29 jun. 1959, n. 10168 (vespertina), p. 1 (seção 2).
26	“As bombas”	167	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 11 mai.1960, n. 109, p.3.
27	“Coisas Piores”	170	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 03 set. 1960, n. 208, p.7.

Capítulo 3 – *Mural carioca* permeado de favelas

N°	Título	Página	Referência
01	“A luz escamoteada”	175	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 21 fev. 1958, n. 118, p. 5.
02	“Mural Carioca”	178	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 18 jun. 1959, n. 10159 (matutina), p. 3.
03	“Um vereador sobe o morro”	183	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 28 jan. 1958, n. 9735 (matutina), p. 3.
04	“O Vingador”	187	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 29 mai. 1958, n. 199, p. 5.

05	“História de dezembro”	189	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 23 dez. 1959, n. 10319 (matutina), p.3.
06	“Terreno para plantar crimes”	193	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio,* 19 jan. 1958, n. 92, p. 4.
07	“Culpa e castigo”	197	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 02 fev. 1959, n. 10046 (vespertina), p. 3.
08	“Uma romancista no Júri IX”	200	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio,* 20 abr. 59, n. 170, p. 5.
09	“No país das bananeiras tudo pode”	204	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 26 jul. 1958, n. 249, p. 5.
10	“Pinte-se”	206	BRAGA, Rubem. *O Globo*, 05 out. 1959, n.10252 (vespertina), p. 2.
11	“Vergonha”	208	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 14 out. 1959, n. 240, p.7.
12	“Histórias várias”	212	BRAGA, Rubem. *Diário de notícias*, 3 abr. 1958, n. 10854, p.2.
13	“Rio turístico”	214	LESSA, Elsie. *O Globo*, 22 jun. 1960, n. 10160 (matutina), p.1 (seção 2).
14	“Segundo descobrimento do Brasil”	216	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 12 set. 1958, n. 9926 (matutina), p. 03.
15	“Guanabara ano I”	219	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 13 set. 1960, n. 215, p.3.

Capítulo 4 – *Boletim* das crises

Nº	Título	Página	Referência
01	“Boatos”	222	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 28 mai. 1959, n. 201, p.6.
02	“Mudanças Mil”	226	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 11 ago. 1959, n. 11269, p. 2.
03	“Fome”	228	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 23 ago. 1959, n. 197, p.3.
04	“Orgia”	231	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 29 nov. 1959, n. 051, p.6
05	“Carne”	233	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 16 out. 1959, n. 242, p.7.
06	“A bomba”	235	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 12 nov. 1959, n. 264, p.3.
07	“Começou”	237	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 11 nov. 1959, n. 263, p. 7.
08	“Pela geração atual”	239	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 19 nov. 1959, n. 270, p.3.
09	“Núcleo Bandeirante”	241	LESSA, Elsie. *O Globo*, 26 ago. 1959, n. 10218 (matutina), p. 1 (seção 2).
10	“Inimigos a preços de inflação”	243	LESSA, Elsie. *O Globo*, 08 jul. 1959, n.10176 (matutina), p. 1 (seção 2).

11	“Boletim”	246	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 25 mar. 1960, n. 70, p.7.
12	“É um buraco”	248	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 16 mai. 1958, n. 188, p. 5.
13	“Lagoa”	248	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 24 jul. 1959, n. 170, p. 3.
14	“Raça”	248	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 13 jan. 1960, n. 10, p.7.
15	“Os que não vão”	249	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 06 set. 1959, n. 288, p.6.
16	“Realidade”	252	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 04 nov. 1959, n. 257, p. 7.
17	“Inquéritos”	252	BRAGA, Rubem. *O Globo*, 06 nov. 1959, n. 10279 (matutina), p. 2.
18	“Fortíssimos”	253	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 10 ago. 1960, n. 11576, p.14.
19	“Bom dia, Guanabara”	2	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 22 abr. 1960, n. 11482, p. 11.
20	“Parabéns, querida!”	255	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 07 mar. 1958, n.10831, p. 10.
21	“Saudações, querida!”	256	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 04 mar. 1959, n. 11134, p. 9.
22	“Mudança”	257	SABINO, Fernando. *Jornal do Brasil*, 30 out. 1960, n. 256, p.7.

Capítulo V – *Pêsames ou Parabéns?*

N°	Título	Página	Referência
01	“Ressaca”	261	GULLAR, Ferreira. *Jornal do Brasil*, 09 ago. 1959, n. 185, p. 3.
02	“Enxovas”	264	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 16 abr. 1959, n. 11170, p. 2.
03	“Lua”	264	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 8 jul. 1958, n. 10934, p.2.
04	“Montanha”	265	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 14 jun. 1959, n. 11220, p.2.
05	“Ainda Brasília”	266	BRAGA, Rubem. *Diário de Notícias*, 1º abr. 1958, n. 10852, p. 2.
06	“O caso de Brasília”	268	BRAGA, Rubem. *O Globo*, 04 nov. 1960, n. 10585 (única), p.2.
07	“Flora de Brasília”	269	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 04 mai. 1960, n. 180, p. 6.
08	“Parques e Jardins”	272	MORAES, Eneida de. *Diário de Notícias*, 23 out. 1959, n. 11332, p. 15.
09	“Os jardins de Ipanema e Leblon”	275	LESSA, Elsie. *O Globo*, 12 nov. 1959 (única), n. 10284, p. 1 (seção 2).

10	“Cidade-mulher”	278	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 13 fev. 1960, n. 10362 (única), p.3.
11	“O êxodo”	280	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 17 abr. 1959, n. 10107 (única), p. 3.
12	“O capítulo dos fogos”	285	MOSES, Hebert. *O Globo*, 30 abr. 1960, n. 10425 (única), p. 2.
13	“Introdução ao Guanabarismo”	287	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 29 abr. 1960, n. 10424 (única), p.3.
14	“Saibam quantos esta virem...”	292	LESSA, Elsie. *O Globo*, 08 ago. 1960, n. 10510 (vespertina), p.1 (seção 2).
15	“As peles”	294	LESSA, Elsie. *O Globo*, 08 dez. 1959, n. 10306 (única), p. 3.
16	“Depressa, antes que maio acabe”	295	LESSA, Elsie. *O Globo*, 27 mai. 1959, n. 10140 (única), p. 1 (seção 2).
17	“Turisteando pelo Rio”	295	LESSA, Elsie. *O Globo*, 09 jun. 1960, n. 10459 (única), p. 1 (seção 2).
18	“Um milhão a mais”	297	LESSA, Elsie. *O Globo*, 10 jan. 1958, n. 9719 (única), p. 1 (seção 2).
19	“Os tantãs da interiorização”	300	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 13 jun. 1960, n. 10462 (vespertina), p.3.
20	“Rio”	304	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 11 de nov. 1959, n. 263, p. 3.
21	“Os imortais candangos”	307	BRAGA, Rubem. *O Globo*, 13 jan. 1960, n. 10335 (única), p.2.
22	“Os que nunca vão ao Baile”	310	COSTALLAT, Benjamin. *Jornal do Brasil*, 30 set. 1958, n. 228, p.3
23	“Piquenique aéreo”	311	COSTALLAT, Benjamin. *Jornal do Brasil*, 21 de out. 1958, n. 246, p.3.
24	“A semana em Guanabara”	313	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 26 jun. 1960, n. 148b, p. 3,17.
25	“O monstro verbívoro”	316	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 25 jun. 1960, n. 10473 (única), p.3.
26	“Mula sem cabeça”	320	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 13 jul. 1960, n. 10488 (única), p.3.
27	“Pausa para um rifão”	325	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 10 jul. 1960, n. 237, p.6.
28	“Juventude exilada”	328	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 19 mar. 1960, n. 142, p.6.
29	“Onze Pelés para Brasília”	332	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 09 fev. 1960, n. 10358 (única), p.3.
30	“Frases do Carnaval”	339	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1958, n. 43, p. 3.
31	“Pêsames ou parabéns?”	340	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 24 abr. 1960, n.95, p.3.
32	“Ontem será outro dia”	345	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 17 jul. 1958, n. 9877 (única), p. 3.
33	“Fantasmas”	348	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 06 jun. 1959, n. 10149 (matutina), p. 3

34	“Últimas lágrimas”	351	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 03 set. 1960, n. 208, p. 3.
35	“O Museu da República”	354	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 10 de fev. 1960, n. 111, p.6.
36	“O Museu da República II”	355	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 11 de fev. 1960, n. 112, p.6.
37	“Brasília”	358	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 21 abr. 1960, n. 169, p. 6.
38	“Boa sorte, Brasília!”	359	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 20 abr. 1960, n. 10416 (única), p. 3.
39	“Saída pelos fundos”	365	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 25 abr. 1960, n. 10420 (vespertino), p.3.
40	“Os infiéis”	369	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 30 jan. 1960, n. 102, p. 6.
41	“Guanabara”	371	BANDEIRA, Manuel. *Jornal do Brasil*, 01 jun. 1960, n. 127, p. 03.
42	“Enlace Guanabara-Estado do Rio”	372	QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Jornal do Commercio*, 16 ago. 1959, n. 270, p.06.
43	“O destino do Rio”	374	BRAGA, Rubem. *O Globo*, 05 jan. 1960, n. 10328 (única), p. 02.
44	“A mudança”	377	BRAGA, Rubem. *O Globo*, 24 mar. 1960, n. 10394 (única), p.2.
45	“Vida Nova”	380	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 21 abr. 1960, n. 10417 (única), p.3.
46	“Petits sous”	383	PONGETTI, Henrique. *O Globo*, 16 abr. 1960, n. 10413 (única), p.3.